

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

CRISTIANE DE BRITO CRUZ

**A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES A PARTIR DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

NATAL
2024

CRISTIANE DE BRITO CRUZ

**A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES A PARTIR DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação Profissional, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto

NATAL

2024

Cruz, Cristiane de Brito
C957e A emancipação de mulheres a partir de práticas pedagógicas da economia solidária. / Cristiane de Brito Cruz. Natal, 2024.
335 f. : il. color.
Tese (Doutorado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2024.
Orientador: Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto

1. Práticas pedagógicas. 2. Economia solidária. 3. Sistemas econômicos. 4. Educação Profissional. 5. Emancipação social. 6. Emancipação feminina. 7. IFSol. I. Avelino Aldo de Lima Neto. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

CDU 377:396.1

Catálogo na fonte elaborada pela Bibliotecária
Jéssica Souza Martins – CRB15/913

CRISTIANE DE BRITO CRUZ

A EMANCIPAÇÃO DE MULHERES A PARTIR DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação, na linha de Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientador: Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto.

Tese apresentada e aprovada em 30/08/2024 pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
AVELINO ALDO DE LIMA NETO
Data: 19/11/2024 14:06:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Avelino Aldo de Lima Neto (Orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
ALINE MENDONÇA DOS SANTOS
Data: 19/11/2024 15:17:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Aline Mendonça dos Santos (Titular Externa)
(Pesquisadora Independente)



Documento assinado digitalmente
SANDRA MARIA CAMPOS ALVES
Data: 19/11/2024 21:44:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Sandra Maria Campos Alves (Titular Externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
ANA LUCIA SARMENTO HENRIQUE
Data: 20/11/2024 20:06:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr.^a Ana Lúcia Sarmiento Henrique (Titular Interna)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dr.^a Ilane Ferreira Cavalcante (Titular Interna)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Documento assinado digitalmente
ILANE FERREIRA CAVALCANTE
Data: 20/11/2024 19:22:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Conceito de emancipação por autoras mulheres.	80
Figura 2 – Abrangência da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).	98
Figura 3 – Organograma da Economia Solidária no RN.	102
Figura 4 – Logomarca da Rede Xique Xique.	109
Figura 5 – Fluxograma da Rede Xique Xique.	114
Figura 6 – Aplicativo de cadastro de EES e fomento à ES no estado do RN.	122
Figura 7 – Comparação entre o <i>homo æconomicus</i> e a <i>femina æconomica</i> .	141
Figura 8 – Pensadores pioneiros no conceito de autogestão.	148
Figura 9 – Tipos de educação.	152
Figura 10 – Distribuição dos <i>campi</i> do IFRN no estado do RN.	166
Figura 11 – Visão aérea do IFRN-ZN.	173
Figura 12 – Núcleos da IFSol nos <i>campi</i> do IFRN.	181
Figura 13 – Material de divulgação da IFSol/IFRN-ZN.	185
Figura 14 – Etapas da análise dos dados.	204
Figura 15 – Nome da mulher desincubada.	257

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos sobre práticas pedagógicas na Economia Solidária.	38
Quadro 2 – Fontes da pesquisa.	45
Quadro 3 – Autores homens e o conceito de emancipação.	65
Quadro 4 – Organizações, redes e articulações ligadas à Rede Xique Xique.	112
Quadro 5 – Economia Solidária e Neoliberalismo.	188
Quadro 6 – As práticas pedagógicas da IFSol/IFRN-ZN.	189
Quadro 7 – Características das entrevistadas.	195
Quadro 8 – Práticas Pedagógicas.	206
Quadro 9 – Economia Solidária.	209
Quadro 10 – Emancipação Feminina.	211
Quadro 11 – Categorias <i>a priori</i> e emergentes.	212

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise Documental
AL	Alagoas
ANCAR	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
APT	Associação de Parceiros e Parceiras da Terra
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
ASREMT/IFRN	Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho do IFRN
AT	Análise Temática
ATD	Análise Textual Discursiva
BA	Bahia
BBVAH	Branco Burguês Varão Adulto Heterossexual
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CAPEB	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Ceará
CECAFES/RN	Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária do RN
CEEPS	Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária
CEFET/RN	Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do RN
CEP/IFRN	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFRN
CFES/NE	Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste
CF8	Centro Feminista 8 de Março
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAES-ZN	Coordenação de Apoio Estudantil do IFRN <i>Campus</i> Natal Zona Norte
CODIR/IFRN	Colégio de Dirigentes do IFRN
CONGRESSOL	Congresso de Economia Solidária
CONSAD	Programa dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEPEX/IFRN	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRN
CONSUP	Conselho Superior
COOAFARN	Cooperativa Central da Agricultura Familiar do RN
COOPAMG	Cooperativa de Agricultores do Mato Grande
COOPERXIQUE	Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique

COPED-ZN	Coordenação Pedagógica do IFRN <i>Campus</i> Natal Zona Norte
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREDSolidário/RN	Programa Estadual de Crédito da Economia Solidária do RN
DE	Decreto Estadual
DEAM	Delegacia Especializada em Defesa da Mulher
DIAC-ZN	Diretoria Acadêmica do IFRN <i>Campus</i> Natal Zona Norte
DST	Divisão Sexual do Trabalho
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD	Educação a Distância
EB	Educação Bancária
EC	Estudo de Caso
ECOSOL, ES	Economia Solidária
ESS	Economia Social e Solidária
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EF	Economia Feminista
EFC	Economia Feminista da Conciliação
EFR	Economia Feminista da Ruptura
ESF	Economia Solidária Feminista
ESFV	Economia Solidária Feminista Visionária
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER/RN	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN
EP	Educação Popular
EPS	Economia Popular Solidária
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ET	Extensão Tecnológica
EU	Extensão Universitária
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEES	Fórum Estadual de Economia Solidária
FHI	Formação Humana Integral
FPES	Fórum Potiguar de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
Curso FIC	Curso de Formação Inicial e Continuada
FIC	Formação Inicial e Continuada
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FORPROEX	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária
FSM	Fórum Social Mundial
FUNCERN	Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN
GMDV	Grupo de Mulheres Decididas a Vencer
HC	Heterossexualidade Compulsória
HG	Hierarquia de Gênero

HTML	<i>HyperText Markup Language</i> (Linguagem de Marcação de Hipertexto)
IADH	Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP	Incubadoras de Cooperativas Populares
ID	Ideologia da Diferença
IN	Ideologia Naturalista
IES	Instituições de Ensino Superior
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IFRN-ZN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte <i>Campus</i> Natal Zona Norte
IFSol/IFRN	Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN
IFSol/IFRN-ZN	IFSol/IFRN <i>Campus</i> Natal Zona Norte
IN	Ideologia Naturalista
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituições Públicas de Ensino Superior
IS	Inclusão Social
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITES	Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária
ITNC	Incubadora Tecnológica Natal Central
IU	Incubadoras Universitárias
LAIS/UFRN	Laboratório de Inovação e Tecnologia em Saúde da UFRN
MA	Maranhão
MAF	Mercado da Agricultura Familiar do RN
MCA	Mulheres Conquistando Autonomia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MG	Minas Gerais
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MT	Ministério do Trabalho
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAPNE-ZN	Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas do IFRN <i>Campus</i> Natal Zona Norte
NEPEM/UFMG	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais
NIT	Núcleo de Incubação Tecnológica
OASIS/UFRN	Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
OBDIVERSIDADE/ CNPq-IFRN	Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade do IFRN
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA	Pedagogia da Autogestão
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAE/IFRN	Pesquisa de Acompanhamento de Egressos do IFRN
PB	Paraíba
PDF	<i>Portable Document Format</i> (Formato Portátil de Documento)
PDI/IFRN	Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN
PE	Pernambuco
PECAFES	Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária
PEES	Plano Estadual de Economia Solidária
PEFES	Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária
PES	Pedagogia da Economia Solidária
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PI	Piauí
PMT	Programa de Multi-incubação Tecnológica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNECOSOL	Plenária Nacional de Economia Solidária
PPA	Pedagogia(s) da Produção Associada
PPGEP/IFRN	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do IFRN
PPP/IFRN	Projeto Político Pedagógico do IFRN
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA/FIC	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental
PROEX/IFRN	Pró-reitoria de Extensão do IFRN
PROJOVEM URBANO	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROLAZUL	Produtores Familiares de Lagoa Azul
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
RE/IFRN	Reitoria do IFRN
REF	Rede Economia e Feminismo

REMTE	Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia
RESF	Rede Nacional de Economia Solidária e Feminista
RESRN	Rede de Economia Solidária do RN
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
RXX	Rede Xique Xique
SE	Sergipe
SEBRAE/RN	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN
SECITEX	Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do IFRN
SEDRAF/RN	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do RN
SEMURB/RN	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo do RN
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETHAS/RN	Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social do RN
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TC	Tecnologia Convencional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
TPE	Trabalho como Princípio Educativo
TS	Tecnologia Social
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UF	Universidade Federal
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNED/IFRN	Unidade de Ensino Descentralizada do IFRN
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
US	Unidades de Significado
ZN	Zona Norte da cidade de Natal

SUMÁRIO

PRÓLOGO	21
1 INTRODUÇÃO: CONCEPÇÃO.....	28
1.1 Objetivos geral e específicos.....	35
1.2 Metodologia.....	40
2 DIAGNÓSTICO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA	59
2.1 Emancipação: discutindo o conceito.....	65
2.2 Economia Solidária Feminista	82
2.3 Economia Solidária no RN	100
2.4 As questões de gênero na Economia Solidária Feminista.....	128
2.5 A Economia Solidária como pedagogia e o trabalho como princípio educativo.	146
3 PRÉ-INCUBAÇÃO: A IFSol-ZN	165
3.1 Educação Profissional – O IFRN-ZN.....	172
3.2 Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento da Economia Solidária do IFRN (IFSol)	181
3.3 As práticas pedagógicas da IFSol-ZN	186
4 INCUBAÇÃO: ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS	194
4.1 As entrevistadas	197
4.2 Etapas da análise dos dados e construção das categorias emergentes	201
4.3 As Práticas Pedagógicas da Economia Solidária: a educação não formal como apoio à formação político-profissional e o fortalecimento da inteligência interpessoal de trabalhadoras solidárias.....	213
4.4 A Economia Solidária: dificuldades socioeconômicas, princípios, fomento e a formação sociopolítica de mulheres e seu aumento de qualidade de vida a partir de uma proposta pedagógica emancipatória ...	223
4.5 A Emancipação Feminina: questões de racialidade, de gênero, sociopolíticas e econômicas, profissionais e emancipação a partir do processo de incubação	230
5. DESINCUBAÇÃO: O NASCIMENTO DA MULHER EMANCIPADA.....	242
REFERÊNCIAS.....	260
ANEXO I – Categorias emergentes do estado do conhecimento sobre práticas na Economia Solidária.....	302
ANEXO II – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	306
ANEXO III – TEXTOS DAS ENTREVISTAS.....	309

AGRADECIMENTOS

Agradeço por ser a irmã mais nova dos 11 filhos de Maria Ave de Brito Cruz e de Antônio Gentil Cruz. Dos 11, 9 estão vivos. Minha mãe teve duas meninas que não sobreviveram: a minha irmã Terezinha – a primeira das duas que nasceram – faleceu no hospital no mesmo dia de seu nascimento; e a minha irmã Lucineide faleceu por conta da pobreza. No dia em que Terezinha veio ao mundo, a parteira acabou deixando-a de frente a uma janela, expondo-a ao vento frio da noite. O seu corpinho ficou nu, descoberto, e, com isso, teve pneumonia, falecendo em poucas horas. Agradeço às minhas irmãs, cujas breves existências me inspiram a lutar por mais justiça social.

Peço licença para agradecer a um único homem nesta tese – o meu orientador Avelino Aldo de Lima Neto – por todas as fases de orientação em minha pesquisa e pelo tratamento cheio de carinho, pela ética profissional que sempre traçou um caminho mais fácil para eu trilhar e principalmente por ser gentil e doce, mesmo em momentos que eu não realizei um bom trabalho.

Agradeço a todas as mulheres da minha família, pelo apoio e carinho na minha estrada da vida. A minha amada mãezinha e as minhas irmãs e sobrinhas, que sempre me inspiram com suas histórias inspiradoras de quebrar estereótipos, lutar contra o preconceito e superar inúmeras dificuldades.

Agradeço a todas as minhas professoras do PPGEPI/IFRN, que enfrentam ainda os machismos, os preconceitos e as misoginias diários. Vocês me fizeram melhor do que sou hoje. Cada uma de seu jeito e cada uma com sua linha de pensamento, todas me ensinaram alguma coisa e todas deixaram um pouco de si em mim e levaram um pouco de mim consigo. Destaco que estou onde estou hoje por causa delas, sobretudo a Ilane, por quem sinto um amor imenso e a quem dedico em especial esta tese. Agradeço-lhe a leitura e a participação na minha banca e o incentivo a meu crescimento acadêmico desde o mestrado. Em nome dela, portanto, agradeço a todas as professoras e a todos os professores de meu mestrado e meu doutorado.

Agradeço a minha querida esposa, Kelly Aline Hipólito de Medeiros, que faz minha caminhada ficar mais bonita, cheia de luz, amor e vida. Devo-lhe agradecer por todas as vezes que me sustentou quando eu achei que não conseguiria mais, por

todas as vezes que me impediu de desistir e por ser o grande amor da minha vida, incentivando-me a ser a minha melhor versão.

Agradeço a cada aluna minha e, em especial, a minha ex-aluna Eduarda, que, ao me confiar suas histórias de vida, resolveu se libertar a partir de uns pequenos conselhos que eu dei, o que fez com que ela tivesse o pontapé inicial para modificar sua história ao perceber que merecia mais e que precisava se dar o devido valor, trilhando uma estrada de sucesso. Desejo que você seja subversiva, insurgente, desafiadora, insubordinável, incontável e liberta em todas as etapas da vida.

Agradeço à Marielle Franco por sua luta e resistência, que inspira milhares a seguir em frente e enfrentar o medo de cabeça erguida, mesmo após a sua morte prematura. Agradeço à viúva de Marielle, Mônica Benício, porque, mesmo enlutada, segue na luta pelos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, representando, para mim, um exemplo de resistência e de amor, ainda que diante de tantas violências e desamor. Agradeço à Érika Hilton, primeira deputada federal negra e trans eleita no Brasil, uma diva para todas nós, cuja eleição fez com que muitas mulheres trans e travestis se sentissem representadas no país que mais mata pessoas trans no mundo.

Eu tenho milhares de pessoas a agradecer, mas, em resumo, destaco todas as feministas, negras, lésbicas, militantes, trans, travestis, jovens, idosas, ricas, pobres, loiras, morenas, pretas, gordas, magras, pessoas com deficiência, neurodivergentes, indígenas, não binárias, *queer*, dentre tantas outras: o meu agradecimento por vocês existirem e resistirem! Eu *sou* porque vocês também são.

Propomos aqui que nos concentremos nas apostas da economia solidária em relação às desigualdades entre os sexos [...]. Tanto no Norte como no Sul, muitas dessas experiências são animadas por mulheres e destinadas a mulheres. Em face da delicada conciliação entre vida familiar e vida profissional, de responsabilidades materiais crescentes [...], das dificuldades de acesso à propriedade e ao crédito, as mulheres frequentemente são as primeiras a se mobilizar e se auto-organizar

(Guérin, 2005, p. 16-17).

RESUMO

As mulheres são maioria nas práticas econômicas solidárias, segundo Hillenkamp (2017), Nobre (2003b) e Guérin (2005). Há necessidade de pesquisas que possam analisar o quanto as incubadoras de economia solidária podem influenciar na emancipação dessas mulheres. Defendo, nesta investigação, que, a partir das práticas pedagógicas da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) *Campus* Natal Zona Norte, mulheres líderes de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) alcançam emancipação e empoderamento. Discuto as seguintes questões: as práticas pedagógicas da incubadora IFSol/IFRN-ZN para os EES liderados por mulheres promovem a emancipação dessas mulheres? Quais as atitudes emancipatórias identificadas nessas mulheres? As práticas formativas da IFSol apontam na direção de uma formação política e na perspectiva de uma Economia Feminista? E, por fim, o que as líderes entendem por *Ser Mulher*? Esta tese tem por objetivo geral analisar se as práticas pedagógicas desenvolvidas pela incubadora IFSol/IFRN-ZN podem contribuir para a emancipação de mulheres líderes de EES. Meus objetivos específicos são: identificar as práticas pedagógicas no processo de incubação da IFSol/IFRN-ZN; investigar as práticas pedagógicas realizadas pela incubadora IFSol/IFRN-ZN que fomentam a Economia Solidária (ES) e apontam na direção de uma Economia Feminista (EF); analisar qual é o aprendizado de mulheres líderes de EES a partir da perspectiva da Educação Profissional enquanto *praxis* libertadora/emancipatória. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Pires, 2020) descritiva (Gil, 2008) e utilizei o método do Estudo de Caso (Yin, 2015; Creswell, 2007; entre outros). Como ferramentas de construção dos dados, utilizei a metodologia da Análise Documental (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009) e a entrevista semiestruturada (Poupart, 2020). Para o tratamento e a análise dos dados, por sua vez, usei a Análise Temática (Braun e Clarke, 2006; entre outros) e a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes e Galiuzzi, 2016; Galiuzzi e Souza, 2022). O referencial teórico se baseia em autoras dos Estudos de Gênero e Economia Feminista, como Beauvoir (2019a, 2019b), Davis (2016), Marçal (2017), Perivier (2023), Guérin (2005), Petarly (2016), dentre outras e em autores da Economia Solidária, como Singer (2002a, 2022), Gadotti (2009), Sguarezi (2020), Tiriba (2024a, 2024b) e em autores da Educação Profissional, como Machado (2023) e Saviani (2007, 2022). Como resultados da pesquisa, encontrei que as mulheres conseguiram algum nível de emancipação social, econômica, intelectual, coletiva, de relações interpessoais, de liderança, de gênero, a partir da incubação e autogestão, ante as práticas pedagógicas da IFSol/IFRN-ZN: reuniões, capacitação e formação, diálogos, autogestão, entrevista, incubação, aprendizagem prática (o trabalho como princípio educativo), promoção de espaços de socialização e comercialização em eventos e feiras livres, como espaços de vivência feminina. Alguns dos desafios a serem superados são: a dificuldade de diálogo entre técnica da IFSol e uma das trabalhadoras; falta de formação que traga conteúdos advindos de demandas das trabalhadoras e que possa valorizar a experiência delas; falta de formação em gestão, questões administrativas e uso de tecnologias digitais levando-se em conta a idade das trabalhadoras; falta de local adequado para a comercialização; e falta de capacitação em funções de liderança e gestão.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; Economia Solidária; Educação Profissional; IFSol; Emancipação feminina.

RESUMEN

Las mujeres son mayoría en las prácticas económicas solidarias, según Hillenkamp (2017), Nobre (2003b) y Guérin (2005). Es necesaria una investigación que pueda analizar en qué medida las incubadoras de economía solidaria pueden influir en la emancipación de estas mujeres. Sostengo, en esta investigación, que, a partir de las prácticas pedagógicas de la Incubadora para el Fortalecimiento de la Economía Solidaria de Rio Grande do Norte (IFSol), del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Rio Grande do Norte (IFRN) *Campus* Natal Zona Norte, mujeres líderes de Empresas de Economía Solidaria (EES) logran emancipación y empoderamiento. Discuto las siguientes preguntas: ¿las prácticas pedagógicas de la incubadora IFSol/IFRN-ZN para EES lideradas por mujeres promueven la emancipación de estas mujeres? ¿Cuáles son las actitudes emancipadoras identificadas en estas mujeres? ¿Las prácticas formativas del IFSol apuntan hacia la formación política y la perspectiva de una Economía Feminista? Y, finalmente, ¿qué entienden los líderes por *Ser Mujer*? Esta tesis tiene el objetivo general de analizar si las prácticas pedagógicas desarrolladas por la incubadora IFSol/IFRN-ZN pueden contribuir a la emancipación de las mujeres líderes de EES. Mis objetivos específicos son: identificar prácticas pedagógicas en el proceso de incubación del IFSol/IFRN-ZN; investigar las prácticas pedagógicas realizadas por la incubadora IFSol/IFRN-ZN que promueven la Economía Solidaria (ES) y apuntan hacia una Economía Feminista (EF); Analizar cuál es el aprendizaje de las mujeres líderes de EES desde la perspectiva de la Educación Profesional como praxis liberadora/emancipadora. Se trata de una investigación cualitativa (Pires, 2020) descriptiva (Gil, 2008) y utilicé el método de Estudio de Casos (Yin, 2015; Creswell, 2007; entre otros). Como herramientas de construcción de datos utilicé la metodología de Análisis Documental (Sá-Silva, Almeida y Guindani, 2009) y la entrevista semiestructurada (Poupart, 2020). Para el procesamiento y análisis de datos, a su vez, utilicé el Análisis Temático (Braun y Clarke, 2006; entre otros) y el Análisis Textual Discursivo (ATD) (Moraes y Galiuzzi, 2016; Galiuzzi y Souza, 2022). El marco teórico se basa en autores de Estudios de Género y Economía Feminista, como Beauvoir (2019a, 2019b), Davis (2016), Marçal (2017), Perivier (2023), Guérin (2005), Petarly (2016), entre otras y en autores de Economía Solidaria, como Singer (2002a, 2022), Gadotti (2009), Sguarezi (2020), Tiriba (2024a, 2024b) y en autores de Educación Profesional, como Machado (2023) y Saviani (2007, 2022). Como resultados de la investigación encontré que las mujeres alcanzaron algún nivel de emancipación social, económica, intelectual, colectiva, relaciones interpersonales, liderazgo, género, a través de la incubación y la autogestión, a la luz de las prácticas pedagógicas del IFSol/IFRN-ZN: encuentros, capacitación y capacitación, diálogos, autogestión, entrevistas, incubación, aprendizaje práctico (el trabajo como principio educativo), promoción de espacios de socialización y comercialización en eventos y mercadillos, como espacios de experiencia para las mujeres. Algunos de los desafíos a superar son: la dificultad de diálogo entre el técnico del IFSol y uno de los trabajadores; falta de formación que aporte contenidos surgidos de las demandas de los trabajadores y que pueda valorar su experiencia; falta de formación en gestión, temas administrativos y uso de tecnologías digitales, teniendo en cuenta la edad de los trabajadores; falta de ubicación adecuada para la comercialización; y falta de capacitación en roles de liderazgo y gestión.

Palabras clave: Prácticas pedagógicas; Economía Solidaria; Educación Profesional; IFSol; Emancipación femenina.

ABSTRACT

According to Hillenkamp (2017), Nobre (2003b) and Guérin (2005), women are the majority in solidarity economy practices. There is a need for research that can analyze the extent to which solidarity economy incubators can influence the promotion of these women's emancipation. In this research, I advocate that through the pedagogical practices of the Incubator for Strengthening the Solidarity Economy of Rio Grande do Norte (IFSol) at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN) Natal Zona Norte *Campus*, women leaders of Solidarity Economy Enterprises (SEE) assisted by the incubator assistance achieve emancipation and empowerment. I discuss the following questions: Do the pedagogical practices of the IFSol/IFRN-ZN incubator for SEEs with women leadership promote the emancipation of these women? What emancipatory attitudes are identified in these women? Do IFSol's training practices point in the direction of political education and from the perspective of a Feminist Economy? And finally, what are the leaders' visions of what it means to be a woman? The main objective of this thesis is to understand whether the pedagogical practices developed by the IFSol/IFRN-ZN incubator can contribute to the emancipation of women leaders of SEEs. My specific objectives are to identify the pedagogical practices in the IFSol/IFRN-ZN incubation process; to investigate the pedagogical practices carried out by the IFSol/IFRN-ZN incubator that foster Solidarity Economy (SE) and point towards a Feminist Economy (FE); to analyze what women SEE managers learn from the perspective of Professional Education as a liberating/emancipatory *praxis*. This is a qualitative (Pires, 2020) descriptive (Gil, 2008) study and we used the Case Study Method (Yin, 2015; Creswell, 2007, etc.). As data construction tools, we used the methodology of Document Analysis (Sá-Silva, Almeida and Guindani, 2009) the Semi-Structured Interview (Poupart, 2020). For data processing and analysis, in turn, I used Thematic Analysis (TA) (Braun and Clarke; 2006; etc.) and Discursive Textual Analysis (Moraes and Galiazzi, 2016; Galiazzi and Souza, 2022). The theoretical framework is based on authors of Gender Studies and Feminist Economics such as Beauvoir (2019a, 2019b), Davis (2016), Marçal (2017), Perivier (2023), Guérin (2005), Petarly (2016) among others; and in authors of Solidarity Economy such as Singer (2002a, 2022), Gadotti (2009), Sguarezi (2020), Tiriba (2024a, 2024b) and on Vocational Education such as Machado (2023) and Saviani (2007, 2022). As a result, the women have achieved a certain degree of social, economic, intellectual, collective, of interpersonal relationships, leadership and gender emancipation through incubation and self-management, based on IFSol/IFRN-ZN's pedagogical practices: such as meetings, training, dialogues, self-management, interviews, incubation, practical learning (work as an educational principle), the promotion of socialization and commercialization spaces at events and popular fairs as female living spaces. Some of the challenges to be overcome are the dialogue difficulty between a IFSol technician and a worker; the lack of training that brings content from the workers' demands and that can value their experience; training needs in management, administrative issues and the use of digital technologies considering the age of the workers; lack of adequate space and location for marketing; and the training in leadership and management roles.

Keywords: Pedagogical practices; Solidarity Economy; Professional Education; IFSol; Women emancipation.

PRÓLOGO

Sou a filha mais jovem de uma família tipicamente “tradicional” brasileira: pai, mãe e filhos. Tenho 8 irmãos e irmãs. Duas de minhas irmãs morreram: uma na gestação e outra ao nascer – no total, seríamos 11 filhos. Um dos motivos para perda de minhas irmãs está na situação de pobreza e vulnerabilidade que tinham meus pais à época, antes dos anos 1970, morando no interior do Rio Grande do Norte. Minha irmã que faleceu ao nascer foi colocada sem vestes, no chão frio, em frente a uma porta entreaberta. Uma parteira realizou o parto e mamãe estava doente e necessitava de cuidados. O bebê não resistiu à exposição ao frio e teve uma pneumonia, e, no outro dia, estava morto. Falci (2018), ao contar a história de mulheres do sertão nordestino do Brasil, afirma que, em meados do século XIX,

se essa população do sertão tinha a capacidade de se reproduzir muito (há exemplos de 25 filhos), a mortalidade também foi muito alta, principalmente de crianças em sua primeira semana de vida, pelo chamado “mal de sete dias”, causado por infecção no corte do cordão umbilical. Além disso, muitas mulheres morreram no momento do parto com seus filhos ainda no ventre (Falci, 2018, p. 244).

Acredito que a situação da mulher nordestina ainda era a mesma no século XX, tendo em vista que a data de nascimento de minhas irmãs é anterior aos anos 1970.

No entanto, este não foi o primeiro desafio a ser enfrentado pelas mulheres da família Cruz, sobrenome dado por nosso pai. Em relação a meus irmãos e irmãs, apenas as duas mais novas carregam o sobrenome de minha mãe, Brito, herança do meu avô materno, Francisco Silvino de Brito, que, segundo minha mãe, era um homem inconstante e infiel, o que levou minha avó a se separar dele a contragosto da sociedade, tornando-se uma mulher “falada”. Fonseca (2018) afirma que, no início do século XX, “a presença de um homem, de preferência forte e valente, era vista como quase indispensável tanto para espantar malfeitores quanto [...] para atestar a integridade moral das mulheres” (Fonseca, 2018, p. 525). A autora afirma ainda que a honra masculina dependia do controle sobre a sexualidade feminina, fazendo com que alguns deles se aproveitassem para espalhar a ideia de que mulheres separadas eram moralmente despreparadas para criarem seus filhos – a norma oficial imposta pela moral burguesa de que uma mulher jamais deveria se separar ou recasar (Fonseca, 2018).

Meu avô materno tinha muitos filhos espalhados por mais de um estado do Nordeste. Mamãe não sabe precisar quantos irmãos ela tem exatamente por parte de pai. A fome e o machismo não acometeram apenas minha mãe. Minha avó materna, Vicentina Gurgel, teve muitas dificuldades de vida: largou o marido, Francisco, e a fome e o desemprego a fizeram deixar a filha, Maria Ave, para a mãe dela criar, minha bisavó Joana. Minha mãe foi criada pelo amor da vó dela. depois de alguns anos, ela acabou criando vários netos com o mesmo amor que recebeu.

Fui criada em um ambiente deveras difícil, financeira e psicologicamente. Meus pais se casaram a partir de um acordo. Quando minha mãe tinha 12 anos, em 1938, conta-se que meu pai já estava “de olho” nela. Ele era dez anos mais velho, e, nessa época, era bastante comum as mulheres se casarem muito jovens. Minha mãe acabou casando-se com outra pessoa, mas foi “devolvida” para a família porque, segundo soube de minhas irmãs, ela não sangrou na primeira vez que teve relações sexuais. Apesar de virgem, ela tinha o que se denomina de “hímen complacente” e, à época, o companheiro dela, em uma atitude misógina, acreditou que ela não era mais virgem, “devolvendo-a” à família.

Vainfas (2018) diz que no nordeste colonial a virgindade era encarada como “um atributo mais que relevante para arranjar o casamento das filhas” e que “o grande objetivo das mulheres era mesmo casar” (Vainfas, 2018, p. 127). D’Incao (2018) aponta ainda que, nos casamentos de pessoas de classes mais altas, “a virgindade feminina era um requisito fundamental” e que “a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o *status* da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela” (D’Incao, 2018, p. 235, grifo da autora). Soihet (2018) afirma que “a honra da mulher se constitui em um conceito sexualmente localizado do qual o homem é o legitimador, uma vez que a honra é atribuída pela ausência do homem, através da virgindade, ou pela presença masculina no casamento” (Soihet, 2018, p. 389).

O tema da virgindade feminina e a ideia de que mulheres devem ter moral ilibada, serem honradas, religiosas para estarem de certa forma “aptas” a gerar o interesse masculino são traços encontrados em sociedades patriarcais, machistas e misóginas que se perpetuaram através do período colonial e ainda são perceptíveis – na década de 1970 a qual me referi – até hoje. Isso é denominado pelo feminino de

*machismo estrutural*¹ – que legitima as mulheres (o feminino) a partir dos homens (o masculino).

Meu pai nasceu em 1926 e faleceu em 2001, quando eu tinha 23 anos. Ele casou-se com minha mãe quando ela tinha 21 anos – em 1956 – e “aceitou” ficar com ela depois do ocorrido. Desde pequena, eu a ouvia dizer que ele “tirou ela da lama” ao aceitar casar-se com ela. Ouvir isto me causava enorme sofrimento. Apenas adulta eu soube dos reais motivos dessa frase infeliz. Hoje eu entendo que meu pai também era vítima do machismo e misoginia na nossa sociedade, mas eu cheguei a ter muita raiva dele. Ambos, meu pai e minha mãe, vieram de classes mais vulnerabilizadas, mas minha mãe conta que ela – que vivia com a avó – tinha melhores condições de vida. Infelizmente ela teve que aceitar o acordo para que não ficasse malvista socialmente, mas ela conta que não gostava do meu pai. Casou-se por pura imposição social com um homem mais velho que ela e teve um casamento infeliz, com muitas brigas e ofensas de lado a lado. Triste saber que ela se sentia obrigada. Ouvi inúmeras vezes minha mãe falar que eu nasci “de nojo.” Ela se referia ao ato sexual com meu pai. Já adulta, eu me sentia muito mal por ela. Hoje, consigo ver meu pai com outros olhos, já que sei que ele apenas reproduzia uma ignorância e um machismo estrutural da sociedade. Ele não era feliz, assim como minha mãe.

Minhas irmãs não escaparam do machismo. Cada uma delas acabou por reproduzi-lo, juntamente com a subserviência ao homem e o comportamento, às vezes, misógino diante das mulheres, principalmente no que diz respeito a comportamentos machistas, homofóbicos, transfóbicos e até mesmo racistas. Somos todos reprodutores desses comportamentos, eu mesma me via assim. As leituras feministas e de autores e autoras negras têm me feito desconstruir os preconceitos, mas vejo batalhas ainda a serem vencidas na forma de ver o mundo de algumas de minhas irmãs e irmãos.

Leituras feministas me libertaram há bem pouco tempo. Na época de minha adolescência, nos anos 1990, ser homossexual era um grande tabu. Hoje, identifico-me como mulher negra, lésbica, comunista, de esquerda, vinda da periferia. Se meu

¹ Paula e Sant’Ana (2022) explicam a expressão afirmando que se trata da “conjuntura patriarcal sistêmica que constitui nossa sociedade” e fazem um paralelo com *racismo estrutural*, porque assim como o racismo, o machismo estrutural e as desigualdades de classe se encontram no seio das sociedades. É o que, segundo as autoras, “Saffioti, Davis, Hooks e outras pesquisadoras têm estudado historicamente, pelo nó de intersecção gênero-raça-classe” (Paula; Sant’Ana, 2022, p. 7556).

pai fosse vivo no ano de 2018 até 2022, provavelmente teria tendência de ser bolsonarista² – já que ele sempre defendeu a ditadura militar, era muito misógino e homofóbico. No entanto, meu pai, homem muito simples, sem uma boa instrução escolar, era honesto e trabalhador. Eu aprendi com ele também a ser perseverante e a dar valor ao conhecimento. Ele sempre nos ensinou a sermos honestos e a estudar muito para mudar de vida.

Minha mãe era muito pessimista e nunca acreditou que nenhum de seus filhos entraria na universidade ou iria angariar profissões de maiores salários e status social. Quando eu estudava, ela achava perda de tempo, mas isso fazia parte de como ela via a vida dela mesma: sem muitas perspectivas e sem esperança de futuro.

Dos nove filhos de meus pais, quatro têm graduação e uma de minhas irmãs iniciou a graduação em Licenciatura em Física em 2022, aos 53 anos. Dos três homens, um é juiz do trabalho e outro aposentado das forças armadas. Assim, a partir da valorização do estudo – insistência de meu pai –, muitos de nós, incluindo meus sobrinhos e sobrinhas, alcançamos melhores oportunidades de trabalho e remuneração. Os demais irmãos e meus 13 sobrinhos e sobrinhas seguem trabalhando, alguns alcançando níveis de graduação e melhores condições de vida.

Todos esses exemplos fazem parte de uma iniciativa que começou pelo incentivo de meu falecido pai e de meus irmãos e irmãs mais velhos. Longe de termos tido facilidade na vida, somos fruto de esforços pessoais gigantescos para combatermos as difíceis condições de vida de nossa infância e alcançarmos profissões com salários melhores a partir de nossos esforços pessoais com o estudo. Cada um de nós é exemplo para os mais jovens, e, apesar de eu não ter tido filhos, sei que eu também sirvo de exemplo de superação de dificuldades e de persistência para meus sobrinhos e sobrinhas.

Minha mãe foi dona de casa por anos e, diante desse histórico com meu pai, por ter casado com ele a contragosto, era comum viverem brigando. Mamãe tinha quase cinquenta anos quando conseguiu um serviço para ajudar a sustentar seus filhos. Ela se tornou lavadeira de roupa na casa de alguns parentes e conhecidos. Eu tinha uns cinco ou seis anos quando via minha mãe aparecer na esquina da rua trazendo pão de frutas para agradar as filhas mais novas, minha irmã Cristina e eu.

² Jair Messias Bolsonaro governou o Brasil de 2019 a 2022. Para Rocha e Solano (2020), a definição de bolsonarismo é “o apoio à figura de Jair Bolsonaro baseado em um discurso antissistema de caráter populista” (Rocha; Solano, 2020, p. 4).

Minha mãe lutou e ainda luta muito, apesar de ter atualmente 87 anos. Eu queria estudar também para ajudá-la, assim como meus irmãos e irmãs.

Cheguei a presenciar minha mãe trocando sacos plásticos de comida (feijão, arroz) por legumes, em uma mercearia do bairro, porque não tinha dinheiro. Comíamos, muitas vezes, manga com feijão e farinha de almoço. Meu pai, na infância, passou fome. Certa vez, contou que apanhou farinha numa casa de farinha quando tinha uns 5 aninhos e o dono deu um tapa na mão dele, fazendo a farinha cair no chão para que ele não comesse. O homem preferiu desperdiçar a comida para não alimentar a criança faminta. Eu sempre me entristecia com esta história e meu pai sempre enchia os olhos de lágrima contando.

As dificuldades financeiras de minha família dificultaram a vida de meus irmãos e irmãs da mesma forma. Quando li sobre a economia solidária e sobre as questões relativas às cooperativas de catadores de recicláveis (Besen, 2006; Ferreira, 2019, Souza, 2005; Maia, 2003), eu me emocionei bastante, porque, em 2021 e 2022, duas de minhas irmãs tiveram que catar materiais recicláveis para subsistência diante da pobreza e das dificuldades financeiras trazidas pelo governo Bolsonaro (2019 – 2022). A perspectiva capitalista neoliberal faz com que as pessoas mais pobres busquem apenas a sobrevivência, vendendo, muitas vezes, até seus móveis e outros objetos para conseguir alimento. Quando se está em estado de vulnerabilidade social, não se pensa em bens de consumo, mas em garantir a vida.

Na minha vivência, a extensão esteve presente em diversos momentos. Em 2022, fez 24 anos que eu leciono na educação pública brasileira: nas esferas municipais, estadual e federal. No ano de 2024, completei 11 anos de atuação como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Atuei em diversos programas de governo relacionados à extensão universitária (EU) e a extensão tecnológica (ET) ao longo deste tempo: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prode-tur/NE), ProJovem Urbano e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).³

Entre 2014 e 2018, fui coordenadora de extensão do IFRN *Campus* Currais Novos, período de aprendizado sobre a extensão tecnológica. Desenvolvi interesse a partir do contato com a comunidade por meio dos projetos que coordenei e supervisionei junto aos docentes e técnicos.

³ Para saber mais sobre estes programas, ver Cruz (2020, 2022).

Já atuando como docente do IFRN, pude ministrar aulas de língua inglesa para algumas turmas do Programa Mulheres Mil⁴ cujos depoimentos causaram em mim diversos questionamentos sobre a extensão. A escrita de dois artigos fez com que meu interesse nos estudos de gênero aumentasse, bem como pude perceber as questões de gênero relacionadas à extensão (Cruz, 2019a; 2019b).

Na minha vivência como coordenadora de extensão do IFRN *Campus* Currais Novos, de 2014 a 2018, pude participar de inúmeros cursos de formação e reuniões para discutir extensão no IFRN. Em muitas dessas conversas entre os coordenadores de outros *campi*, a partir das leituras sobre o tema e das visões de extensão atribuídas por meus colegas de trabalho, ocorreu-me certa inquietação de investigar a extensão no instituto.

Os exemplos de vida de minha família me fizeram entender como o capitalismo é nefasto para trabalhadoras e trabalhadores das escalas inferiores da pirâmide econômica, algo imposto pela via do capitalismo neoliberal. Se eu for contar aqui todas as situações de humilhação enfrentadas pela minha família, principalmente as questões de gênero enfrentadas pelas mulheres da família Cruz, não haveria espaço suficiente nesta investigação e nem é meu propósito. A busca por uma vida melhor, tanto na minha família quanto em relação ao trabalhador e à trabalhadora pobre no Brasil, perpassa por tentar resistir não apenas ao sofrimento e à falta de recursos, mas também à morte.

⁴ O Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído em 2011 (Portaria n.º 1.015/MEC) e, segundo Medeiros (2019, p. 17), “foi pensado para minimizar os efeitos da pobreza, priorizar a realidade local, estimular a participação ativa da mulher em sua comunidade e gerar alternativas para renda e autonomia econômica”.



Concepção. Desenho em papel vergê A4, 120g, pintura com lápis de cor de madeira.

Cristiane de Brito Cruz, 28/06/2024.

1 INTRODUÇÃO: CONCEPÇÃO

Segundo Castillo (2024), a fecundação humana é o encontro do espermatozoide com o óvulo. A fertilização e a implantação do embrião na parede do útero constituem a *concepção*. De acordo com Gilbert (2003, p. 121) a *concepção* divide-se em quatro atividades: o contato e o reconhecimento do espermatozoide com o óvulo; a regulação da entrada do espermatozoide no óvulo – apenas um é permitido, inibindo-se os demais; a fusão do espermatozoide com o óvulo; e, por fim, a ativação do metabolismo do ovo para começar o desenvolvimento.

A luta do ser humano pela vida já se inicia no momento da *concepção*. Existem milhões de espermatozoides na busca pela fecundação do óvulo, mas só um será “aceito”. É interessante observar que é exatamente a parte feminina, ou seja, o óvulo que “decide” qual espermatozoide irá fecundá-lo. É a partir desta decisão que a vida se inicia. Desde a *concepção*, há uma intensa luta pela vida. Resistir à *morte*, valorizar a *vida*, lutar contra a fome, o desemprego e a exploração capitalista são alguns dos objetivos da economia solidária. Se imaginarmos que esta nova vida será a vida de uma *mulher*, pode-se compreender que esta luta permanece viva durante toda a sua vida até o dia de sua morte física.

A imagem que abre a introdução traz uma provocação, porque, enquanto sociedade machista, patriarcal, racista, misógina, transfóbica, há a ideia pré-concebida – e, por que não dizer, preconceituosa – de que só pode haver a concepção de uma nova vida através da interação sexual entre uma mulher cisgênero e um homem também cisgênero. Corpos dissidentes, como os transgêneros, nunca são vistos como corpos que podem conceber uma vida. A imagem causa dúvida por parecer ser visualmente a de duas mulheres cisgêneros. A minha intenção enquanto pesquisadora foi trazer para meu texto uma discussão que envolve apenas mulheres e, por ter escolhido como metáfora a gestação de uma mulher emancipada e todo seu processo de concepção, desenvolvimento e nascimento, eu quis pensar uma forma de trazer a concepção de um novo ser – também feminino – que pudesse ser feito por duas mulheres.

Foi então que eu me lembrei de um vídeo que vi no perfil @historiasdeterapia, da rede social Instagram, que apresenta vídeos de pessoas contando suas histórias pessoais enquanto lavam louça, como se estivessem em uma conversa informal. Em

um dos vídeos⁵, um casal de homens gays – sendo um deles um homem trans – conta os desafios que enfrentou quando descobriu que estava grávido. Neste momento eu achei por bem retratar em meu desenho um casal de mulheres lésbicas na qual uma delas seria uma mulher transgênero que pudesse gerar uma nova vida.

Destarte, a concepção desta nova vida que se inicia deverá ter nesta introdução os primeiros pontos a serem elencados, como justificativa, discussão inicial metodológica, meus objetivos geral e específicos, lócus e *corpus* da pesquisa, dentre outras informações pertinentes sobre esta investigação.

O interesse em observar a perspectiva de gênero na extensão e na educação profissional nasce da importância deste tema de estudos e após a realização de uma pesquisa anterior, denominada *A presença das mulheres em projetos de extensão no IFRN*, cujos achados me levaram a perceber que as mulheres, que estão em menor quantidade no instituto em relação ao total de servidores efetivos, trabalhavam bastante com a extensão tecnológica (Cruz, 2019a). O levantamento das quantidades de homens e mulheres foi feito no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) entre 2012 e 2019⁶. Do total de 2.633 servidores ativos no IFRN, em 2019, 945 eram mulheres e 1688 eram homens. Do total de servidores, 278 mulheres coordenavam projetos de extensão, o que correspondia a 10,5%, enquanto 444 homens ocupavam o mesmo cargo, ou seja, 16,8%. Concluí que existia, percentualmente, maior participação de homens na extensão do instituto até 2019.

A extensão pode ser uma atividade importante para servidores do gênero masculino e feminino. O fazer extensionista, por meio de suas práticas pedagógicas, além de essencial para o fazer universitário e o cumprimento da função social das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) pode constituir uma forma de propiciar emancipação social e empoderamento de populações marginalizadas, por exemplo, as mulheres. A Extensão Universitária (EU) deu origem ao que depois foi denominada de Extensão Tecnológica (ET).

De acordo com a Lei n. 13.243/2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à

⁵ Ver <https://www.instagram.com/reel/C9Up41NpMfN/?igsh=MTRrOWtjandweGFtcQ==>.

⁶ O SUAP foi criado em 2006 a partir de uma orientação de estágio para criação de um sistema de ponto eletrônico, no então Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN). Um ano depois, o sistema foi utilizado e nomeado como Sistema Unificado de Almojarifado e Patrimônio (Pereira, 2023). 2012 foi o primeiro ano de cadastro on-line de projetos de extensão no SUAP.

inovação, em seu Art.2º, inciso XII, a Extensão Tecnológica é “atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado” (Brasil, 2016a, p. 1).

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 28) define a *Extensão Universitária* como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. A Extensão vai articular os saberes populares aos saberes acadêmicos (da universidade) numa “via de mão dupla”, cujos saberes irão sendo desenvolvidos de forma sistematizada e submetidos à reflexão, sem privilégio de um saber ao outro. Um dos objetivos é a democratização do conhecimento e a participação da comunidade na universidade (Cruz, 2022; Rocha, 1984; FORPROEX, 2012; Sousa, 2010).

A *Extensão Tecnológica* é aquela praticada nos Institutos e Centros Federais de Educação e “põe ênfase no impacto gerado pelas ações locais e regionais dos Institutos Federais no que diz respeito à economia e ao mundo do trabalho” (Cruz, 2022, p. 41). A *Extensão Tecnológica* está mais próxima da comunidade porque se interessa em atender às necessidades mais imediatas da comunidade, seus problemas ou suas demandas (culturais e econômicas) (Silva; Ackermann, 2014; Cruz, 2022).

Espera-se que a Extensão Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) possa contribuir com a sociedade e com a comunidade em seu entorno a partir de seus projetos, cursos e atendimento à comunidade, através de processos de incubação de coletivos populares, associações e cooperativas que lidam com a Economia Solidária.⁷

Carrasco (2003) afirma que a sociedade necessita de bens de consumo⁸ para subsistência, mas necessita de algo invisibilizado pela economia clássica. A autora afirma que “as necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de afetos e relações” (Carrasco, 2003, p. 14). O que a autora chama por *afetos* são os cuidados

⁷ Discutirei sobre a Incubadora Tecnológica para o fortalecimento da Economia Solidária do IFRN (IFSol) no capítulo 3.

⁸ McKracken (2007) discute *bens de consumo* do ponto de vista cultural. Para ele, “o significado reside em três localizações: o *mundo culturalmente constituído*, o *bem de consumo* e o *consumidor*. A publicidade, o sistema de moda e os rituais de consumo foram identificados como os meios por onde o significado é extraído e transferido entre eles. A publicidade e o sistema de moda movem para os bens de consumo o significado de um *mundo culturalmente constituído*, enquanto os rituais de consumo movem o significado do bem de consumo para o *consumidor*. Essa é a trajetória do movimento do significado cultural nas modernas sociedades desenvolvidas” (McKracken, 2007, p. 111).

e carinhos que são necessidades humanas para a manutenção da vida e das relações na convivência em comunidade. Nossa sobrevivência depende, portanto, de ter quem cuide de nós quando somos crianças, quando estamos doentes, quando precisamos trabalhar. A realização de atividades relativas aos cuidados, na maioria das vezes, em todo o planeta, fica a cargo das mulheres. Os cuidados, portanto, são tarefas que, ao longo da história, são *feminizadas*.

Segundo Kergoat, Picot e Lada (2009), há diferença entre os termos “feminização” e “feminilização”. *Feminização* nos remete “ao crescimento do número de mulheres num determinado grupo profissional – em pequeno ou grande número – como aos efeitos desse crescimento numérico em termos de transformação ou reprodução das relações sociais” (Kergoat; Picot; Lada, 2009, p. 163). Segundo as autoras, pode estar relacionado tanto à vitória das mulheres na luta por igualdade quanto à desvalorização de um exercício profissional ou perda de prestígio. *Feminilização*, por sua vez, é tido “como termo derivado de feminilidade, no sentido de destacar o sexo ou características anatômico-fisiológicas das pessoas contabilizadas na análise quantitativa da composição de uma profissão ou ocupação” (Yannoulas, 2011, p. 273). Para esta autora, a *feminização* se preocupa com os aspectos qualitativos da entrada de mulheres em determinada profissão ou ocupação e a *feminilização* se preocuparia em descrever o fenômeno e quantificá-lo.

Consequentemente, as profissões ou atividades exercidas pelas mulheres são principalmente aquelas rotineiras, repetitivas, monótonas, desvalorizadas, empíricas e aplicadas, relacionadas e sobrepostas aos trabalhos de cuidado e às tarefas domésticas. Assim, as mulheres acabam assumindo as ocupações e postos mais precários e flexibilizados, ou se impondo a fazer mais que os homens para provar sua capacidade e avançar em suas carreiras. Ambas as estratégias (conscientes ou não) acabam por intensificar o trabalho dito *feminizado* (Carillo, 2013, p. 289, grifo meu).

A *feminização*, portanto, vai trazer consequências para as mulheres no sentido de transformar as profissões nas quais elas estão inseridas em menos prestigiadas e, caso elas sejam maioria, em profissões que são mais mal pagas. De acordo com Kergoat (2009, p. 67),

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera

reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares).

Esta autora afirma que a divisão sexual do trabalho atua com dois princípios: o de *separação*, no qual existem trabalhos específicos a serem realizados por mulheres e outros a serem realizados por homens; e o de *hierarquização*, no qual se tem a ideia de que o trabalho dos homens é socialmente mais valorizado do que o trabalho das mulheres. O processo que legitima essa divisão advém da ideologia naturalista, que, segundo a autora, traçaria “destino natural da espécie” (Kergoat, 2009, p. 68). A partir da contribuição dos estudos feministas, deu-se início à discussão sobre a desnaturalização dessa divisão sexual do trabalho e à constatação de que “as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais” (Kergoat, 2009, p. 68), sendo assim passíveis de serem modificadas e problematizadas, já que não são naturais, ou seja, não são imutáveis.

Para Mies (2019), a divisão sexual do trabalho remonta aos primórdios da humanidade nas sociedades caçadoras e coletoras, assim como o “domínio” masculino sobre o corpo feminino. A autora analisa analogias feitas entre o pênis e o arado da terra, as sementes e o sêmen, o campo e as mulheres que servem como um “indicativo de que esta relação-objeto está caracterizada pelo domínio de um sobre o outro. As mulheres, já aqui, são definidas como parte das condições físicas da produção (masculina)” (Mies, 2019, p.124). A autora afirma ainda que o produto dessa relação – alimentos ou filhos – era determinado pelas sementes (o homem) sobre o campo (a mulher) e a subordinação da produtividade feminina diante da masculina não se deu sem conflitos, mas através da luta de classes e do estabelecimento da propriedade privada patriarcal sobre a terra, os animais e as mulheres (Mies, 2019).

As mulheres, por sua vez, estão na parcela da população que mais sofrem diante da sociedade capitalista, neoliberal, patriarcal. Elas encontram, na Economia Solidária, um meio de sobrevivência diante da degradação social ampliada pelo ideal neoliberal. Uma proposta para a economia que busque incluir as questões do cuidado e procure visibilizar este tipo de trabalho, não só como atividade específica das mulheres, mas de todos, é a Economia Feminista. Porém, nem toda Economia Solidária (ES) é Economia Feminista (EF).

Bengoa e Corral (2022) argumentam que a *Economia Feminista* traz a proposta de “rechaçar a divisão sexual do trabalho e *desmulherizar*⁹ os trabalhos de cuidado, discutindo democraticamente formas de cuidar da vida” (Bengoa; Corral, 2022, p. 10, grifo meu). Uma forma de alcançar os objetivos de uma sociedade mais justa está na formação das pessoas, para que todas tenham oportunidade de aprender as bases profissionais gerais para o trabalho de modo a não trabalharem de forma alienada. Uma educação com perspectivas de emancipar os cidadãos leva em conta uma formação integral do ser humano. Ramos (2014) argumenta que, para que haja uma formação humana integral, esta deve ter como pressupostos a indissociabilidade entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia da vida humana, no processo educativo.

De acordo com Manfredi (2016, p. 35), a Educação Profissional (EP) “como prática social é uma realidade condicionada, determinada e não condicionante de qualificação social para o trabalho e para o emprego”. Para a autora, as relações entre escola e trabalho se dão em contexto histórico de movimentos contraditórios. O ideário neoliberal quer formar trabalhadores(as) para o mercado sem propor as devidas condições de emancipação. Os(as) trabalhadores(as) são formados para compor a grande massa a ser “explorada” e “expropriada” de conhecimento. Apesar das inúmeras transformações tecnológicas, ainda existe muito desemprego e reduzido número de oportunidades de emprego estável.

O que ocorre à medida que o capitalismo perdura é o subemprego ou empregos temporários: “o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a *preservação* quanto para a *ampliação da lei do valor*” (Antunes, 2020, p. 35, grifos do autor). Dentre as novas modalidades de ampliação de mais valor apontadas pelo autor, estão os contratos de *empresas terceirizadas* pelas instituições

⁹ O termo *desmulherizar* (*des-womanize*) vem de *desmulherização* (*des-womanization*), que, de acordo com Emenyi (2009), foi cunhado por Zulu Sofola (1992), em seu texto *Feminism and African Womanhood* (*Feminismo e feminilidade africana*). Emenyi (2009) explica que Sofola (1992) examina o sistema de governo africano antes da colonização, no qual o ser mulher estava atrelado às ideias de divindade (igualdade ao homem) e de ser esposa, mãe e filha, na qual as mulheres africanas modernas não se encaixariam. O termo *desmulherização* é usado para descrever as mulheres africanas “inefazes, sempre tímidas que andavam indecisas atrás de seus homens, sempre dando opiniões inúteis em questões importantes, enquanto seus companheiros analfabetos sempre estariam unidos entre si com força total e alcançariam sucessos inacreditáveis” (Emenyi, 2009, p. 73). Na perspectiva da autora, ao contrário desta visão, *mulherização* (a característica intrínseca de ser mulher) refere-se às mulheres modernas africanas que são descendentes das “mulheres mais corajosas, independentes e inovadoras deste mundo. A história africana está repleta de relatos de mulheres cujas vidas moldaram o destino das nações e povos” (Emenyi, 2009, p. 73).

públicas, cujos trabalhadores(as) ganham menos, têm mais horas de trabalho e possuem contratos temporários de trabalho, não tendo estabilidade no emprego. Antunes (2020) cita ainda o *zero hour contract* (contrato hora zero), que consiste em um tipo de contrato no qual o trabalhador é convocado para uma demanda de trabalho por tempo determinado, no qual ele/ela receberá estritamente pelo que fizer sem receber pelo tempo de descanso ou que ficar à disposição da empresa para ser convocado. O autor afirma que esta modalidade engloba um leque imenso de profissões (médicos, enfermeiros, cuidadores, motoristas, advogados, entre outros) e a denomina *escravidão digital*, em uma flexibilização total do mercado de trabalho. Outro exemplo citado pelo autor são os empreendedores (proletários-de-si-próprios), a exemplo dos motoristas de aplicativo, como da Uber¹⁰, dentre outros trabalhadores e trabalhadoras

submetidos a essas modalidades de trabalho com contratos “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes”, “flexíveis”, os trabalhadores ainda são obrigados a cumprir metas, impostas frequentemente por práticas de assédio capazes de gerar adoecimentos, depressões e suicídios (Antunes, 2020, p. 37).

A política neoliberal e capitalista de ideias fascistas e de extrema direita é uma política que causa não só sofrimento aos mais pobres, mas retira direitos sociais dos mais pobres e ampara os mais ricos. Esta política de morte, Mbembe (2016) define como *necropolítica*, que são “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte” (Mbembe, 2016, p. 146), uma espécie de *antieconomia*: “o ponto no qual destruição, supressão e sacrifício constituem uma despesa tão irreversível e radical – e sem reservas –, que já não podem ser determinados como negatividade. A morte é o próprio princípio do excesso” (Mbembe, 2016, p. 126).

Mészáros (2008) propõe “*romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente*” (Mészáros, 2008, p. 27, grifos do autor). Neste sentido, uma Educação Profissional

¹⁰ De acordo com Isaac (2020), a Uber, empresa de aplicativo de viagens fundada por Travis Kalanick em 2010, começou como “uma start-up formada por alguns técnicos dentro de um apartamento em São Francisco se transformara em um colosso global crescente que operava em centenas de cidades pelo mundo” (Isaac, 2020, p. 14). O autor afirma que, no início, a empresa avançava de cidade em cidade nos Estados Unidos recrutando motoristas e oferecendo corridas grátis para os clientes, fazendo com que as corridas crescessem em um ritmo tão rápido que as autoridades locais eram incapazes de acompanhar ou controlar, tornando-se em pouco tempo um fenômeno global.

democrática e justa deve promover a emancipação do trabalhador e romper com a lógica do capitalismo.

A destruição capitalista da sociedade faz nascer uma reação. O “desprezo” capitalista à vida, à natureza, aos mais pobres faz com que estes possam se refazer e *renascer* mesmo diante desta destruição, como uma nova vida que ressurge a cada dia e jamais deixa de lutar pela existência. Na luta por emancipação, a Economia Solidária Feminista tende a dar uma contribuição importante para as mulheres mais vulnerabilizadas socialmente.

1.1 Objetivos geral e específicos

Esta investigação faz parte também de um projeto maior, denominado *Gestão das experiências de sofrimento na Educação Profissional: estudo comparativo entre Brasil, França e Argentina*, financiado pelo edital universal do CNPq, desenvolvido dentro do Grupo Pesquisa Observatório da Diversidade/CNPq-IFRN.¹¹

O objeto de pesquisa deste trabalho é a emancipação feminina a partir das práticas pedagógicas da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária (IFSol) do IFRN-ZN. Queremos discutir as seguintes questões: as práticas pedagógicas da incubadora IFSol/IFRN-ZN para os Empreendimentos de Economia Solidária geridos por mulheres promove a *emancipação* dessas mulheres? Quais as atitudes emancipatórias identificadas nessas mulheres? As práticas formativas da IFSol apontam na direção de uma formação política e na perspectiva de uma Economia Feminista? Quais visões as mulheres líderes de EES têm de *Ser Mulher*?

Como argumento de tese, afirmamos que, a partir das práticas pedagógicas da Incubadora IFSol/IFRN-ZN, mulheres líderes de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) atendidas pelo projeto alcançam algum nível de emancipação e empoderamento. Nesta pesquisa, estabelecemos como objetivo geral o de analisar se as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFSol/IFRN-ZN podem contribuir para esta emancipação de mulheres líderes desses EES.

¹¹ Chamada Nº 18/2021 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A investigação que originou esta tese foi cadastrada como projeto de pesquisa no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), através do Edital nº 03/2023 – PROPI/RE/IFRN, que trata do *Cadastro de Projetos de Pesquisa e Inovação Desenvolvidos nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu e Lato Sensu*, de Fluxo de Pesquisa/Inovação Contínuo.

Meus objetivos específicos, por sua vez, são: a) identificar as práticas pedagógicas no processo de incubação da IFSol/IFRN-ZN; b) investigar as práticas pedagógicas realizadas pela incubadora IFSol/IFRN-ZN que fomentam a economia solidária e apontam na direção de uma economia feminista; c) analisar qual é o aprendizado de mulheres líderes de EES a partir da perspectiva da Educação Profissional enquanto práxis libertadora/emancipatória.

A prática pedagógica, que vem da iniciativa de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária, parte do pressuposto de uma Educação Popular (EP) para trabalhadores e trabalhadoras solidários, levando em conta as ideias de Paulo Freire (1983) quanto a uma educação para a emancipação dos indivíduos. Trata-se de um processo de partilha, e não de transferência de conhecimentos, entre técnicos (docentes, discentes, servidores administrativos) e trabalhadores(as) solidários (associados, cooperados ou pessoas trabalhadoras em agrupamentos de ES).

Convém salientar que Educação Popular é aquela que era entendida por Educação de Adultos (Freire, 2001). Haddad e Di Pierro (2021, p. 2) afirmam, a partir de Freire (2001), que, nesse tipo de educação, os educadores devem desenvolver “uma nova sensibilidade a respeito do cotidiano dos setores populares [...] não se ocuparem apenas com os conteúdos e a didática, mas incorporarem a reflexão crítica sobre a realidade dos seus educandos como forma de ampliar o sentido político das práticas educacionais”. Não pode o educador inculcar informações e posturas políticas nos educandos, porque se aprende na busca, através do estímulo do educador. “Dessa forma, é possível aos educandos a superação do senso comum na direção de uma compreensão científica e crítica da sua realidade (Haddad e Di Pierro, 2021, p. 2)”.

Veiga (2011) conceitua a prática pedagógica como “uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos e inserida no contexto da prática social (Veiga, 2011, p. 12)”. Por ser uma dimensão da prática social que pressupõe a relação teoria-prática, a autora acredita que é dever de todos os educadores buscar todas as condições que são necessárias à sua realização.

Segundo Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), as mulheres são maioria nas práticas solidárias em “grupos de produção artesanal ou agrícola, de troca local, finanças solidárias, associações comunitárias quanto no trabalho em cooperativas, sociedades mutualistas ou associações” (Hillenkamp; Guérin; Verschuur, 2016, p. 1); no entanto, são *sobre-representadas*:

Na melhor das hipóteses, os atores-atrizes e pesquisadores-as desse campo se contentam em afirmar que as diferenças entre os sexos devem ser levadas em conta e que a igualdade de gênero é um objetivo da economia solidária. Porém, geralmente, a forma como essa economia é atravessada pelo gênero não é analisada em profundidade. Nos países onde a cooperação para o desenvolvimento tem um papel importante, as abordagens de “Gender and Development” acabaram fortalecendo a visão simplista de que a economia solidária funciona necessariamente a favor das mulheres. Nesse caso, a economia solidária se encaixa nas proposições enunciadas pelo Banco Mundial de “smart economics” voltadas às mulheres, que são amplamente criticadas pelos estudos feministas (Hillenkamp; Guérin; Verschuur, 2016, p. 1).

Representar, de acordo com o Dicionário Priberam (2024d), é trazer à memória, significar, simbolizar, expor (por meio de representação), dentre outros significados. *Sobre-representar*, nesse caso, significa uma representação deturpada, uma exposição socialmente pejorativa, uma visão machista e patriarcal das mulheres. Pesquisadores que estudam a economia solidária, de acordo com a citação de Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), fortaleceram a ideia, derivada de representações sociais femininas do *senso comum*, de que o quantitativo de mulheres bastaria para tornar as práticas da economia solidária favoráveis a elas, o que não acontece efetivamente.

Nesta investigação pretendo trazer uma maior visibilidade às questões de gênero, no tocante às mulheres, ancorada na discussão sobre a Economia Solidária Feminista. Estamos iniciando a *concepção* de uma nova discussão. Uma discussão que será *fertilizada*, terá seu *desenvolvimento* e *incubação* dentro do processo de pesquisa e *desincubação*, dando início ao *nascimento* de uma nova compreensão a partir das questões de gênero, economia solidária, emancipação de mulheres e práticas pedagógicas da Educação Profissional.

Para entender mais sobre a questão das práticas pedagógicas na economia solidária, utilizei o Estado do Conhecimento, que, para Kohls-Santos e Morosini (2021), refere-se a um tipo de pesquisa bibliográfica (teses, dissertações, artigos) cujo objetivo é “conhecer o que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação *stricto sensu* de determinada área, sobre determinado tema” (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p. 125).

Nesta pesquisa, optei por realizar a busca nos repositórios Portal de Teses e Dissertações e de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de

Nível Superior (CAPES), utilizando os descritores *Prática AND pedagógica AND incubação*; *Prática AND pedagógica AND incubadora*; e *Prática AND pedagógica AND economia AND solidária*. A busca por trabalhos foi realizada entre 10 e 13 de maio de 2023 e resultou em 33 trabalhos, dos quais excluimos os trabalhos repetidos ou fora da temática *práticas pedagógicas e economia solidária*. Assim, restaram 11 trabalhos: 10 artigos e 1 dissertação. O quadro 1 traz a lista de todos os trabalhos encontrados, em que A significa artigo e D dissertação.

Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos sobre práticas pedagógicas na Economia Solidária.

Ord.	Ano/ Tipo	Autores	Título	Revista/ Universidade
1	2009 (D)	VIEIRA, Geisio Lima.	Usina Catende: solta o trem de ferro um grito 'metamorfoses do trabalho'	Dissertação (UFPB)
2	2012 (A)	ARAÚJO, Sílvia Cordeiro de	Perspectivas da economia solidária e da educação ambiental como práxis pedagógica no programa pescando letras.	Acoalfa (USP)
3	2014 (A)	ADAMS, Telmo.	Educação na economia solidária: desafios e perspectivas.	Educação (UFMS)
4	2015 (A)	COPELLO, Mónica; BIANCHI, Yolanda; PETIT, Luciano.	Reflexiones en torno a las prácticas educativas del diploma de operador socioeducativo en economía social y solidaria en clave de investigación acción participativa.	+E: Revista de extensión universitaria, (Universidad Nacional del Litoral)
5	2015 (A)	MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel; BARROFALDI, Rita de Cássia Zacheo.	Práticas Efetivas em Educação Matemática no contexto de um banco comunitário.	BOLEMA: Boletim de educação matemática (UNESP)
6	2018 (A)	MILANI, Ana Maria Rita; GRADE, Marlene.	A criação de espaços sociais como forma de luta das mulheres artesãs de Alagoas: a experiência da economia solidária.	Geosul (UFSC)
7	2018 (A)	MENDONÇA, Thiago Teixeira; SCHMITZ, Marília Dietrich; ANDRADE, Isabela Tsutiya.	Inserindo o conceito lixo zero e a economia sustentável em escolas públicas de Florianópolis.	Extensio: Revista Eletrônica de Extensão (UFSC)
8	2019 (A)	GONTIJO, Felipe Marques Carabetti; PAULA, Ana Paula Paes de.	Os sentidos da economia solidária: reflexões sobre um curso de formação.	Educação e Pesquisa (Universidade de São Paulo)
9	2019 (A)	NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos.	Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária.	Trabalho necessário, (UFF)
10	2021 (A)	GÓMEZ-ZAPATA, Yuliana; VARGAS, Natalia Gallón; TRIANA, María Alejandra Rodríguez; ZULETA, Leidy Jhojana Usma.	Contabilidad popular. Sentidos y experiencias en organizaciones sociales y comunitarias de la vereda Granizal (Bello, Antioquia, Colombia).	Innovar: revista de ciencias administrativas y sociales (Universidad Nacional de Colombia)

11	2022 (A)	MARTINS, Bruna Oliveira; NOVAES, Henrique Tahan.	A autoeducação e o papel formativo da incubadora de cooperativas populares da Unesp de Assis na promoção da igualdade de gênero em uma Cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis do Oeste Paulista.	Org & demo (UNESP)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Utilizei a técnica de Análise Textual Discursiva (ATD) para a análise das pesquisas sobre as práticas pedagógicas na economia solidária. De acordo com Moraes e Galiazzi (2006), a ATD é o processo de análise que se inicia pela *unitarização* – os textos são separados em unidades de sentido –; depois a *categorização* – as unidades semelhantes são agrupadas em categorias de análise –; a seguir, a construção de *metatextos* – o pesquisador se “desloca do empírico para a abstração teórica, que só pode ser alcançada se o pesquisador fizer um movimento intenso de interpretação e produção de argumentos (Moraes; Galiazzi, 2006, p. 118)” –; e, por fim, a escrita do *texto interpretativo final*. Os trabalhos foram lidos na íntegra. As categorias emergentes que foram criadas a partir da categoria *a priori* Práticas Pedagógicas foram: prática social (humana), prática democrática, prática libertadora (revolucionária), prática profissional, práticas econômicas, prática capitalista, práticas educativas e pedagógicas, prática política, prática alternativa (secundária), prática cultural, prática discursiva, prática investigativa, prática x teoria.

Como resultado do estado do conhecimento, descobrimos que o entendimento sobre práticas pedagógicas na economia solidária perpassa a ideia de *libertação, democracia, economia (outro tipo de economia), prática social, educativa* e que tem o viés de luta contra as práticas de dominação e alienação propostas pelo capitalismo. Cabe à Economia Solidária, portanto, a partir de suas práticas pedagógicas, fazer frente aos ideais neoliberais e capitalistas.¹²

¹² O quadro contendo alguns metatextos produzidos a partir das categorias emergentes está nos anexos desta tese. Optei por incluir nesta introdução não a análise completa, mas apenas os resultados encontrados, já que o objetivo não é discutir práticas da economia solidária em si, mas sim as *práticas pedagógicas* da economia solidária, em especial aquelas da incubadora IFSol que fomentam a emancipação de mulheres. Além disso, a perspectiva de gênero não é tema dessas pesquisas, de modo que em algumas delas não se discute sequer a economia solidária enquanto *práxis pedagógica*.

1.2 Metodologia

Para investigar se existe a emancipação de mulheres em EES a partir das práticas da incubadora IFSol/IFRN-ZN, partimos de uma abordagem qualitativa de investigação. Segundo Pires (2020), as ciências sociais buscaram, ao longo da história, a validade empírica para os conhecimentos que elas produziam. O autor mostra ainda que o olhar das ciências sociais vai de encontro ao que está “escondido”. A pesquisa qualitativa traz resultados “indesejáveis ou impopulares”, já que, muitas vezes, trata de temas que a sociedade quer deixar “encobertos”. Esta pesquisa caracteriza-se também como *descritiva*. Para Gil (2008, p. 28), as *pesquisas descritivas* “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, tendo como característica a “utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.

Gabriela Cunha e Aline Mendonça dos Santos (2011) escrevem o capítulo “Economia Solidária e pesquisa em Ciências Sociais: desafios epistemológicos e metodológicos”, que integra o livro *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*, organizado por Pedro Hespanha e Aline Mendonça dos Santos, e oferece uma discussão importante sobre a pesquisa em Economia Solidária.

Para Cunha e Santos (2011), tanto a Economia Solidária (ES) quanto a pesquisa sobre a ES sofrem dificuldades. A pesquisa vai trazer um objeto de estudo classificado como *marginal* ou *invisibilizado*. A ruptura entre o econômico e o social está no cerne desta postura relacionada a este tema de estudo. Enquanto a economia nascia como ciência e a sociologia como disciplina, as tensões entre as áreas se intensificaram, havendo, posteriormente, uma ruptura entre elas (Cunha; Santos, 2011).

A cargo da sociologia, ficaram temas que a economia ignorava, como família e religião, por exemplo. No entanto, a economia passou a se interessar pela explicação dos comportamentos sociais, passando a influenciar esses comportamentos, assim como o modo como se percebiam as pessoas. A economia solidária emerge como questionadora da economia enquanto esfera – que se desvincula da vida social, política, cultural –, negando ou invisibilizando a existência de outras formas econômicas e questionando ainda a própria teoria econômica como verdade única (Cunha; Santos, 2011).

A tentativa de juntar novamente a perspectiva econômica e a social vai ser trazida por diversos autores, sendo Marx o pioneiro, tentando unir a economia às relações sociais. Weber, por sua vez, vem em seguida, cunhando o termo *economia social*. Durkheim, então, introduz o campo de estudos da *Sociologia Econômica*. Tais abordagens tentaram superar a separação entre a economia e as outras esferas sociais. Para Cunha e Santos (2011), a pesquisa em economia solidária possui vínculo com todas essas correntes e entende que “não se pode compreender o todo da realidade social fazendo referência exclusivamente aos pressupostos da teoria econômica neoclássica” (Cunha; Santos, 2011, p. 32).

Cunha e Santos (2011) acreditam que existe uma *carência teórica e epistemológica* para a compreensão de práticas econômicas diversas da prática capitalista convencional. A emancipação social é um dos temas que carecem de estudos, principalmente porque fazem “resistência à lógica do sistema vigente” (Cunha; Santos, 2011, p. 32). Para as autoras, a ES vai em busca justamente da reinvenção dessa emancipação e o compromisso científico vai ser o de dar visibilidade a essas vivências e práticas, *reconhecer* e *validar* tais *ausências* do conhecimento. Baseadas em Santos (2000, 2005, 2006)¹³, as autoras abordam a perspectiva das *sociologias das ausências* (tornar visível experiências não hegemônicas socialmente), *sociologias das emergências* (tornar as experiências e expectativas equilibradas, tangíveis) e o *trabalho de tradução* (dar visibilidade a outros conhecimentos de grupos subalternos além do científico).

É por isso que é preciso considerar outras maneiras de entender e articular conhecimentos e práticas, individuais e coletivas, repensando conceitos ou mesmo construindo outros referenciais teóricos para dialogar com diferentes realidades (Cunha; Santos, 2011, p. 35).

A ES envolve ainda uma diversidade de práticas, o que faz com que o desenvolvimento de uma teoria geral se torne tarefa árdua. Há de se ter um diálogo entre elas e entre o/a pesquisador/a para que haja alguma transformação (Cunha; Santos, 2011). Segundo as autoras Cunha e Santos (2011), uma perspectiva contra-

¹³ SANTOS, Boaventura de S. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000;
SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2005.
SANTOS, Boaventura de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.
In: SANTOS, Boaventura de S. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2006, p. 777-821.

hegemônica como é a da ES há de trazer dificuldade de ser reconhecida, inclusive, como objeto de estudo e de pesquisa científica.

Outro desafio apontado pelas autoras é o de envolvimento do/a pesquisador/a. Muitos deles estão envolvidos com a ES a partir da incubação de empreendimentos solidários nas universidades e institutos que eles/elas atuam, geralmente ligados à extensão e “ao mesmo tempo em que buscam responder a suas perguntas de pesquisa, também trabalham para a consolidação de uma ‘outra economia’” (Cunha; Santos, 2011, p. 37)

Cunha e Santos (2011) utilizam o termo *pesquisador militante*¹⁴, que recebe inúmeras críticas nas ciências sociais, mas elas apontam um caminho que é o equilíbrio entre objetividade e subjetividade, rigor teórico-metodológico e participação sociopolítica. Há o risco da perda do foco sociológico, mas basta o/a pesquisador/a afastar-se e *sistematizar, analisar e interpretar os dados coletados* para que se tenha uma reflexão científica adequada. Segundo as autoras, a ES é um tema recente de estudos, por isso haver poucas metodologias utilizadas, insuficiente aprofundamento teórico e, por fim, poucas fontes de dados, além do caráter interdisciplinar da ES que circula nas ciências humanas, sociais, na psicologia, na administração, na tecnologia dentre outras áreas e isto dificultaria consolidá-la como um campo específico.

Cunha e Santos (2011) acreditam que fazer pesquisa em Economia Solidária vai trazer tensão entre *envolvimento e distanciamento; criticidade e construção de conhecimento sobre a realidade; dar visibilidade, trazer luz* ao que está obscuro. Além da invisibilidade da perspectiva econômica da Economia Solidária, há a invisibilidade ou invisibilização social das mulheres, cuja emancipação, a partir de práticas pedagógicas da incubadora institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, é objeto deste estudo.¹⁵

¹⁴ “O conceito de ‘pesquisador militante’, por nós entendido como *aquele que participa e partilha do projeto social e político de seu campo de estudo*, [...] significa que o trabalho de pesquisa não deve ser previamente invalidado caso seu autor também acumule militância no campo pesquisado. É muito provável que ele tenha optado por fazer pesquisa em ciências sociais sobre determinado tema justamente porque sua trajetória de vida (e de militância) o levou a se interessar em descrever e analisar de modo crítico a realidade em que estava ou está envolvido, sistematizando fatos, comportamentos, ideias, e estabelecendo possíveis conexões, tipologias, modelos. Na verdade, se souber dosar bem sua participação, este pesquisador terá uma oportunidade maior de acesso às experiências do campo e até os problemas internos dos grupos e organizações pesquisadas, em comparação com o pesquisador externo, mesmo este sendo um observador participante” (Cunha; Santos, 2011, p.44).

¹⁵ As autoras criticam a *superutilização* de Estudos de Caso nas pesquisas em ES, mas acredito que meu trabalho se utiliza das devidas fundamentações teóricas em economia solidária e feminista, consolidadas e atuais, bem como aceitas academicamente. Exemplo disso é a construção dos dados a partir da análise de documentos e da Entrevista, como também o tratamento e a análise dos dados a

Esta investigação suscita um tema que trata da perspectiva de mulheres. Segundo Perez (2022), existe uma lacuna de gênero nas estatísticas ao redor do mundo, o que prejudica as mulheres. A autora afirma que o “sexo não é a razão pela qual as mulheres são excluídas dos dados. O gênero sim” (Perez, 2022, p. 14). Conforme a autora, “o corpo feminino não é a causa do problema. O problema é o significado social que atribuímos a esse corpo e a determinação social que nos leva a não o levar em consideração”. A autora afirma que a lacuna de dados estatísticos sobre as mulheres traz a consequência de entender a humanidade como exclusivamente masculina, pois o masculino genérico é utilizado em diversas situações na nossa sociedade. Perez (2022, p. 20-21) aponta ainda que uma cultura tão dominada pelo viés do masculino genérico fez o seguinte: “a experiência e a perspectiva masculina passaram a ser vistas como universais”. Isso, como ela demonstra com números e muitos dados, prejudica a vida de diversas mulheres.

Esta pesquisa se insere na abordagem qualitativa, utilizando o método de Estudo de Caso (EC). Severino (2007) indica que essa metodologia requer a escolha de um caso representativo em meio a casos análogos. Os casos são escolhidos de acordo com o tempo e a atividade, e os pesquisadores irão obter informações detalhadas se utilizando de diversos procedimentos de coleta de dados durante um tempo prolongado (Stake, 1995; Creswell, 2007). O EC irá realizar o questionamento cujo processo será feito a partir de uma investigação detalhada, abrangente, sistemática e profunda do caso a ser estudado (Rodríguez Gómez *et al.*, 1996; Esteban, 2010). Merriam (1998) afirma que o EC é particularista, descritivo e heurístico.

De acordo com Merriam (1998), o EC é *particularista* porque está focado em uma situação particular, um evento, um programa ou um fenômeno. É importante pelo que revela do fenômeno e pelo que ele representa. Assim, o EC tem um bom *design* para problemas práticos, como questões ou situações intrigantes que aparecem no dia a dia. O EC é *descritivo*, pois tem como resultado uma descrição rica, completa, literal do que está sendo investigado. Inclui tantas variáveis quanto possível, podendo retratar o que se está investigando após certo tempo.

Na perspectiva de Yin (2015), o EC vai buscar um fenômeno pouco investigado, que estuda com profundidade poucos casos, o que propicia a identificação de

partir da Análise Textual Discursiva (ATD) e Análise Temática (AT), fazendo com que os critérios científicos sejam rigorosamente respeitados.

categorias de observação ou ainda a geração de hipóteses que auxiliem estudos subsequentes. De acordo com Alves-Mazotti (2006, p.646),

o pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados, ele pode gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos.

O IFRN *Campus* Natal Zona Norte é representativo porque foi um dos primeiros *campi* do IFRN a promover ações com grupos de economia solidária por localizar-se numa das regiões mais populosas e de baixa renda da cidade¹⁶.

Merriam (1998) diz ainda que o EC é *heurístico*, já que ilumina o entendimento do pesquisador sobre certo fenômeno estudado, trazendo um novo significado ou amplificando a experiência do observador para confirmar o que já era de seu conhecimento ou para investigar os conhecimentos prévios e razões de acontecer. Ademais, cumpre a importante função de checar se algo novo funciona ou não, além de discutir alternativas ainda não consideradas, bem como avaliar, resumir, concluir e acrescentar potencial de aplicabilidade a um dado problema.

Esteban (2010) comenta que as descobertas de novas relações e conceitos – e não a verificação de hipóteses já preconcebidas – é o que caracteriza o EC como qualitativo.

Yin (2015) diz que existem três tipos de Estudos de Caso: *Exploratórios*, *Descritivos* e *Explicativos*, assim como outros métodos de pesquisa. O autor afirma que as questões de pesquisa que este método responde são as questões *como* e *por quê?*. Schwandt e Gates (2018) explicam que, de forma simplificada, um Estudo de Caso seria uma instância, um incidente, uma unidade de algo ou pode ser qualquer coisa – uma pessoa, uma organização, um evento, uma decisão, uma ação, um local como um bairro ou até mesmo um Estado-Nação –.¹⁷

Para Yin (2015), a definição de Estudo de Caso divide-se em duas partes principais: a definição do *escopo* e suas *características* específicas. Em relação ao escopo:

¹⁶ A seção 3 discute mais detalhadamente o IFRN *Campus* Natal Zona Norte.

¹⁷ *In the simplest sense, a case is an instance, incident, or unit of something and can be anything – a person, an organization, an event, a decision, an action, a location like a neighborhood, or a nation-state.* (Schwandt e Gates, 2018, p. 600, tradução minha).

O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto puderem não ser claramente evidentes (Yin, 2015, p. 17).

O autor faz a diferença entre o EC e a Pesquisa Histórica – que estudaria eventos não contemporâneos – e a Pesquisa de Levantamento – que teria dificuldades de dar conta de um contexto, apesar de até poder ser contemporânea. A investigação do Estudo de Caso lida com situações cujas diferenças técnicas acarretam múltiplas variáveis e, portanto, conta com muitas evidências o que demanda a triangulação de dados, sendo assim é beneficiada pela teoria que orienta tanto a coleta quanto a análise dos dados (Yin, 2015).

Para o autor, a pesquisa de estudo de caso pode adquirir uma perspectiva *realista* – aquela que “assume a existência de uma realidade individual independente de qualquer observador” (Yin, 2015, p. 18) ou então uma perspectiva *relativista*, cujas múltiplas realidades (ou significados) dependem da constatação do observador.

Criada em 2018, a IFSol é uma incubadora autogerida que sistematiza suas ações em forma de rede (núcleos) (Rêgo; Capistrano; Rabêlo, 2023). No início do ano de 2024 possuía 12 núcleos presentes em diversos *campi* do IFRN.

Ao buscar compreender a relação das práticas pedagógicas utilizadas pela IFSol na promoção de emancipação de mulheres líderes de EES, necessitei da utilização de diversas fontes de pesquisa dispostas no quadro 2.

Quadro 2 – Fontes da pesquisa.

Regulamentos institucionais (IFRN).	• Projeto Político Pedagógico do IFRN (IFRN, 2012a). • Organização Didática do IFRN (IFRN, 2012b). • Regulamento das Atividades de Extensão no âmbito do IFRN (IFRN, 2017). • Regimento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFRN, 2018b).
Legislação, regulamentação e comunicações oficiais Nacionais.	• Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 2020); • Lei 13.243/2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação (Brasil, 2016a). • Lei 14.611/2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 2023b). • MDS: Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL. (Brasil, 2021). • MTE: Manual de orientações para formação e operação das Comissões de Cadastro, Informações e Comércio Justo (Brasil, 2016c).

	● MTE/SENAES – Sistema nacional de informações de economia solidária (SIES): Divulgação dos dados do SIES 2013 (Brasil, 2013). ● Portaria MTE n. 1.780/2014 – Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL. (Brasil, 2014).
Legislação Estadual e Municipal e documentos.	● Decreto nº 29.974/2020. Institui o Plano Estadual de Economia Solidária do RN (2020 a 2023) (Rio Grande do Norte, 2020a); ● Decreto nº 30.371/2021. Dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito da Economia Solidária (Rio Grande do Norte, 2021a); ● Decreto nº 31.390/2022. Institui o Sistema de Informação e Cadastro da Economia Solidária do RN (Rio Grande do Norte, 2022); ● Lei nº 8.798/2006. Institui a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no RN (Rio Grande do Norte, 2006); ● Lei nº 10.536/2019. Cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) no RN (Rio Grande do Norte, 2019); ● Lei nº 10.833/2021. Altera o art. 5º da Lei nº 10.536/2019, que cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) no RN (Rio Grande do Norte, 2021b); ● Lei Complementar nº 7.159/2021. Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal do Centro Feminista 8 de Março – CF8 (Natal, 2021a); ● Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Natal: história, cultura e turismo (Natal, 2008a); ● Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Natal: Mapas Temáticos (Natal, 2008b); ● Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Anuário Natal 2021 (Natal, 2021b).

Fonte: Elaboração própria (2022).

Escolhi os regulamentos institucionais listados acima para a melhor compreensão da incubadora IFSol: o regulamento institucional e as resoluções (sobre a IFSol e sobre a extensão tecnológica no IFRN, já que a incubadora está vinculada a ela). Irei, da mesma forma, fazer a análise da Organização Didática do IFRN, dentre outros documentos que tratem das atividades pedagógicas da instituição na identificação de atividades que a IFSol realiza com os EES. Li e analisei editais de extensão específicos sobre a incubadora para observar quais os critérios institucionais exigidos em projetos de extensão, especificamente os que tratam da IFSol. Investiguei outros documentos relacionados à extensão e à incubadora para a identificação da visão de extensão do instituto, da visão institucional dos princípios da Educação Profissional e da função social da instituição frente à comunidade no entorno, principalmente o entorno do IFRN *Campus* Natal Zona Norte.

A legislação nacional que trata da ES é importante para observar se o IFRN atende aos requisitos nacionais sobre ES e se está fundamentado legalmente para atuação da incubadora IFSol dentro dos princípios solidários elencados na legislação

nacional. A fundamentação legal ampara tanto o IFRN, na observância da legislação, quanto os EES, no tocante à identificação de documentação exigida que venha a tipificar quais desses empreendimentos é realmente de ES, isto é, se existem EES em desacordo com a legislação, se são informais, o que falta para a sua formalização e quais ações institucionais estão buscando fomentar esta legalização. Igualmente, em nível nacional, o IFRN deve obedecer à legislação estadual e municipal sobre ES e entender como cada ente federativo atua no fomento, na regularização e nas ações sobre a temática.

Para a construção dos dados, utilizei a pesquisa documental e a técnica de entrevista. Realizei levantamento de documentos do IFRN sobre a IFSol, como portarias, resoluções, notícias, dentre outros documentos específicos dos EES, e realizei entrevistas semiestruturadas com a coordenação-geral e com coordenador/a da IFSol/IFRN-ZN. Na Análise Documental (AD), li e analisei algumas portarias e resoluções do IFRN, bem como o regimento da IFSol – listados no quadro 2 – e fiz a leitura de leis estaduais e municipais sobre Economia Solidária, realizando a busca de projetos de extensão no Sistema Unificado de Administração SUAP do IFRN e obtendo uma tabela relacionando os projetos de extensão da IFSol desde 2019 em todo o IFRN. Realizei ainda uma entrevista exploratória com uma empreendedora do empreendimento Rede de Sonhos, que me concedeu atas de assembleias, fotos e *folders* com produtos da cooperativa, dos quais realizei uma leitura prévia para conhecimento.

Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) afirmam que, para quaisquer tipos de pesquisa, o uso de documentos deve ser “apreciado e valorizado” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 2), já que é através dos documentos que pesquisadores irão se apropriar do seu objeto de pesquisa. Os autores afirmam que “documento” pode ser “escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5). Os autores afirmam que, no que diz respeito a documentos, muitos pesquisadores se utilizam de palavras como “pesquisa”, “método”, “técnica” e “análise”, portanto, há “pesquisa documental, método documental, técnica documental e análise documental” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 3). Optei por utilizar a Análise Documental, que os autores afirmam se tratar da identificação de informações (fatos) em documentos geradas a partir de questões ou hipóteses.

Na Análise Documental, pesquisadores se utilizam de diversos tipos de documentos. De acordo com Guba e Lincoln (1981), podem ser cartas, memórias, autobiografias, livros didáticos, testamentos, discursos, romances, artigos de jornal e editoriais, roteiros de filmes, estudos de caso, histórias de vida, históricos médicos, publicações do governo, comunicados diplomáticos, dentre outros. Tais documentos podem ser “materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando outras interpretações ou informações complementares, sendo essa busca feita por meio de documentos” (Lima Júnior *et al.*, 2021, p. 40). A diferença entre a pesquisa documental e a bibliográfica é explicada por Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009):

a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 6).

Para realizar a fundamentação teórica sobre Economia Solidária (ES) e sobre outras temáticas desta pesquisa, também faço uso da pesquisa bibliográfica. Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses” (Severino, 2007, p. 122). Incluem-se neste tipo de pesquisa, atualmente, documentos disponíveis de forma on-line, na internet, arquivos nos diversos formatos, como *pdf*, *html*, dentre outros.

Existe uma certa ambiguidade no que diz respeito à entrevista como técnica de pesquisa nas Ciências Sociais. Ela é considerada uma das técnicas mais frequentes e “constituem uma porta de acesso às realidades sociais, apostando na capacidade de entrar em relação com as outras” (Poupart, 2020, p. 215). Para o autor, não é uma tarefa fácil de ser empreendida. Poupart (2020) afirma que a entrevista supõe um jogo de questões nas interações sociais, o que é bastante complexo e produz interpretações múltiplas e, em algumas situações, o pesquisador pode se utilizar de certos artifícios para “levar os entrevistados a colaborar, e a se sentirem confiantes e à vontade na situação de entrevista” (Poupart, 2020, p. 216).

Ao apontar as diversas justificativas para utilização da entrevista como principal técnica utilizada nas Ciências Sociais, Poupart (2020) utiliza-se dos termos: *indispensável*, como justificativa epistemológica, porque explora em profundidade a

perspectiva dos atores sociais e traz uma apreensão mais exata de suas condutas; *necessária*, como justificativa ético-política para a compreensão dos dilemas internos e questões enfrentadas por eles; *instrumento privilegiado*, como justificativa metodológica capaz de elucidar a experiência. Citando outros autores, Poupart (2020) informa que esse tipo de técnica teria menor “contaminação” de pesquisadores, já que parte do princípio de que a entrevista “continua sendo um dos melhores meios para apreender o sentido que os atores dão às suas condutas” (Poupart, 2020, p. 217). A esse respeito, o autor aponta ainda a perspectiva de Bourdieu e Wackwant (1995), segundo a qual a interpretação do pesquisador sobre a realidade se sobrepõe, em algumas situações, à interpretação dos atores entrevistados, por ser mais “científica”, desconsiderando o sendo comum. Poupart (2020) apresenta uma visão oposta à de Bourdieu e Wackwant (1995), vinda da feminista Clough (1992), que acredita que “visão científica” é apenas uma “projeção da realidade” e que não tem muita relação com ela. Para ela,

a versão dada pelos cientistas sobre o mundo das pessoas pesquisadas e a versão dessas últimas, e entre o fato de que as interpretações dos primeiros têm mais chance de se impor incontestavelmente do que as dos segundos, devem-se mais à posição social privilegiada dos cientistas do que à superioridade de seu saber (Poupart, 2020, p. 219).

Poupart (2020, p. 220) dá ainda uma terceira visão, mais pós-modernista, segundo a qual se visa “à produção de um saber que harmoniza as interpretações dos atores com a dos pesquisadores”. Trazendo a contribuição das correntes feministas, o autor ainda afirma que se faz necessário ao pesquisador “abandonar a posição de falsa neutralidade exigida pela ciência positivista” (Poupart, 2020, p. 221). O autor, no entanto, sinaliza que é necessário tomar cuidado para, em vez de demonstrar empatia com os entrevistados, de forma consciente ou não, o pesquisador não assumir uma postura de controle sobre as populações pesquisadas. A solução para sanar esta dificuldade, para o autor, não parece ser simples. Ele afirma que “as convicções do pesquisador influem, portanto, em suas atitudes em relação aos grupos pesquisados, o que, diga-se, reflete na maneira como são produzidos os dados” (Poupart, 2020, p. 222).

No que diz respeito à pessoa entrevistada, Poupart (2020) afirma que existem três formas de vê-la: na perspectiva positivista, como *informante-chave* – aquele que

serve de “câmera” que tudo vê e pode repassar com clareza a experiência social – ou aquele que é o mais confiável para interpretar sua própria experiência; na concepção construtivista, o informante é o *intérprete*, aquele que reconstrói a realidade e o pesquisador faria uma nova reconstrução a partir dessa; na perspectiva pós-estruturalista, a pessoa que informa é *novidadeira*, aquela que dá à informação o viés realista a partir de sua própria criação, molda a realidade a seu interesse.

O autor faz a oposição entre a entrevista dirigida (ou estruturada) e a não dirigida. A primeira traria riscos de o pesquisador estruturar previamente o discurso, retirando um pouco da liberdade da pessoa entrevistada; a segunda, por sua vez, propiciaria ao entrevistado “máximo de liberdade para se expressar”, utilizando-se de “suas próprias categorias e sua própria linguagem” (Poupart, 2020, p. 224). Neste tipo de entrevista, a pessoa escolhe o que ela acha pertinente falar a respeito. O autor afirma que na entrevista estruturada o pesquisador já fixa anteriormente as perguntas e as dimensões a serem analisadas, de modo que, mesmo se a pessoa entrevistada responder a perguntas mais abertas, elas sempre estão “dentro dos limites impostos pelo problema” (Poupart, 2020, p. 225). A entrevista não dirigida, ao contrário, vai oferecer a possibilidade, por ser mais flexível, de obter informações novas, cujas dimensões o pesquisador não havia pensado previamente. A entrevista semiestruturada parece-nos contribuir juntando as características positivas da entrevista estruturada e da não estruturada (ou não dirigida).

A construção do *corpus* da pesquisa se deu a partir de uma visita à incubadora IFSol/ZN, na qual a coordenação indicou 7 nomes de mulheres líderes de empreendimentos de economia solidária atendidos pela incubadora e foram escolhidas 5 mulheres, personagens principais nesta investigação acerca de seu processo de empoderamento ou emancipação pessoal. Dessas 7 mulheres, 2 estavam doentes e acamadas à época e, por serem muito idosas, achei inviável a entrevista. As entrevistadas têm de 61 a 78 anos, todas cisgênero e autodeclaradas heterossexuais, 3 se consideram negras e 2 pardas¹⁸.

A coleta foi realizada com aplicativo de celular para gravação de som e houve a captação de imagens das entrevistadas e de alguns dos empreendimentos. Os locais de realização das entrevistas foram os próprios EES, escolhido pelas entrevistadas, o que possibilitou a melhor captação do som e mais conforto.

¹⁸ A seção 4 apresenta mais informações a respeito das entrevistadas.

As gravações, bem como as transcrições das entrevistas¹⁹, foram acondicionadas em *drive* específico, em nuvem, na rede mundial de computadores, com acesso restrito tanto ao orientador quanto à pesquisadora responsável. Elas ficarão disponíveis por 5 anos. Os arquivos impressos, como também os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e as devidas autorizações de áudio e imagem, foram guardados em pasta específica, sob responsabilidade da pesquisadora e do orientador. As transcrições das entrevistas foram disponibilizadas às participantes, bem como respeitado seu anonimato em todas as fases da pesquisa.

O tratamento dos dados foi realizado a partir de duas técnicas: a Análise Temática (Braun; Clarke, 2006; Vasmoradi *et al.*, 2016; dentre outros) e a Análise Textual Discursiva (ATD) (Moraes; Galianzi, 2016; Galianzi; Souza, 2022)²⁰.

Segundo Braun e Clarke (2006), “A análise temática é um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) nos dados. Ela organiza e descreve minimamente seu conjunto de dados em (ricos) detalhes”²¹ (Braun; Clarke, 2006, p. 6, tradução minha). As autoras afirmam ainda que esta técnica de análise de dados não se apega a nenhuma teoria pré-existente e pode ainda ser usada com diferentes arcabouços teóricos – não todos –, podendo ser usada de formas distintas, o que mostra sua flexibilidade (Braun; Clarke, 2006).

De acordo com Vasmoradi *et al.* (2016, p. 101, tradução minha), “o tema é usado como atributo, descritor, elemento e conceito”²². Este mesmo autor defende o *tema* como produto das análises dos dados de uma pesquisa. Silva, Barbosa e Lima (2020) afirmam que o tema “organiza um grupo ideias e permite aos pesquisadores responderem ao problema de pesquisa” (Silva; Barbosa; Lima, 2020, p. 114). A partir de seus pontos em comum, pode-se realizar um processo de generalização e

¹⁹ Agradeço às transcrições das entrevistas realizadas pela bolsista Beatriz Sales de Mendonça (Bolsista de Iniciação Científica do CNPq), do Projeto *Gestão das experiências de sofrimento na Educação Profissional: estudo comparativo entre Brasil, França e Argentina*, financiado pelo edital universal do CNPq, desenvolvido dentro do Grupo Pesquisa Observatório da Diversidade/CNPq-IFRN, que utilizou o *Reshape*, uma plataforma on-line que permite converter áudio ou vídeo em texto automaticamente e com alta precisão, utilizando a Inteligência Artificial. Agradeço ainda ao coordenador do projeto e meu orientador, Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto, pelo financiamento do *Reshape* com recursos do edital citado para realização das transcrições.

²⁰ Na seção 4, será apresentado um detalhamento metodológico sobre como foi feita a construção, organização e análise.

²¹ “Thematic analysis is a method for identifying, analysing, and reporting patterns (themes) within data. It minimally organises and describes your data set in (rich) detail”.

²² “Theme is used as attribute, descriptor, element, and concept”.

unificação das ideias sobre o assunto que estamos pesquisando (Silva; Barbosa; Lima, 2020; Vasmoradi *et al.*, 2016).

Braun e Clarke (2006) trazem uma proposta de análise composta de seis fases: 1) familiarização com os dados, que requer uma leitura repetida e aprofundada; 2) geração de códigos iniciais, para que o pesquisador identifique as características das unidades de análise; 3) busca de temas, fase em que se faz uma triagem dos temas principais; 4) revisão de temas, que é um refinamento dos temas para a análise, relendo para verificar se algum tema ficou de fora; 5) definição e nomeação de temas, que se trata da elaboração de um mapa temático para se ter clareza sobre o que são ou não são os temas; 6) e, por fim, produção do relatório, que deve ser conciso, coerente, lógico para provar tais temas (Braun; Clarke, 2006; Silva; Barbosa; Lima, 2020; Rosa; Mackedanz, 2021). Silva, Barbosa e Lima (2020) orientam que é importante que os temas emergentes sejam ligados às questões e aos objetivos da pesquisa. Nesta pesquisa, optei por realizar, no tratamento dos dados, as fases 1, 2 e 3 da AT e continuar a análise a partir da ATD, realizando as fases que descrevi adiante.

Na análise temática, os temas podem se dar por *indução* ou por *dedução*. A análise indutiva nasce a partir dos dados, não se encaixa em um modelo preexistente ou por opção do pesquisador. A análise teórica ou dedutiva orienta-se pelo pesquisador e descreve menos os dados em geral, ressaltando alguns aspectos dos dados de forma detalhada (Braun; Clarke, 2006; Rosa; Mackedanz, 2021). Na abordagem indutiva, “a maioria dos dados coletados começará com um conteúdo preciso e depois trabalhará nas generalizações mais amplas e, finalmente, nas teorias”²³ (Alhojailan, 2012, p. 41, tradução minha). Optei por realizar de forma mista: tanto por indução quanto por dedução, utilizando categorias *a priori* e emergentes da ATD, a qual, segundo Galiazzi e Sousa (2022, p. 17):

é uma metodologia de análise de informações que foi originalmente influenciada pelo encontro do Professor Roque Moraes (1991) com a fenomenologia de Husserl e de Merleau-Ponty com a pesquisa naturalística, com o existencialismo e com a hermenêutica existencial de Heidegger. A Pesquisa Quantitativa e a Análise de Conteúdo (AC) foram abordagens analíticas muito presentes nas pesquisas desse autor.

²³ “the majority of the data that is collected will start with a precise content and then move to broader generalisations and finally to theories”.

Os autores apontam a ATD como uma metodologia que analisa dados e informações de natureza qualitativa para “produzir novas compreensões sobre fenômenos e discursos” (Galiazzi; Souza, 2022, p. 18).

Galiazzi e Souza (2022, p. 18) explicam que a ATD se processa primeiramente através do que os autores denominam por *unitarização*, na qual vai haver um “mergulho nos sentidos do texto de análise”. Depois, através dessas unidades de análise criadas pelo processo de unitarização, ocorrerá a elaboração das *categorias iniciais*, que vão contribuir para a elaboração de *categorias intermediárias*. A partir do esforço de compreensão do pesquisador, então, surgirão as *categorias finais* acerca do fenômeno estudado. A partir disso, o pesquisador irá trabalhar na escrita e organização de *metatextos*, em um processo de construção e reconstrução constantes. Nesta etapa, o pesquisador ampliará a discussão e produzirá o que os autores denominam de “pesquisa produtiva de novos significados” (Galiazzi; Souza, 2022, p. 18), baseando-se nos interlocutores empíricos e teóricos e sendo-lhes seu *intérprete*.

Galiazzi e Sousa (2022, p. 31) chamam a atenção ao fato de que a ATD exige do pesquisador a *teoria – a priori* ou emergente –, que deve se mostrar “em um movimento epistêmico do próprio pesquisador”. Essa teoria, segundo os autores, tem o caráter hermenêutico e é do tipo emergente, o que viria *a priori* seriam os pressupostos do pesquisador – aquilo que ele já conhece previamente. O pesquisador eficiente seria, então, aquele que persegue com afincos as teorias que vão emergindo à medida que ele se aprofunda na investigação. Os autores apontam o caráter de imprevisibilidade da ATD, que utiliza um constante processo de reconstrução de significados – aproximando-se, portanto, da perspectiva hermenêutica –.

Esta pesquisa utilizou como *corpus* o IFRN Campus Natal Zona Norte. A IFSol/IFRN-ZN atende aos seguintes EES: Mercado da Agricultura Familiar do RN (antigo CECAFES); Feirarte – Coletivo de artesãs²⁴ –; Cooperativa de Agricultores do Mato Grande (COOPAMG); Produtores familiares de Lagoa Azul (PROLAZUL). A partir da aprovação do comitê de Ética em Pesquisa do IFRN, procedi com as entrevistas de líderes de EES entre 19 e 29 de junho de 2023.

²⁴ “Feirarte” é o nome atribuído pela coordenação da IFSol-ZN para os EES que expõem produtos de artesanato no MAF que são atendidos pela IFSol-ZN.

Estudar o *Campus* Natal Zona Norte pode contribuir com o levantamento de pesquisas sobre a região e relacionar as potencialidades da extensão, da economia solidária por meio da incubação do IFSol, na promoção de emancipação social a partir de práticas pedagógicas da incubadora, principalmente na emancipação feminina.

A escolha desse *campus* se deu por ser um dos *campi* pioneiros no atendimento a EES, mesmo antes da instituição formal da IFSol no IFRN, por meio do regimento aprovado no final de 2018 por meio da Deliberação Nº 26/2018 (IFRN, 2018b), que dispõe do Regimento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFSol/IFRN).

A proposta de investigação desta pesquisa está relacionada à área de concentração do PPGEPI/IFRN e com a linha de pesquisa de Formação Docente e Práticas Pedagógicas, uma das linhas do Programa. Essa linha de pesquisa tem como eixos de investigação os processos de formação docente, inicial e continuada, e as práticas pedagógicas desenvolvidas no campo da Educação Profissional, situando-as no contexto de desenvolvimento da sociedade e da política educacional brasileira, com ênfase nas relações entre a Educação Profissional e a Educação Básica (IFRN, 2018c). Como a economia solidária faz parte da extensão do instituto e é uma das práticas pedagógicas a serem investigadas, a pesquisa em questão relaciona-se de forma adequada com os temas de pesquisa da linha de formação docente e práticas pedagógicas. Ao investigar a extensão tecnológica a partir de sua visão formativa, é possível institucionalmente trazer tanto para servidores e servidoras quanto para discentes um “novo” olhar sobre a extensão.

Investigar a extensão enquanto processo formativo pode ser um desafio, pois acredito que o conceito de extensão pode ser confuso mesmo para servidores do IFRN. Além disso, o próprio conceito sobre extensão historicamente tem mudado. Sousa (2010), Jezine (2006) e Gurgel (1986) trazem em suas pesquisas diversas maneiras de se entender a extensão. Jezine (2006) apresenta quatro visões sobre a extensão universitária: a *transformadora-redentora* da sociedade, a *assistencialista*, a função *acadêmica* e a perspectiva *mercantilista*.

Importa conhecer a fundo essa função das instituições que compõem a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) para a comunidade, pois é a partir da extensão que terão seus problemas, reivindicações e questões discutidos e problematizados nas instituições. Cunha e Santos (2011)

afirmam que o interesse pela pesquisa sobre ES nasce em paralelo às atividades de extensão – universitária e tecnológica –, no assessoramento realizado por incubadoras que atendiam a cooperativas populares, e isso contribuiu para os autores em uma maior ligação entre os pesquisadores e o tema ES.

a extensão passou a ser vista como um laboratório por excelência, onde a pesquisa acadêmica se coloca como busca sistemática de respostas às demandas sociais identificadas no processo de extensão. Esta relação entre pesquisa e prática se revelou também em outros espaços – sindicatos, movimentos populares, organizações da sociedade civil – e contribuiu para que diversos estudos sobre economia solidária viessem à luz, realizados por pesquisadores que, a partir da atuação nestas organizações, tiveram oportunidade de estudar experiências de grupos de produção, cooperativas, bancos comunitários, empresas recuperadas pelos operários em sistema de autogestão etc. Destas dinâmicas surgiram vários “pesquisadores militantes”, que estabelecem uma relação com a práxis na qual, ao mesmo tempo em que buscam responder suas perguntas de pesquisa, também trabalham para a consolidação de uma “outra economia” (Cunha; Santos, 2011, p. 37, grifos das autoras).

A extensão é espaço privilegiado para a pesquisa em economia solidária, por meio de pesquisadores que contribuem para a construção de outras economias e buscam realizar a indissociabilidade entre a tríade universitária de ensino, pesquisa e extensão, que são tão caras à instituição. Mulheres são as personagens mais frequentes de atuação na economia solidária (Guérin, 2005; Nobre, 2003b; Soares, 2019), porque a ES “tem sido uma alternativa importante de valorização das mulheres em situação de exclusão, discriminação e desemprego” (Cleps; Marques; Vasconcelos, 2020, p. 55). Assim, estudar mulheres é necessário por diversas razões: porque há *invisibilidade* ou *invisibilização* (Schwenck, 2023; Perez, 2022; Siliprandi, 2015; Bourdieu, 2012; Rich, 2010; Guérin, 2005;) enfrentada por elas, quer seja em cargos de chefia, como protagonistas de pesquisas de *status* social elevado, quer seja em participação ativa nas decisões institucionais, no mercado de trabalho ou em outras instâncias porque esta pesquisa é feita por uma *mulher* e, portanto, tem uma contribuição a ser feita, no sentido de mostrar a perspectiva das mulheres; porque o sexo feminino, historicamente, foi estereotipado como mais frágil e/ou menos inteligente que o masculino (Perona, 2012; Guillaumin, 2003, 2005; Rago, 2018); porque as mulheres foram cerceadas de seus direitos políticos, sociais e educacionais durante muito tempo e ainda lutam por igualdade (Davis, 2016; Beauvoir, 2019a,

2019b; Carneiro, 2023; Hooks, 2019). As mulheres tiveram historicamente que lutar por educação (Rosemberg, Piza e Montenegro, 1990; Floresta, 2019), trabalho (Rosemberg, 2018; Arend, 2018), direitos fundamentais e ainda lutam contra os preconceitos.

Na defesa de estudar as mulheres e no sentido de proporcionar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas realizadas pelo IFSol/IFRN-ZN que propiciem sua emancipação, justifico esta investigação. É necessário, dessa forma, entender o que seria a Educação Profissional que é exercida no instituto e de que forma esta educação possibilita uma formação mais completa a todos que sejam educados pelo instituto.

Esta tese está estruturada em cinco seções. Na seção 1, *Introdução*, intitulada *Concepção*, justifico a escolha do objeto e trato das questões metodológicas iniciais, como o uso do método Estudo de Caso, da construção dos dados a partir das entrevistas e da análise de dados a partir da Análise Temática (AT) e Análise Textual Discursiva (ATD).

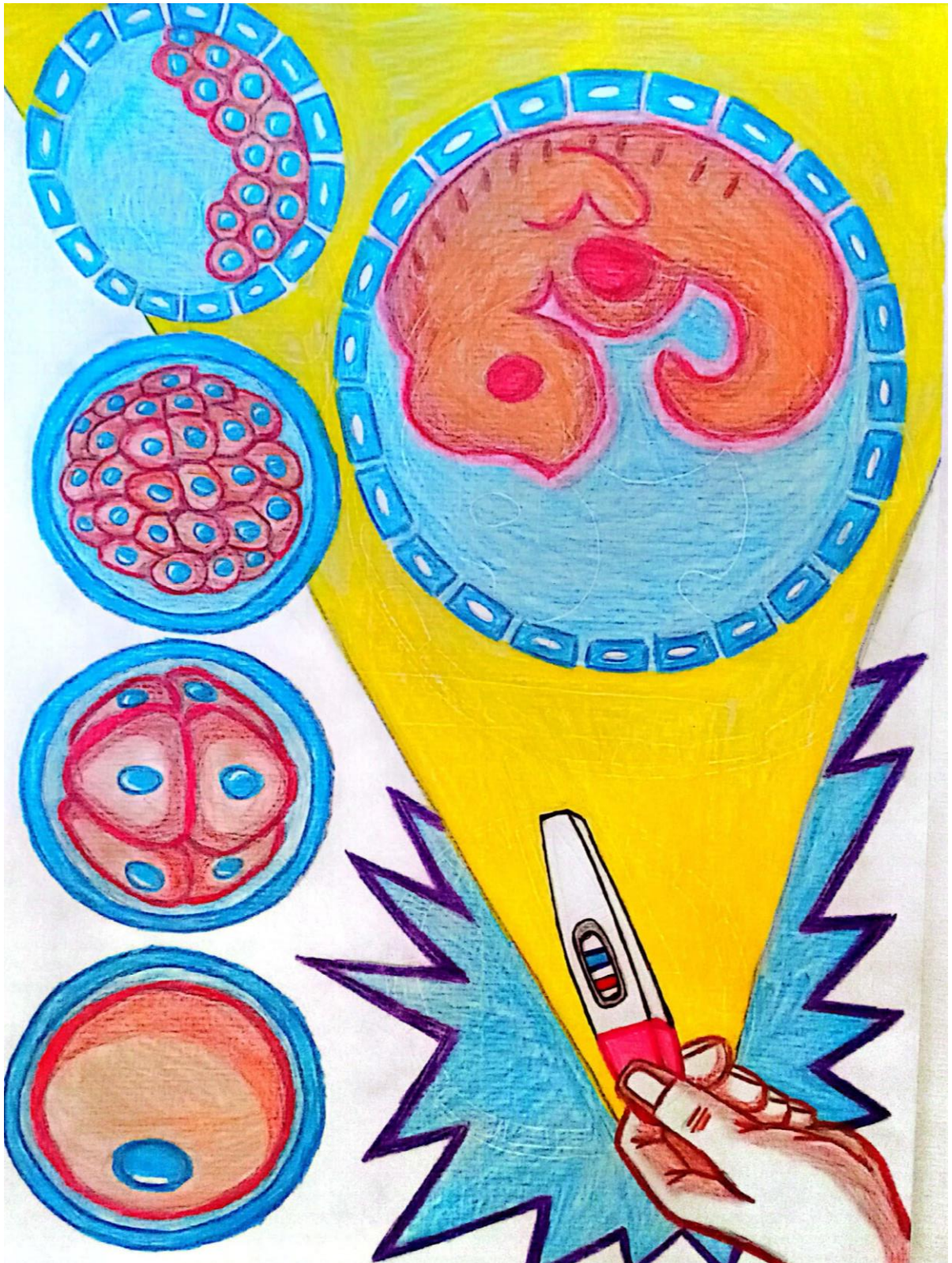
A seção 2, intitulada *Diagnóstico*, traz a discussão sobre a Economia Solidária, emancipação e Economia Feminista, bem como as redes de economia solidária, a economia solidária no estado do Rio Grande do Norte e as regulações legais relacionadas a ela. A seção discute ainda as questões de gênero e ES, como também a(s) Pedagogia(s) da Economia Solidária e o trabalho como princípio educativo.

A seção 3, de nome *Pré-incubação*, expõe a justificativa e as informações sobre o IFRN *Campus* Natal Zona Norte. A seção discute ainda a região da Zona Norte da cidade de Natal, bem como a Educação Profissional e as características da instituição. Investigam-se informações sobre a incubadora IFSol, como seus projetos precursores e dados de sua criação, e práticas pedagógicas da IFSol fomentadas a partir de seus objetivos regulamentares.

A seção 4, intitulada *Incubação*, detalha a ferramenta entrevista e como se formou o *corpus* da pesquisa, bem como esclarece informações sobre as entrevistadas, as etapas de análise e as técnicas de AT e ATD utilizadas. Além disso, estabelece as categorias *a priori* e as emergentes, construídas a partir dos métodos misto (dedutivo e indutivo) e intuitivo. As subseções 4.3, *As Práticas Pedagógicas da Economia Solidária: a educação não formal como apoio à formação político-profissional e o fortalecimento da inteligência interpessoal de trabalhadoras solidárias*; 4.4, *A Economia Solidária: dificuldades socioeconômicas, princípios, fomento e a*

formação sociopolítica de mulheres e seu aumento de qualidade de vida a partir de uma proposta pedagógica emancipatória e 4.5, *A Emancipação Feminina: questões de racialidade, de gênero, sociopolíticas e econômicas, profissionais e emancipação a partir do processo de incubação* apresentam a análise das unidades de significado retiradas dos textos das entrevistas.

A seção 5, intitulada *Desincubação: nascimento da mulher emancipada*, resume as análises da seção 4, bem como discute quais os objetivos alcançados com os resultados dessas análises. Nessa seção, respondo às questões da pesquisa e discorro sobre suas lacunas e seus possíveis desdobramentos.



Diagnóstico. Desenho em papel vergê A4, 120g, pintura com lápis de cor de madeira.

Cristiane de Brito Cruz, 28/06/2024.

2 DIAGNÓSTICO: A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A imagem que abre a seção 2 mostra o desenho de uma mão feminina que recebe o diagnóstico positivo de um exame de gravidez, acompanhada de figuras que marcam as etapas do desenvolvimento humano da formação do zigoto²⁵ ao feto. No Dicionário Priberam (2024a), a palavra *diagnóstico*, na área de medicina, significa a classificação de doença pelos seus sintomas (diagnose) ou o conjunto desses sintomas, que, por extensão, significa a identificação da causa de um problema, estado ou condição, geralmente mediante análise de indícios ou sinais. O Regimento da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol) do IFRN (IFRN, 2018b) trata da fase inicial da incubação em seu artigo 8º.

§ 4º O processo de incubação do empreendimento será sempre dialogado com o grupo e necessariamente consistirá na realização de um *diagnóstico* da situação atual do grupo, a execução das atividades e a avaliação do trabalho desenvolvido (IFRN, 2018b, p. 6, grifo meu).

O diagnóstico vai identificar quais as necessidades gerais dos grupos a serem incubados, bem como identificará quais grupos precisam ou não de incubação. De acordo com conversas com a equipe da incubadora IFSol/IFRN-ZN, a fase de diagnóstico vai trazer quais EES existem na região, quais suas especialidades e especificidades e quais vão precisar de incubação. À medida que uns grupos são desincubados (fase em que a incubadora termina seu trabalho de incubação), outros são acrescentados e recebem o auxílio técnico da IFSol²⁶.

Jaquet (2014), que analisa o pensamento de Michel Foucault (1926-1984)²⁷, afirma que, para o filósofo, “o diagnóstico opera como um trabalho de escavação, um trabalho de arqueologia” (Jaquet, 2014, p. 2). A autora argumenta que esse diagnóstico feito sobre o presente pode ser interpretado como a “busca da diferença e da singularidade dentro dos acontecimentos históricos, e inclusive na sua relação

²⁵ A subseção 2.5 explica a definição biológica de “zigoto”.

²⁶ Em setembro de 2022, realizei uma visita ao *Campus* e procedi uma pesquisa exploratória inicial para me aproximar mais do objeto de pesquisa, obtendo as informações verbais da coordenação da IFSol/IFRN-ZN.

²⁷ Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês que influenciou e influencia diversos intelectuais. De acordo com Gutting (2016), “Foucault escreveu histórias da loucura, da medicina clínica, das ciências sociais, da prisão e da sexualidade antiga e moderna como livros” (Gutting, 2016, p. 25). Segundo ele, Foucault utilizava os métodos *arqueológico* e *genealógico* com base no estudo de assuntos históricos específicos. Para Gutting (2016), a obra do filósofo possui quatro dimensões: *história das ideias*, *história dos conceitos*, *história do presente* e *história da experiência*.

(fosse de continuidade ou ruptura) em relação ao tempo presente” (Jaquet, 2014, p. 2). Para esta perspectiva teórica, diagnosticar ou fazer um diagnóstico trata, portanto, da busca incessante pelas características, quer sejam semelhantes ou divergentes de dado fato ou situação comparada ao presente.

Diagnosticar o presente significa tentar desnaturalizar o que o habita (suas instituições, suas formas de pensamento, seus modos de subjetivação) por meio da pesquisa histórica que demonstra as rupturas do percurso e a densidade que permeia (“que corta”) os acontecimentos históricos, a fim de entender como e por que nos tornamos aquilo que somos hoje; afinal, “é bom demonstrar nostalgia no que concerne a alguns períodos, desde que tal seja uma maneira de manter uma relação refletida (*“réfléchi”*) e positiva para com o presente”⁸. Aqui, portanto, a ideia é ampliada: encontrar no presente não somente aquilo que somos, mas também aquilo que não somos mais – assertiva que enfoca o papel da identificação da diferença em Foucault (Jaquet, 2014, p. 3, grifo da autora).

O ato de diagnosticar, nessa visão, traz uma perspectiva interessante para esta investigação, sob o ponto de vista de realizar um diagnóstico primeiro sobre como a Economia Solidária pode se entrelaçar com as mulheres em uma perspectiva feminista. Para analisar os primeiros indícios dessa junção, optei por entender, primeiro, a Economia Solidária. Para Singer (2022),

a economia solidária é um programa de organização de todo tipo de atividades econômicas que tem por base a plena igualdade de direito de todos os participantes da produção, comercialização e distribuição de bens e serviços. Na economia solidária, os meios de produção são propriedade coletiva dos sócios, que administram em autogestão: cada trabalhador tem direito a um voto, e as decisões são tomadas por consenso ou – quando este não é possível – por maioria de votos. Funções de direção e coordenação são exercidas por sócios eleitos para mandatos de poucos anos, e o rodízio no preenchimento desses cargos é frequentemente obrigatório por dispositivo estatutário. (Singer, 2022, p. 215)

Gadotti (2009) acredita que a ES é um processo de *aprendizado contínuo* que se utiliza da ajuda mútua entre os(as) trabalhadores(as), dos princípios de reciprocidade, solidariedade, comércio justo, qualidade dos produtos, sustentabilidade ambiental, bem-estar coletivo, relacionamentos solidários entre produtores, fornecedores e consumidores e é ainda uma prática social, cultural e política a nível local, regional, nacional e mundial. O conceito de Empreendimento Econômico Solidário (EES) “compreende as diversas modalidades de organização econômica,

originadas da livre associação de trabalhadores(as), nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade” (Gaiger, 2009, p. 181).

A *autogestão* para Sguarezi (2020) é um conceito que tem origens remotas do movimento operário. Nasce na crença e na teoria de superar a *alienação/dominação* que o capital exerce sobre os(as) trabalhadores(as) “seja sobre as condições imediatas do próprio trabalho e sua destinação, seja sobre o modo de regular o conjunto da produção social” (Gallino, 2005, p. 46).

[...] por mais contraditório que possa parecer, é com o surgimento do capitalismo e com o fortalecimento do Estado capitalista burguês que a autogestão se torna uma ideia, uma iniciativa dos operários para garantir condições de se contrapor a ordem hegemônica vigente. É nesse terreno que a autogestão se afirma como uma forma da busca da liberdade, da autonomia e da organização dos trabalhadores nas mais diferentes esferas (Sguarezi, 2020, p. 116).

Sguarezi (2020) afirma que a autogestão se dá em um movimento operário de luta por emancipação dos(das) trabalhadores(as). A autogestão é o livre exercício de participação democrática, o controle dos excedentes, a ruptura das relações de poder e exploração, a recuperação da vontade e individualidade e, por fim, é a gestão democrática dos espaços de vida (corpo, casa, sociedade, instituições) (Núñez, 2007).

Marx (2020)²⁸ traz o conceito de *cooperação* como “a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processo de produção diferente, mas conexos” (Marx, 2020, p. 378). Não se trata do aumento das forças produtivas individuais, mas da “criação de uma força produtiva nova, a saber, a força coletiva” (Marx, 2020, p. 378). Esta força coletiva emula e anima os participantes, estimulando-os a trabalhar mais – aumentando a capacidade individual de cada um, por sermos animais políticos e seres sociais.²⁹ A *cooperação* entre trabalhadores(as) ocorre no processo de trabalho, mas quando estes(as) trabalhadores(as) estão envolvidos(as) nele eles já não pertencem a si

²⁸ *O capital*, de Karl Marx, é composto por três volumes: livros I, II e III. Em algumas edições, a obra é dividida em 4 volumes. Karl Marx faleceu em 1883 e a Nota da Edição de *O capital – livro I* da editora Boitempo (2014, p. 14) informa: “O Livro I – centrado no processo de produção do capital e finalizado em 1866 – foi publicado em Hamburgo em 1867, mas os seguintes não puderam ser concluídos por Marx em vida. Seus estudos para a magistral obra foram editados pelo parceiro e amigo Engels e publicados em 1885 (Livro II) e 1894 (Livro III)”.

²⁹ “O homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade” (Aristóteles, 2010, p. 2).

mesmos, mas sim ao capital – incorporados ao capital –, o que ele denomina de trabalho social (Marx, 2020).

A força produtiva do trabalho coletivo desenvolve-se gratuitamente quando os trabalhadores são colocados em determinadas condições, e o capital coloca-os nessas condições. Nada custando ao capital a força produtiva do trabalho coletivo, não sendo ela, por outro lado, desenvolvida pelo trabalhador antes de seu trabalho pertencer ao capital, fica parecendo que ela é força produtiva natural e imanente do capital (Marx, 2020, p. 386).

Barros e Oliveira (2019) afirmam que mesmo na ES, na qual a solidariedade e a cooperação seriam práticas *a priori*, elas se constroem a partir das relações de trabalho que estão inseridas “em meio a inúmeras contradições e conflitos que se evidenciam especialmente nas interfaces de aspectos técnicos e sociais ao longo do processo de produção” (Barros; Oliveira, 2019, p. 1). O conceito de cooperação é complexo porque pode designar “tanto uma ação, uma teoria, um meio, uma finalidade quanto uma maneira de viver e de trabalhar juntos, dentre tantas outras possibilidades” e, ainda, a “construção de um mundo comum de vida e de trabalho” (Barros e Oliveira, 2019, p. 2), enquanto processo relativo à ES.

No livro *Escritos indignados*, Herbert de Souza – o famoso Betinho – afirma: “Não quero viver obrigado à obediência a nenhuma ideia de nação, pátria, partido, igreja ou grupo. Quero viver de acordo com princípios democráticos fundados na solidariedade, na liberdade, igualdade, participação e diversidade” (Souza, 1991, p. 14).

Segundo Stacciarini (2002), em 1989, Fernando Collor de Melo venceu a eleição presidencial, instaurando no Brasil um período de privatização de instituições públicas, demissão de servidores públicos, confisco de poupança, dentre outras ações de cunho neoliberal. O período de recessão e de inflação galopantes, além de muitos escândalos de corrupção e mau uso do dinheiro público, faz com que no ano de 1992 o presidente Collor sofra o *impeachment* e seja afastado da presidência.

Em 1993, Betinho lançou nacionalmente a campanha *Ação da Cidadania contra a Fome*, que o tornaria símbolo da luta contra a pobreza no Brasil. A campanha nasceu de um movimento social que buscava a ética na política e pregava a arrecadação de alimentos doados por pessoas físicas, empresas e/ou entidades para serem distribuídos à população de baixa renda, o que fez famoso o mote “quem tem fome,

tem pressa”. De acordo com Pandolfi, Gazir e Corrêa (2012, p. 163), a campanha e o próprio Betinho foram capazes de conquistar “grande espaço nos meios de comunicação. Artistas, designers, publicitários passaram a colaborar com a ação. Centenas de comitês contra a fome se formaram em todo o Brasil”.

Segundo Mance (2004), o Programa Fome Zero foi implementado no Brasil em 2003 e nasceu de iniciativas da sociedade civil e dos municípios denominadas Mutirão Contra a Fome, cujas ações – doações de dinheiro, alimentos e serviços com a participação de empresas no apoio a programas e projetos – fizeram com que o governo federal buscasse “integrar essas ações, particularmente avançando na unificação dos cadastros de beneficiários dos programas de transferência de renda” (Mance, 2004, p. 71).

A Economia Solidária, através de suas práticas bem-sucedidas de combate à pobreza e à fome, e a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2002, e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) –, em 2003, pôde contribuir no combate à fome e ofereceu importante apoio ao programa Fome Zero.

De acordo com Mance (2004, p. 81), que orientou as ações do programa Fome Zero junto ao governo federal em 2003 no Programa dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)³⁰, “todo o conjunto de ações do Programa Fome Zero pôde ser implementado sob um viés de propagação e fortalecimento da economia solidária”. Segundo ele, as organizações de economia solidária puderam atuar como protagonistas locais na construção de projetos de desenvolvimento regional que envolviam ações de “microfinanças, identificação e fortalecimento de cadeias produtivas existentes e potenciais, geração de trabalho e renda, apoio à agricultura familiar, economia solidária e inclusão digital” (Mance, 2004, p. 88). O autor afirma ainda que a iniciativa da CONSAD conseguiu constituir arranjos socioprodutivos capazes de gerar bens e serviços e, ao mesmo tempo, distribuição de riqueza através do *trabalho*, o que apontava na direção de um desenvolvimento duradouro e socialmente justo. A ideia não é só distribuir alimento e/ou renda, mas

³⁰ De acordo com Bidarra e Rocha (2012), “o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) faz parte de um dos eixos da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA) e integra o grupo das políticas estruturais apoiadas pelo Programa Fome Zero, o qual pretende ser eficaz na busca de respostas para a segurança alimentar, para a que propõe ações de geração de oportunidades de trabalho e de renda em áreas em que há grande incidência de pobreza. Por isso, estabelece como responsabilidade o enfrentamento da pobreza enquanto geradora da Insegurança Alimentar, através de uma política de cunho local”.

fazer com que

as famílias integradas nos programas de distribuição de renda gastem os recursos recebidos comprando produtos regionais da economia solidária, os produtores locais realizam suas vendas, alcançando um faturamento que permite a remuneração do trabalho realizado e a reposição do giro produtivo em seu todo (Mance, 2004, p. 93).

A iniciativa da ES é combater não só a pobreza e a fome, mas sim propiciar um tipo de aprendizado de vida que combata a perspectiva neoliberal de reprodução ampliada do capital, produtora de injustiças e mortes. De acordo com Morin (2000), a educação para o futuro deverá ensinar as pessoas a serem solidárias, a respeitarem a diversidade, a terem ética, dentre outras características. Para ele,

estamos comprometidos, na escala da humanidade planetária, na obra essencial da vida, que é resistir à morte. Civilizar e solidarizar a Terra, transformar a espécie humana em verdadeira humanidade torna-se o objetivo fundamental e global de toda educação que aspira não apenas ao progresso, mas à sobrevivência da humanidade. A consciência de nossa humanidade nesta era planetária deveria conduzir-nos à solidariedade e à comiserção recíproca, de indivíduo para indivíduo, de todos para todos. A educação do futuro deverá ensinar a *ética da compreensão planetária* (Morin, 2000, p. 78, grifo do autor).

A ES vai incentivar à ajuda mútua, a solidariedade e a emancipação dos indivíduos. O ganho de remuneração através do trabalho e de uma forma de trabalho que não venha a degradar a vida, tampouco promover a exploração do trabalhador, é uma das propostas da ES e é importante que este trabalho promova nos trabalhadores e trabalhadoras a sua emancipação. Para Gaiger (2004), a ES é uma atividade primordial que emancipa os trabalhadores e trabalhadoras “do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência”, porém, ele acredita ainda que seja uma “restituição por certo incompleta e passível de retrocessos”, mas *efetiva* e *decisiva* para a experiência humana (Gaiger, 2004, p. 12). A próxima seção vai trazer discussões acerca do conceito de emancipação.

2.1 Emancipação: discutindo o conceito

Silva (2018) faz uma retomada do conceito de *emancipação* em diversos autores, como Karl Marx (1843-1881), Jürgen Habermas (1929-), Alain Touraine (1925-2023), Boaventura de Souza Santos (1940-), Theodor Adorno (1903-1969), Paulo Freire (1921-1997)³¹. Os autores tratam a emancipação humana de uma forma geral, e não apenas da emancipação feminina. O quadro 3 mostra um resumo do pensamento desses autores, de acordo com Silva (2018).

Quadro 3 – Autores homens e o conceito de emancipação.

Karl Marx (1843-1881)	Jürgen Habermas (1929-)	Alain Touraine (1925-2023)	Theodor Adorno (1903-1969)	Paulo Freire (1921-1997)
Liberdade dos(das) trabalhadores(as)	Diálogo ético de entendimento mútuo.	Combate ao consumismo.	Liberdade (para exercer suas potencialidades): Autonomia, autorreflexão crítica e capacidade de fazer experiência.	Educação libertadora que trabalha na perspectiva da dialogicidade e da práxis (ação e reflexão através do diálogo).
Oposto à exploração e à alienação	Comunicação mediada pela razão conduz à liberdade	Reivindicação dos sujeitos por suas identidades individuais (religiosa, cultural e política)	<i>Conscientização</i> e/ou <i>Racionalidade</i> que se concretiza uma educação para a <i>contradição</i> e para a <i>resistência</i> .	Passagem da heteronomia para a autonomia.
Sociedade autogestionária	Democracia (verdade, reciprocidade e consenso).	Sujeito emancipado enquanto ator social.	Combate às estruturas sociais objetivas (indústria cultural, pobreza, barbárie e violência)	Diálogo, conscientização, reflexão crítica, problematização e práxis libertadora.

³¹ Sobre a emancipação em Boaventura de Sousa Santos, Silva (2018) coloca a noção dos saberes *prudentes*, *decentes*, *emergentes* e *urgentes* (saberes libertários) enquanto viés de emancipação social e ideal de dignidade. Optei por não incluir o sociólogo português no quadro de forma proposital, diante das polêmicas relacionadas a ele, acusado em março de 2023 de *assédio sexual*, *assédio moral*, *abuso de poder* e *extrativismo intelectual*. De acordo com Correia (2024), 14 mulheres realizaram a denúncia junto à Universidade de Coimbra, em Portugal, e 7 delas saíram do anonimato dando entrevistas sobre o caso ao site Agência Pública. O conceito de *Epistemologias do Sul* foi desenvolvido ao longo da produção intelectual do pesquisador, sobretudo no contexto do projeto *ALICE – espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo* (2011-2016), cuja equipe era composta por 24 pesquisadores, além do coordenador Boaventura. Desta equipe, muitas são pesquisadoras mulheres que contribuíram para a construção teórico-política deste e de outros conceitos utilizados na obra do autor. Assim, faço questão de nomeá-las e homenageá-las: Alice Cruz; Aline Mendonça; Catarina Antunes Gomes; Cecília MacDowell Santos; Élide Lauris; Eva Maria Garcia Chueca; Julia Suárez-Krabbe; Luciane Lucas dos Santos; Mara Bicas; Sara Araújo e Teresa Cunha. Dentre as pesquisadoras citadas, Aline, Élide, Eva, Júlia, Sara e Teresa fazem parte do coletivo que denunciou Boaventura. Para saber mais sobre o projeto *Alice*, ver <https://alice.ces.uc.pt/teste/?lang=1&id=32260>. Para saber mais sobre o coletivo de mulheres vítimas do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, ver <https://www.academiasemassedio.com/>.

Igualdade econômica	Competência comunicativa dos interlocutores.	Movimentos sociais (ação coletiva e combate ao individualismo.	Postura contrária tanto à indústria cultural quanto à desinformação.	Emancipação social.
Fim do Capitalismo	Regras de comunicabilidade dadas pelo Direito e pelo Estado.	Reivindicação das vontades e dos princípios e resistência à totalidade.	Prática contraideológica, ato de humanização, projeto de educação política.	Prática contraideológica, ato de humanização, projeto de educação política.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Adorno (2020); Freire (2017); Furtado *et al.* (2022); Silva (2018); Zambel e Lastória (2016).

O pensamento dos autores homens sobre a emancipação humana envolve as ideias de liberdade, igualdade, democracia, diálogo, resistência, ação social (emancipação coletiva), autonomia, reflexão crítica, combate às estruturas hegemônicas (práticas contra-hegemônicas ou contraideológicas), conscientização, emancipação social, humanização. As estratégias para a *emancipação humana* aparentemente estão ligadas à ideia de uma nova sociedade cujos ideais de justiça e de democracia são contrários aos ideais da sociedade capitalista neoliberal. A perspectiva de emancipação feminina não é discutida por eles. Acredito que, para tratar da emancipação das mulheres, é necessário incluir a visão delas e adotar uma perspectiva de viés feminista para analisar de forma mais apropriada o tema.

É que é difícil para o homem medir a extrema importância de discriminações sociais que parecem insignificantes de fora e cujas repercussões morais e intelectuais são tão profundas na mulher que podem parecer ter suas raízes numa natureza original¹⁰. Mesmo o homem mais simpático à mulher nunca lhe conhece bem a situação concreta. Por isso não há como acreditar nos homens quando se esforçam por defender privilégios cujo alcance não medem (Beauvoir, 2019a, p. 23).

Além da visão de Beauvoir (2019a), Andrade (2022) discute a igualdade e a emancipação feminina a partir da ideia de justiça de Nancy Fraser. Traz a perspectiva dessa autora em crítica à perspectiva de emancipação de Habermas, que advoga pela *politização* de questões de interesse *público* em oposição a questões relacionadas à esfera *privada*.

Habermas contribui para que as reivindicações das mulheres com relação à categoria do *doméstico* sejam menosprezadas, de modo, portanto, a favorecer os interesses de grupos privilegiados, como os

homens, e, em contrapartida, desfavorecer grupos minoritários, como as mulheres (Andrade, 2022, p. 37, grifo da autora).

Diante das perspectivas de pensamento de Beauvoir (2019a) e Andrade (2022), acredito ser salutar trazer *mulheres autoras* que tratam e discutem a emancipação de mulheres. Muitas foram as autoras mulheres que contribuíram nesse sentido, como Simone de Beauvoir, bell hooks, Sueli Carneiro, Angela Davis, Heleieth Saffioti, Judith Butler e Nancy Fraser. Optei por escolher mulheres de orientações sexuais diversas: Simone de Beauvoir, Sueli Carneiro, Heleieth Saffioti e Nancy Fraser são heterossexuais, hooks denominava-se *queer*, Angela Davis e Judith Butler são lésbicas. Incluem-se ainda na discussão mulheres negras (Angela Davis, Sueli Carneiro e bell hooks) e brancas (Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti e Nancy Fraser) para trazer a perspectiva racial para o tema. As nacionalidades variam: Beauvoir é europeia (francesa), Davis, Butler, hooks e Fraser são estadunidenses e Carneiro e Saffioti, brasileiras, para diversificar as perspectivas.

Simone de Beauvoir (2019a, 2019b) traz a ideia de emancipação enquanto consciência de si como *transcendência*, como projeto no mundo, como possibilidades. A emancipação é discutida enquanto libertação da mulher de suas opressões e constitui-se em “perigo que ameaça a moral e os interesses [dos homens]” (Beauvoir, 2019a, p. 21). A autora afirma ainda que, ao emancipar a mulher, a sociedade burguesa estaria em risco.

A mulher burguesa faz questão de seus grilhões porque faz questão de seus privilégios de classe. Explicam-lhe sem cessar (e ela sabe) que a emancipação das mulheres seria um enfraquecimento da sociedade burguesa; libertada do homem, seria condenada ao trabalho; pode lamentar não ter sobre a propriedade privada senão direitos subordinados aos do marido, porém deploraria ainda mais que essa propriedade fosse abolida; não sente nenhuma solidariedade com as mulheres da classe proletária: está muito mais próxima do marido do que das operárias da indústria têxtil. Faz seus os interesses do marido (Beauvoir, 2019a, p. 163).

A autora afirma que muitas das mulheres das classes mais abastadas se colocaram *contra* a emancipação feminina por receio de perder seus privilégios, o que gerou, diante das lutas feministas do final século XIX, a criação de um movimento *antifeminista* que partia da sociedade como um todo, mas sobretudo de mulheres burguesas. A autora traz a noção de emancipação enquanto libertação, direitos

políticos, autonomia³², consciência de si mesmas, liberdade sexual e até mesmo a gravidez: “Tornando-se mãe por sua vez, a mulher toma, de certo modo, o lugar daquela que a gerou; isso representa para ela uma emancipação total” (Beauvoir, 2019b, p. 292). Para a autora, a emancipação se dá através da igualdade política e econômica entre os sexos e, ainda, a partir da partir da Revolução Socialista que faça cair por terra o capitalismo como modo de produção, bem como ao combate dos dogmas religiosos que aprisionam as mulheres.

A religião autoriza na mulher a complacência para consigo mesma; dá-lhe o guia, o pai, o amante, a divindade tutelar de que ela tem nostálgica necessidade, alimenta-lhe os devaneios, ocupa-lhe as horas vazias. Mas, principalmente, confirma a ordem do mundo, justifica a resignação dando a esperança de um futuro melhor em um céu assexuado. Eis por que as mulheres são ainda hoje um trunfo tão poderoso nas mãos da Igreja; eis por que a Igreja é tão hostil a qualquer medida suscetível de facilitar a emancipação da mulher. É preciso uma religião para as mulheres: é preciso mulheres, “mulheres de verdade” para perpetuarem a religião (Beauvoir, 2019b, p. 435).

Beauvoir (2019b) afirma ainda que “essa libertação só pode ser coletiva” e deve ser buscada no combate às “armadilhas da má-fé” e às “mistificações da seriedade” (Beauvoir, 2019b, p. 438-439). A autora afirma que tal liberdade nas mulheres permanece *abstrata* e *vazia* e que só a *revolta* se apresenta como caminho para a libertação das mulheres: “cumpre-lhes recusar os limites de sua situação e procurar abrir para si os caminhos do futuro; a resignação não passa de uma renúncia e de uma fuga; não há, para a mulher, outra saída senão a de trabalhar pela sua libertação” (Beauvoir, 2019b, p. 439).

A autora traz a ideia de emancipação enquanto liberdade econômica: “Foi pelo trabalho que a mulher cobriu em grande parte a distância que a separava do homem; só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta” (Beauvoir, 2019b, p. 503). A autora afirma que com a conquista da liberdade econômica pela mulher ela se torna “produtora, ativa, ela reconquista sua transcendência; em seus projetos afirma-se concretamente como sujeito; pela sua relação com o fim a que visa, com o dinheiro e

³² Segundo o NEPEM/UFMG (2018, p. 21), “autonomia é a capacidade de formar as nossas próprias opiniões, de tomar as decisões sobre as nossas próprias vidas, de ser capazes de prover o próprio sustento e o sustento de quem depende de você e, sobretudo, de ser capazes de manter e de valorizar a própria integridade emocional e física”.

os direitos de que se apropria, põe à prova sua responsabilidade” (Beauvoir, 2019b, p. 503) e esta liberdade para ela só é possível em um mundo socialista.

Wood (2018) afirma que a *democracia formal*, defendida pelo capitalismo, propaga a ideia de que a emancipação humana seria uma extensão da democracia liberal garantida pelo capitalismo. De acordo com a autora, “embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação da opressão de gênero ou raça, a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo” (Wood, 2018, p. 241).

A perspectiva de Beauvoir (2019b) carece de reflexões raciais. Trata-se da visão de uma mulher europeia e branca que vê no trabalho apenas o viés de liberdade econômica que pode trazer às mulheres. Desconsidera, assim, o viés de exploração racista, escravocrata e de classe ao qual estão submetidas as mulheres negras, vítimas de subempregos com baixos salários – quando existem –, e alta periculosidade. Os trabalhos degradantes, perigosos e extenuantes funcionam ainda hoje como uma forma de exploração dos corpos de mulheres negras e dificultam, em alguns casos, sua emancipação³³.

A emancipação é discutida por bell hooks, por sua vez, a partir da libertação das mulheres, sobretudo das mulheres negras, através de uma Revolução Feminista e sororidade entre as mulheres (Hooks, 2023). Conforme a autora, para a emancipação, é preciso considerar a questão racial como promotora de desigualdades. Faz-se necessário, portanto, “eliminar todas as forças que separam as mulheres. Racismo é uma dessas forças” (Hooks, 2023, p. 249). Hooks (2019) coaduna com o pensamento de Beauvoir (2019a, 2019b), a qual entende que a emancipação deve ser ainda liberdade sexual e reprodutiva (liberdade de escolha) e “resistência à dominação masculina patriarcal no lar” (Hooks, 2019, p. 67). A autora ainda traz a ideia de emancipação enquanto *mutualidade*, que ela propõe ser a base para o *amor*.

A disposição para se sacrificar é uma dimensão necessária da prática do amor e da vida em comunidade. Nenhuma de nós pode ter tudo do

³³ De acordo com o IBGE (2024, p. 1), “no Brasil, as mulheres pretas ou pardas são mais afetadas pelas desigualdades na educação, no mercado de trabalho, na renda e na representatividade política do que as brancas. Elas dedicam mais tempo aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, têm menor taxa de participação no mercado de trabalho e menor percentual entre as ocupantes de cargos políticos. Além disso, as pretas ou pardas representam a maior parte das vítimas de homicídios contra mulheres praticados fora do domicílio e têm maior percentual de pessoas em situação de pobreza. Os dados fazem parte do estudo Estatísticas do Gênero”.

jeito como queremos o tempo todo. Abrir mão de alguma coisa é uma maneira de sustentar um compromisso com o bem-estar coletivo. Nossa disposição de fazer sacrifícios reflete nossa consciência da interdependência. Ao escrever sobre a necessidade de diminuir o abismo entre ricos e pobres, Martin Luther King Jr. pregou: “Todos os homens [e mulheres] estão envolvidos em uma rede inescapável de *mutualismo*, unidos em uma mesma vestimenta do destino. O que afeta um indiretamente afeta todos os outros”. Esse abismo é reduzido pelo compartilhamento de recursos (Hooks, 2021, p. 164, grifo meu).

O mutualismo, nessa visão de hooks (2021) amparada pelo discurso de Martin Luther King Jr., vai ser o compromisso com o bem-estar coletivo, a divisão dos recursos de forma igualitária e na perspectiva da interdependência de cada indivíduo com a comunidade. Na visão dela, as condições para que a *mutualidade* possa existir e trazer a justiça social são propiciadas a partir da prática feminista (Hooks, 2019). Segundo a autora, só o feminismo enquanto movimento social de luta para igualdade entre homens e mulheres pode “acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (Hooks, 2019, p. 166).

Hooks (2021) discute ainda uma forma de *empoderamento*³⁴ que pode ser alcançada na medida em que se vive em comunidade e através do *amor verdadeiro*, o que, segundo a autora, nos dá “coragem de encarar a realidade, de abraçar nosso verdadeiro *self*” (Hooks, 2021, p. 165, grifo da autora).

Sueli Carneiro (2023) discute a emancipação feminina a partir da libertação das mulheres negras e de dar voz aos subalternos (pessoas negras e pardas), algo que ela considera ser possível a todos. O movimento emancipatório vai se dar através da luta e das “resistências negras, apreendidas pela voz e pelo testemunho de pessoas insurgentes contra a subordinação, o epistemicídio e demais “cídios” aos quais se acha submetida a negritude no Brasil” (Carneiro, 2023, p. 14). A autora afirma que a força da autoestima, da autonomia e do cuidado trarão a perspectiva emancipatória à comunidade negra brasileira, algo que se dá pela *emancipação coletiva*: “A saída se dá pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação” (Carneiro, 2023, p. 14).

³⁴ “Empoderamento é o processo de mudança que dá, especialmente às mulheres, àquelas pobres – seja como trabalhadoras individuais, seja como membros de organizações de trabalhadores, seja como donas de casa – a possibilidade de dizer o que pensam na frente de outras pessoas e de serem escutadas, de adquirir novos conhecimentos, de acessar os recursos financeiros de que precisam, e, inclusive, de estabelecer relações respeitadas dentro do mundo do trabalho e também no lar” (NEPEM, 2018, p. 23)

Carneiro (2023) cita que a diáspora³⁵ negra dissemina a cultura dos povos africanos e serve como patrimônio cultural em todas as sociedades no mundo inteiro. A emancipação seria o reconhecimento de que esta diáspora “compartilha uma experiência histórica comum de escravização e de opressão racial” e seria ainda “um éthos cultural determinado pelas formas objetivas e subjetivas de resistência a essa opressão” (Carneiro, 2023, p. 56-57). Para a autora, só existe a *emancipação coletiva* em que a cultura negra exerça o papel de patrimônio cultural de todos.

Para Carneiro (2023), a população negra enfrenta um problema crônico que dificulta sua mobilidade social ou de classe: a *pobreza*. O combate a ela é condição necessária à emancipação, algo que, necessariamente, precisa ser coletivo, na medida em que a emancipação individual é uma *mobilidade social consentida* e ainda “melhor aceita quanto mais puder se desassociar das marcas físicas e simbólicas da negritude” (Carneiro, 2023, p. 58).

A outra possibilidade de reação ao dispositivo de racialidade advém da constituição do sujeito coletivo demandador de direitos, que busca o reconhecimento como sujeito político; será por meio desse reconhecimento que se promoverá a transformação dos pactos sociais pela inclusão dos negros enquanto coletividade.

No plano individual, é mais frequente que os negros sejam considerados incapazes de atender às exigências para a sua inclusão. No coletivo, as conquistas sociais foram escassas ao longo da nossa história. A articulação dos âmbitos individual e coletivo fez com que a maioria dos negros brasileiros ficasse entregue à lógica do biopoder. No entanto, não é necessário que as resistências levem à reinserção no dispositivo de racialidade, que a inclusão seja apenas dos indivíduos excepcionais e que a maioria dos negros esteja para sempre entregue à lógica racista do biopoder. É assim que tem sido, mas a emancipação pode e deve ser para todos. E isso se dará pela luta política (Carneiro, 2023, p. 58-59).

Com base nas ideias de Michel Foucault sobre dispositivos, a autora nomeia o *dispositivo de racialidade* e a noção de *biopoder* para tratar da lógica de dominação do homem branco sobre a população negra como formas de barrar a sua

³⁵ “A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos *tumbeiros* (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que, durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil” (Brasil, 2023a, p. 1).

emancipação. A autora afirma que a primeira estratégia da população negra em busca da emancipação é se manter viva, ou seja, “sobreviver fisicamente, libertar a razão sequestrada, estabelecer a ruptura com a condição de refém dos discursos de dominação racial” (Carneiro, 2023, p. 138).

Indivíduos não-emancipados são tachados de anêmicos, acomodados e autoindulgentes por uma sociedade que incentiva o “projeto individual, a admissão acrítica da meritocracia, a rendição ao individualismo e a retórica do esforço pessoal” (Carneiro, 2023, p. 140). Para a autora, o *cuidado* é o motor que leva à emancipação, tanto o cuidado de si quanto do outro, e esta busca tem que ser coletiva. Faz-se necessária a aquisição de uma certa *consciência racial* que gere o sentimento de pertencimento utilizado como *instrumento político de luta* pela emancipação coletiva. O caminho é a transição entre uma “consciência racial individual” para uma “consciência coletiva mobilizadora da ação política” (Carneiro, 2023, p. 338), principalmente no caso de coletividades subalternizadas, como mulheres e pessoas negras. Esta emancipação requer da população negra um sentimento de *reconhecimento, identificação e pertencimento* (Carneiro, 2023).

Angela Davis (2016) discute a emancipação enquanto aquisição de direitos que ocorreu em benefício da população negra com a abolição da escravidão³⁶. A autora discute a sociedade estadunidense e a questão da mulher negra nesta sociedade, em virtude da emancipação legal. Para a autora, a emancipação de direitos civis não incluiu a mulher negra porque, mesmo que ela tenha deixado de ser escravizada, permanecia ainda em funções degradantes, mal pagas ou até mesmo não remuneradas, além de serem invisibilizadas nas lutas feministas pelas feministas brancas.

Como resultado da emancipação, uma grande quantidade de pessoas negras se viu em um estado indefinido de servidão por dívida. As pessoas que trabalhavam como meeiras, que supostamente eram donas do produto de seu trabalho, não estavam em melhor situação do que quem trabalhava para quitar dívidas. Aquelas que “arrendaram”

³⁶ A escravidão de pessoas ficou proibida nos países do continente americano em: 1793 (Haiti); 1823 (Chile); 1829 (México); 1831 (Bolívia); 1834 (Canadá); 1838 (Jamaica); 1842 (Uruguai, Paraguai); 1851 (Colômbia, Equador); 1853 (Argentina); 1854 (Peru, Venezuela); 1863 (Estados Unidos); 1873 (Porto Rico) e 1888 (Brasil). O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/o-fim-da-escravidao/mapas/linha-do-tempo-do-fim-da-escravidao-nas-americas>. Após o Brasil, fora do continente americano, ocorreu abolição em: 1890 (Tunísia); 1894 (Gâmbia); 1897 (Madagascar); 1936 (Nigéria); 1906 (China); 1928 (Serra Leoa); 1942 (Etiópia); 1950 (Sudão, mas retomada em 1990); 1956 (Marrocos); 1962 (Arábia Saudita) e 1980 (Mauritânia). Fonte: <https://www.geledes.org.br/datas-da-abolicao-da-escravidao-nos-paises-americanos/>.

a terra imediatamente após a emancipação raramente possuíam dinheiro para saldar os pagamentos do aluguel ou para comprar o que precisavam antes da colheita da primeira safra. Exigindo até 30% de participação, proprietários de terras e comerciantes detinham parte da safra como garantia (Davis, 2016, p. 96).

A emancipação, enquanto fim da escravidão, pelo menos às mulheres negras, era uma *emancipação ilusória*, ou em suas próprias palavras, uma “abstração conceitual” (Davis, 2016, p. 106). As mulheres negras não conseguiam trabalho e se submetiam ao serviço doméstico, que, além de extenuante e, muitas vezes degradante, colocavam-nas em riscos de abusos sexuais de todos os tipos, sem direitos a reivindicar respeito a seus corpos, o que gerou o mito, durante muitos anos posteriores, da *promiscuidade* da mulher negra (Davis, 2016). Muitas mulheres negras do Sul dos Estados Unidos seguiam para o Norte “tentando fugir da antiga condição de escravidão, descobriram que simplesmente não havia outras ocupações disponíveis para elas” (Davis, 2016, p. 101). Muitas que conseguiam trabalho eram demitidas e, mesmo durante a segunda guerra, o percentual de trabalhadoras negras que realizavam trabalho doméstico era bem maior que as mulheres não-negras (Davis, 2016).

O sonho de possuir um pedaço de terra estava por ora destruído, e a esperança de obter igualdade política esmaeceu. Mas o farol do conhecimento não seria facilmente apagado – e essa era a garantia de que a luta pela terra e pelo poder político continuaria sem trégua (Davis, 2016, p. 116).

A emancipação enquanto direito político e intelectual estava ainda em processo de intensa luta da população negra no final do século XIX e início do século XX. Nos estados do Sul uma série de legislações promoviam a segregação racial entre pessoas negras e brancas. Para a autora, “não eram os direitos das mulheres ou a igualdade política das mulheres que tinham de ser preservados a qualquer custo, e sim a superioridade racial reinante da população branca” (Davis, 2016, p. 131). Na medida em que alcançaram o direito de votar, as mulheres negras não foram apoiadas pelas mulheres brancas – muitas vezes, sofrendo violências na hora de votar.

A autora traz os movimentos sociais e as associações que ajudaram na luta pelos direitos à *emancipação política e econômica da população negra*, além dos movimentos comunistas que discutiam a luta de classes. O Capitalismo e sua

ideologia racista e patriarcal apareceu como entrave à emancipação do povo negro. Pessoas negras eram comumente linchadas e nada era feito.

Se a população negra, por meio do terror e da violência, podia continuar a ser o grupo mais brutalmente explorado no interior das fileiras cada vez maiores da classe trabalhadora, os capitalistas poderiam tirar disso uma dupla vantagem. Lucros extras resultariam da superexploração da força de trabalho negra, e a hostilidade da mão de obra branca contra seus empregadores seria neutralizada. Trabalhadoras brancas e trabalhadores brancos que concordavam com os linchamentos assumiam necessariamente uma postura de solidariedade racial com os homens brancos que eram seus verdadeiros opressores. Tratava-se de um momento crítico na popularização da ideologia racista (Davis, 2016, p. 193).

Outra questão abordada por Davis (2016) são os direitos reprodutivos. De acordo com a autora, “o controle de natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres” (Davis, 2016, p. 205). Nesse sentido, entendo que a autora trata da emancipação enquanto *controle do corpo feminino* ou *o movimento pela libertação das mulheres*. A autora aponta que, durante a escravidão, eram incontáveis os abortos autoinduzidos e os infanticídios. Tais eram “atos de desespero, motivados não pelo processo biológico do nascimento, mas pelas condições opressoras da escravidão” (Davis, 2016, p. 208). No entanto, para a autora, tais abortos eram passos importantes rumo à *libertação* dessas mulheres³⁷.

Saffioti (2015) afirma que o poder pode ser compartilhado de forma democrática – gerando liberdade – ou exercido de forma discricionária, criando as desigualdades. A *liberdade* à qual a autora se refere, a meu ver, quer dizer *emancipação*, tendo relação ainda com *empoderamento*. Ela define o gênero como “uma privilegiada instância de articulação das relações de poder” e uma “forma de empoderamento” (Saffioti, 2015, p. 121). Saffioti (2015, p. 121) argumenta que “empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, a possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social”. A autora afirma que, diante do neoliberalismo, a questão do empoderamento é posta no nível individual e não no coletivo, o que impõe a estas

³⁷ Em junho de 2024 tramitava na câmara dos deputados brasileira o Projeto de Lei nº. 1904 que equiparava o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao *crime de homicídio simples*, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro. Tal projeto teve forte resistência dos movimentos sociais. Sobre a notícia: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lira-adia-analise-de-urgencia-do-aborto-e-prioriza-projeto-para-punir-deputados-por-quebra-de-decoro/>.

mulheres a responsabilidade própria sobre sua condição e justifica-se por sua “pouca inteligência” perante os homens. Se elas não lutam para angariar melhores posições sociais, é porque não se sacrificaram o suficiente diante da hostilidade socialmente imposta a elas (Saffioti, 2015). Uma alternativa proposta pela autora é a de autoconhecimento e conhecimento do outro enquanto *categoria social* que disputa com o poder hegemônico³⁸.

Saffioti (2015) argumenta que, historicamente, as classes sociais são mais recentes que o gênero, e, portanto, “as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no *gênero* são introduzidas pela emergência das classes. Para amarrar melhor esta questão, precisa-se juntar o racismo” (Saffioti, 2015, p. 122, grifo da autora). Ela afirma que as questões de gênero, classe social e racismo estão de tal forma imbricadas que não se deve mensurar tais discriminações de forma quantitativa, mas entender que são *determinações* ou *qualidades* que complexificam ainda mais a situação das mulheres (Saffioti, 2015).

Para a autora, “dominação presume subordinação” (Saffioti, 2015, p. 125) e esta ideia impõe às mulheres, na posição social de subordinação, “a iniciativa de agir, cooperando neste processo, mas também solapando suas bases (Saffioti, 2015, p. 125). Uma possibilidade em busca da emancipação está na *resistência* quando ela afirma que “sempre que há relações de dominação-exploração, há resistência, há luta, há conflitos, que se expressam pela vingança, pela sabotagem, pelo boicote ou pela luta de classes” (Saffioti, 2015, p. 139). Outra possibilidade de emancipação está na ideia de autonomia, não só das mulheres, mas de ambos os sexos: “Para se eliminar a dominação masculina, substituindo-a pela autonomia de ambas as categorias de sexo, a liberdade individual deve encontrar limite na estrutura das relações sociais” (Saffioti, 2015, p. 139-140). Saffioti (2015, p. 149) afirma que “a violência ainda é necessária para manter o *status quo*”, portanto, a emancipação se opõe à violência, principalmente a de gênero. A autora afirma – não de forma explícita – que a busca para a emancipação (empoderamento, autonomia) das mulheres deve ser o processo

³⁸ “Empoderamento é tradução literal do inglês *empowerment*. Significa atribuir poder às mulheres, elevando, por exemplo, sua autoestima. Também se empoderam mulheres por meio de ações afirmativas estatais” (Saffioti, 2015, p. 99, grifo da autora).

de luta contra as ideologias de dominação masculina (sendo o patriarcado³⁹ uma delas), mas também o combate às subjugações promovidas pelas tecnologias sociais de gênero, raça/etnia e de classe social.

Butler (2021) propõe a emancipação feminina a partir da ideia de *subversão*. A autora se orienta a partir das ideias de Michel Foucault e define que o *corpo* não se separa da *cultura* e é criado a partir de normas reguladoras e “os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas” (Butler, 2021, p. 19). A autora argumenta que esse sistema “produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos” (Butler, 2021, p. 19), o que torna imprescindível a *emancipação da mulher* que é o sujeito do feminismo. Esta emancipação não deve levar em conta o que se constitui a partir desse sistema nem o tome criticamente pois que ele está “fadado ao fracasso” (Butler, 2021, p. 19). Com base nas ideias de Julia Kristeva, a autora aponta caminhos para a esta emancipação.

O corpo feminino liberto dos grilhões da lei paterna pode se mostrar apenas uma outra encarnação dessa lei, que posa de subversiva, mas opera a serviço da autoampliação e proliferação da lei. Para evitar a emancipação do opressor em nome do oprimido, temos de levar em conta toda a complexidade e sutileza da lei, e nos curarmos da ilusão de um corpo verdadeiro além da lei. Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais (Butler, 2021, p. 164).

Utilizando o pensamento de Foucault, Butler (2021) argumenta que o ser sexuado está submetido às leis e regulações sociais que se configuram em “princípio formador do sexo, do gênero, dos prazeres e dos desejos, e como o princípio hermenêutico de autointerpretação” (Butler, 2021, 131). Nesta perspectiva, a categoria *sexo* é *reguladora* e a análise crítica irá combater a legitimação ou ampliação de tal regulação “como regime de poder/conhecimento” (Butler, 2021, p. 168). Uma alternativa na busca por emancipação, de acordo com Butler (2021), é uma *desconstrução da identidade*, o que vai de oposição às ideias feministas que se

³⁹ De acordo com Delphy (2009, p. 173, grifos meus), *patriarcado* “designa uma formação social em que os homens *detêm o poder*, ou ainda, mais simplesmente, *o poder é dos homens*. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘*dominação masculina*’ ou de *opressão das mulheres*”.

configura como política de identidade. A autora argumenta que esta desconstrução não é da política, “ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada” (Butler, 2021, p. 256). Na defesa de seu ponto de vista, a autora afirma que a política se forma a partir de “supostos interesses de um conjunto de sujeitos prontos” (Butler, 2021, p. 256) e que haveria de existir uma *nova configuração política* na qual as configurações de sexo e gênero seriam desnaturalizadas, não binárias e se proliferariam e se articulariam na vida cultural inteligível.

Andrade (2022, p. 16), tomando por base o pensamento de Nancy Fraser, afirma que a emancipação, sobretudo das mulheres, é entendida como “ausência de subordinação” diante de uma concepção ampla de justiça através de ações institucionais, normativas, políticas na busca por igualdade, equidade e paridade entre homens e mulheres. A concepção tridimensional de justiça de Fraser é adotada por Andrade (2022) para o combate à injustiça à qual as mulheres são penalizadas socialmente. Na perspectiva do pensamento de Fraser, as dimensões da justiça são: a *redistribuição*, o *reconhecimento* e a *representação*. A *redistribuição* pode ser alcançada com um sistema político-jurídico que propicie condições materiais de vida; o *reconhecimento* com a eliminação da segregação social imposta através de padrões de valoração cultural que privilegiam os homens; e, por fim, a *representação* com a reivindicação pública de suas necessidades por suas representantes nas esferas de decisão. Trata-se de dimensões que buscam combater “a injustiça socioeconômica, a injustiça cultural e a injustiça de representação política” (Andrade, 2022, p. 20). Tais dimensões, representadas por políticas públicas em prol das mulheres, não garantem sozinhas o cumprimento dos ideais de justiça e emancipação feminina e podem, inclusive, gerar “desigualdade factual” (Andrade, 2022, p. 20). Na busca por emancipação feminina:

a teoria de justiça tridimensional de Fraser mostra-se como importante instrumento para romper com o ciclo de geração de desigualdade factual a partir da igualdade jurídica, uma vez que, por meio do princípio da paridade de participação, não pode nortear ação governamental rumo à eliminação de padrões sexistas que impedem a participação das mulheres em paridade com os homens, a fim de que elas possam participar dos processos discursivos de definição, interpretação e satisfação de suas próprias necessidades, garantindo sua emancipação (Andrade, 2022, p. 22).

Andrade (2022) sinaliza que a desigualdade factual é vista nas discrepâncias entre homens e mulheres em relação ao emprego. Para a ideologia liberal e equidade de postos de trabalho entre homens e mulheres não se configura a mesma se levarmos em conta a paridade salarial, já que “apenas metade das mulheres em todo o mundo possui emprego remunerado, sendo que o valor percebido por elas corresponde a 77% do que é pago aos homens” (Andrade, 2022, p. 25). Uma das opções do Estado para a “emancipação” das mulheres está na política de redistribuição de renda – a autora trata do Programa Bolsa Família –, que, apesar de suprir necessidades de recursos materiais das mulheres, impõe “condicionantes para o recebimento do benefício que as vinculam à esfera doméstica” e, por conta disso “tem resultado na restrição da autonomia das mulheres”, bem como tem servido de “reforço dos papéis de gênero dominantes, contribuindo para a subordinação feminina e, portanto, gerando desigualdade factual” (Andrade, 2022, p. 26). A política de *interpretação das necessidades* de Nancy Fraser é apontada como possibilidade de contribuição na busca pela emancipação de mulheres, de acordo com a autora.

Para Fraser (2013, p. 53-54, tradução minha), “o discurso sobre as necessidades é um meio para a produção e contestação de reivindicações políticas, uma língua na qual o conflito político se desenrola e as desigualdades são elaboradas e contestadas simbolicamente”⁴⁰. Para garantir a emancipação feminina, há de se levar em conta não só uma política específica para as mulheres, mas que elas possam estar na arena discursiva nomeando e discutindo suas próprias necessidades.

Assim, encontramos aqui dois conjuntos principais de instituições que despolitizam as necessidades sociais: em primeiro lugar, as instituições domésticas, especialmente a forma doméstica normativa, nomeadamente, a família nuclear moderna, chefiada por homens; e, em segundo lugar, as instituições oficiais do sistema capitalista econômico, especialmente os locais de trabalho remunerado, os mercados, os mecanismos de crédito e as empresas e corporações “privadas”.¹² As instituições domésticas despolitizam certos assuntos ao personalizá-los e/ou familiarizá-los; apresentam-nos como assuntos privados-domésticos ou pessoais-familiares, em contradição com os assuntos públicos e políticos. As instituições oficiais do sistema econômico-capitalista despolitizam certos assuntos ao economizá-los; os assuntos em questão são apresentados como imperativos impessoais do mercado ou como prerrogativas da propriedade “privada” ou como problemas técnicos para gestores e planejadores, todos em contradição com assuntos políticos. Em

⁴⁰ “needs-talk is a medium for the making and contesting of political claims, an idiom in which political conflict is played out and inequalities are symbolically elaborated and challenged”.

ambos os casos, o resultado é um encurtamento das cadeias de relações de ordem para interpretar as necessidades das pessoas; as cadeias interpretativas são truncadas e impedidas de transpor as fronteiras que separam “o doméstico” e “o econômico” do “político”⁴¹ (Fraser, 2013, p. 62, tradução minha).

Tanto o sistema doméstico quanto o sistema de instituições públicas estão marcados por relações de *dominação* e *subordinação*, de acordo com Fraser (2013). Tais interpretações específicas desses sistemas naturalizam as necessidades dos grupos subordinados, instituindo *vantagens* para os grupos dominantes e *desvantagens* aos grupos subordinados (Fraser, 2013). As interpretações dadas são tão poderosas que “membros dos grupos subordinados geralmente internalizam a interpretação de suas necessidades a ponto de trabalharem para sua própria desvantagem”⁴² (Fraser, 2013, p. 64, tradução minha). Fraser (2013) propõe que as necessidades não contempladas pelos sistemas possam adentrar numa “arena social historicamente específica e relativamente nova”⁴³ (Fraser, 2013, p. 64, tradução minha) e ultrapassar as “fronteiras que separam as esferas de vida classificadas como ‘política’, ‘econômica’ e ‘doméstica’ ou ‘pessoal’”⁴⁴ (Fraser, 2013, p. 66, tradução minha).

Retomando a discussão das autoras mulheres quanto à emancipação feminina, pode-se observar que ela ocorre de forma *pessoal*, através da *liberdade/libertação*, prima pelo princípio da *igualdade*, é *coletiva*, é sinônimo de *luta/combate*, e, por fim, é uma *ação*. A figura 1 traz os principais pontos discutidos por elas.

⁴¹ “Here, accordingly, we encounter two principal sets of institutions that depoliticize social needs: first, domestic institutions, especially the normative domestic form, namely, the modern, male-headed, nuclear family; and, second, official-economic capitalist system institutions, especially paid workplaces, markets, credit mechanisms, and “private” enterprises and corporations.¹² Domestic institutions depoliticize certain matters by personalizing and/or familializing them; they cast these as private-domestic or personal-familial matters in contradistinction to public, political matters. Official-economic capitalist system institutions depoliticize certain matters by economizing them; the issues in question here are cast as impersonal market imperatives or as “private” ownership prerogatives or as technical problems for managers and planners, all in contradistinction to political matters. In both cases, the result is a foreshortening of chains of in-order-to relations for interpreting people’s needs; interpretive chains are truncated and prevented from spilling across the boundaries separating “the domestic” and “the economic” from “the political”.

⁴² “members of subordinated groups commonly internalize need interpretations that work to their own disadvantage”.

⁴³ “a historically specific and relatively new societal arena”.

⁴⁴ “boundaries separating what are classified as “political,” “economic,” and “domestic” or “personal” spheres of life”.

Figura 1 – Conceito de emancipação por autoras mulheres.

EMANCIPAÇÃO FEMININA (AUTORAS)					
Pessoal	Liberdade/ Libertação	Igualdade	Coletiva	Combate	Ação
Autonomia (Beauvoir, 2009; Carneiro, 2023; Saffioti, 2015; Andrade, 2022)	Sexual (Hooks, 2019; Beauvoir, 2009)	Política e econômica entre os sexos (Beauvoir, 2009; Saffioti, 2015)	Sororidade entre as mulheres (Hooks, 2023; Davis, 2016)	Os dogmas religiosos (patriarcais e racistas) (Beauvoir, 2009; Carneiro, 2023; Davis, 2016)	Desnaturalização das configurações de sexo e gênero (conhecer o conceito) (Saffioti, 2015; Butler, 2021)
Autoconhecimento, consciência de si e conhecimento do outro enquanto categoria social (Beauvoir, 2009, 2019a; Andrade, 2022; Fraser, 2013; Saffioti, 2015)	Reprodutiva (Beauvoir, 2009; Hooks, 2019)	Política e econômica da população negra (Davis, 2016; Carneiro, 2023)	Mutualidade (Hooks, 2019)	A dominação masculina patriarcal (ao sexismo) e a subordinação social das mulheres (relação dominação-exploração) (Carneiro, 2023; Saffioti, 2015; Andrade, 2022; Fraser, 2013)	Desconstrução da identidade (nova configuração política não binária) (Butler, 2021)
Cuidado de si (autoestima, autocuidado) (Carneiro, 2023)	Gravidez (Beauvoir, 2009)	Justiça social (Andrade, 2022; Fraser, 2013)	Cuidado do outro (interdependência) (Hooks, 2019, 2021)	A exploração sexista e opressão feminina (Hooks, 2019)	
Empoderamento (Saffioti, 2015; Hooks, 2021)	Direito ao aborto (Davis, 2016)	Direito político (direito ao voto, ações afirmativas, políticas públicas) (Beauvoir, 2009; Carneiro, 2023; Davis, 2016; Andrade, 2022; Fraser, 2013)	Abolição da escravidão (Davis, 2016)	A pobreza (busca a sobrevivência física) (Carneiro, 2023)	Justiça tridimensional: redistribuição (justiça econômica), reconhecimento (eliminação da segregação social, justiça cultural) e representação (justiça política) (Andrade, 2022; Fraser, 2013)
Emancipação política e econômica (Beauvoir, 2019a; Fraser, 2013; Andrade, 2022)	Oposição ao controle dos corpos femininos (Davis, 2016; Beauvoir, 2009, 2019a)	Intelectual (direito à educação) (Davis, 2016)	Diáspora africana (étnos cultural e resistência à opressão) (Carneiro, 2023)	Dispositivos de racialidade (Carneiro, 2023)	
Erguer a voz dos subalternos (pessoas negras e pardas) (Carneiro, 2023)	Socioeconômica (Andrade, 2022; Fraser, 2013)	Ausência de subordinação (Andrade, 2022)	Cultura negra (patrimônio cultural) (Carneiro, 2023)	O individualismo e a meritocracia (Carneiro, 2023)	Ultrapassar as fronteiras da vida política (instituições), econômica (mercado econômico) e doméstica/pessoal (atribuída às mulheres) (Fraser, 2013; Andrade, 2022)
Reconhecimento, identificação e pertencimento (da população negra) (Andrade, 2022; Fraser, 2013; Carneiro, 2023)	De escolha (Hooks, 2019)	Equidade e paridade entre homens e mulheres (Andrade, 2022; Fraser, 2013)	Consciência coletiva (racial) mobilizadora da ação política (Beauvoir, 2009; Carneiro, 2023)	O poder hegemônico (capitalista e racista) e ao patriarcado (Saffioti, 2015; Fraser, 2013; Carneiro, 2023; Davis, 2016)	
Subversão (Butler, 2021)	Coletiva (Beauvoir, 2009; Carneiro, 2023)	Paridade de participação (política, social, cultural) (Andrade, 2022; Fraser, 2013)	Movimentos sociais (resistência) (Davis, 2016)	A violência de gênero e o epistemicídio (Davis, 2016; Saffioti, 2015; Carneiro, 2023)	Tomar visível e remunerado o trabalho doméstico (Andrade, 2022)
Transcendência (Beauvoir, 2019a, 2019b)	Intelectual (educação para todos) (Davis, 2016)		Prática feminista (Beauvoir, 2009, 2019a, 2019b; Hooks, 2019, 2023; Davis, 2016)	As subjugações promovidas pelas tecnologias sociais de gênero, raça/etnia e de classe social (Saffioti, 2015)	

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Beauvoir (2019a, 2019b); Hooks (2023, 2019, 2021); Carneiro (2023); Davis (2016); Saffioti (2015); Butler (2021); Andrade (2022) e Fraser (2013).

Conforme as autoras, a emancipação trata de buscar uma postura pessoal do cuidado de si, do autoconhecimento de reconhecimento enquanto ser que faz parte de um grupo social, bem como através do desenvolvimento de sua própria autonomia e da busca por empoderamento e emancipação socioeconômica e política através do uso da sua própria voz – voz que vem das minorias e dos subalternizados –, podendo realizar sua própria subversão e transcendência. Importante ainda a busca pela liberdade de seu corpo (sexual, reprodutiva), de escolha, coletiva, socioeconômica e intelectual. Emancipar-se é ainda emancipar o todo através da igualdade entre os sexos, na busca por fazer valer seus direitos (políticos, sociais, intelectuais, civis), na luta contra a não subordinação de gênero e na justiça social e democrática, na equidade, igualdade e paridade e na consciência coletiva que mobiliza os movimentos sociais, na prática feminista e na valorização da cultura que combate preconceitos, como o racismo e o sexismo. A resistência à sociedade capitalista patriarcal e

neoliberal é necessária, bem como o combate à pobreza e à violência de gênero. É preciso, por fim, educar a sociedade na desnaturalização do binarismo de gênero e buscar a justiça tridimensional através da justiça econômica, da justiça cultural e da justiça política. Ainda, faz-se necessário valorizar, visibilizar e remunerar o trabalho doméstico e dos cuidados, bem como compreender a vida em seu tripé indissociável (político, econômico e doméstico) com a mesma importância social.

Uma possibilidade rumo à emancipação de mulheres é trazida pela Economia Solidária Feminista. A próxima seção trará algumas ideias sobre como a economia solidária pode contribuir com a emancipação de mulheres que estão nas esferas mais vulnerabilizadas na nossa sociedade.

Ao final da seção 2.1, discuti as ideias de Karl Marx (1843-1881), Jürgen Habermas (1929-), Alain Touraine (1925-2023), Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno (1903-1969) e Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) a partir de Adorno (2020), Freire (2017), Furtado *et al.* (2022), Silva (2018), Zambel e Lastória (2016) a respeito da *emancipação humana*, através das ideias de liberdade, igualdade, democracia, diálogo, resistência, ação social e coletiva autonomia, reflexão crítica, combate às estruturas e ideologias hegemônicas, conscientização, emancipação social, humanização. Todas as ideias ligadas às reflexões sobre justiça e democracia, contrárias aos ditames capitalistas e neoliberais.

Analisei ainda a perspectiva de *emancipação feminina* a partir de Andrade (2022), Beauvoir (2019a, 2019b), Butler (2021), Carneiro (2023), Davis (2016), Fraser (2013), Hooks (2019, 2021 e 2023) e, por fim, Saffioti (2015). Tal emancipação pode vir através da conquista de direitos, da liberdade, do conhecimento, do cuidado, da autonomia, empoderamento, da luta contra os ideais hegemônicos e as formas de opressão de gênero, do combate às injustiças raciais e de gênero, através da concepção tridimensional, da busca pela desnaturalização do binarismo de gênero, da equidade, igualdade e paridade entre os sexos. É uma emancipação que necessita da *insubordinação, insurgência, subversão, resistência, transcendência* das mulheres, em uma revolução feminista e socialista, necessitando da *sororidade* entre elas, da valorização da cultura, do trabalho doméstico e dos cuidados e da visibilização de todas as mulheres.

A próxima seção vai tratar da Economia Solidária na perspectiva das mulheres e da Economia Solidária Feminista, como também da Economia Feminista e suas relações com a Economia Solidária.

2.2 Economia Solidária Feminista

Guérin (2005) afirma que a Economia Solidária (ES)⁴⁵ se configura como uma *oportunidade inédita* de luta contra as desigualdades de gênero, e as mulheres estão entre as principais autoras dessas práticas econômicas. Espaços de economia solidária são privados e não têm intervenção estatal, usam a solidariedade e as trocas comerciais não visam ao lucro. A autora afirma que tais iniciativas são realizadas principalmente por mulheres que enfrentam inúmeras dificuldades – além da conciliação entre vida privada e profissional –, como falta de acesso à crédito, por exemplo. Ainda assim, as mulheres “frequentemente são as primeiras a se mobilizar e se auto-organizar” (Guérin, 2005, p. 16-17).

Para Guérin (2005), mesmo diante dos benefícios dessas iniciativas, existem obstáculos que impedem a emancipação das mulheres, já que tais práticas econômicas “criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não-monetário” (Guérin, 2005, p. 17), podendo, nesse sentido, trazer mais desigualdade de gênero e sobrecarregar as mulheres com mais trabalho, além do doméstico, fazendo com que elas enfrentem mais dificuldades econômicas.

Bonumá (2015)⁴⁶ afirma que na ES as mulheres predominam em empreendimentos informais e menores, enquanto os homens fazem parte de empreendimentos maiores – cooperativas e empresas mercantis – que são formalizados e, ainda, “os EES urbanos equilibram mulheres e homens, enquanto nos rurais predominam os homens” (Bonumá, 2015, p. 46).

Guérin (2005) afirma que os espaços da ES podem trabalhar na busca por justiça de proximidade. São *arenas públicas de discussão* que possibilitam que essas

⁴⁵ Guérin (2005) trata da Economia Solidária (ES) no geral e não da Economia Solidária Feminista (ESF), mas no meu entendimento, quando ela fala em Economia Solidária *de* mulheres e *para* mulheres ela fala, mesmo sem deixar explícito, da ESF.

⁴⁶ O estudo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Helena Gomes Bonumá, citado em diversos trabalhos sobre economia solidária e feminista (ou economia solidária e mulheres). Utilizo-o aqui devido à importância desta autora como militante política da economia solidária e feminista. Ela é especialista em Gestão Estratégica Pública pela UNICAMP/FPA, graduada em sociologia pela UFRGS, foi coordenadora da Rede Nacional de Economia Solidária e Feminista (RESF) e é fundadora e atual coordenadora-geral da Guayí-Democracia, Participação e Solidariedade. Atuou como vereadora do Partido dos Trabalhadores (PT) em Porto Alegre (RS) por dois mandatos (1993 a 1996 e 2001 a 2004), nos quais desenvolveu o projeto *Porto Alegre também para as mulheres* e coordenou o Projeto Nacional de Fomento a Redes de Cooperação Solidária para Mulheres. Também foi coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) e assessora da Sociedade Civil da Organização das Nações Unidas (ONU-Mulheres) em 2017. Para saber mais sobre a Guayí, ver http://guayi.org.br/?page_id=1975. Para saber mais sobre o projeto *Economia Solidária e Economia Feminista*, ver http://guayi.org.br/?page_id=2170.

mulheres tenham voz. Suas discussões podem gerar mudanças institucionais e nas normas sociais, articulando *família, instituições públicas, mercado e sociedade* e combatendo desigualdades intrafamiliares.

Quando as mulheres adentram os espaços públicos e, principalmente, quando participam das decisões políticas enquanto representantes legislativas da população, mudanças significativas ocorrem em benefício de suas necessidades.

De acordo com Perez (2022), o sistema democrático mundial não é igualitário sob o viés de gênero e majoritariamente utiliza-se de estratégias que obstaculizam a eleição de mulheres. Para a autora, a perspectiva de vida das mulheres é diferente e, portanto, elas têm diferentes *necessidades e prioridades*. Segundo Perez (2022, p. 280), se o poder legislativo de um país for composto apenas por homens, ou tiver maioria masculina, “estará sujeito a uma lacuna de dados de gênero que o levará a atender as cidadãs de modo inadequado. E na maior parte dos governos do mundo predominam homens”.

Menegon (2018) afirma que com a colonização das Américas e, com ela, o pensamento dito moderno, foi instituída uma *universalidade radicalmente excludente*, uma *teoria dominante do conhecimento*, uma *cultura dominante* e o *particularismo ocidental*. Para o pensamento moderno, a figura humana padrão dominante era o “europeu, branco, do sexo masculino, cristão, conservador, heterossexual e proprietário” (Menegon, 2018, p. 139). Todos aqueles que não se encaixavam nesse padrão não eram tidos como *pessoa*. A eles e elas era negado o acesso aos Direitos Humanos⁴⁷.

Os espaços de ES fortalecem a socialização e a intimidade dessas mulheres, configurando-se como *espaços de existência feminina* e servindo de suporte a sua emancipação individual, “até mesmo como verdadeiros modos de acumulação econômica e de acesso ao poder” (Guérin, 2005, p. 24). Porém, tais grupos podem ser *antidemocráticos, exclusivos e não promover a garantia de direitos individuais* se forem utilizados por indivíduos de má-fé que possam se aproveitar dessas mulheres,

⁴⁷ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi elaborada por dois anos, após a Segunda Guerra mundial, e o texto final, com 30 artigos, foi aprovado em 1948, completando, em 2024, 76 anos. É considerado o texto mais traduzido no mundo – para mais de 500 idiomas – e aprovado por unanimidade por 48 países presentes à 3ª Sessão da Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), que, na época, era composta de 58 países, inspirando, inclusive, algumas das constituições dos países membros. A DUDH condena a escravidão e a tortura e defende asilo aos que são perseguidos, bem como defende o direito à educação, à liberdade, à propriedade e proclama que todos nascem igualmente livres e possuem direitos, não devendo haver discriminação de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política (Geledés, 2018, adaptado).

sobretudo daquelas que possuem pouco ou nenhum grau de instrução formal ou nos casos em que essas mulheres são analfabetas e desconhecem seus direitos políticos (Guérin, 2005).

Estes espaços não devem servir de justificativa para *diminuição de auxílios públicos*, porém, os grupos de ES formados em sua maioria por *mulheres*, podem se configurar no “único meio de ter acesso a direitos fundamentais em termos de saúde, de educação e de atividades geradoras de renda, especialmente pelo caminho do acesso ao crédito” (Guérin, 2005, p. 24).

Folbre (2000) utiliza o termo *atividade de proximidade*, em vez de *trabalhos de cuidado*, definido como um tipo de atividade (trabalho) realizado por *afeição e/ou senso de responsabilidade*, sem aguardar retorno imediato. São as atividades domésticas do dia a dia, como limpar e cozinhar, e os cuidados com outrem, atividades atribuídas culturalmente às mulheres. A autora refuta o pensamento da *natureza altruísta feminina* advinda do pensamento moderno e das abordagens essencialista⁴⁸ e universalista⁴⁹, e assevera que tal altruísmo natural é, na verdade, mecanismo de dominação, exploração e alienação capitalista.

[...] despossuídas de seu corpo ou de sua força de trabalho, as mulheres acabam despojadas de sua própria consciência e passam a aderir às normas que respondem aos interesses daqueles que as exploram. A alienação garante a reprodução do sistema de exploração, e essa alienação se manifesta precisamente em uma propensão à dedicação e ao dom de si (Guérin, 2005, p. 41).

Mulheres são relegadas às tarefas domésticas e ao ambiente privado, e, se elas trabalham, sua remuneração é tida como suplementar, uma ajuda à renda familiar. O papel social atribuído a elas é de esposas, mães e cuidadoras. As atividades ditas femininas são justificadas sob o viés da teoria utilitarista e a teoria econômica padrão como atividades que ajudam na maximização da utilidade familiar,

⁴⁸ “De um ponto de vista filosófico, o *essencialismo* remete para a crença na existência das coisas em si mesmas, não exigindo qualquer atenção ao contexto em que existem. Uma posição essencialista distingue-se facilmente de uma posição dialética: a primeira pressupõe a reflexão de uma coisa em si mesma, a segunda privilegia a reflexão de uma coisa em relação com outras [...]. O oposto do essencialismo filosófico é o *relativismo*. [...] o essencialismo contempla a coisa em si mesma; o relativismo exige a conformidade da coisa com aquilo que compõe o mundo que a circunscreve” (Ceia, 2018, p. 1, grifo meu).

⁴⁹ De acordo com Flores (2009, p. 56), a teoria universalista quer “impor um só ponto de vista sobre a ciência, a ética, a religião, o direito e a política, e uma vez estabelecido como “sentido comum” da modernidade, desprezar qualquer outra forma de entender o mundo”.

que sob esta visão são secundárias e fazem parte do perfil altruísta feminino, o que acaba reforçando os preconceitos e as desigualdades de gênero. Para o feminismo de base marxista, justificar que os trabalhos domésticos não deveriam ser contabilizados na esfera econômica não se sustenta, porque tais serviços, quando realizados na esfera mercantil, são remunerados e não gratuitos (Guérin, 2005).

A subvalorização do trabalho feminino se reflete na falta de reconhecimento de sua contribuição para a atividade econômica. Portanto, o debate deve se concentrar tanto na desigualdade de remuneração quanto na desigualdade de oportunidades. [...] Precisamos combater a ideia de que a atividade humana só pode ser valorizada se receber um valor de mercado. Há muitas coisas que fazem a vida valer a pena, mas que não têm valor de mercado. Não estamos de forma alguma dizendo que é necessário monetizar todas as atividades de uma família ou de uma comunidade para dar-lhes o valor adequado. A maioria dessas atividades tem um valor que vai muito além do mero valor econômico (Folbre, 2000, p. 150, tradução minha).

O cuidado de crianças, pessoas doentes, idosos, dentre outros, é uma tarefa essencial na sociedade que demanda tempo e dedicação. Segundo Folbre (2000) a maioria dos estudos sobre a utilização do tempo na realização de tarefas domésticas as considera de forma consecutiva. Essas tarefas, porém, são realizadas, na maioria das vezes, simultaneamente por mulheres. De acordo com a autora, elas fazem verdadeiros *malabarismos* para dar conta de múltiplas atividades ao mesmo tempo. A autora afirma que “um estudo sobre o uso do tempo realizado nos Estados Unidos nos anos oitenta mostra que o desempenho simultâneo das tarefas domésticas é mais comum em mulheres do que em homens, especialmente quando se trata de tarefas domésticas diárias” (Folbre, 2000, p. 147).

Em muitos países europeus – considerados berços de democracia e de direitos conquistados pelas mulheres – a emancipação feminina veio após muitas lutas e historicamente se configura como um fenômeno recente. Folbre (2003) afirma que em 1907 as mulheres não poderiam dispor livremente de seus próprios salários na França e apenas em 1965 elas conquistaram o direito de trabalhar fora de casa e, mesmo assim, necessitavam da permissão dos maridos. O código civil alemão atribuía ao homem todas as decisões matrimoniais, ao passo que as mulheres só podiam trabalhar fora de casa se comprovassem que o trabalho era compatível com suas

“obrigações” familiares primárias – trabalho doméstico e de cuidado – e elas só conquistaram o poder de decidirem sobre si próprias em 1976 (Folbre, 2003).

Melo e Thomé (2018) afirmam que antes da Revolução Francesa muitas mulheres escreveram e protestaram sobre a dominação masculina. Muitas autoras denunciaram “a estratégia de poder dos homens ao manter as mulheres hierarquicamente abaixo de si” e no “confinamento dos lares, ao afirmar que suas características naturais as faziam menos aptas à participação na vida pública” (Melo; Thomé, 2018, p. 38).

O ciclo de dominação masculina, ao atribuir o lar como local “natural” das mulheres, não só as torna dependentes economicamente dos homens como as acusa de serem improdutivas economicamente, invisibilizando o trabalho doméstico e de cuidado, colocando-as à margem da sociedade, na mesma categoria que as crianças, os portadores de deficiências e os idosos.

Este procedimento foi essencial para sustentar o sistema capitalista inicial. Logo, às não casadas e às que não eram sustentadas por seus pais ou padrastos, havia apenas “a caridade, a grande precariedade ou então a prostituição” (Guérin, 2005, p. 60). No século XX, economistas excluíram tarefas de cuidado de estatísticas e dados oficiais de contribuição social, ou seja, para as mulheres houve a *invisibilização oficial* de seu trabalho doméstico, além de ficarem sem “acesso aos direitos civis e políticos” (Guérin, 2005, p. 61).

Melo e Thomé (2018) afirmam que, mesmo diante das conquistas históricas das mulheres como direito ao voto e à educação, entrada no mercado de trabalho, paridade salarial, acesso a cargos de poder, dentre outras questões, há ainda um longo caminho a seguir haja vista a enorme resistência social à mudança do cenário capitalista e patriarcal. Para as autoras, “a vantagem conquistada na educação não conseguiu fazer com que o mercado de trabalho fosse um espaço produtor de autonomia econômica e social” (Melo; Thomé, 2018, p. 169). Faz-se necessária uma mudança na divisão social do trabalho e na naturalização e biologização do gênero. Há de se ter ainda um enfrentamento ao racismo e aos diversos preconceitos sociais que as mulheres sofrem, sobretudo as negras, pobres, transgêneros e travestis.

Havia uma crença de que a maior autonomia feminina romperia com o círculo de violência doméstica, fenômeno presente na vida de milhares de mulheres, tanto no passado, quanto no presente. Hoje, a violência doméstica é punida pela Lei Maria da Penha, e os

assassinatos, pela Lei do Feminicídio, mas esses marcos jurídicos poderosos são ainda insuficientes para sua erradicação.

São muitos os campos de atuação que pedem por uma presença feminina maior e mais igualitária; respeitosa e condizente com o seu conhecimento e sua capacidade de produzir. Ter mais mulheres liderando é, entre outras coisas, ter também mais políticas que digam respeito a aspectos que concernem às mulheres (Melo; Thomé, 2018, p. 169).

Necessitamos de alimentos, roupas, calçados, gás, energia elétrica e diversas outras coisas para viver. Nobre (2003a) comenta que, além delas, necessitamos ainda de educação, carinho, cuidado e combate às doenças. De acordo com Soares (2019), é na ES que as mulheres encontram um lugar no qual “buscam formas alternativas de sobrevivência ao mesmo passo que se organizam e desenvolvem formas de participação no espaço público” (Soares, 2019, p. 13)⁵⁰. Para Castro (2014),

por um lado, o trabalho associado tem um potencial emancipador na medida em que pode proporcionar a conciliação entre trabalhador e meios de produção, contribuindo com o processo de ‘desmercantilização’ e ‘desalienação’ do trabalho; por outro, a luta feminista e a auto-organização produtiva podem contribuir na ampliação do conceito de trabalho, que passa a ser visto a partir do paradigma da sustentabilidade da vida humana, valorizando assim práticas de trabalho não mercantil, historicamente exercidas pelas mulheres (Castro, 2014, p. 100).

A economia solidária, sob esta ótica, tem potencial emancipador, fazendo com que as mulheres possam atuar autonomamente em um processo autogestionado, e promovendo a valorização dos trabalhos de sustentabilidade da vida e dos cuidados com outrem. A ES pode funcionar também como combate às opressões de gênero, já que com a “conquista da autonomia as mulheres se fortalecem, ficam mais confiantes e conseguem enfrentar a opressão a qual estão submetidas” (Castro, 2014, p. 100).

A ES pode servir como espaço privilegiado de *intimidade*, *sociabilidade* e *existência* dessas mulheres, mas pode ser também espaço de *acumulação*

⁵⁰ “As mulheres da economia popular e solidária são trabalhadoras dos *campos*, das *águas*, das *florestas* e das *cidades*, principalmente nas *periferias urbanas* das grandes cidades, mas são também *povos originários* e *populações tradicionais*. Organizadas em grupos, movimentos, entidades, empreendimentos e redes, se vinculam aos feminismos, à agroecologia e agricultura urbana e periurbana, ao trabalho artesanal, ao trabalho de catadoras de resíduos, à pesca, à produção de alimentos e vestuário, à cultura, à produção de conhecimentos e tecnologias sociais, entre outras. São as que, junto com tantas outras, primeiro acolhem os seres humanos gerados para garantir a continuidade da sociedade, são as que se apoiam para compartilhar as dores geradas pela violência machista e racista que a sociedade patriarcal e capitalista produz (carta do Grupo de Trabalho das Mulheres do FBES, jan/2023)” (Brasil, 2024, p. 15)

econômica; escalas de *poder*; espaços para instrumentalização de *partidos políticos* ou *movimentos religiosos* ao tirarem proveito desses grupos para ampliar o número de membros. Grupos que angariam financiamentos por vezes atraem pessoas mal-intencionadas que se aproveitam das mulheres, principalmente das analfabetas, para enganá-las (Guérin, 2005).

Os créditos ofertados a esses grupos de ES podem não alcançar o objetivo emancipador: pela restrição de outros serviços sociais; pelos custos públicos; pela política de redistribuição passiva (sem incentivos à busca pela própria renda); pela maior vulnerabilização de trabalhadoras ante a riscos – desemprego, degradação ambiental, doenças, desastres, entre outros – (Guérin, 2005). Para a autora, o microcrédito deve responder às necessidades básicas e locais das mulheres, mas faz-se necessário que os grupos possam buscar reivindicar junto à gestão pública seus direitos fundamentais.

Neste sentido, acredito que os processos de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por Institutos Públicos de Ensino Superior (IPES) possam vir a trabalhar no combate a estas questões que afetam o desempenho dos EES e que funcionam como maior exploração de pessoas pobres vulnerabilizadas, sobretudo mulheres. Agências de fomento e políticas públicas que apoiem estes espaços hão de contribuir para que estas situações não ocorram ou sejam minimizadas.

O futuro da economia solidária depende precisamente de seu reconhecimento pelos Estados e pelas organizações internacionais. É incumbência dos atores da economia solidária prosseguir suas ações, suas reivindicações, assim como os seus esforços em busca de união; mas é responsabilidade das autoridades públicas apoiar esses esforços sem demora, sem esperar por resultados tangíveis, o que pressupõe o reconhecimento de que elas próprios precisam dessa força de contestação para que sejam ao mesmo tempo mais justas e mais eficazes (Guérin, 2005, p. 218-219).

Entendo que a complexidade da Economia Solidária para as mulheres, a saber, da Economia Solidária Feminista (ESF), está: no apoio estatal para os grupos; na promoção de uma pedagogia própria para essas trabalhadoras; na inserção desses grupos em movimentos sociais de bases feministas; no acesso livre a financiamentos; no apoio de técnicos especializados, tanto de incubadoras universitárias quanto de outras instituições; no processo de promoção de redes de apoio para divulgação; na

comercialização e difusão dos produtos; e na própria discussão sobre ESF dentro, inclusive, das instituições de ensino fundamentais, médias e superiores.

De acordo com Nobre (2011), a interseção entre ES e ESF traz o desafio de transformar inúmeras horas de trabalho duro em distribuição igualitária de riqueza entre as mulheres e assegurar que as mais necessitadas possam ter acesso a ela.

Ao mesmo tempo, diminuir a sobrecarga de trabalho e responsabilidades das mulheres e melhorar as condições em que seu trabalho é realizado. Distribuir riqueza significa aumentar a remuneração do trabalho com melhores salários, direitos trabalhistas, crédito para a economia popular e diminuir a remuneração do capital, por exemplo, reduzindo juros ou isenções de grandes empresas. Inclui também políticas de apoio à reprodução social, como creches, escolas para todos e com maior período de funcionamento, centros de atenção a doentes e idosos (Nobre, 2011, p. 8-9).

A Economia Feminista (EF) é imprescindível para o fim da injustiça social e da opressão de gênero que sofrem as mulheres, já que critica a perspectiva tradicional econômica, incluindo as discussões da sustentabilidade da vida e das desigualdades de gênero, principalmente referente às discriminações sofridas pelas mulheres. Trata-se de uma prática política que almeja modificações no sistema econômico, nos trabalhos (principalmente os do cuidado com outrem) e nos processos de satisfação das necessidades das pessoas (Orozco; Calderón, 2016).

Federici (2022, p. 18) afirma que as mulheres, a partir do feminismo, resolveram “arrebatar a economia, que é, entre todas as disciplinas, a mais próxima das estruturas de poder que dominam nossa sociedade”. Bengoa e Corral (2022, p. 9) afirmam que, a partir das ideias do feminismo, nasceu uma proposta que não se constitui como um novo ramo da economia, mas sim como “uma outra maneira de entender o mundo”. O que, então, vem a ser a *Economia Feminista*?

Segundo Bengoa e Corral (2022), a EF tem seus primeiros debates já no início do século XIX, quando uma série de mulheres vão contestar as ideias clássicas de economistas por não discutirem as divisões sexuais do trabalho e por não inserirem o trabalho doméstico como categoria econômica, tampouco como categoria de trabalho. Tais estudiosas contestavam porque esses economistas não discutiam o patriarcado, a saber, o poder dos homens sobre as mulheres. As autoras apontam que as

discussões sobre a economia feminista remontam ao que se chama da primeira onda do feminismo⁵¹.

Em meados do século XX, as autoras discutem que se tem início a discussão teórica sobre o trabalho doméstico – coincidindo com a segunda onda do feminismo –, cujo “aspecto mais relevante é estabelecer, pela primeira vez, que a sobrevivência do capitalismo depende do trabalho realizado nos lares, sem o qual esse sistema não poderia subsistir” (Bengoa; Corral, 2022, p. 8).

A EF, segundo as autoras, não é um ramo da economia, mas “uma outra maneira de ver o mundo” (Bengoa; Corral, 2022, p. 9). Essa economia é totalmente oposta à economia que dá suporte a um sistema “heteropatriarcal, predador da natureza, explorador das vidas humanas e gerador de múltiplas desigualdades”. Tal proposta significa se opor à divisão sexual do trabalho e “desmulherizar os trabalhos do cuidado, discutindo democraticamente formas de cuidar da vida” (Bengoa; Corral, 2022, p. 10). Sob esse prisma, as autoras acreditam que há de se ter um olhar “não-androcêntrico”, dando valor e reconhecendo os trabalhos de cuidado cujas atividades permitem sustentar a vida.

A obra de Marilyn Waring e Gloria Steinem *If Women Counted – a new feminist economics* (Se as mulheres contassem – uma nova economia feminista) foi lançada em 1988 e é considerada um dos documentos fundadores da Economia Feminista, marcando, portanto, o início da década de 1990 como marco de seu aparecimento. As reflexões que Waring e Steinem (1988) fazem traz críticas às normas internacionais que medem o crescimento econômico, como, por exemplo, a produção de armas que matam crianças ao redor do mundo é considerada *crescimento* produtivo, enquanto o cuidado com elas não traz riquezas na percepção dos economistas, o que ela caracteriza de entendimento “perverso”.

⁵¹ De acordo com Bandeira (2019), a 1ª onda do feminismo tem início no século XX, a partir da luta das sufragistas pelo direito ao voto e lutas trabalhistas. O livro *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1949), na França, traz novo ânimo após um período em suspenso. O livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan, de 1963, (Friedan, 1971) e a I Conferência Internacional da Mulher no México, em 1975, marcaram o início da 2ª onda feminista. A década de 1990 traz novas demandas e o feminismo da 3ª onda traz a percepção de que as mulheres são de “muitas cores, etnias, nacionalidades, religiões, e origens culturais” (Bandeira, 2019, p. 21). Ativistas negras e do movimento LGBT (lésbicas, gays, bis, trans) juntaram suas demandas ao movimento. A jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw introduziu o “feminismo interseccional” em 2002 (Crenshaw, 2002), demonstrando desigualdades diversas (gênero, religião, território, entre outros). A 4ª onda, que se inicia na primeira década do século XXI, caracterizou-se pelo ativismo *on-line* (ferramentas da internet e redes sociais), com grande expressividade na França, onde foi publicado o livro de Aurore Koechlin, *The Feminist Revolution* (2019).

Antonella Picchio é citada como autora importante para a EF ao estudar o trabalho doméstico e demonstrar que todas as atividades produtivas da “economia real” dependem dele (Bengoa; Corral, 2022, p. 18). A autora explica que, em estudos mais recentes, o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico foram incorporados à definição de trabalho, mas que este avanço em direção à equidade ainda carece da necessidade de especificar e esclarecer, na verdade, a relação entre *produção* e *reprodução*. Enquanto o trabalho remunerado é entendido como *troca* de trabalho e considera-se como *custo* de produção, o trabalho não remunerado (doméstico e reprodutivo) é encarado como *produção*, *mercadoria* sendo encarado com *dedução* de custos, o que gera *excedente* que é apropriado pelos capitalistas como *compra*, e não como *venda*.

O paradoxo do valor-trabalho – isto é, o fato de que quanto mais trabalho for incorporado na sua reprodução, menor será o custo para o empregador – pode ser explicado apenas no contexto da separação do processo de produção e de reprodução, com a distinção capitalista entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, e com a subordinação social da *reprodução* para as necessidades da acumulação de capital. O que é paradoxal para a teoria do valor se torna trágico para as mulheres, visto que as contradições e os conflitos do sistema se materializam em suas vidas pessoais (Picchio, 2018, p. 73-74).

Perona (2012), ao conceituar a EF, discute as questões relativas ao gênero – construto social que deriva do dualismo homem x mulher –, que causam consequências sociais que podem gerar valores positivos e negativos para os diversos objetos, atividades, atributos de personalidade, capacidades de homens e de mulheres. Tais consequências sociais podem ser nefastas, na maioria das vezes, às mulheres.

A autora se utiliza da dicotomia *razão* e *emoção* para demonstrar que a *razão* – mais valorizada socialmente – é concebida como atributo puramente masculino, algo que “nos remete à rapidez mental, à inteligência, à velocidade de ação, à astúcia, ao científico”⁵² (Perona, 2012, p. 16, tradução minha). A *emoção*, por sua vez, adquire conotação feminina e “nos lembra a vulnerabilidade, a dependência, a ação impulsiva, o artístico”⁵³ (Perona, 2012, p. 16, tradução minha). Segundo Perona (2012), o

⁵² “nos evoca la rapidez mental, la inteligencia, la velocidad de acción, la astucia, lo científico”.

⁵³ “nos recuerda la vulnerabilidad, la dependencia, la acción impulsiva, lo artístico”.

problema desses estereótipos é que visualizamos, ao pensar na palavra “razão”, um homem bem-sucedido, chefe de uma empresa, enquanto ao pensar em “emoção” enxergamos uma mulher chorando, fraca emocionalmente ou alguém que não foi bem na carreira profissional. Os prejuízos sociais para as mulheres em nossa cultura são enormes na medida em que atributos bons e positivos estão relacionados à razão e não à emoção, que é interpretada, muitas vezes, como sinal de fraqueza. Para Perona (2012, p. 16, tradução minha), “razão e emoção são tomadas como características opostas uma à outra, e a primeira adquire um status superior frente à segunda”⁵⁴.

Perona (2012) afirma que modelos econômicos representam ideias e valores associados à masculinidade, ignorando aspectos relacionados com o feminino, como vimos com Perez (2022). Para a autora, isto levou a um empobrecimento da disciplina econômica, que só pode ser enriquecido a partir da perspectiva da Economia Feminista. Um exemplo dessa postura é que a concepção tradicional ou clássica da economia privilegia bens e serviços que provêm do mercado ou através da esfera pública, mas dão pouca ou nenhuma atenção aos serviços providos pela esfera doméstica. O exemplo dado pela autora é o de uma criança que é levada à escola por um transporte particular. Para a economia, esse serviço contribui com o crescimento do país. O mesmo serviço feito por uma mãe ou pelos avós da criança não o é, embora a contribuição individual e social sejam as mesmas.

A autora aponta uma das razões para essas decisões econômicas e políticas é o fato de que a maioria dos economistas, e, da mesma forma, a maioria nos departamentos das universidades conceituadas, é composto por homens e, nas áreas de ciências sociais, que estudam as desigualdades sociais, principalmente em pesquisas relativas ao gênero, a realidade é oposta. Muitas dessas pesquisadoras são mulheres (Perona, 2012).

Perona (2012) afirma que uma das propostas da EF é a de mudanças nos métodos de análises econômicas – que, na economia clássica, são matemáticos, quantitativos, econométricos – por uma multiplicidade de métodos: quantitativos e qualitativos. Um outro problema apontado pela autora está na questão de que o *homo æconomicus* da teoria tradicional econômica pode ser descrito como homem, já que é “um ser interessado, autônomo, racional, faz o que quer, sem deficiência, no controle de si mesmo e da situação, adulto, heterossexual, capaz de escolher, branco, de

⁵⁴ “razón y emoción, son tomadas como características opuestas una a la otra, y donde la primera adquire un estatus superior frente a la segunda”.

países desenvolvidos e/ou de uma classe privilegiada”⁵⁵ (Strassmann, 1999 *apud* Perona, 2012, p. 21, tradução minha).

De acordo com Marçal (2017), Bengoa e Corral (2022), Orozco (2022), Sarriegi e Ruiz (2022), a Economia Feminista (EF) afirma que o *homo aeconomicus* é inexistente e luta contra sua centralidade na economia clássica e contra o capitalismo, o neoliberalismo e o patriarcado. É uma economia que combate a Divisão Sexual do Trabalho e a perspectiva biológica que justifica essa divisão. É contra o egoísmo e a competição e a ideia de previsibilidade da sociedade e do mercado. A perspectiva da EF critica os índices de desenvolvimento sem perspectiva de gênero e demonstra que a pobreza no mundo está diretamente ligada ao gênero feminino, denunciando as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no trabalho. Ela reconhece o trabalho doméstico e dos cuidados como parte da economia e rejeita a ideia de que as mulheres são menos produtivas economicamente, tornando visível o trabalho feminino que não era considerado como atividade produtiva e profere a crítica às economias consideradas legítimas e/ou dominantes. Acredita que o sistema capitalista possui uma economia *heteropatriarcal, ambientalmente destrutiva, colonialista e racista* e luta para pôr fim à degradação da natureza, à exploração da vida humana e às desigualdades. Essa economia é ainda uma economia sustentável, ecodependente, não extrativista, decolonial, ecológica, ecofeminista, busca a justiça de proximidade e a reciprocidade e combate o ecofascismo e o ecomachismo e questiona a propriedade privada e o papel do dinheiro e, por fim, defende a criação dos espaços do *comum* (do comunitário e dos bens comuns), buscando reforçar o caráter interdependente e ecodependente das relações humanas.

Articular as ideias da ES à EF é essencial para o desenvolvimento de uma proposta econômica mais democrática, mais justa e que busque trabalhar na intenção de acabar com as discriminações sociais, culturais, políticas e econômicas que sofrem diariamente as mulheres.

A proposta de se construir uma economia solidária e feminista se torna crucial para que o estabelecimento da economia na sociedade seja feito com o olhar da igualdade macroeconômica, e não do fortalecimento da divisão sexual do trabalho. Assim, talvez, o olhar para o desenvolvimento possa ser vinculado à melhoria da qualidade

⁵⁵ “un ser interesado, autónomo, racional, que obtiene lo que quiere, sin discapacidades, en control de sí mismo y de la situación, adulto, heterosexual, capaz de elegir, blanco, de países desarrollados, y/o de una clase privilegiada”.

de vida e o trabalho doméstico e de cuidados possa ser compartilhado e valorizado por toda sociedade (Petarly, 2016, p. 157).

Objetivar na economia formal a equidade entre homens e mulheres é lutar na busca por uma maior justiça social, uma divisão igualitária de tarefas domésticas e de cuidados; lutar para políticas públicas garantirem que os trabalhos do cuidado sejam considerados essenciais à economia e garantir acesso gratuito àquelas pessoas que necessitam de apoio; garantir também igualdade de oportunidades de trabalho e igualdade salarial entre homens e mulheres. Nesse contexto, a luta feminista é incessante diante das ideias capitalistas, liberais, patriarcais, racistas e fascistas que, até o momento, forjam o senso comum da sociedade.

Ferreira (2020) traz em sua pesquisa a emancipação de mulheres em situação de vulnerabilidade social, a partir de oficinas de culinária – que se utilizam dos saberes das experiências das mulheres com os saberes da culinária formal –, tendo como objetivo principal da pesquisa apresentar os saberes da experiência de mulheres como um caminho para pensar uma gastronomia de(s)colonial. A autora apresenta como proposta final de seu trabalho a *Economia Solidária Feminista Visionária*, a qual ela conceitua como uma proposta de *outra economia* que:

procure por outras engrenagens, que não as capitalistas e sua lógica de competição e geração de poder, mas, ao mesmo tempo, que se guia a partir da filosofia feminista. Na prática, procura no meio alternativo de economia uma via de libertação para as mulheres, criando pontos comuns à todas, mas sem abandonar a escuta das individualidades, tanto no que diz respeito aos anseios de cada uma, como nas suas histórias de vida (Ferreira, 2020, p. 104).

A autora se baseia na concepção do *feminismo visionário* de bell hooks, dialogando com Paulo Freire, cujas ideias trazem o ideal de *esperança* e voltam-se a todas as pessoas através da ética de *mutualidade* e *interdependência*, acabando com a dominação patriarcal. Nessa proposta, mesmo diante de algum tipo de desigualdade ou iniquidade, nas suas consequências, não haveria “a *subordinação*, a *colonização* nem a *desumanização*” (Hooks, 2019, p. 166, grifos meus). Nessa perspectiva há de se ter novas perspectivas de trabalho, autogestão, cooperação e diálogo de base feminista (Ferreira, 2020).

Guerrero (2018) e Calderón (2011) discutem a Economia Feminista da Conciliação (EFC) e a Economia Feminista da Ruptura (EFR), categorias da

Economia Feminista (EF) nomeadas por Orozco (2005). Para a EFC é importante dar visibilidade ao que está oculto na perspectiva econômica tradicional que é a divisão sexual do trabalho e o conceito de família nuclear (Guerrero, 2018; Calderón, 2011).

Uma vez visibilizada, a corrente de conciliação entre vida pessoal e profissional opta, principalmente, por colocar as "mulheres" como "um sujeito homogêneo, na posição privilegiada de análise, identificando novos problemas e prestando atenção aos novos dados, relações e modelos que são gerados" [...]. Assim, o objetivo é revalorizar as atividades das mulheres e colocá-las no mesmo nível que as dos homens, obtendo um conjunto mais completo, o que ajuda a gerar soluções globais para problemas globais⁵⁶ (Guerrero, 2018, p. 49).

Para Calderón (2011), a EFC representa "uma reformulação do discurso androcêntrico com novos conceitos e métodos provenientes do feminismo"⁵⁷ (Calderón, 2011, p. 72, tradução minha). A EFR, por outro lado, de acordo com Guerrero (2018), vai de encontro ao pensamento androcêntrico, propondo uma cisão às dicotomias propostas pela corrente de pensamento econômico tradicional, como: trabalho doméstico/mercantil; economia/não-economia; produção/não produção. Para essa visão, não se deve apenas colocar o trabalho doméstico na mesma esfera do mercantil, e sim "reverter completamente o sistema e colocar ao centro a sustentabilidade da vida" (Guerrero, 2018, p. 49).

Segundo Orozco (2005), a EFC acredita que as experiências entre as mulheres para o sistema econômico padrão eram comuns a todas elas. Por outro lado, a EFR considera não mais as experiências das mulheres como únicas, já que existem diferentes perspectivas para mulheres dependendo da sua etnia, da sua classe e de sua orientação sexual. Para esse ponto de vista, existem mulheres cujas vozes não são consideradas diante do contexto hegemônico ocidental, principalmente na produção do conhecimento. A EFC teria como categorias de análise o conceito de trabalho doméstico muito relacionado "às experiências femininas ocidentais" (Orozco, 2005, p. 54), deixando de lado a discussão das necessidades de sustentabilidade da vida, categoria de análise principal da EFR. Um elemento principal na discussão da

⁵⁶ *Una vez visibilizada, la corriente de la conciliación opta, principalmente, por situar a las «mujeres» como "un sujeto homogéneo, en la posición privilegiada de análisis, identificando nuevos problemas y atendiendo a los nuevos datos, relaciones y modelos que se generan" [...] Luego, el objetivo es revalorizar las actividades femeninas y situarlas al mismo nivel que las masculinas, obteniendo un conjunto más completo, que ayude a generar soluciones globales para problemas globales.*

⁵⁷ *"una reformulación del discurso androcéntrico con nuevos conceptos y métodos provenientes del feminismo" e "sujeto unitario, con unas experiencias e intereses comunes que definan a 'la mujer' en el mundo".*

EFR é “reconhecimento das diferenças e as relações de poder entre as próprias mulheres”. Nessa perspectiva, não se entende a mulher como um “sujeito único, com umas experiências e interesses comuns que definam a ‘mulher’ no mundo”⁵⁸ (Orozco, 2005, p. 55, tradução minha).

A partir das discussões sobre a Economia Solidária, a Economia Feminista e as suas categorias de questionamento de *conciliação* e *ruptura* do *status quo* econômico padrão, acredito que a Economia Solidária Feminista – quer seja visionária, de ruptura ou ambas – pode contribuir para o entendimento de uma economia que vise à *melhoria de vida das mulheres*, sobretudo das mais vulnerabilizadas, principalmente no que diz respeito à sua emancipação econômica, política, social, pessoal e coletiva. Nobre (2003, p. 95) afirma que, para tanto, a ESF deverá ser capaz de “assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho, e ampliar a noção de trabalho”.

De acordo com Cenamo (2021), a *Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE) nasceu em 1997 com representação de mulheres da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Nicaragua, México, Peru e Venezuela. Essas mulheres faziam parte do movimento feminista popular e a REMTE se tornou a primeira rede de organizações que discutia, em nível continental, críticas ao livre-mercado e “evidenciou os efeitos do neoliberalismo sobre o corpo e a subjetividade das mulheres e expôs a centralidade da divisão sexual do trabalho na manutenção do modo de produção capitalista”⁵⁹ (Cenamo, 2021, p. 119, tradução minha). Essas mulheres acreditavam que o debate econômico deveria incluir a discussão sobre as necessidades das mulheres.

Segundo Schwenck (2023), a participação da REMTE no I Fórum Social Mundial em 2001 fez crescer no Brasil os debates sobre a economia feminista e solidária. De acordo com Abreu (2017), a Rede Economia e Feminismo (REF) foi criada em 2001 durante o *Seminário Feminismo e Economia*, em São Paulo, na qual participaram 33 mulheres de 12 estados brasileiros e 22 organizações. A proposta da REF “é articular ativistas de movimentos sociais, técnicas de organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadoras que queiram atuar prioritariamente dentro

⁵⁸ “*el reconocimiento de las diferencias y las relaciones de poder entre las propias mujeres*”.

⁵⁹ “*evidenció los efectos del neoliberalismo sobre el cuerpo y la subjetividad de las mujeres y expuso la centralidad de la división sexual del trabajo en el sostenimiento del modo de producción capitalista*”.

da temática de economia e feminismo” (Abreu, 2017, p. 54). A REF fazia parte da REMTE e nas reuniões “eram traduzidas e debatidas obras de economistas feministas como Cristina Carrasco, Amaia Pérez Orozco, Silvia Federici, Helena Hirata, Daniele Kergoat, entre outras” (Schwenck, 2023, p. 5). Uma primeira ação da REF, de acordo com Abreu (2017), foi uma formação sobre *feminismo e economia* realizado em 2002; depois, foi a criação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). Em 2008 aconteceu a *IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária*, na qual grupos de trabalhos foram criados para discutir temas relacionados à ES, gênero e mulheres, e os debates sobre a economia feminista cresceram, inclusive nos Fóruns Estaduais de Economia Solidária.

De acordo com Soares (2019), devido à intensa participação de mulheres na Economia Solidária (ES) e a partir do projeto do governo federal brasileiro, denominado *Brasil Local: Economia Solidária e Economia Feminista* (2010/2012), houve a criação da *Rede de Economia Solidária e Feminista* (RESF), que é uma rede nacional de empreendimentos geridos por mulheres, na qual participam os estados do Ceará (CE), Paraná (PA), Pará (PR), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), São Paulo (SP), Rio Grande do Sul (RS) e Distrito Federal (DF). A iniciativa foi do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Guayí.

Soares (2019) afirma que foi a partir de um estudo realizado entre 2013 e 2016 que se construiu um “diagnóstico da realidade desses empreendimentos e da condição das mulheres no interior dos processos da ES”, sendo possível, diante dos dados coletados, propor um trabalho que pudesse “valorizar e fortalecer a presença das mulheres na ES” (Soares, 2019, p. 16). A Guayí lançou o projeto *Economia Solidária e Economia Feminista* e realizou, entre 2010 e 2012, a identificação e o mapeamento de 360 empreendimentos econômicos compostos majoritariamente por mulheres. Apenas pouco mais de 6% foram mapeados pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES)⁶⁰. Destes, 73% eram informais, o que sinalizou “as lacunas de subnotificação e a invisibilidade e precariedade das mulheres dentro do campo da economia solidária” (Schwenck, 2023, p. 6-7). A RESF tem por objetivos:

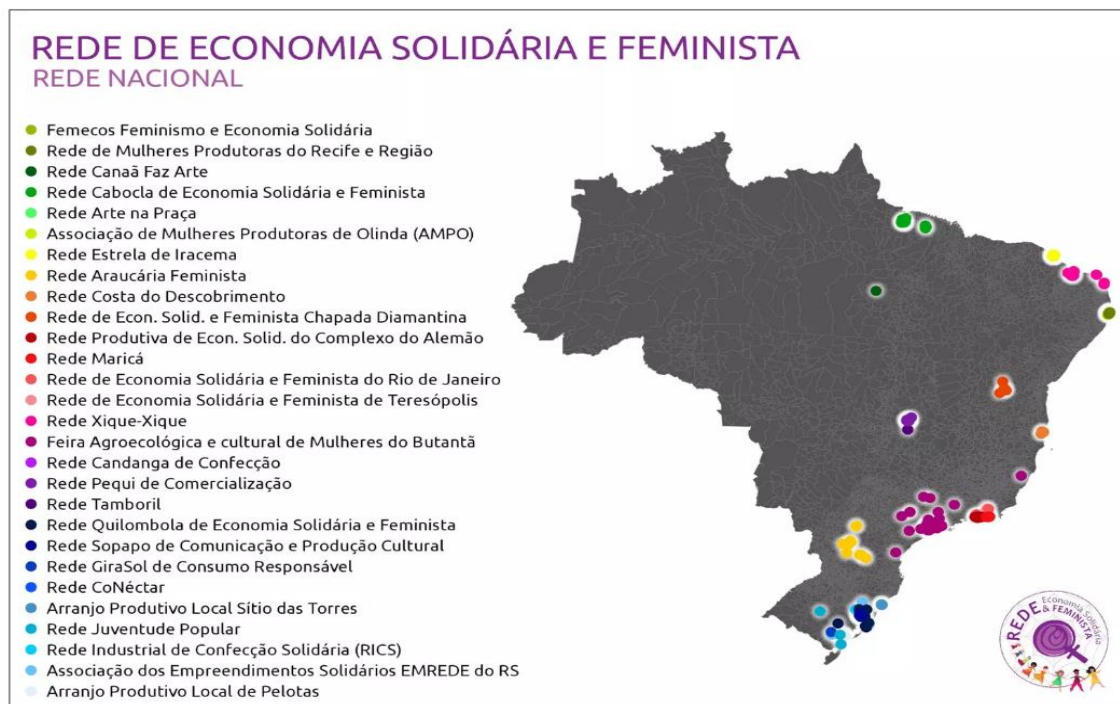
⁶⁰ “O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária foi desenvolvido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional e em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária enquanto um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento à economia solidária e políticas públicas de economia solidária no Brasil” (Brasil, 2013, p. 1).

somar e ter visibilidade, trocar informações e experiência, complementando-se e tornando-se mais fortes na esfera econômica, para produção, comercialização e consumo solidário, combinando com isto a necessária visibilidade do trabalho da mulher, bem como a valorização dos cuidados e do trabalho doméstico e reprodutivo como fundamentais para o bem viver de nossas famílias, das comunidades e da sociedade como um todo (RESF, 2020, p. 5).

Segundo Schwenck (2023, p. 7), além de realizar identificação e mapeamento de empreendimentos, as atividades da RESF são também de realizar “formação em economia solidária e feminista”, o que contribui para a construção da *autonomia* econômica dessas mulheres por si próprias e para a busca pela “emancipação das mulheres a partir da visibilidade de suas práticas organizativas” (Soares, 2019, p. 18).

A RESF está presente nos estados da Bahia (BA), Ceará (CE), Distrito Federal (DF), Goiás (GO), Pará (PA), Paraná (PR), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Norte (RN), Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo (SP); 81 municípios; cerca de 252 empreendimentos ativos; 28 redes locais. Atuam cerca de 2.825 pessoas, e, dessas, 2.318 são mulheres e 507 são homens (RESF, 2019). A figura 2 mostra a abrangência da rede no país.

Figura 2 – Abrangência da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF).



Fonte: RESF (2019).

O estado do Rio Grande do Norte, que faz parte da região Nordeste do Brasil, possui uma rede de comercialização solidária ligada, principalmente, ao comércio de produtos da agroecologia e agricultura familiar, como frutas e hortaliças. Representa a RESF, no estado do Rio Grande do Norte, a Rede Xique-Xique⁶¹. A próxima seção trata da Economia Solidária do Rio Grande do Norte e de suas principais características.

Nesta seção, desenvolvi o conceito de Economia Solidária Feminista (EFS) e trouxe a perspectiva de economia solidária e mulheres em Guérin (2005), algo que pode beneficiar as mulheres, trazendo emancipação política e socioeconômica, e ainda se caracterizarem em espaços que obstruem processos de emancipação através da imbricação entre o público e o privado. Busquei ainda conceituar a Economia Feminista (EF) de acordo com Bengoa e Corral (2022), Marçal (2017), Orozco (2022), Orozco e Calderón (2016), Perona (2012), Sarriegi e Ruiz (2022) e Waring e Steinem (1988). Foi tratado o conceito de Economia Solidária Feminista (ESF) em Petarly (2016) e Economia Solidária Feminista Visionária (ESFV), por sua vez, em Ferreira (2020), além dos conceitos de Economia Feminista da Conciliação (EFC) e Economia Feminista da Ruptura (EFR) em Guerrero (2018) e Calderón (2011).

Na perspectiva da EFS na América Latina, discuti sobre a Rede Latino-americana de Mulheres Transformando a Economia (REMTE) com Cenamo (2021) e Schwenck (2023) e sobre a Rede Economia e Feminismo (REF), no Brasil, de acordo com Abreu (2017). Quanto à criação da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Soares (2019) e Schwenck (2023) fizeram-se presentes. A próxima seção vai tratar da Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Norte e da Rede de Economia Solidária que existe no estado.

⁶¹ “A caatinga, bioma exclusivamente presente no Nordeste brasileiro, é comumente simbolizada pelo xique-xique, planta típica desta vegetação, resistente à seca, que prospera mesmo nos contextos mais adversos do solo e do clima. Pode atingir até 4 metros de altura e possui ramos espinhosos, flores brancas e produzem frutos ricos em sais minerais. Em períodos de estiagem, é muito utilizada como alimento para os animais e ainda está bem presente da região do semiárido, não obstante hajam (sic) consideráveis impactos decorrentes da devastação da caatinga diante da urbanização acelerada e de outras atividades humanas na região. Foi a resistência desta planta que deu nome à Rede Xique Xique de Comercialização Solidária” (Pereira, 2016, p. 149)

2.3 Economia Solidária no RN

Lima e Locatel (2022) afirmam que a Economia Solidária, no Rio Grande do Norte, tem início no final da década de 1990 a partir de alguns movimentos sociais “de base popular articulados ao Estado e ações associativistas autônomas, por camponeses que buscavam melhores condições de produção e comercialização” (Lima; Locatel, 2022, p. 74). Em 2003, a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), a Economia Solidária é instituída como política pública.

Segundo os autores, o mapeamento feito em 2013 pela SENAES indica que o RN possuía cerca de 1600 Empreendimentos Econômicos Solidários, dos quais cerca de 1.104 eram estruturados por atividades rurais, sendo os municípios de Mossoró, Baraúnas, Governador Dix-Sept Rosado e Apodi, na região do Alto Oeste, os que mais concentram atividades relativas à agricultura e pecuária (Lima; Locatel, 2022, p. 74). As atividades responsáveis por grande parte da produção do RN e por atender à demanda interna de feiras e mercados são as de agricultura, apicultura, ovinocultura, piscicultura e caprinocultura.

Os autores afirmam que os empreendimentos se articulam em circuitos produtivos que formam redes para *produção, beneficiamento e comercialização*, “fazendo com que o agricultor dinamize sua produção e tenha uma relação mais estreita com o mercado convencional, ou seja, diretamente com o consumidor final, quebrando a presença de algum atravessador” (Lima; Locatel, 2022, p. 75). As iniciativas populares e essas redes de organização e de lideranças políticas e progressistas, segundo os autores, propiciou a criação de uma política estadual para a Economia Solidária durante o governo de Rosalba Ciarlini (2011-2014), com a criação do programa “Desenvolvimento Solidário”, que foi desenvolvido pela Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) e tinha como principal objetivo o seguinte:

fomentar ações econômicas solidárias no estado, em todas as suas dimensões, seja no tocante aos investimentos, à produção, às feiras de comercialização ou a realizações de discussões e eventos, estruturados a partir da implementação de projetos solidários (Lima; Locatel, 2022, p. 75).

Os autores destacam a iniciativa das universidades públicas – a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) – como entidades que viabilizaram tanto o mapeamento de EES no estado quanto o fomento de programas de extensão que possibilitam a produção do conhecimento sobre a ES, com pesquisas, produção de materiais didáticos, publicações e constituição de banco de dados sobre os EES utilizados pela SENAES (Brasil, 2013).

As universidades contribuíram também para a formação de lideranças e a incorporação de tecnologias sociais em EES, de acordo com Lima e Locatel (2022). A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) contribuiu juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) para a preservação do solo e a assessoria técnica, tanto nas associações quanto nas cooperativas (Lima; Locatel, 2022, p. 76).

A ASA é uma rede formada por mais de três mil organizações da sociedade civil – sindicatos rurais, associações de agricultores(as), cooperativas, ONGs, dentre outras instituições – e contribui para a proposição e prática de políticas públicas para um projeto de convivência com o Semiárido, levando em conta o desenvolvimento sustentável nos valores culturais e de justiça social. A rede é composta por fóruns presentes em 10 estados brasileiros: MG, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA (ASA, 2023).

Os serviços de assistência técnica e extensão rural surgiram, no Rio Grande do Norte, em 1955, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), que visava ao desenvolvimento socioeconômico do homem do campo, viabilizava tecnologias voltadas para a melhoria da produção, aumento da produtividade e aproveitamento das riquezas naturais. Em 1975, foi instituída a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN) como entidade pública de direito privado, mas em 1993 transformou-se em autarquia. A Emater-RN está vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF) desde 2019 (Rio Grande do Norte, 2020b).

A figura 3, a seguir, traz o organograma relativo à Economia Solidária no Rio Grande do Norte, elaborado por Lima e Locatel (2022).

economia solidária, de acordo com o plano de investimento para acesso à política de microcrédito da Agência” (Rio Grande do Norte, 2021a).

O Decreto nº 30.371/2021, em seu artigo 4º parágrafo 2º, preconiza que o programa CREDSolidário/RN deve priorizar o fornecimento de crédito para o fortalecimento de EES “protagonizadas por mulheres, jovens e de povos e comunidades tradicionais” (Rio Grande do Norte, 2021a). Assim, na esfera estadual, existe uma preocupação em garantir equidade às mulheres e povos originários que são, geralmente, marginalizados e invisibilizados nas políticas de governos de ideais neoliberais e de extrema-direita, que dialogam com ideias fascistas com os quais o Brasil teve que lidar nos anos do governo Bolsonaro⁶².

Além do Decreto Estadual (DE) citado, os autores trazem outras iniciativas legais que fomentam a ES no estado do RN. O Decreto nº 30.371/2021 (Rio Grande do Norte, 2021a) regulamenta, na verdade, a Lei nº 8.798/2006, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Rio Grande do Norte e constituiu o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) (Rio Grande do Norte, 2006). Essas iniciativas, segundo os autores, “amplia a articulação e o apoio aos empreendimentos solidários, fortalece a sua territorialidade, além de viabilizar a comercialização coletiva dos agricultores e a reprodução social destes” (Lima; Locatel, 2022, p. 78).

Lima e Locatel (2022) afirmam que a publicação do SIES (2015) apontou que, no Rio Grande do Norte, existia um total de 167 EES presentes em 132 municípios, o que representava pouco mais de 79%, mesmo se tratando de municípios com apenas um ou dois EES. Os autores afirmam ainda que 3,12% da população do estado vinculava-se de alguma forma a EES, o que representa cerca de 106.523 pessoas do total de 3.408.510 de habitantes, em 2013. Os três principais motivos para criação de EES, segundo a pesquisa feita por Lima e Locatel (2022), foram a alternativa ao desemprego, a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo e o desenvolvimento comunitário das capacidades e potencialidades. Os três motivos citados ficaram com percentuais bem próximos, entre 30% e 35% cada um. O financiamento e a comercialização foram citados como motivos importantes na criação

⁶² Segundo Vettorassi, Oliveira e Benevides (2020, p. 407), o governo Bolsonaro (2019-2022) teve como características principais a extinção das políticas de direitos humanos, o uso excessivo da força policial e militar e da repressão aos movimentos sociais e as manifestações contra o golpe sofrido pela presidenta Dilma, em 2016, cujo governo teve destaque com iniciativas pontuais de apoio às pessoas com deficiência e de garantias de direitos às mulheres e ao direito humanitário.

e participação em EES, além de complemento à renda da família. Os autores apontam as péssimas condições trabalhistas e a modernização agrícola como possíveis razões para que a população busque subsistência na Economia Solidária no estado do RN.

A pesquisa realizada por Lima e Locatel (2022) traz como resultado que a comercialização pelos próprios produtores ou pelo EES está relacionada ao fomento recebido pelos EES, e os(as) trabalhadores(as) solidários(as) apontam a comercialização como sua principal conquista no que diz respeito à ES. Pouco mais de 50% dos EES do estado concentra a comercialização nas feiras livres. As dificuldades de comercialização, transporte de produtos e falta de apoio do governo estadual são apontadas como principais entraves da Economia Solidária no estado do RN. Atravessadores que se aproveitam de agricultores familiares, os quais viabilizam as vendas, são uma das causas apontadas pelos autores como dificuldades de aplicar os princípios solidários nos EES do estado – apenas 39% dos EES consegue levar seus produtos direto aos clientes sem a presença de um atravessador.

Os autores afirmam que os desafios econômicos dos EES estão entre os principais, já que pouco mais de 59% dos trabalhadores e trabalhadoras almejam viabilizar economicamente o empreendimento e pouco mais de 53% gostariam de gerar renda adequada aos sócios (Lima; Locatel, 2022, p. 84). Os autores analisam que existe uma “cultura capitalista permeando as relações sociais no âmbito das iniciativas solidárias”, o que acaba por prejudicar os ganhos dos(das) trabalhadores(as) solidários, principalmente pequenos agricultores. Diante dessas preocupações, “a operacionalização dos princípios solidários é secundarizada entre os associados” (Lima; Locatel, 2022, p. 84).”

Cornelian (2006, p. 44) acredita que a ES seja um “movimento social contemporâneo concreto no Brasil”, e não um *modo de produção* que caminha ao lado do capitalismo. Para constituir-se como modo de produção e para se concordar com os postulados singerianos, o autor afirma ser necessário compreendê-la como “um modo de produção *futuro*, uma construção *utópica*, um *ideal* a ser alcançado, *não uma realidade*” (Cornelian, 2006, p. 44, grifos meus).

As empresas capitalistas são as melhores e mais desenvolvidas formas produtivas para atuarem no mercado capitalista, como é lógico e óbvio. Lembremos que as empresas capitalistas jogam com medidas inadmissíveis aos empreendimentos solidários, tais como: cortar gastos com funcionários (desempregar), aumentar a exploração quantitativa e qualitativa de seus funcionários, utilizar-se de uma

estrutura burocrática hierarquizada (autoritária) que gera rapidez nas tomadas de decisão, driblar medidas antipoluentes, comprometer a qualidade do produto sem perder seu mercado consumidor através da manipulação midiática (Cornelian, 2006, p. 47).

Para Cornelian (2006), de acordo com as ideias singerianas, só há uma vantagem competitiva dos EES frente às empresas capitalistas, que é a *satisfação dos(as) trabalhadores(as)* que é gerada através da *autogestão*, da *propriedade dos meios de produção*, da *igualdade na repartição dos benefícios*. Cornelian (2006) argumenta, no entanto, que o que se vê na realidade não é a vantagem competitiva funcionando, mas que cooperativas tidas como solidárias não têm as mesmas “habilidades” do capital, com suas estratégias e artimanhas para sobreviver no mercado. O autor afirma também que os(as) trabalhadores(as) enfrentam questões internas que afetam sua capacidade de competir, como falta de *formação técnica e administrativa*, falta de *crédito*, *dívidas* (nas empresas recuperadas que viram cooperativas).

Da mesma forma, constituindo-se como meio de *oposição* ao modo capitalista, os EES não deveriam competir com empresas capitalistas, pois “empresas capitalistas têm como meta aumentar a produtividade para aumentar o lucro” e as cooperativas, ao contrário, “buscariam o aumento da produtividade, objetivando, teórica e fundamentalmente, a satisfação democrática das necessidades sociais e a libertação dos homens e mulheres do trabalho alienado e alienante” (Cornelian, 2006, p. 48).

As empresas solidárias tendem a se federar, formando associações locais, regionais, nacionais e internacionais. O que impulsiona esta tendência é o mesmo conjunto de fatores que produz a centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados: os *ganhos de escala* que permitem *reduzir custos*; a necessidade de *juntar recursos* para desenvolver nova tecnologia e difundir a melhor tecnologia, além de outros *empreendimentos de alto custo e alto risco* (Singer, 2002a, p. 85, grifos meus).

O texto de Singer (2002a) é preocupante, pois, em vez de promover a ES, faz com que o capital adentre nas cooperativas solidárias, as quais, de acordo com Cornelian (2006) e nas próprias palavras de Singer (2002a), deveriam ser *antítese das empresas capitalistas*. O autor chama esta atitude de Singer de *recuo teórico* e de *abandono de discurso* nos textos de referência da SENAES. Coaduno com a visão *corneliana* de que a economia solidária *singeriana* assemelha-se muito mais às

empresas capitalistas e, sendo assim, não fazem *antítese* ao capital, mas *reproduzem* suas bases ideológicas, operando não para a emancipação das pessoas envolvidas, mas para o fortalecimento dos ideias capitalistas de *exploração, alienação* e manutenção do *status quo* social. Este tipo de economia solidária não teria razão de ser denominada como tal, haja vista que não haveria, nestes espaços, a solidariedade efetiva, constituindo-se em economia solidária na *teoria* e não em economia solidária na *prática*.

Cornelian (2006) traz ainda a confusão teórica nos textos da SENAES, que dá a entender que “quase tudo é economia solidária” (Cornelian, 2006, p. 53), algo que compromete a caracterização dos EES e se distancia do que o autor defendia como *cooperativismo democrático* e *autogestionário* (Cornelian, 2006). O autor afirma ainda que o que fica de conceito nos textos da SENAES se pauta em quatro pilares basilares: o *empreendedorismo econômico*, a *solidariedade*, a “*autogestão*” e os *princípios gerais do cooperativismo*.

O *empreendedorismo econômico* ocorre quando pessoas se unem para montar o próprio negócio, cujo objetivo é a melhoria de condições de vida. Na maioria das vezes, o empreendedor já tem grande capacidade técnica e elevado nível educacional. A *solidariedade* é a postura administrativa contrária à competição – a renda deve vir atrelada à manutenção dos postos de trabalho e bem-estar de todos. A “*autogestão*”, por fim, será o processo democrático e administrativo no qual todos tomem as decisões e opinem sobre os caminhos a trilhar, de modo que os ganhos sejam repartidos por igual (Cornelian, 2006).

Diferentemente das pessoas que atuam nos EES, o empreendedorismo econômico estaria contrário ao público que trabalha na ES, já que tais pessoas “o fazem sob um caráter emergencial e em atividades de baixa qualificação profissional e técnica” (Cornelian, 2006, p. 56). A *solidariedade* da mesma forma é difícil, pois, de acordo com o autor, está em desacordo com o *arcabouço ideológico-moral-comportamental reinante* (Cornelian, 2006), que trata da ideia de individualidade e competitividade inerentes ao capitalismo, o que geraria conflitos dentro e fora dos EES.

Democratizar a sociedade, retomar valores comunitários, gerir empreendimentos solidários, respeitar os princípios cooperativos, constitui-se num complexo processo de (re)aprendizagem. Sair das amarras de uma cultura desde sempre dominante, hierárquica,

individualista, comandada pelo mercado, cujo saber também está concentrado nas mãos de poucos, requer o desenvolvimento de um novo e amplo processo de educação ou de formação. Além da educação que se dá no interior das escolas, nos espaços produtivos, no meio social, no espaço familiar, deve ser considerada também a auto-educação, aquela que ocorre cotidianamente, expressa na forma de agir, de pensar, na visão de mundo. (Galvão; Cifuentes, 2001, p. 33).

Galvão e Cifuentes (2001) afirmam que este não é um processo fácil, tampouco rápido. Abandonar a cultura de subordinação requer tempo e requer um processo pedagógico específico, já que o capitalismo manipula as “massas” através da mídia, da educação, da cultura, para que as pessoas desenvolvam comportamentos tipificados, segundo Cornelian (2006), como *imediatistas*, *egoístas*, *consumistas*, *competitivistas*, além de se colocar como única forma econômica possível e, de acordo com o pensamento de Marçal (2017) *um sistema de inevitabilidades*.

Para Braverman (1981), é ilusório pensar que a autonomia de decisão dos trabalhadores e trabalhadoras é conquistada apenas colocando representantes da classe nos processos decisórios das empresas, e o regresso dos processos de produção aos(as) trabalhadores(as) não trazem, necessariamente, da mesma forma, esta autonomia. Citando Marx, o autor acredita que o controle democrático realizado unicamente pelos(as) trabalhadores(as) vem após uma mudança na sociedade como um todo.

Para Cornelian (2006), a *autogestão* necessita que o trabalhador atue no contexto político e econômico e nas possibilidades de desenvolvimento local e, para isto, é necessária uma formação crítica que traga valores de solidariedade e cooperação em oposição ao capital e ao ideário neoliberal, além de uma formação técnica adequada. “É a articulação entre esses dois aspectos, educação crítica e formação técnica, que permitirá uma nova lógica de participação e distribuição de riqueza nesses empreendimentos econômicos” (Cornelian, 2006, p. 65-66). Como a rotatividade nos EES é alta, esse tipo de iniciativa educacional fica defasada.

Como pode-se observar com Cornelian (2006), a partir das inconsistências teóricas da ES, o seguinte questionamento surge: será que a ES tem como eclipsar o Capitalismo ou se converte em estratégia deste para manter à margem da sociedade os mais vulnerabilizados? Pode-se perceber que a segunda visão tem mais chance de acontecer na sociedade em que vivemos, principalmente se observarmos os

exemplos de atividades de economia solidária que estão presentes no estado do Rio Grande do Norte.

A baixa capacidade produtiva, a falta de infraestrutura técnica adequada, pouco capital e baixa mão-de-obra, dificuldades com o tempo de produção e com emprego de técnicas agrícolas estão entre as causas apontadas como obstáculos à ES no Rio Grande do Norte (Lima; Locatel, 2022). Uma das iniciativas do estado apontadas pelos autores para mudar essa realidade foi a oferta de crédito. Mas a pesquisa aponta também que cerca de 72% dos EES no estado não buscaram esse crédito, por desconhecimento ou por falta de orientação, e que, dos quase 28% que buscaram, pouco mais de 16% não conseguiram, enquanto cerca de apenas 4% lograram êxito. Para os autores, a Economia Solidária no estado do RN é frágil e precisa de mais investimento.

Na investigação feita por Lima e Locatel (2022), 59% dos EES participam dos Fóruns de Economia Solidária – municipais e o estadual –, que é o espaço que articula as políticas públicas de ES no estado, e o grau de participação em rede é muito pequeno. A Rede Xique-Xique é a única que realiza apoio à EES no estado e apenas pouco mais de 38% dos EES estão associados à rede, de acordo com os autores.

De acordo com Ortuño (2021), a Rede Xique-Xique foi criada em 2003 e “é resultado da organização de grupos de mulheres rurais que se mobilizaram para viabilizar a venda direta de alimentos” (Ortuño, 2021, p. 32). Castro (2012) afirma que a Rede Xique-Xique nasce “nos territórios de Açu-Mossoró e Sertão do Apodi – oeste do estado do Rio Grande do Norte – como uma articulação de produtoras e produtores rurais para a comercialização livre de atravessadores” (Castro, 2012, p. 2).

De acordo com Dantas (2005), a Rede Xique-Xique nasce da iniciativa de mulheres de se organizarem, gerarem renda própria e comercializarem seus produtos. Inicialmente foi criado o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer, do Assentamento Mulungunzinho⁶³, de Mossoró (RN), em 1999. Essas mulheres cultivavam hortas orgânicas e, de acordo com Ortuño (2021, p. 33) elas “escolheram centrar seu trabalho no cultivo ecológico de hortaliças e, com o apoio de técnicos da região, passaram a

⁶³ De acordo com Guedes e Martins (2011), uma agricultora participou em 1995 do *Encontro de Trabalhadoras Rurais da Região Oeste* em Mossoró (RN), realizado pelo grupo Centro Feminista 8 de Março, e decidiu criar, no mesmo ano, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer – GMDV, composto por mulheres moradoras do Assentamento Mulungunzinho, localizado na zona rural da cidade. O encontro despertou na agricultora o “interesse pela vivência e desafio de produzir de forma sustentável” (Guedes; Martins, 2011, p. 2) e, assim, decidiu se juntar a outras mulheres e repassar o que aprendeu.

buscar estratégias de comercialização que não dependessem de atravessadores”. Posteriormente, foi criada a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra (APT)⁶⁴, esta última composta não só por mulheres.

Entre 1999 e 2003, as instituições de ATER que estiveram envolvidas com a experiência da APT estimularam grupos de outros 7 municípios do RN a discutirem e construir estratégias de comercialização semelhantes. Foi então que se ampliou a APT e foi fundada a Rede Xique Xique no ano de 2003, já com a inauguração do Espaço de Comercialização Solidária Xique Xique, na cidade de Mossoró (CF8, 2022, p. 6).

De acordo com Ortuño (2021), a Rede Xique-Xique nasce em 2003 em um “cenário democrático de ampla organização da sociedade civil e movimentos sociais” (Ortuño, 2021, p. 32). Um dos objetivos da organização de mulheres, além do aumento de renda e da melhoria da comercialização de seus produtos (maioria de agroecologia), é que elas “não dependessem de atravessadores” (Ortuño, 2021, p. 33).

A Rede Xique Xique contava, em 2021, com mais de 70 grupos associados e mais de 600 pessoas envolvidas, das quais mais de 80% são mulheres, beneficia mais de 2000 pessoas indiretamente (Ortuño, 2021).

Figura 4 – Logomarca da Rede Xique-Xique.

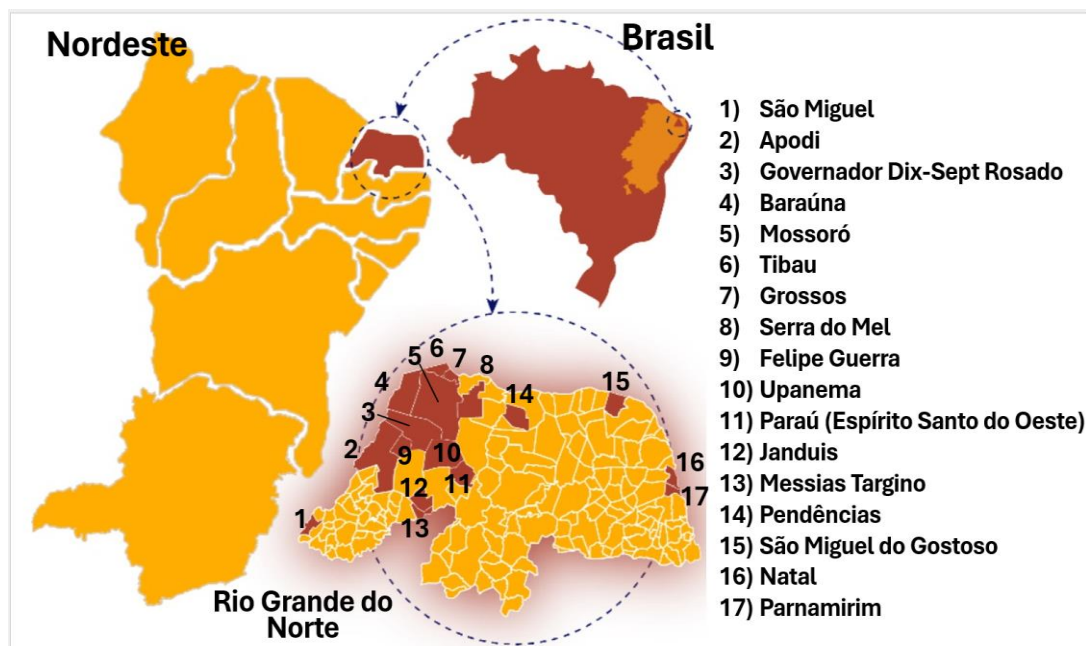


Fonte: Portal da Rede Xique-Xique (2024)

⁶⁴ De acordo com CF8 (2022), em 1999, o GMDV iniciou grupos para discutir como obter renda e comercializar a produção agroecológica e livrar-se dos *atravessadores* para realizar comércio justo e solidário. A partir dessa discussão, foi criada a Associação de Parceiros e Parceiras da Terra (APT) que unia agricultoras(es) e consumidoras(es) do assentamento e do município: “as(os) consumidoras(es) pagavam uma mensalidade e recebiam quatro cestas agroecológicas por mês” (CF8, 2022, p. 6).

De acordo com a CF8 (2022), Rede Xique Xique tinha, até 2022, 17 núcleos funcionando, sendo 13 na mesorregião Oeste Potiguar, 1 na Central Potiguar e 3 na Leste Potiguar⁶⁵. As cidades que abrangem a rede estão no mapa 1.

Mapa 1 – Abrangência da Rede Xique Xique no estado do RN.



Fonte: Elaboração própria (2024), adaptado de CF8 (2022).

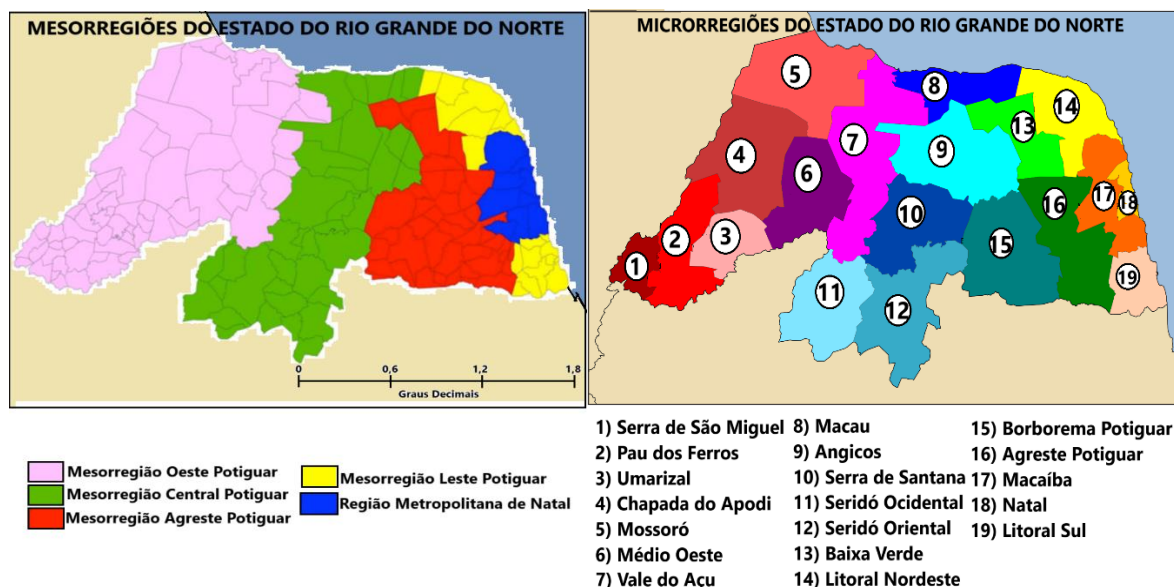
As cidades de 1 a 13 do mapa 1 fazem parte da mesorregião *Oeste Potiguar*. A 14 é da mesorregião *Central Potiguar*. As cidades 15, 16 e 17, por sua vez, são da mesorregião *Leste Potiguar*. De acordo com Marques (2020), mesorregiões foram definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1989 como “uma extensão territorial que agrupa municípios e microrregiões, guardando em si um conjunto de características próprias, físicas, econômicas, sociais, humanas” (Marques, 2020, p. 8).

O território norte-rio-grandense é dividido, conforme regionalização oficial adotada pelo IBGE (2016), em quatro mesorregiões, a saber: Agreste Potiguar, Central Potiguar, Leste Potiguar e Oeste Potiguar; e em dezenove microrregiões, assim denominadas: Agreste Potiguar, Angicos, Baixa Verde, Borborema Potiguar, Chapada do Apodi, Litoral Nordeste, Litoral Sul, Macaíba, Macau, Médio Oeste, Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Seridó Ocidental, Seridó Oriental, Serra de Santana, Serra de São Miguel, Umarizal e Vale do Assú (Marques, 2020, p. 27).

⁶⁵ “A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas foi institucionalizada pela aprovação da Presidência do IBGE [...] em 1989, publicada no Suplemento do Boletim de Serviço, ano 38, n.º 1763, de circulação interna à Instituição” (IBGE, 2024, p. 1).

O Rio Grande do Norte, de acordo com Marques (2020, p. 32), a partir da década de 1970, passa a ser “o maior produtor de petróleo em terra no Brasil”. Duas cidades se destacam nessa produção: Mossoró e Guamaré. Além do petróleo, a produção de algodão, sal marinho e fruticultura são algumas das atividades que impulsionam a economia do estado, sobretudo na mesorregião Oeste Potiguar. A mesorregião Central Potiguar concentra as atividades de produção pecuária, destacando-se a produção de leite e laticínios. A mesorregião Agreste Potiguar destaca-se na criação de gado de corte, produção de cana-de-açúcar e frutas, bem como o turismo e os festejos religiosos com locais de visitação. Por fim, na mesorregião Leste Potiguar – onde fica a capital do estado – há presença de indústrias e prestação de serviços relacionados ao turismo, como hotéis, restaurantes, dentre outros. Na parte Sul desta região tem-se a produção de cana-de-açúcar e criação de gado de corte (Marques, 2020). Observemos o mapa 2, que indica as mesorregiões e microrregiões do estado:

Mapa 2 – Mesorregiões e microrregiões do Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Silva Filho *et al.* (2016) e Marques (2020).

A Rede Xique Xique tem abrangência maior nas microrregiões 4, 5 e 6 – Chapada do Apodi, Mossoró e Médio Oeste – e na mesorregião Oeste Potiguar. A cidade de maior população nesta localização é a cidade de Mossoró, cuja população é estimada em 264.577 residentes (IBGE, 2022). É a segunda cidade do Rio Grande

do Norte em relação à importância política e ao quantitativo de habitantes. A região metropolitana de Natal, que compreende a microrregião 18 a qual a Rede Xique Xique está vinculada, engloba a capital do estado, com 751.300 residentes, seguida por Parnamirim, com 252.716 (IBGE, 2022), terceira cidade em número de habitantes e de grande importância política no estado.

Ortuño (2021) afirma ainda que, judicialmente, a Rede Xique Xique é composta por duas entidades: *Associação de Comercialização Solidária Xique Xique*, fundada em 2003, e a *Cooperativa de Comercialização Solidária Xique Xique* (COOPERXIQUE). A primeira foi fundada na busca para articulação de vendas e para evitar os atravessadores. A segunda, por sua vez, foi criada depois para gerar receitas aos grupos e promover “atividades mais culturais e políticas” (Ortuño, 2021, p. 35).

A COOPERXIQUE, criada em 2012, auxilia na comercialização dos produtos da Rede Xique Xique, principalmente em editais institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – criado pela Lei 11.497/2009, que repassa recursos federais para auxílio à alimentação de estudantes da Educação Básica (municipal, estadual e federal) – e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696/2003, cujas finalidades básicas são de promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (Ortuño, 2021).

É importante ressaltar que, embora sejam duas identidades jurídicas diferentes, a associação e a Cooperxique foram concebidas para fortalecer a organização em rede nos territórios e no movimento cooperativista do país e juntos viabilizar o acesso a mercados institucionais, de modo a contribuir para melhores resultados econômicos e comerciais para a agricultura familiar (CF8, 2022, p. 9).

De acordo com CF8 (2022), a Rede Xique Xique é articulada com uma série de outras organizações que compõem sua base:

Quadro 4 – Organizações, redes e articulações ligadas à Rede Xique Xique.

Organizações, outras redes ou articulações	Objetivo(s)
<i>Cooperxique</i>	criada em 2012 com o objetivo de fomentar a comercialização e ampliar o acesso a mercados institucionais.
<i>Associação Xique Xique</i>	seu objetivo é organizar produtoras(es), representar politicamente a rede e realizar articulações com redes locais e nacionais.
<i>Cooperativas</i>	produtoras(es) se articulam na rede, fortalecendo a organização e a comercialização.
<i>Sindicatos</i>	compostos de trabalhadoras(es) rurais contribuem articulando-se entre grupos, associações e unidades familiares municipais.

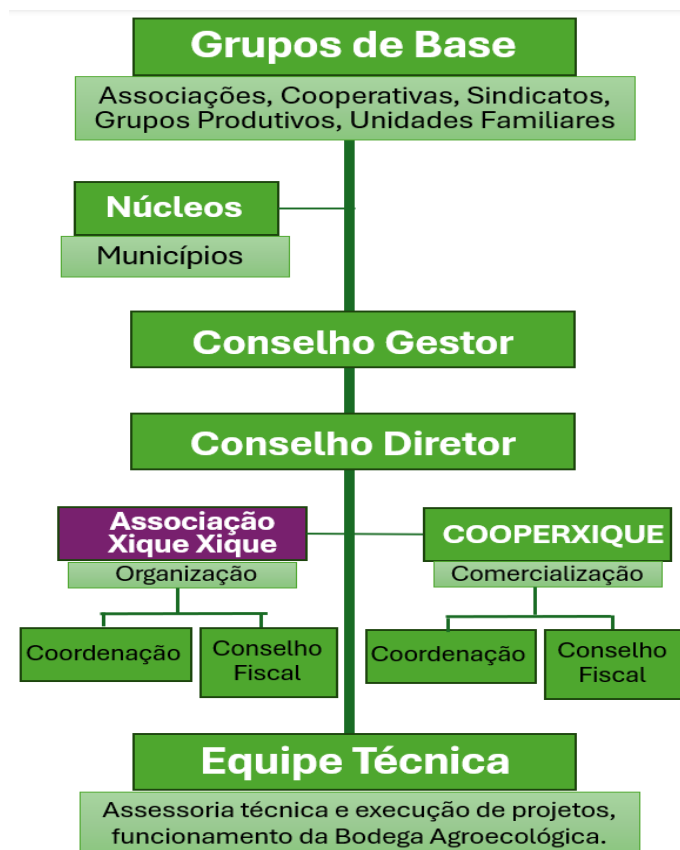
<i>Grupos</i>	de mulheres, de jovens, de artesãs(ãos) e mistos, associados à rede para comercializarem seus produtos.
<i>Unidades familiares</i>	membros dos agroecossistemas da agricultura familiar associados para comercializar sua produção.
<i>Associações</i>	organizações das comunidades, assentamentos e de artesãs(aos) associados em redes para unir as(os) produtoras(es) locais.
<i>Núcleos</i>	é a estrutura organizacional da rede nos municípios com características próprias. Suas feiras, realizadas semanalmente, podem ser articuladas com as feiras livres municipais ou não.
<i>União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)</i>	fundada em 2005, representa as cooperativas a nível nacional e a Cooperxique participa dela desde 2017.
<i>Mercado da Agricultura Familiar</i>	espaço localizado em Natal, onde há comercialização de produtos de agricultores familiares e artesãos do RN.
<i>Rede Economia Solidária e Feminista (RESF)</i>	a rede integra a RESF, que atua na articulação nacional nos diferentes fóruns de economia solidária em todo o país.
<i>Fórum Potiguar de Economia Solidária (FPES)</i>	é a instância de organização estadual, fomenta lutas e debates sobre políticas públicas estaduais.
<i>Marcha Mundial das Mulheres (MMM)</i>	é um movimento feminista internacional vinculado à rede que fortalece as discussões sobre feminismo, agroecologia e economia solidária.
<i>Rede Economia e Feminismo</i>	constituída em 2001, representa nacionalmente a <i>Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE)</i> , contribui junto à MMM, debatendo formação feminista, economia solidária, agroecologia, sob a perspectiva teórica da <i>economia feminista</i> .
<i>Outras instituições</i>	desde 2003, a rede recebe ajuda e fomento de instituições nacionais e internacionais: Fundação Banco do Brasil, União Europeia, Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Visão Mundial e CESE.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em CF8 (2022).

Como se observa a partir do que está exposto no quadro 4, a Rede Xique-Xique é formada por várias entidades que articulam diferentes espaços de produção, circulação e comercialização de produtos. Ela é formada por uma associação e uma cooperativa que se articulam entre si, promovendo a comercialização, a representação jurídica e a conexão em rede junto às cooperativas, associações, grupos produtivos, unidades familiares de associados de economia solidária no estado. A rede conta com o apoio dos sindicatos e dos(das) trabalhadores(as) rurais, que se articulam nas esferas de seus municípios para o fomento da economia solidária nas cidades que possuem os núcleos da rede. A rede está vinculada nacionalmente à UNICAFES, através da Cooperxique; à RESF e à REF; e, internacionalmente, à MMM e a REMTE, incluindo discussões sobre feminismo, agroecologia, economia solidária. Possui o MAF como local especializado de comercialização na capital para o comércio de produtos oriundos da agricultura familiar e artesanato, todos da

economia solidária, bem como promove lutas e debates a respeito de políticas públicas da ES através do FPES no estado do Rio Grande do Norte.

Figura 5 – Fluxograma da Rede Xique Xique.



Fonte: Elaboração própria (2024), adaptado de CF8 (2022).

De acordo com CF8 (2022) cabe ao Conselho Gestor, representado por dois representantes de cada núcleo, realizar reuniões trimestrais e planejar ações a partir das demandas de cada núcleo. Ele é escolhido por votação dos membros e reúne-se mensalmente de forma rotativa para “potencializar a participação de todas, uma vez que é mais fácil participar de atividades no próprio território” (CF8, 2022, p. 8). O Conselho Diretor é o que organiza e executa o que é deliberado no conselho gestor, identifica demandas e organiza pautas locais, articulando-as em todo território. O Conselho Gestor tem uma coordenação Executiva e Financeira, que dá suporte e acompanha a Bodega Xique Xique, e, ainda, um Conselho Fiscal, que trata das contas e documentos. Em todas as instâncias da rede “é garantida a participação mínima de 50% de mulheres” (CF8, 2022, p. 8). Por fim, há a associação e a Cooperxique, já discutidas anteriormente.

A Rede Xique-Xique possui parceria com o Centro Feminista 8 de março (CF8), fundado em 1993, é uma entidade que auxilia na “formação em gênero, na organização dos grupos, na própria assistência técnica para a geração de renda e no envolvimento das mulheres nas atividades de economia solidária e feminista” (Ortuño, 2021, p. 41). No ano de 2023, completou 30 anos de atuação. A Lei 7.159/2021, do município do Natal, reconheceu a “Utilidade Pública Municipal do Centro Feminista 8 de Marco – CF8, Pessoa Jurídica de Direito Privado” (Natal, 2021a, p. 1).

O CF8 é responsável pelo intercâmbio de ideias, formações políticas e apoio institucional, diretamente ou por meio de parceiros, e mobiliza o semiárido potiguar para o fortalecimento de uma economia solidária e feminista, comprometida com a neutralização das vulnerabilidades sociais, a partir de uma perspectiva feminista. Esta orientação política do CF8 criou uma ligação visceral com a Rede Xique Xique, especialmente diante do protagonismo das mulheres nos grupos produtivos que comercializam via Rede. Assim, o CF8 possui decisiva contribuição na formação política, técnica e social das mulheres da região, especialmente por meio do fomento a meios sustentáveis de geração de renda (Pereira, 2016, p. 134).

A rede Xique-Xique trabalha junto ao CF8 para promover a emancipação de mulheres através de capacitações, formação feminista e solidária, auxiliando a comercialização e divulgação de produtos oriundos de grupos de mulheres e mistos que trabalham na perspectiva da economia solidária e feminista no estado do Rio Grande do Norte. Inova através da construção de tecnologias sociais e tem atuação política coletiva na busca por igualdade entre homens e mulheres. A sua atuação política “fez surgir na região oeste potiguar vários coletivos que aliam anseios feministas e agroecológicos, tais como a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) e a Coordenação Oeste de Mulheres” (Pereira, 2016, p. 134-135). A Rede Xique-Xique é pioneira por juntar os princípios da economia solidária e da agroecologia, tanto uma como outra possui grupos cuja maioria é composto por mulheres (Pereira, 2016).

Retomando Lima e Locatel (2022), os princípios da ES no estado do RN são percebidos pelos(as) trabalhadores(as) de maneira incipiente, como, por exemplo, o princípio de *proteção ambiental*, pois é observada, “na realidade dos assentamentos rurais, a utilização de adubos e fertilizantes químicos e rações balanceadas, com vista a potencializar a produção” (Lima; Locatel, 2022, p. 91). Os autores avaliam a falta de capacitação técnica dos agricultores como possível entrave aos princípios de práticas

agroecológicas adequadas. Os autores não comentam, na pesquisa, se os demais princípios da ES são alcançados pelos(as) trabalhadores(as) solidários do RN.

Diante dos resultados, os autores apontam fragilidades no arranjo institucional das políticas de Economia Solidária Potiguar a partir da incipiente geração de trabalho e renda e emancipação social dos(das) trabalhadores(as) sociais do estado. A perspectiva financeira e capitalista dos EES configura um obstáculo à perspectiva solidária, mas isso se deve, segundo os autores, a condições precárias de trabalho e à pouca ajuda financeira que recebem. Uma das soluções apontadas pelos autores é uma formação pedagógica mais adequada aos *princípios da economia solidária*, o que acompanha a realidade nacional, juntamente com o acesso ao crédito e facilidades para a comercialização. Acredito que a própria compreensão do que é a economia solidária – ou a sua não compreensão – se torna um *entrave* para sua materialização.

Os autores acreditam que, em vez de se configurar como uma alternativa diferente ao modelo capitalista, a ES no estado contribui para a propagação das desigualdades, e, no meio rural, para a marginalização de agricultores, resultando em condições produtivas desiguais com a modernização trazida pelo agronegócio. Para Lima e Locatel (2022), as iniciativas estaduais acabam por contribuir com essa desigualdade e mantêm “esses sujeitos sociais subjugados indiretamente aos ditames assistencialistas do Estado, dos interesses dos capitais e dos grandes proprietários rurais locais” (Lima; Locatel, 2022, p. 93).

A importância de Incubadoras Universitárias (IU) é inegável, mas Dagnino (2014, p. 289) chega a ser ainda mais taxativo sobre o tema, ao afirmar o seguinte:

O espaço de experimentação e aprendizado proporcionado pelas incubadoras de cooperativas é crucial para que a universidade aprenda a produzir um novo tipo de conhecimento; sem o qual a sobrevivência, não apenas das cooperativas e das fábricas recuperadas, mas talvez da espécie humana, estará cada vez mais ameaçada.

Dagnino (2014) argumenta ainda que se faz necessário que as universidades possam fomentar o conhecimento em Economia Solidária para seus estudantes, professores e técnicos e para a comunidade da mesma forma, para que as incubadoras possam ter mais facilidade no desempenho de suas funções. Ele afirma que os países da América Latina foram os que mais avançaram na oferta de

disciplinas e cursos nas universidades sobre ES, mas que o Brasil ainda carece dessa questão.

Um dos processos de fomento à economia solidária é feito através da incubação, que é o apoio técnico e tecnológico a empreendimentos de economia solidária. Esse processo ocorre muitas vezes através de Instituições de Ensino Superior (IES)⁶⁶. No Rio Grande do Norte, o processo de incubação tecnológica se deu primeiramente para auxiliar pequenos empreendedores individuais e pequenas empresas. De acordo com Araújo, Souza e Aires (2023), a Incubadora Tecnológica Natal Central nasceu em 1998 – ainda sob o nome de Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET-RN) –, considerada a *primeira incubadora de empresas do estado do Rio Grande do Norte*, que teve como objetivo principal “dar suporte e apoiar o surgimento de novas empresas” (Araújo; Souza; Aires, 2023, p. 7.815). O Programa de Multincubação Tecnológica do CEFET-RN foi criado em 1994 a partir da Resolução nº 02/94, mas a incubadora começou seus trabalhos em 1998. A ITNC teve a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN), da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), entre outras instituições. A partir de 2011, já com a nova institucionalidade do IFRN, houve uma reestruturação do núcleo e ele passou a ser chamado de Incubadora Tecnológica Natal Central (ITNC) (Araújo; Souza; Aires, 2023).

Segundo Araújo, Sousa e Aires (2023), a Incubadora Tecnológica Natal Central (ITNC) tinha o objetivo de dar suporte a pequenas empresas que possuíam potencial inovador, as *startups*⁶⁷. Os autores afirmam que o IFRN fez parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE/RN) e com a Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), entre outras instituições, para criação da ITNC. A incubadora atua em diversas áreas como “tecnologia da informação e comunicação, construção civil, eletromecânica e automação,

⁶⁶ Ver figura 3, página 102.

⁶⁷ De acordo com o SEBRAE (2022), *startup* é “uma empresa que nasce em torno de uma ideia diferente, escalável e em condições de extrema incerteza. O termo startup era praticamente desconhecido no Brasil, embora bastante popular nos EUA. Foi durante a chamada bolha.com, ou bolha da internet, entre os anos 1996 e 2001, que o conceito se tornou mais comumente utilizado. O significado literal seria “empresa emergente” – na verdade, o termo é intraduzível ao pé da letra. Sinônimo de iniciar uma empresa e colocá-la em funcionamento”.

conservação e energias renováveis, tecnologia e controle ambiental e turismo” (Araújo; Souza; Aires, 2023, p. 7.815).

Os processos de incubação do IFRN passaram a atender EES de forma esporádica e não regulamentada por iniciativa de alguns servidores conhecedores da ES antes de 2018, quando ocorreu a formalização da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do IFRN – a IFSol –, que passa a fazer a assessoria de EES como coletivos, associações e cooperativas. Essa iniciativa visou a cumprir a função social do instituto de emancipação social e comunitária, presente em seus documentos institucionais. Um desses documentos é o Projeto Político-Pedagógico do IFRN (PPP/IFRN).

Dantas e Costa (2012) definem o Projeto Político-Pedagógico do IFRN (PPP/IFRN) como um “planejamento global de todas as ações de uma instituição educativa, abarcando direcionamentos, pedagógicos, administrativos e financeiros” (Dantas; Costa, 2012, p. 13). Para as autoras é um instrumento utilizado na gestão na democracia institucional que “possibilita a reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional” (Dantas; Costa, 2012, p. 13).

Assim posto, o PPP/IFRN define as diretrizes institucionais para todas as ações realizadas na instituição e a incubação está dentro do documento como uma das possibilidades de contato da instituição com a comunidade externa. A incubação está posta institucionalmente como um *Programa de Apoio Institucional de Incubação Tecnológica*, cuja participação da comunidade acadêmica é significativa e o programa é regido por regras e critérios que são postulados em editais para a seleção (Dantas; Costa, 2012). As empresas selecionadas são incubadas através do Núcleo de Incubação Tecnológica (NIT). O núcleo está vinculado aos setores de pesquisa e extensão do instituto e “as conduções das atividades do NIT objetivam o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional; a produção, a socialização e a difusão cultural do conhecimento; e a inserção no mundo do trabalho” (IFRN, 2012a, p. 251). Segundo o PPP/IFRN (2012a),

O Programa de Incubação Tecnológica destaca-se pela criação do Núcleo de Incubação Tecnológica (NIT), em 1998, no Câmpus Natal-Central. Esse Programa, atualmente em expansão para outros *Campus* [sic] do IFRN, objetiva contribuir para o avanço tecnológico de produtos, equipamentos e/ou serviços. Por conseguinte, volta-se para o desenvolvimento social, regional, nacional e mundial. O

Programa alimenta-se de uma política de inovação tecnológica viabilizada pela formação profissional dos estudantes e pelo incentivo ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de habilidades profissionais para a inserção no mundo do trabalho (IFRN, 2012a, p. 183).

Um dos pressupostos ideológicos que ampara a função social do IFRN é o ideal de Formação Humana Integral (FHI), a não divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, a politecnia, a *omnilateralidade*⁶⁸, bem como suas ações serem pautadas no desenvolvimento da emancipação de seus estudantes e desenvolvimento de uma educação que promova o pensamento crítico. Isso dentro de uma proposta que vai, por tudo o que representa, ao encontro de ideais institucionais. Os pressupostos políticos, por sua vez, vão de encontro a ideias neoliberais e capitalistas da sociedade atual. A educação do IFRN é, nesse sentido, contra-hegemônica. Assim, “o IFRN concebe a educação e o trabalho como processos que podem auxiliar no processo de emancipação subjetiva (IFRN, 2012a, p. 48)”. Tais processos, segundo o documento-base do Projeto Político Pedagógico do IFRN (IFRN, 2012a, p. 48), “possibilitam o erguimento de novas pontes e que auxiliam a construção de uma nova arquitetura para o humano na contemporaneidade.”

Por iniciativa de alguns servidores do IFRN, deu-se início às discussões sobre a aproximação do Instituto com a economia solidária. De acordo com Souza Neto, Manso Júnior e Silva (2018), em 2016, um recurso do Ministério do Trabalho (MT) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi destinado ao Rio Grande do Norte para fomento de projetos relacionados à economia solidária.

De acordo com Souza Neto, Manso Júnior e Silva (2018), o IFRN assinou um Termo de Execução Descentralizada, em 2016, para o desenvolvimento de um projeto de extensão chamado *Mulheres e jovens: Economia Solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte*. Esse projeto, denominado posteriormente *Geração Solidária*, contou com o apoio de servidores técnicos, docentes e discentes no acompanhamento de 60 Empreendimentos de Economia Solidária do Rio Grande do Norte, com dois núcleos de atendimento, um em Natal e outro em Mossoró. Costa (2018a, p. 28) afirma que o projeto *Geração Solidária* tinha por objetivo “oferecer ações no fomento à capacitação

⁶⁸ De acordo com Sousa Júnior (2008, p. 284-285), *omnilateralidade* “se refere a uma formação humana oposta à formação unilateral provocada pelo trabalho alienado, pela divisão social do trabalho, pela reificação, pelas relações burguesas estranhadas”, em que possa haver – de acordo com o pensamento de Marx – “uma ruptura ampla e radical com o homem da sociedade burguesa.”

e ao fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários constituídos por mulheres e jovens de baixa renda”. O projeto atendeu a 30 EES em Natal e a 30 em Mossoró.

Diversas ações foram realizadas pelo projeto *GerAção Solidária*, incluindo o mapeamento de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Rio Grande do Norte e fomento de eventos tanto para a juventude quanto para as mulheres participantes de EES. O projeto foi coordenado pelo professor do IFRN Diogo Ferreira de Almeida Rêgo e gerou, inclusive, a produção de artigos científicos que culminaram na escrita de um livro sobre as ações do projeto em Natal e em Mossoró (Rêgo, 2018).

De acordo com Costa (2018a), foi a partir desse projeto que o IFRN realizou parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em um projeto de extensão denominado *Mulheres Conquistando Autonomia* (MCA)⁶⁹, cujas reuniões contaram com a participação da Rede Xique-Xique, Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Centro Feminista 8 de Março (CF8), em Mossoró, e Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES),⁷⁰ em Natal, bem como o Fórum Estadual de Economia Solidária e o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL). A Organização Não Governamental Centro Feminista 8 de Março (CF8) foi criada em 1993, devido às reivindicações para a criação de uma Delegacia Especializada em Defesa da Mulher (DEAM), em Mossoró/RN, para combate à violência contra as mulheres (CF8, 2023).

A Rede Xique-Xique, como já afirmamos, foi criada em 2003 por um grupo de mulheres agricultoras que tinham por objetivo fazer a comercialização de seus produtos sem a presença do atravessador, de acordo com Castro (2012). A ASA foi criada, segundo Andrade e Queiroz (2009), como política pública para desenvolvimento no semiárido, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias e garantir segurança alimentar e acesso a serviços básicos.

Os autores afirmam que, em 1993, a Região Nordeste atravessou um período de grande seca e, então, organismos vinculados à sociedade civil buscaram reclamar

⁶⁹ Esse projeto de extensão gerou como produto o livro *Autonomia econômica das mulheres: dados, contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho* (2018), de livre acesso: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26046>.

⁷⁰ A Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES/RN), atualmente conhecida como o Mercado da Agricultura Familiar, foi construída no ano de 2007, mas só entrou em funcionamento efetivamente a partir de 27 de março de 2017. Sua construção foi inspirada na defesa de um espaço exclusivo para a venda da vasta diversidade de produtos da agricultura familiar potiguar. Fonte: <https://agriculturafamiliarnatal.com.br/sobre-nos/>.

ao poder público providências a serem tomadas para resolver a situação e exigiram do governo políticas públicas para o semiárido em benefício dos mais vulnerabilizados. Um dos grupos de agricultores e alguns militantes sindicalistas ocuparam a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁷¹. A partir desse movimento, ocorreu a criação da ASA para dar suporte à busca por políticas públicas para o Nordeste.

De acordo com Salgado *et al.* (2021), o Fórum Potiguar de Economia Solidária nasce após 2001, influenciado pelo Fórum Social Mundial (FSM) ocorrido em Porto Alegre/RS, no mesmo ano em que se forma o grupo de trabalho brasileiro sobre Economia Solidária, que lança as bases para difusão da ES no Brasil. Segundo os autores, “o Estado do RN constituiu seu Plano Estadual de Economia Solidária em 2006, por meio de um processo de articulação entre o Poder Legislativo e o Fórum Estadual de Economia Solidária” (Salgado *et al.*, 2021, p. 554). Os autores afirmam que à época o Plano não foi sancionado pelo governo do estado, sendo sancionado pelo governo de Fátima Bezerra (2019-2022) apenas em 2020, com o Decreto nº 29.974 (Rio Grande do Norte, 2020a).

De acordo com Brasil (2021), o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) é uma ferramenta de monitoramento de EES que visa a dar uma visão geral de empreendimentos que são cadastrados na plataforma, mostrando sua localização, a estrutura, a atividade econômica na qual o EES atua, o tempo de atuação e, por fim, a forma de organização. A ferramenta garante ainda o reconhecimento público desses EES por meio de emissão de Declaração de Conformidade da Economia Solidária (DCSOL), que pode garantir direitos, como o acesso às políticas públicas, aos programas públicos de financiamento, às compras governamentais e, ainda, à comercialização de produtos e serviços e ações destinadas à Economia Solidária. De acordo com Brasil (2016c), o CADSOL foi instituído nacionalmente pela portaria Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nº 1.780/2014 (Brasil, 2014). A portaria instituiu ainda a Comissão Nacional de Cadastro, Informação e Comércio Justo e Solidário.

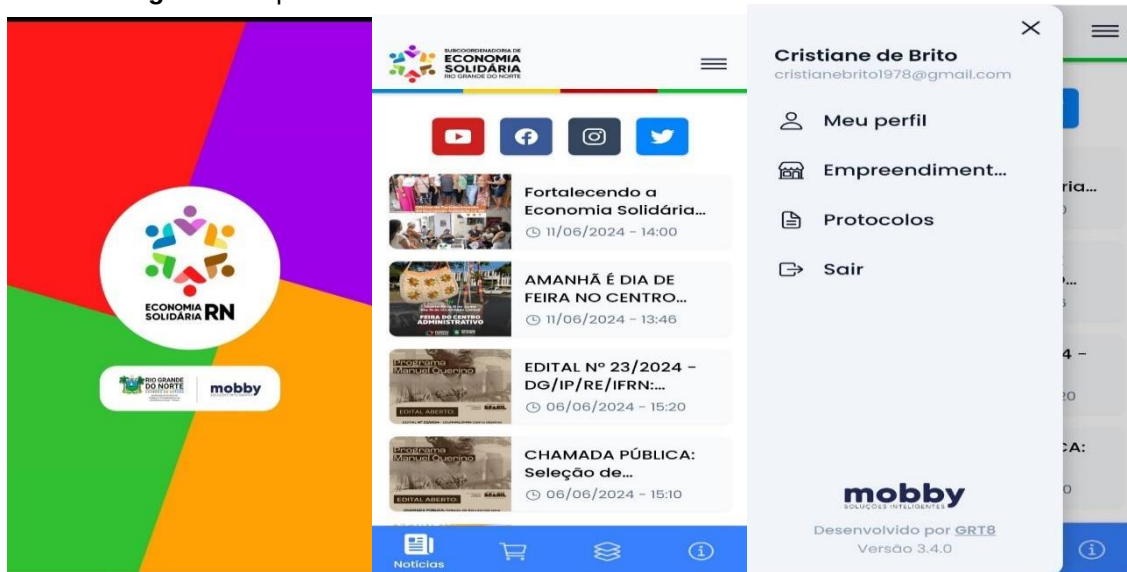
⁷¹ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) tem por finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional nas economias nacional e internacional. Com sede em Recife (PE), a autarquia integra o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, sendo vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Fonte: <http://antigo.sudene.gov.br/institucional>.

De acordo com Ribeiro (2022) o estado do Rio Grande do Norte disponibilizou no ano de 2022 um aplicativo com o objetivo de fomentar, informar e divulgar a economia solidária no estado: o Ecosol Digital. O aplicativo pode ser baixado pelas plataformas digitais do Google Play (Android) e App Store (iOs), e foi lançado pela governadora do estado, Fátima Bezerra do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir do Decreto 31.390/RN, de 12 de abril de 2022, e desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho, Habitação e Assistência Social (SETHAS) (Rio Grande do Norte, 2022). O aplicativo é ainda um “espaço de consulta e interação entre os empreendedores e controle social e gestão da política estadual” (Ribeiro, 2022, p. 1).

O aplicativo disponibiliza também um *banco de dados com os empreendimentos da economia solidária* existentes e ativos no Rio Grande do Norte, especificando a atividade econômica, os municípios e a territorialização da ação, características territoriais e de gênero, acesso a crédito, dentre outras informações, em acordo com critérios previstos pela *Lei Estadual 8.798/2006*, que instituiu a *Política Estadual de fomento à Economia Solidária e Popular* no Rio Grande do Norte (Ribeiro, 2022, p. 1, grifos meus)

O Ecosol Digital é um instrumento importante para mapeamento dos EES no estado e para a consulta pública de dados atualizados sobre a ES no estado. Configura-se como uma iniciativa importante na direção do fomento à ES no RN. A figura 6 mostra as páginas iniciais do aplicativo.

Figura 6 – Aplicativo de cadastro de EES e fomento à ES no estado do RN.

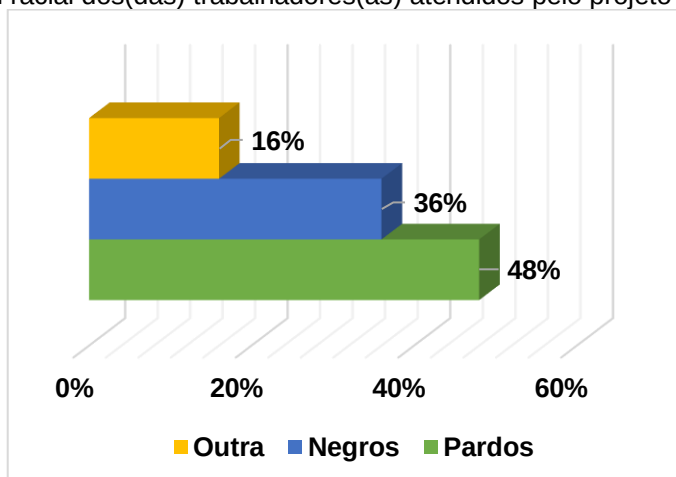


Fonte: Aplicativo Ecosol Digital (2024).

O aplicativo permite o cadastro de qualquer usuário que preencha nome completo, e-mail pessoal, telefone e região. A primeira imagem da figura 6 mostra a tela de inicialização; a segunda, a página inicial que possui notícias, documentos e eventos da economia solidária na capital Natal e em outras cidades do estado. Ainda na segunda página, no canto superior central, o usuário tem acesso ao canal da SETHAS no site de vídeos “YouTube.com”, além das redes sociais desta secretaria no Facebook, Instagram e na rede X (antigo Twitter), onde se veiculam notícias, oportunidades de feiras, editais, eventos e atualizações de legislação e outras notícias. No canto superior direito da página inicial, nas três linhas, está o *menu*, cujos itens estão visíveis na terceira imagem da figura 6. No item “meu perfil”, o usuário realiza seu cadastro pessoal; no segundo item, “empreendimentos”, acessa-se o CADSOL do estado, local em que se pode realizar o cadastro de seu empreendimento; no item “protocolos”, por sua vez, o usuário pode acessar seus protocolos de cadastro do empreendimento para saber, por exemplo, se sua solicitação foi deferida ou não; por fim, no item “sair”, o usuário se desliga do aplicativo, de modo que um novo acesso solicitará e-mail e senha criada para realizar o *login*.

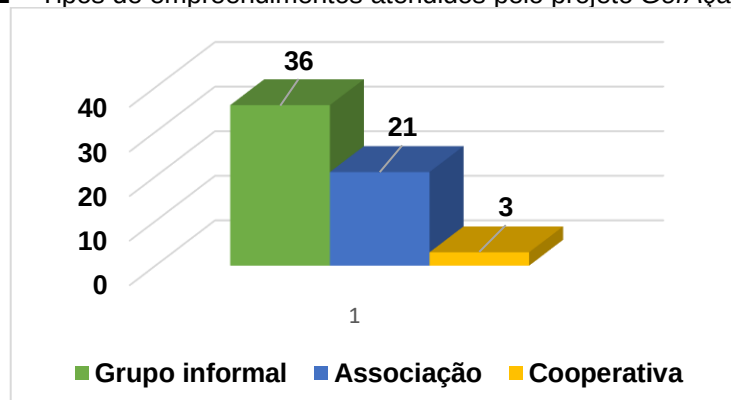
De acordo com Ribeiro (2022), em 2020, o governo do estado do Rio Grande do Norte, através do Decreto nº 29.974, lançou o *Plano Estadual de Economia Solidária* de 2020 a 2023 (Rio Grande do Norte, 2020a). Tinha, dentre outros desafios, o de mapear produtores e produtoras da economia solidária no estado – já haviam sido mapeados 1.500 EES antes. O aplicativo *Ecosol Digital*, nesse contexto, foi uma importante iniciativa “ao dar visibilidade não só à implementação do Plano, mas também ao possibilitar conhecer e localizar esses empreendimentos” (Ribeiro, 2022, p. 1).

Na busca por dados da economia solidária do estado, há a importante contribuição do *Relatório Final do Projeto GerAção Solidária*, escrito por Rêgo (2017), projeto realizado pelo IFRN, conforme mostrado anteriormente. O relatório trouxe o perfil racial e social dos(das) trabalhadores(as) do grupo atendido pelo projeto nos núcleos de Natal e Mossoró, disponível no gráfico 1.

Gráfico 1 – Perfil racial dos(as) trabalhadores(as) atendidos pelo projeto *GerAção Solidária*.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Rêgo (2017).

O gráfico 1 mostra que cerca de 48% dos(as) trabalhadores(as) solidários(as) eram pardos, 36% negros e o autor não especifica o perfil racial de 16% deles, podendo ser pessoas brancas ou de outra etnia. Desses(as) trabalhadores(as) atendidos(as) no projeto, 82% eram beneficiários de programas de transferência de renda ou assistência social e 78% dos grupos eram compostos por mulheres. No núcleo Mossoró, a maioria dos empreendimentos era na área rural e, no núcleo Natal, dividiam-se em 50% rural e 50% de área urbana. No núcleo Mossoró, a maioria dos(as) trabalhadores(as) era composta por agricultores(as) familiares e, em Natal, a maioria era composta de artesãos(ãs) (Rêgo, 2017, p. 5). O grau de informalidade dos grupos pode ser percebido nos dois núcleos: em Mossoró, dos 30 grupos, havia 23 informais, 5 associações e 2 cooperativas; e em Natal, 13 eram informais, 16 eram associações e apenas 1 era cooperativa. O gráfico 2 mostra o total de grupos e o tipo deles.

Gráfico 2 – Tipos de empreendimentos atendidos pelo projeto *GerAção Solidária*.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Rêgo (2017).

Somando-se os dois grupos, havia o total de 60 grupos, dos quais 36 de economia informal, 21 associações e 3 cooperativas, o que corresponde respectivamente a 60%, 35% e 5% do total. O autor afirma que um dos desafios maiores dos empreendimentos está na viabilidade econômica. Nenhum dos EES afirmou dar qualquer tipo de remuneração ou gratificação aos membros que estão na direção e 90% deles participam da Rede Xique Xique.

A partir da iniciativa de alguns servidores do IFRN ligados à pesquisa sobre economia solidária, deu-se início a um movimento de criação de uma incubadora que *não fosse ligada à questão empresarial* e que prestasse assistência a Empreendimentos de Economia Solidária (EES) de maneira sistêmica, já que as iniciativas de atendimento a esses empreendimentos ocorriam de maneira esporádica em alguns *campi* do IFRN.

Em 2018, um edital do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) do governo federal foi lançado para fomento de incubadoras, embora o IFRN infelizmente não tenha sido contemplado⁷². Sendo assim, foi apresentada institucionalmente a ideia de criação da incubadora, aprovada pelo Colégio de Dirigentes (CODIR) da Instituição em março de 2018. Uma comissão formada pelo professor Washington José de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), ligado à incubadora Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias e Estudos no Terceiro Setor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Oasis/UFRN), e cinco servidores do IFRN apresentaram proposta de pauta para criação da incubadora em 2018. A comissão foi formada pelos professores Washington José de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Yuri de Lima Padilha, do IFRN *Campus* Macau; Denise Cristina Momo, do IFRN *Campus* Natal Zona Norte; Victor Marques Silva, do IFRN *Campus* Nova Cruz e Diogo Ferreira Rego, do IFRN *Campus* São Paulo do Potengi (IFRN, 2018a, p. 4). “Eles relataram que essa ideia se deu a partir da articulação entre servidores que já atuavam e que estavam trabalhando em seus *campi* com esse tema” (IFRN, 2018a, p. 4). A IFSol foi criada e teve seu regulamento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX/IFRN) em novembro de 2018, através

⁷² Informação verbal dada por uma das idealizadoras do projeto de criação da IFSol – Denise Momo – e pelo coordenador-geral da IFSol/IFRN, Yuri Padilha, em 2022.

da Deliberação nº 26. A IFSol foi incubada pela Oasis/UFRN para, depois de formalizada, poder atender a EES no RN.

Em março de 2018, servidores tiveram um encontro de formação sobre economia solidária, promovido pela Pró-reitoria de Extensão do instituto, com a participação de 5 *campi*: Zona Norte, Macau, São Paulo do Potengi e Nova Cruz. A formação foi dada pela Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias (Oasis/CCSA), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte⁷³. O colégio de dirigentes do IFRN – CODIR – aprovou a criação da IFSol no mesmo mês. Através de reuniões de sensibilização em outros *campi*, o IFSol teve participação no evento sistêmico do IFRN em dezembro de 2018, na IV Semana de Ciência, Tecnologia e Extensão do IFRN (SECITEX) e no I Congresso de Economia Solidária – CONGRESSOL, no mesmo mês. O Regimento Geral da IFSol foi aprovado em agosto de 2019. No ano de 2022, o IFRN contava com 14 núcleos do IFSol nos *campi*, dos quais Zona Norte, Caicó, Ceará-Mirim, Lajes, São Paulo do Potengi, João Câmara, Ipanguaçu, Mossoró, Macau, Canguaretama e Natal Zona Leste participaram da Assembleia Anual, dia 01 de dezembro de 2022, no *Campus* Ipanguaçu – momento em que eu estava presente.

Conforme o Regimento, a IFSol está diretamente ligada à Pró-Reitoria de Extensão, e é um organismo de natureza multidisciplinar e interdisciplinar vinculado ao IFRN, cujas ações de incubação envolvem assessoria e consultoria para grupos de trabalho coletivos pautados nos princípios da economia solidária. Isso a partir do fomento e da capacitação técnica, tecnológica e profissional para esses grupos, articulando pesquisadores e trabalhadores(as) no propósito de trabalhar com a autogestão desses empreendimentos – cooperativas, associações, empresas recuperadas, grupos populares, entre outros. A característica principal desses grupos é que sejam grupos “onde não haja a divisão do trabalho entre patrão e empregado” (IFRN, 2018b, p. 2).

⁷³ “Fundada em 2006, a Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias – OASIS – é uma incubadora de empreendimentos populares solidários coletivos, econômicos e sociais que contempla atividades integradas de ensino (processar aprendizagens), pesquisa (sistematizar saberes) e extensão (socializar tecnologias) junto a jovens estudantes da agricultura familiar, preparando-os política e tecnicamente para o trabalho coletivo, a partir de projetos de intervenção voluntária de interesse público, em comunidades e escolas da rede pública de ensino. É responsável pela elaboração de projetos de extensão que articula esforços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – no intuito de apoiar e fortalecer a economia solidária no estado do Rio Grande do Norte através de ações extensivas que permitem a aplicação de metodologias de incubação e iniciativas sociais e solidárias na região metropolitana de Natal e no Seridó Potiguar” (Matos, 2015, p. 55).

A Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSol) tem como objetivo contribuir no processo de formação e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos econômicos solidários, bem como aproximar os servidores e discentes na discussão do tema de economia solidária, por meio de assessorias na área de comercialização e articulação em rede, desenvolvida pelos professores, técnicos administrativos e discentes, atrelando os conhecimentos aprendidos em sala de aula com a prática junto aos empreendimentos (IFRN, 2018b, p. 4)

A incubadora IFSol, portanto, realiza um trabalho com Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Rio Grande do Norte e busca promover o aprendizado não somente da comunidade, por meio de assessoria e capacitação, mas também das equipes compostas por servidores técnico-administrativos, estudantes – de nível médio integrado, graduação tecnológica, licenciaturas e pós-graduação – e docentes das diversas áreas de conhecimento relacionadas aos vários cursos da instituição. A incubadora realizou diversas capacitações e sensibilizações para o ingresso de servidores – técnicos e docentes para formação de núcleos desde o início dos trabalhos em 2018. A aprovação do Regimento Geral da IFSol ocorreu a partir da Deliberação nº 26/2018 (IFRN, 2018b), mas, segundo as informações dadas pelo coordenador-geral, os trabalhos de sensibilização e de capacitação foram realizados bem antes, através de reuniões com membros do Conselho Superior do IFRN, encontros com servidores da incubadora Oasis da UFRN e visitas aos *campi* para mostrar o projeto.

Tratei, na seção 2.3, da Economia Solidária no Rio Grande do Norte a partir de Lima e Locatel (2022), trazendo a Rede de Economia Solidária do Rio Grande do Norte, denominada Rede Xique Xique, a partir de Ortuño (2021), CF8 (2022) e Pereira, (2016), e a história do Centro Feminista 8 de março (CF8). Depois, discuti sobre a primeira incubadora que foi feita no estado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) por Araújo, Souza e Aires (2023), evocando o programa de incubação do instituto com Dantas e Costa (2012), bem como as regulações institucionais (IFRN, 2012a).

Anterior à criação da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol/IFRN), foram precursores os seguintes projetos: *GerAção Solidária*, realizado pelo IFRN, de acordo com Souza Neto, Manso Júnior e Silva (2018), e o projeto *Mulheres Conquistando Autonomia* (MCA), realizado pela

UFRN, de acordo com Costa (2018a); determinadas legislações estaduais que tratam da Economia Solidária no estado, bem como a criação da incubadora IFSol, de acordo com documentos institucionais; e o Fórum Potiguar de Economia Solidária, de acordo com Salgado *et al.* (2021).

A próxima seção trata da Economia Solidária e das questões de gênero que acompanham as práticas solidárias nos EES.

2.4 As questões de gênero na Economia Solidária Feminista

Segundo Singer (2022), em uma sociedade capitalista, ou seja, no modo de produção capitalista, existe a *competição*, que faz com que aqueles que oferecem melhores condições ganhem mais clientes. Esse tipo de sociedade gera muitas desigualdades.

O capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los. (Singer, 2022, p. 34, grifo do autor)

Singer (2002b, p. 9) aponta que, para que tivéssemos uma sociedade mais igualitária, “seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir”. Singer (2002b) parece contradizer-se – como vimos através de Cornelian (2006) –, já que trata empreendimentos de economia solidária também pelo termo *empresa solidária*, que “nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo” e cuja finalidade em relação a seus investidores “é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido” (Singer, 2002a, p. 83). Outro ponto a ser observado é que o autor afirma que mesmo entre as *empresas de economia solidária*, haveria aquelas que iriam *progredir* e outras que haveriam de *regredir*. Assim, existe a necessidade de “um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ ou crédito” (Singer, 2002b, p. 9).

A economia solidária é *outro modo de produção*, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são *possuidores de capital* por igual em cada cooperativa ou *sociedade econômica*. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (Singer, 2002b, p. 10, grifos meus).

Como percebe-se em Cornelian (2006), com outro modo de produção, haveria de ter fim o capitalismo. Sendo a economia solidária outro modo de produção, este, então, deixaria de existir. O combate às ideias capitalistas é salutar e, para tanto, devem existir outras formas econômicas que não explorem os trabalhadores, alienem suas vidas, degradem a natureza, dentre outras características já discutidas nesta investigação. Mas é possível à ES fazer com que o capitalismo tenha fim? Quando *cooperativas* e o que Singer (2002a) denomina de *empresas de economia solidária* alcançam uma igualdade em relação aos lucros e ao mercado de clientes das empresas capitalistas estaríamos ainda diante de uma economia realmente solidária?

De acordo com Singer (2002a) trabalhadores(as) de *cooperativas*, *empresas de economia solidária* não recebem salários, mas fazem *retiradas*, que podem ser iguais para cada trabalhador ou não – dependendo de seu trabalho no EES –, e variam de acordo com as decisões coletivas de cada empreendimento e com as receitas obtidas. Trabalhadores(as) administradores(as), por exemplo, podem ganhar mais para que permaneçam no empreendimento, já que poderiam estar empregados em empresas capitalistas ganhando mais – tudo isto é acordado entre os cooperados (Singer, 2002b). Como secretário nacional de economia solidária da SENAES, acredito que Paul Singer precisou tentar fazer uma ponte entre a concepção socialista de seu discurso e o sistema neoliberal e teve que lidar, neste cargo político, com cooperativas empresariais grandes cujo processo de trabalho não tem viés de economia solidária.

Para Castro (2010), Singer acreditava que a cooperativa assumiria características de uma *empresa autogerida*, funcionando como um *implante socialista* na sociedade capitalista, o que levaria com o tempo à transição para *outro modo de produção* na sociedade. Esta autora contesta as ideias socialistas de Singer para a economia solidária por que ele toma por base experiências passadas – Sociedade

dos Pioneiros de Rochdale e do Complexo Cooperativo de Mondragón⁷⁴ – e as aplica ao presente, realizando esta transposição de experiências “sem que haja a necessária contextualização histórica” (Castro, 2010, p. 33). Para a autora, o capitalismo não dá “espaço para que outro modo de produção se consolide, coexista e compita com ele” (Castro, 2010, p. 37).

Castro (2010) argumenta que o modo de produção capitalista detém a lógica de autorreprodução e um constante processo de valorização que faz com que este sistema incorpore “em sua dinâmica formas alternativas de organização da produção”, que podem, inclusive, transformarem-se em empresas multinacionais que reproduzem “relações de assalariamento típicas do capitalismo” (Castro, 2010, p. 37-38) entre proprietários (cooperados que são donos da propriedade coletiva) e trabalhadores solidários (assalariados). A autora afirma que em vez de conviver com outro modo de produção, o capitalismo coexistiria com *formas sociais de produção atípicas*.

Gaiger (2003 p.199-200, grifos do autor) afirma que

à medida que avança, o capitalismo dissolve, submete ou mantém reclusas outras formas sociais de produção. Para essas, às vezes, a única saída é adotar a base material moderna, oferecida como mercadoria, e curvar-se ao capital comercial e financeiro, do que temos um exemplo cabal nos pequenos produtores rurais integrados à agroindústria. Nesse caso, a forma de produção familiar se reproduz sobre uma base nova, que ela não consegue desenvolver por si própria, sendo então por essa base subsumida, ao contrário do acontecido nos primórdios do capitalismo. Trata-se de uma *subsunção formal inversa*, que deixa as formas sociais atípicas em situação de instabilidade, mas não as descredencia de todo a sobreviverem no interior do modo de produção capitalista.

Assim, o capitalismo permite à economia solidária, que se pretende opositora ao capital, ficar à margem da sociedade e sobreviver aos “trancos e barrancos”, uma vez que não detém os meios políticos, sociais, econômicos, técnicos, dentre outros, para realizar a superação deste modo de produção.

Mesmo diante deste cenário, creio que a Economia Solidária pode trabalhar na busca pela emancipação e/ou empoderamento de mulheres. Retomando as ideias sobre a emancipação feminina presente na seção 2.1, ela é vista como uma emancipação legal através da conquista de direitos (sociais, intelectuais, políticos, reprodutivos, culturais), ou seja, conquistar sua liberdade (sexual, de escolha, coletiva,

⁷⁴ Para saber mais, ver Singer (2002b, 2022).

de mulheres negras); através do conhecimento (autoconhecimento, reconhecimento, pertencimento, identificação, de classe e racial); pelo cuidado (autocuidado, com o outro, mutualismo, interdependência); através de sua autonomia e empoderamento; por meio do combate ao racismo, sexismo, capitalismo, neoliberalismo, meritocracia, patriarcado, pobreza, biopoder, desigualdade intrafamiliar, despolitização das questões privadas, abuso e violência sexual e de gênero. Ainda combatendo alguns dogmas da religião, lutando contra o epistemicídio e o feminismo branco, no combate ao trabalho (não ou mal pago, degradante, explorador das mulheres negras), na luta contra as injustiças de gênero (sociais, culturais e políticas). Na perspectiva de associar a política e a economia à vida doméstica; obtendo, na sociedade, uma concepção ampla e tridimensional de justiça (com direito à redistribuição de renda, ao reconhecimento das necessidades das mulheres e através de sua representação política); na busca pela desnaturalização do binarismo de gênero; pela promoção da equidade, igualdade e paridade entre os sexos (política, econômica, intelectual); na promoção de comportamentos sociais que levem à insubordinação, insurgência, subversão, resistência, transcendência, revolução feminista e socialista; na discussão e luta política trazida pelo feminismo, socialismo e pelo comunismo; através da sororidade entre as mulheres e por meio do trabalho digno, da valorização da cultura e do trabalho doméstico e dos cuidados e visibilização de todas as mulheres (Andrade 2022; Fraser, 2013; Beauvoir, 2019a, 2019b; Butler, 2021; Carneiro, 2023; Davis, 2016; Hooks, 2019, 2021, 2023; Saffioti, 2015).

Os entraves para a consolidação da emancipação das mulheres vão desde o modo de produção capitalista e de ideais neoliberais até a sociedade racista, patriarcal, misógina e machista, necropolítica e invisibilização das mulheres enquanto sujeito político e de direitos – incluindo a invisibilização dos trabalhos de cuidado e domésticos. O sujeito de direitos e de status de cidadão é a figura do homem branco, heterossexual, conservador, religioso (católico ou evangélico), de ideias políticas neoliberais e até mesmo fascistas⁷⁵.

⁷⁵ Brum (2019, p. 275, grifos meus), ao falar sobre eleição que levou Bolsonaro à presidência em 2018, afirma que “Jair Bolsonaro representa, principalmente, o brasileiro que nos últimos anos sentiu que perdeu privilégios. [...] Várias irrupções perturbaram esse sentimento de caminhar em território conhecido, em especial para o *homem branco e heterossexual*. As mulheres disseram a eles com uma ênfase inédita que não seria mais possível fazer gracinhas nas ruas, nem as assediar no trabalho ou em qualquer lugar. A violência sexual foi exposta e reprimida. [...] Na mesma direção, os LGBTQI se fizeram mais visíveis na exigência dos seus direitos, entre eles o de existir, e passaram a denunciar a homofobia e a transfobia. [...] A posição de *homem heterossexual no topo da hierarquia* nunca foi tão questionada como nos últimos anos. Tanto que, como reação, surgiram propostas para criar o “Dia do

Orozco (2022) denomina este homem de *BBVAh: o branco burguês varão adulto homossexual*. Na estrutura econômica clássica, segundo a autora:

O negócio se faz à custa da vida: explorando vidas humanas, espoliando a vida do planeta, pondo o conjunto da vida em risco sistêmico de destruição. Chamar esse contexto de conflito capital-vida não significa dizer que todo ser vivo ou as vidas de todas as pessoas estejam igualmente ameaçadas devido a um capital abstrato (e sobre-humano ou ultraterreno?). Significa que existe um conjunto de estruturas materiais e simbólicas que permite acumular poder e recursos em torno de uma única vida. Esta se dota de sentido em si mesma, cindida do conjunto do que é vivo. Essa vida que se torna a única digna de ser sustentada por e à custa do resto. É a vida do que, de novo ironicamente, concebemos como o BBVAh: o branco burguês varão adulto homossexual. É o sujeito que se impõe como sujeito *majoritário*, o que define o que é propriamente humano nessa Coisa Escandalosa, transformando todo o resto em *minorias* subordinadas a seu serviço. A vida do BBVAh é garantida à custa da instrumentalização e do consequente espólio da vida do planeta; e de ataques à vida humana; e de uma virulência radicalmente desigual em função de quanto se afastem os sujeitos dessa figura privilegiada. O conflito capital-vida é o conflito da vida do BBVAh com o conjunto dos seres vivos (Orozco, 2022, p. 28-29, grifos da autora).

O que Orozco (2022) chama de *Coisa Escandalosa* é o modo de produção capitalista. Já vimos com Perez (2022) como a questão dos dados e a do masculino genérico atuam no sentido de invisibilizar as mulheres. A proposta da EF é justamente a de se opor à ideia de privilegiar apenas a vida, as necessidades e a vontade dos homens. A partir do feminismo e das discussões oriundas da EF, pode-se observar a necessidade de tornar visíveis as questões de gênero, não só na economia, mas em todas as esferas da sociedade.

Cisne (2018) afirma que o binarismo de gênero (homem-mulher), acordado pelo que ela chama de *Heterossexualidade Compulsória* (HC)⁷⁶, teria por finalidade garantir a Divisão Sexual do Trabalho (DST)⁷⁷. Amparada em outros autores, Cisne

Orgulho Homossexual", o "Dia do Homem" e até o "Dia do Branco". Não faz sentido inventar datas para quem tem todos os privilégios, mas as proposições mostram que a perda destes privilégios em particular parece ter balançado o mundo de quem sempre teve a coleção completa de vantagens como direito inalienável".

⁷⁶ Adrienne Rich (2010, p.21) foi quem cunhou a expressão *Heterossexualidade Compulsória* quando afirma que é a via por meio da qual "a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível..." A autora argumenta que a experiência de muitas mulheres lésbicas "tem sido esmagada, invalidada, forçada a se esconder ou recobrir" (Rich, 2010, p.22) socialmente e mesmo invisibilizada até mesmo na produção acadêmica feminista.

⁷⁷ A sigla DST, na área da saúde, era utilizada para referir-se às Doenças Sexualmente Transmissíveis – depois, passou-se a utilizar a sigla IST: "O Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das

(2018) afirma que o problema não estaria no binarismo ou em combatê-lo, mas em combater algo maior, pois ele seria apenas uma consequência. É preciso combater o que ela chama de *Ideologia da Diferença* (ID). A ID está fundamentada pela Ideologia Naturalista (IN), segundo a qual, citando Kergoat (2010), Cisne (2018) argumenta que “legitima os dois princípios organizadores do trabalho: o da separação e o da hierarquia (Cisne, 2018, p. 103). Sob o viés da ID, estariam marcados papéis separados entre homens e mulheres culturalmente corroborados ao longo dos tempos, o que geraria a Hierarquia de Gênero (HG)⁷⁸.

Segundo essa hierarquia, portanto, a sociedade poderia imprimir às mulheres trabalhos subsidiários, marginalizados, de salários mais baixos, por conta de critérios culturais, preconceituosos e sexistas, de que as mulheres seriam debilitadas fisicamente e teriam instabilidade emocional.

Mulheres militantes, lutadoras, destemidas que lutavam por igualdade de direitos não eram a imagem que a sociedade fazia delas, eram “estranhas”, “desviantes”. A luta feminina acompanhou – e possivelmente ainda acompanha – o *antifeminismo*. O sentimento de medo ante o comportamento das feministas, nas palavras de Perrot (2017), vinha da recusa delas de seguirem sua “vocação” materna natural, já que a mulher emancipada gerava desconforto. Os advogados do antifeminismo “veem nessa ameaça do poder feminino o risco de degenerescência da raça e de decadência dos costumes” (Perrot, 2017, p. 165-166).

A ciência positivista contribuiu com a visão social deturpada da mulher. Uma das visões discutidas por Rago (2018) era de Augusto Comte, que dizia que “a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza” (Rago, 2018, p. 592). Tanto a medicina quanto a biologia acabavam por consolidar as ideias sobre as diferenças entre os sexos e a condição “menos evoluída” das mulheres frente aos homens e sua propensão “natural” à maternidade e ao espaço privado.

IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passa a usar a nomenclatura “IST” (infecções sexualmente transmissíveis) no lugar de “DST” (doenças sexualmente transmissíveis). A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016, publicado no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, p. 03 a 17” (Brasil, 2016b, p. 1).

⁷⁸ De acordo com Saffioti (2009, p. 13), o patriarcado “apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, trazendo também, em seu bojo, uma contradição de interesses”. A autora afirma que a Hierarquia de Gênero foi trazida à discussão pelas feministas francesas Combes e Haicault (1987), em seu texto “Produção e reprodução, relações sociais de gênero e classe”, no livro “O sexo do trabalho”.

O que muitos denominam de “preconceito”, Saffioti (2015) chama de “violência”, além de discorrer sobre alguns dos fatores da violência urbana e rural, a saber: o desemprego, os cartéis criminosos, as drogas e o álcool, dentre outras. A autora chama a atenção para a *violência doméstica* contra as mulheres e parte primeiramente do conceito de violência que ela chama de *ruptura* de quaisquer formas de integridade de uma vítima, quer seja *física, psíquica, sexual* ou *moral*.

Saffioti (2015) analisa que, mesmo estando situadas fora do que seria palpável, as violências morais e psíquicas podem ocasionar danos concretos, a exemplo da tortura psicológica, do cárcere privado, cujos efeitos podem ser tão danosos a ponto de serem mensurados, como o suicídio, ou atos criminosos que a vítima venha a cometer, incluindo a crueldade com animais.

As maiores vítimas de violência sexual doméstica, como o abuso incestuoso, partem da ideia difundida na sociedade de que a mulher seria o que Saffioti (2015) chama de “caça” e o homem, portanto, o “caçador”. Ela, pois, estaria sempre à “espera do “ataque” do caçador (Saffioti, 2015, p. 28). Do ponto de vista da nossa sociedade machista e patriarcal, a mulher que se precipita como “desinibida” ou “caçadora” não é vista, de forma geral, com bons olhos, já que não se espera dela a iniciativa. De acordo com a autora, “os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina” (Saffioti, 2015, p. 28).

Justificam-se as violências, segundo Saffioti (2015), além do gênero, a raça e a condição social, já que, para a autora, “o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (Saffioti, 2000, p. 20). Mas, segundo a autora, esse poder masculino exercido muitas vezes através da força traz, na obscuridade, uma certa inveja das mulheres.

No fundo, os homens sabem que o organismo feminino é mais diferenciado que o masculino, mais forte, embora tendo menor força física, capaz de suportar até mesmo as violências por eles perpetradas. Não ignoram a capacidade das mulheres de suportar sofrimentos de ordem psicológica, de modo invejável. Talvez por estas razões tenham necessidade de mostrar sua “superioridade”, denotando, assim, sua inferioridade (Saffioti, 2015, p. 35).

Não encontrando formas de justificar sua suposta superioridade a partir da ciência, que é refutada cada dia mais, os homens tentam exercer sua superioridade a partir da força física e de diversas formas de violência contra as mulheres.

As mulheres, que são as maiores vítimas do desemprego e de feminicídios diante da sociedade misógina, machista e patriarcal, encontram, na Economia Solidária, uma possibilidade de sobrevivência, já que, em muitos empreendimentos, elas são maioria (Hillenkamp, 2017; Nobre, 2003b; Guérin, 2005) e são a parcela maior da Economia Informal, além das que são responsabilizadas socialmente pelos trabalhos do cuidado. Mundim (2010) afirma que o advento das mulheres no mundo do trabalho capitalista, patriarcal e sexista, ao mesmo tempo que “traz elementos que favorecem o avanço do processo de emancipação feminina, ocasiona, também, uma precarização da força de trabalho, trazendo prejuízos maiores para a mulher trabalhadora” (Mundim, 2010, p. 41-42). Tal situação, porém, pode ser minimizada quando as mulheres se organizam em movimentos sociais. De acordo com Sales (2007, p. 442), a participação social “incentiva as mulheres mais atuantes a romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político”.

A partir do envolvimento em movimentos sociais as mulheres se sentem fortalecidas e começam a produzir seus processos de reação à submissão, passam a reconhecer que possuem um determinado capital específico suficiente para formar um grupo de produção, ter uma renda. Depois de experimentar uma atividade produtiva rentável, as mulheres não são as mesmas, já não se sentem tão prisioneiras, estão mais abertas às multiplicidades do mundo, sonham com liberdade e, assim, contagiam outras mulheres, afetando e sendo afetadas por esses desejos (Sales, 2007, p. 442).

Embora a participação de mulheres em EES seja viés de certa emancipação, principalmente de ordem econômica, Mundim (2010) constatou em sua pesquisa sobre grupos de economia solidária no Assentamento Rural das Pastorinhas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁷⁹ em Brumadinho (MG) que, apesar de elas serem líderes de alguns grupos produtivos, a comercialização de seus produtos era feita por homens, “ficando as mulheres com a responsabilidade de colher e embalar os produtos” (Mundim, 2010, p. 71).

Hillenkamp (2017), que estuda as raízes do associativismo operário e camponês europeu na primeira metade do século XIX, critica a perspectiva histórica focada nas experiências masculinas dentro do sindicalismo e do cooperativismo de

⁷⁹ O MST é um movimento social que existe desde 1984 e tem como principais objetivos a realização da reforma agrária e a democratização do acesso à terra no Brasil.

produção e afirma que houve uma Divisão Sexual do Trabalho no advento do capitalismo, no qual aos homens era ofertado emprego remunerado enquanto as mulheres ficavam “no trabalho invisível, familiar, comunitário ou nas cooperativas de consumo” (Hillenkamp, 2017, p. 54). Para a autora, embora estejam ambos tentando sobreviver na Economia Solidária, homens e mulheres possuem trajetórias e papéis sociais diversos.

A violência de gênero alcança as mulheres em todas as instâncias sociais. Movimentos sociais de mulheres foram importantes para demarcar que havia algumas demandas específicas femininas. No Brasil, com o Movimento de Trabalhadoras Rurais e, na Bolívia, com o Movimento de Trabalhadoras Campesinas, através de organizações autônomas, temas como educação, luta contra a violência e saúde, a partir da década de 1980, com apoio do movimento sindical, foram difundidos (Hillenkamp, 2017). A perspectiva pós-colonial e decolonial favoreceu o advento de “novos movimentos de mulheres populares e uma recomposição de alianças dentro do feminismo e da economia popular e solidária” (Hillenkamp, 2017, p. 55).

Um exemplo desses movimentos de mulheres é o Movimento de Agroecologia Feminista que questiona o paradigma da Agricultura Familiar, segundo o qual as políticas ditas de gênero promovem a “aceitação despolitizada e cega das desigualdades intrafamiliares” (Hillenkamp, 2017, p. 56). Na Bolívia, as mulheres indígenas se posicionam na arena política do país e, no Equador, até as mulheres de classe média se aproximam de organizações femininas populares, contribuindo para a produção, o autoconsumo solidário e a defesa da biodiversidade. As mulheres da economia solidária feminista hão de trabalhar na luta em seus empreendimentos também no sentido de “criar condições, ideológicas e materiais, para que a solidariedade entre as mulheres possa atuar como um fator de emancipação e não de autoexploração” (Hillenkamp, 2017, p. 56).

A justificativa cultural para a hierarquia de gênero é discutida por Cisne (2018), a qual acredita que ela tenha o viés de estar a serviço das classes dominantes, não é isolada das lutas históricas das classes sociais explicadas por Marx. A autora afirma que é através da cultura que se produzem as ideologias e a ideologia dominante patriarcal-racista-capitalista: “penetra na consciência dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz” (Cisne, 2018, p. 105). Nesse sentido, existe uma grande dificuldade de combater essa forma de agir e pensar em sociedade, de propor uma atitude transformadora. No que

diz respeito às mulheres, “é essa alienação que faz com que mulheres naturalizem e reproduzam sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato ou mesmo biológico” (Cisne, 2018, p. 105).

A autora ainda traz o exemplo de subalternidade das mulheres relativo à escravidão, associada a uma forte ideologia patriarcal, visto que as mulheres foram as primeiras a sofrer com o escravismo. Cisne (2018) afirma que, apesar de muitas mulheres permanecerem na passividade, pois lhes pesa tal carga ideológica, outras tantas “resistiram e resistem à naturalização da subordinação feminina” (Cisne, 2018, p. 106).

Retomando a ideia de Ideologia da Diferença (ID) e de Ideologia Naturalista (IN), a autora afirma ser necessária a *desnaturalização sexual* para o entendimento da subordinação feminina de forma crítica. Nesse sentido, compreendo que a sociedade nos leva a uma heterossexualidade compulsória e reforça o racismo, o machismo/sexismo e a homofobia. Tais processos naturalizados socialmente aprisionam as mulheres em uma biologia determinista e que Cisne (2018) denomina de um *ser* e *agir* feminino (e masculino) que são *imposições* sociais e que devem ser problematizados e desnaturalizados.

Gurgel (2011) afirma que, para lutar contra a alienação trazida por uma ideologia patriarcal sexista, as mulheres devem ir em busca de sua autodesignação, da sua própria emancipação e de sua liberdade. Já Cisne (2018, p. 108) assevera que “nenhum ser humano dotado de consciência da sua condição social gosta de ser vítima de violência, de ser explorado e submisso”. Faz-se necessário retirar os véus do sistema de exploração, desmascará-lo e confrontá-lo, ir de encontro ao que Guillaumin (2005) chama de *coisificação*, *naturalização* do ser mulher.

Guillaumin (2003, 2005) utiliza o termo *sexagem* para designar a condição de exploração das mulheres “Uma parcela inteira, que corresponde a cerca de metade da população – ou seja, as mulheres – não sofre apenas o monopólio de sua força de trabalho, mas também uma relação de apropriação física direta”⁸⁰ (Guillaumin, 2003, p. 180, tradução minha).

Nas relações de sexagem, as expressões particulares dessa relação de apropriação (a do grupo de mulheres como um todo, a do corpo

⁸⁰ “A whole class, which makes up about half of the population— that is, women—does not suffer just the monopoly of its labour power, but also a relationship of direct, physical appropriation”.

material individual de cada mulher) são: a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) obrigação sexual; d) a carga física dos membros menos válidos do grupo (incapacitados pela idade – bebês, crianças, idosos – ou doentes e deficientes), bem como dos membros válidos do sexo masculino (Guillaumin, 2005, p. 26, tradução minha).

Segundo Guillaumin (2005), a apropriação do *tempo* se dá de diversas formas para as mulheres. Uma dessas formas é o casamento, em que o trabalho de esposa não tem contrato, não tem horário fixo, não tem carga mínima de trabalho. Nesse aspecto, à medida que se considera o homem como chefe de família, o trabalho se estende às demais mulheres: avós, mães, irmãs, filhas, tias. Para a autora, “a apropriação geral da parcela de mulheres que implica que seu tempo (seu trabalho) está disponível sem contrapartida contratual”⁸¹ (Guillaumin, 2005, p. 27, tradução minha). Espera-se de todas as mulheres que elas façam a organização e a limpeza da casa, cuidem das crianças, que façam a comida, que atendam ao telefone, que costurem e que “ouçam as divagações metafísicas e profissionais dos homens”⁸² (Guillaumin, 2003, p. 182, tradução minha).

Guillaumin (2005) afirma que, além do tempo aos homens, é dada a propriedade do corpo – ou dos produtos do corpo – feminino. “o corpo individual material das mulheres pertence, tanto que fabrica (os filhos) como em suas partes divisíveis (os cabelos, o leite...), a alguém diferente dela mesma”⁸³ (Guillaumin, 2005, p. 29, tradução minha).

Vinculado ao corpo está a *obrigação sexual*, que, de acordo com a autora, “o direito de uns corresponde ao dever de outros”⁸⁴ (Guillaumin, 2005, p. 29, tradução minha). O uso “físico” ou sexual das mulheres está atrelado aos laços do matrimônio. Diferentemente da prostituição, cujo uso sexual corresponde a uma contrapartida financeira, no casamento, a mulher – e somente ela – tem as obrigações matrimoniais de ter relações sexuais com seu marido, proprietário de seu corpo. O não cumprimento desse pressuposto pode ocasionar a “anulação” do casamento ou, no caso do sexo fora do casamento, o “divórcio” – diferentemente da atitude de um homem, porque se

⁸¹ “La apropiación general de la clase de las mujeres que implica que su tiempo (su trabajo) está disponible sin contrapartida contractual”.

⁸² “to listen to the metaphysical and professional ramblings of men”.

⁸³ “El cuerpo individual material de las mujeres pertenece, tanto en lo que fabrica (los hijos) como en sus partes divisibles (los cabellos, la leche...), a alguien diferente a ella misma”.

⁸⁴ “al derecho de los unos corresponde el deber de los otros”.

“um homem recorre à prostituição não é adultério e de modo algum lhe causa divórcio”⁸⁵ (Guillaumin, 2005, p. 31, tradução minha). Guillaumin (2005) afirma ainda que a mulher é “possuída” pelo homem e que o contrário não ocorre, porque o homem detém o poder sobre seu próprio corpo e sobre o corpo dela. A palavra “adultério” adquire uma conotação de que um objeto – o corpo feminino – foi “adulterado” e que não existe prostituição de homens *para* as mulheres, e sim de mulheres *para* os homens, já que elas não detêm a propriedade do próprio corpo.

A autora afirma que cabe às mulheres os *cuidados com outros seres humanos*: “o cuidado corporal, material e eventualmente afetivo do conjunto dos atores sociais”⁸⁶ (Guillaumin, 2005, p. 35, tradução minha). As tarefas do cuidado são atribuídas às mulheres em todas as esferas sociais. Guillaumin (2005) afirma que esta é uma apropriação física direta, como, por exemplo, “a instituição religiosa absorve mulheres que ela designa gratuitamente para este trabalho em hospícios, orfanatos e diversos asilos e casas”⁸⁷ (Guillaumin, 2005, p. 36, tradução minha). De modo algum, os homens da igreja realizam os trabalhos de cuidado. Para a autora, as mulheres são vistas de maneira geral tanto como putas quanto como religiosas.

Elas são o ápice da feminilidade, tanto quanto as prostitutas (e talvez até mais), que são outro aspecto (ainda que aparentemente situado em um plano diferente porque estas são “pagas”¹³) da relação específica da sexagem. De fato, o abominável senso comum popular, esse poço inesgotável de hipocrisia conformista, assim a considera, já que só imagina as mulheres como freiras ou prostitutas. São as figuras alegóricas de uma relação social que é cotidiana e que as une. A carga física e a carga sexual, de que se trata aqui, estão de fato no centro das relações sexuais⁸⁸ (Guillaumin, 2005, p. 36, tradução minha).

Para a autora, as mulheres necessitam tomar de volta o poder de si mesmas, recuperar de volta nossa materialidade – não apenas mentalmente. A autora afirma que “recuperar a posse de nós mesmas implica que toda a nossa classe recupere a

⁸⁵ “un hombre recurra a la prostitución no es adulterio y no es en modo alguno causa de divorcio”.

⁸⁶ “el cuidado corporal, material y eventualmente afectivo del conjunto de los actores sociales”.

⁸⁷ “la institución religiosa absorbe mujeres que ella asigna “gratuitamente” a este trabajo en los hospicios, orfanatos y diversos asilos y casas”.

⁸⁸ “Ellas son el colmo de la feminidad, tanto como las prostitutas (y tal vez aún más), que son otro aspecto (aunque aparentemente situadas en un nivel diferente porque éstas últimas son “pagadas”) de la relación específica de sexaje. De hecho, el abominable sentido común popular, aquél inagotable pozo de hipocresía conformista, así lo considera, puesto que no imagina a las mujeres sino como religiosa o puta. Ellas son las figuras alegóricas de una relación social que es cotidiana y que las une. La carga física y la carga sexual, de las que se trata aquí, están efectivamente en el centro de las relaciones de sexo”.

posse de si mesma, social e materialmente”⁸⁹ (Guillaumin, 2003, p. 187, tradução minha).

Segundo Cisne (2018), as mulheres vão “sendo apropriadas não apenas no que diz respeito à sua força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e a sua vida” (Cisne, 2018, p. 110). Tal sexagem denota, segundo a autora, a apropriação material concreta do corpo feminino, de sua individualidade.

Intelectuais e antropólogos diversos fazem uma projeção clássica, atribuindo às sociedades exóticas ou arcaicas a realidade da redução das mulheres ao estado de objeto apropriado e convertido em peça de intercâmbio. Porque é unicamente por conta destas sociedades que se fala *stricto sensu* de *intercâmbio* de mulheres, quer dizer, do grau absoluto da apropriação, aquele no qual o objeto não é somente “apropriado”, mas sim *converte-se no equivalente a qualquer outro objeto*. No nível ao que o objeto passa do *status* de *adquirido* (*pecus*, primeiro significado) ao *status* de moeda (*pecus*, significado derivado)⁹⁰ (Guillaumin, 2005, p. 22, tradução minha).

D’Alessandro (2018) afirma que as mulheres recebem menos que homens, mesmo desempenhando o mesmo trabalho, e essa situação remonta há mais de um século, não tendo previsão para se resolver tão cedo. Os fatores para esta situação são inúmeros, para além das questões de gênero. A autora chama isto de *brecha de gênero*. A autora afirma que apesar de as mulheres na época atual estudarem mais e terem pé de igualdade com os homens no que diz respeito às qualidades técnicas e currículo, a chave para entender que elas ganham menos está no fato de que “elas tendem a escolher carreiras mais mal pagas”⁹¹ (D’Alessandro, 2018, p. 32, tradução minha).

De acordo com Marçal (2017), a partir de meados de 1950, a perspectiva econômica clássica – que sempre pautou suas análises no *homo æconomicus* como modelo de indivíduo a ser considerado como *produtivo* – passou a considerar em suas análises as atividades das mulheres como importantes para a economia, a partir das

⁸⁹ “To regain the ownership of ourselves implies that our entire class regain the ownership of itself, socially and materially”.

⁹⁰ “Intelectuales y antropólogos diversos realizan una proyección clásica, atribuyendo a las sociedades exóticas o arcaicas la realidad de la reducción de las mujeres al estado de objeto apropiado y convertido en pieza de intercambio. Porque es únicamente respecto a estas sociedades que se habla *stricto sensu* de intercambio de mujeres, es decir, del grado absoluto de la apropiación, aquel en que el objeto es no solamente “apoderado”, sino que se convierte en el equivalente de cualquier otro objeto. El nivel en que el objeto pasa del *status* de ganado (*pecus*, primer significado) al *status* de moneda (*pecus*, significado derivado)”.

⁹¹ “ellas tienden a elegir carreras peor pagadas”.

ideias do economista Gary Becker. “Com os outros pesquisadores de Chicago, Gary Becker começou a incluir fenômenos como trabalho doméstico, discriminação e vida familiar nos modelos econômicos” (Marçal, 2017, p. 38).

Todo mundo era como o homem econômico, garantia Becker e, portanto, a lógica econômica era tudo de que precisávamos para entender o mundo. Tudo era economia. E a disciplina da economia devia, portanto, se expandir em uma teoria sobre o mundo todo. (Marçal, 2017, p. 39-40).

A figura 7 mostra as principais diferenças entre o *homo æconomicus* e o que Perivier (2023) denomina de *femina æconomica*:

Figura 7 – Comparação entre o *homo æconomicus* e a *femina æconomica*.

	Homo Æconomicus ➤ Ganha-pão; ➤ Modelo; ➤ Sedutor; ➤ Trabalha para obter lucros; ➤ Satisfação pessoal; ➤ Racional, objetivo; ➤ Superação; ➤ Previsível (estatístico); ➤ Egoísta; ➤ Trabalho remunerado; ➤ Função socialmente reconhecida; ➤ Solitário; ➤ Mercado; ➤ Nunca é uma mulher.	Femina Æconomica ➤ Ganha-migalhas; ➤ Mãe, esposa; ➤ Sexualizada; ➤ Doa-se pela eficiência familiar; ➤ Satisfação familiar; ➤ Emocional; ➤ Submissão; ➤ Economicamente irrelevante; ➤ Altruísta; ➤ Tarefas domésticas (não remuneradas); ➤ Realiza <i>a mais</i> para ser reconhecida; ➤ Cuidadora (família); ➤ Natureza; ➤ Quer ser o Homo Æconomicus.	

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Marçal (2017) e Perivier (2023)⁹².

De acordo com Marçal (2017), a figura econômica clássica, segundo a qual toda a análise econômica é pautada, é a do indivíduo chamado *homo æconomicus*. O mundo é feito para satisfazer às necessidades deste indivíduo considerado como ideal e a ser seguido por todos. Como observa-se na figura 7, ele é egoísta, tenta alcançar seus objetivos a todo custo para satisfazer-se pessoalmente e obter lucros e a sociedade deve deixá-lo totalmente livre para fazer suas escolhas. Às mulheres ficam as funções de dona de casa, mãe, cuidadora, dentre outras, e, a partir de suas atitudes

⁹² Imagens de domínio público. Para o *homo æconomicus*, pesquisei a imagem *businessman* (empresário) – Fonte: https://stockcake.com/i/businessman-morning-commute_91503_1618 – e para a *femina æconomica*, busquei *busy woman* (mulher ocupada) – Fonte: https://stockcake.com/i/busy-kitchen-moment_909240_957336.

emocionais e altruístas, elas devem fazer tudo em prol dos outros, em prol da família e suas atividades – como se encaixam no ideal da emoção e do amor, devem fazer sem custos ao Capital. A mulher deve trabalhar sem receber recursos financeiros e o homem deve prover a família de acordo com o ideal econômico ainda vigente (Marçal, 2017).

Como as atividades femininas são realizadas de forma altruística e de forma amorosa, elas não deveriam ser remuneradas. Retomando as ideias dos economistas de Chicago, Marçal (2017, p. 40) afirma que eles “foram os primeiros a levar as mulheres a sério como parte da economia”. No entanto, o método que eles utilizaram justificou preconceitos e consolidou ainda mais a ideia de Divisão Sexual do Trabalho e dos salários mais baixos para as mulheres. De acordo com Marçal (2017):

Se as mulheres ganhavam menos, devia ser porque mereciam ganhar menos, racionalizaram. O mundo era um lugar racional, e o mercado sempre estava certo – se o mercado decidiu que as mulheres devem ganhar menos, deve ser isso que elas merecem. A tarefa dos economistas era simplesmente explicar por que a avaliação do mercado, mesmo nesse caso, estava correta.

Os salários mais baixos das mulheres eram resultado de elas serem menos produtivas, concluíram os economistas. Elas não eram preguiçosas nem menos talentosas, mas simplesmente não era racional que uma mulher fizesse o mesmo esforço no trabalho que um homem. Afinal, ela tiraria uma licença por alguns anos para dar à luz. Não havia motivo para estudar mais ou tentar tanto. Assim, as mulheres investiam menos em suas carreiras e, portanto, ganhavam menos (Marçal, 2017, p. 41).

Marçal (2017) afirma que, mesmo sendo refutada pela realidade tal análise de Becker, se tornou muito influente. Muitas mulheres tinham as mesmas instruções que os homens e mesmas capacidades, mas ainda assim ganhavam menos. O pensamento econômico à época era de que “Mulheres que trabalham simplesmente passam mais horas de seu tempo livre no trabalho doméstico, e isso é mais cansativo do que estar de folga. Eis a razão, segundo Becker, de se pagar menos às mulheres” (Marçal, 2017, p. 43). Na sua análise, Becker entendeu que as mulheres iriam estar mais cansadas e, portanto, se esforçariam menos no trabalho. Assim, deveriam ser pagas com salários menores. “Ao mesmo tempo, os economistas afirmavam o oposto – que o motivo pelo qual as mulheres faziam mais trabalhos domésticos era porque elas ganhavam menos” (Marçal, 2017, p. 43). Haja vista a dada situação, para os

economistas de Chicago, as mulheres deveriam ficar em casa para que a família não tivesse nenhuma *perda*.

Avançando historicamente para os dias atuais veremos que mesmo no Brasil a situação de desigualdades salariais entre homens e mulheres permanece e ainda há um longo caminho para alcançarmos a equiparação salarial. Os ventos da mudança, no entanto, já podem ser sentidos. Em 2023, foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1085/23, que prevê a igualdade salarial entre homens e mulheres no Brasil. Foram 325 votos favoráveis e 36 contrários ao parecer final de Jack Rocha (PT/ES). O projeto prevê fiscalização, aplicação de multas pelo descumprimento e toda empresa com mais de 100 empregados deverá apresentar relatórios trazendo a transparência salarial e remuneratória⁹³. Este é um importante passo na busca pela igualdade salarial das mulheres no país, mas será que trará igualdade? Acredito que a situação pode servir da mesma forma de motivo principal para que as empresas contratem menos mulheres, em vez de aplicar a equiparação salarial.

Ao longo desta seção, discuti as ideias de Singer (2022), que critica a sociedade capitalista e as injustiças criadas por ela, além dos sentimentos de competição e individualismo. Ademais, na economia solidária, haveria de se ter uma intervenção estatal para equalizar as oportunidades para aqueles que mais necessitam. As definições de emancipação, vistas na seção 2.1, e os entraves à emancipação de mulheres foram lembrados nesta seção. Argumentei também sobre as questões de gênero que afetam a vida das mulheres, trazendo os seguintes pontos: a discussão sobre o homem padrão BBVAh (branco burguês varão adulto heterossexual), de Orozco (2022); o binarismo de gênero, por Cisne (2018); a invisibilização das mulheres (Perez, 2022); a Heterossexualidade Compulsória (HC), de Rich (2010); a Divisão Sexual do Trabalho (DST) e da Ideologia da Diferença (ID), discutidas por Cisne (2018), bem como a Ideologia Naturalista (IN), segundo Kergoat (2010); e a Hierarquia de Gênero (HG), de acordo com Saffioti (2009).

Depois, discuti a luta feminista e o antifeminismo através de Perrot (2017); a visão social da mulher e a questão biológica com Rago (2018); e a violência física, psíquica, sexual ou moral sofrida pelas mulheres com Saffioti (2015). Trouxe ainda a perspectiva de Hillenkamp (2017), Nobre (2003b), Guérin (2005) sobre as mulheres

⁹³ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/958487-camara-aprova-projeto-que-preve-salarios-iguais-para-homens-e-mulheres>. A Lei 14.611 foi sancionada e foi publicada no dia 03/07/2023 (Brasil, 2023b).

procurarem a ES como alternativa ao desemprego, à invisibilização e à violência, embora as questões de gênero atravessem os espaços de ES da mesma forma. Hillenkamp (2017) fala ainda do movimento organizado de mulheres como Movimento de Trabalhadoras Rurais e o Movimento de Agroecologia Feminista na Bolívia, na busca por emancipação.

Finalizamos a seção com Guillaumin (2003, 2005), que discutiu *sexagem*, algo que levou à exploração e à escravidão de mulheres e a objetificação de seus corpos. Cisne (2018) figurou na perspectiva da apropriação dos corpos femininos. D'Alessandro (2018), por sua vez, falou da disparidade salarial entre homens e mulheres. Por fim, trouxe Marçal (2017) para falar do *homo æconomicus*, em oposição a *femina æconomica*.

De acordo com Bonumá (2015, p. 89), as mulheres adentram a economia solidária “a partir da sua experiência no trabalho doméstico e reprodutivo, quase que numa extensão do mesmo, num verdadeiro esforço de sobrevivência”. A autora também afirma que “as mulheres entram na economia a partir de seus saberes e de suas práticas historicamente realizadas desde seu lugar de mulher na sociedade, e daí se estendem para a comunidade e para a economia” (Bonumá, 2015, p. 86).

Dubeux *et al.* (2012) busca responder à pergunta: *por que as mulheres têm protagonismo na economia solidária?* Em seu texto, ela constata que, primeiramente, a resposta “tem a ver com a participação da mulher no mundo do trabalho e sua identificação histórica com o trabalho reprodutivo não reconhecido socialmente” (Dubeux *et al.*, 2012, p. 57). A autora justifica que, a partir das ideias da Economia Feminista – que problematiza a vida privada, os trabalhos do cuidado e a invisibilização das mulheres –, as mulheres buscam na ES certo reconhecimento familiar de que seu trabalho *doméstico/reprodutivo* seja considerado *trabalho*. Essas mulheres, ao adentrarem a ES, “fortalecem a presença do cuidado, vinculado geralmente à esfera reprodutiva, o que cria e fortalece novos horizontes para o trabalho” (Dubeux *et al.*, 2012, p. 57). Sendo assim, para a autora, elas encontram na ES um reconhecimento que intrafamiliarmente não possuem: nem com os maridos ou companheiros, nem com seus filhos.

A elaboração cotidiana de novos significados pelas mulheres fortalece a compreensão de que o trabalho, enquanto esfera de apropriação e transformação do mundo e das relações sociais, precisa compreender valores diversos. Dessa forma, a *solidariedade*, a *autogestão*, a

cooperação e a sustentabilidade se tornam esferas de cuidado coletivo que tornam o trabalho espaço de liberdade, reflexão sobre a vida, engajamento político e educação/formação militante. Estas bases nos permitem pensar, ainda de forma bastante inicial, que o fortalecimento da participação das mulheres na elaboração do trabalho na economia solidária suscita novas compreensões e práticas para a construção de um projeto político de ruptura com o atual modelo hegemônico capitalista (Dubeux et al., 2012, p. 57, grifos da autora).

A autora, ao investigar mulheres de grupos de ES nordestinos, percebe que muitas delas sentem “a necessidade de um trabalho que afirme um movimento de contínuo diálogo entre seus vários mundos de trabalhos” e, em alguns casos, algumas dessas mulheres estão vulnerabilizadas em *solidão* e *isolamento*, realizando em seus lares muitas atividades *repetitivas* e *exaustivas* e “encontram no trabalho coletivo as condições para recuperar sua autoestima e confiança e assim enfrentar a violência doméstica com suas diversas faces” (Dubeux et al., 2012, p. 58).

Outro aspecto apontado pela autora é o da migração masculina em algumas regiões do Nordeste brasileiro, o que faz com que os homens consigam atividades temporárias (na agricultura, por exemplo) e suas mulheres assumam a manutenção das atividades na ausência deles. Para estas mulheres, o trabalho serve de *resgate do lugar público* e de suas *vozes*, invisibilizadas socialmente. Em alguns casos, o trabalho torna-se um processo curativo de enfrentamento à depressão e “outras doenças associadas à competitividade, ao individualismo e à imposição de padrões culturais de organização da vida e do tempo”, serve de plataforma para que essas mulheres tenham *espaço na comunidade* e sejam preservados “os laços culturais e sociais” (Dubeux et al., 2012, p. 58). A autora afirma ainda que o trabalho, além de servir como complemento à renda familiar, torna-se importante como forma de autonomia e liberdade para essas mulheres, permitindo o *bem-viver*.

O bem-viver exige que cuidem solidariamente umas das outras construindo uma alternativa de trabalho capaz de vida digna; que cuidem da natureza que lhes fornece matéria-prima; e que cuidem dos homens e filhas e filhos envolvendo-os na produção. Ou seja, uma ação que busca praticar uma economia que interage com as diversas dimensões da vida simbólica e material (Dubeux et al., 2012, p. 59).

A autora afirma que existem mais experiências em ES no meio rural, relacionadas, por exemplo, à agroecologia. Desta forma, é importante o aspecto ambiental no que diz respeito à *sustentabilidade de nossas riquezas naturais*, dentre

elas a água. As iniciativas dos EES que existem no meio rural, sobretudo no Nordeste brasileiro, constituem-se em um projeto de *resistência* à agroindústria e, nos litorais, à indústria pesqueira. Muitos desses EES nascem da expulsão de famílias pobres de suas moradias para a construção de barragens, hidrelétricas e instalações de indústrias pesqueiras que deixam sem casas ribeirinhos e pessoas de comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas.

Sendo assim, apesar das dificuldades, creio que as mulheres encontram na Economia Solidária, e sobretudo na Economia Solidária Feminista, uma alternativa na busca por sua *emancipação* e um modo de resistir ao capitalismo neoliberal. Nesse aspecto, uma forma de contribuir com a emancipação feminina, na perspectiva desta tese, é através das práticas pedagógicas da economia solidária. A próxima seção busca discutir a ES enquanto pedagogia e traz o trabalho como princípio educativo, como um de seus princípios fundantes.

2.5 A Economia Solidária como pedagogia e o trabalho como princípio educativo.

De acordo com Vilaça e Dubeux (2018), a intenção de construir um projeto educativo para a Economia Solidária se deu desde o início da organização, enquanto movimento social e político, através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), em 2003, no Fórum Social Mundial (FSM). Entre 2005 e 2007, aconteceram as primeiras oficinas nacionais para *formação/educação em economia solidária*, na busca pela construção de referenciais teóricos que ajudassem no processo educativo e na organização dos trabalhadores(as) solidários(as)⁹⁴. Desses eventos, foram estipulados cinco princípios da educação em economia solidária:

- 1) A solidariedade como princípio ontológico do processo educativo;
 - 2) A educação como trabalho, responsável por promover construções coletivas de conhecimento;
 - 3) O fortalecimento da relação com o meio ambiente e o reconhecimento das subjetividades;
 - 4) A criação de um espírito investigativo coletivo; e
 - 5) A articulação dos processos de educação e formação em redes.
- Assim, estabelecia-se também a necessidade de uma prática educativa estruturada em uma *cultura, participação e metodologia autogestionárias* (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 61, grifos das autoras).

⁹⁴ Documentos disponíveis em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3629_en.html (I Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária); <https://fbes.org.br/download/relatorio-ii-oficina-final-pdf/> (II Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária).

De acordo com as autoras, é na *IV Plenária Nacional de Economia Solidária*⁹⁵ que foi apresentado o conceito de *Pedagogia da Autogestão*. As autoras conceituam a pedagogia como ciência que estuda o fenômeno social, estuda “o que se ensina, como, para que e para quem se ensina” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 64). Ela reúne conhecimentos teóricos e práticos, analisa a educação, a escola, “tudo que se estuda e se aprende tem repercussão na vida social, econômica e política de uma dada sociedade” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 64).

De acordo com as autoras, a autogestão na economia solidária vai buscar “superar as diferenças entre os tipos de trabalho, compartilhar as decisões administrativas e políticas da atividade econômica, reconhecer e problematizar as falas e saberes dentro dos grupos” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 66). Diante dos aprendizados gerados, os(as) trabalhadores(as) devem aprender novos valores e *desaprender* algumas práticas hegemônicas, difundidas na sociedade capitalista neoliberal (machismo, homofobia, racismo entre outros). Os(As) trabalhadores(as) vão trabalhar na busca pelo que Coraggio (2004) denominou de *Reprodução Ampliada da Vida*, que:

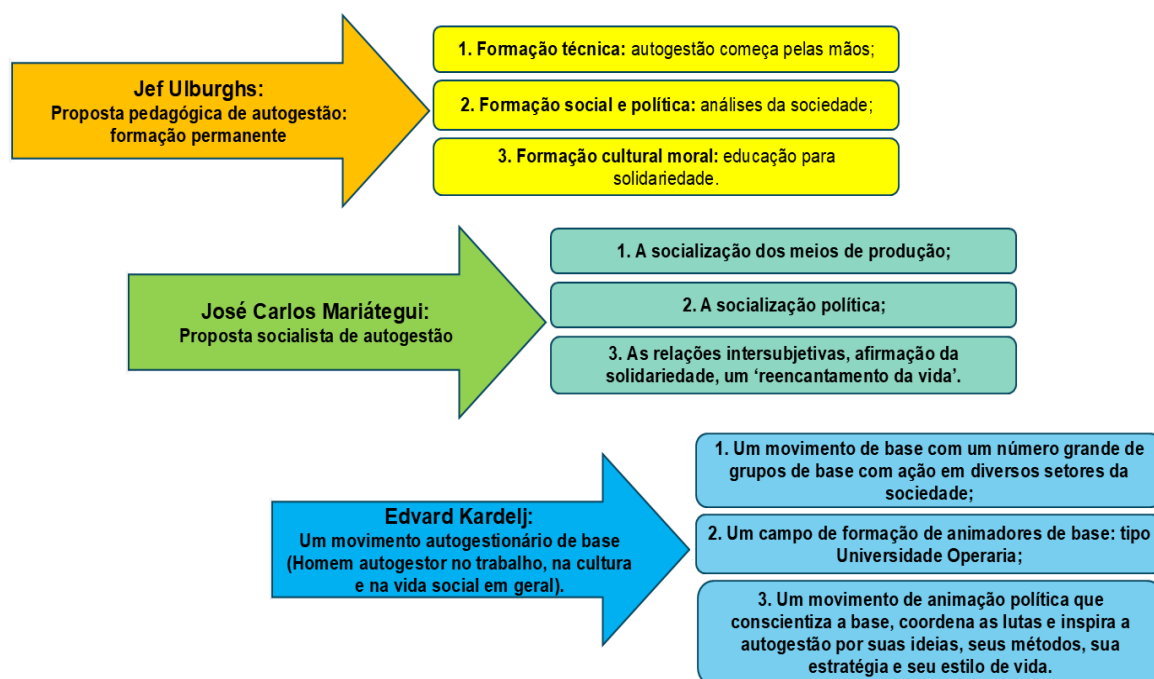
envolveria as ações de resistência e reconstrução do econômico em diversas frentes, desde as atividades de trabalho desenvolvidas no âmbito da habitação, da comunidade e das iniciativas econômicas formais ou informais, até as organizações de trocas e de comercialização, as redes de organização popular e os movimentos reivindicatórios (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 67).

Vilaça e Dubeux (2018) afirmam que o processo de ensino-aprendizagem se baseia numa formação humanística participativa; na superação da educação tecnicista; na construção coletiva de conhecimentos e valorização dos saberes dos(das) trabalhadores(as) e de suas singularidades e identidades; na construção de metodologias lúdicas e que estimulem a arte, a espiritualidade, o cuidado, o diálogo; na reconstrução de situações vividas, modificando concepções de mundo dos trabalhadores(as)-aprendentes; no reconhecimento mútuo; na avaliação e autoavaliação processual; e, por fim, no papel mediador e facilitador dos docentes através do diálogo (Vilaça; Dubeux, 2018).

⁹⁵ O evento aconteceu na cidade de Luziânia, Goiás, em 2012, e participaram cerca de 600 pessoas de todos os estados da federação (Nagem; Jesus, 2013).

Nascimento (2020) recupera em seu texto os teóricos pioneiros que discutem o conceito de autogestão, como o belga Jef Ulburghs, o peruano José Carlos Mariátegui e o iugoslavo Edvard Kardelj. A figura 8 resume o que os autores pensam sobre a autogestão.

Figura 8 – Pensadores pioneiros no conceito de autogestão.



Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Nascimento (2020).

De acordo com Nascimento (2020), para que se realize a autogestão Ulburghs afirma que há de se ter uma formação permanente que seja técnica, social e política e uma formação cultural e moral que busque educar para a solidariedade. Mariátegui, por sua vez, defende que haja uma proposta de autogestão de base socialista que partilhe os meios de produção bem como a política e cujas relações intersubjetivas possam propiciar um reencantamento da vida por meio da solidariedade. Kardelj propõe um movimento autogestionário cujos atores possam ser autogestores no trabalho, na cultura e na vida social, formados em uma Universidade Operária com um forte movimento de conscientização política que coordene lutas e dissemine as ideias de autogestão, seus métodos, estratégias e estilos de vida.

Para Nascimento (2020), a autogestão se caracteriza como um *princípio* e não uma *regra* que se autodetermina. Embasado em diversos autores, ele afirma que ela se trata de uma experimentação. Com base ainda nas ideias do francês Daniel Mothé,

Nascimento (2020) afirma que esta experimentação é um procedimento próprio inerente ao funcionamento autogestionário cujos “procedimentos experimentais nas empresas consistem em pôr em movimento temporariamente novas organizações, novas técnicas, novas divisões de tarefas, novas relações interpessoais” (Nascimento, 2020, p. 18). Através de ensaios e erros, segundo ele, poderia ser estabelecido o diálogo entre os atores e os efeitos concretos poderiam ser observados.

Tiriba (2024a) acredita que processos educativos por si só não conseguem transformar a economia solidária nem a sociedade, tampouco a metodologia pode garantir os objetivos educativos. Para a autora, nós, educadores, precisamos “refletir os referenciais teórico-metodológicos que fundamentam nossa prática cotidiana, os quais são de ordem política, econômica, filosófica, sociológica... e epistemológica” (Tiriba, 2024a, p. 258).

Tiriba (2024a) salienta que não se deve confundir a pedagogia aplicada aos empreendimentos de economia solidária àquela utilizada pelo capital e cita os exemplos da *educação para a empregabilidade, empreendedorismo* e do *(falso)cooperativismo*.

De acordo com Singer (2005), é na prática do trabalho cooperativo que o aprendizado se dará efetivamente com *reciprocidade* – na ajuda mútua e nas decisões coletivas –, algo que deve emergir de forma espontânea. É nessa troca que as pessoas desenvolvem afeição e se tornam felizes. *Competir* e *cooperar* são inclinações naturais dos seres humanos, induzidas pelo meio no qual vivem. Quem nasce nos ideais capitalistas, acredita que uns *lideram* e outros *obedecem* (lhe são subordinados), havendo na *meritocracia* o progresso social. Todavia, se alguém aprende a competir, pode aprender a cooperar. Os que vêm de ideais da economia solidária aprendem que a desigualdade socioeconômica nada tem de natural e é através da educação que uns diferem dos outros, mas ninguém é superior. Tal desigualdade é ruim e só pode ser combatida com a solidariedade (Singer, 2005).

A Pedagogia da Economia Solidária (PES) vai levar trabalhadores(as) a *dirigir* e *gerir coletivamente*, quando, antes, só sabiam obedecer. Para isso, devem ser *ensinados* a realizar tais tarefas. Nas empresas recuperadas, a *autogestão* pode ser ensinada em duas frentes: por trabalhadores(as) mais experientes da economia solidária, que trariam as *regras internas de funcionamento*, e por especialistas da área de administração, que iriam dar conta das *regras de relacionamento com o mercado* (Singer, 2005).

Na visão de Singer (2005), os EES se tornariam mais “competitivos” frente às empresas capitalistas, o que parece um contrassenso, mas essa “competição” iria se referir aos *clientes, fornecedores, fiscais*, entre outros. Neste caso, a visão é de que as empresas solidárias estariam dentro da sociedade capitalista e, apesar de defender ideais contra-hegemônicos, não teriam condições de sustentar-se sem *competir*, eis o *dilema*: desenvolver aprendizado de *solidariedade interna* e *competir externamente* no mercado.

Singer (2005) discute mais dois pontos importantes: acessibilidade dos materiais de estudos aos(às) trabalhadores(as), no que se refere a uma linguagem que todos possam entender. Outra dificuldade apontada é a *tecnologia inadequada* (ou ultrapassada) nos empreendimentos ou a *descapitalização* que torna o ensino deficitário. O ensino só é efetivo se houver uma “conexão entre seus fundamentos teóricos e sua aplicação prática” (Singer, 2005, p. 19).

Já Gadotti (2009), acredita que a Pedagogia da Economia Solidária é a construção de valores, cultura no coletivo e na prática. O autor propõe a Economia Solidária enquanto *práxis pedagógica*. Nesse sentido, a PES deve buscar uma *educação para a cooperação* (formação para gestão cooperativa); *ajuda mútua* enquanto *princípio pedagógico*; *formação política*; *cultura solidária*; *educação estética* (formação para a sensibilidade); *respeito e valorização da diversidade cultural*; *emancipação e empoderamento*; *educação popular*; *valorização dos saberes populares*; *dialogicidade*; *consumo responsável*; *política de inclusão*; *educação não-formal e inclusiva*; *sustentabilidade*; *desenvolvimento sustentável*; *metodologia participativa e autogestionária*; *pedagogia da alternância*; *formação socioprofissional*; *sistematização prática*.

Gadotti (2009) afirma que a economia solidária busca um novo projeto de sociedade, que vai trazer novos valores e uma proposta educativa da Educação Popular de caráter “participativo, contestatório, alternativo e alterativo” (Gadotti, 2009, p. 23). Há de se ter uma educação para a cooperação, solidariedade, reciprocidade, primando pelo diálogo e igualdade de condições e na relação entre os(as) trabalhadores(as). É também uma proposta de formação política e de luta pela democracia participativa, através dos diversos fóruns de economia solidária, o que o autor chama de *cooperativismo revolucionário ou solidário*. Nesse sentido, o autor defende a formação de uma *cultura solidária*, amparada nos ideais do socialismo, que forme os(as) trabalhadores(as) para uma transformação na sociedade. Tudo isso

através da educação que busque a dialogicidade, o respeito e a valorização de todos; uma educação para a sensibilidade estética, numa perspectiva da diversidade das pessoas, de modo que seja importante a formação de redes e troca de saberes entre trabalhadores(as).

A Economia Solidária enquanto *ato pedagógico* se dá com docentes e discentes, com suas experiências, aprendendo mutuamente, cada qual com seus saberes – teóricos e práticos –, gerando um mútuo aprendizado, pois a única forma de aprender é na prática, na solidariedade. Trata-se de práticas políticas que são as armas da classe trabalhadora, dos mais pobres e vulnerabilizados, na busca pelo sucesso dos EES, cuja solidariedade é *prática cotidiana, luta e necessidade* e este ato pedagógico coletivo é indispensável (Singer, 2005).

Vilaça e Dubeux (2018), da mesma forma que Gadotti (2009), acreditam que a solidariedade é o *princípio ontológico do trabalho* na ES. Este princípio defende a luta contra o individualismo, a competição e a educação cooperativa que prima pela troca de saberes, valorizado os diferentes conhecimentos nos diferentes lugares. Nessa perspectiva, a Educação Popular se configura em um modelo que foi feito originalmente por países latino-americanos, primando pela educação libertadora, não autoritária, que une teoria e prática (Vilaça; Dubeux, 2018).

Na Educação Popular, valorizam-se os saberes populares e o lugar da oralidade para preservar identidades dos(das) trabalhadores(as) através de processos educativos que sejam pautados em experiências locais. Algumas das experiências mostradas por Vilaça e Dubeux (2018), de metodologias pedagógicas utilizadas em sua pesquisa, foram: a *provocação pedagógica*; a *mediação*; a *desconstrução e construção*; e, por fim, as *sínteses*. Tais práticas pedagógicas utilizam temas problematizadores, mediados pelas educadoras cujos conhecimentos são construídos e desconstruídos e geram a elaboração de sínteses feitas ao longo do percurso (Vilaça; Dubeux, 2018)⁹⁶. Com vistas a compreender as diferenças entre a Educação Não Formal, a Educação Formal, a Educação Informal e a Educação Popular, observemos a figura abaixo.

⁹⁶ O capítulo discute a realização dos cursos regionais pelo CFES-NE. Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária do Nordeste (CFES-NE) é um dos projetos da Política Pública de Educação da Política Nacional de Economia Solidária, desde 2009. É fruto das conquistas da ação política e pública realizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

Figura 9 – Tipos de educação.

	Educação Não Formal	Educação Formal	Educação Informal	Educação Popular
CARACTERÍSTICAS	Aprendizagem política; capacitação para o trabalho; solução de problemas da comunidade; compreensão (leitura) do mundo; educação pela mídia (sobretudo eletrônica); é intencional; participação do educando é optativa; Não se organiza por séries, idades, conteúdos.	Ambientes normatizados; regras e padrões comportamentais definidos previamente; conteúdos desconexos com a realidade dos alunos; requer tempo; organização curricular; disciplinamento; regulamentos e leis; órgãos superiores; tem caráter metódico; é intencional; participação obrigatória até os 17 anos; divide-se por idade e classe de conhecimento.	Aprendizagem durante o processo de socialização com valores e culturas próprias; pertencimento e sentimentos herdados; socializa os indivíduos; atua no campo das emoções e sentimentos; desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem; não é intencional; há participação não obrigatória através da família e comunidade; Não é organizada; é um processo permanente.	Uma concepção de (nacionalista e democrática) que valoriza as culturas populares e sua capacidade criativa; produção pedagógica latino-americana relacionada a Paulo Freire (1950); círculos de cultura e (movimento de cultura popular/nordeste do Brasil); fenômeno socio cultural carregado de militância e utopia; possui uma "causa", é intencional; participação optativa e não violenta (diálogo); Organiza-se em círculos de cultura e palavras problematizadoras que geram diálogo.
METODOLOGIAS	Compartilhamento de experiências; problematização da vida cotidiana; Conteúdos: das necessidades, carências, desafios, obstáculos; construídos no processo.	Diversificadas; planejadas previamente segundo conteúdos prescritos nas leis; várias modalidades, temas e problemas; sistematização sequencial das atividades; conteúdos formais previamente demarcados.	Método básico: a vivência e a reprodução do conhecido; da experiência segundo os modos e as formas como foram apreendidas e codificadas. Conhecimentos: não sistematizados; repassados a partir das práticas e experiência anteriores, (o passado orientando o presente).	Centralidade do diálogo; da reflexão à prática (<i>práxis</i>) que é contraditória (disputas de interesses/ poder); multiplicidade de práticas e propostas teórico-metodológicas; intencionalidade transformadora. Mediações pedagógicas através da interação/conflito (condições objetivas); problematização e diálogo crítico.
EDUCADOR/A	Agentes mediadores: educadores, assessores, facilitadores, monitores, referências, apoios, mediadores e não há hierarquia entre educador e educandos.	Pessoal Especializado: professor/a; instrutores; há hierarquia entre educador/a e educando/a.	Agentes educadores: familiares; amigos; vizinhos; colegas de escola; igrejas e templos; meios de comunicação de massa; dependendo da relação existe hierarquia (pessoas mais velhas, pais).	Educador-aprendiz e educando-educador; não há hierarquia entre eles (o aprendizado ocorre a partir dos saberes do educando).
ESPAÇOS EDUCATIVOS	Territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos (comunidades)	Local Específico: escolas; instituições regulamentadas por lei; certificadoras; organizadas segundo diretrizes nacionais.	Demarcados por: nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, ou seja, casa, rua, bairro ou condomínio; clube; igreja ou local de culto; etc. (ambientes espontâneos).	Escolas populares; movimentos e projetos sociais populares; pastorais sociais; Organizações Não Governamentais (ONGs); associações; sindicatos.
OBJETIVOS E FINALIDADES	Leitura do mundo; observar os interesses e as necessidades dos educandos; formação política e sociocultural; construção da identidade coletiva, autoestima, empoderamento (capital social), solidariedade; identificação de interesses comuns. Educação para: cidadania; justiça social; direitos humanos, sociais, políticos, culturais; liberdade; igualdade; democracia; cultura. Educação contra: discriminação.	Ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados, normatizados por leis; formar o indivíduo como um cidadão ativo; desenvolver habilidades, competências, criatividade, percepção e motricidade.	Orientar: para vida e convivência em sociedade; comportamentos, hábitos, atitudes e modos de pensar para convivência em família e em sociedade; desenvolver como se expressar (linguagem); ensinar valores, crenças de grupos que se frequenta (herança cultural).	Transformação: da realidade opressora, do mundo; libertação; construção da autonomia dos oprimidos; educadores e educandos devem aprender a ler a realidade (compreensão do mundo criticamente) para escrever sua história; formação política dos educandos. Popular: superar as relações de domínio, opressão, discriminação, exploração, desigualdade e exclusão. Dois grandes correntes: a de dimensão prática e política (de inspiração marxista) e a pedagógica.
RESULTADOS	Agir com civilidade, oposta à barbárie, ao egoísmo e ao individualismo. Formação: consciência; identidade; para a vida; autoestima; autovvalorização; interpretação do mundo. Valorização das diferenças: raciais, étnicas, religiosas, culturais. Combate: aos preconceitos; às discriminações.	Aprendizagem efetiva (nem sempre ocorre); certificação e titulação que capacitam os indivíduos a seguir para graus mais avançados.	Não são esperados, acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, (formas de pensar e agir); espera-se que os indivíduos aprendam a conviver em sociedade.	A <i>práxis</i> constitui-se em um fenômeno dialético vinculado à (re)produção social, como produto e produtora da sociedade, ela é transformadora desta. Emancipação dos subalternizados: politizar as práticas educativas (intencionalidade transformadora); <i>pedagogizar</i> a política por uma ação organizada (movimentos sociais populares) através da potencialização das suas mediações pedagógicas.
DESAFIOS	Formação de educadores; metodologias adequadas; processo avaliativo adequado; acompanhamento de egressos; estudos sobre autoaprendizagens e produção de dados estatísticos e indicadores.	Desenvolver metodologias, conteúdos, materiais didáticos que envolvam a vida cotidiana dos alunos; realizar uma formação não de apenas de competências e habilidades para o mercado, mas preparar para a vida.	A depender das crenças e valores defendidos (família, amigos etc.) podem ser disseminados valores antidemocráticos, racistas dentre outros que dificultem a convivência com as diversidades.	Nessa tensão histórica entre as duas ênfases, pode-se apontar uma possível unidade dialética entre o político e o pedagógico como algo constitutivo da identidade da educação popular, tendo como horizonte a emancipação dos setores subalternos da sociedade.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Gohn (2006, 2009); Ferrarini e Adams (2015); Holliday (2006).

Como observa-se na figura 9, a *Educação Não Formal* se dá quando agentes mediadores capacitam aprendentes (ou educandos) no que diz respeito à formação

política para resolução de problemas da comunidade (suas necessidades e anseios); os conteúdos são construídos no processo e o objetivo é a formação cidadã, política e social dos aprendizes, bem como pode acompanhar uma capacitação profissional. Os indivíduos aprendem sobre temas relacionados à cidadania, direitos humanos, questões sociais e a não disseminarem preconceitos, combatendo a discriminação por raça, gênero, classe, dentre outras. Alguns de seus desafios estão na formação dos educadores, na construção de dados estatísticos e nas metodologias e avaliações.

A *Educação Formal* que nós já conhecemos bem é aquela que obedece às regras e leis específicas; é obrigatória aos indivíduos menores de 18 anos; é sistematizada; acontece em ambientes institucionalizados, como escolas ou outras instituições autorizadas; possui diversidade de metodologias e o agente educador está na figura do/a professor/a; visa à aprendizagem que nem sempre ocorre e carece de conteúdos – na maioria das vezes – que façam parte do cotidiano de vida dos estudantes.

A *Educação Informal*, por sua vez, é aquela atribuída à família e aos ambientes de socialização, como igrejas, clubes, dentre outros. Este tipo de educação não é obrigatória, necessariamente, mas espontânea, ocorre mesmo sem que percebamos. É a educação que advém dos processos históricos das sociedades cuja cultura passa de pais para filhos/as e que – a depender de suas crenças, valores – pode ser fator de melhor ou pior sociabilidade de crianças e jovens em outros ciclos culturais. Este tipo de educação é a primeira a qual temos acesso e é sempre reformulada à medida que temos contato com a Educação Formal e mais ainda quando ascendemos níveis de ensino e mudamos de cidade ou país, por exemplo.

Por fim, a Educação Popular é aquela que tem como mais promissor ícone o professor Paulo Freire (1921-1997). Este tipo de educação visa à transformação do mundo ao redor dos indivíduos oprimidos e visa à libertação deles através de práticas de diálogo, círculos de cultura e problematização nos momentos educativos. Pode ocorrer em escolas populares, sindicatos, ONGs, associações. Ela busca promover nos educandos a capacidade de leitura crítica do mundo na busca por superar as relações de dominação, opressão, discriminação, desigualdade às quais os educandos estão inseridos socialmente. Esta educação busca a emancipação dos educandos. Por esta razão, acredito que é a proposta educativa mais adequada a ser realizada dentro de grupos ou empreendimentos de economia solidária.

Ferrarini e Adams (2015) afirmam que para a ES o trabalho é *libertação* e *autonomia*. Tais experiências que utilizam a *autogestão* e o *trabalho associado* fazem com que a economia solidária e a educação popular convirjam e complementem-se. Os autores ressaltam que “a educação popular encontrou na economia solidária um novo e peculiar espaço de potencialização do trabalho como princípio educativo para a vida e para a cidadania” (Ferrarini; Adams, 2015, p. 214) e, devido à autogestão e ao trabalho associado que buscam a emancipação desses trabalhadores, “não poderia se coadunar com concepções educativas tradicionais e verticalizadas, encontrando ressonância e respostas nos métodos e ações da educação popular” (Ferrarini; Adams, 2015, p. 214). Uma das práticas pedagógicas que há de contribuir para que se tenha uma educação popular real será a prática da autogestão.

Vilaça e Dubeux (2018) afirmam que a *Pedagogia da Autogestão* traz a visão coletiva de construção dos processos de ensino-aprendizagem. Dessa maneira, os temas emergem principalmente das demandas e necessidades nos educandos (trabalhadores/as solidários/as), motivo pelo qual se busca “exercitar e aprofundar a construção de autonomia na organização desses processos” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 75). O ensino formal, escolarizado, traz a *narrativa de poder dominante* que dissemina valores “capitalistas, patriarcais, racistas, heteronormativos e religiosos” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 75), algo que, na Educação Popular, é confrontado pela voz dos subalternizados, que trazem suas próprias experiências de vida. Tal pedagogia também se relaciona aos *cuidados* com o próximo e com a natureza, gerando sentimentos de empatia e agradecimento necessários para a construção do bem-viver (Vilaça; Dubeux, 2018).

Outra questão apontada pelas autoras é a importância da *sistematização*, que se trata de um desafio, pois necessita que sejam elaboradas análises e sínteses (Vilaça; Dubeux, 2018). A sistematização do conhecimento da ES se dá a partir das experiências dos EES e das Redes. Outro aspecto importante é o da avaliação, que busca “garantir um permanente compromisso com a observação e a análise das finalidades e dos objetivos previstos em um processo educativo” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 85). Tal processo deve primar pela participação de todos e permitir que as decisões sejam coletivas e amadurecidas, e, para tanto, o processo avaliativo é essencial: “Não se trata de um momento para identificar erros e acertos, mas de apropriação coletiva do processo vivido” (Vilaça; Dubeux, 2018, p. 85).

A Pedagogia da Autogestão se insere dentro da proposta das pedagogias críticas atuais. Busca formar a consciência crítica das pessoas para transformarem sua realidade. Além disso, busca, através da participação dos educandos-trabalhadores(as), transformar a realidade de seus empreendimentos e suas relações com a comunidade e o território (Vilaça; Dubeux, 2018).

Os princípios da Pedagogia da Autogestão são: a *formação da autoconsciência dos trabalhadores(as)*; o combate ao *capitalismo* em todos os seus aspectos; o desenvolvimento de valores de *justiça, solidariedade, liberdade*, entre outras; e, por fim, o combate ao *colonialismo*, ao *neoliberalismo*, ao *racismo* e todas as formas de discriminação e opressão (Vilaça; Dubeux, 2018).

Tiriba (2024a) trabalha o conceito de *Pedagogia da Produção Associada*, contrária à proposta de educação capitalista. Trata-se de um:

campo teórico-prático que visa o estudo e a concretização dos processos educativos que têm como objeto de pesquisa e de ação a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes que contribuem para a formação humana omnilateral e para emancipação dos trabalhadores associados na produção (Tiriba, 2024a, p. 260).

A Pedagogia da Produção Associada traz o *popular* para a economia e a educação. Para realizar a *Reprodução ampliada da vida* (e não do capital), os(as) trabalhadores(as) necessitam da solidariedade e de associar-se à sociedade em uma perspectiva marxista que defende que os produtores sejam “livremente associados na produção, na qual a produção associada é sua unidade básica” (Tiriba, 2024a, p. 262). Essa perspectiva educativa refere-se à ideia de *Educação Para Jovens e Adultos*, ou seja, pessoas que são excluídas não só do mercado de trabalho, mas da educação formal (Tiriba, 2024a).

Tiriba e Fischer (2024), na perspectiva de uma Pedagogia da Produção Associada, afirmam ser necessário certo distanciamento dos(das) trabalhadores(as) de sua experiência, para que possam desenvolver uma práxis crítica. Tal pedagogia defende outra perspectiva de sociedade: a *sociedade dos produtores livremente associados*. A pesquisa sobre estes temas busca “apreender, acolher e entender os saberes produzidos” (Tiriba; Fischer, 2024, p. 286) e se constitui em um caminho propício para este fim.

Tiriba (2024b) traz os *pressupostos teórico-metodológicos*, os quais a(s) *Pedagogia(s) da Produção Associada (PPA)* defendem que são: o esforço coletivo; o conjunto de ações solidárias e associativas; os *Oikotrabalhadores* (familiares e amigos que estimulam redes solidárias); a economia popular enquanto trabalho de reprodução ampliada da vida; as relações sociais de reciprocidade, cooperação e respeito aos saberes populares; o princípio educativo do trabalho (economia e educação popular); novos valores e comportamentos (conflito capital e trabalho); a realidade humano-social construída na *práxis* (ação/reflexão/ação); os pressupostos filosófico-políticos da cultura do trabalho participativo e solidário; a tecnologia social; o trabalhador polivalente (flexível) versus formação integral do trabalhador; e, por fim, a articulação teoria e prática (Tiriba, 2024b).

A PPA com relação à *articulação em rede e dos saberes* gera trocas de saberes com a comunidade, outros(as) trabalhadores(as), movimentos populares e os diversos fóruns; fortalecimento das trocas de informações, da articulação política, ações conjuntas e expansão coletiva; articulação com a comunidade e sociedade e formação de lideranças políticas locais para atuar local, nacional e internacionalmente; compreensão da unidade econômica, do bairro, do território, da sociedade na busca por novos valores e práticas (Tiriba, 2024b).

Tiriba (2024b) afirma ainda que existe um *projeto educativo e societário* que ampara a PPA, o qual leva em conta: a hegemonia do trabalho sobre o capital com negação da educação *empreendedora*; a centralidade da economia no processo de transformação social; conteúdos da formação como capitalismo e suas ferramentas, diferença entre capitalismo e a economia solidária, história do trabalho (divisão familiar e social) dentre outros; a superação do modo de produção capitalista (trabalho como atividade ontológica versus trabalho como mercadoria capitalista); coletivização de conhecimentos ético-políticos e técnico-produtivos (cultura do trabalho associado e autogestionário, práxis político-pedagógica); e critérios de qualidade na produção, contrários à lógica capitalista com produtos descartáveis, produção contínua e aumento do consumo (Tiriba, 2024b).

Por fim, Tiriba (2024b) afirma que a PPA deve unir a *proposta da Educação básica à formação de trabalhadores/as associados/as na produção*, por conta da exclusão histórica dos(das) trabalhadores(as) ao direito à educação básica, ficando à margem do conhecimento científico, de modo que devem ter esse direito no processo de produção. Deve haver ainda projetos educativos articulados com a escola pública

(educação popular) para os que não tiveram acesso, ou não permaneceram na escola. Não menos importante, deve-se favorecer a apropriação crítica da experiência de trabalho (novas práticas coletivas), com articulação das diversas áreas de conhecimento (formação geral e específica). Buscar uma rede pública de educação (formação integral) e um sistema público de geração de trabalho é também fundamental. Nesse contexto, movimentos populares, criação de redes de produção, comercialização e de socialização e sistematização dos conhecimentos, fortalecimento da economia popular, associativa e autogestionária que possa competir com a economia capitalista devem integrar esse horizonte.

Tiriba e Fischer (2024) afirmam que os *saberes do trabalho associado* são produzidos por trabalhadores(as) (do campo ou da cidade) que estão em três espaços/tempos: *revolucionários; crise (do capital e do trabalho associado); economia e cultura dos povos tradicionais*. O primeiro é feito a partir da crise entre o capital e o trabalho (ou dualidade entre poderes), o que traz rebeliões. Ao segundo inserem-se os movimentos sociais (como o MST), de economia solidária, economia popular e experiências de agroecologia. O terceiro espaço/tempo vem dos indígenas, quilombolas, seringueiros, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais, dentre outros.

Por tratar-se de saberes cuja fonte primeira é a própria vida, os fundamentos teórico-metodológicos desses saberes têm como base material/espiritual as relações que os trabalhadores e as trabalhadoras associados estabelecem com a natureza e entre si, no âmbito da comunidade e por meio da constituição de redes de produção e comercialização, o pressupõe a criação de redes de produção e socialização de conhecimentos (Tiriba; Fischer, 2024, p. 274).

Tais saberes constroem-se na prática do trabalho, na relação entre trabalhadores(as) e natureza, na participação democrática e ainda envolvem “aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade de trabalho e resultam dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social, isto é, da práxis do trabalho associado” (Tiriba; Fischer, 2024, p. 275-276).

São saberes formados a partir das discussões coletivas nos diversos fóruns que compartilham entre trabalhadores(as) suas experiências e tipificam o *princípio educativo do trabalho* “entendido como mediação nas relações que os seres humanos

estabelecem com a natureza e entre si” (Tiriba; Fischer, 2024, p. 276). São saberes oriundos das relações sociais e, de acordo com as autoras, portanto, não são neutros.

De acordo com Oliveira e Frigotto (2023, p. 379) *educar pelo trabalho* busca trazer a noção de educação que forme pessoas “capazes de cuidar da própria vida, de forma emancipada e autônoma”. É uma educação distanciada das desigualdades dos ditames capitalistas neoliberais que contempla a formação de seres humanos de forma abrangente, em sua totalidade. De acordo com esta visão, o trabalho como princípio educativo é a *vida real e lugar de existência humana* (Pistrak, 2000).

Olivera e Frigotto (2023, p. 381, grifos dos autores) afirmam – sobre a formação profissional e tecnológica discutida em seu texto – que ela “implica formar para o trabalho enquanto manifestação de autonomia, emancipação e criação” e o que se pretende não é “formar o *homo faber* ou o *homo aeconomicus*, marcados pela concorrência e competição que minam os vínculos solidários e cooperativos”, mas sim formar indivíduos que possam afirmar socialmente “valores de justiça, de solidariedade, de cooperação e de igualdade”. Tais princípios estão de acordo com o trabalho como princípio educativo defendido por Gramsci (1982)⁹⁷ e por Pistrak (2000).

Tiriba e Fischer (2024) afirmam que esses saberes resultam a práxis econômico-cultural-político-ética dos(das) trabalhadores(as) associados(as) e, junto aos saberes científicos, necessitam de problematização e reconhecimento. Tais saberes implicam “observação, experimentação, análise e interpretação e comprovação” (Tiriba; Fischer, 2024, p. 279-280) e se consolidam com o tempo e a experiência.

As autoras apontam ainda a importância da troca de saberes do trabalho associado em rede e dos benefícios inerentes dessa troca, além da importância da

⁹⁷ De acordo com Monasta (2010, p. , grifo do autor), nos cadernos do cárcere de Antonio Gramsci, especificamente no *Caderno 12*, o autor “propõe uma escola unitária, básica para todos, fundamentada ‘desinteressadamente’ no trabalho moderno (industrial) como **princípio educativo**, seguida de escolas profissionais de ensino superior, teóricas e práticas”. Cruz (2022, p. 17) afirma que a expressão foi “cunhada por Gramsci (2004), para quem o trabalho é um processo de formação que dá sentido à vida e ao mundo de forma a regular organicamente a vida dos homens, respeitado por convenção espontânea e não por imposição, por necessidade como liberdade e não por simples coação” – contrário, neste sentido, ao trabalho alienado e exploratório do capitalismo neoliberal. Gramsci (1982, p. 131) traz o conceito de *trabalho*, que não se realiza “sem um conhecimento exato e realista das leis naturais”; do *fato de o trabalho* ser uma atividade teórico-prática, cujo princípio educativo vem da escola elementar, “já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho”; e, por fim, o do *equilíbrio* entre a ordem social e natural sobre o fundamento do trabalho, que cria uma *intuição* do mundo, “liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo”.

investigação nesta área, adotando “procedimentos de pesquisa que permitam nos aproximar das suas diversas manifestações, que não se resumem à linguagem verbal” – a exemplo das metodologias de *Sistematização de Experiências* que “incorporam, através de diferentes procedimentos, o protagonismo de sujeitos da experiência” (Tiriba; Fischer, 2024, p. 284).

Em relação aos *saberes, ao trabalho associado e trabalho-educação*, Tiriba (2024b) afirma serem importantes: a sistematização dos saberes dos(das) trabalhadores(as) que possibilitam conhecimento e legitimação; a experiência e os saberes populares articulados com o conhecimento universal, socialmente construído; o(a) trabalhador(a) ser sujeito histórico e produtor de saber; o desenvolvimento, nesta troca de saberes (práxis), da concepção de mundo, subjetividade, formas de organização, entre outras pelos próprios trabalhadores e trabalhadoras.

Tiriba (2024b) traz a perspectiva da *autogestão e vida social*. É necessário uma formação *omnilateral* com: autogestão (decisões e vontade coletiva); aprendizado e releitura da ciência moderna; discussões referentes a opressões específicas (gênero, meio ambiente, geração, diversidade sexual), vislumbrando o socialismo; respeito ao gênero, incentivando o protagonismo feminino; sistematização das experiências de trabalho associado e autogestionário, procedendo a análise das relações entre trabalho real e trabalho prescrito; verificação se o trabalho (associado e autogestionário) é economicamente viável e emancipador (métodos e técnicas diferentes da lógica empresarial capitalista), respeitando a participação de todos com uma prática educativa e reflexão teórica.

Amparada nas ideias de Demerval Saviani (2007), Machado (2023) explica que as escolas devem tornar a relação entre trabalho e ensino explícita, e, para que isto ocorra, ela deve envolver o domínio teórico e prático dos processos produtivos. Para Saviani (2007), esta seria a função primordial das escolas de nível médio, que teriam a função ainda de “recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho” (Saviani, 2007, p. 160). A tarefa de desenvolvimento do trabalho como princípio educativo, que é proposta da economia solidária, através da autogestão, solidariedade, respeito à natureza, reconhecimento das identidades e respeito às diversidades, encontra obstáculos no que diz respeito ao “enorme avanço da automatização do trabalho e com o sentimento de inutilidade e da falta de qualificação pessoal” (Machado, 2023, p. 7).

Através das ideias de Benadav (2020), Marx (2020) e Gramsci (1982; 2004), Machado (2023) afirma que é necessária a luta para que as instituições favoreçam a autonomia dos(das) trabalhadores(as) e que a tecnologia seja usada em prol da emancipação. Para ela, o

olhar sobre a relação trabalho-educação é também um descortinar do trabalho guiado pela educação, o trabalho que ostenta educação, que traz à tona a educação, que encerra educação, que é, enfim, fundamento da educabilidade humana. Da mesma forma, é um dizer da educação feita por meio do trabalho, que está rodeada pelo trabalho e que inspira o trabalho (Machado, 2023, p. 9).

As ideias da Pedagogia da Economia Solidária (Singer, 2005), a economia solidária enquanto Práxis Pedagógica (Gadotti, 2009), a Pedagogia da Autogestão (Vilaça e Dubeux, 2018), a Pedagogia do Trabalho Associado (Tiriba, 2024a, 2024b) e os Saberes do Trabalho Associado (Tiriba e Fischer, 2024), discutidos nas seções anteriores, buscam a ideia de junção entre teoria e prática e tipificam o trabalho como princípio educativo. É na Economia Solidária e no respeito a seus princípios que se pode materializar a ideia do trabalho enquanto princípio educativo, e, para isto, há de se ter democracia, justiça social, solidariedade, igualdade, respeito às diferenças e ao meio ambiente.

Elevar o trabalho a um nível superior requer reclamar a inclusão social, o pleno exercício ativo dos direitos sociais de todos aos quais esses têm sido negados, uma ética do trabalho de dignificação humana, oposta à sua conversão em mercadoria porquanto provido também como momento formativo do sujeito (Machado, 2023, p. 12)

A autora aponta a perspectiva de inclusão social, direitos humanos e atendimento à população vulnerabilizada socialmente e que o trabalho seja forma de dar dignidade humana e que as pessoas se formem a partir do trabalho. Saviani (2022) defende que o trabalho como princípio educativo compreende três significados

De modo geral, podemos considerar que esse conceito compreende três significados: num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem *modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação*. Em um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo

educativo deve preencher, em vista da *participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo*. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a *educação como modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico* (Saviani, 2022, p. 2, grifos meus).

Sob o primeiro significado atribuído ao trabalho, como princípio educativo, por Saviani (2022), acredito que a forma dominante de educação, na perspectiva de educação escolar formal, vai trazer prejuízos à classe trabalhadora, devido estar a serviço dos ditames do mercado e do capital. Mas a educação para a economia solidária tem proposta diversa e contra-hegemônica, portanto, a forma educativa que deve ser privilegiada é a da educação libertadora e revolucionária defendida por Paulo Freire. O segundo significado, que busca colocar a participação direta da sociedade nos meios de produção, pode ser contemplada na ES porque é nesta perspectiva pedagógica que existe a autogestão e a democracia participativa. Através da Sistematização das Experiências na ES, pode-se observar que o currículo é feito de forma coletiva, a partir das demandas dos(das) trabalhadores(as). Isso nos leva ao terceiro significado, que trata do trabalho pedagógico, algo que, na ES, é feito de forma coletiva, entre docentes e trabalhadores(as)-discentes dos empreendimentos de economia solidária, obedecendo aos princípios da educação popular, respeitando as identidades das comunidades, das perspectivas raciais, de gênero, e trazendo, por meio dos(das) trabalhadores(as), temas que eles se interessam e que são inerentes às demandas de seu próprio trabalho.

Como o princípio educativo do trabalho é a participação dos(das) trabalhadores(as) no processo educativo, além da união entre a teoria e a prática cotidiana da produção do trabalho, a Pedagogia da Economia Solidária (da Autogestão e do Trabalho Associado) será uma forma de educar que leve os indivíduos à aprendizagem crítica e reflexiva e compreendam sobre seu trabalho, sua comunidade, a sociedade no geral e passem a refletir criticamente sobre a sociedade capitalistas, sobre as desigualdades, afastando-se das ideias de competição, da meritocracia, do individualismo e dos diversos preconceitos e discriminações que servem ao capital como modo de produção excludente, nefasto à natureza e que gera tantas desigualdades e pobreza.

Esta seção trouxe o projeto educativo da ES através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e do Fórum Social Mundial (FSM), com a

formação/educação em economia solidária e a Pedagogia da Autogestão, sugerida na IV Plenária Nacional de Economia Solidária, com Vilaça e Dubeux (2018). Discuti a Reprodução Ampliada da Vida, denominada por Coraggio (2009), e as ideias sobre a Pedagogia da Economia Solidária (Singer, 2005). Além disso, trouxe também os seguintes pontos: a economia solidária enquanto Práxis Pedagógica (Gadotti, 2009); a Pedagogia da Autogestão (Vilaça e Dubeux, 2018); a Pedagogia do Trabalho Associado (Tiriba, 2024a, 2024b) e os Saberes do Trabalho Associado (Tiriba e Fischer, 2024), além da formação humana integral de Tiriba (2024a); a ES enquanto ato pedagógico, por Singer (2005); e ainda a Sistematização das Experiências, na ES, de acordo com Tiriba (2024a, 2024b).

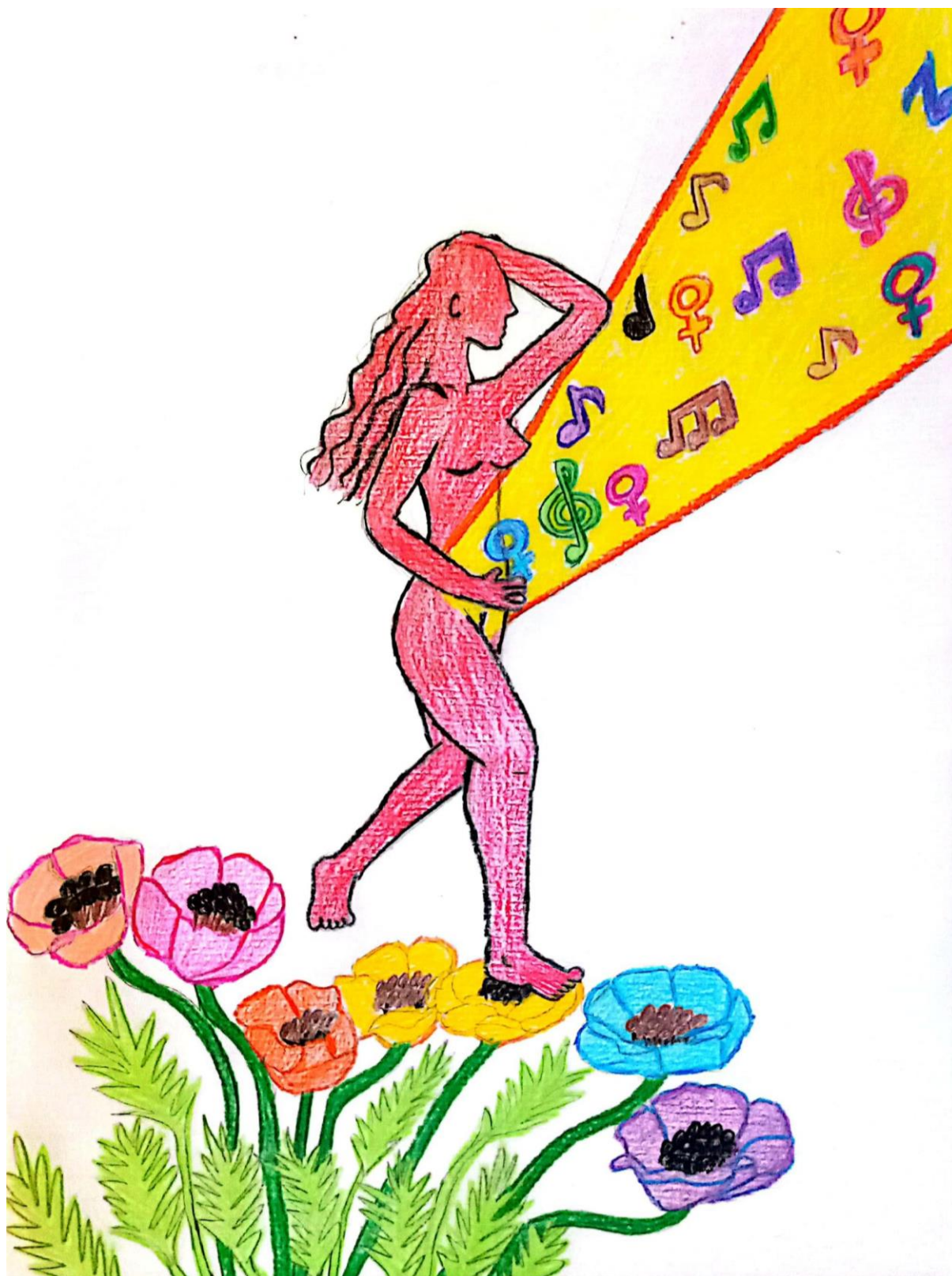
Esta seção discutiu ainda: a solidariedade enquanto princípio ontológico do trabalho, por Vilaça e Dubeux (2018) e Gadotti (2009); e o conceito de Pedagogia da Produção Associada (PPA) e seus pressupostos teórico-metodológicos e saberes próprios, por Tiriba (2024a) e Tiriba e Fischer (2024), demandando um projeto educativo e societário novos. Depois, incluiu a discussão de Machado (2023), que traz as reflexões de Saviani (2020, 2022), Benadav (2020), Marx (2020) e Gramsci (1982; 2004) sobre o trabalho como princípio educativo. A próxima seção vai tratar da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol) e o *campus* Natal Zona Norte, do IFRN, que escolhi.

Retomando a ideia de *diagnóstico* enquanto identificação da causa de um estado ou condição mediante análise de *indícios* ou *sinais* (Priberam, 2024a), pude *diagnosticar* a economia solidária, a economia feminista e as questões de gênero que envolvem as lutas das mulheres na sociedade. Realizei ainda, de acordo com Jaquet (2014), uma *escavação* ou uma *arqueologia* das ideias principais desta investigação, na busca por *singularidades*, comparando sempre à sociedade atual para descobrir aquilo que somos e o que não somos (Jaquet, 2014).

A partir do exame diagnóstico, descobri que houve a *concepção* dessa nova ideia, desse novo pensamento. O diagnóstico foi como um exame de gravidez que deu positivo e irei celebrar a gestação dessa nova vida. De acordo com Vale, Pinheiro e Moura (2022, p. 2), “As mulheres são consideradas como figura central na perpetuação da espécie, uma vez que o seu organismo possui o aparato biológico para a gestação da vida”. Pertence, portanto, às mulheres a capacidade biológica de *gestar* e *procriar* e, histórica e culturalmente, coube a elas a maternidade e difundiu-se a ideia do desejo natural feminino por esta maternidade (Vale, Pinheiro; Moura,

2022).

De acordo com Gilbert (2003), o desenvolvimento de uma nova vida – de um organismo pluricelular – tem-se início a partir de uma única célula, um ovo fertilizado ou *zigoto*. Este zigoto vai se dividir através de um processo chamado de *mitose*, que produz todas as células do corpo. Antes do desenvolvimento do ser, há de se ter um período de *incubação*, que significa, dentre outros significados, tempo que medeia entre o princípio de uma causa e a manifestação dos seus efeitos – e ainda a elaboração ou preparação (Priberam, 2024c). O significado de *incubar* é desenvolver (embrião, ovo, cultura, organismo) ou desenvolver-se de forma lenta e latente até se *manifestar*; ou ainda pensar muito em alguma coisa (*elaborar, premeditar*) (Priberam, 2024b). Uma vida se fez e foi concebida, mas, antes de ela se manifestar, irei passar pelo processo de *pré-incubação*, ou seja, realizar o preparo para receber este novo ser. Antes de discutir a emancipação de mulheres na economia solidária, irei preparar a recepção deste novo conhecimento, discutindo o espaço em que ele se insere: a educação profissional, o *Campus IFRN-ZN*, a região norte da cidade e a IFSol.



Pré-incubação. Desenho em papel vergê A4, 120g, pintura com lápis de cor de madeira.

Cristiane de Brito Cruz, 29/06/2024.

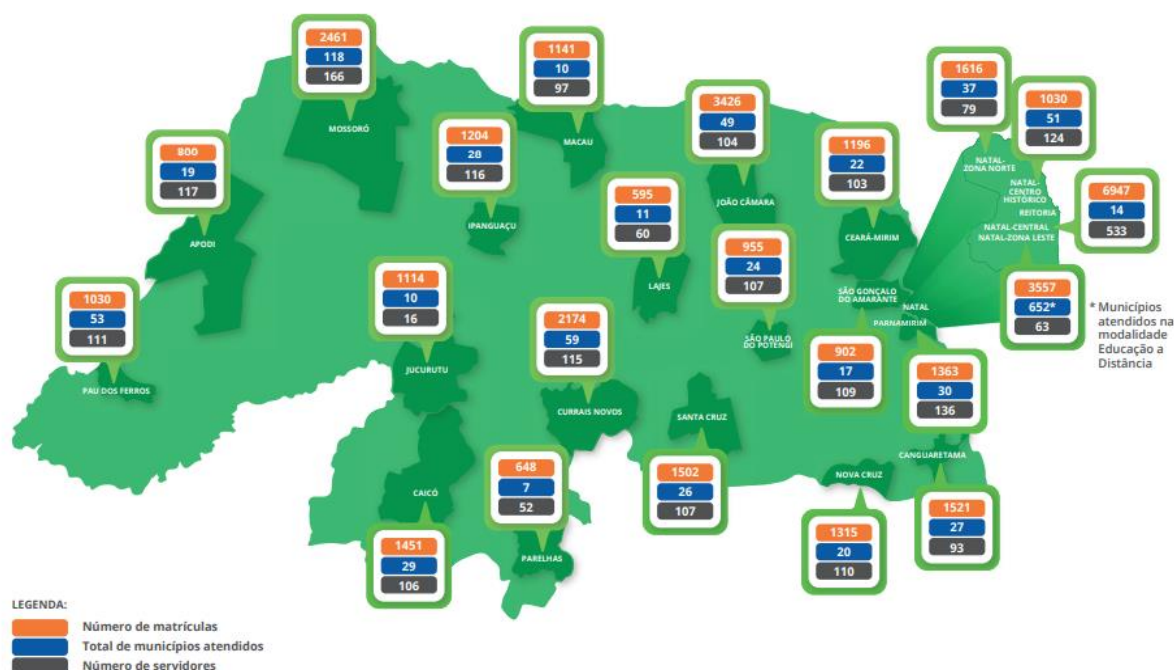
3 PRÉ-INCUBAÇÃO: A IFSol-ZN

A imagem que abre esta seção mostra uma mulher que descobriu estar grávida e sente uma conexão especial com o novo ser. A mulher que está sendo gestada em seu útero já demonstra sua força. A gestante caminha entre flores para demonstrar que está feliz por gerar esta nova vida. Esta seção corresponde ao *desenvolvimento desse feto* incubado no corpo feminino⁹⁸ que gesta uma nova vida – o que corresponde metaforicamente ao meu objeto de estudo no que tange à emancipação de mulheres através das práticas pedagógicas da economia solidária feminista da incubadora IFSol. Denomino “pré-incubação” porque iremos discutir nesta seção o *locus* da pesquisa, que é o *campus* estudado.

Nesta seção, trato do *Campus* Natal Zona Norte, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), e da Incubadora para o fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol) do IFRN-ZN. O IFRN possui 22 *campi* distribuídos em 19 municípios do Rio Grande do Norte, incluindo a capital, que tem 4 *campi*: Natal Central, Natal Zona Norte, Natal Zona Leste e Natal Centro Histórico. Os *campi* estão dispostos geograficamente conforme indicado na figura 10.

⁹⁸ Não tenho a intenção de excluir na minha pesquisa, de forma arbitrária e transfóbica, corpos de pessoas transmasculinas, não binárias, ou outros gêneros que tenham a capacidade biológica de gestar. A perspectiva da pesquisa é de falar de *mulheres* que podem gestar uma nova vida, sendo assim, como estou me referindo às mulheres que gestam, isto exclui ainda mulheres cisgênero que também não podem gestar. Neste caso, não se trata de uma postura transfóbica. A minha intenção é mostrar a perspectiva feminina e a maternidade enquanto processo de empoderamento e emancipação, assim como pôde ser observado em Beauvoir (2019a, 2019b) na seção 2, subseção 2.1.

Figura 10 – Distribuição dos *campi* do IFRN no estado do RN.



Fonte: IFRN (2024b).

O IFRN possui mais de 39 mil alunos matriculados, com índice de permanência e êxito de 77% (IFRN, 2024b, p. 5). Um dos compromissos do IFRN é fazer uma formação integral, que venha a formar cidadãos críticos e reflexivos. O compromisso da instituição é o de proporcionar, por meio da educação profissional técnica e tecnológica de qualidade, transformações sociais, políticas e culturais (IFRN, 2012a). A figura 10 mostra a distribuição dos *campi* do IFRN no estado. Cada *campus* do IFRN não atende apenas ao município no qual está localizado, mas também a uma série de outros municípios no seu entorno ou fora dele. O *Campus* Natal Zona Leste atende a mais de 600 municípios, levando-se em conta que oferta cursos de Educação à Distância, que transcendem os limites geográficos do estado, e o *Campus* Mossoró atende mais de 110 municípios. Todos os *campi* têm mais de 50 servidores, exceto o de Jucurutu, ainda está em construção, que tem apenas 16 servidores, e realizam – além das atividades de ensino – atividades, programas e projetos de pesquisa e extensão tecnológica.

Do total de 22 *campi*, em 2024, 12 possuem um núcleo da IFSol, o que corresponde ao percentual de 54%. A incubadora foi uma iniciativa relativamente recente – iniciada em 2018, completa 6 anos no ano de 2024 – e, durante este período,

houve a pandemia global da doença infectocontagiosa Covid-19, que em 2020 e 2021 interrompeu as atividades presenciais no IFRN no dia 17/03/2020 até início do ano letivo de 2022⁹⁹, portanto, é significativa a presença deste total de núcleos no instituto. A incubadora realizou ações nos *campi*, e de forma sistêmica, mesmo durante a pandemia, a partir da iniciativa de servidores e de estudantes. Uma dessas ações foi a distribuição de cestas-básicas a famílias em situação de vulnerabilidade (IFRN, 2020, p. 1).

Acreditei ser importante investigar quais núcleos da IFSol têm projetos que atendem a empreendimentos econômicos solidários liderados por mulheres, mas optei por realizar o Estudo de Caso com o IFRN Natal Zona Norte, *campus* que constituiu a primeira sede da incubadora IFSol na instituição (IFRN, 2018a) e já tinha certa experiência no atendimento a EES mesmo antes dessa formalização. A ideia de criação da incubadora se deu a partir da “articulação entre servidores que já atuavam e que estavam trabalhando em seus *campi* com esse tema” (IFRN, 2018a, p. 4), sendo o *Campus* Natal Zona Norte – além da primeira sede da incubadora – um dos pioneiros na discussão sobre o tema. Logo, a opção foi priorizá-lo nesta investigação como o *campus* a ser investigado.

A região na qual o IFRN *Campus* Natal Zona Norte está localizado é uma região de inúmeras particularidades. A Região Administrativa da Zona Norte da cidade do Natal é composta por sete bairros: Lagoa Azul, Nossa Senhora da Apresentação, Potengi, Pajuçara, Redinha, Igapó e Salinas. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo – SEMURB – realizou, em 2008 (Natal, 2008a), um mapeamento completo, que traz diversas informações importantes sobre a cidade.

De acordo com Machado e Rocha (2005), a Região Administrativa da Zona Norte de Natal, por suas características e transformações ao longo do tempo, pode se

⁹⁹ Em outubro de 2020 as aulas foram retomadas de forma remota após um período de capacitação feita com servidores e estudantes sobre as mídias educacionais disponibilizadas pela instituição e para utilização de equipamentos. Os estudantes necessitados receberam auxílios financeiros para a compra de notebooks e acesso à internet, bem como foram entregues diversas cestas básicas a alunos em vulnerabilidade com a verba da merenda escolar. As aulas remotas foram realizadas no ano letivo de 2020 e 2021. Em 2022 houve a retomada gradual das atividades presenciais nos *campi* do IFRN a partir das recomendações do Comitê Covid implementado na instituição e regulamentado pela Portaria n.º 510/2020 – RE-IFRN para elaborar o Plano de Contingência do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte para Enfrentamento ao Novo Coronavírus. Uma das recomendações foi que o acesso aos *campi* ocorresse presencialmente apenas para estudantes, técnicos e docentes que tinham recebido as duas doses da vacina de combate à Covid-19. O documento, lançado em junho de 2020, está disponível no link: <https://portal.ifrn.edu.br/ifrn/institucional/covid19/lateral/portarias-e-notas-tecnicas-1/plano-de-contingencia-do-ifrn-para-enfrentamento-ao-novo-coronavirus>.

configurar como um município autônomo. Segundo as autoras, esta transformação fez com que houvesse a “redefinição de suas estruturas físicas e também sociais, descaracterizando-a enquanto espaço secundário e completamente dependente das estruturas centrais da cidade” (Machado; Rocha, 2005, p. 8308).

Machado e Rocha (2005) afirmam que a criação da cidade de Natal remonta à época da colonização brasileira. Em meados de 1580, na época em que os portugueses necessitavam controlar a ocupação espanhola e povoar territórios para combater invasões de espanhóis, holandeses e franceses. Natal foi fundada e foi feita a construção do Forte dos Reis Magos para este tipo de proteção em 25 de dezembro de 1599. Os primeiros bairros criados na cidade foram Cidade Alta, Ribeira, Rocas, Tirol, Petrópolis e Alecrim. Os outros setores da cidade eram cobertos de vegetação nativa e inabitados. Com a Primeira Guerra Mundial, Natal é escolhida para a montagem de uma base dos Estados Unidos em 1939. Esta base é montada na cidade de Parnamirim, que fica a 20km da capital (Machado; Rocha, 2005). De acordo com os autores,

todo este processo acabou por influenciar sobremaneira os hábitos e a cultura natalense, visto que era exatamente na cidade, centro das decisões fundamentais, que os milhares de americanos passaram a viver. O território sofre fortemente essa influência externa, pois o grande aumento demográfico fez surgir unidades habitacionais para atender a nova população, ampliada também pelo êxodo rural. Além disso, Natal passa a receber profundos incentivos à sua vocação turística, visto que suas belezas naturais agora encantavam os estrangeiros. Este outro processo também imprime suas marcas no crescimento e ordenamento da cidade. (Machado; Rocha; 2005, p.8315)

De acordo com os autores, a Zona Norte de Natal era inabitada. No início do século XX, existia apenas dois povoados no local. O mapa abaixo apresenta a divisão da cidade.

Mapa 3 – Divisão administrativa de Natal (RN).

Fonte: Natal (2008a).

A Zona Norte de Natal separa-se das outras regiões da cidade pelo rio Potengi. A região, de acordo com Machado e Rocha (2005) o abandono da região se dava pela dificuldade de acesso – feito através do município de Macaíba ou por barco –. A região da Zona Norte era caracterizada por seu aspecto mais rural enquanto que “do outro lado do rio” havia o crescimento da zona urbana. De acordo com os autores de 1975 até 2005 ocorreu um expressivo crescimento da região, no entanto os autores afirmam que a região assumiu aspectos de uma “periferia ampla” e a cidade foi dividida em novos conjuntos e bairros habitacionais “alguns deles se constituíram *lôcus* de classes mais abastadas, outros passaram a ser destinados às camadas mais populares, numa segregação espacial nítida” (Machado; Rocha, 2005, p.8316).

Segundo Lima, Freire e Ojima (2018, p. 347), em Natal, no que diz respeito a escolas para estudantes de nível médio, existe “uma assimetria espacial entre oferta e demanda de vagas escolares, pois as escolas que disponibilizam maior número de vagas não estão localizadas sempre nos bairros que concentram o maior contingente populacional em idade escolar.” Esta realidade, dentre outros fatores, acaba por dificultar a aprendizagem dos estudantes. Lima, Freire e Ojima (2018) afirmam que são escassos os estudos que relacionam deslocamentos de estudantes para as escolas. Os autores afirmam que:

o decréscimo da população em idade escolar favoreceria a política de universalização do ensino básico, mas sem estudos que analisem a distribuição espacial dos estudantes em paralelo à localização dos equipamentos educacionais essa condição não se materializará em avanço na qualidade da educação (Lima; Freire; Ojima, 2018, p. 348).

Os autores dizem que muitas vezes o deslocamento de estudantes para unidades de ensino mais distantes de seu local de moradia nem sempre estão relacionados à falta de vagas. Algumas vezes, estudantes e responsáveis anseiam por melhor qualidade de ensino e instituições com “bons resultados em sistemas avaliativos” (Lima; Freire; Ojima, 2018, p. 349). Ao analisar algumas pesquisas em países como Estados Unidos, Bélgica, Alemanha, entre outros., os autores acham possível afirmar que “a distância entre a residência e a escola é condição determinante na vida escolar e que os instrumentos de acesso (os meios de transportes) são importantes recursos de conexão entre a residência e escola” (Lima; Freire; Ojima, 2018, p. 349-350).

Segundo a SEMURB (Natal, 2008a), a Zona Norte é a região com população de menores salários. O Rendimento Nominal Médio Mensal por Área Geográfica nos anos 2000, em toda a região, não era maior que 2 salários-mínimos (Natal, 2008a, p. 55), apesar de a região ser a que tem maior quantidade de habitantes, como já afirmaram Carvalho (2019) e Natal (2008a), e como mostra o levantamento feito pela SEMURB da população em 2020, mostrado na tabela 2.

Tabela 2 – População e densidade demográfica de Natal (RN).

Região Administrativa	População em 2020*	Densidade Demográfica
Norte	353.905	60,10
Sul	185.795	40,65
Leste	108.400	67,13
Oeste	242.378	67,78

*Estimativa 2020, conforme a dinâmica da população entre a Contagem Populacional 2007 e o Censo 2010. Fonte: Natal (2021b).

Como pode-se perceber, a Zona Norte é a região de maior população da cidade e de maior densidade demográfica. O levantamento de 2020 não traz nenhum estudo sobre a diferença salarial entre as regiões da cidade, mas compara o Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais em salários-mínimos da capital com outras cidades do estado – Arez, Bom Jesus, Ceará-Mirim, Extremoz, Goianinha, Ielmo Marinho, Macaíba, Maxaranguape, Monte Alegre, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José de Mipibu e Vera Cruz –, mostrando o percentual da população ocupada. Das cidades listadas, nenhuma possui salário médio maior do que a capital, cuja taxa é de 3,1 (Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais), e tem taxa de ocupação da população de 314.728 pessoas trabalhando, o que corresponde a 35,9% da população em idade ativa. O levantamento não traz dados de cidades de médio porte, como Mossoró e Caicó (Natal, 2021b). Fica o questionamento dos motivos da escolha das cidades e do fato de não haver uma comparação entre as regiões administrativas. O fato é que se pode observar a falta, na região Norte, de mais escolas públicas para os jovens que frequentam o Ensino Médio, em idade regular entre 15 e 17 anos, além das poucas alternativas de lazer para esses jovens, que são a maior parte da população na região, segundo Carvalho (2019).

Abordaremos, na subseção 3.1, a Educação Profissional no IFRN, dos compromissos sociais institucionais e da educação profissional no IFRN-ZN, trazendo o histórico do *campus*, a localização na região administrativa de Natal na qual o *campus* está localizado e suas características. Trataremos, na seção 3.2, da Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol): de seu histórico, a quantidade de núcleos por *campus* do IFRN, bem como os

EES atendidos pelo IFRN-ZN e alguns dados iniciais sobre a economia solidária no estado. Na seção 3.3, por sua vez, discutirei os objetivos da IFSol, que fomentam práticas pedagógicas da incubadora.

3.1 Educação Profissional – O IFRN-ZN

Segundo Saviani (2008), uma educação profissional deveria ter como princípio uma formação humana integral centrada na ideia de *politecnia*, que “permita a superação da contradição entre o homem e o trabalho pela tomada de consciência teórica e prática do trabalho como constituinte da essência humana” (Saviani, 2008, p. 234).

Saviani (2003) conceitua *politecnia* como a “superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (Saviani, 2003, p. 136). Para o autor, “os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque, sem conhecimento, eles não podem produzir, e, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital” (Saviani, 2003, p. 137)”. De acordo com o autor, essa configura-se na grande contradição do capitalismo. Para resolver isso, o Capital irá “expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e devolvê-los na forma parcelada” (Saviani, 2003, p. 137), o que significa, ainda de acordo com o autor, que, para o Capital, os(as) trabalhadores(as) devem ter o mínimo de conhecimentos necessários, não devendo ultrapassar esse limite.

Ciavatta (2014) traz a ideia de educação tecnológica como sinônimo de educação politécnica. Retomando outros autores, ela aponta que:

Não vamos nos deter na palavra mais adequada, se é educação politécnica ou educação tecnológica, os dois termos utilizados por Marx. Seu uso foi polemizado por Nosella (2007), trazendo, também, a palavra de Manacorda (1975; 2006), e foi discutido por Saviani (1989; 2003), Marx (1980), a exemplo de um dos poucos textos que deixou sobre a questão, fala nas “escolas politécnicas” e no “ensino tecnológico” e lhe dá o sentido da união estudo e trabalho, do conhecimento e da prática para uma outra sociedade, para a superação da divisão social do trabalho (Ciavatta, 2014, p. 189).

A proposta do IFRN se insere numa prática pedagógica que vai de encontro ao que Freire (2017) chama de Educação Bancária (EB), na qual os indivíduos aprendem

a partir de um professor – e não um educador – que deposita os conhecimentos a alunos passivos, que recebem o conhecimento como se fossem folhas em branco. O autor aponta que uma educação deste tipo não é libertadora. A proposta do IFRN, ao contrário, é de proporcionar uma educação pela qual o professor ensine, mas também aprenda, e o aluno aprenda, mas também ensine ao professor, numa práxis pedagógica de troca de conhecimentos – os acadêmicos e os populares.

O IFRN-ZN está localizado à R. Brusque, n. 2926, no conjunto Santa Catarina, Bairro Potengi, em Natal/RN. A capital do Rio Grande do Norte divide-se em cinco regiões administrativas (zonas): Norte, Sul, Leste e Oeste. A figura 11 mostra a visão aérea do *Campus* Natal Zona Norte.

Figura 11 – Visão aérea do IFRN-ZN.



Fonte: IFRN (2022c).

A figura 11 mostra a visão aérea do IFRN *Campus* Natal Zona Norte que mostra a parte inicial do *campus* com a entrada e a recepção, as placas fotovoltaicas para energia solar, à esquerda o prédio da caixa d'água e na parte superior à esquerda o ginásio de esportes. O *Campus* Natal Zona Norte do IFRN iniciou suas atividades em 2007 e faz parte da 1ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação

Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação, que teve início em meados de 2005 e 2006¹⁰⁰.

Até o ano de 2005, o IFRN contava apenas com 2 unidades de ensino, a sede em Natal e uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) no município de Mossoró. A partir da expansão, foram construídas mais 16 novas unidades nos municípios de Apodi, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Ipanguaçu, João Câmara, Lajes, Macau, Nova Cruz, Parnamirim, Parelhas, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São Gonçalo do Amarante e São Paulo do Potengi. Além destas, foram criadas mais duas unidades no município de Natal, uma situada na Zona Norte da cidade e outra no bairro Cidade Alta (atrelado a este, temos o *campus* avançado das Rocas), bem como o *campus* de Educação à Distância, perfazendo, atualmente, 21 unidades – sem contar a Reitoria, órgão de administração central. Na perspectiva de expansão, em 2019, será implantada mais uma unidade no município de Jucurutu/RN, totalizando, em breve, 22 *campi* (IFRN, 2019a, p. 26, grifos do documento).

O IFRN *Campus* Natal Zona Norte – assim como os demais *campi* da 1ª fase de expansão do instituto – possuía na sua inauguração em 2007 uma estrutura física básica específica para funcionamento que incluía espaços para a gestão, salas de aula, auditório, laboratórios dentre outros espaços. Com o tempo o *campus* recebeu ampliação de seus espaços com a construção de novas instalações: piscinas, quadras esportivas dentre outras ampliações¹⁰¹. De acordo com IFRN (2019a) cada reforma e ampliação dos espaços dos *campi* “deve atender ao quadro de novas ofertas educacionais, bem como priorizar o cumprimento das exigências das avaliações dos cursos realizadas pelo MEC” (IFRN, 2019a, p139). Cada ampliação obedecerá aos objetivos estratégicos e metas do planejamento institucional definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente¹⁰².

¹⁰⁰ “O funcionamento do *Campus* Natal Zona Norte foi autorizado no dia 29 de junho de 2006, integrando a 1ª fase do Plano de Expansão da RFEPCT. No dia 16 de abril de 2007, iniciaram-se as aulas nas atuais dependências do *Campus* Natal Zona Norte do IFRN” (IFRN, 2019a, p. 45).

¹⁰¹ De acordo com Portfólio Institucional – v. 4, n. 4 (2023) – Natal: IFRN-ZN, 2023. Anual. 4. Portfólio Institucional. Periódicos... – em 2023 foram investidos mais de R\$ 244 mil na construção de uma praça, um anfiteatro e vagas de estacionamento na lateral da biblioteca do *campus* e mais de R\$ 431 mil para urbanização, readequação e acessibilidade do parque esportivo do *campus*, que incluiu a construção de uma arena para futebol *society*, uma quadra de vôlei de areia, uma arquibancada bidirecional, a revitalização dos vestiários, novas salas poliesportivas e uma pista para caminhada. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13090/Portfolio_2023_IFRNZN.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

¹⁰² “Para nortear a ampliação e adequação da infraestrutura física, a Reitoria e os *campi* elaborarão, particularmente, seu Plano Diretor de Infraestrutura – PDInfra, que será um documento multidisciplinar, aprovado pela gestão, cujo escopo apresentará orientações e diretrizes quanto ao uso e ocupação do seu espaço físico” (IFRN, 2023a, p.134).

O terreno para a construção foi cedido pela prefeitura do Natal e tem 30.000 m² com pouco mais de 8.100 m² de área construída. O prédio está localizado no Conjunto Santa Catarina, no bairro Potengi (IFRN, 2023b), que se localiza no centro da Zona Norte de Natal.

De acordo com a SEMURB (Natal, 2021b), a região possui 360.122 habitantes em relação ao total de 889.000 da cidade. Segundo Carvalho (2019), “a Região Administrativa Norte representa maior concentração populacional, com 40,50% da população total da cidade de Natal¹⁰³” (Carvalho, 2019, p. 47). Carvalho (2019) mostra ainda que em 2010 a população da Zona Norte era composta por 76,85% de pessoas da faixa etária de 0 a 19 anos e era a região da cidade que possuía a população de renda mais baixa. De acordo com Oliveira (2022),

o *Campus* Natal-Zona Norte do IFRN atua na modalidade de educação presencial e atende a diferentes níveis e modalidades de ensino, dentre os quais: Educação Profissional de Nível Médio integrado e Educação Superior. Os cursos de nível médio integrado são: Informática para Internet, Eletrônica, Informática e Comércio, além desses já citados, tem ainda o Curso Integrado de EJA para comércio e o curso subsequente vinculado a Manutenção e Suporte em Informática. No nível do ensino superior o Instituto conta com a Licenciatura em Informática e Tecnologia em Marketing, somando um total de dez cursos (Oliveira, 2022, p. 79-80).

Segundo o sítio oficial do *campus*, os Cursos Superiores ofertados são de Licenciatura em Informática e Tecnologia em Marketing, e existe ainda o Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Artesã em Bordado (IFRN, 2023c).

A Zona Norte de Natal historicamente tem sido uma região esquecida pelo poder público municipal, até mesmo nos serviços essenciais à população, de acordo com Carvalho (2019). A postura governamental local foi de investir em “outras áreas administrativas que abrigavam a classe dominante da cidade, reforçando a segregação socioespacial como forte marca da formação histórica do território da cidade de Natal” (Carvalho, 2019, p. 86). A presença do IFRN-ZN é uma busca de

¹⁰³ Natal (2021b) traz que a Zona Norte de Natal tinha a estimativa para 2020 de concentrar 39,74% da população, seguida pela Zona Oeste 27,22%, Sul 20,86% e, por fim, a Leste com 12,17%. De acordo com Vasconcelos *et al.* (2020) A região administrativa Norte “abriga 360.122 habitantes, segundo estimativa do IBGE (2017), sendo considerada a maior tanto em *área territorial*, quanto em *número de habitantes*” (Vasconcelos *et al.*, 2020, p. 451, grifos meus). O total de habitantes – de acordo com o último censo do IBGE (2022) – da cidade do Natal era de 751.300 habitantes. O percentual de moradores da Zona Norte corresponderia, portanto, a cerca de 48% da população total. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/panorama>.

mudar essa realidade através da qualidade de ensino socialmente referenciada e da possibilidade de formação técnica, tecnológica, que possibilita aos estudantes uma formação profissional.

Oliveira (2022) afirma que o IFRN traz melhores oportunidades aos jovens e adultos da Zona Norte, realizando, da mesma forma, parcerias com a comunidade externa. O IFRN é uma instituição de qualidade consolidada socialmente. Em 2018, o instituto ficou em o primeiro lugar no Brasil, na Rede Federal, no *Webometrics*,¹⁰⁴ que é um ranking das universidades em nível mundial.

O *Webometrics Ranking of World Universities* – Ranqueamento Webometrics de Universidades do Mundo – é uma iniciativa do Laboratório Cybermetrics, um grupo de pesquisa que pertence ao *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)* – Conselho Superior de Investigações Científicas – um dos maiores grupos de pesquisas da Espanha. O CSIC tinha em 2006 126 centros e institutos distribuídos em toda Espanha. O CSIC está vinculado ao Ministério da Educação e seu objetivo principal é promover a pesquisa científica como incentivadora do progresso em níveis científicos e tecnológicos do país que contribuirão para incrementar o bem-estar dos cidadãos (Webometrics, 2023, p. 1, tradução minha).

No mesmo ano, em 2018, a instituição obteve o Conceito 5 – nota máxima do Ministério da Educação –, e, dentre os 5 cursos com o conceito, um é do *Campus* Natal Zona Norte. São eles: Licenciatura em Espanhol EaD (*Campus* Natal Zona Leste), Licenciatura em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Pedagógica (*Campus* Parnamirim), Tecnologia em Marketing (*Campus* Natal Zona Norte), Licenciatura em Matemática (*Campus* Santa Cruz) e Tecnologia em Sistemas para Internet (*Campus* Currais Novos) (IFRN, 2019b).

O IFRN-ZN tem 41 Técnicos Administrativos, 67 docentes efetivos e 4 docentes substitutos, 6 estagiários de nível superior¹⁰⁴, 1.616 estudantes matriculados (IFRN, 2024b) – sendo 1.108 em cursos regulares e 508 em cursos FIC.

O IFRN busca cumprir sua missão de “Prover formação humana, científica e profissional aos discentes visando ao desenvolvimento social do Rio Grande do Norte” (IFRN, 2023b, p. 1) nos locais onde os *campi* estão instalados, buscando, a partir de ações de ensino, pesquisa e extensão “consolidar-se como instituição de referência nacional e identificada por sua excelência na formação humana e profissional,

¹⁰⁴ Dados obtidos com meu perfil de docente através do SUAP em 05 de julho de 2024.

geradora de desenvolvimento científico e tecnológico até 2026” (IFRN, 2024b, p. 1). A visão institucional busca ser cumprida de forma efetiva, na medida em que a instituição é referência para a população *local, regional, nacional* e, como pode-se constatar, *internacional*.

O IFRN possui os valores de *comprometimento, cooperação, ética, responsabilidade socioambiental, equidade, diversidade* (IFRN, 2023b, p. 1) e, ao longo do tempo, esses valores têm sido respaldados na legislação interna da instituição por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. O IFRN-ZN trabalha na mesma perspectiva sistêmica. Em seu estatuto, a instituição assume:

- I. compromisso com a justiça social, com a igualdade, com a cidadania emancipada, com a ética e com a preservação do meio ambiente;
- II. compromisso com a transparência de todos os atos e a gestão democrática;
- III. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- IV. compromisso com a formação humana integral, com a produção e a difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico-cultural e desportivo, tendo em vista as necessidades da sociedade;
- V. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
- VI. natureza pública, gratuita e laica da educação, sob a responsabilidade da União (IFRN, 2009, p. 4).

Relativo ao compromisso I, acredito que a justiça social, igualdade, cidadania, ética e preservação do meio ambiente podem possivelmente ser observadas a partir das práticas de incubação exercidas pela incubadora IFSol ao atenderem EES, respeitando os princípios da ES; justiça social, já que propiciam um trabalho que vai contribuir com o combate à pobreza, situação em que se encontram muitas vezes trabalhadores e trabalhadoras de EES; equidade, pois existem iniciativas de atender a grupos excluídos socialmente, como mulheres, quilombolas, indígenas; cidadania, pois propicia aos(as) trabalhadores(as) solidários(as) formações e capacitações que incluem temas com os quais eles desenvolvem pensamento crítico, podendo exercer com maior consciência sua cidadania; perspectiva ética e de preservação do meio ambiente, porque trabalham no fomento, por exemplo, da EES da agricultura familiar e, assim, ajudam na difusão e no aprendizado de princípios da agroecologia, desenvolvimento sustentável, dentre outros temas.

Sobre os compromissos III e VI, pode-se citar a Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE), que, no final de 2021, teve sua 6ª Edição, que foi coordenada pelo Economista e servidor do Instituto Marcus Sampaio, o qual à época estava na Assessoria de Relações com o Mundo do Trabalho (ASREMT), da Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (PROEX/IFRN). Na edição de 2021, mais de 3.500 egressos e egressas responderam à PAE (IFRN, 2021c, p. 1). A pesquisa constatou que muitos estudantes que faziam cursos FIC na instituição acabaram por retomar seus estudos: concluindo o Ensino Médio a partir do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada (PROEJA FIC)¹⁰⁵.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) associa formação geral à educação profissional, ao articular a modalidade EJA (fundamental e médio) a cursos técnicos ou cursos de qualificação profissional (FIC). Envolve cursos em formas diferenciadas e ofertados na modalidade presencial, semipresencial e a distância, com propostas educativas para comunidades das zonas rural e urbana, podendo, ainda, desenvolver-se por meio de projetos voltados ao atendimento às seguintes minorias: PROEJA INDÍGENA (para a população indígena); PROEJA PESCA (para a população ribeirinha); PROEJA QULOMBOLA (para a população de comunidades quilombolas); e PROEJA PRISIONAL (para as pessoas jovens e adultas em situação de restrição e privação de liberdade). (Diniz; Moura, 2015, p. 131).

O IFRN tem o compromisso de ofertar de forma gratuita uma educação de qualidade socialmente referenciada a todos os cidadãos. Ofertando a EJA, o instituto cumpre com sua função social de oferecer uma educação pública de qualidade e formação técnica e tecnológica, minimizando os danos causados pela divisão social do trabalho através de uma formação humana integral.

O IFRN-ZN conta com uma estrutura administrativa complexa, com diversos cargos gerenciais. De acordo com Oliveira (2015), e com base em IFRN (2011), a estrutura administrativa do *campus* conta com as coordenações de cursos ligadas à

¹⁰⁵ De acordo com Silva e Rocha (2012, p. 13), “O PROEJA tem por finalidade oferecer a jovens e adultos trabalhadores que não tiveram, na idade própria, a oportunidade de frequentar uma escola ou que dela se evadiram, cursos e programas de educação profissional nas categorias de formação inicial e continuada, e de educação profissional técnica de nível médio”.

Diretoria Acadêmica (DIAC/ZN); Coordenação Pedagógica (COPED/ZN), Psicologia e Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE/ZN); Setor de Saúde ligado à Coordenação de Apoio Estudantil (COAES/ZN), dentre outros setores (Oliveira, 2015; IFRN, 2011).

Órgãos Colegiados são formados por coordenadores, diretores, estudantes e comunidade externa e servidores de outros cargos e funções dentro do IFRN para tomar decisões de cunho administrativo, pedagógico e acadêmico. O órgão máximo normativo designado por portaria do Reitor do instituto em cada *campus* é o Conselho Escolar, que conta com representantes da comunidade interna do *campus* e comunidade externa.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado consultivo, normativo e deliberativo, que integra a estrutura de cada um dos *campi* do IFRN, e tem por finalidade colaborar para o aperfeiçoamento da gestão escolar, efetivando uma gestão democrática, transparente e participativa, e zelar pela adequada execução das políticas do IFRN em cada *campus* (IFRN, 2013, p.2).

O Conselho Escolar realiza funções deliberativas em assuntos diversos (ensino, pesquisa e extensão); avalia diretrizes e metas e zela pelo cumprimento da política educacional institucional; aprova o calendário acadêmico; elabora junto à Direção Geral divulgação de suas atividades para a comunidade; toma decisões de questões a ele submetidas (IFRN, 2013; 2012).

Além do Conselho Escolar, há ainda o Colégio Gestor, o Conselho de Classe e os colegiados, cada qual atuando no funcionamento administrativo e pedagógico de cada *campus* do IFRN, o que demonstra a “busca permanente de implementação da gestão democrática” (IFRN, 2012a, p. 58). A instituição possui ainda profissionais, como médicos, contadores, administradores, engenheiros, enfermeiros, psicólogos, entre outros que atuam na perspectiva administrativa, de permanência e êxito, logística e estratégica institucional – tudo isso para oferecer melhor qualidade estrutural, de ensino e melhores condições de aprendizagem de seus estudantes.

Uma oportunidade que os estudantes têm de estar inseridos na Prática Profissional se dá a partir de projetos de pesquisa, extensão, ou realizando estágios supervisionados (exigência dos cursos de licenciaturas). Relacionado à extensão, o IFRN traz a possibilidade de realização de: Estágio Não Obrigatório; Aprendizagem; Projetos de Pesquisa e Projetos de Extensão (IFRN, 2012a).

A organização didática do IFRN de 2012 “é um dos documentos normativos que compõem o Projeto Político Pedagógico da instituição e tem, por objetivo, normatizar as ações didático-pedagógicas no âmbito dos *campi* que compõem o instituto” (Ferreira, 2020, p. 7). O artigo 3º diz que a instituição deve atuar promovendo uma formação com uma visão humanística que respeite o princípio de *justiça social* que trabalhe na perspectiva da igualdade, cidadania, ética, *emancipação* e sustentabilidade ambiental; cuja gestão da instituição seja democrática e transparente; que ofereça uma formação humana integral; que inclua e respeite os sujeitos e suas diversidades *físicas, intelectuais, culturais e socioeconômicas*.

O artigo 8º afirma que as atividades de ensino, pesquisa e extensão têm como objetivos a viabilização de políticas fundamentadas no desenvolvimento local, pautando-se na responsabilidade social e buscando a qualidade de ensino. Outros objetivos são: ampliação não só da competência técnica de seus discentes e servidores, mas também a competência ética e política; prestação de serviços de consultoria; ampliação de interação entre a instituição e seu entorno; envolvimento de discentes e servidores em atividades de pesquisa e extensão (IFRN, 2012b). A atuação do IFRN em relação à incubadora IFSol pode vir a contribuir com os compromissos sociais, bem como esta atuação deve ser pautada nos princípios didático-pedagógicos institucionais através de sua Organização Didático Pedagógica.

A IFSol é vinculada anualmente a um projeto de extensão cujo edital é lançado uma vez por ano, além dos editais de fluxo contínuo, cujos projetos podem iniciar ao longo do ano. Os editais de extensão são lançados e os servidores concorrem em uma seleção que irá contemplar um número fixo de projetos por *campus* do IFRN. No caso da extensão, faz-se necessário que o projeto tenha previsão de atender à comunidade externa. Em 2017, foi aprovada a Resolução nº 58/CONSUP/IFRN, que trata do *Regulamento das Atividades de Extensão* do instituto e em que a extensão tem suas atividades pormenorizadas (IFRN, 2017).

A Deliberação nº 26/2018 - CONSEPEX/IFRN, de 19/11/2018, aprovou o Regimento da IFSol/IFRN, que define incubação de EES em seu artigo 2º como o “conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica dos empreendimentos econômicos solidários” (IFRN, 2018b, p. 1). O processo de incubação envolve “a articulação entre pesquisadores, estudiosos e trabalhadores que tenham o propósito de trabalhar de forma autogestionária” (IFRN, 2018b, p. 2).

3.2 Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento da Economia Solidária do IFRN (IFSol)

Segundo IFRN (2018a), inicialmente a incubadora tinha apenas 5 núcleos – sendo um por *campus* – nos *Campi* Macau, Natal Central, Natal Zona Norte, Nova Cruz e São Paulo de Potengi, tendo como sede o núcleo do *Campus* Natal Zona Norte. A Portaria Nº 368/2021 traz 10 núcleos (IFRN, 2021a), a Portaria Nº 2026/2022 – RE/IFRN tem 14 e na Portaria Nº 914/2023 de 01/06/2023 existem 13 núcleos. A mais atualizada que conseguimos nesta pesquisa é a Portaria nº 644/2024-RE/IFRN de 01/04/2024, que traz 12 núcleos da IFSol nos *Campi* Pau dos Ferros, Mossoró, Macau, Ipanguaçu, Caicó, Lajes, João Câmara, São Paulo do Potengi, Canguaretama, Ceará-Mirim, Nova Cruz e, dentro de Natal, no *Campus* Natal Zona Norte (IFRN, 2024a).

Figura 12 – Núcleos da IFSol nos *campi* do IFRN.



Fonte: Elaboração própria (2024), a partir de IFRN (2018a, 2021a, 2022a, 2024a).

Na figura 12 representei com girassóis amarelos os *campi* que possuem núcleos da IFSol e os girassóis cinzas representam os *campi* que não têm mais o núcleo em 2024¹⁰⁶, mas que tinham anteriormente, o que dava o total de 15 núcleos¹⁰⁷.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), juntamente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), realizou o mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários em todo o Brasil, o chamado Mapeamento de Economia Solidária. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – afirma que este mapeamento só foi possível porque gestores, pesquisadores, técnicos e trabalhadores(as) ligados(as) a organizações envolvidas direta e indiretamente com o tema decidiram “iniciar o trabalho de montagem de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies)” (IPEA, 2016, p. 10).

O relatório do IPEA de 2016 aponta que o II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, ocorrido no final de 2009 e início de 2013, lançou novos dados no SIES. Como já mencionamos, foram identificados 19.708 EES em 2.713 municípios brasileiros (IPEA, 2016, p. 10).

Segundo Rêgo, Capistrano e Rabêlo (2023, p. 2), “a economia solidária no RN ainda é carente de instituições que a apoiem”. Os autores afirmam que no mapeamento feito de 2010 a 2012 pela SENAES e o FBES identificou-se, no estado do Rio Grande do Norte, cerca de 1.518 empreendimentos econômicos solidários (EES), no entanto, a maioria deles era voltada para a agricultura. Esses empreendimentos localizavam-se em 131 cidades do RN e envolviam cerca de 57.344 pessoas (Brasil, 2013).

Félix e Locatel (2022) afirmam que, no estado do Rio Grande do Norte, existem cerca de 1.158 EES, de um total de 8.040 empreendimentos solidários que existiam

¹⁰⁶ No final do ano de 2023, o *Campus Natal Cidade Alta*, cujo nome consta neste mapa, passou a se chamar *Natal Centro Histórico*. Para saber mais sobre a mudança de nome, ver <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/campus-natal-cidade-alta-do-ifrn-passa-a-se-chamar-natal-centro-historico/#:~:text=Mudan%C3%A7a-,Campus%20Natal%2DCidade%20Alta%20do%20IFRN%20passa,se%20chamar%20Natal%2DCentro%20Hist%C3%B3rico&text=Ap%C3%B3s%20a%20tramita%C3%A7%C3%A3o%20no%20Conselho,Alta%20do%20Instituto%20foi%20conclu%C3%A>

¹⁰⁷ Ao final de 2023, a incubadora IFSol era composta por 13 núcleos, 34 servidores, 84 estudantes e acompanhava o total de 26 empreendimentos de economia solidária, alcançando cerca de 40 municípios do Rio Grande do Norte. Trata-se de um organismo vinculado ao IFRN que desenvolve ações por meio de assessoramento e consultoria a grupos produtivos que trabalham ou que desejam trabalhar de forma coletiva sob princípios e valores da economia solidária. Em 2022 a incubadora IFSol passou a integrar o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) para o período de 2023/2024. Fonte: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/incubadora-do-ifrn-integra-representacao-no-conselho-estadual-de-economia-popular-e-solidaria/>.

no Brasil. O estado também possui “o maior percentual de participantes da economia solidária em relação à população total do estado” (Félix; Locatel, 2022, p. 142). Através das pesquisas estatísticas – como a do SIES (2013)¹⁰⁸, por exemplo – os autores afirmam que, do total de 3.373.959 da população do RN em 2013¹⁰⁹, existiam cerca de 106.523 cooperados/associados à EES, o que correspondia a cerca de 3,16% do total da população (Félix; Locatel, 2022, p. 143). Os autores atribuem à Lei nº 8.798/2006, que trata da Política Estadual para Fomentar a Economia Solidária (Rio Grande do Norte, 2006), como sendo um dos incentivos para justificar esses percentuais.

Além do grande número de trabalhadores(as) associados(as) a empreendimentos solidários no RN, percebemos que os EES estão em mais de 79% dos municípios do estado. A partir do mapeamento do SIES (2013), verificou-se que, para a grande maioria dos empreendimentos, os motivos de sua criação foram: uma alternativa ao desemprego (35,84%); a obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo (35,32%); o desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades (34,72%); uma fonte complementar de renda para os sócios (30,40%) (Félix; Locatel, 2022, p. 144).

Os motivos de participação variam, mas o desemprego e a motivação de maiores ganhos, além do aumento de renda, estão entre os principais motivos para a participação nesses empreendimentos. Félix e Locatel (2022, p.144) afirmam que isso se deve às péssimas condições de trabalho, cuja “atuação do estado contribui mais para expropriar/explorar os pequenos agricultores do que para inserir os vetores da emancipação, da autonomia e da liberdade”.

Os autores apontam a falta de crédito como um dos desafios a serem superados, já que, como eu já havia afirmado, boa parte deles não buscou financiamento, e, dos que buscaram, poucos obtiveram êxito (Félix; Locatel, 2022).

¹⁰⁸ Os relatórios do SIES não estão mais disponíveis na internet.

¹⁰⁹ O censo do IBGE (2022) traz o total da população do estado em 3.302.729 habitantes. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>. O Laboratório de Inovação e Tecnologia em Saúde (LAIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) divulgou em seu último boletim sobre a Covid-19, em 26/08/2022, que o estado possuía, até aquela data, 603.072 casos confirmados da doença no estado e o total divulgado pela Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (SESAP/RN) de 8.439 óbitos confirmados – de fora destes dados ficaram casos com suspeita de subnotificação que são mortes suspeitas com relação às síndromes respiratórias agudas, por exemplo – este fato explica, em parte, a diferença no total de habitantes quase 10 anos após a primeira pesquisa do IBGE. Fonte: <https://covid.lais.ufrn.br/>.

Os autores afirmam ainda que mais de 70% desses empreendimentos necessitam dessa verba para construção ou infraestrutura.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN desenvolve projetos de extensão e pesquisa ligados à extensão tecnológica e promove assessoria e apoio técnico a empreendimentos solidários desde antes de sua nova institucionalidade. As ações foram idealizadas por servidores que pesquisam sobre a temática, os quais, em meados de 2018, uniram forças para pensar um projeto de incubadora com o objetivo de o instituto trabalhar na perspectiva da economia solidária, de maneira institucional e regularizada.

Rêgo, Capistrano e Rabêlo (2023, p. 12) afirmam que “a ideia de criação da IFSol surgiu após a elaboração de proposta de projeto submetida ao edital do PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, no ano de 2018”. Os idealizadores da proposta não obtiveram êxito no edital e decidiram apresentar a proposta institucionalmente. Sendo assim, os autores afirmam que eles decidiram encaminhar a proposta para uma reunião do Colégio de Dirigentes (CODIR) do Instituto, e, diante da aprovação, foi formalizada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRN – CONSEPEX.

A IFSol, no âmbito do IFRN, está vinculada à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/IFRN (IFRN, 2018b, p. 2). Como vimos na figura 12, ela possui 12 núcleos, mas optei por investigar o trabalho da IFSol/IFRN-ZN pelos motivos já elencados. Cada *campus* realiza o trabalho com empreendimentos e grupos de economia solidária promovendo diversas capacitações e assessoria técnica. Os *campi* promovem a articulação de saberes dos docentes, técnicos administrativos e estudantes – do ensino médio integrado, dos cursos subsequentes e das licenciaturas e graduações tecnológicas – com trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária. A figura 13 traz um panfleto informativo do núcleo da IFSol/IFRN-ZN.

Figura 13 – Material de divulgação da IFSol/IFRN-ZN.

ifsol
INSTRUMENTAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O FORTALECIMENTO DOS
EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DO IFRN

IFRN
INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

O que é IFSol?

A IFSol nasce da inquietude de servidores do IFRN em trabalhar com empreendimentos associativos, dentro dos princípios da educação popular, aliando a teoria e a prática para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem dos nossos discentes, bem como cumprir o papel social da Instituição. Com isso a Incubadora tem como objetivo fortalecer os empreendimentos econômicos solidários para a partir disso melhorar a qualidade de vida dos(as) trabalhadores(as) envolvidos nos empreendimentos, bem como aproximar os servidores e discentes na discussão do tema de economia solidária através do ensino, pesquisa e extensão. Atualmente estamos com 6 (seis) núcleos do IFSol nos campi de Nova Cruz, Macau, São Paulo do Potengi, João Câmara, Lajes e tendo como sede principal o campus Zona Norte.

Se interessou? Entre em contato

Facebook: Ifsol Ifzn | Instagram: ifsol.ifzn
WhatsApp: (84) 99472-4011 | Website: www.ifsol.rf.gd

O que é um empreendimento econômico solidário?

São organizações de caráter associativo que realizam atividades econômicas seja de produção, consumo, comercialização ou finanças, cujos participantes sejam trabalhadores do meio urbano ou rural e exerçam democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

METODOLOGIA DE INCUBAÇÃO

Um Núcleo por Campus (Alunos com orientação de professores da área) → Diagnóstico dos Empreendimentos Econômicos Solidários → Planejamento de Ações → Assessoria (Reuniões, Desenvolvimento de ações, Formações)

Se interessou? Entre em contato

Facebook: Ifsol Ifzn | Instagram: ifsol.ifzn
WhatsApp: (84) 99472-4011 | Website: www.ifsol.rf.gd

Fonte: IFRN, s.d.

Como pode-se observar na figura 13, a incubadora pretende trabalhar com os princípios da Educação Popular, aliar teoria e prática, cumprir o papel social da instituição, fortalecer os EES e, assim, melhorar a qualidade de vida de trabalhadores solidários e aproximar servidores e discentes do tema economia solidária através de ações de pesquisa, ensino e extensão. O quantitativo de núcleos do panfleto está desatualizado, mas indica contatos de telefone e redes sociais, para que as pessoas obtenham mais informações. O verso do panfleto contém o conceito de EES – organizações de caráter associativo que trabalham com atividades de produção, consumo, comercialização ou finanças cujos trabalhadores atuam em autogestão – bem como os passos institucionais da metodologia de incubação. Cada *campus* do IFRN possui um núcleo da IFSol que atua com estudantes orientados por docentes. Primeiro, realiza-se um *diagnóstico* dos EES depois um *planejamento* das ações; e, por fim, faz-se a *assessoria* que envolve reuniões, formações e outras ações (IFRN, 20?). Como pode-se perceber, a proposta de atuação da IFSol/IFRN-ZN está de acordo com os preceitos de atuação da economia solidária enquanto *práxis* pedagógica e de educação popular, segundo Freire (2001, 2017), Gadotti (2009),

Haddad e Di Pierro (2021), Sguarezi (2020), Singer (2005, 2022), Tiriba (2024a, 2024b), dentre outros.

A Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSol) vincula-se à extensão do IFRN e, como vimos, tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida de trabalhadores de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). A IFSol aproxima servidores (técnicos e docentes), bem como discentes, do tema Economia Solidária através de cursos, disciplinas, eventos (seminários, fóruns, palestras, congressos) que venham a difundir os princípios e os temas relativos à ES. A próxima subseção vai tratar mais especificamente das práticas pedagógicas da incubadora IFSol.

3.3 As práticas pedagógicas da IFSol-ZN

Como já vimos em Veiga (2011), a prática pedagógica é um tipo de prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos. Não é, portanto, indissociada da realidade da sociedade, faz parte do nosso cotidiano e irá pressupor que não devemos separar a teoria da prática.

De acordo com Franco (2016,

As práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo. Ou seja, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão, por negociação, ou, ainda, por imposição. [...] essas formas de concretização das práticas produziram faces diferentes para a perspectiva científica da Pedagogia (Franco, 2016, p. 541).

Franco (2016) discute a diferença entre prática pedagógica e prática docente. A autora afirma que nem toda prática docente é prática pedagógica, pois a primeira só se torna prática pedagógica “quando se insere na intencionalidade prevista para sua ação”, deve ainda ser uma prática “que se exerce com finalidade, planejamento, acompanhamento, vigilância crítica, responsabilidade social” (Franco, 2016, p. 541).

Na perspectiva tecnicista da prática pedagógica, a unidade entre teoria e prática se rompe e faz com que o professor se torne apenas o executor de instrumentos, regras predefinidas. Não há espaço para a discussão crítica da

realidade. Para Souza (2005), a escola e suas práticas pedagógicas no Brasil estão relacionadas à “exclusão, desigualdade social e relações de poder e de alienação” (Souza, 2005, p. 3). Ao contrário da perspectiva tecnicista, a pedagogia crítica ou reflexiva busca não romper teoria e prática, privilegia o caráter criador dos educadores e tem como pontos de partida e chegada a *prática social* na construção de novas realidades e pessoas.

Freire (2017, p. 92) defendia uma educação *libertadora*, em contraposição ao que defendia a classe dominante (educação bancária). Para ele, esta educação, a bancária, é “prática da dominação”, cujo sentido maior seria levar os alunos – entendidos, nessa perspectiva, como os “oprimidos” – à “acomodação ao mundo da opressão”. O educador que queira realizar sua prática de forma mais crítica, libertadora, há de considerar os educandos e seus saberes de forma *dialógica*.

Para Veiga (2011), a prática pedagógica une professor e aluno para alcançar um objetivo comum e procura “superar a relação pedagógica autoritária” (Veiga, 2011, p. 17), buscando uma relação recíproca entre docentes e discentes. A autora afirma que “se o educador fixa apenas na *teoria* pode cair numa posição idealista, se, ao contrário, privilegia a *prática* pode incorrer no ‘ativismo, o praticismo ou utilitarismo’” (Veiga, 2011, p. 16, grifos da autora) – dessa forma, uma não pode se desvincular da outra, são indissociáveis.

Araujo e Rodrigues (2010) afirmam que existe uma pedagogia focada no *trabalho* e outra pedagogia focada no *Capital*. A pedagogia ligada aos interesses do capital, *Pedagogia das Competências*, torna legítima “a divisão técnica do trabalho e cristaliza a dualidade da educação brasileira e da educação profissional em particular (Araujo e Rodrigues, 2010, p. 51)”.

Para Araujo e Rodrigues (2010), as *práticas formativas* da educação profissional que atendam à classe trabalhadora devem ser pautadas numa atividade que não busque a divisão do trabalho: manual e intelectual. Araujo e Rodrigues (2011) se opõem a uma formação aligeirada, focada nas técnicas e de acordo com os ditames do capital. Os autores afirmam que, na Pedagogia das Competências, há a manutenção do *status quo* de dominação da classe trabalhadora, que “visa dispor cada ato educativo ao que seja útil ao mercado” (Araujo; Rodrigues, 2011, p. 26).

Tonet (2016), partindo das análises feitas por Karl Marx, afirma que a Formação Humana Integral (FHI) seria o acesso de um indivíduo “aos bens, materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero

humano, então formação integral implica *emancipação*” (Tonet, 2016, p. 78, grifo meu). Para isso, o autor afirma ser necessária uma sociedade que elimine a exploração dos trabalhadores pelo Capital.

Uma perspectiva de luta e resistência frente ao capitalismo e ao neoliberalismo é a perspectiva da Economia Solidária. Isso significa que ela se funda em princípios que enfrentam aspectos específicos do neoliberalismo. O quadro 5 compara os princípios da ES com os do neoliberalismo.

Quadro 5 – Economia Solidária e Neoliberalismo.

Economia Solidária	Neoliberalismo
Autogestão e Cooperação	Individualismo
Centralidade do ser humano	Estado atrelado aos ditames do mercado
Cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras	Baixa consciência ecológica
Democracia	Mercantilização da democracia
Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico	Desgovernamentalização do Estado e nenhum controle nacional sobre o capital
Valorização da diversidade e emancipação (divisão igualitária de sobras)	Privatização do público e socialização das perdas
Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular; Valorização da aprendizagem e da formação permanentes.	Mercantilização da educação e da saúde

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Brasil (2006); Sampaio, Santos e Mesquida (2002).

Como pode-se observar no quadro 5 a ES combate o individualismo através da autogestão e da cooperação e em vez de basear a perspectiva econômica para privilegiar os objetivos do mercado, com anuência do Estado, já que ela centraliza suas atividades nos seres humanos e no bem viver e, com isso, deve primar pela preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de uma consciência ecológica que garanta a vida às gerações futuras. A democracia não é moeda de troca do mercado e o Estado deve exercer controle e fiscalização sobre o Capital e a justiça social opera na produção, comercialização, consumo, financiamento e no desenvolvimento tecnológico que devem alcançar todos os cidadãos.

Neste tipo de economia se valoriza a diversidade, os saberes populares, a cultura, a tecnologia popular e existe a divisão igualitária das *sobras* e não se visa o lucro, ao contrário do neoliberalismo, que mercantiliza a educação, a saúde, a democracia e se privatiza as instituições públicas bem como se incentiva o lucro para poucos e socializa-se as *perdas* para a maioria.

Manfredi (2016) conceitua a Economia Solidária (ES) como sendo “atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito” (Manfredi, 2016, p. 429), utilizando princípios de autogestão primando pela cooperação entre trabalhadores que partilham os resultados (financeiros) e responsabilidades de forma igualitária numa propriedade cujo bem é coletivo, e não privado. A Economia Solidária está relacionada a diversos tipos de organização (cooperativas, associações, empresas recuperadas, grupos informais, clubes de troca dentre outros).

O Regimento da IFSol do IFRN, aprovado em 2018, indica, em seu artigo 4º, o total de 29 objetivos da incubadora dentre os quais listamos no quadro 6 aqueles relacionados às práticas pedagógicas que podem/devem ser realizadas pela incubadora.

Quadro 6 – As práticas pedagógicas da IFSol/IFRN-ZN.

Nº de ordem	Descrição do objetivo
	[...]
IV	promover atividades de capacitação destinadas ao melhoramento do produto, da organização do trabalho, da produção, da comercialização e das relações produtivas e interpessoais, inseridas na vivência da economia solidária;
	[...]
VI	possibilitar intercâmbio para troca de experiências entre os grupos produtivos solidários;
	[...]
VIII	contribuir para o desenvolvimento de tecnologias sociais a partir das demandas dos empreendimentos econômicos solidários, assegurando a participação efetiva dos grupos no processo de construção dessas tecnologias;
	[...]
X	desenvolver processos de apoio educacional, tecnológico e político-institucional, na consolidação da gestão da produção dos empreendimentos econômicos solidários;
	[...]
XII	desenvolver práticas de captação de recursos por intermédio dos órgãos de fomento;
	[...]
XIV	participar de redes de incubadoras para intercâmbio de informações e experiências no campo da economia solidária;

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em IFRN (2018b).

Os objetivos elencados no Regimento da IFSol dão suporte às práticas pedagógicas realizadas pela incubadora nos EES localizados no IFRN-ZN. As práticas possibilitam materializar esses objetivos. Dos objetivos dispostos no documento, acredito que os seis em destaque na tabela possibilitam a realização de práticas pedagógicas que irão auxiliar na emancipação de mulheres líderes de EES atendidos pelo IFRN-ZN.

Acredito que os objetivos IV e VI podem ser alcançados através da oferta de cursos e de aperfeiçoamento, de forma que a equipe da incubadora possa trocar experiências com trabalhadores(as) no sentido de melhoramento das práticas realizadas nos EES. Caso haja uma capacitação mediatizada pelo diálogo, tanto a equipe da incubadora quanto os(as) trabalhadores(as) e trabalhadoras solidárias podem trocar experiências na busca por soluções de organização, comercialização e melhoria dos produtos. Rodas de conversa entre trabalhadores(as) de EES, oferta de cursos FIC, palestras, oficinas, dentre outras práticas, podem contribuir com o aprendizado, que não deve ficar apenas a cargo da equipe de incubação.

A construção de Tecnologias Sociais – objetivo VIII – pode contribuir com as necessidades dos EES a partir da participação de todos, tomando a ideia de Freire (2017), em *Pedagogia do Oprimido*: “faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará” (Freire, 2017, p. 43).

Quanto aos objetivos X e XII, pode-se perceber que a realização de feiras dentro do IFRN-ZN pode contribuir com a promoção dos EES, bem como auxiliar na participação deles em eventos na comunidade ou em outros *campi*. É interessante realizar levantamento sobre os níveis educacionais de trabalhadores(as) e possibilitar assessoria dessas pessoas em editais internos para entrada em cursos técnicos (Integrado e Educação de Jovens e Adultos, se for o caso, ou Cursos de Graduação, quer seja Licenciatura ou Tecnológica).

Em relação ao objetivo XII, é importante a capacitação e a assessoria na busca por financiamento, quer seja *municipal, estadual* ou *federal*, para apoio aos EES através de busca por editais e locais pelos quais os EES possam procurar para obter as devidas informações e publicizar esses editais, oportunidades para conhecimento dos(das) trabalhadores(as).

Para o alcance do objetivo XIV, acredito ser pertinente sempre propiciar o intercâmbio de informações entre os EES, a divulgação de redes de ES, caso existam, e o compartilhamento de experiências, e, na medida que nascem novos EES, seguir na inclusão destes em rede e na assessoria e formação técnica para a consolidação desses espaços.

Os objetivos da IFSol podem se consolidar posteriormente como práticas pedagógicas, na medida em que tais práticas venham a ser uma intervenção pedagógica emancipatória que “considera a práxis uma forma de ação reflexiva que

pode transformar a teoria que a determina, bem como transformar a prática que a concretiza” (Franco, 2016, p. 543).

Na busca pela construção dessa emancipação feminina, esta seção discutiu o locus da pesquisa, que é o IFRN-ZN, a educação profissional e o IFRN, bem como os compromissos sociais e as práticas pedagógicas da incubadora IFSol, que caminham na direção da emancipação de mulheres líderes de EES. A próxima seção trará a análise das entrevistas feitas com mulheres líderes de empreendimentos de economia solidária atendidas pela IFSol/IFRN-ZN, cujas práticas pedagógicas buscam promover a emancipação dessas mulheres.

Na tentativa de metaforizar a emancipação de uma mulher enquanto *etapas de sua existência*, dividimos a tese em cinco partes: a *concepção*, trabalhada na seção 1; o *diagnóstico*, explicado na seção 2; a *pré-incubação*, discutida na seção 3; a *incubação*, na seção 4; e, por fim, o *nascimento*, na seção 5.

De acordo com Gilbert (2003), os animais se desenvolvem a partir de uma célula – do embrião – que é o intermediário entre o genótipo (genes herdados) e o fenótipo (organismo adulto). Enquanto a biologia geral estuda a estrutura adulta e sua função, a biologia do desenvolvimento estuda os estágios transitórios. “Biologia do desenvolvimento é a ciência do vir a ser, a ciência do processo” (Gilbert, 2003, p. 1). De acordo com Canossa (2024), com as tecnologias médicas da obstetrícia atual, é possível salvar um bebê de 500g ou 22 semanas de gestação através da incubação artificial ou ectogênese¹¹⁰, embora existam algumas restrições, já que crianças que nasceram através da incubação artificial apresentam uma série de dificuldades e problemas de saúde fora do útero materno. Ainda assim, a tecnologia moderna ainda não conseguiu reproduzir a complexidade do útero. Nesta seção estou na fase de *desenvolvimento desse feto*, incubado dentro deste corpo feminino¹¹¹ que gesta uma nova vida, meu objeto de estudo, que é a emancipação de mulheres através das práticas pedagógicas da economia solidária feminista da incubadora IFSol. A seção 4

¹¹⁰ De acordo com Canossa (2024), a palavra *ectogênese* foi cunhada pelo cientista e pensador britânico J.B.S. Haldane, em 1924. Ele previu à época que, no ano de 2074, apenas 30% dos partos se dariam de forma convencional. Fonte: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-possivel-bebes-nascerem-atraves-de-uteros-artificiais>.

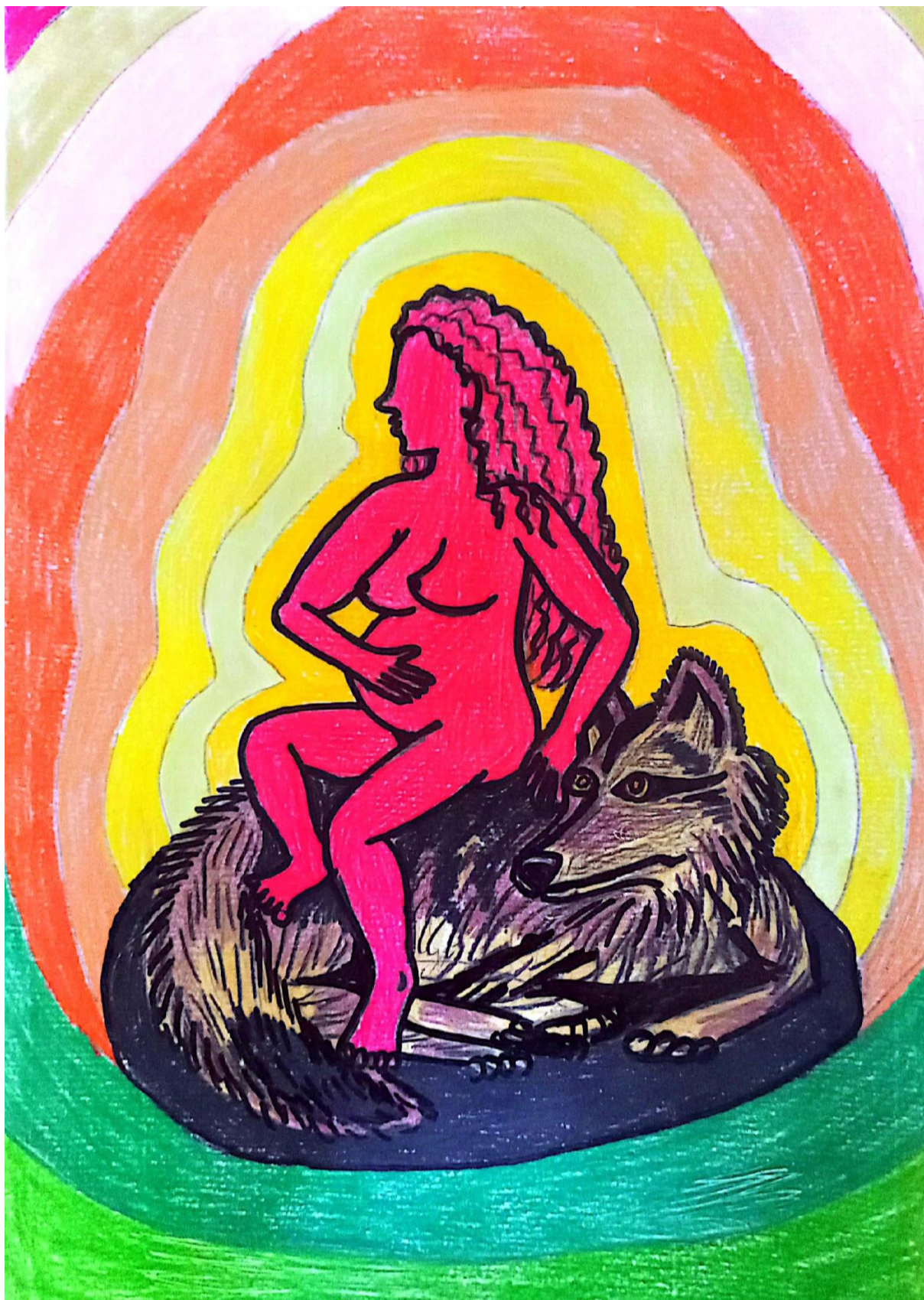
¹¹¹ Não tenho a intenção de excluir na minha pesquisa, de forma arbitrária e transfóbica, corpos de pessoas transmasculinas, não binárias, ou outros gêneros que tenham a capacidade biológica de gestar. A perspectiva da pesquisa é de falar de *mulheres* que podem gestar uma nova vida, sendo assim, como estou me referindo às mulheres que gestam, isto exclui ainda mulheres cisgênero que também não podem gestar. Neste caso, não se trata de uma postura transfóbica. A minha intenção é mostrar a perspectiva feminina e a maternidade enquanto processo de empoderamento e emancipação, assim como pôde ser observado em Beauvoir (2019a, 2019b) na seção 2, subseção 2.1.

visa a mostrar a *incubação* deste novo ser, para que, na seção 5, se dê seu *nascimento*. O nascimento de uma *mulher emancipada*.

Uma mulher emancipada nada mais é do que um ser *estranho à sociedade*, que tenta aprisioná-la e moldá-la conforme os ditames capitalistas, neoliberais, patriarcais, religiosos e morais. Uma mulher emancipada, na perspectiva do livro de Estés (2018), é uma *Mulher Selvagem*. Para a autora:

O arquétipo da Mulher Selvagem envolve o ser *alfa matrilinear*. Há ocasiões em que vivenciamos sua presença, mesmo que transitoriamente, e ficamos loucas de vontade de continuar. Para algumas mulheres, essa revitalizante “prova da natureza” ocorre durante a gravidez, durante a amamentação, durante o milagre das mudanças que surgem à medida que se educa um filho, durante os cuidados que dispensamos a um relacionamento amoroso, os mesmos que dispensaríamos a um jardim muito querido (Estés, 2018, p. 19, grifos meus).

Dentro desta Mulher Selvagem, que metaforizamos como *mãe* a gestar, nessa nova vida nascerá um ser também feminino: uma filha igualmente selvagem, uma mulher emancipada. Fazendo jus à ideia de emancipação, irei, na seção 4, desenvolver a vida desta nova mulher que há de surgir *livre, subversiva, desobediente, insurgente, revolucionária, transcendente*.



Incubação. Desenho em papel vergê A4, 120g, pintura com lápis de cor de madeira.
Cristiane de Brito Cruz, 29/06/2024.

4 INCUBAÇÃO: ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

A imagem que abre esta seção traz a incubação de um ser feminino dentro de um corpo feminino. Ao entorno do corpo desta mulher brilham luzes que correspondem a conexão transcendental que existe entre esta mãe e esta filha. A mãe, por sua vez, está sentada em um animal, uma loba. Retomando a citação de Estés (2018) ao final da seção 3 eu quis trazer a imagem desta mãe que exerce sua natureza cujo contato maternal envolve sua filha na natureza selvagem da loba, no seu processo de emancipação e na emancipação futura de sua filha. A loba traz a força da natureza selvagem. A emancipação de sua filha é como esta força da natureza, ela é inevitável.

Observa-se em Severino (2007) que se utiliza a ferramenta *Entrevista* quando se quer obter, do próprio participante da pesquisa, os dados para realização das análises. Aprendi com Poupart (2020) que esta ferramenta requer um jogo de interações com multiplicidade de interpretações, cuja colaboração dos entrevistados requer certos artifícios do entrevistador. O mesmo autor defende a necessidade da ferramenta como meio indispensável, necessário e instrumento privilegiado, menos contaminado pelas ideias dos pesquisadores. Em Clough (1992), percebi que mesmo na entrevista o pesquisador pode se “impor” a partir de sua visão socialmente privilegiada, trazendo uma “versão” da realidade, e não a realidade em si mesma. Poupart (2020) sinaliza que as convicções dos pesquisadores podem contribuir para influenciar a análise dos dados e que a tarefa de isenção é difícil, mas que se faz mister aos pesquisadores assumirem suas posições e interpretações, sendo *intérpretes* da realidade.

Poupart (2020) traz a diferença entre a entrevista dirigida (ou estruturada), que traz questões previamente definidas pelo pesquisador; a semiestruturada, que, além dessas questões, traz questões abertas, dando liberdade ao participante para se expressar livremente; e a não dirigida, por fim, que traria máxima liberdade ao entrevistado/a para responder, trazendo diversas informações novas ao pesquisador.

Para construção do *corpus* da pesquisa, foi realizada uma visita ao IFSol/ZN para identificar mulheres que lideravam empreendimentos de economia solidária atendidos pela incubadora. Participei de uma reunião com a coordenadora da IFSol/ZN, no início do mês de maio de 2023, e foi feita uma lista de mulheres possíveis para serem entrevistadas. O total de possíveis entrevistadas ficou em 7 nomes, mas

obtive a informação de que duas delas estavam doentes e não participariam, restando 5 nomes possíveis. A coordenadora me repassou os números de telefones que tinham cadastro no aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp* e, dessa forma, fiz o contato com elas: por ligação telefônica e através de mensagens instantâneas no aplicativo citado. Para respeitar o sigilo das entrevistadas, minha opção metodológica foi por não revelar os nomes dos EES, para que elas não fossem facilmente identificadas. Optei também por não revelar os bairros da localização dos empreendimentos.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 19/06/2023 e 29/06/2023, no turno diurno, nas associações e na cooperativa onde trabalham as entrevistadas, por escolha delas. Todas as entrevistas foram gravadas com autorização das mulheres para captação de áudio e foram feitas algumas fotos delas e dos locais de trabalho e da mesma forma foi autorizado o uso de imagens.

As entrevistadas têm o sigilo garantido. Elas foram nomeadas com *pseudônimos* inspirados em mulheres que têm contribuído com a Economia Solidária de diversas regiões brasileiras, cujas histórias serão contadas em notas de rodapé na subseção 4.1. Cinco mulheres que contribuíram para a Economia Solidária no Brasil foram escolhidas para nomear as entrevistadas: *Joana Mota*, de Belém do Pará, é o pseudônimo da entrevistada 1; *Maria Tugira*, de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, nomeia a entrevistada 2; *Katiana de Oliveira Bezerra*, de Fortaleza, no Ceará, é pseudônimo da entrevistada 3; *Nelsa Inês Fabian Nespolo*, de Nova Pádua, do Rio Grande do Sul, nomeia a entrevistada 4; e, por fim, *Aline Mendonça dos Santos*, natural de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, a entrevistada 5¹¹². Todas essas mulheres tiveram participação na militância e no advento da economia solidária no Brasil e suas histórias serão contadas na próxima seção. O quadro 7 traz as características das entrevistadas representadas por seus respectivos pseudônimos.

Quadro 7 – Características das entrevistadas.

Ordem das Ent.	Pseudônimos	Idade	Cor	Orientação sexual	Estado civil	Escolaridade
1	Joana Mota	61	Parda	Heterossexual	Solteira	Superior Completo
2	Maria Tugira	78	Preta	Heterossexual	Viúva	Ensino Médio Completo

¹¹² As homenageadas foram indicadas por Nelsa Nespolo, que conheci em um evento de Economia Solidária, em Natal-RN. Dos 10 nomes citados, escolhemos o de Nelsa e mais 4 que responderam às mensagens enviadas através do aplicativo *WhatsApp* entre junho e julho de 2023.

3	Katiana Oliveira	72	Parda	Heterossexual	Casada ¹¹³	7ª Série (Fundamental Incompleto)
4	Nelsa Nespolo	72	Preta	Heterossexual	Viúva	Ensino Médio Completo
5	Aline Mendonça	62	Preta	Heterossexual	Casada	Superior Completo

Fonte: Elaboração própria (2023).

O Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) foi disponibilizado às entrevistadas para assinatura durante as entrevistas após a anuência do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFRN. Todos os esclarecimentos sobre a pesquisa foram feitos antes da entrevista – substituindo-se termos técnicos por linguagem coloquial quando necessário – e foi utilizado o *software Reshape* para as transcrições.

Os TCLE foram lidos antes de cada entrevista e respondidas as dúvidas que surgiam. Todos os documentos estão guardados em local seguro com acesso apenas da pesquisadora e de seu orientador. O projeto passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (CEP/IFRN), e foi aprovado dia 05/06/2023¹¹⁴.

As categorias *a priori* estão em consonância com os objetivos elencados nesta investigação. Em relação ao objetivo específico 1, que é *identificar as práticas pedagógicas no processo de incubação da IFSol/IFRN-ZN*, denominei de *Práticas Pedagógicas*, que inclui a incubação e a incubadora IFSol. O objetivo 2, que é *investigar as práticas pedagógicas realizadas pela incubadora IFSol/IFRN-ZN que fomentam a economia solidária e apontam na direção de uma economia feminista*, optei por nomear de *Economia Solidária*, incluindo tanto os princípios quanto os Empreendimentos de Economia Solidária. Por fim, o objetivo 3, que é *analisar qual é o aprendizado de mulheres líderes de EES a partir da perspectiva da Educação Profissional enquanto práxis libertadora/emancipatória*, foi denominado de

¹¹³ Cerca de um mês depois de gravada a entrevista, Katiana ficou viúva. Seu esposo teve um acidente vascular cerebral e morreu de forma repentina.

¹¹⁴ O Comitê de Ética em Pesquisa CEP/IFRN gerou o Certificado de Apresentação para a apreciação Ética (CAAE): 69964223.0.0000.0225 pela aprovação do Projeto de Pesquisa *As práticas pedagógicas da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento da Economia Solidária do IFRN (IFSol) Campus Natal Zona Norte e a emancipação de líderes de empreendimentos de economia solidária*. Aprovado pelo parecer nº 6.101.560 (05/06/2023), após resolvidas as pendências encontradas, foi aprovado em definitivo por novo parecer, nº 6.204.875 (27/07/2023), sem prejuízo para início das entrevistas.

Emancipação feminina, que inclui a experiência de vida da mulher, o perfil da mulher gestora e os preconceitos raciais e de gênero que elas sofrem.

A próxima seção trará o perfil das mulheres líderes dos empreendimentos de economia solidária que foram entrevistadas, como também informações sobre os pseudônimos atribuídos a elas: mulheres em todo o Brasil que contribuem para a Economia Solidária – trabalhadoras de empreendimentos, pesquisadoras e militantes dos movimentos de ES –.

4.1 As entrevistadas

Optei por atribuir para cada uma das cinco entrevistadas pseudônimos para salvaguardar suas identidades e a escolha foi de mulheres que fazem parte do movimento de economia solidária em todo o Brasil de diversas regiões brasileiras. Os nomes foram selecionados dentre dez nomes que me foram repassados em um evento de economia solidária que participei em Natal/RN e após um contato que realizei através de mensagens trocadas no aplicativo de mensagens whatsapp e dos dez nomes as cinco primeiras que me deram retorno contando suas histórias no movimento de economia solidária foram atribuídas neste trabalho.

De acordo com a entrevistada 1 “A Economia Solidária não é uma ‘caixinha montada’, ela é um processo de autorreconhecimento das pessoas” (Joana Mota¹¹⁵). A entrevistada 1 afirma que, para haver Economia Solidária, não se pode seguir uma “receita” e que é necessário reconhecer a si mesma como trabalhadora solidária. Coadunamos com sua visão, principalmente no que diz respeito aos desafios da ES, em relação à distribuição igualitária da receita e das sobras (Singer, 2022), à autogestão (Gaiger, 2009) e ao respeito aos princípios que a ES defende.

¹¹⁵ A pessoa que eu homenageio para dar o pseudônimo da entrevistada 1 é Joana Mota que é uma mulher de Belém do Pará e define-se como **empreendedora**, mas também é militante do Movimento de Economia Solidária há mais de 20 anos. Trabalhadora do ramo de confecções desde a infância, com sua mãe, a Sra. Joana já representou o Estado do Pará nacionalmente no 1º Encontro de Trabalhadores de Empreendimentos de Economia Solidária e participou do Fórum Mundial de Economia Solidária, em 2000, que tinha como um dos objetivos a construção de Fóruns Estaduais de ES que ela ajudou a criar em seu estado. Criou também, em Belém (PA), o Fórum Municipal de ES. Fez parte da equipe do Conselho Nacional de Economia Solidária e da equipe executiva da Unisol Brasil, além de diversos outros trabalhos na difusão da ES em seu estado, sua cidade e no país. Em virtude dessa atuação, prestamos esta simples homenagem (as informações acima foram repassadas por Joana através de contato pessoal por troca de mensagens pelo aplicativo *WhatsApp*, em julho de 2023).

Joana Mota tem 61 anos e é do Empreendimento de Economia Solidária 1 (EES1) localizado em uma região comercial bem movimentada na Grande Natal. O EES1 possui 23 pessoas cadastradas oficialmente, mas tem entre 12 e 14 trabalhadoras realizando os trabalhos diariamente, a maioria mulheres. Dos 3 homens cadastrados, Joana afirma que apenas 1 estava trabalhando como costureiro, mas havia se afastado por ter conseguido um emprego formal – de carteira assinada – e ajudava esporadicamente quando havia muito serviço a ser realizado. O EES1 realiza serviços de costura (pequenos concertos e reformas de roupas), artesanato e costura de *ecobags* para congressos, simpósios, dentre outros eventos científicos e culturais.

Maria Tugira¹¹⁶ (entrevistada 2) afirma que “existem as pessoas formadas e existem as pessoas que têm formação. É diferente uma coisa da outra. Eu posso não ser formada, mas eu tenho muitas informações”. O que a entrevistada afirma está em consonância com as ideias de Freire (2017) a respeito dos saberes dos educandos, os quais devem ser respeitados por uma educação libertadora (Culti, 2006; Freire, 2017). Qualquer formação ou processo de incubação deve levar em conta os saberes dos(das) trabalhadores(as) solidários(as). A entrevistada possui uma experiência de 35 anos de trabalho em coletivos populares.

Maria Tugira tem 78 anos e concedeu a entrevista na sede do Empreendimento de Economia Solidária 2 (EE2). A entrevista foi realizada no dia 21/06/2023. O EE2 possui um total de 18 trabalhadoras, todas mulheres.

Segundo Katiana Bezerra¹¹⁷ (entrevistada 3) “ser mulher [...] é liberdade, respeito e amor. Juntando as três coisas dá pra sobreviver”. A entrevistada aponta os desafios de ser mulher na sociedade. As questões de gênero impactam o trabalho das

¹¹⁶ A entrevistada 2 recebeu o pseudônimo de Maria Tugira que é uma mulher de 63 anos e é catadora de materiais recicláveis há 40 anos. Tugira é militante do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) e trabalhou em um “lixão” durante quase toda sua vida. Em 2009, fundou, na cidade de Uruguaiana (RS), uma Associação de Catadores com as famílias que trabalhavam no lixão. Em 2013, ela conseguiu sair de lá a partir de Políticas Públicas de Economia Solidária, com a implantação de um projeto piloto de Coleta Seletiva Solidária feita de porta em porta, na sua cidade, com o apoio da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) e o MNCR. Sua associação foi contratada para realizar a coleta seletiva na cidade. Para ela, a Economia Solidária é “um marco transformador na melhoria das condições de vida das famílias que viviam no lixão” (Informações coletadas de uma conversa informal que tive com Dona Tugira através de troca de mensagens pelo aplicativo *WhatsApp*, em julho/2023).

¹¹⁷ A entrevistada 3 recebeu o pseudônimo de Katiana de Oliveira Bezerra, a quem presto homenagem, por ser uma mulher cearense que atuou, em 2023, como assistente social do Banco Palmas em Fortaleza (CE) – primeiro Banco Comunitário Brasileiro criado para combate à pobreza e à vulnerabilidade da população do bairro Palmas dos Índios, na cidade de Fortaleza. Katiana foi uma das fundadoras da Associação de Mulheres Emancipadas e teve atuação política e social junto a diversas cooperativas. Essas informações foram obtidas em conversa informal com Katiana através do aplicativo de mensagens *WhatsApp* e de acordo com Mostagi et. al. (2019).

mulheres, que acumulam múltiplas jornadas de trabalho e assumem socialmente os trabalhos do cuidado (Bengoa; Corral, 2022; Waring; Steinem, 1998), bem como recebem menores salários (Cisne, 2018; Marçal, 2017). A Divisão Sexual do Trabalho as coloca nas funções menos valorizadas, informais, perigosas dentre outras. (Cisne, 2018; Marçal, 2017; Hillenkamp, 2017). A entrevistada aponta a necessidade do respeito às mulheres, isto significa dizer não à violência de gênero (Saffioti, 2015; Cisne, 2018; Hillenkamp, 2017)¹¹⁸.

Katiana de Oliveira Bezerra é uma senhora de 72 anos que me recebeu no prédio do EES3 à tarde, no dia 27/06/2023. O EES3 possui cerca de 8 trabalhadoras atuando na produção, todas mulheres, mas atende a toda a comunidade ofertando cursos de artesanato, *crochet*, pintura dentre outras atividades.

Nelsa Nespolo¹¹⁹ (entrevistada 4) disse: “Eu não apanhava porque não falava. [...] Depressão se cura com arte”. A entrevistada traz a perspectiva dos desafios da mulher frente a uma sociedade que tolhe o gênero feminino a partir dos julgamentos e da violência contra seus corpos. Ela fala da violência que sofreu com seu marido abusivo. A violência contra as mulheres física, psicológica, financeira (Saffioti, 2015; Cisne, 2018; Hillenkamp, 2017) pode ser propulsora do desenvolvimento de doenças de cunho psicológico. A entrevistada aponta o trabalho com a ES como forma de “cura” às questões de saúde mental sofridas por mulheres que estão em relacionamentos abusivos. A mulher na sociedade é objetificada, coisificada, não detentora de humanidade (Guillaumin, 2005; Cisne, 2018), portanto, aos homens cabe dispor dos corpos femininos a seu bel prazer, daí a violência e, em casos extremos, feminicídio.

Nelsa tem 72 anos e é uma senhora bastante simpática e de aparência amável. O Empreendimento de Economia Solidária 4 (EES4) fica localizado em um bairro

¹¹⁸ Para saber mais sobre misoginia nas redes sociais e internet, ver Sugiura (2021).

¹¹⁹ O pseudônimo da entrevistada 4 veio de Nelsa Inês Fabian Nespolo, uma mulher militante do movimento de Economia Solidária no Brasil. Atuou como Diretora da Economia Solidária da Secretaria Estadual de Economia Solidária em SC (2011-2014); fundou a Cooperativa Univens (Porto Alegre-SC) (1996), a Rede Justa Trama – Cadeia de Produção do Algodão Agroecológico em 2005 (oficializada em 2008) e foi criadora da moeda solidária “justo”. Ela ainda foi da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2003) durante a gestão de Paul Singer e é atualmente a Secretária-geral de Economia Solidária da Unisol (2023) e participou da primeira diretoria (2003); é autora de dois livros sobre a Justa Trama: *Traçando certezas e esperanças* (2016) e *As tramas da esperança: a história não para* (2020). O segundo livro foi lançado em Natal, em 04/03/2023, no evento promovido pela Subcoordenadoria de Economia Solidária da SETHAS/RN (*Tecendo a Economia Solidária, reconstruindo o Brasil*), no qual estive presente e a conheci pessoalmente, adquirindo seu livro. Sobre o evento, ver <https://www.instagram.com/p/CpL5oCYrCbK/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>.

periférico de Natal/RN. Nelsa afirma que, no EES4, trabalham 16 mulheres na produção de costura, bordado e estamparia. O EES4 faz parte dos grupos de economia social e solidária que funcionam no MAF de Natal, atendidos pelo IFSol/ZN. O bairro tem fama de violento, incluindo roubos, assaltos e até mesmo assassinatos.

Nelsa é uma senhora sorridente, mas fala com volume baixo e tem um jeito muito humilde e tímido. Ao ir realizando as questões da entrevista, pude observar que por trás de seu jeito meigo e frágil havia ali uma mulher muito forte e uma mãe protetora que foi vítima de violência doméstica. Apesar da impressão primeira que tive, havia ali uma mulher disposta a contar sua história. Longe de ser apenas uma vítima, havia ali uma história emocionante de superação das dificuldades.

Aline Mendonça¹²⁰ (entrevistada 5) afirmou: “eu não nasci só para ser dona de casa, nem para obedecer a ninguém”. A entrevistada 5 tem 62 anos e possui valores feministas de liberdade e de emancipação que muitas vezes não são compartilhados por seu companheiro, que a tenta tolher em seus projetos. Sua fala exprime o desejo de ser quem ela quiser ser, sem obedecer aos ditames sociais nem ao marido, ao qual ela atribui até uma relação em que existe diálogo. A entrevistada busca lutar por sua emancipação (Carneiro, 2023; Butler, 2021; Beauvoir, 2019a, 2019b; entre outros).

O Empreendimento de Economia Solidária 5 (EES5) fica localizado em um bairro movimentado e cheio de comércios em Natal/RN. O empreendimento tem 15 mulheres associadas, mas, na produção, atuam cerca de 10 mulheres. Aline afirma que nunca houve um sócio homem lá.

¹²⁰ O pseudônimo da entrevistada 5 veio de Dr.^a Aline Mendonça dos Santos, pesquisadora da Economia Solidária desde sua graduação em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, com o trabalho “A Economia Solidária como alternativa de inserção do dependente químico em recuperação no mundo do trabalho” (2000). Ela tem mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade do Vale dos Sinos (SC), com a dissertação “Vivendo e Pensando o diferente: Representações Sociais dos Trabalhadores nos Empreendimentos de Economia Solidária” (2004), orientada pelo Prof. Luiz Inácio G. Gaiger (autoridade em Economia Solidária no Brasil). A pesquisadora fez doutorado Sanduíche em Serviço Social, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra (Portugal), cujo orientador foi o Dr. Boaventura de Sousa Santos e cuja tese foi “O movimento da economia solidária no Brasil e os dilemas da organização popular”, coorientada por Gaiger. Fez dois pós-doutorados na Universidade de Coimbra e escreveu diversos artigos, livros, capítulos e textos publicados, atuando em diversas universidades nacionais e internacionais (Bélgica, Canadá, México). Por sua larga contribuição acadêmica no campo da Economia Solidária, presto essa homenagem. Muitos livros da autora podem ser baixados gratuitamente pelo link: https://www.socioeco.org/index_pt.html.

4.2 Etapas da análise dos dados e construção das categorias emergentes

A Análise Temática (AT) “permite que o pesquisador associe uma análise da frequência de um tema a uma análise de todo o conteúdo. Isso conferirá precisão e complexidade e aumentará todo o significado da pesquisa”¹²¹ (Alhojailan, 2012, p. 40, tradução minha). Na AT, uma série de interpretações são possíveis (Alhojailan, 2012).

Segundo Braun e Clarke (2006), existem duas formas de escolhermos um conjunto de dados (*data set*) para análise: primeiro, pode-se escolher todos ou a maioria dos itens do *corpus* ou, segundo os dados, podem ser escolhidos a partir de um interesse particular de análise de algum tópico e a análise se dará com todos os itens que se referem a este tópico. Pode-se analisar de uma terceira forma ainda: combinando as duas formas de análise para produzir o conjunto de dados. Os itens de dados (*data item*) são cada excerto de dados coletados que, juntos, formam o *corpus*. Por fim, os extratos de dados (*data extract*) se referem a uma parte destacada e codificada dos dados que foi identificada e extraída dos itens de dados. Tais extratos são retirados do conjunto de dados e selecionados para serem incluídos na análise final.

Braun e Clarke (2006) aconselham que a AT seja realizada com a posição teórica do pesquisador explicitada e transparente, para que se possa compreender qual a relação desta teoria com o mundo, com a realidade, já que o pesquisador não pode se abster de seus posicionamentos teóricos e epistemológicos, pois “os dados não serão codificados em um vácuo epistemológico” (Braun; Clarke, 2006, p. 12, tradução minha).

Braun e Clarke (2006) afirmam que a AT envolve um nível semântico e explícito, cuja opção principal é pelo primeiro nível, mas segue etapas que vão desde a descrição – onde os dados são organizados e mostram seus padrões e conteúdos semânticos – até a sumarização e interpretação – onde a teoria vai trazer os padrões e seus limites de significados e implicações –, embasadas em referencial teórico pré-estabelecido. As autoras afirmam que, na AT, existe a busca nos conjuntos de dados de padrões repetidos de significado, cuja forma exata e o produto nela variam. É

¹²¹ “allows the researcher to associate an analysis of the frequency of a theme with one of the whole content. This will confer accuracy and intricacy and enhance the research’s whole meaning”.

essencial que o produto final contenha um relato não necessariamente detalhado do que foi feito e por quê.

A fase inicial da AT é a transcrição dos dados; depois, devem-se escrever anotações e repetir a leitura muitas vezes até descrever a perspectiva dos participantes, retomando-as através de citações diretas. Essa fase inicial consiste em três estágios: ler as transcrições e sinalizar as unidades de significado; codificar e buscar abstrações nas falas dos participantes; e escrever notas reflexivas (Vaismoradi; Turunen; Bondas, 2013, p. 103). Vaismoradi, Turunen e Bondas (2013) dizem que, na fase de codificação, os significados explícitos e implícitos se revelam. Para alcançar respostas às perguntas realizadas na investigação, os autores revelam ser primordial selecionar das transcrições uma seção com tamanho apropriado para prevenir que se percam significados implícitos.

De acordo com Vaismoradi *et al.* (2016), um texto pode conter múltiplos significados e requer esforço do pesquisador no processo de análise. Muitas vezes, temas estão relacionados a subdivisões e subtemas que uns nomeiam de *categorias* e *temas*. Para os autores, a falta de coesão está na confusão entre estes dois termos e há uma necessidade de diferenciar categoria de tema, em níveis de profundidade e abstração.

Os autores afirmam que categorias se referem ao nível *descritivo* – manifestações explícitas dos participantes – e elas descrevem os temas. São o primeiro produto do processo de análise. Já os temas, referem-se a um nível mais implícito e abstrato, o que requer *interpretação*. “Quando os pesquisadores elevam a perspectiva do participante a um nível abstrato de conceitualização e buscam o significado subjacente nas palavras dos participantes, surge o significado implícito ou tema”¹²² (Vaismoradi *et al.*, 2016, p. 102, tradução minha). A categoria é uma ideia expressa no texto e o tema é mais do que uma categoria, depende de uma interpretação do pesquisador (Vaismoradi *et al.*, 2016).

Realizei o tratamento de dados procedendo à unitarização de unidades de significado a partir da ATD. Essas unidades foram selecionadas (destacadas das entrevistas) a partir das fases da AT, de acordo com Braun e Clarke (2006), que discuti na seção 1. A seguir, o conjunto de seções: “1) familiarização com os dados a partir de releituras; 2) geração de códigos iniciais e definição das unidades de análise; 3)

¹²² “When researchers raise the participant’s perspective to an abstract level of conceptualization and seek the underlying meaning in the participants’ words, implicit meaning or theme is emerged”.

busca de temas através de triagem; 4) revisão de temas e refinamento para análise; 5) definição e nomeação de temas; e, por fim, 6) produção do relatório conciso, coerente, lógico”. Realizei, nesta fase, apenas os passos 1, 2 e 3 da AT e iniciei o tratamento a partir da ATD.

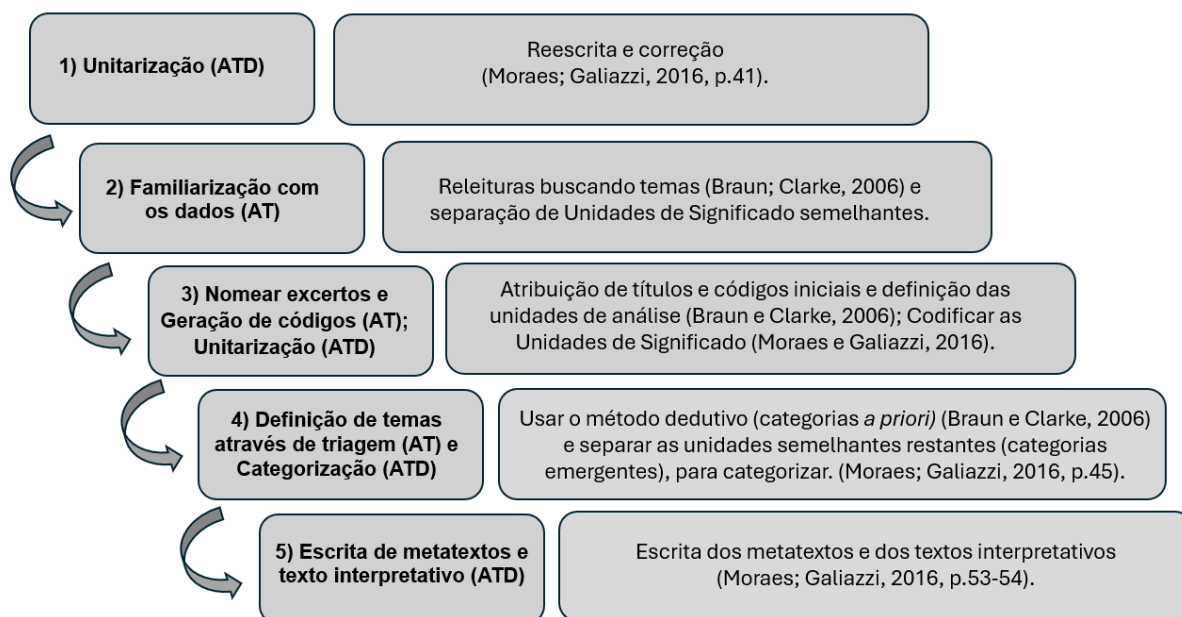
A Análise Textual Discursiva (ATD) se utiliza de alguns processos metodológicos para a produção de textos interpretativos, a partir de documentos textuais que ela analisa. A ATD, de acordo com Galiazzi e Souza (2022),

é uma ampliação de horizonte interpretativo, em que o pesquisador se dá conta de que no processo de análise das informações textuais e discursivas visualiza o horizonte como uma expectativa. À medida que se desloca em sua direção, o pesquisador se dá conta de que o processo que trilha rumo a sua expectativa de horizonte possui vivências, sujeitos e experiências que provocam modificações no seu modo de ser. É a *fusão de horizontes* (Galiazzi; Souza, 2022, p. 33, grifos dos autores)

A ATD é uma técnica de análise na pesquisa qualitativa que se afasta da perspectiva metodológica positivista, evitando hipóteses prévias “fechadas”. Ao contrário, de acordo com Galiazzi e Souza (2022, p. 33), a investigação leva a um movimento “traçado por círculos e espirais”, no qual o investigador não pode se abster da busca pela compreensão inesperada do que investiga, “as teorias emergentes são os suportes para as suas pré-compreensões”.

A Análise Textual Discursiva (ATD) é uma metodologia que estabelece, a partir de um *corpus* dado, algumas categorias a serem descobertas, diante do esforço do pesquisador ou da pesquisadora de descrever o fenômeno (Galiazzi; Souza, 2022, p. 114). Para o autor e a autora, *descrever* “é sucedido por processos interpretativos pelos quais se busca ampliar os sentidos do fenômeno em análise, de modo a compreendê-lo melhor” (Galiazzi; Souza, 2022, p. 114).

As etapas de análise dos textos das entrevistas foram feitas utilizando tanto a Análise Temática (AT) quanto a Análise Textual Discursiva (ATD) para tratamento dos dados. A figura 14 traz as etapas de análise usando as duas técnicas.

Figura 14 – Etapas da análise dos dados.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base em Moraes e Galiazzi (2016); Braun e Clarke (2006).

A primeira etapa de análise dos dados das entrevistas foi o que Moraes e Galiazzi (2016) denominam do processo de *unitarização*, que requer algumas fases. A primeira delas, de acordo com os autores, é o processo de desmontagem dos textos, que “implica examinar os textos em seus detalhes fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes, enunciados referentes aos fenômenos estudados” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 33). Porém, antes de realizar a desmontagem das entrevistas, eu realizei o processo de reescrita dos textos das entrevistas, que, de acordo com os autores, é quando o pesquisador reescreve em “linguagem própria, ainda que mantendo pontes com os significados originais das mensagens”, garantindo que o pesquisador possa “compreender cada unidade a partir do contexto do qual elas se originam” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 92).

Nesta etapa, eu procedi realizando correções gramaticais, retirando vícios de linguagem e aspectos da fala, excluindo repetições de palavras e frases e adequando as respostas incompletas, inserindo partes das questões do roteiro de entrevistas para que as respostas ficassem mais claras e completas, sem interferir na interpretação semântica das respostas. Além disso, obedeceu-se à ética de não alterar nenhum sentido do que foi dito pelas entrevistadas, permanecendo, sempre que possível, com as exatas palavras de suas falas na entrevista. Esse procedimento teve o único objetivo de “limpar” os textos das entrevistas, deixando os significados mais aparentes e excluindo palavras e frases desnecessárias, que atrapalhariam a compreensão.

Os textos foram lidos, relidos e interpretados na busca por categorias e temas que tivessem ligação com as categorias *a priori*. Em relação às categorias que iam emergindo na leitura, procedi com recortes de excertos de textos de cada uma das cinco entrevistas. Como vimos com Braun e Clarke (2006), dentre outros autores, a AT *busca sentidos nos textos*. Moraes e Galiuzzi (2016) explicam que na Análise Temática:

procura-se elaborar núcleos de sentido, proposições que conduzem a significados, tendo em vista a compreensão de determinados fenômenos. Assumindo que as palavras isoladamente têm pouco sentido, análise temática opera com recortes de ideias e enunciados, atuando assim em plano semântico (Moraes; Galiuzzi, 2016, p. 82).

O critério de recortes adotado nesta fase foi o linguístico sintático, que, para Moraes e Galiuzzi (2016), “é definir unidades com base na ordem de exposição das palavras nas frases, ou das frases no discurso. É operar no domínio da construção gramatical, da relação lógica dos elementos do discurso entre si” (Moraes; Galiuzzi, 2016, p. 81). Minha opção foi separar frases e sentenças completas que tinham um sentido completo, que tratavam de algum assunto. Algumas unidades de significado com períodos sintáticos compostos que tratavam de mais de um assunto foram divididas em duas ou mais partes que fossem completas de sentido.

A cada parte destacada foi atribuído um código que faz referência à primeira unitarização feita US1 (unidade de significado), bem como de qual entrevista o texto foi retirado, portanto, US1:E1 é unidade do texto da entrevista 1 e, por fim, um número que corresponde à ordem que aquela unidade se encontra no texto. Por exemplo, US1:E3:15 corresponde à primeira unitarização de excerto de texto da entrevista 3, que, na sequência do texto, encontra-se na posição 15^a. Cada texto de entrevista gerou muitas unidades de significado: a entrevista 1 gerou 171; a 2, 197; a 3, 168; a 4, 135; e, por fim, a 5, 241.

De acordo com Moraes e Galiuzzi (2016), a unitarização tem três fases: fragmentação e codificação; reescrita para assumir um significado mais completo; atribuição de um nome ou título. As US geradas a partir das entrevistas foram separadas em temas abrangentes, as quais foram dados títulos e separados em arquivos do tipo texto editável (.doc) para o software Word no computador. Cada tema gerou um arquivo. Dentro desses temas, estavam as categorias *a priori* e foram surgindo as categorias emergentes.

Fiz uma lista com todos os temas e fui aglutinando os temas semelhantes, e as categorias foram sendo construídas à medida que eu as relacionava com as categorias *a priori*. Nesta fase, procedi utilizando o método misto: dedutivo e indutivo.

Com o *método dedutivo*, a partir das categorias *a priori*, “as unidades se originam da aplicação da teoria ao ‘*corpus*’. De algum modo, são as teorias que ajudam a delimitar significados e unidades” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 87). Nesta fase, interpretei as US a partir das categorias *a priori*: *Práticas Pedagógicas*; *Economia Solidária e Emancipação Feminina* e separei as US em pastas no computador para cada categoria, assim, “o movimento da unitarização vai da regra ao exemplo, num movimento retrospectivo” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 87). As categorias já estavam definidas antes mesmo de examinar o *corpus*. Já com o método indutivo, as categorias vão aparecendo na medida que se faz a análise dos textos.

No método indutivo, implica produzir as categorias a partir das unidades de análise construídas desde o *corpus*. Por um processo de comparar e contrastar constante entre as unidades de análise, o pesquisador organiza conjuntos de elementos semelhantes, geralmente com base em seu conhecimento tácito [...]. Este é um processo indutivo, de caminhar do particular ao geral, resultando no que se denomina de categorias emergentes (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 45).

Os autores defendem ainda a possibilidade de se utilizar do método *intuitivo*, cujas categorias produzidas por intuição “originam-se de inspirações repentinas, *insights* que se apresentam ao pesquisador a partir de uma intensa impregnação nos dados relacionados aos fenômenos” (Moraes; Galiazzi, 2016, p. 46). Eu me utilizei tanto do método misto (dedutivo e indutivo) quanto do método intuitivo, pois procedi com a aglutinação dos temas gerados pelas unidades de significado em categorias que foram listadas em outro arquivo salvo no *software Word*. O quadro 8 mostra as categorias emergentes e temas a elas relacionados da categoria *a priori Práticas Pedagógicas*.

Quadro 8 – Práticas Pedagógicas.

Categorias emergentes	Temas das Unidades de Significado
Educação não formal*	Educação familiar
	Educação popular
	Autoaprendizagem
	Aprender a aprender

Economia Solidária	Conhecimento comunitário
	Desenvolvimento sustentável
	Solidariedade
	Eventos
Educação Básica*	Habilidade de escrita
	Saberes matemáticos
	Leitura e interpretação
Inteligência Interpessoal	Habilidade comunicativa
	Habilidade de escuta
	Diálogos
Política	Feminismo
	Movimentos sociais
	Letramento racial
Trabalho	Capacitação e treinamento
	Saberes administrativos
	Gerenciamento e liderança
	Prática
	Reuniões
	Saber técnico
	Tecnologia

Fonte: Elaboração própria (2024).

As categorias emergentes com asterisco foram criadas a partir da interpretação intuitiva. As que não têm asterisco nasceram a partir das unidades de significado. O quadro mostra os temas e as categorias emergentes aglutinadas a partir dos temas. A categoria emergente *Educação não formal* engloba os tipos de educação que não se fazem no ambiente escolar regular. De acordo com Gohn (2006; 2009), a Educação não formal engloba a aprendizagem política; capacitação para o trabalho; capacitação comunitária; leitura de mundo; educação na/da mídia; processos de autoaprendizagem e aprendizagem coletiva que se dão a partir de temas como questões étnico-raciais, gênero, geracionais e de idade, entre outros. Então, a educação familiar, informal e autoaprendizagem (aprender a aprender) estão incluídas neste tipo de educação.

A Economia Solidária está relacionada ao *conhecimento comunitário*, ao *desenvolvimento sustentável*, à *solidariedade* e aos *eventos* que são imprescindíveis em suas práticas cotidianas (Singer, 2005, 2022; Tiriba, 2024a, 2024b; Gadotti, 2009).

Os conhecimentos da Educação Básica comportam a *habilidade de escrita*, a *leitura e interpretação* e os *saberes matemáticos*. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 2020), em seu artigo 32º, o Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, tem como um de seus objetivos “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o *pleno domínio da leitura, da escrita e do*

cálculo”. O artigo 35º, por sua vez, diz que “o ensino da *língua portuguesa* e da *matemática* será obrigatório nos três anos do ensino médio”.

De acordo com Gardner (2010), existem múltiplas inteligências. A *comunicação* é “o processo que se baseia na inteligência interpessoal” (Shen, 2010, p. 75). Acredito que a *habilidade de comunicação, escuta e o diálogo* estão relacionadas à categoria emergente *Inteligência Interpessoal*.

A categoria *Política* aglutina os temas do *feminismo, movimentos sociais e a questão do letramento racial*. Como vimos em Carneiro (2023), as mulheres devem desenvolver a *consciência racial*, desenvolvendo nelas um sentimento de *pertencimento a um grupo*. Tal consciência (letramento racial) deve servir como instrumento político de luta (movimentos sociais), e esta consciência deve ser coletiva e se tornar mobilizadora da ação política, principalmente para as pessoas subalternizadas, como mulheres (feminismo) e pessoas negras (movimento negro).

A categoria *Trabalho* engloba os temas de *capacitação e treinamento; saberes administrativos; gerenciamento e liderança; prática; reuniões; saber técnico*; por fim, *tecnologia*. Todos esses temas estão relacionados às atividades da IFSol (saber técnico e administrativo). As práticas pedagógicas da economia solidária (Vilaça e Dubeux, 2018; Tiriba 2024a, 2024b dentre outros), como desenvolver a autonomia (gestão, autogestão e liderança); saberes práticos relacionados aos saberes teóricos (reuniões, treinamentos, capacitações) (Singer, 2005, 2022; Gadotti, 2009; dentre outros); e, por fim, os conhecimentos de tecnologia, sobretudo a Tecnologia Social (TS), que, de acordo com Dagnino (2010, p. 11), é aquela que envolve “produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” e faz o contraponto com a Tecnologia Convencional (TC) que, de acordo com Oliveira, Addor e Maia (2018, p. 59) “tem se mostrado cada vez mais inadequada para promover um processo de emancipação dos grupos marginalizados”. Ainda segundo Leal (2018, p. 80) tem se tornado “cada vez mais incapaz de gerar inclusão na economia formal, criar empregos, distribuir renda e promover o desenvolvimento sustentável”. Dagnino afirma que a TC tampouco adequa-se à *Inclusão Social* (IS), pois

se considera que a tecnologia convencional (TC), a tecnologia que hoje existe, que a empresa privada utiliza, não é adequada para a IS. Ou seja, existem aspectos na TC, crescentemente eficiente para os propósitos de maximização do lucro privado para os quais é

desenvolvida nas empresas, que limitam sua eficácia para a IS. Segundo, porque se percebe que as instituições públicas envolvidas com a geração de conhecimento científico e tecnológico (universidades, centros de pesquisa etc.) não parecem estar ainda plenamente capacitadas para desenvolver uma *tecnologia capaz de viabilizar a IS e tornar autossustentáveis os empreendimentos autogestionários que ela deverá alavancar*. Isso torna necessário um processo de *sensibilização* dessas organizações e de outras, situadas em diferentes partes do aparelho de Estado e da sociedade em geral, a respeito do tema. Tal sensibilização se inicia por um processo de *reflexão* (Dagnino, 2010, p. 53, grifos meus).

Faz-se necessário, desta forma, que a Tecnologia Social esteja inserida no processo de incubação e nas práticas de EES para que se trabalhe em uma perspectiva a combater a Tecnologia Convencional.

Os temas encontrados relacionados à categoria *Economia Solidária* estão no quadro 9. Utilizei o mesmo procedimento de colocar um asterisco para as categorias emergentes que foram criadas a partir da interpretação intuitiva. As que não têm o asterisco vieram a partir das unidades de significado. O quadro 9 mostra as categorias e os temas que foram aglutinados para formá-las.

Quadro 9 – Economia Solidária.

Categorias emergentes	Temas das Unidades de Significado
Trabalho*	Capacitação profissional
	Perfil das pessoas e comunidade
	Tecnologias
Dificuldades socioeconômicas	Espaço físico
	Rotatividade de trabalhadores(as)
	Burocracia
Fomento*	Eventos
	Incentivo
	Políticas públicas
	Fórum
	Parcerias
	Participação em redes
	Assessoria IFSol
Formação sociopolítica*	Movimentos sociais
	Mudança de vida
Mulheres	Idade
	Diversidade
Pedagogia da Economia Solidária	Educação popular
	Saberes Populares
Princípios da Economia Solidária	Autogestão
Qualidade de vida	Relações interpessoais
	Saúde mental e física

Fonte: Elaboração própria (2024).

Como vimos com Vilaça e Dubeux (2018), Tiriba (2024a, 2024b), Tiriba e Fisher (2024), Singer (2005) e Gadotti (2009), a economia solidária requer um tipo próprio de ensino (capacitação profissional), o desenvolvimento de certos valores culturais e de comportamento a que nem todos se adequam, como solidariedade, ajuda mútua e autogestão. Portanto, exigem um perfil de trabalhador que abrace estas ideias, bem como que a comunidade apoie os empreendimentos (Perfil das pessoas e da comunidade). O trabalho pode ser auxiliado com a ajuda das tecnologias, sobretudo a tecnologia social (Dagnino, 2010).

As *Dificuldades Socioeconômicas* podem ser por falta de espaço físico para a comercialização, a rotatividade de trabalhadores(as) e a burocracia, principalmente no estado do RN, como vimos com Félix e Locatel (2022), Rêgo, Capistrano e Rabêlo (2023), Rêgo (2017), dentre outros.

O *Fomento* à economia solidária pode se dar a partir dos eventos, do incentivo financeiro, das políticas públicas, do fórum de economia solidária, das parcerias público privadas, da participação em redes e da assessoria da incubadora IFSol, como vimos com Pereira (2016), CF8 (2022), Ortuño (2021), Schwenck (2023), RESF (2020), IFRN (2018b), dentre outros autores.

A categoria *Formação Sociopolítica* nasce a partir dos *movimentos sociais* e a *mudança de vida* que ocorre a partir da prática da economia solidária e da participação nesses movimentos, como vimos com Schwenck (2023), Soares (2019), CF8 (2022), dentre outros autores.

Em relação à categoria *Mulheres* da economia solidária, observei a questão das idades e a perspectiva da diversidade. De acordo com Hillenkamp (2017), Nobre (2003b), Guérin (2005), elas são maioria nas práticas da economia solidária. De acordo com Alves (2014), as mulheres se identificam como semelhantes em grupos de economia solidária em relação à “idade, geração, sexualidade, classe social, etnia, formação cultural, ideologia, atuação política, religiosidade, nacionalidade”, e essas condições “facilitam a identificação de forma positiva entre mulheres por pertencerem e por se identificarem com o gênero feminino” (Alves, 2014, p. 74).

A categoria *Pedagogia da Economia Solidária* inclui a educação popular e os saberes populares, como vimos com Tiriba (2024a, 2024b), Vilaça e Dubeux (2018), Freire (2001), Haddad e Di Pierro (2021), dentre outros. A categoria *Princípios da Economia Solidária* inclui a autogestão, desafio da incubação de EES para que eles

alcancem essa autonomia, como vimos com Singer (2022), Vilaça e Dubeux (2018), Sguarezi (2020), Núñez (2007), dentre outros autores.

A categoria *Qualidade de Vida* se relaciona aos temas relações interpessoais (Gardner, 2010) e saúde mental e física, que, de acordo com Alves (2016), por meio das *cooperativas integradas*, é possível criar condições, em relação à pessoa com transtornos mentais, de poder “minimizar os sintomas da doença e em alguns casos, curar-se, além de serem produtivas, terem uma casa, uma relação, meios econômicos”. Tais locais “são instrumentos de produção de atividade e de formação cultural por meio da educação” (Alves, 2016, p. 53).

Por fim, em relação à categoria *Emancipação feminina*, o quadro 10 mostra as categorias emergentes das US sem asterisco e a categoria vinda do método intuitivo com um asterisco.

Quadro 10 – Emancipação Feminina.

Categorias emergentes	Temas das Unidades de Significado
Questões raciais*	Mulher negra
	Autoconhecimento
Humana	Autonomia
	Liberdade
Social	Subordinação de gênero
	Cuidados
	Papéis sociais de gênero
Gênero	Maternidade
	Saúde mental e física
	Coletiva
	Intelectual
Político-econômica	Feminismo
	Redistribuição
	Econômica
Profissional	Divisão sexual do trabalho
	Gestão e liderança
	Superexploração do trabalho feminino
Incubação	Autogestão

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação à categoria *Questões Raciais* relacionada à *mulher negra* e ao *autoconhecimento*, vimos em Carneiro (2023) e em Davis (2016) sobre a emancipação da mulher negra através da conscientização de si. A *Emancipação Humana*, está relacionada às ideias de *liberdade* e *autonomia*, como pode-se aprender com base nos autores homens que falam de emancipação (Silva, 2018).

A emancipação feminina, a partir da categoria *Social*, está relacionada a questões de *subordinação de gênero* (Beauvoir, 2019a, 2019b; Saffioti, 2015; entre outros); aos aspectos dos *cuidados* (Guérin, 2005; Carillo, 2013; Bengoa; Corral, 2022); e, por fim, aos *papéis sociais de gênero* (Beauvoir, 2019a, 2019b; Cisne, 2018; Perrot, 2017; entre outros).

A categoria *Gênero* enquanto emancipação engloba os temas *maternidade* (Beauvoir, 2019a, 2019b); *saúde mental e física* (Alves, 2016; Alves, 2014); coletiva (Carneiro, 2023; Davis, 2016; entre outros) e *intelectual* (Rosemberg, Piza e Montenegro, 1990; Floresta, 2019; entre outros).

A categoria emergente emancipação *Político-econômica* engloba os temas feminismo (Hooks, 2019; Federici, 2022; Bengoa; Corral, 2022); redistribuição (Andrade, 2022; Fraser, 2013) e econômica (Beauvoir, 2019a, 2019b; Davis, 2016; Guérin, 2005; Petarly, 2016; entre outros).

Com relação à emancipação *Profissional*, há as ideias de *divisão sexual do trabalho* discutidas por Kergoat (2009), Marçal (2017). A questão da *gestão e liderança*, pode-se relacionar com o processo de autogestão (Singer, 2022; Sguarezi, 2020; Núñez, 2007; entre outros). E a *superexploração do trabalho feminino* (Hillenkamp, Guérin e Verschuur, 2016; Hooks, 2019; Davis, 2016).

Já a emancipação a partir da *Incubação* inclui a *autogestão* e se conecta com as ideias de autonomia dos(das) trabalhadores(as) e dos EES – como mostrei em Singer (2022), Vilaça e Dubeux (2018), Sguarezi (2020), Núñez (2007), dentre outros.

Devidamente justificadas e trabalhadas as categorias emergentes, o quadro 11 faz um resumo geral das categorias *a priori* e das categorias emergentes que foram aglutinadas pelo processo misto e intuitivo, de acordo com Braun e Clarke (2006) e Moraes e Galiuzzi (2016).

Quadro 11 – Categorias *a priori* e emergentes.

Práticas Pedagógicas	Economia Solidária	Emancipação Feminina
Educação não formal	Dificuldades socioeconômicas	Questões raciais
Economia Solidária	Fomento à ES	Humana
Educação Básica	Formação sociopolítica	Social
Inteligência Interpessoal	Mulheres	Feminina
Política	Pedagogia da ES	Político-econômica
	Princípios da ES	Profissional
Trabalho	Qualidade de Vida	Incubação
	Trabalho	

Fonte: Elaboração própria (2024).

A próxima subseção irá analisar as categorias relacionadas às práticas pedagógicas da economia solidária da IFSol que buscam fomentar a emancipação de mulheres líderes de EES e que trabalham na perspectiva de uma economia solidária feminista.

4.3 As Práticas Pedagógicas da Economia Solidária: a educação não formal como apoio à formação político-profissional e o fortalecimento da inteligência interpessoal de trabalhadoras solidárias

A categoria *Práticas Pedagógicas* gerou seis categorias emergentes: *Educação Não-formal*, *Economia Solidária*, *Educação Básica*, *Inteligência Interpessoal*, *Política e Trabalho*¹²³. Observei a categoria *Educação não formal* nas unidades de significado retiradas do texto da entrevistada Maria Tugira – entrevista 2 –, que fala da atuação da IFSol diante de seu empreendimento.

US1:E2:52 – Eu percebo uma diferença no tratamento da IFSol conosco. **Eu não sei nem o que significa IFSol.** [...]

US1:E2:53 – Houve uma reunião certa vez que **eu perguntei** o que significava a sigla e elas só falavam a sigla e **não me responderam nem explicaram** o que significava a sigla. Quando você usa uma sigla eu tenho que saber o que significa, não é mesmo? [...]

US1:E2:54 – Então, eu penso que se existe uma sigla, você deve explicar às pessoas o que ela significa. Aí, elas me falaram que era da IFSol e, então, eu anotei lá no meu caderno, IFSol, e eu tenho este caderno só para fazer anotações. **Eu tenho anotado, mas antes eu não sabia o que significava** (Maria Tugira).

Segundo Freire (2001) e Haddad e Di Pierro (2021), a Educação popular é aquela entendida como Educação de Adultos, na qual os educadores devem desenvolver certa sensibilidade que não os conteúdos e a didática, mas sim a reflexão crítica sobre a realidade, em uma prática educativa que estimule o desenvolvimento político dos educandos, com o objetivo de superar o senso comum para a compreensão científico-crítica da realidade em que eles vivem¹²⁴. Espera-se do educador popular que ele/ela atue na sua prática respeitando os saberes de seus

¹²³ A categoria *Educação Básica* não entrou na análise por não ter relação com a atuação da incubadora nos empreendimentos analisados.

¹²⁴ Verificar a figura 9 sobre os tipos de educação na seção 2, item 2.5.

educandos. A fala de Maria Tugira nos promove a reflexão de que a postura da incubadora IFSol/IFRN-ZN – pelo menos no empreendimento de Maria Tugira – vai de encontro às ideias freireanas.

Não houve uma boa comunicação, inclusive, para explicar o significado da sigla, o que deveria ser uma primeira preocupação da abordagem a empreendimentos de economia solidária, cujos trabalhadores(as) muitas vezes carecem de educação formal básica. Apesar de Maria Tugira possuir Ensino Médio completo, ela demonstra que teve essa dificuldade e não houve retorno positivo da incubadora. Como vimos em Gadotti (2009), a economia solidária traz a proposta educativa da Educação Popular, tendo caráter participativo e contestatório – Vilaça e Dubeux (2018) afirmam que ela é libertadora e não autoritária.

O fato de a trabalhadora não saber a sigla e ter perguntado o que era e não obter retorno nos sinaliza um tipo de postura educativa que não abre espaço à contestação, à participação.

A entrevistada Joana Mota nos conta a postura arredia das trabalhadoras de seu empreendimento frente à formação ofertada pela IFSol.

US1:E1:108 – Algumas mulheres não querem participar de forma alguma porque acham que perdem tempo e **precisam produzir, precisam ganhar dinheiro** e acreditam que estão **perdendo tempo com a capacitação** (Joana Mota).

A falta de interesse das trabalhadoras não deve ficar apenas a cargo de sua postura, enquanto pessoas que não estão dispostas ao aprendizado. Talvez, a formação ofertada não fora de interesse das trabalhadoras, e fica o questionamento se esta formação ou essas práticas pedagógicas levaram em conta os interesses e o dia a dia dessas pessoas. Não obtivemos nenhum material de formação da incubadora IFSol/IFRN-ZN e não há como saber se os materiais obedecem ou não aos preceitos da educação popular para a economia solidária.

Vilaça e Dubeux (2018) defendem metodologias pedagógicas que utilizem temas problematizadores. As autoras falam sobre a *Pedagogia da Autogestão*, cujos processos de ensino-aprendizagem trazem a visão coletiva, com temas que emergem *principalmente das demandas e necessidades nos educandos* na busca pelo exercício da construção da autonomia, ao contrário do *Ensino Formal*, escolarizado, que traz a *narrativa de poder dominante* (capitalista, patriarcal, racista, heteronormativa e

religiosa). Não se sabe se, em algum momento, foi questionado às trabalhadoras sobre quais dificuldades elas tinham e o que elas gostariam de aprender para melhorarem seu trabalho, e se essas trabalhadoras construíram os conteúdos da formação junto às pessoas técnicas da incubadora IFSol/IFRN-ZN.

Outra categoria emergente foi a *Economia Solidária*, que analisaremos na unidade de significado abaixo.

US1:E1:60 – A cooperativa atende aos princípios da Economia Solidária, porque ela não é uma caixinha montada, mas sim um **processo de autorreconhecimento das pessoas**. As pessoas passam a ser **solidárias** mesmo, se **disponibilizar para ajudar**.
(Joana Mota)

Como vimos com Gadotti (2009), na seção 2.5, a *Pedagogia da Economia Solidária* é uma construção de valores que se aprende na cultura do coletivo e na prática. O autor enxerga a economia solidária enquanto *práxis pedagógica*. Ela busca uma educação para a cooperação, no que diz respeito a uma formação para a gestão cooperativa, incentiva os(as) trabalhadores(as) a trabalhar com a prática de ajuda mútua enquanto princípio pedagógico e promove uma cultura solidária. Joana afirma que as trabalhadoras de seu empreendimento, a partir do trabalho, passaram a ser mais solidárias.

Joana ainda aponta um aspecto positivo na incubação da IFSol/IFRN-ZN de seu empreendimento, quando ela afirma que solicita demandas a estudantes que trabalham naquele núcleo da incubadora.

US1:E1:80 – Muitas dessas demandas são do processo de **autogestão**, de nossa **autonomia**, mas os estudantes vão **cativando** a gente e nos **estimulando**, realizando aquela **troca** [de saberes].
(Joana Mota)

O processo de autogestão é próprio da economia solidária. Muitos trabalhadores(as) têm dificuldades de se desvencilhar do processo de gestão usual das empresas privadas, a heterogestão. Sguarezzi (2020) afirma que a *autogestão* é um conceito que busca superar a alienação ou dominação do capital sobre os(as) trabalhadores(as). Nasce paralelamente ao capitalismo, para enfrentá-lo, e é um processo de liberdade e autonomia dos(das) trabalhadores(as). Segundo Núñez (2007), nela se reestabelece a vontade e a individualidade dos(das) trabalhadores(as).

Para Vilaça e Dubeux (2018), é o processo no qual os(as) trabalhadores(as) compartilham as decisões administrativas e políticas e reconhecem e problematizam suas falas e saberes. As mesmas autoras acreditam que este processo requer a *autoconsciência* dos(das) trabalhadores(as), que Joana Mota utiliza – na US1:E1:60 – por meio do termo *autorreconhecimento*.

A categoria emergente *Inteligência Interpessoal*¹²⁵ gerou uma unidade de significado na fala de Aline Mendonça.

US1:E5:213 – Esse é o problema, porque tem momentos que você precisa ser rígida. **Isso eu aprendi com a IFSol.**

US1:E5:214 – Têm coisas que eu acho que são tão absurdas, que eu tenho vontade de explodir, mas, quando a gente está **conduzindo** aquilo ali, você tem que se conter. Você tem que saber o que você vai dizer. **Aprendi** muito isso com a Pessoa_4 e com Pessoa_3. Mas não é fácil (Aline Mendonça).

Aline está se referindo ao fato de que ela ficou responsável por coordenar a Feirarte – que, como vimos anteriormente, é o nome atribuído pela coordenação da IFSol/IFRN-ZN para os EES que comercializam no Mercado de Agricultura Familiar – e por ficar responsável de realizar reuniões com as trabalhadoras de lá. Ela conseguiu modificar seu comportamento e alega ter aprendido com a IFSol a saber lidar melhor com as trabalhadoras de lá.

Em relação ainda a este tema, pode-se observar as dificuldades de relacionamento e comunicação entre Maria Tugira e a IFSol, sobretudo com uma das técnicas da incubadora.

US1:E2:93 – Eu ainda vou ter uma **conversa** com a Pessoa_2 e vou falar para ela que eu não saí da economia solidária não, eu saí da Feirarte, saí lá da loja do MAF. Eu não podia vir para o IF também (Maria Tugira).

¹²⁵ A *Teoria das Inteligências Múltiplas* foi trazida por Howard Gardner em 1983. Afirmou que todos os seres humanos possuem, além da *inteligência linguística* e a *lógico-matemática* – as mais difundidas em testes de inteligência –, as inteligências: “a musical, a espacial, a corporal-cinestésica (uso do próprio corpo ou de partes dele para resolver problemas ou fazer algo), a interpessoal (entendimento dos outros), intrapessoal (entendimento de si mesmo), a naturalista e uma possível nona inteligência, a inteligência existencial (a que gera e tenta responder às maiores perguntas sobre natureza e preocupações humanas)” (Gardner, 2010, p. 19).

Há uma certa falta de diálogo entre Maria Tugira e a IFSol/IFRN-ZN, mas existe uma disposição dela em resolver a questão. Ela alega que foi excluída dos eventos da feira que acontece dentro do *Campus* Natal Zona Norte, de modo que se chateou com a situação. Não pretendo aqui fazer juízo de valor de quem está certo ou errado ou mesmo afirmar sobre a veracidade ou não dos fatos. Pretendo apenas sinalizar que existem problemas de relacionamento que afetam a incubação dos empreendimentos atendidos pela IFSol/IFRN-ZN. Uma educação dialógica, libertadora e emancipatória leva em conta os aspectos de inteligência interpessoal de ambas as partes: equipe técnica e trabalhadores(as) incubados(as).

O Regimento da IFSol (IFRN, 2018b) define a incubação como processo *dialogado* com diagnóstico da real situação, para a execução das atividades e prevê ainda uma avaliação do trabalho desenvolvido.

Um exemplo de desenvolvimento da inteligência interpessoal desenvolvida pela equipe da incubadora, a partir dos saberes das trabalhadoras, encontra-se na fala de Nelsa Nespolo.

US1:E4:102 – Nós **ensinamos** também para os estudantes. Nós aprendíamos, mas também ensinávamos a eles. Eles **não sabiam bem como lidar com as pessoas no início**. Com as pessoas que trabalham nas associações e eles perguntavam à gente como fazer e a gente explicava como eles deveriam chegar na associação, **como eles deveriam abordar uma conversa** (Nelsa Nespolo).

Nelsa consegue identificar que existiu uma aprendizagem, já que ela percebe que houve a troca de saberes dos estudantes da equipe técnica da incubadora com as trabalhadoras do EES4. A prática pedagógica observada aqui é o diálogo entre as trabalhadoras e os estudantes – não sabemos se foi através de uma reunião, uma conversa informal, uma pequena palestra realizada –. Ela ainda explica o que ensinou, que foi a forma de dialogar com as trabalhadoras e de conversar. Tanto Vilaça e Dubeux (2018) quanto Gadotti (2009) colocam o *diálogo* como proposta pedagógica da economia solidária. No regimento da IFSol, o diálogo na formação de trabalhadores(as) aparece como objetivo e é um dos princípios de Freire (2017) para uma educação libertadora.

Aline Mendonça fala da realização de uma entrevista com estudantes da IFSol/IFRN-ZN que eles realizaram com as trabalhadoras do EES5 que contribuiu para a formação destes estudantes.

US1:E5:175 – Certa vez uma turma da professora Pessoa_3 veio. Foi umas duas ou foi três vezes, ela **trouxe os alunos dela** aqui para fazer **entrevistas conosco**. Então, eu **convidei todas as mulheres**.

US1:E5:176 – Cada estudante entrevistou, ficou com uma mulher, e **entrevistou**. Eu acho que era para um **trabalho**, e eles fizeram tudo corretamente. E depois ela me deu um retorno, dizendo que **todo mundo tirou a nota máxima**, e ficamos muito felizes (Aline Mendonça).

Independentemente da nota que os alunos conseguiram na atividade, pode-se perceber que houve a troca de saberes a partir do diálogo, o que está de acordo com as práticas pedagógicas da economia solidária e foram respeitados os saberes populares dos educandos, ou, no caso específico, das trabalhadoras solidárias. Nesta perspectiva ocorre a *Educação Formal* – sob o ponto de vista dos estudantes do IFRN – e a *Educação Popular*, na perspectiva de aprendizagem de trabalhadoras da economia solidária.

Em relação à categoria *Política*, trago o exemplo da prática pedagógica da IFSol/IFRN-ZN, que trouxe uma mudança de atitude nas trabalhadoras na perspectiva feminista, a partir da fala de Nelsa Nespolo.

US1:E4:118 – A IFSol nos dá **orientação de como ser mulher**, de ter o seu **domínio próprio** e não viver assim – como é que se diz – **viver de baixo de pé, dos pés dos homens**. Elas ensinam à gente ter a **cabeça erguida, ter mais voz ativa**. Houve uma melhoria nesse sentido (Nelsa Nespolo).

Retomando o pensamento de hooks (2019), visto na seção 2, o feminismo se caracteriza como movimento social de luta por *igualdade* entre homens e mulheres e visa ao fim do *sexismo* e da *opressão* das mulheres. Acredito que a discussão feminista ou de base feminista, nas práticas pedagógicas da IFSol, – neste caso a prática pode ter sido reuniões, palestras motivacionais de base feminista ou conversas com as trabalhadoras – contribuem na difusão dos ideais feministas de uma sociedade mais justa e democrática para as mulheres. Quando Nelsa fala que a IFSol ajudou as trabalhadoras a ter “domínio próprio”, a “cabeça erguida”, mais “voz ativa” e não viver

“debaixo dos pés dos homens”, estamos falando em opressão de mulheres frente aos homens e precisamos ter uma postura de valorização de nós mesmas, ou seja, ter uma postura feminista.

Ferreira (2020) utiliza-se do pensamento de bell hooks, que trata do *Feminismo Visionário*, trazendo a noção de *mutualidade e interdependência*, para lutar contra o patriarcado. Para hooks (2019), mesmo diante das injustiças que porventura uma mulher possa sofrer em uma sociedade mais democrática, não haveria *subordinação, colonização e desumanização* das mulheres.

Perrot (2017) afirma que o capitalismo e o advento da industrialização trouxeram os ideais *antifeministas*, o que se vê alastrado em todas as sociedades no mundo. Muitas mulheres veem o feminismo de forma negativa. Cabe, portanto, a uma *Economia Solidária Feminista* desfazer esta visão. Cabe à incubadora IFSol/IFRN-ZN utilizar-se de temas que abordem o feminismo, já que, como vimos com Guérin (2005), Hillenkamp (2017), Bonumá (2015) dentre outros autores e autoras, as mulheres são maioria nestas práticas. Hillenkamp (2017) advoga que as mulheres na ES possam se utilizar das estratégias de *solidariedade* na busca pela emancipação coletiva.

Em relação à categoria *Trabalho*, pode-se observar a fala de Joana Mota, que solicita à IFSol/IFRN-ZN uma capacitação que possa levar conhecimentos administrativos e de gestão às trabalhadoras do EES1.

US1:E1:150 – Eu creio que a IFSol deveria dar assistência **esclarecendo as dúvidas** relacionadas à **gestão**, porque as pessoas não têm consciência de fazer o devido rodízio em eventos, por exemplo, e elas não sabem como realizar algumas atividades e elas sentem **muitas dificuldades na produção de documentos, como atas**, por exemplo. Eu acredito que deveria haver alguma capacitação nisso (Joana Mota).

Retomamos aqui o pensamento de Vilaça e Dubeux (2018), que, a partir da *Pedagogia de Autogestão*, trazem que na incubação devem ser observadas as necessidades e demandas dos(das) trabalhadores(as) solidários(as) na construção do conteúdo das formações ofertadas pelas equipes técnicas de incubação. A construção desses materiais também deverá ser coletiva.

Em relação aos saberes de gestão, pontuei aqui a fala de Maria Tugira, que, apesar dos problemas de relacionamento com a incubadora IFSol, contou-me que uma das pessoas que é da incubadora realizou uma doação de materiais

administrados por ela com sabedoria, e ela os utilizou até a data da entrevista: “US1:E2:187 – As coisas que recebemos **ainda estamos utilizando, duraram** até hoje” (Maria Tugira). Poderia sugerir como uma proposta de intervenção a valorização deste exemplo de gestão da líder do EES2, Maria Tugira, para outros empreendimentos e, assim, valorizar os saberes da entrevistada, fazendo com que ela pudesse se sentir mais *acolhida* pela IFSol/IFRN-ZN.

Ainda em relação à categoria emergente *Trabalho*, observemos a fala de Aline Mendonça sobre o trabalho da IFSol.

US1:E5:204 – Eu acredito que mudei minha forma de agir por conta do trabalho com a IFSol. Eu estou como **coordenação geral da FEIRARTE**. E é uma dor de cabeça, mas eu **tomo muito como exemplo** a Pessoa_4, porque ela sempre **conduziu as reuniões** (Aline Mendonça).

Aline acredita que aprendeu mais sobre liderança com o exemplo dado por uma técnica da IFSol/IFRN-ZN, o que contribuiu para que ela aprendesse a conduzir reuniões pelas quais ela era responsável. Ela aprendeu a desenvolver sua própria *autonomia*. Sguarezi (2020), Vilaça e Dubeux (2018) afirmam que a autonomia é um dos princípios da autogestão. Schwenck (2023) e Soares (2019) falam que a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF) contribui na busca pela autonomia e emancipação de mulheres, e a proposta de prática pedagógica que leve a esta autonomia – praticada neste sentido pela IFSol/IFRN-ZN – está de acordo com este movimento político e social ao qual muitas dessas mulheres estão vinculadas. Machado (2023) discute que as instituições devem favorecer a autonomia dos(das) trabalhadores(as) e que a tecnologia necessita ser usada em prol desta emancipação. O próprio Regimento da IFSol/IFRN (IFRN, 2018b) afirma que a incubação deverá ser feita na busca da conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica dos EES.

Beauvoir (2019a, 2019b), Carneiro (2023), dentre outras, advogam pela autonomia das mulheres, ao passo que Saffioti (2015) defende a autonomia de homens e mulheres; e Andrade (2022) – que discute a perspectiva de justiça tridimensional de Nancy Fraser – acredita que ao se restringir a autonomia das mulheres se contribui para a subordinação feminina, o que gera *desigualdade factual*.

Joana Mota acredita que a aprendizagem na prática do dia a dia, no EES1, pode contribuir para a troca de saberes entre estudantes da IFSol/IFRN-ZN e trabalhadoras do empreendimento: “US1:E1:77 – Acredito que é importante mostrar aos alunos do IFRN **como funciona** a economia solidária, realmente” (Joana Mota).

A relação entre teoria e prática é defendida por Veiga (2011) enquanto prática pedagógica (dimensão da prática social); por Gadotti (2009), que trata da economia solidária enquanto *práxis* pedagógica; por Vilaça e Dubeux (2018), cuja prática educativa se constitui na cultura, participação e metodologia autogestionárias, além do *desaprendizado* de práticas hegemônicas capitalistas neoliberais pelos(as) trabalhadores(as) solidários(as); por Coraggio (2004, p. 143), que nomeia as práticas solidárias como *Reprodução Ampliada da Vida*; por Singer (2005), que trata da prática do trabalho cooperativo, cujo aprendizado se dá na *reciprocidade* e nas *decisões coletivas*; por Tiriba (2024b), que discute a *Pedagogia(s) da Produção Associada (PPA)*, defende que a realidade humano-social seja construída na *práxis* (ação/reflexão/ação) e fala da *práxis* do trabalho associado, cujos processos prático-teóricos envolvem a transformação e compreensão da realidade humano-social; por Machado (2023), cuja a relação entre trabalho e ensino, deve ser explicitada através do domínio teórico e prático dos processos produtivos; por Saviani (2007), para quem a função primordial das escolas de nível médio é mostrar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho.

Tudo isto envolve a ideia do *princípio educativo do trabalho* e de uma *formação humana integral* centrada na ideia de *politécnia*, de acordo com Saviani (2008), superando a contradição entre o homem e o trabalho através da conscientização teórica e prática do trabalho como parte da essência humana.

Em relação ainda à categoria *Trabalho*, os saberes técnicos da incubadora IFSol/IFRN-ZN podem auxiliar muito os EES, mas, se o processo de formação não for realizado com a intensa participação das trabalhadoras, é difícil elas desenvolverem autonomia para realizarem a autogestão, e isto está claro na fala de Joana Mota.

US1:E1:78 – Solicitamos aos estudantes algumas **demandas** que são até **difíceis de resolver**, que eles não dão conta.

US1:E1:79 – Às vezes a gente quer que a **IFSol resolva tudo**, mas **não tem como**.

US1:E1:83 – Eu acredito que **depois que a IFSol chegou** no box que a gente trabalhava, na Central, **nos sentimos mais aliviadas**, porque ela sempre ficava **acompanhando**.

US1:E1:84 – Às vezes, parecia que, **se a IFSol se afastava, as coisas não andavam** (Joana Mota).

De acordo com IFRN (2018b), o processo de incubação da IFSol envolve assessoria e consultoria para grupos de economia solidária. O artigo 2º do Regimento da incubadora afirma que o processo de incubação termina quando os EES alcançarem autonomia organizativa e viabilidade econômica. A fala de Joana nos traz a perspectiva de que ainda é longo o caminho para se obter esta autonomia nesses empreendimentos.

A IFSol/IFRN-ZN já trabalhava, antes de sua regulamentação, em 2018, com a economia solidária através de alguns servidores que estudavam o tema¹²⁶. Formalmente, a iniciativa institucional é bastante recente, e faz-se necessária também a formação de coordenadores e equipes técnicas para trabalhar com este tipo de “nova economia”. Se estamos no ano de 2024 e a formalização ocorreu apenas no final de 2018, então, a IFSol tem atualmente apenas 6 anos, o que significa dizer que ela ainda precisa se consolidar na instituição e na sociedade. Como afirma seu regimento, é necessária uma articulação entre pesquisadores, estudiosos e trabalhadores(as) solidários(as).

A assessoria da IFSol relacionada às tecnologias digitais pode ser vista através da fala de Joana, que diz: “US1:E1:101 – A IFSol tem colaborado na **divulgação de nosso empreendimento no site**” (Joana Mota). Atualmente, é mais fácil as pessoas se comunicarem através de redes sociais ou aplicativos de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*, por exemplo. Minhas entrevistadas e o perfil de trabalhadoras dos EES são de pessoas de mais idade, algumas idosas, as quais lidam de forma diferente com as tecnologias digitais e às vezes sentem muita dificuldade. A comunicação com essas pessoas deve ser feita de forma a alcançar aquelas que não se utilizam ou têm dificuldades com essas novas tecnologias. A fala de Katiana Bezerra demonstra um cuidado de uma técnica da IFSol/IFRN-ZN no sentido de utilizar a tecnologia mais conhecida por este público mais idoso, que é a ligação por celular: “US1:E3:127 – Desde esse contato que eu sinto que as coisas melhoraram e a cada dia melhoram

¹²⁶ Recebi a informação verbal, em visita ao IFRN *Campus* Natal Zona Norte, ao conversar com a coordenação de extensão e do núcleo da IFSol do *Campus*, em 2023.

ainda mais. Muitas vezes, eu estou em casa e **ela liga para mim**. Amanhã, a gente vai” (Katiana Bezerra).

4.4 A Economia Solidária: dificuldades socioeconômicas, princípios, fomento e a formação sociopolítica de mulheres e seu aumento de qualidade de vida a partir de uma proposta pedagógica emancipatória

A categoria *a priori Economia Solidária* gerou oito subcategorias emergentes: *dificuldades socioeconômicas, fomento, formação sociopolítica, mulheres, pedagogia, princípios, qualidade de vida e trabalho*. Analisarei a categoria *Dificuldades Socioeconômicas* a partir da unidade de significado a seguir.

US1:E1:71 – Porém, quando veio a **Central, conseguiu o box**, negociávamos com a rede e ficamos lá durante um ano, mais ou menos. Porém, nós estávamos **sem condições de manter, pois a rede pagava o local e a gente pagava as despesas para abrir e acabamos fechando o box**.

US1:E1:98 – A **IFSol Campus Zona Norte apareceu depois para nos ajudar**, mas é complicado, porque, para a gente ir daqui para lá, pegávamos **dois ônibus para ir e dois para voltar – no total, eram quatro**.

US1:E1:152 – Eu não sei, mas eu acho que o IF tem **contador** e a gente sofre muito com essa **parte burocrática** para retirar as **certidões negativas**, de acordo com o que está regimentado. Precisamos de ajuda nisso porque **não temos condições de pagar** para fazer esta parte burocrática, porque nossa cooperativa é pequena (Joana Mota).

A entrevistada Joana Mota fala das dificuldades que o EES1 sofre por conta da comercialização de seus produtos, ou seja, falta de espaço físico para expor; da dificuldade de transporte e da distância para participar das feiras que acontecem nas imediações do IFRN-ZN e das dificuldades de realização de serviços administrativos, que são caros e o EES1 não tem condições de arcar.

De acordo com Guérin (2005), os espaços onde trabalham mulheres sob os princípios da economia solidária são espaços de “existência feminina” e, portanto, servem de suporte a essas mulheres como modos de acumulação econômica, podendo funcionar como formas de elas terem direitos fundamentais garantidos, como educação, saúde e acesso ao crédito. São espaços de *intimidade, sociabilidade e existência* dessas mulheres.

A Economia Feminista, segundo Marçal (2017), Orozco (2022), Sarriegi e Ruiz (2022), dá visibilidade aos trabalhos domésticos e dos cuidados, defende que as mulheres são produtivas economicamente e defende a criação dos espaços do *comum* (bens comuns comunitários). Afirmar ainda que as relações humanas são interdependentes e ecodependentes. Lima e Locatel (2022) afirmam que, no estado do RN, a falta de infraestrutura técnica adequada e o pouco capital estão entre os desafios de EES no estado. Os autores apontam que a Rede Xique-Xique é a única que realiza apoio a EES no estado, poucos são associados a ela. De acordo com CF8 (2022), o MAF é um dos poucos espaços públicos em Natal onde há comercialização da economia solidária. Além da falta de espaço físico para a comercialização e o transporte, a burocracia é um dos obstáculos para EES no estado, de acordo com Félix e Locatel (2022), Rêgo, Capistrano e Rabêlo (2023), Rêgo (2017), dentre outros.

A entrevistada Maria Tugira acredita que houve falhas na assessoria da incubadora IFSol/IFRN-ZN, relacionada à proposta de estrutura de madeira acondicionada no Mercado de Agricultura Familiar. Irei analisar a categoria emergente *Fomento* a partir da fala dela, nas unidades de significado que seguem.

US1:E2:58 – Na época que **criaram os boxes**¹²⁷, lá no Mercado de Agricultura Familiar [...] – onde era o CECAFES, que hoje mudou o nome [...] começaram o projeto da IFSol e trouxeram **uma pessoa para fazer o design** e eu assisti a primeira reunião e a segunda e eu **percebi que não ia dar certo**, desisti e saí. Eu acreditei que não ia dar em nada, como, de fato, não deu certo. Não sei se você já foi lá.

US1:E2:60 – Eu falei a ela que ela, enquanto representante da IFSol, **não deveria ter consentido aquilo**, porque o dinheiro para aquele projeto não é do estado, é nosso dinheiro, são os nossos recursos.

¹²⁷ *Box* em inglês significa “caixa” e é o nome dado pela entrevistada às estruturas de madeira que existem no MAF para a comercialização de produtos de EES. Eu visitei o local em virtude de um evento que participei em 2022 de economia solidária. O MAF é bem grande e o que a incubadora conseguiu, pelo que entendi da entrevistada, foram estas estruturas de madeira para viabilizar que acontecesse lá a comercialização de artesãs da economia solidária. Foi a incubadora IFSol que conseguiu o espaço. O MAF já tinha a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Na época que visitei, eu pude comprovar o que a entrevistada está contando. Lá, a estrutura de madeira comportava apenas que se pendurassem alguns produtos e acondicionados outros produtos em uma bancada que tinha dois lados – um lado para cada empreendimento – e que, de fato, não existia espaço para atendimento ao cliente e as artesãs tinham que sair para que os clientes pudessem entrar e olhar os produtos. Apesar de o mercado ter um espaço bem grande, essas estruturas foram fixadas no centro, e é bem estreito o espaço de circulação. Cada artesã fica sentada em banquinhos – chamamos, aqui no Nordeste, de tamboretas –, que são desconfortáveis e inadequados para pessoas mais idosas.

US1:E2:61 – O recurso veio porque elas **levaram os nomes dos empreendimentos para lá**. Se você não tem mandado o nome dos empreendimentos, esses recursos não vinham, não é verdade?

US1:E2:63 – O **projeto do design lá não foi dialogado com as trabalhadoras dos empreendimentos. Não nos perguntaram nada e ninguém podia dar opinião**, e fizeram algo que não era para ter sido feito lá nas lojas, entendeu? Eu não gostei disso.

US1:E2:66 – Quando você chega lá no espaço, você pode observar que **foram colocados vários banquinhos lá nas lojas**, banco de um lado e de outro e **deixaram o espaço estreito de um beco pequeno e para colocar os produtos tem uma arara e uma prateleira**. Apenas isso.

US1:E2:67 – **Se o cliente chegar, a gente não pode entrar para atender porque não tem como**. É muito estreito e **ninguém pode dar nenhuma opinião, porque as pessoas da IFSol não gostam**.

US1:E2:71 – No MAF, como tinha as pessoas da agricultura familiar, ela decidiu **levar os empreendimentos da economia solidária para lá** (Maria Tugira).

A fala de Maria Tugira traz um desabafo de uma situação que gerou nela indignação, pois ela acredita que a incubadora IFSol/IFRN-ZN – apesar de ter conseguido o espaço para fomento da economia solidária – aceitou que fosse feito um projeto de construção de estrutura bastante inadequada para o trabalho das mulheres da economia solidária. A entrevistada se aborreceu ainda com o fato de que o projeto da estrutura para comportar as trabalhadoras e seus produtos não foram acordados com elas e, a seu ver, de certa forma algo “imposto” pela incubadora IFSol/IFRN-ZN e com recursos que ela acreditava serem bastante irrisórios. Com relação a esta afirmação acredito que a IFSol/IFRN-ZN não teve acesso à verba destinada à reforma do MAF porque trata-se de um espaço estadual e, portanto, não tinha como escolher o *design* dos *boxes* tampouco destinar mais ou menos recursos para a reforma. Talvez a fiscalização da reforma não fora bem realizada por órgãos de controle do estado e a equipe técnica da IFSol/IFRN-ZN não deve ter tido acesso à informação sobre os recursos.¹²⁸ De qualquer forma, talvez a incubadora deveria ter

¹²⁸ De acordo com ASN RN (2021), o Sebrae ficou encarregado da elaboração de um projeto de reforma e remodelagem do MAF – à época CECAFES – “incluindo a inserção de novos espaços e atrativos no mercado, e capacitação” (ASN RN, 2021, p. 1). O site afirma ainda que a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (Sedraf) e Emater ficariam responsáveis pela manutenção do local, custeio e investimento e apoio na cogestão. O total de investimento do governo estadual divulgado pelo site foi de R\$ 772 mil que já tinham sido investidos e iria ocorrer o investimento de mais R\$ 535 mil. A ASN RN (2021) informa ainda que “A Cecafes é gerida pela Cooperativa Central da Agricultura Familiar do RN (Cooafarn)/ União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Foi inaugurada em 2017 e, em 2019, com a reforma administrativa, a

repassado a informação de forma mais clara às trabalhadoras e, pelo menos para a visão da entrevistada, não houve este retorno.

O estado do Rio Grande do Norte, como já havia discutido antes, possui o decreto nº 30.371/2021, que oferta crédito para apoio à ES no estado, sobretudo para iniciativas que incluam mulheres, jovens e comunidades tradicionais, e a Lei nº 8.798/2006, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Rio Grande do Norte e constituiu o Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS) (Rio Grande do Norte, 2021a; Rio Grande do Norte, 2006). De acordo com Félix e Locatel (2022), isso ajuda no fomento à ES no estado.

A Rede Xique Xique auxilia no fomento à ES no estado (CF8, 2022; Castro, 2012), bem como projeto ligados às universidades, como o projeto GerAção Solidária – precursor da criação da IFSol –, do IFRN (Costa, 2018a), o projeto *Mulheres Conquistando Autonomia* (MCA), do IFRN em parceria com a UFRN, Centro Feminista 8 de março (CF8), dentre outras instituições (Costa, 2018a; CF8, 2023). No aspecto tecnológico, o aplicativo Ecosol Digital, construído pela SETHAS, também funciona no apoio à ES no estado (Ribeiro, 2022).

A reclamação da entrevistada Maria Tugira nos alerta para que possamos buscar, com as instituições públicas, o cumprimento digno de nossos direitos. Pode-se perceber que os valores de investimento foram significativos – como observa-se na nota de rodapé 129 –, mas não suficientes para ser injetado na economia solidária.

Katiana Bezerra, a entrevistada 3, conta-nos que a incubadora IFSol fomenta a economia solidária através de eventos e feiras, quando ela afirma: “US1:E3:115 – Participamos de **feiras** e **eventos** lá. A gente estava em um evento no IFRN Zona Norte ontem e hoje. Lá, está acontecendo um evento grande. As trabalhadoras daqui estão lá. [...] o evento vai acontecer até quinta-feira” (Katiana Bezerra). Das cinco entrevistadas, apenas Maria Tugira afirma que não participava mais das feiras nas imediações do IFRN-ZN, por conta de problemas de relacionamento com uma das técnicas da IFSol/IFRN-ZN. Acredito que esses eventos são importantes porque, além de socializarem as mulheres com estudantes, servidores, pessoal terceirizado e comunidade, são uma forma de possibilitar que as mulheres tenham mercado para vender seus produtos, o que segundo Félix e Locatel (2022), Rêgo, Capistrano e

Sedraf passou a ser responsável, em cogestão, pelo espaço. Atualmente, dispõe de 12 boxes, 30 barracas e beneficia direta e indiretamente 1.200 famílias agricultoras, por meio de cooperativas”.

Rabêlo (2023), Rêgo (2017) dentre outros, é uma das grandes dificuldades de trabalhadores(as) solidários(as) no nosso estado.

Na categoria emergente *Mulheres*, as unidades de significado a seguir tratam da forma de tratamento da incubadora em relação às questões raciais.

US1:E2:179 – Mas **na IFSol isso nunca aconteceu**, pelo menos eu nunca percebi. **Pela cor da minha pele, eu nunca percebi diferença** de tratamento não (Maria Tugira)

US1:E5:220 – Eu penso que não existe nenhum preconceito aqui dentro da associação e **na IFSol até hoje não vi nenhum problema desse**, graças a Deus. Na minha comunidade, nunca sofri esse preconceito (Aline Mendonça).

Maria Tugira e Aline Mendonça nunca foram tratadas de forma diferente pela incubadora IFSol, e, de todas as entrevistadas, elas são as de pele mais retinta. Saffioti (2015) diz que a violência é um processo de ruptura no qual a vítima perde a integridade *física, psíquica, sexual* ou *moral*. O racismo é uma violência psíquica e, muitas vezes, física e moral. Felizmente, a postura da equipe técnica da incubadora IFSol/IFRN-ZN age de forma a obedecer aos princípios éticos, no sentido de agir de forma igualitária e não preconceituosa diante das trabalhadoras que entrevistamos.

Saviani (2022) e Machado (2023) defendem, como um dos pilares de uma formação *omnilateral* e humana integral, a ideia de que a educação leve os indivíduos à aprendizagem crítica e reflexiva, que reflitam sobre a sociedade e se afastem das ideias de preconceitos e discriminações que são difundidas na sociedade capitalista. Eu pude constatar a partir das entrevistas que as atividades da incubadora IFSol/IFRN-ZN levam em conta estes princípios.

A entrevistada Joana Mota dá um exemplo de aprendizagem a partir dos princípios da *Pedagogia da Economia Solidária* quando afirma o seguinte: “US1:E1:82 – Os estudantes **aprendem até mais coisas e nem precisa ser o filho de um agricultor** para entender o que realmente é a economia solidária e as demandas dela” (Joana Mota). A troca de saberes entre trabalhadores(as) solidários(as) e a equipe de incubação da incubadora IFSol/IFRN-ZN – quer seja professores, técnicos ou estudantes – pode ser observada na fala de Joana. Apesar de não estar explícito no texto, o que ela quer dizer é que além dos conteúdos que os estudantes aprendem na escola eles ampliam o aprendizado, aprendendo com as trabalhadoras do EES1. Os

saberes populares são valorizados na proposta pedagógica da ES, de acordo com Tiriba (2024a, 2024b), Vilaça e Dubeux (2018), dentre outros autores.

Katiana Bezerra afirma que os estudantes aprenderam com as trabalhadoras do EES3 – provavelmente sobre a economia solidária e sobre o trabalho associativo – e que ela se alegra com isto: “US1:E3:121 – Eles saem daqui felizes e **vão escrevendo tudo o que nós dizemos a eles**. Eu acho muito interessante quando algum jovem vem fazer estes trabalhos aqui, [...] muitos estudantes vêm aqui” (Katiana Bezerra). A princípio, a entrevistada não sabia dizer o que os estudantes aprendiam com elas, mas, ao insistir na pergunta, ela ficou feliz em descobrir que elas podiam contribuir com o aprendizado deles também, de alguma forma. Aline Mendonça também afirma que uma aluna a abordou e contou que tinha aprendido com as trabalhadoras do EES5: “US1:E5:177 – [...] uma moça [...] me disse que já tinha estado aqui [...] e que fez um trabalho [...] e que foi muito bom o desempenho dela. E eu fiquei muito feliz em saber que a gente pôde também contribuir com os alunos. Foi muito gratificante” (Aline Mendonça).

Em relação à categoria *Princípios da Economia Solidária*, pode-se ver, na fala de Aline Mendonça, os desafios enfrentados pela *autogestão*:

US1:E5:208 – A Pessoa_4 é **assessoria técnica**. O IFSol nos **assessora** em tudo que a gente precisa [...]. Não pode estar sobrecarregando a Pessoa_4 com **todos os problemas da gestão do box, problemas do dia a dia**. Não tem como, certo? Essa **coisa operacional** não tem como.

US1:E5:209 – A Pessoa_4 tem outras atividades para realizar, e ela ainda não teve tempo para isso, porque numa **reunião** o pessoal vai lá e **não resolve as coisas**. Sem contar com as **conversas paralelas**. (Aline Mendonça).

A autogestão favorece liberdade e autonomia (Sguarezi, 2020), é participação democrática e ruptura de relações de poder; é a recuperação da vontade e individualidade (Núñez, 2007); é o diálogo de base feminista (Ferreira, 2020); é o compartilhamento das decisões político-administrativas e o reconhecimento das falas e saberes de todos (Vilaça; Dubeux, 2018); é o aprender novos valores e *desaprender* práticas hegemônicas, capitalistas, neoliberais calcadas em preconceitos de gênero, raça e orientação sexual; é a reprodução ampliada da vida (Coraggio, 2009); é dirigir e gerir coletivamente; é ensinada pelos trabalhadores(as) mais experientes (*regras internas de funcionamento*) e por especialistas da área de administração (*regras de*

relacionamento com o mercado) (Singer, 2005). Na Pedagogia da Autogestão, a construção dos processos de ensino-aprendizagem é coletiva, os temas emergem das demandas e necessidades dos trabalhadores(as); é exercício da autonomia (Vilaça; Dubeux, 2018).

Em relação à categoria *Trabalho* a utilização de tecnologias, sobretudo o aplicativo de troca de mensagens de texto, áudio e vídeo, *WhatsApp*, é utilizado como meio de comunicação entre a incubadora IFSol/IFRN-ZN e as trabalhadoras solidárias. A fala de Maria Tugira traz alguns desafios enfrentados pelo uso desta tecnologia: “US1:E2:145 – Estou falando do **grupo do WhatsApp das mulheres lá da Feirarte**. A única pessoa que não ficava escrevendo no grupo era eu. Eu nunca coloquei nada no grupo” (Maria Tugira). Assim como existem inúmeras questões sobre uso de *WhatsApp* por empresas e instituições públicas ou seu mau uso¹²⁹, pode-se entender que a utilização entre as trabalhadoras não deve ser a mais adequada. Apesar da idade de Maria Tugira, ela diz que faz uso do aplicativo com seu grupo de trabalhadoras do EES2, mas que elas não ficam “falando bobagens” no grupo, mas tratam de questões do trabalho. A entrevistada alega ainda que as mulheres iniciam discussões e brigas no grupo e que ela não gosta disso, nem discute com ninguém. A entrevistada, como já vimos antes, prefere se utilizar de ligações normais do telefone, em vez de troca de mensagens via aplicativo.

Diante da situação, para este tipo de tecnologia, não se sabe se fora realizada uma formação para as trabalhadoras de EES atendidos e para a equipe técnica da IFSol/IFRN-ZN. Por mais que em alguns trechos das entrevistas fique explícito que muitas das vezes as trabalhadoras não querem a capacitação ou que elas não prestem atenção às reuniões, a educação popular é um processo que demanda tempo. Haddad e Di Pierro (2021), com base nas ideias de Freire (2001, 2017), afirmam que não se inculta uma postura política no educando, e sim um estímulo por parte do educador. Há de se ter uma postura de diálogo. Para Freire (2017), “não seria possível à educação problematizadora [...] realizar-se como prática da liberdade, sem

¹²⁹ De acordo com Fabrício (2017), do site Jusbrasil, a utilização do aplicativo de mensagens Whatsapp por empresas privadas ou instituições públicas vem crescendo ao longo do tempo e existem algumas sanções as quais a empresa ou instituição pública poderá responder em virtude da má utilização. As sanções podem ser tipificadas pelo Direito Civil (sigilo de informações aos quais usuários têm direito, por exemplo), Direito do Consumidor (quando são veiculadas mensagens que não foram solicitadas que podem ser tidas como propaganda, dentre outras situações) e Direito Trabalhista (nas trocas de mensagens podem ser tipificada como *teletrabalho* ou *trabalho informatizado*, o que pode gerar ônus para os empregadores e outras situações). Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aspectos-juridicos-do-uso-do-whatsapp-por-empresas/458934155>.

superar a contradição entre o educador e os educandos” (Freire, 2017, p. 95). O autor defende que esta educação se dê através do diálogo. Acredito que a formação oferecida pela incubadora deve primar pelo *diálogo* como metodologia principal, e não se pode precisar que seja assim porque nenhuma das entrevistadas especificou como eram estas formações.

Não identifiquei nenhuma alusão ao contato da incubadora IFSol/IFRN-ZN com as mulheres referentes às categorias emergentes *Formação sociopolítica* e *Qualidade de vida*, que são importantes para a pedagogia da economia solidária. Tais categorias nasceram através de parcerias feitas pelos EES com a incubadora Oasis da UFRN que realizou diversas ações e assessorou os EES, e este não é meu objetivo nesta investigação. Portanto, foram retiradas da análise.

4.5 A Emancipação Feminina: questões de racialidade, de gênero, sociopolíticas e econômicas, profissionais e emancipação a partir do processo de incubação

Em relação à categoria *a priori Emancipação Feminina*, sete categorias emergentes apareceram na análise: *questões raciais*¹³⁰, *humana*, *social*, *gênero*, *político-econômica*, *profissional* e *incubação*. Em relação à categoria *Humana*, a fala de Joana Mota toca na autogestão e na emancipação que ela pode proporcionar.

US1:E1:91 – Nesse caso, a gente vê **a importância da IFSol de assessorar, acompanhar** e acredito que vai levar um bom tempo até todos os empreendimentos entenderem que **somos nós que temos que gerenciar**. Ainda falta muito para **a gente se libertar** (Joana Mota).

A percepção de Joana é a de que elas ainda não atingiram a autogestão e necessitam da assessoria da incubadora IFSol/IFRN-ZN para conseguirem gerenciar o EES1. Em outra fala, ela diz que quando a IFSol se afasta elas sentem dificuldades. O processo de autogestão é difícil, porque, de acordo com Singer (2005), as pessoas aprendem com a ideologia capitalista a competir, a obedecer, a serem comandados. A metodologia pedagógica da economia solidária deve buscar ensinar sobre a solidariedade e ensinar os(as) trabalhadores(as) a gerirem e dirigirem

¹³⁰ Esta categoria não foi analisada porque não tinha ligação com as práticas da incubadora IFSol/IFRN-ZN nos EES.

empreendimento coletivamente. Acredito que isso deva levar muito esforço, muita formação e, principalmente, bastante tempo¹³¹.

Em relação à categoria *Social*, a emancipação pode ser promovida na luta contra a subordinação de gênero – no caso, contra a dominação masculina sobre as mulheres. A fala de Nelsa Nespolo, que já exemplificamos anteriormente (US1:E4:118), quando ela diz que as mulheres aprenderam com a IFSol/IFRN-ZN – a partir da prática pedagógica da reunião, do diálogo, ou de palestras ministradas – a não baixarem a cabeça aos homens e a terem mais voz ativa, demonstra uma emancipação social feminina, uma emancipação de gênero e uma emancipação coletiva.

Saffioti (2015), como afirmei anteriormente, acredita que a *dominação requer subordinação*, e, se a incubadora IFSol/IFRN-ZN incentiva as mulheres a *reagir* ante a dominação masculina e elas efetivamente mudam de atitude, então, há aí uma prática pedagógica que promove a emancipação de mulheres da economia solidária. O terceiro objetivo específico era analisar qual é o aprendizado de mulheres líderes de EES a partir da perspectiva da Educação Profissional enquanto *práxis* libertadora/emancipatória. A fala de Nelsa sinaliza a existência de uma *práxis* emancipatória que incide em sua vida, e, segundo ela, na vida de outras mulheres das trabalhadoras atendidas pela incubadora IFSol/IFRN-ZN.

Em relação à categoria *Gênero*, há a emancipação que pode ser possível a partir da emancipação intelectual de mulheres. A fala de Joana Mota (US1:E1:150) traz as dificuldades das trabalhadoras do EES1 com relação à produção de documentos, e ela solicita que a IFSol realize esta capacitação. Todas as entrevistadas citam dificuldades das mulheres em assumirem a liderança (presidência e vice-presidência) dos empreendimentos, em relação a elas não quererem assumir as responsabilidades e muitas delas alegarem não terem os conhecimentos necessários para estas funções. A entrevistada cita ainda a necessidade de um curso

¹³¹ Não foi possível analisar há quanto tempo os empreendimentos investigados aqui são atendidos pela IFSol/IFRN-ZN porque esta não foi uma questão levantada na entrevista. O que foi dado de informação *verbal* em virtude da visita que realizei no *campus* foi de que nestes anos de incubadora (2018 – 2024) elas atendiam grupos diferentes, cada qual em uma certa quantidade de tempo – não me recordo se foi a cada ano – e o que me foi repassado é que os EES eram desincubados para o atendimento de outros novos à medida que este período ia terminando. Tampouco me foram repassados os *critérios* utilizados para a esta desincubação. O que pude constatar é que estes EES talvez necessitem de mais tempo de incubação. Porém, não se sabe se o núcleo da incubadora IFSol/IFRN-ZN dispõe de recursos, pessoal e estrutura para prolongar a assessoria até que se esgotem as dificuldades dos EES atendidos lá.

de gestão. Quase todas as entrevistadas têm idade avançada. A mais jovem delas, Joana, já fala da necessidade de se aposentar. Uma proposta pedagógica que pudesse capacitar estas mulheres para gestão destes empreendimentos poderia promover um caminho na busca por esta emancipação de gênero. Sabe-se que mulheres pobres, das esferas sociais mais vulnerabilizadas, que sofreram inúmeros tipos de violências e que vivem à margem da sociedade não adquirem com facilidade sua emancipação. Obviamente a emancipação é um processo individual e, apenas na luta política, através da conquista de direitos, políticas públicas e aprovação de leis pode-se promover uma certa emancipação coletiva. A capacitação em gestão provavelmente não resolveria de imediato o problema de autogestão nos EES, mas trabalharia na busca para que as próprias trabalhadoras – a partir de uma formação que lhes interessasse – pudessem emanciparem-se sozinhas.

Aline Mendonça citou a graduação em *Gestão de Cooperativas* que ela conseguiu concluir, que foi realizado através da incubadora Oasis da UFRN. Esta seria uma oportunidade de capacitação que a incubadora IFSol/IFRN-ZN poderia realizar para trabalhar na busca pela emancipação intelectual dessas mulheres, mas, como a incubadora é recente, acredito que este é um longo caminho a ser percorrido. De acordo com Costa (2018a), a Oasis foi criada em 2006 e, portanto, em 2024, ela completou 18 anos. Certamente, a incubadora Oasis da UFRN tem bastante experiência e inúmeros trabalhos já foram realizados. Comparar uma incubadora recém-criada – como afirmei a IFSol/IFRN-ZN em 2024 completou 6 anos – com outra, com tantos anos de experiência, não me parece adequado.

Em relação à categoria *Político-econômica*, um comportamento emancipado vai em busca de lutar pelos seus direitos políticos. Maria Tugira é uma mulher que se impõe e não aceita comportamentos autoritários diante do que ela não acha certo ou justo. Em relação a uma discussão que ela teve com uma técnica da incubadora IFSol/IFRN-ZN, ela demonstra não ser subserviente. As unidades de significado abaixo mostram a fala de Maria Tugira diante do projeto de *design* do MAF que ela não concordou, de maneira que aparentemente não houve diálogo com a técnica da IFSol, no sentido de aceitar a opinião da entrevistada.

US1:E2:59 – Eu não gostei daquilo ali e elas acharam ruim, elas não gostam de mim por conta disso. A pessoa_1 ficou com raiva porque eu falei diretamente para ela, quando houve a reunião.

US1:E2:62 – E por que a gente **não pode ter direito a reclamar o que está errado**, pesquisadora? **A gente não pode.**

US1:E2:64 – **Na reunião, eu disse que não gostava** e nem iria ficar no projeto e assim eu fiz. Eu não gostei do *design* que fizeram lá (Maria Tugira).

Como vimos na nota de rodapé 129, segundo a ASN RN (2021), houve um investimento na reforma do MAF e o governo do estado investiu bastante recurso no local. Infelizmente, este recurso não foi utilizado para montar uma estrutura mais adequada às mulheres trabalhadoras da economia solidária. Talvez, a falta de maiores explicações ou de mostrar exatamente os valores do recurso tenha deixado dúvidas – e muito provavelmente a incubadora não tenha acesso ao montante de verbas que o governo dispunha para a reforma do espaço –. Para não fazer conjecturas que não tenho como comprovar, vou ater-me apenas aos problemas de diálogo. Provavelmente há dificuldade de diálogo entre a técnica da incubadora IFSol/IFRN-ZN com a Maria Tugira ou então é provável ainda que há uma dificuldade de entendimento por parte de Maria Tugira, mas defendemos a ideia de que a equipe técnica da incubadora IFSol deve primar pela capacitação de todos os membros de sua equipe, no sentido de desenvolver habilidades de diálogo com a visão da *Educação Popular*, algo que requer saberes que envolvam inteligência interpessoal¹³².

Freire (2015) defende uma educação libertadora que jamais seja de *dominação* ou *domesticação*, mas busque sempre a *libertação*. Para o autor:

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu *antidiálogo*, que, impondo ao homem *mutismo* e *passividade*, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência, que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica. Sem esta consciência cada vez mais crítica não será possível ao homem brasileiro integrar-se à sua sociedade em transição, intensamente cambiante e contraditória (Freire, 2015, p. 58, grifos meus)

¹³² Afirmo mais a responsabilidade da equipe técnica porque o público atendido pela IFSol/IFRN-ZN é feito por mulheres trabalhadoras, que são idosas, que sofreram violências e algumas com *Educação Formal Básica incompleta*, configurando-se, desta forma, de pessoas que demandam mais habilidades interpessoais de comunicação: mais paciência, mais delicadeza, usar linguagem menos rebuscada, dentre outras atitudes. Tanto servidores, quanto estudantes do IFRN tem acesso a maiores níveis de estudo e podem aprender a modalizar a fala para serem mais bem compreendidos.

A forma de agir de modo a não possibilitar o diálogo, não aceitar a opinião de Maria Tugira, não se configura em uma prática pedagógica emancipadora. A Educação Popular – definida por Freire (2001) como educação de adultos – requer a metodologia do *diálogo*. As regras estabelecidas para delimitação dos horários de trabalho para as mulheres que comercializam dos EES no MAF, de acordo com a entrevistada Maria Tugira, não foram acordadas com as trabalhadoras. Pelo que a entrevistada me informou, o horário estabelecido pela técnica da IFSol/IFRN-ZN para que as mulheres trabalhassem todos os dias no MAF iria de 7h da manhã até as 5h da tarde. A entrevistada alega que este horário não seria possível porque, além das trabalhadoras serem idosas, elas não tinham opção de transporte no bairro que fosse até o local, fazendo com que elas tivessem que pegar vários ônibus para irem trabalhar no MAF. Ademais, ela informou que os comerciantes da agricultura familiar saíam do mercado às 2h da tarde e, após este horário, não havia mais clientes para as trabalhadoras da ES atenderem. De acordo com a entrevistada, a técnica da IFSol/IFRN-ZN não aceitava que elas deixassem o local antes das 5h e quem saísse antes não poderia participar das feiras que aconteciam nas dependências do IFRN-ZN, às quartas-feiras.

Maria Tugira não aceitou o horário “imposto” e afirmou que saiu do MAF. Ela não via sentido em – nas palavras dela – *ser proibida de frequentar as feiras que acontecem no campus*: “US1:E2:73 – Eu vou me **reunir** e **conversar** com ela que a Feirarte não tem nada a ver com a economia solidária” (Maria Tugira). De acordo com a fala dela, a desistência de ir ao MAF não deveria interferir na participação das feiras, no *campus* que ela atribui o nome de *economia solidária*. A postura questionadora de Maria Tugira pode ser observada nas unidades de significado a seguir.

US1:E2:84 – Ela me respondeu que a minha situação era a mesma de todo mundo, e eu respondi que se era a mesma situação para todo mundo e todas aceitavam **eu ia buscar resolver a minha parte. Se elas não resolvem a situação delas, eu resolvo a minha.**

US1:E2:85 – **Porque aquilo que eu não quero de ruim para mim, eu também não quero para os outros.** Eu não vou obrigar meus sócios a fazer um sacrifício que eu mesma não quero fazer de pegar **três ônibus para ir e três para voltar.** O que eu não quero para mim por que vou desejar para os outros, não é mesmo?

US1:E2:87 – E eu até disse a ela que **desafiava qualquer dos empreendimentos** que atuam lá a ter alguém para vender mais que eu. Nenhuma delas vendia mais do que o eu **e ela me deu razão.**

US1:E2:93 – Eu ainda **vou ter uma conversa** com a Pessoa_2 e vou falar para ela que eu não saí da economia solidária não, eu saí da Feirarte, saí lá da loja do MAF. **Eu não podia vir para o IF também** (Maria Tugira).

Não tenho como precisar se a situação foi ou não foi da forma que foi descrita pela entrevistada, porém acredito que, quando a entrevistada leva uma demanda que não é dialogada pela incubadora IFSol/IFRN-ZN e não lhe é dada a possibilidade de *opinar*, algo precisa ser reformulado no tratamento com essas trabalhadoras. E ainda, se foi realmente esta a situação, – através de uma postura que se pode classificar de *mandatória* ou *impositora* – há um problema de comunicação e uma postura, nas palavras de Freire (2015), *antidialógica*. Segundo Beauvoir (2019a, 2019b), a mulher deve trabalhar por sua própria libertação. Vemos, na postura de Maria Tugira, uma mulher de certa forma já emancipada, que não aceita ser *subjugada*. As unidades de significado abaixo confirmam sua *insubordinação*.

US1:E2:97 – **Comigo não vai mais ser assim, porque eu resolvo meus problemas**. Só porque alguém diz como fazer algo não tem que ser do jeito que ele/ela quer. **A gente tem que dar nossa opinião**, não é mesmo? **Não devemos ser “pau-mandados” não. Sem poder dar opinião, nem resolver nada nem dizer nada**.

US1:E2:100 – **Eu não concordo com isso, porque eu gosto das coisas certas**. Uma coisa meu pai me ensinou. E eu levo esse aprendizado até o dia que eu morrer e todos os meus irmãos são assim. Nós gostamos de lidar com a verdade, porque a verdade não tem como esconder.

US1:E2:114 – **Infelizmente, as pessoas têm medo de questionar estas coisas e eu não sei por que** (Maria Tugira).

Hooks (2023) advoga pela eliminação do que ela chama de “forças” que separam as mulheres, e ela fala que uma dessas forças é o racismo. Para a libertação ou emancipação das mulheres, a autora traz a perspectiva de sororidade e que esta emancipação só poderia ser coletiva. Maria Tugira descartou qualquer atitude racista de pessoas da IFSol/IFRN-ZN. Mas falta a atitude de *sororidade* entre a técnica da IFSol/IFRN-ZN – que também é uma mulher – e Maria Tugira, diante de seus problemas de locomoção, de sua idade avançada, de entender os problemas das trabalhadoras, também idosas, que participam do EES2 lideradas por ela. Carneiro (2023) concorda com as ideias de hooks (2023) e defende que as mulheres, sobretudo as subalternizadas e negras, possam adquirir uma postura *insurgente* contra a

subordinação. Nesse sentido, pensamos que Maria Tugira é uma mulher *insurgente* e *insubordinada*.

Carneiro (2023) afirma ainda que a emancipação da população negra deve ser coletiva e que só vai haver esta emancipação com a luta política que combata a lógica racista do biopoder. A autora afirma ainda que o autocuidado e o cuidado com outrem levam a esta emancipação coletiva, e é o que vemos na fala de Maria Tugira, quando ela afirma o seguinte: *aquilo que ela não quer de ruim para si, também não quer para os outros e não iria obrigar suas colegas a fazer um sacrifício que nem ela mesma queria fazer*. Ela está cuidando não só de si, mas das outras mulheres com quem ela trabalha.

Nesse sentido, não há a perspectiva de luta racial porque existem algumas de pele parda e negra no EES2, mas não são todas negras e pardas. No entanto, a ação de Maria Tugira nos traz a perspectiva de emancipação coletiva de mulheres, que Carneiro (2023) chama de *coletividades subalternizadas* (já que são mulheres de baixa renda). Faz-se necessário para esta emancipação coletiva um sentimento de *reconhecimento, identificação e pertencimento* (Carneiro, 2023). Saffioti (2015) também propõe que a emancipação venha através do *autoconhecimento* e *conhecimento do outro* enquanto categoria social na disputa contra o poder hegemônico, devendo haver resistência, conflitos e lutas para efetivar esta emancipação. Butler (2021) propõe a ideia de subversão, que, de acordo com o Dicionário Priberam (2024e), “significa ato ou efeito de subverter e insubordinação; revolta”. Subverter na perspectiva emancipatória é, portanto, *insubordinar-se, revoltar-se*. Nessa perspectiva, pode-se observar em Maria Tugira uma mulher deveras *subversiva*.

Na categoria *Profissional*, as falas de Aline Mendonça mostram a perspectiva de liderança que ela exerce na coordenação da Feirarte, como já vimos na US1:E5:204; e US1:E5:214 e quando ela diz “US1:E5:213 – Esse é o problema, porque têm momentos que **você precisa ser rígida. Isso eu aprendi com a IFSol**” (Aline Mendonça). Acredito que a prática pedagógica que a incubadora IFSol/IFRN-ZN utilizou com a entrevistada – que pode ter sido uma reunião ou uma palestra –, no sentido de incentivar a postura de maior *rigidez*, de maior *liderança*, para que Aline pudesse exercer o cargo de coordenação, fez com que ela mudasse seu comportamento e pudesse aprender a *se impor* mais frente às outras trabalhadoras da economia solidária. Nessa perspectiva, acredito que houve uma emancipação.

Tanto Saffioti (2015) quanto Butler (2021) e Andrade (2022) afirmam que a emancipação se dá no combate à subordinação das mulheres. Ao se comportar de forma a ser rígida em seu ponto de vista e manter-se buscando o diálogo, Aline Mendonça se emancipa, e esta emancipação se dá a partir das práticas pedagógicas da incubadora IFSol/IFRN-ZN.

Para a categoria *Incubação*, trazemos a fala de Katiana Bezerra a respeito da assessoria prestada pela IFSol no EES3, no qual ela é líder.

US1:E3:166 – Eu acredito que a **associação prosperou depois da assessoria do IFRN**, da IFSol, **porque a gente não tinha nem onde expor nossos produtos e, hoje em dia, a gente tem onde expor.**

US1:E3:167 – **Somos convidadas para participar de muitos eventos e já conseguimos muitas coisas boas por conta dessa parceria.**

US1:E3:168 – Essa assessoria tem sido muito boa, porque as professoras e estudantes **ensinam coisas que a gente não sabia.** E isso o que eu tenho de dizer é **o melhor que elas fazem.** É só isso que eu tenho a dizer (Katiana Bezerra).

A fala de Katiana Bezerra traz a perspectiva de emancipação de seu empreendimento a partir das oportunidades que a incubadora proporcionou. Ter um local para expor seus produtos – quer seja no MAF ou nas feiras e eventos que acontecem nas dependências do IFRN-ZN – traz alegria à entrevistada, e, se ela afirma que estas oportunidades melhoraram seu empreendimento, acredito que houve ganhos financeiros. A *Emancipação Econômica* de mulheres é tratada por Beauvoir (2019a, 2019b) quando ela afirma que as mulheres a partir da liberdade econômica conquistam sua *transcendência* e se afirmam como sujeito, apropriando-se de seu próprio dinheiro.

Carneiro (2023) afirma que a população negra é atravessada por um problema *crônico*, que é a pobreza que dificulta sua ascensão social, e que o combate a ela é uma necessidade para a emancipação. Sabe-se por Guérin (2005), Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2016), dentre outros autores, afirmam que as mulheres são maioria na economia solidária e, nessa perspectiva, a iniciativa da incubadora IFSol/IFRN-ZN promove a emancipação econômica dessas mulheres de forma a propiciar um espaço para a venda de seus produtos. Infelizmente, para Maria Tugira – “proibida” de participar da feira no *campus*, de acordo com ela – houve obstáculos a esta emancipação.

Ainda em relação à categoria *Incubação*, pode-se observar um processo de emancipação através da autogestão. A fala de Aline Mendonça confirma essa perspectiva.

US1:E5:206 – Na verdade, ela se envolvia diretamente no dia a dia lá do box. Certa vez, a gente teve **uma reunião e ela me aconselhou dizendo que a gente precisava caminhar, tomar para si a responsabilidade do box.**

US1:E5:210 – Eu, pesquisadora, **eu aprendi isso** desde que eu entrei em movimento, que se você tem um problema, então, o grupo tem uma **reunião interna mensal**. É interna, é do grupo. Se eu estou com algum problema, algo não está certo, ou não está me satisfazendo. Para isso, nós temos uma reunião interna. **A reunião é para a gente discutir as questões internas do grupo. Ali, a gente discute, resolve ou tira encaminhamentos para resolver** (Aline Mendonça).

A prática pedagógica da incubadora IFSol/IFRN-ZN – através de reunião realizada com as trabalhadoras solidárias – é uma metodologia que promove emancipação quando Aline conta que a técnica da incubadora afirma que elas devem *tomar para si* a responsabilidade do espaço de comercialização no MAF. É interessante, sobretudo, o incentivo a que sejam feitas reuniões internas mensalmente entre as trabalhadoras de cada empreendimento. Em todas as entrevistas, na realização de reuniões entre os empreendimentos, pode-se observar essa metodologia que Tiriba (2024a, 2024b) denomina de *Pedagogia do Trabalho Associado*, e Vilaça e Dubeux (2018) chamam de *Pedagogia da Autogestão*. Algumas realizam semanalmente, como no caso de Joana Mota do EES1, quando elas estavam sofrendo uma crise financeira por falta de financiamento da prefeitura da cidade; outras realizam conforme as demandas dos pedidos dos clientes, como no caso de Katiana Bezerra, no EES3, ou sempre que necessário, como no EES2 de Maria Tugira.

Aline Mendonça afirma que a incubadora IFSol lhe ajudou na realização de reuniões tanto do MAF, já que ela estava na coordenação da Feirarte, quanto em seu empreendimento, o EES5. Nessa perspectiva, acredito que houve uma emancipação a partir da incubação.

Nelsa Nespolo elogia a metodologia de incubação da IFSol em relação à oportunidade de comercialização no MAF e a promoção de feiras nas dependências do *campus*.

US1:E4:103 – Eu acredito que houve **benefício positivo** da **assessoria da IFSol**, principalmente em relação ao **mercado**. Agora nós **temos o mercado para vender a nossa mercadoria**. Além de **vender**, a gente consegue ainda **pegar algumas encomendas**. Após o **trabalho da IFSol melhorou 100%** (Nelsa Nespolo).

De acordo com os objetivos da IFSol IV e VI, que são respectivamente o de promover atividades de capacitação destinadas à comercialização e possibilitar intercâmbio para troca de experiências entre os grupos (IFRN, 2018b), acredito que as feiras funcionam como *exercícios práticos* para que as trabalhadoras possam atribuir *significado* ao que aprenderam nas capacitações e a troca de experiências entre elas fomenta este aprendizado a partir do contato entre as trabalhadoras dos empreendimentos. Assim, nessa perspectiva, a incubação atua como *veículo de emancipação* dessas mulheres a partir da aprendizagem na prática, constituindo-se em *saberes do trabalho associado* (Tiriba, 2024a).

A incubação possibilitou, a partir de suas práticas pedagógicas, fazer com que essas mulheres, enquanto líderes dos empreendimentos, orientassem outras mulheres, como afirma Nelsa Nespolo: “US1:E4:117 – Muitas vezes, aquela mulher que está ali, sem **tomar conta de sua própria vida**, que não tem uma ideia – como é que eu vou dizer –, **que não tem atitude, a gente orienta**” (Nelsa Nespolo). A prática pedagógica aqui pode ter sido uma reunião, uma palestra ou até mesmo as rodas de conversas entre a equipe da IFSol/IFRN-ZN e as trabalhadoras solidárias. Outra metodologia – prática pedagógica – promovida pela incubação são as reuniões, como afirma Nelsa.

US1:E4:127 – A IFSol ajuda a **nos orientar** e trouxe para nós o mercado que foi reformado para a gente trabalhar lá. **Sempre fazem reunião** e, nas reuniões, as pessoas **nos orientam**. Eu considero **muito bom o trabalho da IFSol**” (Nelsa Nespolo).

Uma metodologia importante nas *reuniões* feitas com EES é, através da prática pedagógica do *diálogo*, o incentivo às mulheres para exporem seus pontos de vista, além da análise em conjunto, de modo que todas as opiniões sejam ouvidas e respeitadas. Relacionamos a proposta pedagógica das reuniões realizadas com os EES como espaços de *exercício da autogestão*, que, como vimos com Singer (2022), são espaços onde cada trabalhadora teria direito a opinar (voto) e cujas decisões

seriam coletivas (ou por maioria de votos). Retomando Sguarezi (2020), seria a partir das reuniões que aconteceria o movimento de superação da *alienação/dominação*, havendo a busca – e, no caso das reuniões, o *incentivo* – à liberdade e à autonomia dessas trabalhadoras e à *emancipação* através da participação democrática, ruptura do poder e da exploração através da recuperação das vontades e individualidades dessas trabalhadoras. Ferreira (2020) nos direciona à perspectiva de uma *Economia Solidária Feminista Visionária*, que envolveria as atitudes de *cooperação* e *diálogo* de base feminista.

Apesar de identificar em Nelsa algum nível de emancipação, pode-se perceber que ela fala de uma *via de mão única* quando ela diz que a incubadora “nos orienta”. Retomando as falas de Maria Tugira, pode-se perceber que ela reclama que as pessoas da incubadora *não aceitam a opinião delas* e que as pessoas da IFSol/IFRN-ZN não gostam de serem *contestadas* (US1:E2:67). Fica em nós o questionamento se nas práticas pedagógicas da IFSol/IFRN-ZN realmente há espaço para o *diálogo* e para a participação de *todas* e se, nesses momentos, *respeitam-se* as diversas opiniões.

Finalizamos aqui esta análise da categoria *incubação* com a voz de Aline Mendonça, quando ela diz “US1:E5:236 – Eu espero que o EES5 continue com essa parceria com a IFSol, porque nós **só temos a aprender**” (Aline Mendonça). Deixamos, por fim, para reflexão, a seguinte pergunta – ainda sem a devida resposta: *O que a incubadora IFSol/IFRN-ZN precisa ainda aprender com essas mulheres líderes da economia solidária?*



Nascimento. Desenho em papel vergê A4, 120g, pintura com lápis de cor de madeira.
Cristiane de Brito Cruz, 01/07/2024.

5. DESINCUBAÇÃO: O NASCIMENTO DA MULHER EMANCIPADA

A imagem que abre a última seção desta tese contém uma mulher parindo outra. Um corpo feminino emancipado. Para destacar a questão racial, optei por trazer uma mulher negra e, para ressaltar sua independência em relação à mãe, adulta, com o cordão umbilical rompido. Ela está sobre uma poça de sangue pois este representa a vida, mas também as lutas que obviamente esta mulher ainda terá de enfrentar para chegar a sua emancipação total. Ela sorri porque a ideia de emancipação/liberdade é a perspectiva de felicidade e conquista de direitos sobre si mesma, sobre suas decisões e vida. O lobo que uiva na imagem mostra que faz parte de nossa natureza sermos livres, buscarmos nos libertar das amarras das opressões que nos aprisionam. De certa maneira, ela estava reclusa na barriga de sua mãe e seu “nascimento” é seu ideal de liberdade, empoderamento. Os feixes de luz na vista da mãe e na silhueta da mulher trazem a ideia de que a emancipação é dupla: a mãe também está “livre” pois sua filha não irá depender dela, deixando-a livre para seguir seu caminho.

Na proposta de discussão aqui apresentada uma mulher emancipada “nasce” e é *linda, plena, forte, inspirada, ativa, estável emocionalmente, livre, criativa, emancipada*. Em Estés (2018), a *Mulher Selvagem* é como um lobo com grande força vital, assim, “não fomos feitas para ser franzinas, de cabelos frágeis, incapazes de saltar, de perseguir, de parir, de criar uma vida. Quando as vidas das mulheres estão em estase, tédio, já está na hora de a mulher selvática aflorar” (Estés, 2018, p. 25).

O Dicionário Priberam não possui significado para a palavra *desincubação*. Castillo (2024) e Gilbert (2003) trabalham com o conceito de *concepção* (fertilização), ao qual atribuí a metáfora de que houve a concepção de uma vida feminina. De acordo com IFRN (2018b), antes de incubar os EES, existe um *diagnóstico*, que significa “identificar a causa de um estado a partir de sinais ou indícios” (Priberam, 2024a) – logo, fiz a relação com o resultado positivo de uma gravidez. Na metáfora utilizada aqui, uma *mãe* concebeu uma *filha* cuja vida estava sendo *incubada*. Vale, Pinheiro e Moura (2022) nos informam que cabe às mulheres a perpetuação da espécie, porque é o óvulo delas que seleciona o espermatozoide (Gilbert, 2003) e, ainda, porque é a mulher quem consegue procriar, gestar uma vida (Vale; Pinheiro; Moura, 2022).

Utilizei a metáfora da formação do zigoto (organismo pluricelular que contém o óvulo fertilizado pelo esperma) para falar da *pré-incubação*, na qual a futura mulher

adquire forma humana. Busquei no Dicionário Priberam (2024b) o significado de *incubação*, que é preparação, elaboração dentro do corpo feminino, fonte da vida. A seção 4, chamada de *desincubação* – cujo significado para o processo que ocorre em EES já discuti –, adquire, nesta visão, a noção de *nascimento*. De acordo com Beauvoir (2019a, 2019b), a mãe se emancipa tomando o lugar daquela que a gerou, mas, na perspectiva do nascimento aqui assumida, estamos emancipando a filha que é *desincubada* do corpo dessa mãe. Ela não nasce como um bebê frágil e necessitado de cuidados, ela já “nasce” emancipada.

O processo de *desincubação* é a fase na qual EES alcançam certa maturidade e autonomia. Cunha, Medeiros e Tavares (2013, p. 20) afirmam que os grupos deixam de receber a assessoria da incubadora, reforçando sua *autonomia*. Para tanto, os autores afirmam que se estabelece, desde o início, o *protagonismo dos atores dos empreendimentos*, tornando o papel da incubadora de *apoiadora e facilitadora* na incubação.

Oliveira, Sant’Anna e Carvalho (2018, p. 103) entendem que esse é o “período de desligamento da incubadora”. Serafim *et al.* (2019) chamam esta fase de *graduação* dos empreendimentos que adquirem maturidade gerencial e na qual se busca “eliminar de forma gradual o apoio técnico-social ofertado” (Serafim *et al.*, 2019, p. 102). Os mesmos autores asseveram que essa fase é *difícil* por falta de uma *metodologia unificada e sistematizada*, já que alguns aspectos, como *confiança* e *unicidade* do grupo (conhecimento tácito da prática diária de suas relações), não podem ser medidos por indicadores quantitativos.

Os autores ainda argumentam que existe uma dificuldade em conseguir “materiais acadêmicos que permitam mensurar a capacidade de sustentabilidade do empreendimento” (Serafim *et al.*, 2019, p. 103) para a sua graduação, tornando muitas vezes a análise para esta fase intuitiva. Os autores sugerem a aplicação de uma metodologia de indicadores, mas que sejam adaptadas à realidade de cada empreendimento. Para isso, porém, é importante um processo de constante avaliação e de criação de parâmetros e indicadores que salvaguardariam esta avaliação, para que ela não tenha apenas critérios de impressões pessoais ou mesmo do relacionamento afetivo entre a incubadora e os EES.

Moura (2014), por sua vez, defende que haja nesta fase um acompanhamento com assessorias pontuais e “estímulo para a sua inserção em redes ou outros projetos sociais” (Moura, 2014, p. 13). Costa (2018b) acredita que a incubação é um processo

político-pedagógico que é *incompleto*, tornando a desincubação um processo difícil de conclusão, porque “as relações com os empreendimentos vão se aperfeiçoando sem previsão de tempo fixo” (Costa, 2018b, p. 160). Barros, Ferreira e Tavares (2018, p. 87) dizem que o processo de desincubação vem sendo ressignificado, tido como “uma nova fase de acompanhamento”. Nunes (2009) acredita que o processo de desincubação só deve ocorrer quando o grupo estiver praticando de forma efetiva a autogestão e quando eles tiverem condições de buscar sua própria sustentabilidade.

Para responder à questão, se as práticas pedagógicas da incubadora IFSol/IFRN-ZN para os Empreendimentos de Economia Solidária liderados por mulheres promoveriam a emancipação dessas mulheres elencadas na introdução desta investigação, identifiquei como práticas pedagógicas da incubadora IFSol a proposta de capacitação através do *diálogo*, que, em algumas situações, não se dá de forma efetiva, constituindo-se, no caso do depoimento de uma das entrevistadas, como um *não diálogo* e às vezes *antidiálogo*. Percebi a prática da *autogestão*, nos processos de formação da incubadora, que incentivam as trabalhadoras a tomarem atitudes autônomas em seus EES. A autogestão, contudo, configura-se como um processo que demanda tempo e que, muitas vezes, não há previsão de fim, de forma que os EES ficam dependentes da assessoria da IFSol/IFRN-ZN.

Outra prática identificada foi a de *desenvolvimento de inteligência interpessoal* das trabalhadoras através de *diálogos* e *formações*, auxiliando as mulheres a assumirem posturas diferentes diante das trabalhadoras e incentivando-as a formarem outras mulheres de seus EES. Uma proposta pedagógica eficiente está na realização de *visitas técnicas de estudantes* nos EES e a realização de *entrevistas* com as trabalhadoras solidárias. Nesses momentos, há a troca de saberes, o que gera aprendizados entre as trabalhadoras e os estudantes, fazendo com que os saberes populares sejam valorizados. Foi identificada a *prática pedagógica sob o viés da Economia Solidária Feminista Visionária*, quando trabalhadoras são formadas na perspectiva feminista de *autovalorização* e *resistência* à dominação masculina. Conseguimos identificar ainda práticas de *incentivo ao desenvolvimento de liderança e autonomia* dessas mulheres quando elas assumem posições de *liderar reuniões* em seus EES. Nesse sentido, existe o combate a práticas hegemônicas de *obediência* e *servidão*. No que se refere à perspectiva de uma das entrevistadas, entretanto, houve postura *antidialógica* e *autoritária* de uma das técnicas na reação aos

questionamentos feitos, e, já que o diálogo não aconteceu, acabou afetando o relacionamento da incubadora IFSol/IFRN-ZN com esse EES.

Por fim, uma das práticas pedagógicas importantes foi a de incentivo à *relação entre teoria e prática*, através de *reuniões, feiras e visitas* de estudantes aos EES, em que se podem observar na prática o trabalho associado.

Em relação à questão sobre quais foram as atitudes emancipatórias identificadas nessas mulheres, considerei a autogestão e a emancipação de gênero (social) realizadas pela IFSol/IFRN-ZN um incentivo a essas mulheres para reagirem frente a atitudes machistas e à subordinação de gênero, de modo que elas mudassem de atitude. Nesse caso, pôde-se observar uma prática pedagógica – provavelmente reunião, palestra, roda de conversa, dentre outras – que promoveu a emancipação de mulheres da ES. Identifiquei a *emancipação coletiva* quando uma das entrevistadas afirma que houve mudança de atitude em sua vida, e, segundo ela, na vida de outras mulheres. Assim, constituiu-se na existência de uma *práxis* emancipatória da incubadora IFSol/IFRN-ZN. A *emancipação intelectual* de mulheres foi uma necessidade elencada por uma das entrevistadas, no que diz respeito à solicitação de capacitação em gestão e liderança, já que muitas trabalhadoras acreditam que não têm os conhecimentos necessários para assumir cargos de liderança – e, como as líderes, em sua maioria, têm idade avançada e pretendem se aposentar –, existe a real necessidade desta capacitação.

Observei que a discussão de uma das entrevistadas com uma técnica da IFSol representou uma postura *insurgente* da trabalhadora. Na visão da entrevistada, a resposta da técnica se configurou, de certa forma, como *antidiálogo*, o que remete à necessidade de formação em inteligência interpessoal da equipe técnica da IFSol e de estudos sobre a Educação Libertadora na perspectiva de Paulo Freire, contrária ao *antidiálogo*, à *dominação*, à *violência*, buscando a *libertação*, a luta contra o *mutismo* e a *passividade* e trabalhando na *abertura de consciência dos educandos*. Percebi a postura emancipada da entrevistada frente às dificuldades enfrentadas e frente à falta de *sororidade* da técnica da IFSol/IFRN-ZN e uma postura *subversiva* e *insurgente* da entrevistada.

A incubadora IFSol/IFRN-ZN, ao promover uma formação de postura profissional da coordenadora da Feirarte, fomenta nela uma *emancipação profissional*, já que ela aprendeu a ser mais rígida frente às outras trabalhadoras. Houve ainda uma *emancipação econômica*, através de oportunidades de comercialização em feiras,

eventos e através da conquista de espaço no MAF e, infelizmente, no caso de uma das entrevistadas – impedida de participar – houve obstáculo a esta emancipação.

As *reuniões* internas e gerais – entendidas como práticas pedagógicas realizadas pela IFSol/IFRN-ZN – fomentaram incentivo à prática de *autogestão*, levando a uma *emancipação a partir da incubação*, a partir de feiras e eventos, onde há troca de experiências, exercícios práticos que atribuem significado ao que elas aprenderam nas formações dada pela incubadora IFSol/IFRN-ZN. Sendo assim, houve a *emancipação através da práxis do trabalho associado*. As reuniões promovem uma emancipação a partir da participação democrática, desde que todas participem efetivamente. Por fim, a partir de orientações em reuniões sobre a postura feminista, há a prática pedagógica com viés da *Economia Solidária Feminista Visionária* e, por isso, uma *emancipação de gênero*.

Em relação ao questionamento sobre se as práticas formativas da IFSol/IFRN-ZN apontam na direção de uma formação política e na perspectiva de uma *Economia Feminista*, observei que o incentivo a ter uma postura mais rígida da líder diante das demais trabalhadoras e o incentivo à autogestão geram nas trabalhadoras uma postura política de *lutar por sua própria emancipação*. Quando as técnicas da IFSol/IFRN-ZN buscam desenvolver nas trabalhadoras posturas de enfrentamento às atitudes machistas e à opressão, pode-se observar uma prática pedagógica que vai em direção à *Economia Solidária Feminista*, que, diante do fato de que as mulheres são maioria na ES, é a prática ideal para os EES atendidos pela IFSol/IFRN-ZN.

Quanto à visão das líderes diante da questão *Ser Mulher*, pode-se observar que as palavras utilizadas foram *liberdade, respeito, amor, ser mãe, trabalhadora, organizada, ter domínio próprio, ter cabeça erguida, não aceitar calada (injustiças), ter opinião própria, ter sororidade, não ser “pau mandado”, ser questionadora, ser rígida, ter autonomia, aprender sempre*. Portanto, a visão que as mulheres têm sobre *Ser Mulher* podem ser resumidas como *ter amor, autorrespeito, liberdade, autonomia, opinião própria, sororidade*. Ela deve ser *altiva, questionadora, insubordinada, aprendiz, mãe, trabalhadora, organizada, justa, respeitosa, rígida* e, por fim, *saber usar a própria voz*.

No que diz respeito ao objetivo geral, de compreender se as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFSol/IFRN-ZN podem contribuir com esta emancipação de mulheres líderes desses EES, pode-se dizer que sim, mas que o caminho ainda é longo para que a emancipação dessas mulheres possa ser coletiva.

Com relação ao objetivo específico, *identificar as práticas pedagógicas no processo de incubação da IFSol/IFRN-ZN*, identifiquei as práticas que são as *reuniões, capacitações e formações, diálogos, a autogestão, entrevista, a incubação em si, aprendizagem prática, a promoção de espaços de socialização e comercialização em eventos e feiras como espaços de vivência feminina*. Todas essas práticas estão de acordo com os objetivos trazidos no regimento da incubadora.

No que concerne ao objetivo de *investigar as práticas pedagógicas realizadas pela incubadora IFSol/IFRN-ZN que fomentam a economia solidária e apontam na direção de uma economia feminista*, percebi que tais práticas são a *promoção da autogestão a partir de diálogos em reuniões e o debate de viés feminista* que faz com que as mulheres reflitam sobre *Ser Mulher* e sobre as opressões de gênero que elas enfrentam, mudando efetivamente sua atitude e fazendo com que outras mulheres também mudem.

Sobre o objetivo específico de *analisar qual é o aprendizado de mulheres líderes de EES a partir da perspectiva da Educação Profissional enquanto práxis libertadora/emancipatória*, analisei que a *mudança de atitude* frente aos comportamentos de dominação masculina, a *postura rígida* diante das trabalhadoras, no sentido de manter a concentração nas reuniões, o comportamento ético frente às divergências, evitar conversas paralelas nas reuniões e *compreender que a autogestão é um processo dos EES* foi eficaz. Nesse aspecto, pude identificar, como aprendizagem, que a *incubadora IFSol/IFRN-ZN deve ser entendida como assessoria*, e não como instituição que serve para solucionar todos os problemas internos das trabalhadoras.

Em relação aos resultados alcançados, a subseção 4.4, *A Economia Solidária: dificuldades socioeconômicas, princípios, fomento e a formação sociopolítica de mulheres e seu aumento de qualidade de vida a partir de uma proposta pedagógica emancipatória*, traz primeiramente as dificuldades que sofrem as entrevistadas diante da *falta de espaço físico, transporte, questões financeiras e burocráticas*. Ao conseguir um espaço adequado para a comercialização de produtos da economia solidária, a incubadora IFSol/IFRN-ZN trabalha na promoção econômica destes empreendimentos e na oferta de um espaço para socialização, intimidade e existência feminina dessas mulheres.

Esses espaços funcionam ainda como uma proposta para o combate à ideia de que as mulheres seriam mais *improdutivas* que os homens veiculada pela perspectiva

econômica *tradicional* do modo de produção capitalista através das noções sobre o *homo æconomicus* e a *femina æconomica*¹³³. Funcionam também como promoção da economia solidária, nestas vivências não há limites entre o espaço privado (doméstico) e o público (associação ou cooperativa), nestes locais se promovem a visibilidade dos trabalhos do cuidado e do trabalho doméstico. Muitos são os depoimentos nas entrevistas de que as trabalhadoras são donas de casa, mães, avós e realizam o trabalho não só nos espaços da economia solidária, mas em suas residências – e muitas delas, às vezes, levam seus filhos e netos para esses espaços, o que demonstra que as relações humanas são interdependentes. Embora se possa compreender que há um aspecto negativo, isto é, o fato de que as mulheres acumulam – juntamente com o trabalho nos EES – as tarefas domésticas e os cuidados (Mundim, 2010; Sales, 2007)¹³⁴.

Pode-se observar que, no estado do Rio Grande do Norte, faltam *espaços* para a comercialização de produtos oriundos da economia solidária e que em muitos locais a *infraestrutura é inadequada* – como vimos no caso do MAF – e muitos EES carecem de recursos e de investimentos. A Rede Xique Xique é a única que dá apoio aos EES, porém poucos EES são associados e a rede apoia mais a agricultura familiar, ficando o artesanato em segundo plano. O MAF é um dos poucos espaços públicos onde há a comercialização da economia solidária, mas a localização do espaço fica em um trecho da cidade de Natal com poucas opções de transporte para quem mora distante, principalmente para quem vem da Zona Norte da cidade, fazendo com que as mulheres tenham que pegar, muitas vezes, dois ou três linhas de ônibus para chegar ao local. Além desses desafios, a *burocracia* ainda é um dos grandes obstáculos enfrentados por estas mulheres, e quatro das cinco entrevistadas alegam que estavam com restrições documentais e tinham que regularizar a situação, demandando custos que, muitas vezes, os EES não podem arcar.

Apenas a entrevistada do EES3 disse que está com documentação regular, mas, de todos os empreendimentos, o dela é o que se localiza mais próximo de uma avenida movimentada e, ao que parece, é o que mais tem encomendas e onde as mulheres ganham melhores rendas. A gestão do espaço é bastante eficiente e o mais peculiar é que a líder é a que tem menor grau de instrução, o que ratifica, para nós,

¹³³ Ver figura 7 na seção 2, p. 141.

¹³⁴ Discutido na seção 2, subseção 2.4.

que os saberes populares muitas vezes superam os acadêmicos e que as *experiências dessas mulheres devem ser valorizadas*.

O fomento aos EES deve ter os aspectos de avaliação e fiscalização. O mau uso de recursos públicos poderia ser fiscalizado pelos órgãos de controle estaduais e municipais (nota de rodapé 129) e acompanhados pela incubadora IFSol/IFRN-ZN, que também deve informar às trabalhadoras de forma clara e objetiva os montantes destinados, os usos feitos, quais são as responsabilidades de fiscalização municipais, estaduais e qual é a exata função da incubadora no que diz respeito à aplicação destes recursos para a economia solidária.

Na busca por fomentar a economia solidária, deve-se levar em conta a opinião dessas mulheres. Acordos devem ser estabelecidos ouvindo suas dúvidas, acatando suas propostas e incentivando a *autogestão*, abrindo espaço para que todas deem suas opiniões e votos. Não foi o que se pôde observar na estrutura e *design* ofertados no Mercado de Agricultura Familiar (MAF), nem em relação ao horário de trabalho das mulheres de lá, de acordo com as informações dadas pela entrevistada Maria Tugira. Com a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Rio Grande do Norte e através da constituição do Conselho Estadual de Economia Popular e Solidária (CEEPS), existem recursos próprios destinados a estas iniciativas e entidades responsáveis para dar transparência ao uso destes recursos. Cabe à incubadora verificar junto a estes órgãos o que tem sido feito, qual o montante de recursos disponíveis e informar para todas essas mulheres todos esses dados. Muito provavelmente, em relação à estrutura, faltou fiscalização ou mesmo informação, para que não houvesse dúvidas. Não houve diálogo e faltou autonomia a fim de que essas mulheres também participassem das decisões.

A criação do aplicativo Ecosol Digital, construído pela SETHAS, é um importante passo na busca por dados da economia solidária, na facilidade de cadastro desses empreendimentos e na transparência de informações. O aplicativo tem ainda diversas notícias e oportunidades para que essas mulheres possam participar de feiras, eventos, entre outros. A incubadora IFSol/IFRN-ZN pode aproveitar essas tecnologias para ofertar formação com os EES a respeito do uso de redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, dentre outros conteúdos, e deve levar em conta ainda que o acesso a essa tecnologia pode ser difícil, afinal, o público que trabalha na economia solidária é frequentemente composto por mulheres que têm idade avançada.

Outro ponto importante é que projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), sobretudo relacionados à extensão universitária ou tecnológica, contribuem para o fomento à economia solidária, principalmente em parcerias com outras instituições que tratam de questões de gênero e das mulheres, como projetos do próprio IFRN, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Centro Feminista 8 de março (CF8), a Rede de Economia Solidária Feminista (RESF), dentre outras instituições. É importante ainda que a promoção de eventos e feiras, que são espaços de comercialização, socialização e promoção econômica dessas mulheres, seja de acesso a todas. A falta de mercado para esses grupos é um dos entraves para sua emancipação.

A incubadora IFSol/IFRN-ZN prima pelo uso da ética nas suas relações com as trabalhadoras e não há episódios de racismo ou sexismo no comportamento da equipe técnica com as líderes dos empreendimentos, tampouco houve casos relatados de tratamento diferenciado com as trabalhadoras. Essa perspectiva está de acordo ainda com a proposta de formação *omnilateral* e humana integral, que são pilares da Educação Profissional e Técnica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todos os seus regulamentos, documentos e princípios pedagógicos. Contrária, portanto, aos ideais dominantes de *discriminação*, *machismo*, *sexismo*, *racismo* e outros preconceitos disseminados socialmente. A educação oriunda da incubação afasta-se dessa ideologia capitalista neoliberal e atua na direção do *Trabalho como Princípio Educativo*¹³⁵.

Em relação aos aspectos pedagógicos da economia solidária, a troca de saberes entre estudantes, equipe técnica e trabalhadoras foi apontada como recorrente na metodologia de incubação, cujos conteúdos aprendidos na sala de aula pelos estudantes podem ser ampliados e aprimorados através do contato com as trabalhadoras, fazendo com que os saberes populares sejam valorizados, que é a proposta da *Pedagogia da Economia Solidária*.

Os saberes populares e, mais ainda, a valorização desses saberes são premissas da educação popular e da economia solidária. A incubadora IFSol tem muito a aprender com as mulheres trabalhadoras da economia solidária e poderia aproveitar mais de suas experiências, incluindo-as no currículo de seus materiais pedagógicos e promovendo a troca de saberes entre os EES, fazendo com que essas

¹³⁵ Ver nota de rodapé 98, na seção 2, subseção 2.5.

mulheres possam construir os saberes em conjunto unindo os saberes técnicos – que advêm das capacitações ofertadas pela IFSol/IFRN-ZN – aos saberes populares, oriundos da experiência de vida e do trabalho associado realizado pelas trabalhadoras solidárias. Quase todas as mulheres afirmam que iniciaram os trabalhos em 2003, o que significa, no ano de 2024, mais de 20 anos de experiência. Essas experiências devem ser compartilhadas, divulgadas, valorizadas. Quatro das entrevistadas, a princípio, não sabiam dizer o que ensinaram aos estudantes quando foram perguntadas se haviam ensinado algo. Ao insistir na pergunta, acabamos descobrindo – e elas, da mesma forma – que tinham ensinado algo, ficando felizes ao saber disso. A incubadora IFSol/IFRN-ZN deve aproveitar as oportunidades de formação para mostrar e trazer esses aprendizados à tona. Não fica explícito, nas entrevistas, se isto ocorreu.

Um dos maiores desafios da economia solidária é a autogestão. Esse é um dos desafios apontados por três das cinco entrevistadas. A capacidade de resolver as situações por si próprias, juntamente com as trabalhadoras de seus empreendimentos, o *desaprender* das práticas hegemônicas, capitalistas, neoliberais de alienação e dominação ainda estão engatinhando nestes EES. Dirigir e gerir coletivamente é uma preocupação de todas as entrevistadas, que se sentem preocupadas quando falam quem vai substituí-las quando elas já não puderem estar na liderança. Todas elas afirmam que as trabalhadoras não querem assumir cargos de presidência e vice-presidência, e algumas, como Maria Tugira, estão no cargo há muitos anos. Acredito que os conteúdos referentes às funções de liderança e gestão são uma real necessidade dos EES. Não se sabe se houve alguma capacitação nesse sentido e nem se a forma como foi repassado – se é que foi – foi adequada para o público. Por isso, a importância da *Pedagogia da Autogestão* que prima pela construção coletiva dos materiais de formação.

Pode-se observar que a incubação trabalha na busca pela emancipação dessas mulheres, mas que ainda há um caminho longo a ser percorrido. Houve alguma sorte de emancipação no que diz respeito às atitudes, à comercialização de seus produtos, à resistência ao machismo e sexismo, através da incubação, porém, elas ainda carecem da assessoria da IFSol/IFRN-ZN. Então, de fato, elas não estão totalmente emancipadas. Emancipar-se no sentido de sair do jugo de outrem e caminhar – como se diz popularmente – com as próprias pernas é um caminho difícil para o gênero feminino, já que a sociedade a aponta sempre como dependente e

estranha a mulher emancipada. Talvez sob a ótica capitalista neoliberal não exista – ou não deva existir – uma mulher assim. Retomando as palavras de Orozco (2022), enquanto perdurar socialmente essa *Coisa Escandalosa* não estaremos realmente emancipadas. O que não impede se resistirmos, lutarmos contra as correntes que nos aprisionam. Neste sentido o caminho já se mostra mais possível. No que se refere à desincubação penso que ela acontece com tempo determinado *formalmente*, mas não ocorre *de fato* nos EES que dependem sempre das orientações e da assessoria da incubadora IFSol/IFRN-ZN mesmo findada a incubação. Talvez não haja como desincubar definitivamente estes EES, então penso que eles podem apenas ter sido *desligados* da IFSol/IFRN-ZN, mas não *desincubados*.

Para uma *Educação Popular*, há de se ter uma formação política dos educandos e por parte do/a educador/a. Deve-se haver um estímulo através, sempre, de uma postura dialógica, uma educação que traga questões atuais para os educandos – no caso das trabalhadoras solidárias – sobre o uso das tecnologias e das redes sociais, problematizando-as também – como vimos com a fala de Maria Tugira sobre o uso inadequado do aplicativo de mensagens instantâneas.

Na subseção 4.5, *A Emancipação Feminina: questões de racialidade, de gênero, sociopolíticas e econômicas, profissionais e emancipação a partir do processo de incubação*, vimos que a autogestão busca a autonomia de trabalhadores(as) e, no caso específico, das mulheres da economia solidária. Essa emancipação através da autogestão tem vários desafios a serem superados, pois, na sociedade capitalista neoliberal patriarcal em que vivemos, as pessoas aprendem que, para prosperar, devem competir, e não a ser solidário/a.

Para as pessoas pobres e, sobretudo, para as mulheres, o ensino desde sempre é obedecer, não enfrentar os homens, falar baixo e ser comandadas. A metodologia pedagógica da economia solidária se configura no oposto dessa visão. A Economia Solidária Feminista vai ensinar a solidariedade e, através da autogestão, as mulheres irão aprender a gerir e dirigir seus empreendimentos. Afastar-se de ideias machistas, racistas, moralistas demanda tempo. Não se concebe uma metodologia de incubação que lide com um público de maioria mulheres não trabalhar na perspectiva feminista. Felizmente, em uma das falas das entrevistadas, apareceu a perspectiva emancipatória a partir das práticas pedagógicas da IFSol/IFRN-ZN através de *reuniões, palestras, rodas de conversas*, dentre outras. Porém, fica o questionamento se esta formação e práticas levam realmente em conta um conteúdo feminista ou se

estes ensinamentos e orientações se deram de maneira individualizada, apenas em algumas falas ou conversas individualizadas.

Além de acreditar que as formações e capacitações da incubadora IFSol/IFRN-ZN devem primar pelo viés feminista, acredito que tais conteúdos devem incluir ainda os temas: subordinação de gênero, dominação masculina, ideias do que significa *Ser Mulher*. Se, como já discuti anteriormente, a dominação requer subordinação, então, a incubadora tem que incentivar, a partir de suas práticas pedagógicas, *a insurgência, a resistência, a transcendência, a subversão dos valores tradicionais*. Esta não é uma tarefa fácil. As visões de mundo da equipe técnica, dos estudantes, dos docentes, de todos, têm que se transformar para apreender este conteúdo feminista. Pela fala de algumas das entrevistadas, houve emancipação, pelo menos da atitude, de algumas dessas mulheres, e isto se configura em uma *práxis emancipatória e libertadora* da incubadora IFSol/IFRN-ZN.

As entrevistadas alegam que muitas mulheres sentem dificuldades de assumir cargos de presidência e vice-presidência dos EES. Algumas das trabalhadoras pensam não ser capazes. Três das entrevistadas afirmam que seus maridos não viam nelas capacidades intelectuais. Uma delas sofreu violência física, psicológica, moral e financeira. A importância de se desenvolver, na incubadora IFSol, um perfil de Economia Solidária Feminista que promova a emancipação de gênero dessas mulheres é primordial, principalmente no auxílio à questão da mudança de liderança destes empreendimentos e da responsabilidade delas de assumirem o posto, quando necessário, por exemplo, através de uma formação em gestão. Uma das entrevistadas fez a solicitação e nenhuma delas afirmou se houve essa capacitação. Todas elas acreditam que estes saberes precisam ser repassados. Todas elas desejam deixar o cargo – aposentar-se –, mas, por falta de opção, continuam exercendo essas funções.

Uma das entrevistadas é graduada em Gestão de Cooperativas, que foi um curso oferecido pela incubadora Oasis da UFRN. Na época da entrevista, a líder do EES5 disse que estavam abertas as inscrições para a terceira turma. Acredito que para as trabalhadoras da economia solidária seria uma ótima oportunidade, e não tenho ideia se esse tipo de informação foi divulgada.

Apesar de acreditar que esse curso seria interessante, penso que não é uma formação adequada para a maioria por diversas razões: por conta da idade avançada, por conta do tempo de curso (3 anos) e por conta da viabilidade de locomoção (a entrevistada Aline Mendonça passava a semana longe de casa em uma comunidade

distante da cidade). A capacidade técnica da Oasis tem a experiência de 18 anos de atuação e a IFSol/IFRN-ZN, com apenas 6 anos, não teria condições ainda de ofertar esse tipo de curso. Porém, assim como aconteceu com um projeto de extensão, por que não realizar parcerias entre a Oasis/UFRN e a IFSol/IFRN na oferta dessas oportunidades ou de cursos menores? Aproveitar a experiência e o vasto conhecimento técnico da incubadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e juntar esforços para a realização dessas ações. Novamente, afirmo que esses cursos e formações devem ser dialogados com as trabalhadoras e seus conteúdos primarem pela valorização dos saberes populares.

Todas as entrevistadas parecem ter um perfil parecido: todas elas são mulheres que defendem seus direitos de cidadãs e têm uma postura de se impor. A incubação que leve em conta os preceitos de uma educação libertadora e emancipatória deve respeitar os educandos – no caso, as trabalhadoras solidárias –, com a utilização sempre do diálogo e de uma perspectiva *antiautoritária*. A educação libertadora não utiliza nem a *dominação*, nem a *domesticação*. Vimos em Maria Tugira – pelo menos através do depoimento dela – que a postura não foi essa. Como vimos em Freire (2015), a atitude *antidialógica* se configura em *violência*, privilegia o *mutismo* e a *passividade* e não dá espaço para o desenvolvimento de uma postura *reflexiva* e *crítica* da sociedade. É contrária ainda ao que se prega da *Pedagogia da Autogestão*; *Pedagogia do Trabalho Associado*; da *Práxis Pedagógica da Economia Solidária*. Não se configura ainda como processo inerente ao Trabalho como Princípio Educativo, tampouco é utilizada em uma Educação Popular. Se a incubadora IFSol/IFRN-ZN, como se pôde ver anteriormente, estabelece regras e não dá espaço ao diálogo, ela está em *desacordo* com todos estes preceitos, e não faz economia solidária, menos ainda uma *Economia Solidária Feminista*.

Como pode-se observar das autoras que tratam de emancipação de mulheres, essa emancipação se dá na *coletividade*. Acredito que deve haver um esforço pela solidariedade dos EES não só dentro de cada um deles, mas sim do coletivo. Todas as líderes se conhecem, respeitam-se, admiram o trabalho umas das outras e se dão como exemplo de empreendimentos que seguem os princípios da economia solidária. Não identifiquei em nenhuma das falas delas que elas defendem outras mulheres de outros empreendimentos. Em relação à situação apontada por Maria Tugira, desconheço se a decisão da não participação dela nas feiras que acontecem nas dependências do IFRN-ZN foi de todas as outras também ou partiu apenas da decisão

da técnica da IFSol/IFRN-ZN ou se, na verdade, foi uma interpretação errônea da entrevistada. No mínimo, não houve um diálogo efetivo e isso está em desacordo com o amparo teórico à qual a proposta de economia solidária e incubação de EES presente nos documentos institucionais da IFSol/IFRN-ZN se vincula e preza.

Acredito que Maria Tugira não foi emancipada por nenhuma prática pedagógica da incubadora IFSol/IFRN-ZN. O que não significa dizer que ela não seja uma mulher emancipada, já que agiu de forma *insurgente* contra a *subordinação* imposta a ela. Ela agiu de forma a emancipar suas colegas quando não quis trabalhar em um horário a elas imposto e quando optou por deixar o MAF, já que trabalhar lá acarretaria problemas de transporte, por conta da idade e da localização perigosa para elas. O *autocuidado* e o *cuidado de outrem* traz a perspectiva emancipatória. É uma pena que a IFSol/IFRN-ZN, pelo menos para ela, tenha agido de forma oposta ao que se esperava.

Uma das práticas pedagógicas da IFSol/IFRN-ZN, como metodologia emancipatória, foi a dos *diálogos* e *reuniões* que incentivaram o perfil de liderança em Aline Mendonça, que aprendeu a ser mais rígida e a se impor diante das outras trabalhadoras. A emancipação se deu ainda com a própria incubação, que proporcionou para estas mulheres espaço tanto no MAF quanto em feiras, eventos e com conteúdo que elas não sabiam. Nesse sentido, por causa dessa comercialização, elas alcançaram uma emancipação econômica e, com a liberdade econômica, as mulheres conquistam a sua transcendência.

As reuniões da incubadora IFSol/IFRN-ZN também se configuram como espaços de emancipação a partir das discussões e incentivos à prática de autogestão e à realização de reuniões internas dos EES, que todas elas afirmam realizar. Assim, os objetivos da incubadora IFSol/IFRN-ZN são alcançados no intercâmbio de informações entre os EES, na troca de experiências, nos exercícios práticos, a partir de feiras e eventos. Como já havíamos pontuado, as reuniões são um espaço para o exercício prático da autogestão. Sendo assim, em relação ao objetivo geral desta tese, *de compreender se as práticas pedagógicas desenvolvidas no IFSol/IFRN-ZN podem contribuir com a emancipação de mulheres líderes desses Empreendimentos de Economia Solidária*, acredito que houve algum grau de emancipação dessas mulheres, mas que o caminho ainda é longo para se percorrer a uma emancipação total, que não fica apenas a cargo da incubadora, já que estamos inseridos em uma sociedade capitalista e, de acordo com Cornelian (2006), Beauvoir (2019a,), Carneiro

(2023), dentre outros, essa emancipação só se daria em uma sociedade com outro modo de produção.

Na busca por uma Economia Solidária Feminista, as atividades da IFSol devem primar pela cooperação, pelo diálogo de base feminista, pelo respeito e pela participação de todas as mulheres.

Esta investigação não pretende esgotar o conhecimento sobre a emancipação de mulheres na economia solidária a partir das práticas pedagógicas da incubadora IFSol/IFRN-ZN. Nem poderia, por diversas razões. A primeira delas porque optei por realizar o recorte geográfico de analisar um *campus* do instituto e, deste *campus*, apenas alguns EES, e não todos os que foram atendidos. Através dos depoimentos dados, observei ainda que a Educação Popular ainda levará tempo a ser consolidada, porque uma educação dialógica com construção coletiva de conteúdos e atendimento às demandas das trabalhadoras não pôde ser facilmente identificada. Faz-se necessário que essas dúvidas possam ser sanadas com uma pesquisa que possa investigar a visão de servidores e discentes da equipe técnica da IFSol/IFRN-ZN e que se possam analisar os materiais das formações ofertadas pela equipe deste núcleo da incubadora IFSol. Existe a necessidade elencada pelas trabalhadoras para que seja realizada a oferta de cursos em processos administrativos e gestão, assim como a valorização de experiências das trabalhadoras, as quais podem ser compartilhadas entre todos os EES. É imprescindível a formação da equipe técnica sobre tecnologias digitais, levando em conta a idade avançada das mulheres trabalhadoras da ES, bem como uma formação em inteligência interpessoal, educação dialógica libertadora e emancipadora, o que demandam leituras embasadas nas ideias de educação de Paulo Freire.

A partir do que investigo e levando-se em conta o argumento de tese inicial, de que, *a partir das práticas pedagógicas da Incubadora IFSol/IFRN-ZN, mulheres líderes de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) atendidas pelo projeto alcançam algum nível de emancipação e empoderamento*, pôde-se observar que as mulheres têm algum tipo de *emancipação social, econômica, intelectual, coletiva, de relações interpessoais, de liderança, de gênero, a partir da incubação e autogestão* que ainda enfrentam desafios a serem superados, mas que a incubação da IFSol/IFRN-ZN caminha na direção de uma *Economia Solidária Feminista*.

Como desdobramentos desta investigação, defendo que existe uma real necessidade de capacitação dessas mulheres para gestão destes empreendimentos

e para a emancipação de gênero. Faz-se necessária uma pesquisa posterior para ouvir a perspectiva de servidores, estudantes e coordenação da IFSol/IFRN-ZN, a fim de comparar com a perspectiva das mulheres, em relação ao trabalho realizado, e descobrir se houve aprendizado da equipe da incubadora a partir do conhecimento dessas mulheres líderes de empreendimentos de EES e o que mais elas precisam aprender. É importante ainda o desenvolvimento de investigações sobre a Economia Solidária Feminista, que carece de referenciais mais teóricos. Esta investigação se configura como contribuição nesse aspecto. Uma nova pesquisa que inclua mais *campi* do IFRN, que possa trazer uma visão mais geral sobre a incubadora IFSol/IFRN e sobre a economia solidária do Rio Grande do Norte, pode vir a dar uma visão mais ampla e responder a algumas possíveis lacunas que tenham permanecido nesta investigação.

No início desta seção, descrevi a mulher que nasce do corpo dessa mãe que se emancipa através de sua filha e que emancipa a filha, a neta e as mulheres ao seu redor. Ao final desta investigação, que também não deixa de ser uma história, nasceu essa mulher que afirmo não ser frágil. É uma mulher que denominei *desincubada* e já pontuei suas características vistas socialmente como positivas, mas pedimos licença para falar um pouco mais dessa mulher, cujo nome irei homenagear, fazendo um acrônimo com os pseudônimos das entrevistadas e homenageadas, como na figura 15.

Figura 15 – Nome da mulher desincubada.



Fonte: Elaboração própria (2024).

A palavra *Amaterasu Omikami*, segundo Estés (2018, p. 22), significa, em japonês, “a Força Espiritual, que gera toda a luz, toda a consciência”. De acordo com Ferrándiz (1998, p. 228, tradução minha), o anagrama configura-se em um procedimento de escrita que “é construído, em primeiro lugar, por permutações ou amplificações operacionais de um material verbal mínimo colocado na origem do esforço poético”¹³⁶. Optei por utilizar a expressão em japonês e acondicionar, para cada letra, o pseudônimo das trabalhadoras de forma a homenagear tanto as entrevistadas quanto as mulheres da economia solidária donas dos nomes. No que se refere à construção do conceito de *Economia Solidária Feminista*, incluí no anagrama algumas características desse tipo de economia, como: *emancipação, autogestão, respeito, cooperação, sustentabilidade, comércio justo, autonomia, qualidade, mulheres e oikonomía*. Esta última utilizei no sentido de recuperar as origens da palavra “economia”.

Lechat (2009) acredita que “economia”, historicamente, perdeu seu sentido original de *oikonomía* (Aristóteles) devido à submissão dos seres humanos à fome, já que nas sociedades primitivas havia fartura de alimentos. *Oikonomía*, no sentido aristotélico, referia-se ao *cuidado da casa, da cidade*, em oposição à *crematística*, que “consiste na forma mercantil de se adquirirem bens tendo-se por motivação a ganância”, e à *engenharia*, que seria a “ciência econômica focada em questões logísticas em detrimento de outros fins da sociedade” (Lechat, 2009, p. 136). Para Lechat (2009), com o advento da economia moderna, a perspectiva *ética* da palavra foi sendo deixada de lado e ficando distante do que o autor denomina de *economia sociológica*, retomando *oikonomía*. Lisboa (2004) faz a distinção entre *oikos* – que se relacionava à vida privada – e *eklesia* – que se ligava à vida pública, na qual são discutidos assuntos da *polis*, a cidade na Antiga Grécia. Izaza e Tiriba (2009) retomam o conceito de Aristóteles enquanto junção de *oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro) referindo-se ao que modernamente é descrito como *Economia Popular*, que seria “uma forma de produzir, distribuir e consumir bens e serviços que transcende a obtenção de ganhos monetários, vinculando-se estreitamente à reprodução ampliada da vida (e não do capital)”, e tendo como objetivo principal a “satisfação de

¹³⁶ “se construye en primera instancia operando permutaciones o amplificaciones de un material verbal mínimo puesto en el origen del quehacer poético”.

valores de uso e a valorização do trabalho dos seres humanos” (Icaza; Tiriba, 2009, p. 150). Neste tipo de economia não há exploração da força de trabalho alheio.

Acredito que uma mulher emancipada serve de *farol* e *guia* para outras mulheres; uma mulher emancipada tem *autoconsciência*, e conhecimento é luz, sendo a falta dele as trevas. Aline Joana Neusa Tugira Katiana, uma mulher *emancipada* e *desincubada*, nasce para finalizar a discussão da tese, que, na verdade, configura-se em início, já que não quero encerrar a discussão, mas sim instigar outras mulheres (e por que não homens) a investigar sobre *Emancipação de Mulheres na Economia Solidária Feminista*. Eu afirmei que esta mulher era linda, plena, forte, inspirada, ativa, estável emocionalmente, livre, criativa e utilizei, sobretudo, a imagem de uma *Mulher Selvagem*, pois a pessoa que conceituo nesta seção como *Mulher Emancipada e Desincubada* deverá ser *subversiva, insubordinada, revolucionária, disruptiva, insurgente, transcendente*. Ela é o que todas nós devemos ser!

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sérgio Ricardo Arcas de. **Economia solidária e economia feminista: um diálogo necessário**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Fundação Perseu Abramo e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Programa de Mestrado Profissional. São Paulo (SP): Flacso, Brasil, 2017. 67 p. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/handle/10469/16504>. Acesso em: 12 jun. 2024.
- ADAMS, Telmo. Educação na economia solidária: desafios e perspectivas. **Educação** (UFSM), 2014, v.39, n. 3, p. 577-588, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/6481/pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Wolfgang Leo Maar (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.
- AGUDELO-RAMÍREZ, Alexandra; MURILLO-SAAÍ, Lucelly; ECHEVERRY-RESTREPO, Liliana; PATIÑO-LÓPEZ, Jhoana Alexandra. Participación ciudadana y prácticas políticas de jóvenes en la cotidianidad. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Bogotá (Colombia), v. 11, n. 2, p. 587-602, 2013 Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2013000200010&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 18 oct. 2023.
- ALHOJAILAN, Mohammed Ibrahim. Thematic Analysis: a critical review of its process and evaluation. **West East Journal of Social Sciences**, Nova Iorque (EUA), v. 1, n. 1, p. 39-47, 2012. Disponível em: https://faculty.ksu.edu.sa/sites/default/files/ta_thematic_analysis_dr_mohammed_alhojailan.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.
- ALVES, Graciela de Oliveira. **Saúde mental e economia solidária: construindo estratégias de reabilitação psicossocial**. Dissertação (Mestrado em Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC): UFSC, Brasil. 2016. 126 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174448>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- ALVES, Simone Silva. **Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: Sororidade a Outra Educação! Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS): UFRGS, 2014. 173 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/104457>. Acesso em: 22 out. 2023.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (SP): Fundação Carlos Chagas (FCC), vol. 36, n. 129, set./dez. 2006. pp. 637-651. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.
- ANDRADE, Flávio Lira de.; QUEIROZ, Paula Vanessa Mesquita. Articulação no semiárido brasileiro – ASA e o seu programa de formação e mobilização e para convivência com o semiárido: a influência da asa na construção de políticas públicas. In: KÜSTER, Ângela.; MARTI, Jaime Ferré Martí (Orgs.). **Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no nordeste do Brasil**.

Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2009. Disponível em: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/einzeltitel/-/content/gesellschaftspolitiken-fuer-das-semiarid>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ANDRADE, Mileni Martins de. **Igualdade e emancipação feminina**: contribuições à luz de uma concepção ampla da justiça. São Paulo (SP): Editora Dialética, 2022, 96 p.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Louis Rodrigues Castro de; SOUZA, Samir Cristino de; AIRES, Maurílio Gadelha. Marketing ambiental: estudo diagnóstico dos projetos de marketing das empresas incubadas na Incubadora Tecnológica Natal Central (ITNC) do IFRN. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 7812-7837, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/57406>. Acesso em: 7 out. 2023.

ARAUJO, Ronaldo de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Filosofia da Práxis e Didática da Educação Profissional**. 1. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2011. 147 p.

ARAUJO, Ronaldo de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do SENAC**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 51-63, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/download/218/201/436>. Acesso em: 17 out. 2023.

ARAÚJO, Sílvia Cordeiro de. Perspectivas da economia solidária e da educação ambiental como *práxis* pedagógica no programa pescando letras. **Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, v. 6, n. 11, p. 9-27, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reaa/article/view/11589> Acesso em: 13 maio. 2023.

AREND, Sílvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PISNKY, Carla Benssanezi e PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1 ed. São Paulo (SP): Contexto, 2018. p. 65-83.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Nestor Silveira. São Paulo (SP): Folha de São Paulo, 2010. Coleção Livros que Mudaram o Mundo. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7606990/mod_resource/content/1/Arist%C3%B3teles.pdf Acesso em: 13 nov. 2023.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **História**. 1993 – 2023. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia> Acesso em: 16 out. 2023.

ASN RN. **Sebrae vai transformar prédio da Cecafes em um ‘Lugar de Charme’**. 14 set. 2021. Agência Sebrae de Notícias 2024. Disponível em:

<https://rn.agenciasebrae.com.br/arquivo/sebrae-vai-transformar-predio-da-cecafes-em-um-lugar-de-charme/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Por onde anda o ativismo feminista hoje? **Cronos**. Natal (RN), v. 22, n. 2, p. 8-38, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/28448>. Acesso em: 7 out. 2023.

BARROS, Cicera Keliciane de; FERREIRA, Jéssica Monteiro; TAVARES, Augusto de Oliveira. Incubação em economia solidária a experiência da Iteps no Cariri cearense. In: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (orgs). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**. Volume 2. Experiências e reflexões a partir da prática. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2018. Coleção: Pesquisa, Ação e Tecnologia, n. 4. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BARROS, Vanessa Andrade de; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Cooperação e solidariedade em empreendimentos de economia solidária. **Laboreal**, Portugal, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/986>. Acesso em: 7 out. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e mitos**. Sérgio Milliet (Trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a. v. 1. Tradução de: *Le Deuxième sexe*.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Sérgio Milliet (Trad.). 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b. v. 2. Tradução de: *Le Deuxième sexe*.

BENANAV, Aaron. **Automation and the Future of Work**. Nova York, Londres: Verso Books, 2020.

BENEVIDES, Bruna Garcia. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BENGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (org). **Economia Feminista: desafios, propostas e alianças**. São Paulo (SP): Jandaíra, 2022. 176 p.

BESSEN, Gina Rizpah. **Programas municipais de coleta seletiva em parceria com organizações de catadores na Região Metropolitana de São Paulo: desafios e perspectivas**. São Paulo, SP, 2006. 207 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), 2006, 207p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-24062006-112335/publico/Gina.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BIACA, Cleide Aparecida Bocchi; ROYER, Marcia Regina. Prática investigativa e o ensino de ciências. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2012. Curitiba: SEED/PR., 2014. v.1. (Cadernos PDE). Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospede/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uepg_cien_pdp_rosangela_grigol.pdf. Acesso em 26 jun. 2023.

BIDARRA, Zelimar Soares; ROCHA, Flávio de Matos. Um estudo sobre o desenho institucional do consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local (CONSAD). **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 98–114, 2014. DOI: 10.48075/igepec.v16i2.6868. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/6868>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BONUMÁ, Helena Gomes. **As mulheres e a economia solidária**: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Curso Superior em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre (RS): UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132849>. Acesso em: 7 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Maria Helena Krühner (Trad.). 10. ed. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil. 2012. 160 p. Disponível em: https://www.academia.edu/36538728/Pierre_Bourdieu_A_Domina%C3%A7%C3%A3o_Masculina. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre; WACKWANT, Loïc J.D. **Por uma antropologia reflexiva**. Hélène Levesque Dion (Trad.). Cidade do México (México): Grijalbo, 1995. Disponível em: https://archive.org/details/bourdieu_-respuestas-por-una-antropologia-reflexiva-pierre-bourdieu1. Acesso em: 24 jun. 2024.

BOURDONCLE, Raymond. Savoir professionnel et formation des enseignants: une typologie sociologique. **Spirale**: Revue de Recherches en Éducation, França: Cairn.info, n, 13, p. 77-96, 1994. Disponível em: https://spirale-edu-revue.fr/IMG/pdf/BOURDONCLE_Raymond_-_Spirale_13_1994_.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de janeiro de 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm Acesso em: 13 nov. de 2023.

BRASIL. **Lei 14.611 de 03 de julho de 2023**. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de julho de 2023b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14611.htm. Acesso em: 25 jun. de 2024.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). 4. ed. Brasília (DF): Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Diáspora africana, você sabe o que é?** [Brasília]: MINC, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/diaspora-africana-voce-sabe-o-que-e>. Acesso em: 01 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. TELELAB: Programa de educação permanente, do Ministério da Saúde, que disponibiliza Cursos Gratuitos [...]. **Departamento passa a utilizar nomenclatura "IST" no lugar de "DST"**. Brasília (DF): Ministério da Saúde. 2016b. Disponível em: <https://antigo.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL**. Brasília (DF): MDS, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-urbana/economia-solidaria/cadsol-cadastro-nacional-de-empreendimentos-economicos-solidarios>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária – SENAES/MTE. Economia Popular e Solidária como Política Pública: construindo territórios democráticos por meio do trabalho associativo e da cooperação. *In: 4ª Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária*. Documento Referencial. Brasília (DF): SENAES/MTE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/conaes/pdf/documento_referencial_final.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). **Economia Solidária: Outra Economia acontece!** Cartilha da Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social. Brasília (DF): Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), 2006. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-outil-149_pt.html. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Manual de orientações para formação e operação das Comissões de Cadastro, Informações e Comércio Justo**. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Brasília (DF): SENAES, 2016c. 34 p. Disponível em: https://www.economiasolidarias.org.br/OLD/documentos/guia_cadsol/Guia_para_o_CADSOL.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Sistema nacional de informações de economia solidária (SIES): **Divulgação dos dados do SIES 2013**. Boletim Senaes Acontece – Edição Especial. 2013. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/acontece_senaes_2013_-_n34_ed_especial.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL. **Portaria MTE n. 1.780 de 19 de novembro de 2014**. Institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL. 2014. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277278>. Acesso em: 3 fev. 2016.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, Filadelfia (EUA): Taylor & Francis, Inc., v. 3, n.2, 2006, p. 77-101, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology/link/00b7d52c9e6303d840000000/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRAVERMAN, Harry. **Trabajo y Capital Monopolista: la degradación del trabajo en el siglo XX**. 4. ed. Cidade do México (México): Editorial Nuestro Tiempo, 1981. Colección: Desarrollo. Disponível em: https://www.abertzalekomunista.net/images/Liburu_PDF/Internacionales/Braverman_Harry/Trabajo_y_Capital_monopolista_La_degradacin_del_trabajo_en_el_siglo_XX-K.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o país, de Lula a Bolsonaro**. Porto Alegre (RS): Arquipélago Editorial LTDA, 2019. Disponível em: <https://dokumen.pub/qdownload/brasil-construtor-de-ruinas-9788560171415.html>. Acesso em: 30 maio 2024.

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. Domesticação contra a plantation. **Mana**, v. 3, n. 28, p. e283020, 2022 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/fH4zwHGD8NwXGkRPX8NKdLj/#>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Renato Aguiar (Trad.). 21. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2021. Coleção Sujeito e História.

CALDERÓN, Astrid Agenjo. Lecturas de la crisis en clave feminista: una comparación de la literatura en torno a los efectos específicos sobre las mujeres. **Papeles de Europa**, n. 23, p. 70- 100, 2011. Disponível em: <https://docta.ucm.es/rest/api/core/bitstreams/bb363086-e0ec-4d5c-8298-4ece8d77c4d8/content>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CAMARGO, Cesar Valmor Marinho de. **Práticas investigativas no ensino de ciências para os anos finais do Ensino Fundamental: guia prático**. Dissertação (Mestre em Ensino de Ciências e Matemática) da Universidade Franciscana. Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Santa Maria (RS): UFN, 2023. 85 p. Disponível em: <http://www.tede.universidadefranciscana.edu.br:8080/handle/UFN-BDTD/1169>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CAMARGO, Cesar Valmor Marinho de; PEIXOTO, Sandra Cadore (Org.). **Guia prático guia prático atividades investigativas de ciências da natureza para os anos finais**. Santa Maria (RS): Universidade Franciscana – UFN, 2023, 34 f. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFN-1_6e88fce5c542f97c7bb68630e119e518. Acesso em: 19 out. 2023.

CANOSSA, Carolina. É possível bebês nascerem através de úteros artificiais? Ainda há sete desafios que precisam ser superados antes que isso possa acontecer.

Superinteressante, 22 de fevereiro de 2024, Abril Comunicações S.A. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-possivel-bebes-nascerem-atraves-de-uteros-artificiais>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CARILLO, Anabelle. A feminização na produção científica recente: um conceito difuso de compreensão necessária. *In*: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.).

Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília (DF): Editorial Abaré, 2013. p. 282-298. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2024.

Disponível em:

https://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/trabajadoras.pdf.

Acesso em: 24 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 432 p.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?

In: SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **A produção do viver**:

ensaios de economia feminista. Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.). São Paulo: SOF, 2003. 104 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7) Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Caderno-A-produ%C3%A7%C3%A3o-do-viver.pdf>. Acesso

em 24 maio 2023.

CARVALHO, Élida Thalita Silva de. **Protoverticalização**: os novos produtos imobiliários na Região Administrativa Norte de Natal-RN. 2019. 193f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27421> Acesso em: 12 mar. 2023.

CASTILLO GARCIA, José Rúben. Capítulo IV: la configuración de las prácticas políticas en estudiantes universitarios. *In*: G. Muñoz (ed.). **Jóvenes, culturas y poderes**. Bogotá (Colombia): Siglo del Hombre, Universidad de Manizales, Cinde, 2011, p. 101-124.. Disponível em:

https://www.academia.edu/102958356/J%C3%B3venes_culturas_y_poderes?uc-sb-sw=103226493. Acesso em: 26 jun. 2024.

CASTILLO, Rubens. Como ocorre a Fecundação Humana? **Toda Matéria**, 2024.

Biologia. Citologia e Embriologia. Disponível em:

[https://www.todamateria.com.br/como-ocorre-a-fecundacao-](https://www.todamateria.com.br/como-ocorre-a-fecundacao-humana/#:~:text=A%20fecunda%C3%A7%C3%A3o%20humana%20%C3%A9%20o,%C3%A0%20gravidez%2C%20constituem%20a%20concep%C3%A7%C3%A3o)

[humana/#:~:text=A%20fecunda%C3%A7%C3%A3o%20humana%20%C3%A9%20o,%C3%A0%20gravidez%2C%20constituem%20a%20concep%C3%A7%C3%A3o](https://www.todamateria.com.br/como-ocorre-a-fecundacao-humana/#:~:text=A%20fecunda%C3%A7%C3%A3o%20humana%20%C3%A9%20o,%C3%A0%20gravidez%2C%20constituem%20a%20concep%C3%A7%C3%A3o).

Acesso em: 16 jun. 2024.

CASTRO, Bárbara Geraldo de. O socialismo de Paul Singer e os limites de seu projeto político de economia solidária. **Org & Demo**, Marília (SP): UNESP, v.11, n.2, p. 23-44, jul./dez., 2010. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2010.v11n2.49>.

Disponível em: Acesso em: 25 out. 2024.

CASTRO, Mariana Pereira de. **A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva**: a experiência da Rede Xique-Xique. Dissertação (Mestrado) da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo

(SP): USP, 2014. 134 f. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-132338/publico/MARIANA_PEREIRA_DE_CASTRO.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

CASTRO, Mariana Pereira de. Mulheres e trabalho associado: as experiências da Rede Xique-Xique/RN e da Rede de Mulheres Produtoras do Recife/PE. *In*: XVII Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de estudos e pesquisa sobre a mulher e relações de gênero – REDOR. **Anais [...]**. João Pessoa: REDOR, 2012. ISBN 987-85-237-0667-8. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/download/259/115>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CEIA, Carlos. E-Dicionário de termos literários. **Essencialismo**. 2009-2018. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/essencialismo>. Acesso em: 13 mai. 2024.

CENAMO, Tamy Imai. REMTE: Perspectiva de historia y acumulados de la economía feminista en América Latina. *In*: Red Latinoamericana de Mujeres Transformando la Economía (REMTE). Marcha Mundial de las Mujeres (MMM). **Economías transformadoras en clave feminista**. La Paz (Bolivia): REMTE/MMM, 2021. Disponível em: https://www.economiasolidaria.org/wp-content/uploads/2022/04/ECONOMIAS_transformadoras.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (CF8). **A Instituição**. 1993 – 2023. Disponível em: <https://centrofeminista.com/a-instituicao/>. Acesso em: 16 out. 2023.

CENTRO FEMINISTA 8 DE MARÇO (CF8). COLEÇÃO DE EXPERIÊNCIAS DAKI – SEMIÁRIDO VIVO. CADERNO DE CASOS SEMIÁRIDO BRASILEIRO. CADERNO 4 – TERRITÓRIO: SERTÃO DO APODI – RIO GRANDE DO NORTE. **A Rede Xique Xique e as Práticas de Certificação Participativa no Rio Grande do Norte**. 2022. Disponível em: https://semiaridovivo.org/wp-content/uploads/2022/11/DAKI_4_REDE-XIQUE-XIQUE_PT_vf.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?/ The integrated education, the polytechnic and the omnilateral education. Why do we fight? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 7 out. 2023.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2018.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero; MARQUES, Lidianne Aparecida; VASCONCELOS, Andrea Costa Van Herk. Reflexões sobre o papel das mulheres na economia solidária. **Revista Em Extensão**. Uberlândia, p. 53-63, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/download/54372/28808/226312>. Acesso em: 05 fev. 2023.

CLOUGH, Patricia Ticineto. **The End(s) of Ethimology**: From Realism to Social Criticism. Newbury Park (California, EUA): Sage, 1992.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1987. p. 23-44.

COPELLO, Mónica; BIANCHI, Yolanda; PETIT, Luciano. Reflexiones en torno a las prácticas educativas del diploma de operador socioeducativo en economía social y solidaria en clave de investigación acción participativa. **+E: Revista de extensión universitaria**, Santa Fé (Argentina), n. 5, p. 168-173, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5641/564172834021.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. *In*: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra (Portugal): Almedina, 2009, p. 120-127. Disponível em: https://www.academia.edu/5010819/Diccionario_internacional_da_outra_economia. Acesso em: 24 jun. 2024.

CORAGGIO, José Luis. **La gente o el capital**: Desarrollo local y economía del trabajo. Quito (Equador): Ediciones ABYA YALA, 2004. ISBN: 9978-22-389-4. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Ecuador/ciudad/20180103040333/gente.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CORNELIAN, Anderson Ricardo. **Concepção de “economia solidária” em Paul Singer**: descompassos, contradições e perspectivas. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara (SP): Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/842.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

CORREIA, Mariama. **Pesquisadoras deixam anonimato e contam que sofreram assédio de Boaventura de Sousa Santos**. 23/05/2024. São Paulo (SP): Agência Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2024/05/pesquisadoras-deixam-anonimato-e-contam-que-sofreram-assedio-de-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em: 2 out. 2024.

COSTA, Ana Paula Borba. **Processo de incubação em economia solidária à luz de preceitos de autogestão**: experiências de estudantes de graduação da OASIS/UFRN. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal: UFRN, 2018a. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25771>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COSTA, Reinaldo Pacheco da. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. *In*: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (orgs.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: Concepção, metodologia e avaliação. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2018b. v. 1. Coleção: Pesquisa, Ação e Tecnologia, n. 4. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 16 mar. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre (RS): Artmed, 2007.

CRUZ, Cristiane de Brito. **A Extensão Tecnológica do IFRN e o Trabalho como Princípio Educativo (2012-2018)** [recurso eletrônico]. Mossoró, RN: Edições UERN: 2022. 105 p. Disponível em: <https://www.uern.br/biblioteca/edicoesuern/default.asp?item=edicoes-uern-ebooks-2022>. Acesso em: 28 set. 2023.

CRUZ, Cristiane de Brito. A presença das mulheres em projetos de extensão do IFRN. In: Colóquio Nacional e Colóquio Internacional – A Produção do Conhecimento em Educação Profissional, 5., 2., 2019a, Natal. **Anais do V Colóquio Nacional e II Colóquio Internacional a Produção do Conhecimento em Educação Profissional: regressão social e resistência da classe trabalhadora**. Natal: IFRN, 2019a. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/637168796/A-PRESENCA-DAS-MULHERES-EM-PROJETOS-DE-EXTENSAO-DO-IFRN>. Acesso em: 24 jun. 2024.

CRUZ, Cristiane de Brito. **O trabalho como princípio educativo no Programa de Apoio Institucional à extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2012-2018)**. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal (RN): IFRN, 2020. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1806?show=full> Acesso em: 7 out. 2023

CRUZ, Cristiane de Brito; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. A presença da mulher no extensionismo do Brasil: uma busca pela história. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019b. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58726> Acesso em: 11 mar. 2023.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo/SP: 2006. 206 p. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-20062007-120131/pt-br.php>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CUNHA, Eduardo Vivian da; MEDEIROS, Amanda Cristina; TAVARES, Augusto de Oliveira (orgs). **Incubação em Economia Solidária: reflexões sobre suas práticas e metodologias**. Fortaleza (CE): Impreco, 2013. 204p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361169843_Incubacao_em_Economia_Solidaria_Reflexoes_sobre_suas_Praticas_e_Metodologias/link/62a099a76886635d5cc8c8f0/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFhZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 22 jun. 2024.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti; SANTOS, Aline Mendonça dos. Capítulo I: Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. *In*: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline Mendonça dos (Orgs.). **Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas**. Coimbra (Portugal): Almedina, 2011. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-7072_en.html. Acesso em: 20 mai. 2024.

D'ALESSANDRO, Mercedes. **Economía Feminista**. Bogotá (Colombia): Penguin Random House Grupo Editorial, S.A.S., 2018.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família Burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Benssanezi Pisky (coord. de textos). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 223-240.

DABAT, Christine Rufino. Introdução. *In*: MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. – 2. ed. Revisada e Ampliada – [Organização e tradução: Christine Rufino Dabat]. Recife (PE): Ed. Universitária da UFPE, 2010. 225 p. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/473/463/1393>. Acesso em: 16 jun. 2024.

DAGNINO, Renato. Apresentação. *In*: DAGNINO, Renato (org). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010. Vários autores. ISBN 978-85-7582-564-8. Disponível em: https://cdt.unb.br/images/CEDES/2010_FERRAMENTA_TEC_SOCIAL_LIVRO.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social**: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande (PB): EDUEPB, 2014, 318 p. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/omp/index.php/ebooks/catalog/book/25>. Acesso em: 24 jun. 2024.

DANTAS, Anna Catharina da Costa; COSTA, Nadja Maria de Lima (org.). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva: documento-base / Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. – Natal: IFRN Ed., 2012. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1066>. Acesso em: 17 out. 2023.

DANTAS, Isolda. A construção da economia feminista na Rede Xique-Xique. *In*: Gerando riquezas e novos valores. **Revista Agriculturas experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro (RJ): AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, 2005, v. 2, n. 3. Disponível em: <https://aspta.org.br/files/2019/11/artigo6v2n3.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Heci Regina Candiani (Trad.). 1. ed. São Paulo (SP): Boitempo, 2016. Tradução de: *Women, race and class*. 248 p.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo (SP): Unesp, 2009, pp.173-178. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-

75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

DINIZ, Ana Lúcia Pascal; MOURA, Dante Henrique. Os sentidos da integração no Proeja-FIC/ Fundamental: limites e alcances de um curso desenvolvido em espaço prisional. Natal-RN: 2015. **HOLOS**, v. 4, Ano 31, p. 130-150. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3196>. Acesso em: 25 jun. 2024.

DUBEUX, Ana MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; SANTOS, Shirley (org.). Capítulo 2 – Sistematização de experiências de educação em economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos. In: DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; SANTOS, Shirley (org.). **A construção de conhecimentos em economia solidária**: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. Recife (PE): F&A Gráfica e Editora Ltda, Centro De Formação Em Economia Solidária – Nordeste (CFES/NE), 2012. pp.39-70, 288p. Disponível em: <https://cepalforja.org/sistem/bvirtual/wp-content/uploads/2020/06/expe-economia-solidaria-brasil.pdf>. Acesso em: 26 out. 2024.

EMENYI, Imoh Abang. Between Aidoo's Feminism and Sofola's De-Womanisation: Issues and Perspectives in African Gender Discourse. **Creative Artist: A Journal of Theatre and Media Studies**, v. 2, n.1. 2009. Disponível em: <https://www.ajol.info/index.php/cajtm/article/view/76619>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ESTEBAN, Maria Paz Sadín. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Tradução: Miguel Cabrera. Porto Alegre (RS): AMGGH Editora, 2010.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem. Waldéa Barcellos (Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Rocco, 2018. Tradução de: *Women who run with the wolves*.

FABRÍCIO, Roberto. **Aspectos jurídicos do uso do WhatsApp por empresas**. JusBrasil, 2017. © 2024 Jusbrasil. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/aspectos-juridicos-do-uso-do-whatsapp-por-empresas/458934155>. Acesso em: 26 out. 2024.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Benssanezi Pisky (coord. de textos). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 241-277.

FEDERICI, Silvia. Economia Feminista entre movimentos e instituições: possibilidades, limites e contradições. In: BENGGOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (org). **Economia Feminista**: desafios, propostas e alianças. São Paulo: Jandaíra, 2022. 176 p.

FÉLIX, Felipe Silveira e LOCATEL, Celso Donizete. Uso do território no Rio Grande do Norte, círculos de cooperação e a Rede Xique-Xique de Economia Solidária. **Sociedade e Território**, Natal (RN), v. 34, n. 1, p. 137-158, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/27974>. Acesso em: 05 fev. 2023.

FERRÁNDIZ, Raúl Rodríguez. **Semiótica del anagrama**: La hipótesis anagramática de Ferdinand de Saussure. Alicante (Espanha): Universidad de Alicante, Compobell, S.L. Murcia, 1998, 613 p. Edición electrónica: Espagrafic. ISBN: 84-7908-404-9. Disponível em: <https://rua.ua.es/dspace/handle/10045/9059>. Acesso em: 28 out. 2024.

FERRARINI, Adriane Vieira; ADAMS, Telmo. A educação popular na formação de trabalhadores da economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 51, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 212-221. Universidade do Vale do Rio dos Sinos São Leopoldo, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93841498012>. Acesso em: 26 out. 2024.

FERREIRA, Danilo Malta. **Articulação de ensino, pesquisa e extensão**: economia solidária e desenvolvimento territorial. A experiência INCOOP/NUMI-ECOSOL. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana). Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. São Carlos (SP): UFSCAR, 2019, 138 p. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11571>. Acesso em: 14 mar. 2023.

FERREIRA, Geraldo Generoso. **O discurso docente sobre as normas de trabalho e o processo de renormalização no IFRN**: uma análise discursiva. Tese (Doutorado em Letras) da Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco. Recife (PE): UFPE, 2020. 173 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/38506/1/TESE%20Geraldo%20Generoso%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. Tese (Doutorado em História) da Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife (PE): UFPE, 2016. 369 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17280/1/Tese%20-%20Jos%C3%A9%20Marcelo%20-%20Arquitetura%20espacial%20da%20plantation%20%2820.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos**: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro (RJ): Editora Lumen Juris, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/695093812/Joaquin-Herrera-Flores-Teoria-Cri-tica-dos-Direitos-Humanos>. Acesso em: 15 mai. 2024.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Prefácio: Maria da Conceição Lima Alves. Notas: Maria Helena de Almeida Freitas, Mônica Almeida Rizzo Soares. Brasília: Senado Federal, 2019. 119 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562126/Opusculo_humanitario.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 3 maio. 2024.

FOLBRE, Nancy. De la différence des sexes en économie politique: introduction. In: BISILLIAT, Jeanne; VERSCHUUR, Christine. **Le Genre: un outil nécessaire introduction à une problématique**. Paris (França): L'Harmattan, 2000. 265 p. pp. 141-151. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/2021-06/010020723.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

FOLBRE, Nancy. **Who pays for the kids?** Gender and the structures of constraint. Londres (Inglaterra) e Nova York (EUA): Rotledge, Taylor & Francis e-Library, 2003. ISBN 0-203-16829-1.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Benssanezi Pisky (coord. de textos). 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 510-553.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus (AM): Imprensa Universitária UFSC, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista brasileira de estudos pedagógicos** (on-line), Brasília (DF), v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdr7RQjJVSPzTq/#>. Acesso em: 19 mai. 2024.

FRASER, Nancy. Struggle over Needs: Outline of a Socialist-Feminist Critical Theory of Late-Capitalist Political Culture". *In*: FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. Londres/Nova Iorque: Verso, 2013. p. 53-82. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4064118/mod_resource/content/0/Nancy%20Fraser%20Fortunes%20of%20Feminism%20From%20Womens%20Liberation%20to%20Identity%20Politics%20to%20Anti-Capitalism.pdf. Acesso em: 6 maio. 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. Educação de adultos hoje: algumas reflexões. *In*: FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2001.v. 23. p. 15-17. (Coleção Questões de Nossa Época). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf. Acesso em: 7 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (O Mundo Hoje, v. 24).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 63. ed. Rio de Janeiro (RJ); São Paulo (SP): Paz e Terra, 2017.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1971.

FURTADO, Renan Santos; GOMES, Maria Rosilene Maués; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Educação e emancipação em Theodor Adorno e Paulo Freire. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 14, n. 35, p. 500–525, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13302>. Acesso em: 3 maio. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo (SP): Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação popular). Disponível em: <https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/fbce3498-7390-45e6-9656-ae4cac2d8ebf/content>. Acesso em: 22 maio 2024.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Cayapa Revista Venezolana de Economía Social**, v. 4, n. 8, diciembre, 2004, p. 9-37, Universidad de los Andes Mérida, Venezuela. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/622/62240802.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2024.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento Econômico Solidário. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra (Portugal): Almedina, 2009, p. 181-187. Disponível em: https://www.academia.edu/5010819/Diccionario_internacional_da_outra_economia. Acesso em: 24 jun. 2024.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, [S. l.], Salvador (BA): UFBA, v.16, n. 39, 2003. DOI: 10.9771/ccrh.v16i39.18642. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642>. Acesso em: 25 out. 2024.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências do Solo (RBCS)**, Viçosa (MG), v. 28, n. 82, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/MRR5qdXQ7q6DHZLH3VnMVLN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.

GALIAZZI, Maria do Carmo e SOUSA, Robson Simplício de. **Análise Textual Discursiva: uma ampliação de horizontes**. [recurso impresso e eletrônico]. Ijuí (SP): Ed. Unijuí, 2022. 192 p. (Coleção Educação e Ciências).

GALLINO, Luciano. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo (SP): Paulus, 2005.

GALVÃO, Marisa Nunes; CIFUENTES, Ricardo. Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho. **Org & Demo**, Marília (SP): UNESP, 2001, v. 2. p. 29-40. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/448>. Acesso em: 10 out. 2023.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Teoria e prática: uma relação dinâmica e contraditória. *Revista Motrivivência, Educação Física: teoria & prática*, n.8, Florianópolis (SC): [1995]. p. 31-45. **Anais do V Colóquio de Epistemologia da Educação Física. Maceió (AL)**, 22 e 23 de outubro de 2010. p. 1-12. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/22595>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GARDNER, Howard. O nascimento e a difusão de um “meme”. In: GARDNER, Howard; CHEN Jie-Qi; MORAN, Seana. **Inteligências múltiplas ao redor do mundo**. [Tradução: Roberto Cataldo Costa, Ronaldo Cataldo Costa]. Porto Alegre (RS): Artmed, 2010.

GELEDÉS. HOJE na História: Declaração dos Direitos Humanos faz 70 anos. **Portal Geledés**, São Paulo (SP), 10 dez. 2018. Disponível em: https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-declaracao-dos-direitos-humanos-faz-70-anos/?amp=1&gad_source=1&gclid=CjwKCAjwupGyBhBBEiwA0UcqaOe3zvZpymgNIYPZXK0cnvx7TvU55TuzW9NdZmYkDHaCEvYmiLALPBoCx-YQAvD_BwE. Acesso em: 15 mai. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo (SP): Editora Atlas, 2008.

GILBERT, Scott F. **Biologia do desenvolvimento**. 5ª ed. Ribeirão Preto (SP): FUNPEC Editora, 2003. [Título original: *Developmental biology*. Vários tradutores e revisores].

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro (RJ): Faculdade Cesgranrio, v.1, n.1, p. 28-43, 2009. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/1/5>. Acesso em: 19 jun. 2024.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Revista Ensaio – Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro (RJ): Fundação Cesgranrio, v. 14, n. 50, p. 17-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

GÓMEZ-ZAPATA, Yuliana; VARGAS, Natalia Gallón; TRIANA, María Alejandra Rodríguez; ZULETA, Leidy Jhojana Usma. Contabilidad popular. Sentidos y experiencias en organizaciones sociales y comunitarias de la vereda Granizal (Bello, Antioquia, Colombia). **Innovar: revista de ciencias administrativas y sociales**, Bogotá (Colombia): Universidad Nacional de Colombia, 2021, v. 31, n. 82, p. 245-270. Disponível: <https://dspace.tdea.edu.co/handle/tdea/2752>. Acesso em: 13 maio. 2023.

GONTIJO, Felipe Marques Carabetti; PAULA, Ana Paula Paes de. Os sentidos da economia solidária: reflexões sobre um curso de formação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/157761> Acesso em: 13 maio. 2023.

GRAMSCI, Antônio. **Caderno 12: cadernos do cárcere**. Carlos Nelson Coutinho (Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2004. (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, v. 2).

GRAMSCI, Antonio. Capítulo II – A organização da cultura. Para a Investigação do Princípio Educativo *In*: GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. – 4ª ed. [Trad. Carlos Nelson Coutinho] – Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1982. Título do original italiano: *Gli Intelletuali e L'organizzazione*.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. **Effective evaluation**. São Francisco (EUA): Jossey-Bass, 1981. Disponível em: <https://gwern.net/doc/sociology/1981-guba-effectiveevaluation.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GUEDES, Zildenice Matias; MARTINS, Jacqueline Cunha de Vasconcelos. Agroecologia e gênero: perspectiva socioambiental no assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró (RN), v. 5, n. 1, p. 66-76, 2011. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RVADS/article/view/603/512>. Acesso em: 24 mai. 2024.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo (SP): Edições Loyola, 2005.

GUERRERO, Raquel Quesada. Dimensiones de la economía feminista: claves para una redefinición de la economía en tiempos de crisis. **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**. León (Espanha), n. 13, p. 47-66, 2018. Disponível em: <https://buleria.unileon.es/handle/10612/15376>. Acesso em: 17 mai. 2024.

GUILLAUMIN, Colette. Prática del poder e ideia de naturaliza. In: FALQUET, Jules; CURIEL, Ochy (Orgs.). **El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas**: Colette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. Disponível em: <https://memoriadigitalafro.org/el-patriarcado-al-desnudo-tres-feministas-materialistas/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

GUILLAUMIN, Colette. **Racism, sexism, power, and ideology**. Nova York (EUA): Taylor & Francis e-Library, 2003 (Critical studies in racism and migration). Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780203422243/racism-sexism-power-ideology-colette-guillaumin>. Acesso em: 8 out. 2023.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. Cortez, 1986.

GURGEL, Telma. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano V, n. 4, dez. 2011. Disponível em: https://soscorpo.org/?page_id=2665. Acesso em: 21 mar. 2023.

GUTTING, Gary (Org.). **Foucault**. Trad. André Oídes. São Paulo (SP): Ideias & Letras, 2016. (Companions & Companions). Vários autores. ISBN 978-85-5580-015-3.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Considerações sobre Educação Popular e escolarização de adultos no pensamento e na práxis de Paulo Freire. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/547HdKHkhSXgqYNnRxx8Qjr>. Acesso em: 15 mar. 2023.

HILLENKAMP, Isabelle. Os universos da Economia Solidária: economias morais e relações sociais na região sul-americana. In: SOUZA, André Ricardo de; e ZANIN, Maria (org.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos (SC), 2017, p. 47-72, 2017.

HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. **Debates Feministas - SOF**, n. 03, p. 1–34, 2016. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-as-teorias-feministas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HOLLIDAY, Oscar Jará. Resignifiquemos as propostas e práticas de Educação Popular perante os desafios históricos contemporâneos. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (orgs.). **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília (DF): Ministério da Educação/UNESCO, 2006, 270 p. pp. 233-239. Coleção Educação para Todos, vol.4. ISBN 85-98171-54-9. Disponível em: https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume4_educacao_popular_na_america_latina_dialogos_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Bhuvli Libanio (Trad.). 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023. Tradução de: *Ain't I a woman?: black women and feminism*. 320 p.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. 6. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. Tradução de: *Feminism is for Everybody: Passionate Politics*. 176 p.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Stephanie Borges (Trad.). São Paulo: Elefante, 2021. Tradução de: *All about Love*.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra (Portugal): Edições ALMEDINA, SA; São Paulo (SP): Almedina Brasil, Ltda., 2004, 346 p. pp.150-155. Centro de Estudos Sociais (CES) – Universidade de Coimbra. ISBN 978-972-40-3722-6. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

INGHAM, G. **Capitalism**. Cambridge: Polity, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza. **Agência de Notícias**. 08/03/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 28 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/>. Acesso em: 30 set. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). **Os novos dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das Dimensões Socioestruturais dos empreendimentos. Brasília: 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7410>. Acesso: 05 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do Rio Grande do Norte (IFSol). Núcleo *Campus* Natal-Zona Norte. **O que é a IFSol?** [Panfleto informativo]. Natal (RN): IFRN, [20??].

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). COLÉGIO DE DIRIGENTES – CODIR/IFRN. **Ata-Síntese da Reunião Nº 02/2018, de 19 e 20/03/2018.** Ipanguaçu/RN: IFRN, 2018a. Documento em pdf. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/conselho-de-dirigentes/atas/2018/reuniao-ordinaria-no-02-2018>. Acesso em: 12 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Deliberação nº 26 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPEX).** Dispõe do Regimento da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFSol/IFRN) 19/11/2018. Natal (RN): IFRN, 2018b. Documento em pdf. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consepe/deliberacoes/2018/deliberacao-no-26-2018/view>. Acesso em: 12 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Estatuto.** Versão Consolidada. Aprovado pela Resolução nº 66/2009-CONSUP/IFRN, de 31/08/2009. RE/IFRN. Natal/RN: IFRN, 2009. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/5134/Estatuto__IFRN_vers%C3%A3o_consolidada_-_abril_2023_-_B.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Portaria Nº 2026/2022-IFRN/RE de 28 de novembro de 2022.** Dispõe da alteração da composição dos coordenadores da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – IFSol e seus núcleos. RE/IFRN. Natal/RN: IFRN, 2022a. Disponível em: <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento>. (Código Verificador: 476372; Código de Autenticação: 75a5926b9d) Acesso em: 28 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Portaria Nº 368/2021-IFRN/RE de 05 de março de 2021.** Dispõe da alteração da composição dos coordenadores da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – IFSol e seus núcleos. RE/IFRN. Natal/RN: IFRN, 2021a. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/institucional/atos-administrativos/boletins-de-servico-reitoria-ifrn-2021/boletim-de-servico-reitoria_ifrn-marco-21-extracao-suap. Acesso em: 28 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Portaria Nº 644/2024-IFRN/RE de 01 de abril de 2024.** Atualiza a composição da Incubadora Tecnológica para o Fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – IFSol e seus núcleos, no âmbito deste Instituto Federal, de acordo com o disposto na Deliberação nº 26/2018-CONSEPEX/IFRN, de 19/11/2018. Natal/RN: IFRN, 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projeto Político-Pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva: documento-base. Natal/RN: IFRN, 2012a. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/2439/PPP_-_01_de_agosto_2013_DB.pdf. Acesso em: 28 fev. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Relatório Gestão 2023**. Aprovado pelo Consup/IFRN, Resolução nº 15, de 27 de março de 2024. RE/IFRN. Natal/RN: IFRN, 2024b. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13037/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2023_IFRN_-_2024-05-14.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Regimento Geral do IFRN**. Aprovado pela Resolução nº. 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29 outubro de 2010, conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas do IFRN, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias. RE/IFRN. Natal/RN: IFRN, 2021b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/regimentos/Regimento%20Geral%20do%20IFRN%20-%20em%20vigor.pdf/view>. Acesso em: 17 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Regimento Interno do IFRN**. Aprovado pelo CONSUP/IFRN, Resolução nº. 17/2011-CONSUP/IFRN, de 01 de julho de 2011, que trata do conjunto de normas e disposições complementares ao Estatuto e parte integrante do Regimento Geral do IFRN. RE/IFRN. Natal/RN: IFRN, 2011. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/caico/institucional/regimentos/regimento-interno-dos-campi-do-ifrn/view>. Acesso em: 17 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 38/2012 – CONSUP/IFRN de 21/03/2012**. Aprova a Organização Didática do IFRN. Natal (RN): IFRN, 2012b. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/2438/OrganizacaoDidatica_2012_versaoFINAL_20mai2012.pdf. Acesso em: 26 jun. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 25/2022 – CONSUP/IFRN de 17 de março de 2022**. Aprova o Programa de Multi-Incubação Tecnológica (MIT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e dispõe sobre o seu funcionamento. Natal/RN: IFRN, 2022b. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/1324/resolu%C3%A7%C3%A3o_25-2022.pdf. Acesso em: 17 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 49/2018 – CONSUP/IFRN de 18 de dezembro de 2018**. Autoriza a criação do curso de Doutorado Acadêmico em Educação Profissional na modalidade presencial, e autoriza o seu funcionamento no *Campus Natal Central* deste Instituto Federal. Natal/RN: IFRN, 2018c. Disponível

em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/12875/3_._Resolucao_49_-_2018_Aprova_ad_referendum_o_Regimento_PPGEp.pdf. Acesso em: 1 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 58/2017** – CONSUP/IFRN de 17 de novembro de 2017. Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal/RN: IFRN, 2017. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/4510/58_-_Aprova_o_regulamento_das_atividades_de_extensao.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Sistema Unificado de Administração:** Assessoria de Programas e Projetos do SUAP – Trabalho. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, [201-?b]. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/projeto-politico-pedagogico-1>. Acesso em: 1 ago. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026**. Natal (RN): IFRN, 2019a. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/3316/PDI_2019-2026-Versao2019.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026** – Edição Revisada –. Natal (RN): IFRN, 2023a. Disponível em:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Portal IFRN. 2023. **Campanha “Seja Solidário em Tempos de Pandemia” entrega cestas básicas**. Natal (RN): IFRN, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/incubadora-de-economia-solidaria-do-ifrn-e-parceiros-entregam-cestas/>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Portal IFRN. **Campus terá horário especial de funcionamento durante férias escolares**. Natal (RN): IFRN, 2022c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/noticias/campus-tera-horario-especial-de-funcionamento-durante-ferias-escolares-3/>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Portal IFRN. **Institucional:** Missão, Visão e Valores. Natal (RN): IFRN, 2023b. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Portal IFRN. **Campi:** Natal Zona Norte. (Aba Cursos). Natal (RN): IFRN, 2023c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/natalzonanorte/>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Portal IFRN. 2023. **Com 40.178 estudantes, índice de permanência e êxito aumentou 11% em 2018.** Natal (RN): IFRN, 2019b. Disponível em: [https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/indice-de-permanencia-e-exito-de-estudantes-aumentou-11-em-2018/#:~:text=Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas-,Com%2040.178%20estudantes%2C%20%C3%ADndice%20de%20perman%C3%Aancia,%C3%AAxito%20aumentou%2011%25%20em%202018&text=Como%20forma%20de%20prestar%20contas,Contas%20da%20Uni%C3%A3o%20\(TCU\).](https://portal.ifrn.edu.br/campus/reitoria/noticias/indice-de-permanencia-e-exito-de-estudantes-aumentou-11-em-2018/#:~:text=Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas-,Com%2040.178%20estudantes%2C%20%C3%ADndice%20de%20perman%C3%Aancia,%C3%AAxito%20aumentou%2011%25%20em%202018&text=Como%20forma%20de%20prestar%20contas,Contas%20da%20Uni%C3%A3o%20(TCU).) Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). Portal IFRN. 2023. **IFRN realiza sexta edição da Pesquisa de Acompanhamento de Egressos.** Natal (RN): IFRN, 2021c. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/lajes/noticias/ifrn-realiza-sexta-edicao-da-pesquisa-de-acompanhamento-de-egressos/>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Resolução nº 24/2013** – CONSUP/IFRN de 23 de dezembro de 2013. Aprova o Regimento Interno do Conselho Escolar dos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal: Conselho Superior, 2013. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/conselhos/consup/resolucoes/2013/resolucao-no-24-2013/view>. Acesso em: 20 maio 2024.

ISAAC, Mike. **A guerra pela Uber.** Alexandre Raposo, Bruno Casotti, Leonardo Alves (Trad.). 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 464 p.

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia Economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas**, Porto Alegre (RS), v. 18, n. 3, p. 503-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/dFfHKJs3rW8QnPxt5gPLV4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.

JAQUET, Gabriela. É preciso questionar o presente: Foucault, o diagnóstico, a *Aufklärung*. **Anais da XIII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUC-RS**, Porto Alegre, 2014. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/semanadefilosofia/XIII/9.pdf> Acesso em: 20 fev. 2024.

JEZINE, Edneide. **A crise na universidade e o compromisso social da extensão universitária.** João Pessoa (PB): Editora Universitária UFPB, 2006.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGfHFsF85kk/#>. Acesso em: 24 jun. 2024.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo (SP): Unesp, 2009, p. 67-75. Disponível em: <https://edisciplinas.usp>.

br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p. 67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

KERGOAT, Prisca; PICOT, Genevieve; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo (SP): Unesp, 2009, p. 159-166. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p. 67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma Revisão Bibliográfica. **Revista Panorâmica**, Cuiabá (MT), v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 24 jun. 2024.

LEAL, Leonardo Prates. Princípios e fundamentos para uma tipologia de incubação tecnológica em economia solidária. In: ADDOR, Felipe e LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária: Concepção, metodologia e avaliação**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018, pp. 71-98, 295 p. Coleção Pesquisa, Ação e Tecnologia n.4. ISBN: 978-85-7108-442-1. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

LECHAT, Noëlle M. P. Economia Moral. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra (Portugal): Edições ALMEDINA, SA; São Paulo (SP): Almedina Brasil, Ltda., 2004, 346 p. pp.134-138. Centro de Estudos Sociais (CES) – Universidade de Coimbra. ISBN 978-972-40-3722-6. Disponível em: <https://financassolidarias.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

LIMA, Leandro de Castro; LOCATEL, Celso Donizete. Territorialidade e arranjos institucionais da Economia Solidária no meio rural potiguar. **Sociedade e Território**, Natal (RN), v. 34, n. 1, p. 71–94, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/27971>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LIMA, William de Mendonça; FREIRE, Flavio Henrique Miranda de Araujo; OJIMA, Ricardo. Mobilidade e rendimento escolar dos estudantes de ensino médio em Natal (RN, Brasil). **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba (PR), v.10, n. 2, p. 346-356, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/cmF3fJLq9qbXfxVJsDYDSnr/?format=pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão, OLIVEIRA, Guilherme Saramago de, SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmello (MG), v. 20, n. 44, p. 36-51, v. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 19 mar. 2023.

LISBOA, Armando de Melo. Terceiro setor. In: CATTANI, Antonio David (org.). **La otra economia**. pp. 407-416. Porto Alegre (RS): Editora Veraz Ltda. (2003); Buenos Aires (Argentina): Fundación OSDE; Ed. Altamira, 2004. 441 p. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://riesslac.org/wp-content/uploads/2020/07/La-Otra-Econom%C3%ADa-2004-1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

MACHADO, Fabiana Menezes; ROCHA, João Paulo Câmara da. Natal (RN) e a sua Zona Administrativa Norte: uma análise sobre as suas relações e pressupostos necessários a uma emancipação. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005. São Paulo (SP): Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/29.pdf>. Acesso em: 1 out. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal (RN), v. 1, n. 23, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 23 maio 2024.

MAIA, Denise Maria. **O papel da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná – ITCP/UFPR – no desenvolvimento humano**. Dissertação (Mestrado mestre em Desenvolvimento Econômico) Programa de Pós-Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba (PR): UFPR, 2003. 183 p. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61566>. Acesso em 11 mar. 2023.

MANCIE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária: o desenvolvimento sustentável e a transformação estrutural do Brasil**. Curitiba (PR): Instituto de Filosofia da Libertação: Editora Gráfica Popular, 2004. 276 p. ISBN 85-98201-02-2. Disponível em: <https://euclidesmancie.net/docs/fomezero.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: atores e cenários ao longo da história**. Jundiaí (SP): Paco, 2016.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia: uma visão feminista**. Laura Folgueira (Trad.). São Paulo (SP): Alaúde Editorial, 2017. Título original: *Det enda könet: varför du är förförd av den ekonomiske mannen och hur det förförd ditt liv och världsekonomin*. ISBN: 978-85-7881-455-7.

MARQUES, Demétrius de Oliveira. **Estado e desenvolvimento humano: o mapa das mesorregiões do Rio Grande do Norte desenhado pelas administrações públicas municipais**. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife (PE): UFPE, 2020. 242 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43285?mode=full>. Acesso em: 8 out. 2024.

MARTINS, Bruna Oliveira; NOVAES, Henrique Tahan. A autoeducação e o papel formativo da incubadora de cooperativas populares da Unesp de Assis na promoção

da igualdade de gênero em uma Cooperativa de catadoras/es de materiais recicláveis do Oeste Paulista. **Org & Demo**, Marília (SP): UNESP, v. 23, n. 1, p. 31-52, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/13068> Acesso em: 15 maio. 2023.

MARX, Karl (1818-1883). **Livro I – O capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. Edição Friedrich Engels. Trad. e seleção de textos Rubens Enderle. – 1ª ed. – São Paulo (SP): Boitempo, 2014. [recurso eletrônico] (Marx-Engels) Tradução de: *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie: Buch II: Der Zirkulationsprozeß des Kapitals*. ISBN 978-85-7559-376-9. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2024.

MARX, Karl. Livro primeiro: O processo de produção do capital: Parte quarta: a produção da mais valia relativa. Capítulo XI Cooperação. *In*: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro I. Volume I. Reginaldo Sant'Anna (Trad.). 37ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. 574 p.

MATOS, Leís Ferreira de. **Extensão Universitária e Economia Solidária**: efeitos e potenciais de ações de incubadoras da UFRN na comunidade Povoado Cruz Currais Novos/RN. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais. Natal, RN, 2015. 96 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20361> Acesso em 11 mar. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro (RJ): UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, n. 32. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

McCRACKEN, Grant. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. **Revista de administração de empresas**, São Paulo (SP), v. 47, n. 1, 2007, p. 99-115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/v4jhqtDxxrkmsrSkmKyjM8p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MEDEIROS, Aline Nunes da Cunha de. **Políticas Educacionais e o combate à pobreza**: uma análise sobre o Programa Mulheres Mil. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2019. 238 p. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9242>. Acesso em: 28 set. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. – 1ª edição – Rio de Janeiro (RJ): FGV Editora, 2018. 192 p. ISBN: 978-85-225-2036-7.

MENDONÇA, Thiago Teixeira; SCHMITZ, Marília Dietrich; ANDRADE, Isabela Tsutiya. Inserindo o conceito lixo zero e a economia sustentável em escolas públicas de Florianópolis. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis (SC), v.15, n. 29, p. 70-80, 2018. Disponível em:

<https://nucleoneamb.paginas.ufsc.br/files/2020/07/Inserindo-o-conceito-lixo-zero-e-a-economia-sustent%C3%A1vel-em-escolas-p%C3%ABlicas-de-Florian%C3%B3polis.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023.

MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel; BARROFALDI, Rita de Cássia Zacheo. Práticas Efetivas em Educação Matemática no contexto de um banco comunitário. **Bolema: Boletim de educação matemática**, São Paulo (SP), v. 29, n. 53, p. 809-827, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/bolema/article/view/9937> Acesso em: 15 maio. 2023.

MENEGON, Carolina. A Colonialidade e o Pensamento Feminista Latino-Americano: Desafios e Perspectivas dos Feminismos nas Nações “Periféricas”. In: SILVA, Enio Waldir da; MENEGON, Carolina. **Direitos Humanos e as lutas emancipatórias na contemporaneidade: A Economia Solidária e o feminismo**. Ijuí-RS: Unijui, 2018. 208 p. (Coleção Direitos Humanos e Democracia).

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education**. Revised and Expanded from “Case Study Research in Education.” Jossey-Bass Publishers, San Francisco, CA (US), 1998.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. – 2ª ed. – São Paulo (SP): Boitempo, 2008. 125 p. Coleção Mundo do trabalho. Tradução de: *Education beyond capital*. ISBN 978-85-7559-068-3

MIES, Maria. **Patriarcado y acumulación a escala mundial**. Trad.: Paula Martín Ponz e Carlos Fernández Guervós. Madrid (Espanha): Traficantes de Sueños, 2019. ISBN: 978-84-949147-6-8. Disponível em: <https://www.bibliotecafragmentada.org/wp-content/uploads/2019/03/Mies-Maria-Patriarcado-y-acumulaci%C3%B3n-a-escala-mundial.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

MILANI, Ana Maria Rita; GRADE, Marlene. A criação de espaços sociais como forma de luta das mulheres artesãs de Alagoas: a experiência da economia solidária. **Geosul**, Florianópolis (SC), v. 33, n. 69, p. 139-164, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2018v33n69p139> Acesso em: 13 maio. 2023.

MINTZ, Sidney Wilfred; BACA, George. Introduction. In: THOMPSON, Edgar Tristram. **The Plantation** [1932]. Columbia (EUA): University of South Carolina Press, 2010.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. [Tradução: Paolo Nosella]. Recife (PE): Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 154 p. (Coleção Educadores).

MORAES, Roque. O despertar de uma nova visão. In: MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí (RS): Unijuí, 2016, 264 p. Coleção educação em ciências.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016, 264 p. Coleção educação em ciências.

MORIN, Edgar. Capítulo IV – Ensinar a identidade terrena. In: MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad.: de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya – 2ª ed. – São Paulo (SP); Brasília (DF): Cortez, (UNESCO), 2000. Título original: *Les sept savoirs nécessaires à l'éducation du futur*. 115 p. pp.63-92 . ISBN 85-249-0741-X.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a Educação Infantil como Prática Democrática. **Psicologia USP**, São Paulo (SP), v. 20, n. 3, p. 417-436, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/rMdDpRcHTpQqH75JsY8Jjrnl/>. Acesso em: 18 out. 2023.

MOSTAGI, Nicole Cerci; PIRES, Lilian de Lima; MAHNIC, Chayne de Lima Pereira; SANTOS, Luís Miguel Luzio dos. Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande (MS), v. 20, n. 1, p. 111–124, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/R4GKj3p5vTctvpJ73sN9fGJ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 jun. 2024.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves de O que estamos fazendo quando incubamos? In: SCHOLZ, Robinson Henrique. **Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo (RS): Oikos, 2014. 242 p. Disponível em: https://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/livro-Economia-solidaria-e-Incubacao-robinson_scholz.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

MUNDIM, Fernanda de Lazari Cardoso. **(Im)Possibilidades da Economia Popular Solidária no Processo De Emancipação da Mulher: um estudo de caso no Assentamento Rural Pastorinhas**. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento do Centro Universitário Uma – Instituto de Educação Continuada, Pesquisa e Extensão. Belo Horizonte (MG): UNA, 2010. Disponível em: https://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-3528_en.html. Acesso em: 01 nov. 2024.

NAGEM, Fernanda Abreu; JESUS, Sebastiana Almire de. V Plenária Nacional de Economia Solidária: trajetória e construção da economia solidária no Brasil. **Mercado de Trabalho**, Brasília (DF), n. 54, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3868>. Acesso em: 22 mai. 2024.

NASCIMENTO, Claudio. Capítulo I – Experimentação autogestionária: autogestão da pedagogia/pedagogia da autogestão. NASCIMENTO, Claudio. **Ensaio sobre autogestão e educação popular Vol. II.** – 1ª edição [recurso online] – Marília (SP): Lutas Anticapital, 2020. pp. 7-26, 139 p. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/20200919_nascimento.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

NASCIMENTO, Cláudio; SANTOS, Aline Mendonça dos. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária. **Trabalho necessário**, Niterói (RJ), v.17, n. 34, p. 153-170, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/38048>. Acesso em: 15 maio. 2023.

NATAL. **Lei Complementar nº 7.159 de 17 de junho de 2021**. Dispõe sobre o reconhecimento de Utilidade Pública Municipal do Centro Feminista 8 de Março –

CF8. Natal (RN), 2021a. Disponível em: https://www2.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/legislacao/LeiOrdinaria_20210623_7159_.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

NATAL. Prefeitura do Natal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Anuário Natal 2021**. Organizado por Danielle Salviano Santos Numberger Nunes ... [et al.]. – Natal, RN: SEMURB, 2021b. 232 p. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semurb/publicacoes/Anuario-2021-Compacto.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Natal: história, cultura e turismo** / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. – Natal: DIPE – SEMURB, 2008a. 200 p. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Natal_Historia_Cultura_Turismo.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

NATAL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Natal Mapas Temáticos** / Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. – Natal: DIPE – SEMURB, 2008b. 82 p. Disponível em: https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Mapas_Tematicos.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A MULHER (NEPEM). **Desafios e conquistas para uma economia feminista e solidária**. Cartilha NEPEM/UFMG. Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EerV0LXqrQngARpqHSr-E0BVnc4ryzl8/view>. Acesso em: 25 out. 2024.

NOBRE, Miriam. Diálogos entre a Economia Solidária e a Economia Feminista. *In*: SOF – SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. Nalu Faria e Miriam Nobre (orgs.). São Paulo: SOF, 2003a. 104 p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7) Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Caderno-A-produ%C3%A7%C3%A3o-do-viver1.pdf>. Acesso em 24 maio 2024.

NOBRE, Mirian. Interação entre a economia feminista e a economia solidária nas experiências de grupos de mulheres. *In*: Cartilha: **Feminismo, Economia Solidária e Soberania Alimentar: construindo estratégias para a autonomia das mulheres no campo e na cidade**. Cajamar (SP): Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2011, pp.1-11. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Interacao-entre-a-economia-feminista-e-a-economia-solidaria-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

NOBRE, Miriam. Mulheres na Economia Solidária. *In*: CATTANI, Antonio. **A Outra Economia**. Porto Alegre (RS): Editora Veraz e Unitrabalho, 2003b. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

NUNES, D. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

NÚÑEZ S, Orlando. La economía popular, asociativa y autogestionaria. *In*: CORAGGIO, José, L. (org). **La economía social desde la periferia**: contribuciones latinoamericanas. Altamira: Buenos Aires, 2007, p. 111-144. Disponível em: <https://coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/ECONOMIA%20SOCIAL%20DESDE%20Periferia.pdf>. Acesso em: 6 out. 2023.

OLIVEIRA, Adryelle Ferreira de. **Assistência estudantil no IFRN Campus Zona Norte e sua relação com a permanência escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal (RN): UFRN, 2022. 158 p. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/51139?mode=full>. Acesso em: 12 jun. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de. **Tecnologia social na educação profissional e tecnológica**: perspectivas da formação do curso técnico integrado em informática do IFRN - Campus Mossoró. 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal (RN): IFRN, 2015. 136 p. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1805/Dissertacao_Completa_FINAL_CD.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 out. 2023.

OLIVEIRA, Thiago Fávero de; FRIGOTTO, Gaudêncio. As bases da educação profissional e tecnológica e sua relação com a sociedade brasileira: concepções e práticas em disputa. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica**: determinações culturais, econômicas, políticas e legais. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, LPP; São Paulo (SP): Expressão Popular, 2023. 484 p. pp. 372-404. ISBN 978-65-88286-19-7.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de; SANT'ANNA, Ramicelli Fernandes; CARVALHO, Vanderlei Souza. Pobreza e exclusão social o desafio da Incubadora de Materiais Recicláveis para a inclusão socioprodutiva dos catadores do lixão de Juazeiro, na Bahia. *In*: ADDOR, Felipe; LARICCHIA, Camila Rolim (orgs). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária. Volume 2. Experiências e reflexões a partir da prática**. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2018. Coleção: Pesquisa, Ação e Tecnologia, n.4. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OLIVEIRA, Thaís; ADDOR, Felipe, MAIA, Layssa. As Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária como espaço de desenvolvimento de tecnologias e inovações sociais. *In*: ADDOR, Felipe e LARICCHIA, Camila Rolim (org.). **Incubadoras tecnológicas de economia solidária**: Concepção, metodologia e avaliação. v. 1. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018, pp. 55-70, 295 p. Coleção Pesquisa, Ação e Tecnologia n.4. ISBN: 978-85-7108-442-1. Disponível em: <http://www.editora.ufrj.br/DynamicItems/livrosabertos-1/Incubadoras-Tecnologicas-v1.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2024.

OROZCO, Amaia Pérez. Economía del género y economía feminista ¿conciliación o ruptura? **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas (Venezuela), v. 10, n. 24, p. 43-64, 2005. Disponível em:

https://handbook.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/ECONOMICAS_6/Economia/64%20a%20perez%20orozco.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

OROZCO, Amaia Pérez. Espaços econômicos de subversão feminista. *In*: BENGUA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (org). **Economia Feminista: desafios, propostas e alianças**. – São Paulo (SP): Jandaíra, 2022. p. 27-58.

OROZCO, Amaia Pérez; CALDERÓN, Astrid Agenjo. Economía Feminista. *In*: CALDERÓN, Astrid Agenjo; SIMARRO, Ricardo Molero; JIMÉNEZ, Alba Bullejos; ERADES, Coral Martínez (coord.). **Hacia una economía más justa. Manual de corrientes económicas heterodoxas**, Economistas sin Fronteras, 2016, p. 51-97. Disponível em: https://ecosfron.org/wp-content/uploads/2021/01/Manual-de-corrientes-economicas-heterodoxas_2-edicion.pdf. Acesso em: 16 maio. 2024.

ORTUÑO, Judit HERRERA. **Práticas, materialidades e feminismos em devir: reterritorialização no caso da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS): UFRS, 2021. 236 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221458>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PANDOLFI, Dulce; GAZIR, Augusto; CORRÊA, Lucas. **O Brasil de Betinho**. Rio de Janeiro (RJ): Mórula Editorial, 2012. 228 p. ISBN 978-85-65679-03-9. Disponível em: <https://ibase.br/obrasildebetinho/OBrasildeBettino.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

PASSOS, Janaína Sousa Loureiro; BULGACOV, Yara Lúcia Mazziotti. Da filosofia para os estudos organizacionais: o percurso ontológico de Schatzki na Teoria da Prática Social. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Niterói (RJ), v. 13, n.1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441759100002&tab=2>. Acesso em: 18 out. 2023

PAULA, Luciane de; SANT'ANA, Carolina Gomes. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Fórum linguístico**, v. 19, n. 1, p. 7555-7574, Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, jan./mar., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/78876>. Acesso em: 27 set. 2024.

PAULA, Marcelo de. **φιλία – Amizade em Aristóteles**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre (RS): Editora Fi, 2015. 54 p. ISBN - 978-85-66923-91-9. Disponível em: <https://www.editorafi.org/91---marcelo-de-paula>. Acesso em: 28 out. 2024.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Capítulo 3: O capitalismo como um Sistema Cultural. *In*: PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Capitalismo: definições**. São Luís: EDUFMA, 2020. 141 p. (Coleção Estudo do Capitalismo: livro 1). Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2020/06/PAULA-Ricardo-Zimbrão-Affonso-de-Capitalismo-Defini%C3%A7oes-Livro-1.pdf. Acesso em: 18 out. 2023.

PEREIRA, Eddla Karina Gomes. **Tecendo redes a partir da articulação entre economia solidária, feminismo e agroecologia: novas perspectivas de**

desenvolvimento alternativo no semiárido potiguar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). João Pessoa (PB): UFC, UFPI, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC. 2016, 217 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9176>. Acesso em: 17 mai. 2024.

PEREIRA, Pércio Carvalho. **Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)**: um projeto pela inovação e transformação digital na gestão educacional. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade). São Paulo (SP): Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2023. 47 p. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/18a53624-1560-4f47-b08e-d6c6c571aa61>. Acesso em: 1 out. 2023.

PEREZ, Caroline Criado. **Mulheres invisíveis**: O viés dos dados em um mundo projetado para homens. Tradução: Renata Guerra. 1. ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora Intrínseca, 2022. 400 p.

PÉRIVIER, Hélène. Parte 1: A economista, a feminista e a cidade. Capítulo 2. O feminismo pensa. *In*: PÉRIVIER, Hélène. **A economia feminista**: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa. [Maria Alice Doria; Prefácio de Thomas Piketty (Trad.)]. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023. p. 53-76.

PERONA, Eugenia. Parte I. Economía y feminismo en perspectiva. ¿Qué es la Economía Feminista? *In*: PERONA, Eugenia et al. **Economía Feminista**: Ensayos sobre el papel de la mujer en la economía, la educación y el desarrollo. [varios autores]. 1. ed. Córdoba (Argentina): Asociación Cooperadora de la Facultad de Ciencias Económicas de la U.N.C., 2012. 306 p. Disponível em: [https://www.eco.unc.edu.ar/files/Biblioteca/Econom%C3%83%C2%ADa%20Feminista%20\(Eugenia%20Perona\).pdf](https://www.eco.unc.edu.ar/files/Biblioteca/Econom%C3%83%C2%ADa%20Feminista%20(Eugenia%20Perona).pdf). Acesso em: 8 out. 2023.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Introd.: Maria Stella Martins Bresciani; Trad.: Denise Bottmann. 7. ed. Rio de Janeiro (RJ)/São Paulo (SP): Paz & Terra, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5569693/mod_resource/content/1/PERROT%20Michelle.%20Os%20excluidos%20da%20hist%C3%B3ria.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

PETARLY, Renata Rauta. Economia Solidária e Feminista: apontamentos sobre a representação social do trabalho doméstico pelas mulheres de Araguaína/TO. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa (TO), v. 7, n. 2, p. 148-158, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/download/7971/5008/29818>. Acesso em 11 mar. 2023.

PICCHIO, Antonella. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. **Temáticas**, Campinas (SP), v. 26, n. 52, p. 69-104, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11704>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. 2014.

5ª imp. – Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis (RJ): Vozes. 2020. Coleção Sociologia. Título original: *La recherche qualitative*. ISBN: 978-85-326-3681-2.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Ana Cristina Nasser (Trad.). 4. ed. 2014. Petrópolis (RJ): Vozes. 2020. Coleção Sociologia. Título original: *La recherche qualitative*.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich (1888 - 1940). **Fundamentos da escola do trabalho**. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo (SP): Expressão Popular, 2000. 224 p. ISBN 85-87394-10-X.

PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Diagnóstico**. 2008-2024a. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/diagn%C3%B3stico>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Incubação**, 2008-2024c. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/incuba%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Incubar**. 2008-2024b. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/incubar>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Representar**. 2008-2024d. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/representar>. Acesso em: 27 set. 2024.

PRIBERAM, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. **Subversão**. 2008-2024e. <https://dicionario.priberam.org/subvers%C3%A3o>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Benssanezi Pisky (coord. de textos). 10. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2018. p. 578-606. ISBN 978-85-7244-256-5.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba (PR): Instituto Federal do Paraná, 2014. Coleção formação pedagógica; v. 5. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: DE SÁ, Maria Roseli Gomes Brito; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re) valorização epistemológica da experiência**. Salvador (BA): EDUFBA, 2010. p. 85-104. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/1046/1/Curriculo%2cforma%C3%A7ao%20e%20saberes.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2024.

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA (RESF). **1. Mapas e Quadro Geral Nacional da Rede de Economia Solidária e Feminista – RESF**. 2019.

Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/cartografia-da-resf/250839553>. Acesso em: 17 mai. 2024.

REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA (RESF). **Caderno de organização, funcionamento e Plano Nacional de Desenvolvimento da RESF**. [documento em pdf], 2020. Disponível em: <http://portal.resf.com.br/quem-somos/> Acesso em: 17 mai. 2024.

RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida (org.). **Diagnóstico dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) acompanhados pelo projeto Geração Solidária (TED 05/2016 MT – IFRN)**. Relatório técnico referente ao diagnóstico dos beneficiários do projeto “Mulheres e Jovens: Economia Solidária como alternativa para ampliação do trabalho e renda em Natal e Mossoró no Rio Grande do Norte” referente a meta 1. Natal (RN): IFRN, 2017. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/extensao/assessoria-de-programas-e-projetos/EDITAIS%20/2017/relatorio-do-projeto-mulheres-e-jovens-economia-solidaria-como-alternativa-para-ampliacao-do-trabalho-e-renda-em-natal-e-mossoro-no-rio-grande-do-norte/relatorio-tecnico-referente-ao-diagnostico-dos-beneficiarios-do-projeto-201cmulheres-e-jovens-economia-solidaria-como-alternativa-para-ampliacao-do-trabalho-e-renda-em-natal-e-mossoro-no-rio-grande-do-norte201d>. Acesso em: 12 mar. 2023.

RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida (org.). **Geração Solidária: mulheres e jovens tecendo sonhos para a construção de uma economia solidária e feminista**. Natal: Offset, 2018. 313p.

RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida, CAPISTRANO, Ermerson de Oliveira e RABELO, Luciana Maria Araújo. O desafio da Incubação em rede de empreendimentos econômicos solidários: o caso da IFSol. In: **XX Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (X ESOCITE.BR)**. GT 14: Estudos CTS e Educação Profissional e Tecnológica. Maceió (AL): UFAL, 2023. Disponível em: <https://www.esocitebr2023.eventos.dype.com.br/anais/trabalhos/anais eletronicos?simposio=63#D>. Acesso em: 24 jun. 2024.

REGUILLO CRUZ, Rossana., **Emergencia de culturas juveniles**. Estrategias del desencanto. Buenos Aires (Argentina): Grupo Editorial Norma, 2000. 182 p. Disponível em: <https://www.iberopuebla.mx/sites/default/files/2023-07/Reguillo-Emergencia%20de%20culturas....pdf>. Acesso em:

RESHAPE. **Reshape Tecnologia e Serviços S.A.** Copyright 2024. Disponível em: <https://www.reshape.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2024.

RIBEIRO, Mônica. **Ecosol Digital: aplicativo fomenta e dá visibilidade à economia solidária no Rio Grande do Norte**. Conexão Planeta: inspiração para a ação. 2022. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/ecosol-digital-aplicativo-fomenta-e-da-visibilidade-a-economia-solidaria-no-rio-grande-do-norte/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas**, Natal (RN), v. 4 n.5, p. 17-44. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742> Acesso em: 12 jul. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE (RN). **Lei 10.536, de 03 de julho de 2019.** Cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/storage/legislacao/2021/2murgrboh31bzl6nacfbf80xsxyi.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE (RN). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar (SEDRAF). **Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN). Histórico.** Natal (RN): Assessoria de Comunicação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (ASSECOM), 2020b. Disponível em: <http://www.emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=569&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=Hist%F3rico>. Acesso em: 16 out. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto Nº 30.371, de 02 de fevereiro de 2021.** Dispõe sobre o Programa Estadual de Crédito da Economia Solidária. DOE Nº 14.835. p. 1. 2021a. Disponível em: <https://webdisk.diariooficial.rn.gov.br/Jornal/12021-02-03.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 29.974, de 10 de setembro de 2020.** Institui o Plano Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Norte (2020 a 2023) e dá outras providências. DOE, 2020a. Documento: 686781 Publicado em: 23/06/2020 Edição Extra: 14693. Disponível em: https://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200623&id_doc=686781. Acesso em: 17 out. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 31.390, de 12 de abril de 2022.** Institui o Sistema de Informação e Cadastro da Economia Solidária do Rio Grande do Norte e dá outras providências. DOE, 2022. Disponível em: https://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20220413&id_doc=764687. Acesso em: 27 fev. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 10.833 de 14 de janeiro de 2021.** Altera o art. 5º da **Lei nº 10.536**, de 3 de julho de 2019, que cria o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES) no Estado do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte, 2021b. Disponível em: <https://www.al.rn.leg.br/storage/legislacao/2021/44kgogqph9dvv9tyy7q8lm091d5q4g.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 8.798 de 22 de fevereiro de 2006.** Institui a Política Estadual de fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Norte e estabelece outras disposições. Rio Grande do Norte, 2006. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rn/lei-ordinaria-n-8798-2006-rio-grande-do-norte-este-ato-ainda-nao-esta-disponivel-no-sistema?origin=instituicao#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de,Norte%20e%20estabelece%20outras%20disposi%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. **Bolsonarismo em crise?** FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG: 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16277.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão (SC), v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/cMYCwn43CZP6wBxmXvRzF5L/>. Acesso em: 19 out. 2023.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** **Revista Educação em Debate**, Fortaleza (CE), v. 6/7, n. 2/1, p. 53-60, 1984. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12082> Acesso: 11 fev. 2018.

RODRIGUEZ GÓMEZ, Gregorio; GIL FLORES, Javier; GARCIA JIMÉNEZ, Eduardo. **Metodología de la investigación cualitativa**. Granada (Espanha): Ediciones Aljibe, 1996. Disponível em: https://cesaraguilar.weebly.com/uploads/2/7/7/5/2775690/rodriguez_gil_01.pdf. Acesso em: 8 out. 2023.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau (SC), v.16, e8574, 2021. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/download/8574/4963/35846>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PISNKY, Carla Benssanezi e PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo (SP): Contexto, 2018. p. 333-359.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith Pompeo; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação formal no Brasil**: estado da arte e bibliografia. Brasília: INEP/REDUC, 1990. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002536.pdf>. Acesso em: out.2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A síndrome do pequeno poder”, *In*: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (orgs.) **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2000, p. 13-21.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/genero_web.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaio/Ciências Sociais. Brasília (DF): Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO/Brasil), 2009. Disponível em:

https://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis (RJ): vol.15, nº 2, maio-agosto, 2007. pp. 437-443. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zxBLWVLxQwRGT8zgC6fGqdF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2024.

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; MELO, Teresa Júlia de Araújo; PADILHA, Yuri de Lima; NASCIMENTO, Alex Bruno Ferreira Marques do. Inserção e institucionalização da política pública de economia solidária na agenda governamental. **NAU Social**, Salvador (BA), v. 12, n. 22, p. 543-563, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/35163>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SAMPAIO, Angelo Augusto Silva; ANDERY, Maria Amalia Pie Abib. Comportamento Social, Produção Agregada e Prática Cultural: Uma Análise Comportamental de Fenômenos Sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília (DF), v. 26, n. 1, p. 183-192, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/FGbzF87GdG963kkRXRQRtRK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2023.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba (PR), v. 3, n. 7, p. 1-14, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118078012.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SARRIEGI, Mertxe Larrañaga; RUIZ, Yolanda Jubeto. Contribuições da Economia Feminista para a construção de uma Economia Solidária. In: BENGEOA, Cristina Carrasco; CORRAL, Carme Díaz (org). **Economia Feminista: desafios, propostas e alianças**. São Paulo (SP): Jandaíra, 2022. p. 59-88.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. [livro eletrônico]. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, HISTEDRA, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal (RN), v. 1, n. 22, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666>. Acesso em: 23 maio 2024.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro (RJ), v. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo (SP), v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/>. Acesso em: 23 maio 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande (RS), v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 19 mar. 2023.

SCHWANDT, Thomas A.; GATES Emily F. Chapter 14: Case Study Methodology. In: DENNIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Thousand Oaks (California, USA); London, (United Kingdom); New Delhi (India); Samsung Hub (Singapore): Sage Publications, 2018.

SCHWENCK, Beatriz. A construção do campo da Economia Feminista e Solidária no Brasil: engajamento político, geração de renda e organização em rede. In: **XXI Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2023, Salvador (BA): UFPA. Disponível em: <https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPljtzOjQ6IjUzMzliO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMjU0OTQ1ZjRhMjg5Mzc0ZGQ0YWVhNWRIMjU1MGI3ZTYiO30%3D>. Acesso em: 17 mai. 2024.

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research: a guide for researchers in education and the social sciences**. 3. ed. Nova Iorque (EUA): Teachers College Press, Columbia University, 2006, 177 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/file.PostFileLoader.html?id=563ce2da6225ff3cae8b4590&assetKey=AS%3A292843798188032%401446830810198>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SERAFIM, Viviane da Silva; FREITAS, Maxwell Daniel de; FREITAS, Naiara Gonçalves de; ALVES, Jean Carlos Machado. Reflexões sobre possíveis categorias de indicadores para o processo de desincubação de empreendimentos sociais e solidários. In: ALVES, Jean Carlos Machado; TAVARES, Maressa Nunes Ribeiro (orgs). **Economia solidária: reflexões da incubação à desincubação**. São Paulo (SP): All Print Editora, 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **O que é uma Start up?** Brasília (DF): SEBRAE, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/o-que-e-uma-startup,17213517aa47a610VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=Grupo%20de%20pessoas%20trabalhando%20com%20uma%20ideia%20inovadora%20para%20o%20mercado.&text=Startup%20%C3%A9%20uma%20ideia%20de,desenvolver%20produto%20ou%20servi%C3%A7o%20inovador>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2007.

SGUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2. ed. Cáceres (MT): Unemat Editora, 2020. 238. p. Disponível em:

<http://portal.unemat.br/media/files/Editora/Autogest%C3%A3o%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20EBOOK.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SHEN, Zhilong. A teoria das inteligências múltiplas na China Continental. *In*: GARDNER, Howard; CHEN Jie-Qi; MORAN, Seana. **Inteligências múltiplas ao redor do mundo**. [Roberto Cataldo Costa, Ronaldo Cataldo Costa (Trad.)]. Porto Alegre (RS): Artmed, 2010.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352 p.

SILVA, Enio Waldir da. Parte 1: os caminhos emancipatórios alargados pelas práticas da economia solidária. *In*: SILVA, Enio Waldir da; MENEGON, Carolina. **Direitos Humanos e as lutas emancipatórias na contemporaneidade: A Economia Solidária e o feminismo**. Ijuí-RS: Unijui, 2018. p. 14-112. (Coleção Direitos Humanos e Democracia).

SILVA, José Moisés Nunes da; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da. O PROEJA no IFRN: uma contribuição para o desenvolvimento local. *In*: HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; MOURA, Dante Henrique; BARACHO, Maria das Graças. **Teoria e prática no PROEJA**: vozes que se completam. 1. ed. Natal, RN: Editora IFRN, 2012. 330 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1551?show=full>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, Manuela Ramos da; BARBOSA, Marcos Antônio de Souza; LIMA, Lucas Gabriel Bezerra. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em administração: explorando a análise temática. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (RPCA)**, Rio de Janeiro (RJ), v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/download/38405/pdf/138387>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SILVA, Michel Goularte da.; ACKERMANN, Silvia Regina. Da extensão universitária à extensão tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a sociedade. **Revista de Extensão Tecnológica**. Blumenal (SC), n.2. p. 9-18, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/64>. Acesso em: 27 mar. 2020.

SILVA FILHO, Luís Abel da; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; SILVA, William Gledson e; SILVA, Adriano Olivier de Freitas e. Gasto público municipal: comparativo entre as mesorregiões e a área metropolitana do Rio Grande do Norte. **Espacios**, Caracas, v. 37, n. 14, p. 3, 2016. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a16v37n14/16371403.html>. Acesso em: 30 set. 2024.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005, p. 15-20. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/economia_solidaria_e_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf. Acesso em: 21 mai. 2024.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-130. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf> Acesso em: 07 mar. 2023.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira**. Paul Singer; organizado por André Singer, Helena Singer, Suzana Singer. São Paulo (SP): Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo (SP): Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b. 128 p.

SKINNER, Burrhus Frederic. Selection by consequences. **Science**, New Series, United States: American Association for the Advancement of Science (AAAS), v. 213, n.4507. p. 501-504, 1981.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes. **Práticas feministas de autogestão em empreendimentos formados por mulheres na Rede Economia Solidária e Feminista**. Tese (Doutorado em Administração e Controladoria) da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza (CE): UFC, 2019. 374 p. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/42325>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOFOLA, Zulu. Feminism and African Womanhood. *In*: **1st International Conference on Women in Africa and the African Diaspora**, Nsukka (Nigeria): Indianapolis: Association of African Women Scholars (AAWS), Indiana University, Women's Studies Program, July 13-18, 1992. 441 p.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Benssanezi Pisky (coord. de textos). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 362-400.

SOUSA, Ana Luisa Lima de. **A História da extensão universitária**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2010. 138 p.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. Omnilateralidade. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): EPSJV, 2008. 478 p. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

SOUZA, Herbert de. **Escritos indignados**. Rio de Janeiro (RJ): Rio Fundo, 1991.

SOUZA, José Raimundo de. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem: o caso da associação NORA – Novo Osasco Reciclando Atitudes – dos trabalhadores com materiais recicláveis**. Dissertação (Mestrado em Políticas e Práticas Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo (RS): UNISINOS, 2005. 214 p. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2116>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SOUZA NETO, José Guilherme de; MANSO JÚNIOR; Hugo; SILVA, Paloma Azevedo da. Inclusão de conceitos da Economia Solidária em disciplinas curriculares dos Cursos Técnicos em Mecânica do IFRN. *In*: RÊGO, Diogo Ferreira de Almeida

(org.). **Geração Solidária**: mulheres e jovens tecendo sonhos para a construção de uma economia solidária e feminista. Natal: Offset, 2018. p. 149-163.

SPINK, Mary J. P.; FREZZA, Rose M. Capítulo 1: Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no campo**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro (RJ): Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 1-21. Disponível em: https://www.academia.edu/37485408/SPINK_Mary_Jane_Pr%C3%A1ticas_Discursivas_e_Produ%C3%A7%C3%A3o_de_Sentido_no_Cotidiano. Acesso em: 19 out. 2023.

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. Ética, humanidade e ações por cidadania: do impeachment de Collor ao Fome Zero do governo Lula. **Terra Livre**, São Paulo (SP): Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), vol.19, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/172/158>. Acesso em: 27 set. 2024.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Thousand Oaks (Califórnia, EUA): Sage Publishers, 1995.

STRASSMANN, Diana. Feminist economics. In: PETERSON, Janice; LEWIS, Margaret (eds.), **The Elgar Companion to Feminist Economics**. Cheltenham and Northampton (Inglaterra): Edward Elgar Publishing Inc., 1999, p. 360-373.

SUGIURA, Lisa. **The Incel Rebellion**: the rise of the manosphere and the virtual war against women. Bingley (UK): Emerald Publishing. 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/publication/doi/10.1108/9781839822544>. Acesso em: 7 mai. 2023.

THOMPSON, Edgar Tristram. **The Plantation** [1932]. Columbia (EUA): University of South Carolina Press, 2010.

TIRIBA, Lia. O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária. In: TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos da produção não capitalista**: volume 3: pedagogia(s) da produção associada. 1. ed. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2024a. p. 257-270, 333 p. Disponível em: <https://lutasanticapital.com.br/products/copia-de-pdf-reproducao-ampliada-da-vida-e-espacos-tempos-da-producao-nao-capitalista-volume-2-economia-e-cultura>. Acesso em: 21 mai. 2024.

TIRIBA, Lia. Pedagogia(s) da Produção Associada: princípios, parâmetros e desafios da práxis político-educativa. In: TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos da produção não capitalista**: volume 3: pedagogia(s) da produção associada. 1. ed. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2024b. p. 321-333, 333 p. Disponível em: <https://lutasanticapital.com.br/products/copia-de-pdf-reproducao-ampliada-da-vida-e-espacos-tempos-da-producao-nao-capitalista-volume-2-economia-e-cultura>. Acesso em: 21 mai. 2024.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno; CORDEIRO, Betânia. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-

epistemológicas. *In*: TIRIBA, Lia. **Reprodução ampliada da vida e espaços/tempos da produção não capitalista**: volume 3: pedagogia(s) da produção associada. 1. ed. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2024. pp 257-270, 333 p. Disponível em: <https://lutasanticapital.com.br/products/copia-de-pdf-reproducao-ampliada-da-vida-e-espacos-tempos-da-producao-nao-capitalista-volume-2-economia-e-cultura>. Acesso em: 21 mai. 2024.

TONET, IVO. **Educação contra o capital**. 3. ed. São Paulo (SP): Creative Commons (CCBY-NC-ND 3.0), 2016. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/educacao_contra_o_capital_-_3a_ed.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Carla Benssanezi Pisky (coord. de textos). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 115-140.

VAISMORADI, Mojtaba; JONES, Jacqueline; TURUNEN, Hannele; SNELGROVE, Sherrill. Theme development in qualitative content analysis and thematic analysis. **Journal of Nursing Education and Practice**, Ontario (Canadá), v. 6, n.5, p. 100-110, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/225904998.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

VAISMORADI, Mojtaba; TURUNEN, Hannele; BONDAS, Terese. Content analysis and thematic analysis: Implications for conducting a qualitative descriptive study. **Nursing & health sciences**, Bondowoso (Indonésia), v. 15, n.3, p. 398-405, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/nhs.12048>. Acesso em: 18 jun. 2024.

VALE, Alliny Michelly Santos; PINHEIRO, Anamaria Gomes Reis; MOURA, Monique Guerreiro de. A inserção da psicologia no ambulatório da doença trofoblástica gestacional em um hospital do Distrito Federal. **Health Residencies Journal - HRJ**, [S. l.], v. 3, n. 16, p. 245–260, 2022. DOI: 10.51723/hrj.v3i16.497. Disponível em: <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/497>. Acesso em: 17 jun. 2024.

VASCONCELOS, Ana Cecilia Feitosa de; LINS JUNIOR, Paulo Ribeiro; FREIRE, Eliza Maria Xavier; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Análise de correlação entre as regiões administrativas de Natal (RN) baseada em indicadores de vulnerabilidade socioambiental. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.2, p.445-461, 2020. Disponível em: <https://sustenere.inf.br/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2020.002.0040/1967>. Acesso em: 18 out. 2024.

VEIGA, Ilma Passos A. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática**. 3. ed. São Paulo (SP): Papirus, 2011.

VETTORASSI, Andréa; OLIVEIRA, Dijaci David de; BENEVIDES, Rubens de Freitas. Direitos humanos no Brasil: os ataques às humanidades no governo Bolsonaro. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas (TO), v.7, n.20, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3816>. Acesso em: 17 out. 2023.

VIEIRA, Geisio Lima. **Usina Catende: solta o trem de ferro um grito 'metamorfoses do trabalho'**. Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa (PB), 2009. 157 p. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18747/1/Ge%C3%ADsioLimaVieira_Dissert.pdf. Acesso em: 15 maio. 2023.

VILAÇA, Mônica; DUBEUX, Ana. Capítulo 2: A pedagogia da autogestão na experiência do CFES-NE. *In*: MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica; NUNES, José; DUBEUX, Ana (org.). **Economia solidária, educação popular e pedagogia da autogestão**: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste. 1. ed. Olinda (PE): MXM Gráfica e Editora, 2018. p. 59-100. Disponível em: <https://cepalforja.org/sistem/bvirtual/wp-content/uploads/2020/09/digitalEducacaoPedagogia.pdf>. Acesso em: 21 maio 2024.

WARING, Marilyn; STEINEM, Gloria. **If women counted**: A new feminist economics. San Francisco (Estados Unidos da América): Harper & Row, 1988.

WEBOMETRICS. Ranking of World Universities. **About us**. 2006 – 2023. Espanha: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC), 2023. Disponível em: https://www.webometrics.info/en/About_Us. Acesso em: 17 out. 2023.

WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e emancipação humana: raça, gênero e democracia. *In*: WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. Paulo Cezar Castanheira (trad.). – 1ª ed. revisada [2011]; 4ª reimpressão –. São Paulo: Boitempo, 2018. p.226-250.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), v. 11, n. 22, p. 271-292, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7357.htm. Acesso em: 27 jul. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2015. 290 p.

ZAMBEL, Luciana; LASTÓRIA, Luiz Antônio Nabuco. Educação e emancipação em T. W. Adorno: contribuições para a formação de professores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara (SP), v. 11, n. 4, p. 2205–2218, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v11.n4.8794. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8794>. Acesso em: 3 maio. 2024.

ANEXO I – Categorias emergentes do estado do conhecimento sobre práticas na Economia Solidária

PRÁTICA SOCIAL (HUMANA)	
Unidade de Significado:	(US:3/12) A presença da solidariedade em <i>práticas sociais</i> não garante um processo de emancipação social. (Adams, 2014, p. 586, grifo meu) (US:2/10) Nesse espaço pedagógico é importante sistematizar coletivamente as <i>práticas sociais</i> dos pescadores artesanais, especialmente no que concerne às suas interfaces com a comunidade e com a natureza a partir do trabalho. (Araújo, 2012, p. 23)
Metatexto:	Adams (2014) acredita que as práticas sociais não garantem a emancipação social ao passo que Araújo (2012) pensa ser importante sistematizar as práticas de trabalhadores de pesca artesanal no que diz respeito com sua relação com a comunidade e com a natureza. A Prática Social trata-se de uma atividade organizada que carrega significados e formam-se a partir do meio social o qual estão inseridas, trata-se de <i>dizeres e fazeres</i> , regras e compreensões que moldam a consciência coletiva. Tais ações e entendimentos podem mudar à medida que mude a sociedade através do tempo e do espaço (Passos; Bulgacov, 2019).
PRÁTICA DEMOCRÁTICA	
Unidade de Significado:	(US 1/21) A autogestão representa para os trabalhadores [...] o exercício da prática democrática , ação coletiva sendo responsáveis por tomadas de decisões administrativas da Usina (Vieira, 2009, p. 40).
Metatexto:	A categoria da <i>Prática Democrática</i> tem em Vieira (2009) a análise da autogestão. Os(As) trabalhadores(as) a partir da autogestão podem exercitar a prática democrática, a partir da divisão de responsabilidades e da tomada de decisões no empreendimento. A Prática Democrática requer o compartilhamento de valores entre indivíduos e comunidade de respeito à diversidade incluindo aceitar as diferentes visões de mundo (paradigmas) e linguagens diversas e acolher com respeito as dúvidas, incertezas e subjetividades além de desenvolver o pensamento crítico (Moss, 2009).
PRÁTICA POLÍTICA	
Unidade de Significado:	(US10/14) A contabilidade popular é uma proposta do tipo popular, pois é uma prática política entendida a partir da ação pedagógica, ético-política e como praxis de transformação [...], na medida em que está profundamente entrelaçada com as propostas da educação popular (Gómez-Zapata <i>et al.</i> , 2021, p. 246, tradução minha).
Metatexto:	Para Agudelo-Ramírez <i>et al.</i> (2013), Castillo Garcia (2011) e Reguillo Cruz (2000) as Práticas Políticas são formas de proceder que narram e objetivam os indivíduos e se manifestam a partir de sujeitos históricos que constroem padrões e significados mediados pela cultura para se posicionarem no mundo. Estas práticas podem se configurar também em participação cidadã e podem se tratar, simplesmente, de práticas do cotidiano das comunidades (Agudelo-Ramírez <i>et al.</i> , 2013; Castillo Garcia, 2011; Reguillo Cruz, 2000).
PRÁTICA LIBERTADORA (REVOLUCIONÁRIA)	
Unidade de Significado:	(US 11/23) [...] a prática pedagógica libertadora pode e deve conduzir o trabalhador a pensar as transformações, a maneira de viver, produzir e de se organizar de forma coletiva e solidária.
Metatexto:	A prática Pedagógica Libertadora vai fazer com que os(as) trabalhadores(as) transformem sua maneira de pensar, viver e produzir e de se organizar de forma coletiva e solidária. Com base em Freire (2017) a Prática Libertadora (Revolucionária) será aquela que é uma ação: conciliatória, humanizadora, libertária, desmistificadora, problematizadora, dialógica que se opõe a Prática de Dominação, ou seja, ela não é: paternalista, doutrinadora, manipuladora, depositária de conhecimentos (bancária). De acordo com Freire (2017) a Prática Libertadora irá promover a superação do conhecimento do nível do <i>doxa</i> dos educandos (senso comum) para o nível do <i>logos</i> (conhecimento sistemático, socialmente referenciado), aquele que desvela a realidade e que aceita os

	saberes dos educandos (populares) e sua visão de mundo e irá promover a participação destes nos postos de poder.
PRÁTICA PROFISSIONAL	
Unidade de Significado:	(US 1/49) [...] descreve a luta que os educadores(as) vêm enfrentando para superar os valores da culturais presentes no discurso e na prática dos próprios trabalhadores(as) da usina que ficaram passando de geração em geração, influenciado pela cultura da <i>plantation</i> . (Vieira, 2009, p. 52)
Metatexto:	A Prática Profissional está presente em Viera (2009) quando ele afirma que uma educadora da equipe pedagógica que atende trabalhadores(as) de uma usina. Vieira (2009) afirma que a prática (profissional) dos(das) trabalhadores(as) é repleta de valores culturais de viés capitalista (<i>plantation</i> ¹³⁷) que são difíceis de superar através da proposta educativa e são repassados através das gerações. A perspectiva de Prática Profissional em Ramos (2010) que entende a prática profissional como uma <i>mediação específica da práxis social</i> conquanto que seja <i>produtiva</i> vai de encontro a perspectiva capitalista hegemônica observada na pesquisa de Vieira (2009) porque traz o caráter revolucionário da prática, mas, para tanto, os(as) trabalhadores(as) devem conhecer os fundamentos científicos, tecnológicos, sociais e históricos da produção. O trabalho de Vieira (2009) aponta alguns caminhos de emancipação a partir da organização dos(das) trabalhadores(as), de experiências pedagógicas, da autogestão e da proposta de atuação a partir da economia solidária.
PRÁTICAS ECONÔMICAS	
Unidade de Significado:	(US 11/36) Assim, a formação para a base teórica e a prática foram direcionadas a partir de quatro proposições, ou seja: (1) construir uma educação participativa voltada às mudanças sociais; (2) propor práticas econômicas diferenciadas do capitalismo, transformadora e criativa (Vieira, 2009, p. 45)
Metatexto:	Vieira (2009) afirma que a formação proposta para o trabalho na usina deveria ter uma base teórica e prática que levasse em conta uma educação participativa que promovesse uma mudança social e que fossem <i>Práticas Econômicas</i> diferenciadas do capitalismo que fossem transformadoras e criativas. Jaeggi (2018) afirma que as práticas econômicas estão inclusas nas práticas sociais e são formas de vida que podem ser recriadas e possuem condições normativas de sucesso além de normas ético-funcionais indispensáveis e são parte do tecido sociocultural da sociedade, assim, para ele tais práticas se opõem ao capitalismo e põe o ideal capitalista como ordem social <i>irracional</i> .
PRÁTICA CAPITALISTA	
Unidade de Significado:	(US8/17) Os temas tratados partiam da crítica a algum conhecimento estabelecido ou de alguma prática ou estrutura de dominação na sociedade capitalista e de como isso estava ligado à realidade vivenciada por cada um (Gontijo e Paula, 2019, p. 13)
Metatexto:	Gontijo e Paula (2019) ao tratar de <i>Prática Capitalista</i> afirmam que a formação de trabalhadores(as) se deu analisando práticas capitalistas que mostravam o quanto eram comuns com sua estrutura de dominação dos(das) trabalhadores(as) e de como estas práticas estavam ligadas e seu cotidiano. Segundo Paula (2020) e Ingham (2008) foi a partir do <i>homo economicus</i> que os capitalistas realizaram cálculos racionais de seus lucros líquidos e a prática capitalista está ligada a apropriação de todos os meios físicos na produção como propriedade das empresas privadas e, dentro dessa lógica, eles se apropriam

¹³⁷ Dabat (2010, p. 13) na busca por “um melhor entendimento dos mecanismos de implantação e expansão da indústria açucareira no Novo Mundo” afirma que *plantation* foi um termo cunhado por Mintz e Wolf (1957) ao qual Bulamah (2022, p. 2) afirma ser a “infraestrutura principal do sistema colonial.” *Plantation* é o “processo de formação de classes nas sociedades tipificadas por poderosas instituições de trabalho forçado” (Mintz; Baca, 2010, p. 3) e um “grande latifúndio, localizado em uma área de recursos abertos [open resources], no qual as relações sociais entre diversos grupos raciais ou culturais são baseadas em autoridade, envolvendo a subordinação de trabalhadores residentes para com um senhor com a finalidade de produzir um item agrícola que seja vendido no mercado mundial” (Thompson, 2010, p. 3).

	também da força de trabalho e extraem a mais-valia explorando os(as) trabalhadores(as).
PRÁTICAS EDUCATIVAS E PEDAGÓGICAS	
Unidade de Significado:	(US 9/2) A primeira referência de esforços de um projeto de educação no âmbito da economia solidária foi a realização, em 2005 e 2007, de duas oficinas metodológicas nacionais, agrupando as entidades, empreendimentos econômicos solidários e movimentos que desenvolviam práticas educativas neste campo, na busca da construção dos elementos dessa política. (Nascimento e Santos, 2019, p. 157) (US8/1) há uma consonância de sentidos nos três momentos identificados em torno da ES crítica e uma prática pedagógica apropriada nos espaços de sala de aula" (Gontijo e Paula, 2019, p. 1)
Metatexto:	A categoria Práticas Educativas traz em Nascimento e Santos (2019) uma referência sobre oficinas que agruparam EES para fazer um levantamento das práticas que eles realizavam para construção de elementos que fossem levados à construção de uma Política de Economia Solidária. Para Saviani (2020) a Prática Educativa é sinônimo de pedagogia e se insere em uma prática social que iria construir teorias que serviriam para educação e falariam sobre educação. A respeito de Prática Pedagógica Veiga (2011) afirma que se insere na prática educativa na qual docente e discente buscam um objetivo comum através de uma relação de reciprocidade que integra teoria e prática de forma indissociável. Existe uma Prática Pedagógica que é apropriada nos espaços escolares para trabalhar com a Economia Solidária Crítica. Segundo Veiga (2011) a Prática Pedagógica é uma ação na qual professor e aluno buscam alcançar um objetivo comum; relação recíproca entre docentes e discentes; teoria e prática vinculadas, indissociáveis.
PRÁTICA ALTERNATIVA (SECUNDÁRIA)	
Unidade de Significado :	(US6/1) Discutir essa perspectiva e evidenciar o contributo da economia solidária implica em dar-lhe o devido espaço, destacando sua importância como experimento social ao constituir práticas alternativas e possibilidades reais de organização diferenciada em um momento em que, mais uma vez, o capitalismo atravessa uma intensa crise. (Milani e Grade, 2018, p. 139)
Metatexto:	As <i>Práticas Alternativas (Secundárias)</i> podem ser entendidas como aquelas que subvertem ou antagonizam com as práticas sociais comuns da sociedade capitalistas e neoliberal. As Práticas da Economia Solidária tentam subverter as práticas capitalistas. Milani e Grade (2018) põe em evidência a contribuição da Economia Solidária destacando sua importância através de sua contribuição com práticas alternativas diferenciadas a partir da crise capitalista vigente. As Práticas da Economia Solidária têm a premissa de uma mudança cultural e social e precedem a uma formação sólida educativa e cultural e quanto aos valores sociais: deve ser práticas sustentáveis e além dos valores econômicos devem primar pelos valores culturais e humanos. São práticas associativistas e cooperativistas que se baseiam na de cooperação e na autogestão, na reciprocidade cuja produção deva atender às necessidades coletivas e se contrapor a sua subalternidade frente ao capital (Gaiger, 2009).
PRÁTICA CULTURAL	
Unidade de Significado :	(US 1/51) É justamente das experiências próprias dos(das) trabalhadores(as) da usina que devem surgir às propostas pedagógicas diferenciadas pondo em discussão as velhas práticas culturais do sistema da plantation, superando o discurso de uma pedagogia opressora e submissa que acompanha a classe burguesa, por outra que dialogue com os conceitos e práticas da autogestão e da economia solidária. (Vieira, 2009, p. 53)
Metatexto:	A respeito das <i>Práticas Culturais</i> Vieira (2009) traz à luz da pedagogia freireana que partam dos(das) trabalhadores(as) as propostas pedagógicas que mudem as práticas culturais arraigadas no sistema de <i>plantation</i> de pedagogia opressora, submissa à classe burguesa e traga, ao contrário, as práticas de autogestão e da Economia Solidária. Sampaio e Andery (2010) apoiados nas ideias de Skinner (1981) conceituam as <i>Práticas Culturais</i> como repetição de ações que atravessam gerações, mesmo se indivíduos são substituídos. Tal propagação de comportamentos podem se caracterizar através da

	aprendizagem e podem se tornar mais complexos, no caso de seres humanos, a partir do comportamento verbal a partir, por exemplo, de instruções. Os(As) trabalhadores(as) explorados e alienados repetem comportamentos e adquirem a cultura organizacional das empresas e apenas através da Pedagogia Libertadora defendida por Freire (2017) e da proposta de Economia Solidária poderiam, de certa forma, superar sua condição na busca para emancipação.
PRÁTICA DISCURSIVA	
Unidade de Significado:	US 1/10) “[...] práticas discursivas de educação popular voltada para o desenvolvimento sustentável local, autogestão e economia solidária” (Veiga, 2009, p. 19)
Metatexto:	A categoria <i>Prática Discursiva</i> obteve apenas uma unidade de significado a partir do trabalho de Veiga (2011) que fala das práticas discursivas dos(das) trabalhadores(as) da Usina Catende no Ceará a respeito da Educação Popular. Tais práticas estão relacionadas ao desenvolvimento sustentável local, autogestão e economia solidária. Para Spink e Frezza (2013) e Rocha (2014) as <i>Práticas Discursivas</i> são ações, seleções, escolhas, linguagens e contextos que se expressam a partir de produções sociais. Tais práticas servem para entender, dar sentido a essas produções e são também constituídos por grupos de indivíduos que se constituem através destes textos. A Educação Popular, portanto, irá contribuir na constituição de discursos que formaram os(as) trabalhadores(as) na perspectiva da economia solidária.
PRÁTICA INVESTIGATIVA	
Unidade de Significado :	(US10/113) “La práctica y la experiencia investigativa ha pasado por la reflexión constante del equipo de investigación” (A prática e experiência investigativa passou por uma reflexão constante da equipe de pesquisa)” (Gómez-Zapata <i>et al.</i> , 2021, p. 266)
Metatexto:	A equipe a que os autores se referem foi a equipe de formação dos trabalhadores(as) em contabilidade popular. De acordo com Camargo (2023) e Biaca e Royer (2014), nas <i>Práticas Investigativas</i> os professores (educadores) promovem atividades que incentivem as operações mentais do aluno que irão facilitar a aprendizagem dos conteúdos. O professor terá o papel de <i>mediador, provocador, contraditor, facilitador, orientador, unificador</i> do conhecimento cotidiano e científico que será construído e reconstruído transformando a realidade dos educandos e demanda uma responsabilidade social intrínseca.
PRÁTICA X TEORIA	
Unidade de Significado:	(US11/1) No presente artigo procuramos relatar a experiência do curso de extensão universitária [...] da Universidade Nacional de Quilmes (Bernal, Argentina) como proposta de reflexão sobre as práticas para fortalecê-las, prática-teoria-prática , do método da pesquisa ação participativa, cujo objetivo é pesquisar desde e para as práticas educacionais da Economia Social e Solidária (ESS).
Metatexto:	Para Gamboa (2010), a teoria expressa os resultados da prática e esta coincide com a <i>proposta, o perfil ideal, o plano de ação</i> ; A teoria então está para o pensamento, para a ideia. Faz-se necessário, portanto, que a economia solidária avance na busca por sair do ponto de ser uma “teoria” econômica de oposição ao capital e parta para a “ação”. Acredito que se faz mister, neste sentido, uma mudança radical na sociedade e quem sabe num futuro não muito próximo, infelizmente, a substituição do modo de produção capitalista.

Fonte: Elaboração própria (2024), com base nas pesquisas (2023) e em Agudelo-Ramírez *et al.* (2013); Biaca e Royer (2014); Bourdoncle (1994); Camargo e Peixoto (2023); Castillo Garcia (2011); Freire (2017); Gaiger (2013); Ingham (2008); Jaeggi (2018); Moss (2009); Passos e Bulgacov (2019); Paula (2020); Ramos (2010); Reguillo Cruz (2000); Rocha (2014); Sampaio e Andery (2010); Savianni (2020); Skinner (1981); Spink e Frezza (2013); Veiga (2011).

ANEXO II – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

O roteiro de entrevistas está dividido em três eixos de acordo com Seidman (2006)¹³⁸: Eixo 1: Apresentação do estudo, identificação e histórico pessoal (acadêmico/profissional) do entrevistado; Eixo 2: Reconstrução da experiência dos entrevistados (sobre os temas que se relacionam com o tema da pesquisa; Eixo 3: reflexões sobre o significado da experiência.

EIXO 1: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO, IDENTIFICAÇÃO E HISTÓRICO PESSOAL

Objetivos	O que quero saber?	Questões da entrevista
• Dar a conhecer a pesquisa do projeto de tese. • Esclarecer os aspectos formais e éticos.	• Apresentação do entrevistador/informação sobre o Programa (explicação sobre a entrevista e sua relação com a pesquisa) • Garantia de confidencialidade	Meu nome Cristiane de Brito Cruz, pesquisadora doutorando do Curso de Doutorado em Educação Profissional, no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional PPGE (IFRN) sob a orientação de Prof. Dr. Avelino Aldo de Lima Neto. A investigação tem como finalidade compreender como as práticas pedagógicas extensionistas desenvolvidas na Incubadora para o Fortalecimento da Economia Solidária do IFRN <i>Campus</i> Natal Zona Norte (IFSol/IFRN-ZN) – pode contribuir com a emancipação de mulheres líderes de Empreendimentos de Economia Solidária. Para que a investigação possa se concretizar agradeço a possibilidade de realização dessa entrevista que será um instrumento que me permitirá recolher os dados que possibilitarão a análise e reflexão sobre o tema. Para garantir a fidedignidade do seu testemunho, gostaria de proceder à gravação da entrevista, pelo que agradeço a sua autorização para tal. A partir de agora iremos dar início à entrevista e peço que a considere como uma conversa natural, cuja confidencialidade me comprometo a garantir. Ao término da investigação, comprometo-me ainda a dar feedback sobre os resultados.

¹³⁸ Dolbeare and Schuman (Schuman, 1982) *apud* Seidman (2006) ao tentarem “quebrar o gelo” com seus entrevistados “desenvolveram a série de três entrevistas que caracteriza esta abordagem e permite ao entrevistador e ao participante sondar a experiência e situá-la no contexto. A primeira entrevista estabelece o *contexto* da experiência dos participantes. A segunda permite que os participantes reconstruam os *detalhes* de sua experiência dentro do contexto em que ela ocorre. E a terceira incentiva os participantes a *refletir* sobre o significado que a experiência tem para eles. (Schuman, 1982 *apud* Seidman, 2006, p. 17, tradução e grifos meus).

EIXO 2: RECONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA DOS ENTREVISTADOS

Objetivos	O que quero saber?	<i>Questões da entrevista</i>
• Compreender como a participante se identifica e obter informações pessoais sobre a história pessoal da participante; • Conhecer aspectos da história de vida pregressa da participante antes das atividades da IFSol; • Investigar se há e quais as dificuldades e de <i>emancipação</i> pessoal, política e social das participantes frente aos desafios relacionados ao gênero feminino.	• Compreensão de aspectos pessoais da participante; • Levantamento de dados pessoais da participante; • Levantamento de histórico pessoal da participante anterior ao trabalho da IFSol; • Compreensão de aspectos referentes à emancipação das participantes na ordem pessoal, familiar, social, política das participantes.	• Qual o seu nome completo e idade? • Com relação a sua história de vida conte-me sobre a relação que a senhora tem com sua família e amigos e sobre sua relação com seu companheiro? Ser mulher é fácil para você? • Antes da cooperativa (associação, grupo, coletivo) a senhora trabalhava? Conte-me um pouco sobre sua ocupação. • Há quanto tempo trabalha com Economia Solidária? Já trabalhou em outros empreendimentos? • Conhece outras mulheres líderes? Como é ser responsável pela cooperativa (associação, grupo, coletivo)? Existe esta diferença de tratamento entre homens e mulheres? Em outros lugares como é? (na IFSol, no IFRN e na sua família)? • Em relação à cooperativa (associação, grupo, coletivo) a senhora acha que a economia solidária é realizada conforme os princípios? • O que mais a senhora gostaria de contar sobre o trabalho na cooperativa (associação, grupo, coletivo)?

EIXO 3: SIGNIFICADO DA EXPERIÊNCIA

Objetivos	O que quero saber?	Questões da entrevista
• Conhecer as práticas pedagógicas feitas pela IFSol nos EES; • Investigar se as mulheres conseguiram através dessas práticas algum grau de emancipação; • Investigar se as mulheres observam as atividades da IFSol como positivas na sua história pessoal.	• Compreensão das práticas pedagógicas que promoveram a antecipação de mulheres de EES atendidos pela IFSol/IFRN-ZN • Avaliação das experiências de processos de emancipação de mulheres líderes de EES atendidos pela IFSolZN • Avaliação, pelas entrevistadas, das perspectivas de emancipação pessoal trazidas pelo contato da IFSol com seus EES.	• A incubadora IFSol realizou algum curso (evento) com a cooperativa (associação, grupo, coletivo)? Conte-me sobre isto? • Acredita que os alunos, professores, servidores (“funcionários”) aprenderam também com vocês? O que foi ensinado? • Quais as mudanças que a cooperativa (associação, grupo, coletivo) teve depois das atividades com a IFSol? Foram positivas ou negativas? Conte algum exemplo. • A cooperativa (associação, grupo, coletivo) realiza parceria com outros empreendimentos? A IFSol teve alguma participação nesta parceria? • Alguém já falou sobre a cooperativa (associação, grupo, coletivo) em algum evento? Conte-me sobre isto. • A IFSol conseguiu ajudar a cooperativa (associação, grupo, coletivo) na busca por algum financiamento? • Seu empreendimento participa de algum coletivo de empreendimentos? da Rede Xique-Xique por exemplo? • A senhora acha que mudou sua forma de agir depois de trabalhar na cooperativa (associação, grupo, coletivo) ou depois do trabalho com a IFSol no que diz respeito as atitudes? A forma como normalmente uma mulher age? A senhora acha que mudou seus comportamentos em relação aos homens? Fale um pouco sobre isto. • Como é para a senhora ser gestora (responsável, chefe, presidente) de uma cooperativa (associação, grupo, coletivo)? Ser <i>mulher</i> interfere (ajuda ou atrapalha) ou não interfere? • A senhora que se considera uma mulher (negra, parda) acha que existe algum preconceito na cooperativa (associação, grupo, coletivo) ou na IFSol (IFRN)? E na sua comunidade? Conhece algum exemplo de preconceito (qualquer que seja) que a senhora possa me contar? • Fale um pouco sobre o que achou da experiência com a IFSol (com o IFRN) e sobre estar na cooperativa (associação, grupo, coletivo). Quer falar mais de alguma coisa que não conversamos?

ANEXO III – TEXTOS DAS ENTREVISTAS¹³⁹

Entrevista 1 – Joana Mota

US1:E1:1	Eu sou solteira e tenho 61 anos.
US1:E1:2	Eu tive a sorte de ter nascido em uma família aberta onde havia diálogo.
US1:E1:3	Eu estudei em uma escola agrícola de semi-internato e
US1:E1:4	na minha infância e juventude eu tive bastante liberdade de brincar com brincadeiras consideradas masculinas e nunca fui coagida a ser feminina.
US1:E1:5	Eu cresci em uma cidade pequena, mas podia brincar de tudo o que eu quisesse.
US1:E1:6	Quando eu me tornei adulta eu fiz o curso superior de pedagogia e eu compreendi melhor essas questões e comecei a participar do Movimento de Mulheres porque eu era artesã. Nesse movimento e no curso eu aprendi sobre políticas públicas para mulheres e a cooperativa surgiu assim.
US1:E1:7	Por conta da cooperativa eu era convidada a participar de vários eventos. Aqui nessa cidade eu participei de todos os eventos e formamos um grupo de mulheres que tinham uma série de problemas psicológicos, sociais e econômicos. Muitas delas desempregadas e donas-de-casa com carga múltipla de trabalho doméstico. Nesses eventos eu conhecia mais mulheres e fazia amizade e, assim, descobrimos que poderíamos mudar nossa realidade nos unindo e lutando por nossos direitos.
US1:E1:8	Eu nunca me casei, mas tive liberdade de morar fora e morei sozinha por um tempo, mas nunca me afastei de minha família porque meu pai não permitia. Meu pai me cobrava muito que eu estivesse presente nos eventos de família como festas e aniversários e, dessa forma, eu nunca estive muito ausente, mesmo estando morando em outro estado.
US1:E1:9	Eu decidi voltar a morar com meus pais depois que eles adoeceram e precisaram de cuidados. Infelizmente não há o que fazer além de ajudar sua família nesses momentos de necessidade em relação à saúde.
US1:E1:10	Minha família tem muitos casos de problemas relacionados ao vício de drogas e álcool, mas eu ajudo no que me é possível, principalmente porque eu já consumi muita bebida e era de ir a muita festa. A cooperativa fez com que eu não visse mais sentido nesse comportamento e passei a cuidar da cooperativa a maior parte de meu tempo.
US1:E1:11	A cooperativa era como se fosse uma filha que eu cuidava e lá eu fiz muitas amizades. Estou me aposentando e voltando para cidade onde nasci e lá vou organizar um espaço para trabalhar porque lá eu não pagarei aluguel. Aqui o aluguel é muito caro.
US1:E1:12	Estou conversando com as trabalhadoras aqui para dividirmos o negócio em dois. Eu levei uma parte dos produtos para lá e estou discutindo com as trabalhadoras para ver quem iria ficar responsável pela cooperativa aqui para que eu não fique sobrecarregada.
US1:E1:13	Eu preciso voltar à minha cidade para viver com mais tranquilidade já que aqui é muito agitado.
US1:E1:14	Há muito tempo eu terminei o Ensino Médio. Acredito que foi em 2008 e depois disso eu passei em um concurso para trabalhar com enfermagem na cidade onde eu nasci, mas eu não dei continuidade porque eu não tinha perfil para o trabalho.
US1:E1:15	Depois disso eu fui morar em outro estado e lá eu fui trabalhar na área de enfermagem novamente porque eu precisava do emprego. Na época meu pai quem sustentava a família e eu não tive opção de escolha porque fui morar sozinha e eu precisava me sustentar de alguma forma, mas também não me adaptei e vim para a capital do meu estado e, nessa época, eu passei em um concurso de educação do estado para trabalhar como auxiliar de serviços gerais.

¹³⁹ Este texto recebeu as correções e adequações (exclusão de frases, palavras e sinais de oralidade) e foram incluídas nas respostas algumas partes das questões no sentido de ficar mais claro e compreensível o texto de acordo com as orientações das técnicas de pesquisa Análise Textual Discursiva (ATD) segundo Moares e Galiazzi (2016).

US1:E1:16	Nessa época eu resolvi fazer o curso superior de pedagogia pois eu já trabalhava na educação e neste período eu aprendi sobre Educação Popular e passei a integrar a Rede de Educação Popular e Cidadã (RECID).
US1:E1:17	Esta rede tem sede em Pernambuco a qual eu faço parte e criamos a RESP depois, que é a Rede de Educadores Populares em Economia Solidária. Nesses movimentos eu aprendi sobre a profissionalização da educação e isto me completava pois tinha relação com a capacitação de mulheres e com a economia solidária.
US1:E1:18	Antes de trabalhar na cooperativa eu estava desempregada aí decidi fazer artesanato. Nessa época eu me envolvi com o movimento de valorização do artesão e criamos a associação.
US1:E1:19	Esta cooperativa não foi ideia nossa, mas sim algo imposto a nós porque não sabíamos direito o que era uma cooperativa. Nos anos 2000 o movimento Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – depois chamado de Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – criou [no Brasil] diversas associações e cooperativas para suprir as necessidades [da comunidade].
US1:E1:20	Nessa época fizemos um curso pelo Banco do Nordeste e começamos a participar na Rede de Participação Popular Cidadã e dos conselhos desde o início. A partir dessa participação descobrimos que precisávamos lutar para mudar nossa realidade [de vida].
US1:E1:21	Desde 2000 quando criamos a associação que eu trabalho com a Economia Solidária. No início eu não entendia o que era economia solidária. Eu sempre achei que era algo ligado a economia que era própria das comunidades,
US1:E1:22	mas aí eu conheci a economia solidária a partir de um congresso que participei em Brasília no ano de 2008. Quando eu estava lá participando um deputado do estado do Ceará me abordou perguntando se eu era do Rio Grande do Norte e se sabia o que era Economia Solidária ao que eu respondi que não sabia e ele me indicou para procurar saber sobre o Fórum de Economia Solidária que existia no estado e que poderia ajudar nós que fazíamos parte de associações e cooperativas de artesanato.
US1:E1:23	Este congresso foi o congresso de profissionalização do artesão cuja luta eu me juntei. Foi a partir daí que eu aprendi sobre a economia solidária e fui convidada a ir a uma reunião no Ministério da Mecic***. Nesta reunião foi discutido sobre a economia solidária. Havia alguns programas de Economia Solidária, mas eram ligados mais à agricultura familiar e ao trabalho rural.
US1:E1:24	Quando eu voltei para minha cidade eu busquei a respeito da economia solidária e comecei a participar de reuniões no Ministério do Trabalho no bairro da Ribeira em Natal/RN. Acredito que eu participei dessas reuniões no final de 2008 pelo que eu me lembro.
US1:E1:25	Aprendemos a trabalhar na cooperativa com o tempo, na prática. No início não sabíamos de nada, mas no dia-dia aprendíamos a gerenciar e procuramos a OCERN para ter orientações de como trabalhar cooperativamente. A OCERN é a Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte – OCERN.
US1:E1:26	A OCERN nos ajudou a criar o estatuto da nossa cooperativa e prestaram assessoria na construção de nossas primeiras atas também.
US1:E1:27	À medida que íamos às reuniões lá a gente acabou percebendo que nosso trabalho não se adequava muito a ideia de cooperativa porque muitas das que participavam das reuniões eram cooperativas que tinham condições de se manter, mesmo as que eram pequenas, mas nós não tínhamos.
US1:E1:28	Éramos mulheres desempregadas que sustentavam suas famílias e vivíamos de trabalhos esporádicos, sem vínculo. Percebíamos que era difícil manter a cooperativa, mas não podíamos desistir porque já tinha sido registrada a cooperativa.
US1:E1:29	Percebemos depois que era para ter sido criada uma associação e não uma cooperativa porque a associação era mais simples de gerenciar. Mesmo assim eu fui estudando e me inteirando sobre cooperativas e cooperativismo e nós buscávamos participar de todas as reuniões possíveis para aprender mais.
US1:E1:30	O início de nossa história foi a partir de um grupo informal de artesãs e depois criamos uma associação para depois nos tornarmos uma cooperativa. O governo federal a partir da parceria com o SEBRAE criou o Programa de Geração de Renda

	(PRONAGER) em 2003 e passou a capacitar mulheres que decidiram criar uma cooperativa.
US1:E1:31	No entanto essa criação foi uma decisão tomada intempestivamente e sem sabermos exatamente o que estávamos criando. Só depois de criada a cooperativa que descobrimos a parte burocrática e percebemos que não era o que queríamos, mas não tinha como desfazer o que tinha sido feito. Com o passar o tempo a gente foi tentando se adequar da maneira que podíamos, nas condições que tínhamos até que conhecemos a Economia Solidária e decidimos lutar para mudar a estrutura legal de cooperativa de trabalho para uma Cooperativa Popular que tem diferença uma da outra.
US1:E1:32	A cooperativa de trabalho contrata funcionários como uma cooperativa padrão, mas a nossa não é assim. Nossa cooperativa era feita de mulheres que necessitavam de trabalho, mas que não tinham condições de arcar com a burocracia de uma cooperativa padrão como contratar um contador e pagar a junta comercial e fazer o registro da forma correta como deve ser feita.
US1:E1:33	Nós precisávamos de assessoria e não tínhamos, mas uma pessoa que trabalhava na OCERN passou a dar essa assessoria para nós de forma voluntária porque ele acreditava no nosso trabalho e sabia que precisávamos muito e pelas dificuldades que estávamos enfrentando. Ele nos dava assessoria, elaborava nossas atas sempre que precisávamos.
US1:E1:34	Até hoje esse homem nos ajuda como voluntário da cooperativa sempre que precisamos de apoio. Atualmente ele está nos auxiliando na reforma de nosso estatuto e registrar em ata essa reforma.
US1:E1:35	No início do ano queríamos ter feito isso, mas não foi possível e agora no meio do ano já não podemos mais fazer isso por ser muito complicado. Como eu trabalho na produção eu não tenho muito tempo de parar para ler o estatuto inteiro e realizar as correções devidas já que
US1:E1:36	a maioria das trabalhadoras aqui são pessoas leigas e preferem não realizar esta tarefa burocrática.
US1:E1:37	A cooperativa possui na documentação 23 trabalhadores, mas são pessoas com problemas diversos de produção. Algumas produzem em casa mesmo e participam apenas quando tem Feiras. Precisamos renovar os trabalhadores da cooperativa. Temos entre 5 e 6 costureiras e entre 7 e 8 artesãs.
US1:E1:38	Temos apenas um homem trabalhando na parte de costura e outro que está afastado estudando que também é costureiro. Este que está na costura tem uma esposa que trabalha e ele vive dessa atividade de costura dele, ele mantém a renda através das costuras que ele faz aqui. Temos três homens trabalhando aqui, mas, na verdade, de fato só contamos com um deles que está no Conselho de Saúde, os outros dois a gente chama quando precisa.
US1:E1:39	Aqui trabalhamos todas como voluntárias. Nenhuma de nós recebe remuneração e muitas vezes quando tem evento que precisamos ir colocamos dinheiro do próprio bolso para poder participar.
US1:E1:40	Aqui na cooperativa eu organizo a produção e procuro onde estão acontecendo eventos e comunico as trabalhadoras. Sempre que tem evento cada uma decide se quer ir e para qual evento quer ir e anotamos tudo.
US1:E1:41	Atualmente algumas mulheres estão cirurgiadas e uma delas teve um AVC e faleceu no começo da pandemia e outras estão aposentadas e cuidam de seus netos para que suas filhas possam trabalhar então estão afastadas do trabalho aqui da cooperativa.
US1:E1:42	A maioria das trabalhadoras da cooperativa é de idade avançada.
US1:E1:43	As mais jovens não são fixas. Algumas conseguem emprego e desistem da cooperativa, se ficam desempregadas aí elas retornam. A maioria sai porque quer uma renda fixa e aqui a gente não tem como garantir isso.
US1:E1:44	Aqui na cooperativa não temos dificuldades de realizar os trabalhos. Quando tem necessidade a gente convoca todo mundo para a produção e quem não pode geralmente traz uma pessoa para auxiliar como uma neta, um filho e, assim, a gente consegue dar conta das demandas. Fazemos o serviço dessa forma.
US1:E1:45	Estamos transferindo uma parte da produção para outra cidade porque a gente tem muita coisa aqui e não cabe mais os produtos. Estamos colocando parte deles lá

	na outra cidade porque a presidente da cooperativa mora lá, mas ela vai ter que deixar o cargo porque já está no segundo mandato de 2 anos e não pode mais.
US1:E1:46	Eu já fui presidente durante dois mandatos e não estou querendo mais ser, mas ninguém quer se comprometer porque as pessoas são inseguras e acham que não vão fazer direito ou pensam que não vão saber fazer e ficamos nesse impasse. Elas têm medo de assumir as responsabilidades, além do que é um serviço voluntário, não tem remuneração.
US1:E1:47	Os ganhos deveriam ser divididos igualmente entre todos nós, mas não são. As pessoas que trabalham com artesanato ganham muito, mas as costureiras ganham quando produzem e cobramos delas que colaborem na produção.
US1:E1:48	Houve uma época que a Prefeitura tinha um convênio que vinha do Governo do estado, mas que era um recurso do Governo Federal que pagava o aluguel, a energia e não tínhamos quase nenhuma despesa. Nessa época deixamos as trabalhadoras muito "livres". Depois perdemos o convênio e fizemos uma reunião na qual todas foram informadas que as despesas seriam divididas para todo mundo.
US1:E1:49	Firmamos acordo de que as costureiras e artesãs deveriam participar dos eventos, levar os produtos e tirarem seu percentual. Cada produto vendido deveria ter o percentual de despesa descontado para custear as pessoas que iriam participar dos eventos presencialmente.
US1:E1:50	A renda é calculada de acordo com o trabalho realizado, do produto. Com relação às costureiras se existe uma demanda e todas costuram uma parte aí sim a divisão é igual, mas depende da quantidade do que cada uma costurou também. Uma costureira que fez 100 peças ganha mais do que outra que só fez 20.
US1:E1:50	Eu sou responsável por organizar o trabalho delas, acompanhando o que cada uma fez, quem fez o que e quem foi trabalhar.
US1:E1:51	Hoje em dia as trabalhadoras encaram bem a liderança que eu exerço porque todas são trabalhadoras conscientes.
US1:E1:52	Antes umas pessoas acreditavam que deveríamos ganhar tudo de graça do governo e não temos que cobrar tudo do governo, mas sim o essencial para poder realizar nossa produção, as políticas públicas, mas que o governo pague nosso aluguel para o resto da vida não.
US1:E1:53	Em algum município pequeno poderíamos conseguir uma sede própria, mas é mais fácil quando está relacionado à agricultura familiar, mas em cidades grandes é muito difícil. No entanto eu acredito que são poucos empreendimentos de artesanato que pagam aluguel.
US1:E1:54	Nós conseguimos pagar o aluguel aqui na cidade e nossas despesas não são poucas. Nós temos conseguido e não vamos mais parar, porém teve um momento que acreditamos que iríamos fechar o negócio quando perdemos o convênio. Nessa época fazíamos reunião toda semana para discutir como resolveríamos isso e quem iria pagar por isso.
US1:E1:55	Eu sempre coloco dinheiro do meu bolso pela cooperativa, mas eu também produzo muito. Só que eu quero produzir e ter qualidade de vida e eu fico na parte do corte da costura porque ninguém quer assumir essa parte.
US1:E1:56	Se você cortar uma peça errada você perde a costura toda. Na parte da costura não. Se você costurar errado, você pode desfazer. A parte do corte é mais complicada.
US1:E1:57	Eu dou curso para ensinar pessoas e vou observando se quem vai chegando se encaixa no nosso perfil.
US1:E1:58	As pessoas querem entrar na cooperativa para ganhar um salário ou então querem ser contratadas e a gente não contrata ninguém.
US1:E1:59	Em relação à produção aquelas pessoas que quiserem podem produzir e vão ganhar em cima daquilo que produziram. Quem entra na cooperativa pode ganhar o mesmo que eu ganho, mas se a pessoa não se dispõe à produção não vai ganhar igual.
US1:E1:60	A cooperativa atende aos princípios da Economia Solidária porque ela não é uma caixinha montada, mas sim um processo de autorreconhecimento das pessoas. As pessoas passam a ser solidárias mesmo, se disponibilizar para ajudar.
US1:E1:61	Aqui a gente tem um grupo que até montou sua própria oficina, mas na hora que a gente precisa e dizemos como queremos, elas vêm, colaboram, ajudam a

	estruturar. Às vezes precisa fazer uma faxina ou alguma coisa assim e elas vêm ajudar. Então, eu acredito que o processo está bem desenvolvido.
US1:E1:62	Só precisa de mais consciência daquelas pessoas que estavam antes porque nem todo mundo se encaixa na economia solidária, mas muitos saíram por conta de problemas de saúde, porque estavam ficando cansadas.
US1:E1:63	Algumas assumiram compromissos com suas famílias. Sabemos que a mulher, geralmente a dona-de-casa, ela termina de criar os filhos e vai criar os netos e vai tomar conta da casa.
US1:E1:64	Então, dessa forma é complicado de estar trabalhando na cooperativa, mas a gente faz parte do movimento de mulheres e isso ajudou também a entendermos mais como buscar nossos direitos.
US1:E1:65	O movimento que falo é a Marcha Mundial das Mulheres e tem também o Centro Feminista 8 de Março (CF8) que tem uma coordenação aqui em Natal que antes era em Mossoró. Fazemos parte da CF8 também, que é o Coletivo Feminista.
US1:E1:66	Eu acredito que a cooperativa tem alguns desafios que é o de poder gerar uma renda fixa por mês para as trabalhadoras que fosse um salário-mínimo ou um salário digno.
US1:E1:67	Outros desafios estão no treinamento de mais pessoas, capacitação e o aprendizado sobre a Economia Solidária porque nem todo mundo sabe o que é e as pessoas põem a culpa apenas no governo e acham que por entrarem na cooperativa só vão ter benefícios.
US1:E1:68	As máquinas da cooperativa podem quebrar e não vamos chamar o governo para consertar as máquinas quebradas. Se faltar algum material, como linha, por exemplo, somos nós que iremos comprar com o que ganharmos na produção. Essas orientações têm que estar claras para todos porque antes era como se as pessoas achassem que o governo bancaria todo o custo.
US1:E1:69	A cooperativa tem um box lá da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES) desde o início.
US1:E1:70	A cooperativa faz parte também da Rede Xique Xique, que é uma Rede de Empreendimento da Economia Solidária que o núcleo gestor é em Mossoró. Quando começamos a fazer parte da Rede Xique Xique vimos que muitas das demandas estão relacionadas à Agricultura Familiar e o artesanato acabou ficando um pouco a desejar (de lado).
US1:E1:71	Porém, quando veio a Central, conseguiu o box, negociávamos com a rede e ficamos lá durante um ano, mais ou menos. Porém nós estávamos sem condições de manter pois a rede pagava o local e a gente pagava as despesas para abrir e acabamos fechando o box.
US1:E1:72	Depois disso veio o contato com a IFSol/IFRN. E a IFSol nos ajuda até hoje no intuito de fomentar, de estruturar e de capacitação.
US1:E1:73	Então a incubadora tem colaborado muito nessa parte de eventos, de tudo. A gente só tem a agradecer por essa parceria.
US1:E1:74	A IFSol realizou um curso em parceria com a subcoordenadoria de Economia Solidária dentro da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS).
US1:E1:75	A IFSol ajudou muito no Conselho de Economia Solidária trazendo a perspectiva de quem trabalha e acompanha empreendimentos de economia solidária no estado.
US1:E1:76	Lá na Central vamos em forma de rodízio, quando uns vão outras ficam.
US1:E1:77	Acredito que é importante mostrar aos alunos do IFRN como funciona a economia solidária realmente.
US1:E1:78	Solicitamos aos estudantes algumas demandas que são até difíceis de resolver que eles não dão conta.
US1:E1:79	Às vezes a gente quer que a IFSol resolva tudo, mas não tem como.
US1:E1:80	Muitas dessas demandas são do processo de autogestão, de nossa autonomia, mas os estudantes vão cativando a gente e nos estimulando, realizando aquela troca [de saberes].
US1:E1:81	Os alunos que se envolvem nesse processo vão aprender sobre a Política Pública da Economia Solidária, sobre a Agricultura Familiar e, assim, essa pessoa desenvolve mais experiência.

US1:E1:82	Os estudantes aprendem até mais coisas e nem precisa ser o filho de um agricultor para entender o que realmente é a economia solidária e as demandas dela.
US1:E1:83	Eu acredito que depois que a IFSol chegou no box que a gente trabalhava na Central nos sentimos mais aliviadas porque ela sempre ficava acompanhando.
US1:E1:84	Às vezes parecia que se a IFSol se afastava as coisas não andavam.
US1:E1:85	Hoje em dia quando eu acompanho o grupo [do whatsapp] eu observo isso.
US1:E1:86	Eu não estou mais indo ao box porque tenho que tomar conta da produção da cooperativa.
US1:E1:87	Se eu estiver fora a gente não produz já que eu tenho que deixar as roupas cortadas para elas ficarem aqui costurando. Se eu ficar direto no box, como eu fazia antes, não dá certo.
US1:E1:88	Quando tínhamos o convênio com o Governo Municipal que pagava o nosso aluguel, energia não tínhamos essa despesa fixa. Nessa época a gente ficava mais livre para ficar indo ao box.
US1:E1:89	Depois que o convênio foi cortado a gente precisou ficar mais aqui porque temos essas despesas fixas e tivemos que melhorar a produção.
US1:E1:90	Fomos obrigadas a fazer isso porque não nos preparamos antes. Deveríamos estar mais preparadas para quando isso acontecesse, mas não nos estruturamos antes. Fomos levando do jeito que dava.
US1:E1:91	Nesse caso a gente vê a importância da IFSol de assessorar, acompanhar e acredito que vai levar um bom tempo até todos os empreendimentos entenderem que somos nós que temos que gerenciar. Ainda falta muito para a gente se libertar.
US1:E1:92	Uma outra questão é o conhecimento sobre leis, deveres que ajudam nesse gerenciamento. Quando se lança um edital a leitura às vezes é cansativa e poucas pessoas entendem.
US1:E1:93	É por isso que eu acredito que se tivéssemos pessoas mais jovens que tivessem mais conhecimento ajudaria. Obviamente não iria decidir sobre nosso futuro, mas ia auxiliar muito principalmente com a parte das tecnologias.
US1:E1:94	Antes da assessoria da IFSol a gente já estava integrada em rede e a incubadora veio contribuir junto. Acredito que essa colaboração que vem de diversas frentes para nos apoiar é importante porque quando um não pode ajudar o outro ajuda.
US1:E1:95	Acredito que – como existe um <i>campus</i> do IFRN em vários locais – seria ótimo se eles todos fizessem este trabalho social. Será que eles fazem? Às vezes a gente sabe que não é assim.
US1:E1:96	Eu estou falando dos IFs que tem <i>campus</i> no nosso estado pois de outros estados eu não tenho conhecimento.
US1:E1:97	Eu tenho mais conhecimento do IFRN <i>Campus</i> Natal Central porque sempre que tem evento a gente vai lá.
US1:E1:98	A IFSol <i>Campus</i> Natal Zona Norte apareceu depois para nos ajudar, mas é complicado porque para a gente ir daqui para lá pegávamos dois ônibus para ir e dois para voltar, no total eram quatro. Uma das trabalhadoras daqui pega apenas dois ônibus e estava indo participar lá dos eventos, mas, ainda assim, ficava complicado para ela. Depois ela nos informou que pegava quatro também, ou seja, todas nós tínhamos que pegar dois ônibus para ir e dois para voltar.
US1:E1:99	Houve alunos da UFRN que fizeram trabalho sobre esta cooperativa porque temos parceria com a incubadora Oasis e a Incubadora de Iniciativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (INICIES), ambas da UFRN. Esta última nos apoiou com eventos fora [do estado]. Nós criamos a REESP através dessa ajuda.
US1:E1:100	Participamos de um curso que durou um ano, se não me engano em Pernambuco. O curso era de Autogestão de Mulheres de Cooperativas. Criamos um documento tratando de cada empreendimento – eram vários empreendimentos de vários estados do Nordeste – no qual cada estado contribuiu na construção desse documento que é uma enciclopédia.
US1:E1:101	A IFSol tem colaborado na divulgação de nosso empreendimento no site.
US1:E1:102	A IFSol não ofereceu assessoria para financiamento não.
US1:E1:103	Nós conseguimos financiamento através do Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil. Este financiamento foi para comprar máquinas de costura e foi pago em dois anos.

US1:E1:104	Nós recebemos o prêmio de Boas Práticas em Economia Solidária em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, mas perdemos dois bons projetos.
US1:E1:105	Um foi o RN Sustentável que não participamos por falta de documentação que tinha que estar em dia e outro projeto foi da Fundação Banco do Brasil. Este último por falta de declarações. Não conseguimos as Certidões Negativas da União na época. Perdemos tudo isso por conta da burocracia.
US1:E1:106	Perdemos esses projetos por não estar em dia com a contabilidade da cooperativa porque o processo é muito burocrático.
US1:E1:107	As mulheres que participaram dos cursos oferecidos pela IFSol têm mais clareza de como funciona a economia solidária, de como colaborar, participar, ajudar. Elas aprendem como participar e colaborar mais umas com as outras nos eventos e aprendem a querer participar e conhecer mais.
US1:E1:108	Algumas mulheres não querem participar de forma alguma porque acham que perdem tempo e precisam produzir, precisam ganhar dinheiro e acreditam que estão perdendo tempo com a capacitação.
US1:E1:109	Insistimos sempre que não é só produzir, que tudo não se resume a produzir e comercializar.
US1:E1:110	A Economia Solidária é diferente pois se interessa pelas questões do meio ambiente, da mulher, da violência intrafamiliar que não é só com a mulher apenas. Às vezes esta violência é com os filhos, com todas as pessoas da família.
US1:E1:111	Desse modo precisamos compreender qual é o processo da comunidade ao qual estamos inseridas. Nossa cooperativa está inserida em um bairro da periferia. Conhecemos os problemas desse setor da cidade. A maioria das cooperadas vem de bairros periféricos.
US1:E1:112	Elas trazem suas demandas, muitas vezes elas têm problemas psicológicos e damos assistência. Nós participamos do Conselho de Saúde do município e vamos a conferências e nesses eventos nós levamos as demandas das mulheres, sobre o que elas estão enfrentando e sobre como elas estão. Algumas precisam de ginecologista, dentista nas unidades básicas de saúde e a gente consegue resolver essas demandas.
US1:E1:113	Participamos de uma pré-conferência municipal para a Conferência de Assistência Social e estamos em busca de participar da conferência estadual e levar nossas propostas, uma delas que discutimos aqui é o desenvolvimento sustentável.
US1:E1:114	Este desenvolvimento tem que levar em conta as desigualdades no trabalho, das relações de sobrevivência da mulher, porque se não for assim, fica difícil. E quando falamos sobre Desenvolvimento Sustentável estamos falando sobre a Economia Solidária que é bem presente.
US1:E1:115	Eu acho que nosso trabalho influencia na atitude das mulheres. Ela consegue dialogar melhor com o homem, mostrar seu ponto de vista. Sabemos que nem todo homem aceita, mas eu acredito que isso tem mudado bastante.
US1:E1:116	As mulheres aprenderam a dizer “não” e a se impor. Quando elas têm que sair, elas saem e não ficam mais em casa. Algumas estavam passando por um processo difícil no casamento, mas depois que adentraram na economia solidária elas dizem que preferem estar na cooperativa a estarem em casamentos que as fazem mal e se separam.
US1:E1:117	As mulheres não se separaram por conta da economia solidária e nem da cooperativa, mas a participação aqui as ajudou a se conhecerem melhor e elas perceberam que não tinham necessidade de estarem em casamentos que já não mais existiam.
US1:E1:118	Às vezes algumas mulheres ficam depressivas e acreditam que acabar com o casamento é acabar com suas vidas, acabar com tudo. Porém, elas percebem que quando o casamento acaba elas voltam a viver porque depois elas percebem que têm oportunidade de conhecer outros caminhos.
US1:E1:119	Eu nunca fui casada, mas criei cinco filhos de meus irmãos.
US1:E1:120	Eu acredito que ser mulher interfere na cooperativa porque a mulher consegue mais [colaboração] porque ela tem mais facilidade de diálogo. Ela tem mais facilidade de dialogar.
US1:E1:121	A mulher não busca apenas o resultado imediato. Um resultado pode-se conseguir através do diálogo e não é só econômico, pode haver de várias outras formas. Tem a ver com as questões sociais, psicológicas.

US1:E1:122	Eu acredito que a mulher tem mais facilidade. Eu observo que, quando alguns homens são gestores, eles sempre atribuem alguns serviços às mulheres daquilo que eles não conseguem fazer ou então eles começam a dar ordens, a determinar, a ser mais rígidos. Aqui não se trabalha assim.
US1:E1:123	Nós preferimos mostrar as pessoas que não há necessidade de cobrança, mas sim que cada uma deve se doar. Infelizmente, algumas se doam mais, outras menos, porém doação não se pode medir.
US1:E1:124	Todavia existe algo mensurável que é quando existe uma encomenda de algum produto e que temos que entregar como o cliente solicitou. Neste caso a gente cobra que a artesã ou costureira faça o serviço conforme foi solicitado com a qualidade que o cliente deseja, mas não trabalhamos pressionando ninguém porque ninguém trabalha bem se for pressionado/a.
US1:E1:125	Eu me considero uma mulher parda, apesar de ter “branca” constando na minha certidão de nascimento.
US1:E1:126	Eu nunca sofri preconceito relacionado a minha cor aqui na cooperativa pois aqui nós vivemos bem juntas e temos pessoas de todo tipo trabalhando aqui.
US1:E1:127	Quando acontece de alguém vir com esse tipo de postura a gente conversa sem discutir e aos poucos a gente vai mostrando que este caminho não é o certo.
US1:E1:128	Aqui na cooperativa participamos de um movimento [coletivo] e aos poucos fomos aprendendo e aos poucos as pessoas vão mudando as suas atitudes. Nós mesmas pecamos por achar algo estranho, mas cabe a nós irmos nos policiando, não é mesmo?
US1:E1:129	A gente teve um problema aqui nessa gestão da Prefeitura do município. Nós participávamos de vários eventos do município pois era uma exigência do prefeito. Tudo que fosse acontecer a gente recebia convite para participar.
US1:E1:130	Nossa cooperativa era muito presente na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) porque nós trabalhávamos com mulheres estavam em estado de vulnerabilidade social e por esta razão recebíamos muitos convites.
US1:E1:131	No entanto, na segunda gestão do atual prefeito da cidade nos distanciamos e resolvemos ir até a prefeitura para dialogar com ele para ver a possibilidade de que ele pudesse ver com outro olhar a cooperativa e as mulheres que eram artesãs na cidade. Nessa reunião ele nos disse que o artesanato era perda de tempo pois a prefeitura investia muito e não recebia nenhum retorno.
US1:E1:132	Perceba como ele tinha uma visão equivocada pois o retorno do artesanato não é econômico, não é verdade? Ele deveria estar preocupado com a parte social e humana da atividade.
US1:E1:133	Eu resolvi não discutir e voltei à cooperativa, mas fiquei bastante chateada. Nesta gestão o prefeito excluiu algumas artesãs de alguns eventos porque a prefeitura estava impondo o que as artesãs deveriam produzir.
US1:E1:134	A queria que as mulheres produzissem peças que fizessem alusão à Segunda Guerra Mundial. Eu compareci a Prefeitura e reclamei do que estava acontecendo e argumentei que as artesãs produzem o que elas desejam e não o que lhes impõem. Não tem como coagir uma artesã a produzir o que ela não deseja.
US1:E1:135	Aqui no município apenas eu que eu lutei contra isso e enfrentei o prefeito. Depois, como eu participava do Conselho de Mulheres do município, eu denunciei nos grupos de mensagens a situação.
US1:E1:136	Quando eu estava insatisfeita com alguma coisa eu escrevia nesses grupos minha insatisfação. Nesses grupos ligados à prefeitura eu era sempre excluída ou barrada.
US1:E1:137	Quando isso aconteceu eu procurei a promotora e a promotora estava participando de alguns eventos do Conselho Municipal e eu denunciei a ela tudo o que estava acontecendo e falei que o município era racista porque a prefeitura havia excluído as mulheres de baixa renda, aquelas mulheres que não tinham condições de comprar materiais – que eles acreditavam ser de qualidade melhor – eram excluídas dos eventos. As mulheres excluídas eram as pobres, na maioria de pele escura, as negras.
US1:E1:138	Na época eu fiz algo que hoje não acho adequado, mas eu fiz. Eu postei nas redes sociais do município a situação, denunciei tudo o que estava acontecendo.
US1:E1:139	Eu tive uma reunião com a promotora que só fez ouvir o que eu tinha a dizer sem dizer uma palavra se quer, mas pelo menos eu desabafei com ela.

US1:E1:140	Depois que eu postei a denúncia a Vice-Prefeita e a Secretária da SEMAS solicitaram meu comparecimento para uma reunião. A reunião ocorreu na semana do Carnaval e eu até estranhei a data, mas resolvi ir. A reunião foi marcada às pressas, às cinco horas da tarde, para eu ir lá explicar por que chamei o município de racista, incluindo o prefeito, a vice-prefeita e a secretária.
US1:E1:141	A secretária disse estar chocada com a situação e eu argumentei que as pessoas de baixa-renda deveriam estar sendo assistidas pela SEMAS, mas que estavam sendo excluídas e sendo obrigadas a produzir artesanato ligado ao que a prefeitura queria.
US1:E1:142	O argumento da secretária foi o de que a produção só seria com este tema para as artesãs que fossem vender seus produtos na Base Aérea, mas eu sabia que não era só por conta disto. Esta “sugestão” foi proposital para excluir algumas pessoas do evento.
US1:E1:143	Esta situação foi antes da pandemia. Este prefeito é coronel das forças armadas. Foi em seu segundo mandato.
US1:E1:144	Esta situação me deixou muito chocada e então eu resolvi ir para minha cidade natal pois como temos muitos produtos eu resolvi dividir em dois lugares porque aqui não vamos conseguir pagar um local mais caro e não tínhamos onde colocar os produtos que estavam nas casas das cooperadas.
US1:E1:145	Eu até consegui acondicionar os produtos em um galpão com um colega, mas eu não tinha como pagar o aluguel para armazenar lá.
US1:E1:146	Eu tenho uma casa na minha cidade Feira municipal, ela está abandonada desde que meu pai faleceu. Eu optei por colocar os produtos lá e já até levei alguns produtos dividindo do que temos aqui.
US1:E1:147	Eu acredito que quando eu me aposentar eu não quero trabalhar tanto e vou ajudando apenas o grupo que estiver na minha cidade porque quando eu morrer quem vai ficar no meu lugar? Eu tenho que preparar as pessoas para gerirem o grupo depois que eu me for. É assim que eu penso.
US1:E1:148	Eu penso assim: quando eu me aposentar eu quero ficar mais leve aí eu fico aqui, fico lá e vou ajudando um grupo e outro e o grupo que quiser tomar a frente porque aí eu vou morrer um dia aí eu vou deixar para quem? Eu tenho que preparar pessoas para vir depois. Não é isso? Então pronto, é isso.
US1:E1:149	Eu acredito que a IFSol realiza um ótimo trabalho, mas eu penso que ela deveria acompanhar os empreendimentos desde a base ajudaria eles a evoluírem mais.
US1:E1:150	Eu creio que a IFSol deveria dar assistência esclarecendo as dúvidas relacionadas à gestão porque as pessoas não têm consciência de fazer o devido rodízio em eventos, por exemplo, e elas não sabem como realizar algumas atividades e elas sentem muitas dificuldades na produção de documentos como atas, por exemplo. Eu acredito que deveria haver alguma capacitação nisso.
US1:E1:151	Eu acredito que a IFSol deveria acompanhar [de perto] os empreendimentos. Acreditamos que a parceria com o governo federal ou é insuficiente ou não existe mais.
US1:E1:152	Eu não sei, mas eu acho que o IF tem contador e a gente sofre muito com essa parte burocrática para retirar as certidões negativas de acordo com o que está regimentado. Precisamos de ajuda nisso porque não temos condições de pagar para fazer esta parte burocrática porque nossa cooperativa é pequena.
US1:E1:153	Além das cooperativas tem também as associações que sofrem da mesma forma e cuja parte burocrática é muito insuficiente.
US1:E1:154	Eu soube que o governo estadual vai firmar parceria com as universidades.
US1:E1:155	Se o governo investisse nessa assessoria seria bem melhor do que contratar uma empresa privada já que elas empresas não têm compromisso, trabalham visando o dinheiro e o lucro realizando um bom serviço quando são pagas, mas deixando a cooperativa sem boa assistência depois de um tempo.
US1:E1:156	Eu penso que essa seria uma excelente proposta que futuramente poderia se transformar em uma lei na qual através dessas parcerias todos nós sairíamos ganhando.
US1:E1:157	O problema em relação à idade aqui na cooperativa eu não vejo, mas as minhas sobrinhas geralmente me questionam que eu vou morrer sem avançar no meu trabalho.

US1:E1:158	Elas não entendem a economia solidária e quando eu explico elas acreditam que eu sou voluntária demais e que não deveria ser assim.
US1:E1:159	Na verdade, nós participamos da economia solidária para gerar alguma renda, mas com qualidade de vida.
US1:E1:160	Em uma empresa privada a gente deve cumprir um horário fixo, devemos estar bem-vestidas, uniformizadas e sorridentes.
US1:E1:161	Para trabalhar na cooperativa você pode até chegar de mau humor, mas a gente dialoga e mesmo quem traz os problemas de casa consegue melhorar. Até mesmo professores levam seus problemas para a sala de aula.
US1:E1:162	A gente às vezes conversa, mas às vezes deixamos a pessoa quieta e aborrecida em seu canto. Se esta pessoa não quiser conversar comigo ela vai conversar com outra pessoa, desta forma estamos colaborando com ela.
US1:E1:163	Mesmo nossos clientes têm problemas e querem que a gente resolva os seus problemas. Muitos deles têm problemas psicológicos também.
US1:E1:164	Nós participamos da Conferência de Saúde Mental e pudemos ouvir as outras pessoas dando seus depoimentos e percebemos que estávamos vivendo as mesmas situações todos os dias.
US1:E1:165	Certa vez uma cliente insistiu em conversar comigo, ficou ligando diversas vezes e fui até ela e não sou psicóloga. Ela estava se sentindo só e estava em surto.
US1:E1:166	Eu penso que quando a saúde mental das pessoas é prejudicada acabamos nos tornando a <i>Cooperativa de Faz Tudo</i> e acabamos cuidando até da saúde mental das pessoas.
US1:E1:167	Às vezes uma pessoa veio fazer uma roupa, que estava perfeita, mas a pessoa ainda via defeitos. Uma pessoa essa semana solicitou que fizéssemos uma saia e perguntou quanto custava a saia, eu informei que custaria R\$25,00 – se fosse uma saia comum para uma pessoa comum – ela solicitou tantos consertos e fez tantas exigências que foi ficando mais cara: ficou por R\$ 30,00; R\$ 40,00 e acabou saindo por R\$ 50,00. Isto aconteceu porque a cada vez que ela olhava a saia a gente refazia sem necessidade.
US1:E1:168	Cada vez ela achava um defeito pequeno, mas ela via problemas toda vez que provava a roupa. Eu acredito que ela tinha algum tipo de problema psicológico.
US1:E1:169	Eu acho que deveríamos ter um psiquiatra ou psicólogo, mas é assim a nossa vida, uma correria.
US1:E1:170	Quem se destina a trabalhar com a economia solidária se destina a este tipo de situação e eu, particularmente, me apeguei muito.
US1:E1:171	É algo que eu quero deixar na minha cidade. Eu quero passar este aprendizado para meus irmãos que nunca trabalharam de carteira assinada e não sabem nem como vão se aposentar. Eu penso que com a economia solidária eles terão uma qualidade de vida melhor.

Entrevista 2 – Maria Tugira

US1:E2:1	Eu tenho 78 anos e sou viúva.
US1:E2:2	Eu acredito que ser mulher é muito importante. Ser mulher para mim é ser mãe, ser educadora porque na nossa família somos as educadoras, não é mesmo?
US1:E2:3	Eu tenho muito orgulho de ser mãe e de ter criado os meus filhos com meu artesanato, com muito sacrifício.
US1:E2:4	Eu sou artesã desde muito jovem.
US1:E2:5	A minha mãe me ensinou artesanato. Minha mãe me ensinou a fazer cestas artesanais para pegar caranguejo quando íamos para a maré e levávamos as cestas para o roçado da mesma forma.
US1:E2:6	Eu tenho orgulho, apesar de ser mulher, de ser mãe de meus filhos e sou muito feliz por isso.
US1:E2:7	Não existe diferença de eu ser mulher na minha família. Eu não sofro discriminação alguma,
US1:E2:8	mas na nossa sociedade existe discriminação. Para a sociedade a mulher não é nada, não é mesmo?

US1:E2:9	Porém, em relação a minha família, não. Graças a Deus, eu tenho uma família bem estruturada, apesar de ser pobre. Meu pai era analfabeto, mas nos deu uma boa educação.
US1:E2:10	Eu tenho onze irmãos, seis mulheres e cinco homens, mas todos tem uma vida bem estruturada, graças a Deus! Um de meus irmãos é técnico em radiologia e o outro é capitão da polícia militar. Outro de meus irmãos já falecido era formado em contabilidade. Eu sou professora de artesanato.
US1:E2:11	Duas de minhas irmãs são também professoras de artesanato e outra irmã é técnica de enfermagem. São três mulheres artesãs na família.
US1:E2:12	Eu já prestei muito serviço para o governo do estado e para a prefeitura e prestei serviço para a Secretaria Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) durante 13 anos. Esta secretaria realiza cursos nas cidades do interior do estado, nos setores rurais.
US1:E2:13	Aqui é uma associação de mulheres.
US1:E2:14	Antes de trabalhar aqui eu fui funcionária das Confecções Guararapes. Eu trabalhei lá durante 13 anos. Lá eu fiz vários treinamentos e cursos com um famoso professor da cidade, tudo isso dentro lá da Guararapes.
US1:E2:15	Eu trabalhei no setor de qualidade, no de qualificação. Eu ministrava cursos de qualificação para pessoas que estavam começando a trabalhar lá, eu trabalhava no setor de Recursos Humanos.
US1:E2:16	Eu também exerci o cargo de chefe de seção também. Depois, quando eu saí da empresa, foi porque eu não tinha com quem deixar meu filho e tive que ficar em casa tomando conta dele.
US1:E2:17	A minha filha já estava bem crescida, mas eu tive medo de deixá-la sozinha em casa tomando conta do irmão menor [e de meu marido] e eu tive que sair da fábrica por conta disso.
US1:E2:18	No entanto eu não saí porque cometi erros não. Graças a Deus! Eu saí de lá, mas mesmo hoje se eu quisesse eu ainda voltaria para lá [e seria aceita].
US1:E2:19	Eu tenho dois filhos, um rapaz e uma moça. Eu digo a você que criei meus filhos com meu artesanato já que sou professora de artesanato e artesã, eu afirmo que foi assim que criei meus filhos. Eu digo isso, mesmo que não seja assim já que eu vendo muito em feiras de artesanato.
US1:E2:20	Eu faço parte da feira que a IFSol realiza e tenho uma loja lá no Mercado de Agricultura Familiar, mas de lá eu já saí e vou dizer depois por que fiz isso.
US1:E2:21	Graças a Deus meus filhos são formados: o meu filho é advogado e minha filha é veterinária. Tudo isso eu realizei com meu artesanato, certo? Então eu tenho muito orgulho de onde eu vim, de minhas batalhas na vida, de meu artesanato.
US1:E2:22	Meu marido faleceu há dez anos e trabalhava como mecânico de automóveis.
US1:E2:23	Eu sou fundadora da economia solidária. Muitas pessoas da economia solidária não sabem quando foi fundada a economia solidária.
US1:E2:24	Eu sempre digo que a economia solidária não é recente. Hoje temos este empreendimento de economia solidária, mas a economia na minha vivência já existia há muito tempo.
US1:E2:25	A gente vive na economia solidária desde que nasce. Fundar um empreendimento de economia solidária e certificá-lo, poucas pessoas sabem fazer isso.
US1:E2:26	Eu acredito que sou a fundadora da economia solidária diante de todos os empreendimentos atendidos pela IFSol e de todos que existem na prefeitura da cidade e no estado eu que fundei primeiro. Nós fundamos a economia solidária em 2003.
US1:E2:27	Em junho de 2003 nós fundamos juntos. Éramos eu, um político, duas mulheres da cidade e duas de Fortaleza que não lembro os nomes. Aqui na cidade éramos nós quatro. Nós fundamos a economia solidária.
US1:E2:28	Nós fundamos a economia solidária em Natal. Depois na prefeitura, na gestão de outro prefeito, ele achou por bem incluir a economia solidária na prefeitura e apoiar o empreendimento que nós tínhamos, entende?
US1:E2:29	Eu sou fundadora da Federação de Mulheres do Rio Grande do Norte junto com uma outra mulher desde 1988. No mesmo ano eu fundei esta associação de mulheres.

US1:E2:30	Eu acredito que existem coisas na economia solidária, nos empreendimentos, que eu observo por aí – que não conheço todos muito bem – que não eram para ser do jeito que são.
US1:E2:31	Na gestão do outro prefeito da cidade – quando foi fundada a economia solidária – tentaram juntar outros empreendimentos ao nosso que já existia e, na verdade, fomos excluídas desse projeto. Este foi o primeiro projeto de economia solidária e esta associação já existia antes dele.
US1:E2:32	Na cidade inteira só havia este empreendimento nosso aqui, mas estava localizado em outro prédio que já foi leiloado e passamos algum tempo sem nos reunirmos, depois foi que conseguimos essa casa que estamos agora que estamos há dois anos.
US1:E2:33	Vai fazer dois anos que estamos aqui. Nós passamos mais de seis anos sem ter onde trabalhar.
US1:E2:34	À época eles fizeram o projeto e levaram aos empreendimentos e, no meio do projeto, nossa associação não foi selecionada.
US1:E2:35	Eu fui até o órgão responsável da prefeitura pelo projeto e eu solicitei uma reunião com a pessoa responsável e quando entrei na sala e as pessoas ficaram espantadas de me ver e eu questionei o porquê de a associação não ter sido selecionada e eu solicitei à coordenadora do projeto que comparecesse à associação para justificar às trabalhadoras de lá os motivos pelos quais a associação não foi selecionada e porque ela havia retirado a associação do projeto.
US1:E2:36	A coordenadora ficou em silêncio e foi sem avisar, mas antes dela ir eu consegui me reunir com todos os sócios e expliquei toda a situação que tinha acontecido.
US1:E2:37	Três dias depois dessa minha visita ela veio à associação e ficou “enrolando” e eu solicitei que ela fosse direto ao ponto. Eu falei que todos já sabia do que se tratava porque eu já tinha falado com os sócios.
US1:E2:38	Ela então explicou, mas não convenceu pois eu sei que eles fundaram uma associação fantasma, que hoje nem existe mais, que era para receber maquinário.
US1:E2:39	Existe, pesquisadora, muita coisa errada. Muitos empreendimentos receberam máquina, cadeira, computador, tecido, muita coisa, mas esta associação aqui não teve direito a nada. Por isso que eu digo que este empreendimento da associação de mulheres nunca teve nenhum benefício pela economia solidária [dado pela prefeitura].
US1:E2:40	Nunca tivemos ajuda nem da prefeitura, nem do governo do estado nem do governo federal. Aqui trabalham dezoito pessoas, são 18 mulheres.
US1:E2:41	Eu conheço outras líderes de outros empreendimentos. Aqui só trabalham mulheres.
US1:E2:42	Em lugares que existem homens e mulheres trabalhando existe muito machismo porque eles acham que as mulheres não sabem resolver nada; acham que as mulheres não fazem nada; acham que as mulheres não podem fazer nada que só quem pode fazer tudo são os homens, não é mesmo?
US1:E2:43	Então, aqui, graças a Deus, não é assim. Eu me sinto muito bem com as mulheres que trabalham aqui comigo, entende? Não tomo nenhuma decisão sem que haja diálogo e a participação de todas elas.
US1:E2:44	Cada uma das mulheres aqui também pode contribuir dando orientações e opiniões porque a associação não é só a líder (presidente). A associação é feita por todas.
US1:E2:45	A prefeitura, o governo do estado não é assim, mas a prefeitura e o governo somos todos nós. Eu quero dizer que a prefeitura não é o prefeito, somos nós. O estado não é a governadora, somos nós, entendeu?
US1:E2:46	Graças a Deus eu não tenho problemas com nenhuma das mulheres que trabalham aqui eu tenho boas relações com todas elas.
US1:E2:47	Aqui nós não trabalhamos apenas com os sócios, nós atendemos também as pessoas que não são sócias.
US1:E2:48	Quando a gente consegue algum curso pela prefeitura, qualquer pessoa da comunidade pode participar, não só os sócios.
US1:E2:49	Aqui trabalham mulheres de diferentes idades, mas todas se dão muito bem. A pessoa mais jovem daqui tem entre 28 e 29 anos eu acho. Esta moça tem esta idade. Eu tenho a idade dela anotada em um caderno que tenho aqui.

US1:E2:50	Esta moça é bem mais jovem que as demais, mas todas tem boas relações com ela. Graças a Deus aqui todo mundo se relaciona bem com todo mundo. Todas têm voz e vez.
US1:E2:51	A pessoa mais idosa daqui sou eu e aquela outra senhora que tem 73 anos, aquela que tem uma deficiência no pé. Ela tem esta idade ou próximo a isso.
US1:E2:52	Eu percebo uma diferença no tratamento da IFSol conosco. Eu não sei nem o que significa IFSol. O que quer dizer esta sigla? Elas falam a sigla, mas ninguém sabe o que significa.
US1:E2:53	Houve uma reunião certa vez que eu perguntei o que significava a sigla e elas só falavam a sigla e não me responderam nem explicaram o que significava a sigla. Quando você usa uma sigla eu tenho que saber o que significa, não é mesmo? A sigla não te diz o que quer dizer aquilo. A sigla pode significar qualquer coisa, não é mesmo?
US1:E2:54	Então, eu penso que se existe uma sigla, você deve explicar às pessoas o que ela significa. Aí, elas me falaram que era da IFSol e então eu anotei lá no meu caderno, IFSol, e eu tenho este caderno só para fazer anotações. Eu tenho anotado, mas antes eu não sabia o que significava. Então, lá na IFSol, eu não sei se você conhece, Pessoa_1 ¹⁴⁰ ?
US1:E2:55	Esta pessoa da IFSol-Zona Norte. Ela não se dá muito bem comigo porque eu sou pessoa de dizer a verdade.
US1:E2:56	Eu não gosto das coisas escondidas, não gosto de ver coisas erradas e não questionar. Eu sou do tipo de pessoa que quando entra em um projeto para fazer coisas erradas ou encobrir algo que eu acho que está errado eu prefiro sair do projeto. Eu não faço parte desse tipo de projeto desse jeito.
US1:E2:57	Pesquisadora, eu, em nenhum lugar que estive eu faço parte de projeto para as pessoas quererem tirar vantagens ou encobrir o que está errado.
US1:E2:58	Na época que criaram os boxes lá no Mercado de Agricultura Familiar na Av. Capitão Morgouveia – onde era o CECAFES que hoje mudou o nome porque o nome muda muito e eu esqueço às vezes – começaram o projeto da IFSol e trouxeram uma pessoa para fazer o <i>design</i> e eu assisti a primeira reunião e a segunda e eu percebi que não ia dar certo, desisti e saí. Eu acreditei que não ia dar em nada, como, de fato, não deu certo. Não sei se você já foi lá.
US1:E2:59	Eu não gostei daquilo ali e elas acharam ruim, elas não gostam de mim por conta disso. A pessoa_1 ficou com raiva porque eu falei diretamente para ela quando houve a reunião.
US1:E2:60	Eu falei a ela que ela, enquanto representante da IFSol, não deveria ter consentido aquilo porque o dinheiro para aquele projeto não é do estado, é nosso dinheiro, são os nossos recursos.
US1:E2:61	O recurso veio porque elas levaram os nomes dos empreendimentos para lá. Se você não tem mandado o nome dos empreendimentos, esses recursos não vinham, não é verdade?
US1:E2:62	E porque a gente não pode ter direito a reclamar o que está errado, Pesquisadora? A gente não pode.
US1:E2:63	O projeto do design lá não foi dialogado com as trabalhadoras dos empreendimentos. Não nos perguntaram nada e ninguém podia dar opinião e fizeram algo que não era para ter sido feito lá nas lojas, entendeu? Eu não gostei disso.
US1:E2:64	Na reunião eu disse que não gostava e nem iria ficar no projeto e assim eu fiz. Eu não gostei do <i>design</i> que fizeram lá. Acredito que o dinheiro foi desviado e não ficou bom o projeto.
US1:E2:65	Uma pessoa foi contratada para fazer o design e o serviço foi malfeito do jeito que ficou lá.
US1:E2:66	Quando você chega lá no espaço você pode observar que foram colocados vários banquinhos lá nas lojas, banco de um lado e de outro e deixaram o espaço estreito

¹⁴⁰ Cada entrevista recebeu os códigos de Pessoa_1,2,3 e assim por diante para resguardar o sigilo, porém estes códigos foram atribuídos por texto individualmente e não correspondem às cinco entrevistas como um todo, neste caso, a Pessoa_1 que aparece na entrevista 2 não é a mesma nas outras entrevistas apesar de o código ser o mesmo o que acontece também com os outros códigos.

	de um beco pequeno e para colocar os produtos tem uma arara e uma prateleira. Apenas isso.
US1:E2:67	Se o cliente chegar, a gente não pode entrar para atender porque não tem como. É muito estreito e ninguém pode dar nenhuma opinião porque as pessoas da IFSol não gostam.
US1:E2:68	O espaço no MAF é bem grande, lá não era pequeno. Antes era bem melhor do que como está agora, entende? Antes eram as lojinhas e não tinha essa quantidade de banquinhos não.
US1:E2:69	Eram apenas as prateleiras e o salão ficava livre para todo mundo entrar e a gente entrar também para atender a clientela.
US1:E2:70	Então eu conversei com a Pessoa_1, mas ela não aceita e o que ela fez? Você conhece a Pessoa_2? A professora Pessoa_2 não trouxe a Feirarte.
US1:E2:71	No MAF, como tinha as pessoas da agricultura familiar, ela decidiu levar os empreendimentos da economia solidária para lá. A Feirarte é na Av. Capitão MorGouveia. Lá é a economia solidária.
US1:E2:72	Porque não tem nada a ver a economia solidária com a Feirarte, entendeu? Aí a Pessoa_1 disse que se eu saísse lá da loja no MAF, eu não tinha mais direito de expor meus produtos aqui no IFRN da Zona Norte.
US1:E2:73	Eu vou me reunir e conversar com ela que a Feirarte não tem nada a ver com a economia solidária.
US1:E2:74	A economia solidária é uma coisa e a Feirarte foi ela que criou esse nome. Não é da economia solidária.
US1:E2:75	Ela ficou tão chateada que ela nem liga para mim e se eu ligar ela não retorna as ligações e nem se importa com isso.
US1:E2:76	Ela estipulou um experiente lá para trabalhar no MAF – o normal que eu soube é que seria das 8h da manhã às 2h da tarde – e alegou que foi o mercado que fez essa exigência. Mas eu já estou sabendo [por outras pessoas] que não foi exigência do mercado, não. Foi isso o que ela fez.
US1:E2:77	Todas as pessoas da economia solidária só estão lá no mercado até as duas da tarde e ela estipulou o horário de 7h da manhã às 5h da tarde. Por que a gente iria ficar até as cinco da tarde?
US1:E2:78	O horário que a coordenadora pediu para a gente trabalhar foi das sete às cinco.
US1:E2:79	As pessoas da agricultura familiar ficam lá das seis às duas da tarde. A agricultura familiar não mudou, não, entendeu? Agora, quem criou esse horário foi a Pessoa_1. Não foi o mercado.
US1:E2:80	Eu já estou sabendo disso. Uma pessoa ligou para mim e não sabia ainda que eu tinha saído de lá da loja no MAF.
US1:E2:81	Não tinha condição, Pesquisadora, de chegar lá de sete horas da manhã.
US1:E2:82	Eu não vou arriscar a minha vida em uma parada de ônibus para chegar lá nesse horário. Para eu poder chegar lá no CECAFES eu tenho que pegar três ônibus porque aqui no bairro não temos opção direto para lá.
US1:E2:83	Então quando eu liguei para ela e comuniquei a ela que iria ficar apenas até o dia 22 de abril que foi o último dia que fui trabalhar lá. Lá no box nós temos escala.
US1:E2:84	Ela me respondeu que a minha situação era a mesma de todo mundo e eu respondi que se era a mesma situação para todo mundo e todas aceitavam eu ia buscar resolver a minha parte. Se elas não resolvem a situação delas eu resolvo a minha.
US1:E2:85	Porque aquilo que eu não quero de ruim para mim, eu também não quero para os outros. Eu não vou obrigar meus sócios a fazer um sacrifício que eu mesma não quero fazer de pegar três ônibus para ir e três para voltar. O que eu não quero para mim por que vou desejar para os outros, não é mesmo?
US1:E2:86	Aí ela disse para mim que dessa forma não daria certo. Então eu só fui até o dia 22 de abril.
US1:E2:87	E eu até disse a ela que desafiava qualquer dos empreendimentos que atuam lá a ter alguém para vender mais que eu. Nenhuma delas vendia mais do que o eu e ela me deu razão.
US1:E2:88	Eu disse a ela que os únicos clientes que tínhamos eram as pessoas que vinham por conta da agricultura familiar, para comprar verduras e frutas, e que depois daquele horário não tinha mais ninguém lá, depois das duas da tarde. Depois não entra mais ninguém. Então por que a gente vai ficar até cinco da tarde?

US1:E2:89	Nós tínhamos que ficar até as cinco da tarde sem poder sair e está no edital lá. Se nós não cumpríssemos a gente saía, éramos desligadas, entendeu? Aí eu decidi sair logo pois via que não tinha condições de cumprir. Eu não saí definitivamente, eu me afastei.
US1:E2:90	E por conta disso até hoje ela não ligou mais para mim. Uma pessoa de lá ligou para mim e conversou bastante comigo e me disse que aquele horário não foi ninguém do mercado, que foi ideia da Pessoa_1 que há muito tempo ela queria que todo mundo ficasse até cinco horas e ela dizia que não dava certo porque a maioria das trabalhadoras são pessoas idosas e
US1:E2:91	lá o ambiente é esquisito. Não tem nem linha de ônibus direto para vir para casa.
US1:E2:92	A pessoa argumentou com Pessoa_1 que não dava certo, mas ela insistia. Ela fazia isso por que razão? Para se sobressair? Ela se sobressaía e prejudicava a gente. Ela prejudicou não foi só nós. Outras pessoas também saíram de lá.
US1:E2:93	Eu ainda vou ter uma conversa com a Pessoa_2 e vou falar para ela que eu não saí da economia solidária não, eu saí da Feirarte, saí lá da loja do MAF. Eu não podia vir para o IF também.
US1:E2:94	Eu não ia para o IF, mas eu vou ligar para a Pessoa_1 e dizer que quando eu quiser ir para feira lá da economia solidária no IF eu vou, porque a economia solidária não foi fundada pela Feirarte.
US1:E2:95	Então, eu tenho o direito de ir. A Feira é nas quartas-feiras e eu não vou, mas outra menina vai e gostamos muito de ir para lá, mas ela está doente, entende? Mas quando ela melhorar a gente vai para lá e eu quero saber o que ela vai dizer.
US1:E2:96	É assim que acontece as coisas. Até mesmo os grupos de lá da Feirarte tem que obedecer a ela. As trabalhadoras têm que obedecer a ela. Se não obedecer, eu nem sei o que pode acontecer.
US1:E2:97	Comigo não vai mais ser assim porque eu resolvo meus problemas. Só porque alguém diz como fazer algo não tem que ser do jeito que ele/ela quer. A gente tem que dar nossa opinião, não é mesmo? Não devemos ser “pau-mandados” não. Sem poder dar opinião, nem resolver nada nem dizer nada.
US1:E2:98	As coisas ficam todas encobertas e não pode ser assim não.
US1:E2:99	Agora vieram com um projeto e me disseram que quem viria aqui seria a líder do EES5 para nos visitar. Em relação a esse projeto eu falei com essa líder que eu gosto das coisas certas e explicadas bem. Gosto da verdade e não de enrolação. Eu disse a ela que não adiantava vir com enrolação que eu não gostava.
US1:E2:100	Eu não concordo com isso porque eu gosto das coisas certas. Uma coisa meu pai me ensinou. E eu levo esse aprendizado até o dia que eu morrer e todos os meus irmãos são assim. Nós gostamos de lhe dar com a verdade porque a verdade não tem como esconder.
US1:E2:101	Esta líder me falou que o projeto se chamava “Mulheres construindo a economia solidária” e eu nem sabia que projeto era esse. Ela combinou de vir aqui na associação explicar o que era esse projeto. Eu penso que deveria ser feita uma reunião com os empreendimentos, com os grupos para dizer como é esse projeto e ela ligou primeiro para mim
US1:E2:102	dizendo que era do CF8 e eu não sei o que é. Ela disse que ia vir uma pessoa da CF8 aqui e até hoje não veio. E eu ainda estou esperando e vou cobrar dela isso. Aí a líder veio sozinha.
US1:E2:103	É um projeto que ninguém sabia a coordenação. Era uma associação que ninguém sabia que existia. Não sei como existe uma associação que tem apenas duas pessoas. Fica em um bairro da periferia de Natal. Não sei se você conhece.
US1:E2:104	Tem essa associação e tem outra que eu não lembro agora qual é. E eu sei que são quatro pessoas envolvidas nesse projeto que se chama <i>Mulheres Construindo Economia Solidária</i> .
US1:E2:105	Pesquisadora, eu sou uma pessoa que eu gosto de participar das coisas e gosto de ser informada sobre tudo. Porque, às vezes, as pessoas pensam que as pessoas formadas são apenas aquelas que tem nível superior. Não, existem as pessoas formadas e existem as pessoas que têm formação. É diferente uma coisa da outra. Eu posso não ser formada, mas eu tenho muitas informações.
US1:E2:106	Quando começou a Economia Solidária na Prefeitura ninguém sabia de nada em 2003. Eu que informava as pessoas como era a Economia Solidária, como tinha sido fundada, e quando porque ninguém sabia.

US1:E2:107	Nesta época só existiam três grupos. Então essa Economia Solidária que foi fundada na Prefeitura eles tinham uma tal de Bandeira Lilás que recebeu....
US1:E2:108	Uma associação do bairro de Mãe Luísa que eu não sei mais como era o nome recebeu várias máquinas de costura. Esta foi a associação que recebeu mais dinheiro nesse projeto. Hoje ninguém sabe por onde andam essas máquinas. Esta associação que falei anteriormente recebeu uma boa quantidade também e ninguém sabe por onde anda.
US1:E2:109	O EES5 recebeu também. Elas nem sabiam trabalhar com essas máquinas. Eu que ensinei durante um tempo a elas. Eu expliquei como usar o maquinário. O EES5 quando funcionava lá na Casa Renascer, fui eu quem expliquei para que eram aquelas máquinas.
US1:E2:110	Foi porque eu trabalhei na Guararapes e conhecia muitas máquinas.
US1:E2:111	A de Mãe Luísa recebeu também muitas máquinas. O EES4, que minha irmã é a presidente, também recebeu. O EES3 na Zona Norte também. Este funciona bem. Elas realizam um bom trabalho. O EES4 da mesma forma. O EES5 também, mas tem os outros que falei desse projeto Bandeira Lilás que ninguém sabe nem onde ficam.
US1:E2:112	Tudo isso foi dentro desse projeto e o pior que eu vou contar a você foi que em 2011 compraram todas essas máquinas por conta desse projeto.
US1:E2:113	Veio um dinheiro no projeto para compra de uma Van. Esta Van foi comprada e ninguém sabe onde está esta Van. Está na prefeitura? Perguntei a umas pessoas na época e elas que eram líderes desses empreendimentos não souberam informar onde estava. Eu falei a elas para elas irem atrás para saber onde estava essa Van e elas davam desculpas e eu as questionava. Eu penso que se um veículo desse é comprado com um projeto da Economia Solidária, Pesquisadora, e acabou ficando na prefeitura e depois ninguém sabe onde está tem algo errado. Eu não sei nem se ainda existe esta Van. Porém, esta Van foi comprada com dinheiro da Economia Solidária.
US1:E2:114	Infelizmente as pessoas têm medo de questionar estas coisas e eu não sei por quê.
US1:E2:115	Eu vou te contar algo. Desde 2020 que as coisas estão desorganizadas lá no CECAFES. Ia ter uma feira antes da pandemia e eu pensei que eu não poderia participar pois iam me excluir dessa feira. Eu pensei assim, mas não disse nada a ninguém. Houve algumas reuniões para organizar esta feira e eu não sei o local exato.
US1:E2:116	Este projeto da feira foi uma emenda de uma vereadora aqui da cidade. Uma verba para realizar estas feiras.
US1:E2:117	A vereadora que destinou. O prefeito fez um discurso sobre esta emenda e para onde ela iria e ficou enrolando até que a feira acabou nem sendo realizada e o dinheiro ficou na prefeitura. Ninguém sabe informar
US1:E2:118	quando a líder do EES5 veio aqui aí eu a questionei onde estava o dinheiro que a vereadora destinou para as feiras e pedi que ela me respondesse. Ela disse que não sabia me responder e que só a própria vereadora iria me responder isso. Aí eu respondi que estava tudo certo então.
US1:E2:119	Nós estamos fazendo uma oficina de design, agora através da Universidade Federal, da UFRN. A nossa primeira reunião foi lá na Casa Vermelha. Na época eu nem sabia que existia essa Casa Vermelha ali na Av. Princesa Isabel, mas a primeira reunião foi lá e esta vereadora estava lá. Nesse dia estava acontecendo um protesto. Quando o protesto acabou a vereadora veio até a sala onde nós estávamos para conversar conosco. Eu falei a ela que eu queria conversar e ela disse que eu poderia falar com ela.
US1:E2:120	As pessoas ficaram encabuladas e colocaram o celular no rosto para não ouvir ou prestar atenção na pergunta que eu iria fazer a ela porque elas já sabiam qual era a pergunta.
US1:E2:121	Quando eu falei com a vereadora eu citei alguns nomes das pessoas que sabiam sobre esta verba da feira e questionei à vereadora onde estava o dinheiro. Eu disse a ela que havia perguntado a outras pessoas e ninguém me explicava nada e eu estava solicitando dela uma explicação a respeito desse dinheiro, uma satisfação sobre isso.
US1:E2:122	Eu disse a ela que o dinheiro não pertencia nem a mim e nem era da prefeitura e que este dinheiro era nosso. Talvez ela não quisesse responder, mas eu perguntei

	para ver a resposta que ela daria. Ela tinha que me dizer o porquê. A vereadora me explicou o destino que tinham dado para este dinheiro
US1:E2:123	e eu vou até a pessoa responsável que é um homem da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) e ele tem que me informar para onde destinou este dinheiro.
US1:E2:124	Existe a Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) e a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social SETHAS. A SETHAS é do Governo do Estado e a SEMTAS pertence a prefeitura.
US1:E2:125	Então, este dinheiro foi parar na SEMTAS. Esta emenda foi da Câmara Municipal, da vereadora que eu te falei.
US1:E2:126	Nosso trabalho aqui é realizado de acordo com os princípios da economia solidária porque eu explico como é a todas as trabalhadoras.
US1:E2:127	Uma assistente social que trabalha no Centro Público do Alecrim me falou uma vez que só havia uma associação que trabalhava realmente como economia solidária deveria ser que é o EES2, a nossa associação.
US1:E2:128	Na nossa associação todo mundo trabalha junto. Quando tem evento, como feiras, por exemplo, a gente leva a mercadoria de todos os sócios que trabalham aqui.
US1:E2:129	Quando vendemos as mercadorias nós compramos mais material e os lucros são divididos entre todas nós que fizemos a produção. Quando vendemos as mercadorias a divisão é igual, todo mundo recebe. Aqui trabalhamos assim.
US1:E2:130	Uma coisa que quero te dizer é sobre este prédio. Aqui a gente não tem ajuda de ninguém. Um prédio bom desses e a gente não tem qualquer ajuda.
US1:E2:131	Certa vez uma pessoa me perguntou se a gente não recebia alguma ajuda, principalmente de algum político, e eu falei que não, aí esta pessoa citou o nome de um e eu respondi que este que esta pessoa estava se referindo mudou-se para Caicó, tinha ido embora. Aí esta pessoa me aconselhou a ir atrás desse tipo de ajuda.
US1:E2:132	Geralmente eles aparecem nas campanhas eleitorais e eu não vou atrás desse tipo de ajuda e sabe o porquê? Eu não vou ficar perdendo o meu tempo para ficar horas e horas esperando para ser atendida por este tipo de gente em seus gabinetes.
US1:E2:133	Sempre que eu vou a estes lugares eles questionam se eu fui enviada por alguém para ir lá. Quem foi que me indicou que eu fosse, entendeu?
US1:E2:134	Uma vez eu procurei um vereador no gabinete dele e me fizeram esta pergunta. O auxiliar dele me perguntou e eu me aborreci e questionei isso. Eu disse a ele que no dia que eu fosse até ele era para falar com ele e não com os auxiliares dele.
US1:E2:135	E falei para ele que também não me perguntasse qual era o assunto que eu tinha a tratar com ele nem quem é que tinha me dado permissão de eu ir lá. Eu perguntei a ele se ele só iria me atender se alguém me mandasse lá e eu falei a ele que ninguém me mandaria lá não porque eu não sou “pau-mandado”.
US1:E2:136	Ele me retrucou dizendo que isto não iria acontecer mais comigo e que quando eu precisasse falar com ele eu fosse. Eu falei a ele que eu esperava mesmo que fosse assim e que eu iria sempre que precisasse e que não me deixasse “plantada” na cadeira aguardando não.
US1:E2:137	Eu disse a ele que na campanha eles iam de porta em porta e de mão em mão [pedir voto]. Eles eram bem gentis e tudo mais e quando a campanha acabava a coisa mudava, não é assim?
US1:E2:138	A IFSol nunca deu assessoria aqui na associação.
US1:E2:139	A única coisa que eles fizeram aqui foi quando uma estudante nos visitou para saber se a gente queria fazer hidroginástica no IF. Algumas de nós até fizemos por um tempo. Pronto, somente isso e nada mais.
US1:E2:140	A IFSol nunca trouxe nada para cá. A IFSol nunca ministrou nenhum curso aqui na associação.
US1:E2:141	Nós nunca fizemos cursos nem temos parcerias com outros empreendimentos, até porque, Pesquisadora, os empreendimentos que têm agora da economia solidária não querem nem se aliar comigo.
US1:E2:142	Não querem se aliar comigo porque eu não gosto de coisas erradas. Então elas não fazem parceria comigo por nenhum motivo. Quando eu participava lá da Feirarte elas me ignoravam por completo.

US1:E2:143	Essas mulheres de lá têm mania de ficar conversando no grupo do whatsapp. O grupo que temos aqui na nossa associação é para dar informações como, por exemplo, quando alguém vai precisar faltar aí a pessoa coloca no grupo. E não ficamos conversando outros assuntos.
US1:E2:144	Nosso grupo não tem ninguém para ficar falando bobagens. Eu não gosto desse tipo de coisa. No grupo de lá as mulheres ficam discutindo. Quando uma reclamava de uma coisa, outra rebatia essa e aí começava uma briga.
US1:E2:145	Estou falando do grupo do whatsapp das mulheres lá da Feirarte. A única pessoa que não ficava escrevendo no grupo era eu. Eu nunca coloquei nada no grupo.
US1:E2:146	Se eu quisesse, por exemplo, falar com a Pessoa_1 eu ligava para falar com ela e se ela não quisesse ela não me atendia e eu mesmo falei a ela isso. Eu nunca tive nenhuma discussão no grupo.
US1:E2:147	O pessoal do IFRN e da IFSol nunca fez nenhum trabalho sobre nossa associação.
US1:E2:148	A única coisa que aconteceu foi que eu ia para as feiras que aconteciam lá no IF nas quartas-feiras e eu não fui autorizada a ir mais porque eu não estava mais trabalhando no box no MAF, na Feirarte. Fora isto não houve nada.
US1:E2:149	A IFSol não auxiliou com nenhum financiamento.
US1:E2:150	Eu não sei se participamos da rede, mas a líder do EES5 veio aqui para me falar de um projeto que é da Rede Xique Xique disse que é de Mossoró juntamente com a CF8, mas ela não explicou bem o que era nem como era. Até agora não temos nenhuma informação mais concreta.
US1:E2:151	Quando você, Pesquisadora, chegou aqui hoje você leu para mim todos os documentos e me explicou tudo antes da entrevista e eu posso até não ter entendido tudo, mas boa parte eu entendi.
US1:E2:152	Ela veio aqui e disse que é da Rede Xique-Xique e da CF8 que eu nem sei o que é. Eu queria saber o que era exatamente e onde funciona. É em Mossoró, não é isso? Pois é e ainda tem essa mulher que ficou de vir aqui até hoje e ainda não veio.
US1:E2:153	Eu vou te dizer mais uma coisa, Pesquisadora, tem todos esses projetos e vem todos esses recursos para eles e o que eles oferecem para as associações? Nada. E eu me perguntou por que a gente não recebe nada.
US1:E2:154	Você pode ver o que a gente tem aqui. O único prefeito que fazia alguma coisa pelo artesanato e ajudava as associações era o anterior. Nós temos esta mesa aqui por conta de uma doação que ele fez e tínhamos também umas cadeiras que foram roubadas. Este prefeito visitava as associações.
US1:E2:155	Ele vinha muito aqui quando estávamos localizados no centro comercial. Um fogão que tínhamos foi ele quem doou. As cadeiras que a gente tinha, foram doações dele. O armário também foi ele. Tinha outra mesa, mas a tábua não era boa e tivemos que jogar fora.
US1:E2:156	Quando o prédio da associação foi demolido e não tínhamos para onde, eu coloquei na casa de uma sócia e infelizmente o cupim estragou alguns móveis. Aqui temos apenas alguns cavaletes. Perdemos os ventiladores que vieram do outro prédio. Tem uns ali quebrados que nem servem mais e foi ele nos deu.
US1:E2:157	O geláguia que roubaram foi doação dele também. Houve um roubo recentemente e perdemos algumas coisas.
US1:E2:158	O prefeito anterior ajudava as associações, mas este outro prefeito nunca veio aqui, você acredita?
US1:E2:159	A interferência da IFSol aqui na associação para mim é negativa. Primeiro porque eu nem sabia o que significava a sigla. E quando eu perguntava ninguém me dizia de que se tratava e quando alguém daqui me perguntava eu não sabia informar. Como eu ia explicar algo que nem eu sabia?
US1:E2:160	Como eu disse a única coisa que veio para cá foi através daquela aluna e eu nem sei se foi pela IFSol.
US1:E2:161	Não informaram a gente nada sobre o projeto da hidroginástica.
US1:E2:162	Apenas veio uma aluna aqui e me pediu para preencher uns formulários juntamente com as outras sócias e só isso, nada além. Esses formulários eram para preencher apenas nome, idade, essas coisas. Fizemos hidroginástica durante menos de 6 meses por que foi o tempo que Bolsonaro cortou as verbas, aí o projeto teve que parar e até hoje não voltou.
US1:E2:163	A IFSol não fez nenhum trabalho na associação.

US1:E2:164	Eu acho que o fato de eu ser mulher não interfere no meu trabalho aqui não porque todo mundo aqui é tratado de forma igual.
US1:E2:165	Quando eu vou resolver as situações daqui eu sempre gosto de ir acompanhada de alguém. Eu digo a elas que eu não sou Fidel Castro!
US1:E2:166	A gente vai ter eleição agora, mas como a associação ficou muitos anos sem declarar imposto de renda, nós temos que pagar agora três mil reais para receita federal para poder reativar o CNPJ.
US1:E2:167	A gente tem que cadastrar no CADSOL e eu não sabia o que era o CADSOL. Eu não sabia então eu falei com a coordenadora da SETHAS para que ela me explicasse o que era o CADSOL.
US1:E2:168	Tema secretária da SETHAS que é do Estado e tem a secretária da SEMTAS que é do município. Esta última é muito difícil de falar com ela e eu não tenho o contato dela não.
US1:E2:169	A SEMTAS ficava na Av. Bernardo Vieira, mas só tem uma parte lá a outra parte fica lá no Alecrim na Av. Presidente Bandeira. Você pode ir lá que é bem fácil de encontrar a SEMTAS.
US1:E2:170	Eu acredito que a cor de pele das pessoas não interfere em nada. O que interfere são os seus princípios, não é a pele.
US1:E2:171	Em 2012, eu estava na feira, na Fiart, lá no centro de convenções. Algumas pessoas começaram a fotografar tudo e eu estava fazendo a cabeça de uma boneca. Eu estava sentada no <i>stand</i> e fazendo esta cabeça e me fotografaram.
US1:E2:172	E depois de um mês uma pessoa ligou para mim. Para ir ao centro público da Cidade, lá para a prefeitura.
US1:E2:173	Aí eu disse que poderia ir, mas eu quis saber do que se trata. O homem ao telefone disse que quando eu chegasse lá eu ia saber. Então eu achei estranho ir para um negócio que eu não sabia nem o que era, sem saber do que se tratava e aí eu falei que ia só se ele me adiantasse pelo menos um trecho da conversa. Então ele me perguntou se eu estava expondo na Fiart.
US1:E2:174	A Fiart é a feira que fica no Centro de Convenções. E eu confirmei para ele que estava e ele me falou que era sobre isso. Eu concordei e fui até lá. Quando eu cheguei lá ele me mostrou um planfeto que eles fizeram – eu ainda tenho este panfleto – e tinha também um banner na prefeitura com minha foto.
US1:E2:175	Quando eu entrei no prédio do centro público algumas pessoas vieram fazer uma entrevista comigo e me pediram autorização por conta da foto. Uma trabalhadora desceu as escadas e comentou com as outras sobre mim, mas não foi ninguém da prefeitura não. Foram as próprias mulheres que se diziam minhas amigas da economia solidária. Elas passaram por mim e disseram que eu nasci com a estrela naquele lugar, entendeu?
US1:E2:176	Elas foram desse jeito comigo, da forma como elas falaram porque era eu, entende? Eu não sei se foi por conta da minha cor.
US1:E2:177	Eu não sei por que eu não falava muito com elas. Eu não tinha por elas o respeito como elas queriam que eu tivesse, entende?
US1:E2:178	Eu gosto de ter um bom diálogo, ter uma boa comunicação com todo mundo e não discriminar ninguém. Mas então elas disseram isso comigo.
US1:E2:179	Mas na IFSol isso nunca aconteceu, pelo menos eu nunca percebi. Pela cor da minha pele eu nunca percebi diferença de tratamento não.
US1:E2:180	Eu gostaria que quando a IFSol recebesse esses projetos pela Economia Solidária, em relação ao empreendimento nosso aqui, eu queria que a IFSol, dentro desses projetos, ajudasse a associação.
US1:E2:181	Ajudar de alguma coisa porque aqui nós não temos ajuda de ninguém, só de Deus, somente.
US1:E2:182	a IFSol tem dificuldade até para vir aqui, para nos conhecer. A Pessoa_2 já veio aqui. Inclusive, eu vou até agradecer a ela.
US1:E2:183	Quando a mãe dela faleceu, eu estava lá no CECAFES, na época não tinha loja ainda, não. A gente ia expor todo sábado quando tinha a feirinha lá e eu ia expor. Antes de falecer a mãe dela passou na minha mesa e conversou muito comigo e ela me disse – e não sei se ela disse a Pessoa_2 – que ia pedir a ela que, quando Jesus a levasse, ela ia doar as coisas dela de artesanato para uma pessoa que realmente trabalhasse e fizesse bom proveito do que ela iria deixar.

US1:E2:184	Eu não sei se a mãe dela disse isso a ela não, mas a mãe disse a mim lá na feira e quando ela morreu, a Pessoa 2 ligou para mim e eu dei os pêsames a ela. E depois de um tempo ela me perguntou se eu ia para a associação e ela combinou de trazer tudo que a mãe dela deixou e doar para a associação e assim ela fez.
US1:E2:185	Ela doou tudo para cá: lã – que as meninas daqui fazem sapatinhos [de bebê] e vendemos para associação – ela doou tudo o que ela tinha, tudo o que foi da mãe dela de artesanato: bico, fita, tudo. Nós ainda estamos trabalhando [com este material].
US1:E2:186	Tem duas sócias que fazem tricô, elas fazem os sapatinhos.
US1:E2:187	As coisas que recebemos ainda estamos utilizando, duraram até hoje.
US1:E2:188	Eu queria que a IFSol, quando ela fizesse o projeto, pelo menos ajudasse em alguma coisa a nossa associação.
US1:E2:189	Eu vou lá na prefeitura e vou conversar com três pessoas de lá. Eu vou solicitar ajuda a essas pessoas. Você conhece a árvore [de Mirassol], não é?
US1:E2:190	Lá no <i>stand</i> que fica na árvore a única pessoa que trabalha com lã sou eu. Nós expomos lá na árvore também. A gente tem um espaço lá.
US1:E2:191	A prefeitura tem um projeto lá, elas mostram o que é e a gente é convidada a ir lá, mas a gente só fica lá até esse mês de julho. Até dia 30 de julho e depois disso a gente vai ter que tirar as coisas de lá e trazer de volta à associação.
US1:E2:192	Ninguém sabe ainda o que vão fazer daquele prédio. E nós queríamos um espaço fixo para expor direto. O local é bom, mas lá começa apenas em novembro e já em janeiro termina o prazo.
US1:E2:193	Outra coisa que eles poderiam ter era uma parceria com as empresas, por exemplo, com os hotéis para incentivar o turista entrar ali no espaço. Porque ali é um espaço bom, Pesquisadora.
US1:E2:194	Na época de São João foi muito desorganizado. Um dos técnicos veio aqui, uma mulher, ela me perguntou quantas pessoas tinham vindo aqui e eu disse que a primeira pessoa tinha sido ela porque ninguém nunca tinha vindo aqui.
US1:E2:195	Desde 1988 a única pessoa que visitava a gente era o ex-prefeito, apenas ele como representante da prefeitura.
US1:E2:196	E em relação ao Estado, era a ex-governadora que faleceu. Ela vinha aqui e se interessava pelo artesanato. Ela representando o estado e o ex-prefeito como o da prefeitura. Fora estas pessoas ninguém nunca esteve aqui.
US1:E2:197	Eu solicito da IFSol mais apoio ao nosso empreendimento.

Entrevista 3 – Katiana Bezerra

US1:E3:1	Eu sou uma mulher parda e tenho 72 anos.
US1:E3:2	A minha história de vida é que eu tenho 52 anos de casada com o mesmo marido.
US1:E3:3	Eu tenho cinco filhos. E eu eduquei como pude, mas quase todos são formados. São formados em diferentes áreas. Meu filho mais novo é professor de educação física. Ele ensina karatê, judô. O outro fez espanhol, o mais velho, ele trabalha como policial, é primeiro sargento da polícia. A minha filha é formada em administração de empresas. Hoje ela tem uma empresa de cuidador de idosos e ministra cursos [na área]. Minha outra filha é enfermeira, trabalha em um hospital. Eu tenho outra filha que também é enfermeira. Ainda tenho outra moça que eu criei como filha. Ela é professora. Ela é Pedagoga, ela ensina crianças. Os meus netos estão indo na mesma direção. Todos crescendo e se formando, graças a Deus!
US1:E3:4	Ser mulher para mim é liberdade, respeito e amor. Juntando as três coisas dá para sobreviver. Primeiro, não escutar muito. Isso é o mais importante.
US1:E3:5	Duas coisas que a mulher tem que ser para ser uma mulher feliz: ser surda e muda. Não estou brincando. Não escutar muito o que alguém fala, o que outro diz, porque isso prejudica bastante a gente, nas conversas.
US1:E3:6	Estou falando da fofoca. Isso prejudica muito qualquer ser humano.
US1:E3:7	Aqui na associação, não [é assim]. Na associação somos uma família. É a segunda família que eu amo.
US1:E3:8	Aqui trabalham mais as mulheres e nós somos feministas. Eu penso que feminismo é amar, se amar como mulher, respeitar as mulheres.
US1:E3:9	Porque eu sou casada, respeito meu marido de outra forma.

US1:E3:10	Mas como mulher, eu me respeitar e respeitar outras mulheres como eu.
US1:E3:11	A mulher tem que se respeitar. Quando uma mulher tem um marido e ela aceita que ele bata nela e faça coisas absurdas. Isso não existe, entendeu?
US1:E3:12	Eu tenho 72 anos. Eu vou para Marcha Mundial de Mulheres. Eu participo de todos os movimentos que são de mulheres. Eu frequento todos. Eu não perco nenhum movimento. Eu acho muito importante participar.
US1:E3:13	Certa vez, uma moça que frequentava aqui apanhou do marido que veio pegar ela aqui. Ele a puxou pelo cabelo e bateu. Eu a aconselhei a ir à delegacia
US1:E3:14	e ela disse que não podia ir porque amanhã ele colocava comida em casa.
US1:E3:15	Eu a lembrei que ela tinha duas filhas que já eram mocinhas e que ela era jovem. Eu perguntei por que ela não ia trabalhar e criar as filhas dela, entende? É isso que eu penso.
US1:E3:16	Eu nunca percebi tratamento diferente por eu ser mulher. Não como mulher,
US1:E3:17	mas com meu marido é mais complicada a situação. Eu tenho 52 anos de casada, mas eu criei meus filhos quase sozinha porque ele mal frequentava a casa. Ele foi delegado no interior do estado, em quase todas as cidades. Em cada cidade ele se envolvia com uma mulher. Isso foi me chateando,
US1:E3:18	mas hoje em dia eu não me revolto mais com isso, sabe? Hoje eu vejo que a vida é dele e eu vivo minha vida no meu lugar
US1:E3:19	e faço o que eu quero de minha vida. Eu me respeito e eu respeito os outros.
US1:E3:20	Eu acho que para ser mulher, primeiramente, a pessoa tem que se respeitar e não importa o que os outros falem de você.
US1:E3:21	Antes de trabalhar aqui na associação eu costurava em casa e ganhava dinheiro costurando. Depois, com o tempo, eu consegui montar uma confecção em casa.
US1:E3:22	Eu trabalhava muito de dia e à noite. Eu trabalhava assim para sustentar meus filhos. Fui eu quem sustentei meus filhos. Eu tinha cinco filhos, todos pequenos e eu precisava trabalhar.
US1:E3:23	Então eu fiz uma confecção em casa e esse período foi muito bom. Minha confecção prosperou e depois eu passei a ter muita gente trabalhando comigo.
US1:E3:24	Com o tempo começou a vir roupas de Caruaru, aí eu tive que fechar meu negócio porque não tinha como a gente competir com eles.
US1:E3:25	O trabalho deles era muito diferente do nosso. Não dava certo porque era muita despesa que a gente tinha aqui, então eu tive que fechar meu negócio.
US1:E3:26	Depois eu iniciei um trabalho com um Clube de Mães na minha casa e depois de um tempo eu consegui esse prédio e o clube veio para cá. Estamos aqui desde 2002.
US1:E3:27	Aqui é o EES3 e trabalhamos com mulheres. As mulheres que têm problemas, vêm aqui para espairecer.
US1:E3:28	Algumas mulheres aqui têm deficiência. Uma delas, uma moça jovem, ela chegou aqui e não sabia se quer segurar um lápis nem pincel e atualmente ela pinta e eu tenho muito orgulho dela. Eu tenho muitos outros exemplos.
US1:E3:29	Hoje em dia, tem umas mulheres que entram e outras que saem. É assim.
US1:E3:30	Nós ministramos cursos aqui para a comunidade. Nós temos o nosso grupo de produção.
US1:E3:31	Eu criei meus filhos praticamente sozinha. Meu marido quase não contribuía porque ele era muito mulherengo. Ele gastava com outras mulheres.
US1:E3:32	Ele trazia para dentro de casa apenas o básico. O básico do básico como pagar água, luz, gás e a feira.
US1:E3:33	O meu filho precisava estudar e eu tinha que pagar as passagens para ele ir à escola. Ele tinha que estudar, ter roupas. Então, eu tinha que trabalhar para pagar essas coisas.
US1:E3:34	Isso eu não tenho vergonha de dizer a ninguém, pois meus filhos estão todos formados. Todos têm boas casas. Casas lindas. Meus filhos todos têm carro.
US1:E3:35	Minha filha trabalha aqui e trabalha em São Paulo em uma multinacional. Ela está agora em São Paulo, mas ela vai chegar, graças a Deus! Ela fez administração de empresas internacionais. Ela já trabalhou fora, inclusive já viajou para outros países também. Graças a Deus! Eu me orgulho muito dos meus filhos.
US1:E3:36	Aqui na associação trabalham oito pessoas no grupo de produção,
US1:E3:37	mas atualmente a gente abre vagas para a comunidade nas quintas-feiras com pintura e nas segundas-feiras com outros cursos.

US1:E3:38	Aqui somos voluntárias. Esta trabalhadora [ali na sala] é professora de pintura, ela é voluntária também. Todo mundo aqui é voluntário.
US1:E3:39	Aqui na associação temos duas mulheres que sofrem de problemas psicológicos. Uma delas chegou aqui com depressão. Uma depressão muito forte. Então, ela ficou por aqui e começou a trabalhar, entrou em um grupo e fazia todas as atividades. Ela começou a participar das feiras com a gente e ela ficou curada da depressão. Ela ficou curada.
US1:E3:40	Ela deu até um depoimento para uma revista. Uma revista que a gente guarda aqui. Ela deu uma entrevista e tudo. Hoje em dia, ela saiu da associação e ela está novamente com depressão.
US1:E3:41	Isto porque ela tinha uma filha que se suicidou. Era linda a filha dela. Suicidou-se, mas enfim.
US1:E3:42	Temos uma moça que também tem problemas [psicológicos]. Toda quarta-feira ela vai ao psicólogo. Esta moça nem falava e hoje em dia ela até abraça as meninas quando chega e conversa, brinca.
US1:E3:43	Ela melhorou através do trabalho, através da convivência conosco. Eu brinco com ela que eu sou a mãe dela porque ela fica com aquelas brincadeiras.
US1:E3:44	Eu fiquei emocionada quando no Dia das Mães ela sempre vem aqui e me traz um presente.
US1:E3:45	Um dia desses um político veio aqui e eu fui tirar umas fotos com ele. Ele fez o sorteio de uns presentes e ela ganhou um. Então ela foi tirar umas fotos com ele e depois ela o abraçou e o beijou. Todas nós ficamos abismadas com isso porque ela nunca fazia essas coisas antes. Antes ela jamais faria este tipo de coisa porque ela tinha medo das pessoas, entende? Isso é um exemplo que eu posso te dar e isso não dá para esquecer.
US1:E3:46	Graças a Deus, eu tenho observado muitas dessas coisas acontecerem e isto me deixa muito grata.
US1:E3:47	Eu até deixava de sair porque eu não gosto muito de sair de casa. Eu gosto mais de ir às feiras e gosto muito de artesanato e das viagens.
US1:E3:48	Eu participei da primeira Marcha Mundial das Mulheres em 2002. Até hoje eu participo, você acredita? Mesmo quando eu tiver 100 anos eu vou participar da Marcha! Próximo dia 15 eu estarei lá. Todas iremos participar da Marcha. Dia 15 de agosto é a Marcha, mas parece que vamos viajar dia 12. Saem de Natal 20 ônibus para ir à Marcha. Vai ser ótima. Será em Brasília.
US1:E3:49	Antes de trabalhar na associação eu já era costureira. Antes de trabalhar aqui eu nunca trabalhei em outro empreendimento não.
US1:E3:50	Quando eu fundei a associação, em 2002, viemos direto para aqui. Eu fundei lá em casa sem muitos problemas, mas conseguimos esse prédio e transferimos para cá as coisas. Desde 2002 nós estamos aqui.
US1:E3:51	Esse prédio pertence ao estado que nos cedeu o espaço.
US1:E3:52	Aqui nós temos algumas dificuldades como, por exemplo, esse lixo que a gente tenta sempre resolver, mas não consegue. As pessoas também depredam o prédio e a gente vai consertando na medida do possível, mas a gente consegue sobreviver pois o pior já passou.
US1:E3:53	Fundamos aqui em 2002 e tem ali um quadro com o nome das fundadoras, a maioria dessas pessoas morreu, três das fundadoras já faleceram.
US1:E3:54	Nós trabalhamos com a economia solidária desde 2008. A gente conheceu a Economia Solidária através da prefeitura.
US1:E3:55	Fizemos muitos cursos bons sobre economia solidária. Os cursos eram através da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que a gente ia quase toda semana.
US1:E3:56	Fizemos estes cursos com o professor Pessoa_3, a turma dele vinha para a associação e dava aula aqui para nós. Aí aprendemos sobre a economia solidária e hoje em dia a gente trabalha com ela.
US1:E3:57	Às vezes as pessoas até esquecem como é a economia solidária. Mas trabalhamos em grupo.
US1:E3:58	Por aí existe muita artesã individual, mas nós não. Aqui na associação, eu sempre falo que eu não tenho nada é a nossa associação. Não é minha mercadoria porque eu não tenho nada. A mercadoria pertence ao grupo de produção, entendeu?

US1:E3:59	Se eu trabalho com Economia Solidária eu não trabalho sozinha. Eu trabalho em um grupo de Economia Solidária. Eu trabalho com as mulheres daqui. Na associação todo mundo que trabalha, ganha. A gente aprendeu isso muito bem. Isto nos foi ensinado e aprendemos.
US1:E3:60	Eu faço cursos também pelo Sebrae e estamos até hoje trabalhando com a economia solidária. Qualquer curso que aparecer a gente faz. A gente faz todos.
US1:E3:61	Lá da IFSol trabalhávamos com a Pessoa_1 e, hoje em dia, trabalhamos com a professora Pessoa_2, que foi Deus que mandou ela para nos ajudar!
US1:E3:62	Eu não percebo tratamento diferente em relação a ser homem e ser mulher nos lugares aonde a gente vai. Em todos os lugares que vamos sempre nos tratam da mesma forma.
US1:E3:63	Por exemplo, lá na prefeitura, no setor que a gente vai, o tratamento é o mesmo. Todos são da economia solidária.
US1:E3:64	Às vezes, percebemos um tratamento um pouco diferente pelo seguinte motivo: a prefeitura, de certa forma, não aceita a economia solidária, entendeu? Ela acabou com a economia solidária.
US1:E3:65	Nem todas as gestões da prefeitura são assim. Na época da ex-prefeita de Natal tivemos a melhor economia solidária do estado. Ela foi uma ótima prefeita para a economia solidária. Tudo era ótimo.
US1:E3:66	Ela tratava as mulheres da economia solidária como princesas. Em Natal havia seis grupos de economia solidária e éramos convidadas para ir a todos os eventos e estávamos sempre aparecendo na mídia local. Nessa época prosperamos e até mesmo exportamos. Até para a Holanda a gente exportou.
US1:E3:67	Foi em 2008, mais ou menos, que a economia solidária começou na cidade. Havia seis grupos em Natal.
US1:E3:68	Dos seis grupos que existiam um deles não existe mais e ficaram cinco grupos
US1:E3:69	que estão até hoje nos documentos da economia solidária. Eu tenho uma cópia na minha casa que levei para lá
US1:E3:70	porque eu tenho que ir ao Datanorte para resolver uma questão lá. Aqui na associação nossa documentação está toda em dia.
US1:E3:71	A gente sempre renova a gestão através de eleição, mas como ninguém quer ser presidente, eu sempre renovo o mandato.
US1:E3:72	Como é uma função que não recebe remuneração – é sem fins lucrativos – aí eu posso ser presidente novamente, entendeu? Mas que eu gosto porque o trabalho aqui é muito bom.
US1:E3:73	A gestão daqui nunca mudou. A gente só muda a vice-presidente, você acredita? A gente só troca as pessoas da função de vice-presidente porque ninguém quer ser presidente.
US1:E3:74	Ninguém quer a função porque a gente trabalha muito o ano todo. Ano que vem vai ter eleição. Elas me pedem sempre para eu me candidatar de novo e se oferecem para ficar como vice-presidente, umas como tesoureiras.
US1:E3:75	Elas se oferecem para tudo, mas ninguém quer a responsabilidade de ser presidente. A responsabilidade que elas não gostam é porque aqui tem muitas dificuldades, por exemplo tem esse lixo, tem pessoas da comunidade que querem invadir e tomar o prédio.
US1:E3:76	Tem tudo isso e eu enfrento essas pessoas e consigo resolver. Sempre foi assim, desde o começo.
US1:E3:77	Tudo sou eu quem resolve aqui, mas quando outras situações a gente forma uma comissão, entendeu? Neste caso a comissão é composta por duas ou três mulheres e a gente resolve em conjunto.
US1:E3:78	Eu vou lá na Datanorte essa semana para resolver a questão de um documento desse prédio. Eu vou solicitar mais vinte anos para ocupação da associação. Nós já conseguimos vinte anos, mas o prazo já terminou.
US1:E3:79	Vou solicitar mais vinte anos. Provavelmente, nessa época, eu já tenha morrido porque eu já tenho 70, mas o prédio fica para as outras mulheres usarem o prédio para trabalhar.
US1:E3:80	Eu vou pedir mais vinte anos e já estamos com a documentação toda pronta e, inclusive, eu tirei as fotos de todo o prédio.

US1:E3:81	Ele sempre está limpo assim e organizado. A gente consegue sempre manter. Nem o prédio está desorganizado, nem a documentação.
US1:E3:82	Quando acaba o prazo de regularizar a documentação, ela é muito cara. Os outros grupos não conseguem regularizar. É de dar pena a situação deles.
US1:E3:83	Nós regularizamos tudo aqui porque a produção daqui é boa, graças a Deus! As oito pessoas que trabalham produzem e conseguem vender bem.
US1:E3:84	A gente faz o seguinte: a gente trabalha com roupa, cortamos a roupa, outras bordam, costuramos, outras fazem crochê. Nós temos pessoas que trabalham muito.
US1:E3:85	Quando nós pegamos uma comenda de macramê, todo mundo faz. O que for preciso a gente faz.
US1:E3:86	Toda feira nós levamos nossas roupas.
US1:E3:87	Para fazer parte da associação basta ler o documento que a gente fornece, fazer a inscrição e começar a frequentar.
US1:E3:88	Quando a pessoa tiver aprendido a bordar, se ela quiser, entra para o grupo de produção. Se a pessoa não quiser, não entra.
US1:E3:89	Nós temos aqui muita gente, mas ninguém nunca quer bordar. Ninguém quer entrar para o grupo de produção porque a gente só pode pagar 20% para a pessoa que faz o bordado.
US1:E3:90	Se uma peça custa R\$ 100,00, ela ganha R\$ 20,00. Todo mundo vai ganhar, as outras pessoas porque tem o tecido, a linha, a energia, e o dinheiro tem que custear essas coisas. Tem que tirar daquele dinheiro.
US1:E3:91	A gente tira os custos e quando vende as peças, fazemos as contas, tudo aqui é anotado. É bastante interessante nosso trabalho. Perceba aqui que eu anoto tudo. Tudo o que a gente confecciona está aqui.
US1:E3:92	Quando uma pessoa faz um produto, então ela anota o que foi que ela fez e a gente coloca o valor aqui tudo o que ela fez e soma o valor total. Está vendo esse valor aqui de R\$ 1.796,00? Esta conta é dessa trabalhadora. Deste total, ela vai ganhar 20% em cima desse valor.
US1:E3:93	Cada página deste caderno tem os totais de todas as trabalhadoras. Cada uma delas tem uma página aqui para anotar seus produtos. Esta página aqui cujo total é R\$ 3.940,00 é a minha página. Eu tenho um valor maior porque eu quem custuro.
US1:E3:94	Toda peça feita aqui passa por mim. Havia outra pessoa aqui que costurava, mas ela saiu. Por conta disso, eu tenho que costurar todas as peças que são feitas aqui.
US1:E3:95	Qualquer pessoa que queira aprender a costurar aqui vai aprender de forma gratuita. A gente cobra aqui apenas uma pequena taxa de R\$ 15,00 para manutenção do prédio porque é muito caro.
US1:E3:96	As pessoas aqui são associadas então elas têm direito aos passeios que a gente faz de forma gratuita, têm direito a participar de todos os cursos, direito ao lanche. Elas têm direito a tudo aqui. Inclusive, nesta quinta-feira vai haver nossa festa de São João.
US1:E3:97	Quando chega o final do ano a gente faz a soma de tudo, do valor total das vendas e desconta as despesas, descontamos o valor de 30% que é destinado a associação, que é o fundo de caixa para comprar os materiais.
US1:E3:98	A gente destina entre 20% e 30% que fica reservado. Todo ano a gente tira este valor. O que sobra a gente divide igualmente entre as trabalhadoras.
US1:E3:99	Se tiver 5 mulheres trabalhando dividimos por cinco. Se tiver 8 dividimos entre as 8 e assim por diante. A gente divide o valor que sobrar. Por exemplo, no ano passado, a gente recebeu cada uma um valor alto. Foi mais de mil reais para cada uma.
US1:E3:100	Este valor extra que a gente ganha chamamos de 13º. De qualquer forma, dá para a gente trabalhar dessa forma. Para quem gosta de trabalhar dá certo
US1:E3:101	porque você borda uma saia que custa cerca de R\$ 100,00, você ganha R\$ 20,00 para fazer este bordado. Aqui a gente dá a linha, dá todo o material. A pessoa ganha sem gasto e elas bordam rápido, entendeu?
US1:E3:102	Aqui se trabalha com os princípios da economia de solidária porque a gente trabalha em grupo. A gente nunca trabalha de forma individual.
US1:E3:103	Quando vamos para as feiras a gente vende para todas, mas se tiver um individual ele vai vender o produto dele. Se ele não quer entrar no grupo de produção ele não pode levar o trabalho dele junto com o nosso. A gente não pode levar o trabalho dele conosco.

US1:E3:104	Eu digo isso porque tem muita que quer trabalhar de forma individual. Elas querem trabalhar sozinhas e a gente nem sabe o que elas fazem.
US1:E3:105	Porém a associação aqui é diferente. Aqui a associação é aberta à comunidade, a gente ensina tudo. A gente ensina o que é economia solidária, a gente está sempre reforçando e aí entra quem quiser.
US1:E3:106	Se a pessoa quer entrar ela vai trabalhar com a economia solidária, ela vai trabalhar em grupo e ela vai ganhar em grupo. Às vezes eu produzo algo e eu digo que isso é “meu”, isso não está certo.
US1:E3:107	Eu trabalho com esse tecido, corto ele, produzo uma saia e eu afirmar que é “minha” então eu não estou trabalhando em grupo. Na associação não tem material de ninguém, apenas do grupo de produção. Nós trabalhamos em grupo.
US1:E3:108	Mesmo que tivesse 50 pessoas ainda seria assim. Eu conheço uma associação que tem 10 artesãos e cada um vende seu produto de forma individual e isso não existe [na economia solidária]. Eu aprendi que na economia solidária nós trabalhamos em grupo.
US1:E3:109	Tudo o que a gente ganha é para dividir para todo mundo. É assim que a gente trabalha na economia solidária, eu aprendi assim.
US1:E3:110	Hoje eu gostaria muito de mais divulgação. Aqui a gente divulga na internet e isso acontece em todas as feiras,
US1:E3:111	nossos produtos são bem vendidos. Eles são muito procurados. Nossos produtos são bons de venda, nossas roupas que depois eu vou mostrar a você.
US1:E3:112	A incubadora IFSol realizou vários cursos que a associação participou. Fizemos um curso com a professora Pessoa 2, estamos sempre com ela.
US1:E3:113	Ontem estávamos lá e elas convidam a gente para tudo o que tem lá. Participamos de eventos de feiras, cursos, eventos. Participamos de tudo. Sempre a gente está lá com eles.
US1:E3:114	Eu me lembro que fizemos um curso lá de gestão. Acho que foi de gestão que a gente fez. Recebemos até um pequeno diploma, eu acho que está em casa o meu diploma. Nós fizemos lá no IF este curso.
US1:E3:115	Participamos de feiras e eventos lá. A gente estava em um evento no IFRN Zona Norte ontem e hoje. Lá está acontecendo um evento grande. As trabalhadoras daqui estão lá. Fomos ontem e hoje elas estão lá ainda e o evento vai acontecer até quinta-feira.
US1:E3:116	É difícil saber o que ensinamos às pessoas da IFSol. Porém eu acho que a gente aprendeu bastante com eles. O que ensinamos eu não lembro.
US1:E3:117	Eu acho a professora Pessoa 2 perfeita porque ela ensinou tudo para nós e as mulheres que atuam lá também. Eu lembro de muitas coisas que aprendemos. Os estudantes lá são ótimos.
US1:E3:118	Nós ajudamos a minha vizinha que é aluna de lá e realizou um trabalho com a professora e este trabalho foi bem interessante. A gente nunca prestou atenção no que ensinamos a elas, mas era bem interessante o trabalho. Era interessante a conversa que tínhamos com os estudantes e as coisas que ensinávamos a eles.
US1:E3:119	Eram alunos jovens e tinha também alunos da Universidade Potiguar (UNP) também. Eles fizeram trabalhos aqui e eram muitos, viu? Eles aprenderam algumas coisas conosco também. O que eu posso dizer que eles aprenderam conosco foi através da nossa experiência.
US1:E3:120	Sempre que os alunos vêm fazer os trabalhos, eles fazem perguntas e nós respondemos e eles saem felizes daqui. Eles ficam agradecidos e nós pensamos que aquilo que fazemos não é interessante para eles, mas aí eles começam a conversar conosco e começamos a explicar como é que se realiza o trabalho aqui então explicamos e mostramos as coisas e eles ficam felizes.
US1:E3:121	Eles saem daqui felizes e vão escrevendo tudo o que nós dizemos a eles. Eu acho muito interessante quando algum jovem vem fazer estes trabalhos aqui, pessoas bem jovens mesmo, muitos estudantes vêm aqui.
US1:E3:122	A média de idade aqui é de 60 anos, mais ou menos. A mais nova aqui tem uns 30, ela tem uns 30 e poucos anos.
US1:E3:123	Aqui temos pessoas de 30 acima. A maioria tem 60, de 60 até a minha idade, que é 73 anos. Nós temos essa idade aqui porque quem trabalha aqui já tem muita experiência.

US1:E3:124	Essa mulher que está ali na sala tem 50, aliás, tem 52. Ela trabalha com a gente, é umas das mais novas.
US1:E3:125	A participação da IFSol conosco aqui foi ótima. A IFSol conseguiu a loja que a gente não tinha, hoje em dia a gente tem.
US1:E3:126	Ela realizou bons eventos e muitas outras coisas boas. Depois desse contato dela, do contato nosso com a IFSol. Foi tudo muito bom.
US1:E3:127	Desde esse contato que eu sinto que as coisas melhoraram e a cada dia melhoram ainda mais. Muitas vezes eu estou em casa e ela liga para mim. Amanhã a gente vai.
US1:E3:128	Eu ficava feliz no dia que Pessoa_2 estava lá no CECAFES conosco. A gente não trabalha mais lá, mas tínhamos uma loja lá que foi arranjada por Pessoa_2 que ela conseguiu pelo governo do estado.
US1:E3:129	A Pessoa_2 foi a pivô de toda esta parceria. A gente tem muito a agradecer. O CECAFES agora se chama Mercado da Agricultura Familiar.
US1:E3:130	Lá trabalhávamos todos os dias. Todo dia tem gente de plantão lá trabalhando. A gente ficava de plantão. Toda manhã duas pessoas ficavam lá de plantão na loja.
US1:E3:131	Nós não temos parcerias com outros empreendimentos, mas a gente participa quando tem feira, então a gente participa junto com eles.
US1:E3:132	Cada empreendimento leva e vende seus produtos individualmente. Quando vamos para feira, todo mundo se junta para vender, mas cada empreendimento vende seu produto.
US1:E3:133	Mas não temos nenhum produto que fazemos em parcerias com outros locais não porque a gente já tem gente suficiente na associação para fazer o mesmo produto.
US1:E3:134	Se a gente pega uma encomenda grande, que nem um chaveiro que fizemos dia desses, a gente pegou três mil chaveiros e a associação deu conta de fazer.
US1:E3:135	A gente não faz parcerias com outros lugares porque aqui na associação damos conta, entendeu? Então, nesse caso, até hoje não precisamos nos juntar com ninguém mais. Mas eu acredito que no dia que precisarmos, a gente não tem nenhum problema de fazer parcerias com as outras associações.
US1:E3:136	Porém, se eu participo de uma feira em Brasília pela economia solidária e se fui eu quem fui convidada para ir, eu levo o produto de outras associações sem nenhum problema. Até porque eu já fui duas vezes para Brasília com produtos de todas as outras associações de economia solidária.
US1:E3:137	Um estudante, um rapaz, já realizou um trabalho sobre esta associação. Eu lembro que muitos vieram aqui para fazer trabalhos pela universidade. Está vendo aquela arte na parede? Ele era aluno do Professor Pessoa 3 da UFRN.
US1:E3:138	Alunos de lá já fizeram trabalhos aqui e da UNP também, os estudantes de lá já vieram aqui.
US1:E3:139	Algumas alunas do IFRN vieram aqui também para fazer trabalhos. Elas já vieram muito, já fizeram muitos trabalhos com a gente. As meninas do IF também. Tem uma aluna, a Pessoa 4 , que está fazendo um trabalho com a gente agora. Ela é uma beleza aquela menina. Ela está com a gente, uma gordinha.
US1:E3:140	Ontem mesmo eu estive em contato com ela. É ela que resolve umas coisas para nós. É ela quem administra a nossa loja. Ela é ótima essa menina.
US1:E3:141	Muitos estudantes da UNP e da UFRN fizeram trabalhos aqui. Umas estudantes da universidade, uma delas minha vizinha, que se formou, elas fizeram aqui com crochê, e tem também uma telha ali, com desenho de aranha, ali no cantinho, elas deixaram para nós. Uma telha de aranha de crochê, a coisa mais linda. Elas passaram não sei quantos dias fazendo isso.
US1:E3:142	Elas vinham para cá e faziam perguntas para nós e depois o projeto encerrou, então elas vieram tirar foto. O professor veio junto com elas para tirar fotos também, eles fizeram tudo. Eu tenho contato com ele ainda. Ele é ótimo. Na UNP era com uma professora, mas eu esqueci o nome dela. Ela vinha muito aqui.
US1:E3:143	A IFSol nunca ajudou a associação a buscar financiamento não. Eu acho que não.
US1:E3:144	Nós participamos da Rede Xique Xique. Fazemos parte da Rede Xique-xique que agora ela está com um projeto.
US1:E3:145	É um projeto de lençóis e a gente já está participando desse projeto. Sempre que tem projeto da Rede Xique-xique nós participamos.

US1:E3:146	Eu não creio que mudei minha forma de agir a partir do trabalho da IFSol com a associação. Eu penso que não. Eu sempre sou assim nem tem como mudar meu jeito de ser.
US1:E3:147	Eu acredito que ser mulher só ajuda aqui na associação. Porque mulher, é muito bom trabalhar com mulher. Um exemplo que eu posso te dar é que com mulher tudo é combinado. Aqui combinamos tudo, quando nós vamos fazer algo ou se eu vou fazer alguma coisa, eu não chego e já faço, não. A gente se reúne, eu dou uma ideia e pergunto a elas se dá certo, eu explico como é e se elas concordarem a gente faz.
US1:E3:148	A gente teve um projeto com uma vereadora da cidade que fizemos e eu me reuni antes com elas e expliquei tudo. Então eu perguntei a elas o que elas achavam e elas acharam ótimo, mas eu expliquei que tinha um tema. A vereadora queria saber o que a gente achava. Até perdemos a primeira reunião no dia. A gente procurou saber como é que a gente iria fazer e uma moça disse que o tema seria a gente que escolheria o tema, mas ela propôs que a gente escolhesse o tema LGBT.
US1:E3:149	Então eu disse que iríamos procurar, sabe? Porque a gente já trabalhava com roupas com esse tema. Aí a gente fez duas bolsas prontas e uma camisa para a outra reunião que houve, mas soubemos que a gente já estava de fora do projeto porque tínhamos perdido a primeira reunião, mas então a moça disse que não, que nós não estávamos de fora, apesar de termos perdido a primeira reunião.
US1:E3:150	Eu disse a ela que eu queria trabalhar com o tema LGBT e mostrei os produtos que tínhamos feito. Eu até fiz um cartaz, nós fizemos um cartaz com uma pessoa que trabalha aqui na associação. A gente se juntou, fizemos o cartaz e produzimos as bolsas e a camisa. Então ficamos em primeiro lugar porque todo mundo amou nossos produtos.
US1:E3:151	Aí o lançamento vai ser dia 15 agora. O evento vai acontecer em frente o complexo, em frente a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), <i>Campus</i> Natal Zona Norte. Estamos com o cartaz aqui e as roupas estão lá na minha casa porque eu levei para passar o ferro.
US1:E3:152	Está sendo muito bom. Eu amei o projeto. Eu tenho aqui algumas fotos que eu tirei ontem para levar hoje para a responsável.
US1:E3:153	Porém a gente não pode nem deixar vazar, não é mesmo? Essas coisas para as os outros empreendimentos. Eu sei que você, Pesquisadora, não vai vazar as fotos. Eu quero dizer que a gente vai mostrar lá na hora. A gente não pode nem mostrar no grupo [do whatsapp] porque se não vaza e as outras mulheres vão ver e imitar o que estamos fazendo.
US1:E3:154	Ser mulher facilita e muito o trabalho aqui.
US1:E3:155	Se houvesse homens seria diferente, porque nem tudo ia ser combinado com a gente. Homem, ele sempre boicota as coisas que a gente vai fazer. Por exemplo, ele nunca combina nada com uma mulher,
US1:E3:156	a começar pelo meu marido. Ele nunca combina nada, ele acha que tudo que eu faço é errado. Ele não dá valor às coisas que eu faço.
US1:E3:157	E quando estamos trabalhando com mulher, não é assim. Cada pessoa tem uma ideia. Essa camiseta aqui foi a ideia de várias mulheres. Olha esta camisa, está vendo? Então, são ideias de mulheres e mulheres combinam com mulheres o que elas querem fazer.
US1:E3:158	Acho que aqui na associação não existe preconceito. Eu não tenho preconceito. Eu não tenho nenhum exemplo para te dar.
US1:E3:159	Para começar, minha filha se casou com homem negro. Eu tenho um filho que é negro. Negro não de cor de pele, mas negro do cabelo. Meu neto é lindo, ele tem o cabelo bem cacheado. Minha neta também. Ela tem o cabelo mais cacheado que o seu. Outra filha minha tem um marido que é negro também. Pelo menos de minha parte e na minha família não existe preconceito. Nem da minha mãe, nem do meu sogro, nem de ninguém que eu conheço.
US1:E3:160	Aqui na associação não tem ninguém negro. Assim, de pele mais escura não, mas eu gostaria que tivesse. Aqui não tem preconceito nem com doença, nem ninguém desrespeitando ninguém, entendeu?
US1:E3:161	Aqui não existe preconceito e, mesmo assim se tivesse, eu acabaria com ele.
US1:E3:162	Se você for prestar atenção a todo mundo você se pergunta quem é que não tem defeito? Quem nasceu sem defeitos? Eu pergunto logo para quem fala o que não deve porque todos temos defeito e eu tenho muitos exemplos aqui, viu?

US1:E3:163	Na minha família, eu tenho uma sobrinha que era casada com um homem que era a coisa mais linda. Então, certo dia, ela viajou e quando chegou, ela encontro ele com um homem [na cama]. O marido dela era lindo, tinha olhos azuis. Hoje em dia, ela é casada com um negro, que é a coisa mais linda. Um negrão, negro mesmo. Ela o conheceu na Bahia e ela é feliz. Então, eu conto muito isso.
US1:E3:164	A gente não deve ter preconceito com ninguém, pois a gente não sabe. Essas coisas podem acontecer com qualquer um.
US1:E3:165	Eu cacheava o cabelo, mas depois ele cresceu e hoje em dia cacheia mais. Eu tinha os cachos do jeito do teu cabelo. Eu tenho uma irmã que tem o cabelo assim. É bem grande o cabelo dela.
US1:E3:166	Eu acredito que a associação prosperou depois da assessoria do IFRN, da IFSol, porque a gente não tinha nem onde expor nossos produtos e hoje em dia a gente tem onde expor.
US1:E3:167	Somos convidadas para participar de muitos eventos e já conseguimos muitas coisas boas por conta dessa parceria.
US1:E3:168	Essa assessoria tem sido muito boa porque as professoras e estudantes ensinam coisas que a gente não sabia. E isso o que eu tenho de dizer é o melhor que elas fazem. É só isso que eu tenho a dizer.

Entrevista 4 – Nelsa Nespolo

US1:E4:1	Eu tenho 72 e sou viúva.
US1:E4:2	Minha relação com meu marido era péssima,
US1:E4:3	mas com meus filhos é muito boa. E a minha relação com minha família sempre foi muito boa, graças a Deus. Estou falando sobre meu pai, meu irmão e minha irmã, sempre nos demos bem.
US1:E4:4	O meu marido era uma pessoa muito ruim. Era um pai ruim, um marido ruim, um dono-de-casa ruim.
US1:E4:5	Teve uma época na minha vida que eu ficava um pouco cabisbaixa, mas, com o tempo, meus filhos foram crescendo e me dando orientação.
US1:E4:6	Eu tenho três filhos, um homem e duas mulheres. E, graças a Deus, eu ergui minha cabeça.
US1:E4:7	Ele não queria que eu saísse de casa e eu obedecia a ele, mas tudo isso foi depois que meus filhos cresceram. Eles me orientavam a não obedecer a ele, a sair quando quisesse.
US1:E4:8	Ele me impedia de sair para qualquer lugar e me impedia de trabalhar.
US1:E4:9	Graças a Deus, hoje eu sou uma mulher realizada, eu sou feliz.
US1:E4:10	E eu oriento muito outras mulheres.
US1:E4:11	Eu trabalho com mulheres, eu ministro cursos para elas. Aqui, na associação, são poucos homens, temos mais mulheres.
US1:E4:12	Quando elas conversam comigo como é a vida delas, aí eu marco um dia para visitar elas em casa e eu converso com elas. Às vezes eu chego na associação mais cedo para conversar com alguma delas. Depois que eu converso com elas, algumas se modificam, outras até fazem seus maridos modificarem.
US1:E4:13	O meu marido era uma pessoa ruim porque ele era muito ignorante. Eu não apanhava porque não desafiava ele, eu nem falava, apenas obedecia. Ele me ameaçava, dizia que iria tocar fogo na casa. Maltratava meus filhos. Ele batia neles.
US1:E4:14	Ele dormia com uma faca bem amolada que ficava debaixo do travesseiro dele. Às vezes, ele colocava a faca debaixo da cama. Ele queria me fazer algum mal. Ele dormia com a faca toda noite. Ele me ameaçava.
US1:E4:15	Faz oito anos que ele morreu, mas antes de morrer, eu já havia me separado dele.
US1:E4:16	Eu me separei dele quando eu tinha 40 anos. Eu dividi a casa. Eu morava no primeiro andar e ele morava no térreo. Mesmo assim, ele ainda me ameaçava. Só que a minha casa era bem segura e não tinha como ele ir à parte da casa que eu morava. Não tinha como ele entrar.
US1:E4:17	Ele tentou ficar bom, a melhorar o tratamento comigo, depois que adoeceu. Ele tinha problema nos rins.

US1:E4:18	Depois que adoeceu ele ficou bomzinho, mandava me chamar, ligava para mim para eu ir lá.
US1:E4:19	Minha filha me pediu para eu não ir, mas eu ia mesmo assim. Eu ia para fazer as coisas de casa para ele quando minhas filhas não faziam. Na hora que as meninas não estavam, aí eu fazia as coisas para ele até o dia dele falecer.
US1:E4:20	Ele não queria ver a filha mais velha de forma alguma. Apesar de ela nunca ter discutido com ele. Ninguém falava nada em casa, não. Minhas filhas vieram a discutir com ele depois que já eram adultas.
US1:E4:21	Uma vez a minha neta estava dando banho na boneca dela e foi uma briga tão grande que ele quis arrancar os canos todos da casa e quebrar as torneiras. Ele não queria que ela gastasse água.
US1:E4:22	Minha filha o enfrentou, aí por conta disso ele ficou sem falar com ela desde este dia. Porque ela ainda morava dentro de casa.
US1:E4:23	Mas ele a detestava desde que ela era um bebê. Se eu for te contar a história toda, meu Deus do céu!!! Ela tinha apenas de quatro meses, ele deu um murro nela. Ela está viva porque Deus é bom. Eu consegui impedir o murro com minha mão. Eu estava dando de mamar, aí eu fui trocar o bebê de um peito para o outro e ele fez isso.
US1:E4:24	Eu não explico por que ele fazia essas coisas, eu não sei o que ele tinha. Ele era um homem tão mau, misericórdia!
US1:E4:25	Uma amiga minha que é assistente social, disse que não sabe como foi que eu ainda vivi 20 anos com ele. Eu me casei com ele quando tinha 16 anos. Fiquei casada com ele até os 40 anos.
US1:E4:26	Eu não podia deixar a menina um instante a sós com ele [por medo]. Se eu estivesse na cozinha e ele na sala e a menina estivesse também na sala ele batia nela sem nenhum motivo, sem ela fazer nada de mau. Graças a Deus meus filhos se criaram.
US1:E4:27	Ele batia mais na mais velha. Eu não sei por que ele tinha esse ódio na mais velha. Depois ele teve o mesmo ódio na segunda neta dele. Ele queria fazer o mesmo com a segunda neta, com a filha dela. Igual ao que ele fazia com a mãe.
US1:E4:28	Ela não deixava e nem eu deixei. Eu que ameacei ele.
US1:E4:29	Uma vez, só porque a menina abriu a porta, nem bateu, só porque ela abriu, ele deu uma chinelada que ficou a sandália marcada na perninha dela.
US1:E4:30	Ainda bem que o pai da menina nunca soube. Se ele soubesse tinha havido uma desgraça na família. O pai da menina nunca soube de nada. A gente não contava.
US1:E4:31	Certo dia minha filha saiu por um minuto e a menina ficou em casa sozinha com ele, ela ficou com tanto medo dele que ela foi para debaixo da cama no quarto da mãe. Quando o pai da menina chegou, ela ouviu a voz do pai e ficou chamando por ele e eu perguntei por que ela estava lá debaixo da cama, ela não disse, mas eu sabia e não comentei nada com o pai dela. A menina não disse ao pai, mas o avô era muito ruim.
US1:E4:32	Mas eu conversei com ele e a menina chegou na casa da minha outra filha e mostrou a perninha a meu outro genro e contou o que o avô tinha feito com ela e ele ficou furioso. E ele perguntou a menina por que ele fez isso com ela.
US1:E4:33	O meu outro genro disse que ele fez com ela não faria com a filha dele, porque ele se ele fizesse ele iria se arrepender.
US1:E4:34	Aí eu conversei com ele e disse que ele maltratou muito minha filha e a filha dela, mas com as minhas netas ele não iria mais fazer nada porque se ele maltratasse ela novamente ele iria terminar na penitenciária junto com o Paulo Queixada, porque ele era igual a ele.
US1:E4:35	Eu só não denunciei ele porque na época todo mundo foi contra o meu casamento.
US1:E4:36	Ninguém, mesmo da família dele, ninguém queria que eu ficasse com ele. Quem me conhecia não queria o casamento porque ele era muito ruim para os pais dele. E eu não sei o que deu na minha cabeça que eu enfrentei todo mundo e eu quis ficar com ele. Depois de tudo eu fiquei com vergonha do que as pessoas iriam dizer. Elas iam dizer que eu fui avisada e iam me perguntar por que eu não separei antes e iam dizer que não foi por falta de aviso. Então eu fiquei calada.

US1:E4:37	As pessoas não sabiam e achavam que ele era bom para mim e que eu sempre gostei de como ele me tratava. No início eu gostei muito dele. Eu gostava de arrumar o cabelo. Aí as pessoas ficavam elogiavam ele porque não sabiam.
US1:E4:38	Uma vez minha mãe estava internada, aí uma colega dela disse que eu era muito bonita, dentre outras coisas. Ela dizia que não tinha quem imaginasse que eu já era mãe e tinha uma filha tão crescida, já mocinha. Minha mãe afirmou que era porque eu tinha um bom marido e eu ficava pensando o quanto ele era “bom” por conta do que ele fazia comigo. Minha mãe nunca soube.
US1:E4:39	Meu pai que veio a saber há uns cinco anos, antes dele falecer, meu pai soube e ele chorou tanto. Dois dias antes dele falecer eu saí do hospital, e ele começou a chorar. Meu irmão ficou com ele e perguntou por que ele estava chorando e ele disse que eu era a única filha que nunca tinha apanhado.
US1:E4:40	Meu marido não batia em mim, mas ele empurrava, sabe? Empurrava e eu me segurava nas paredes, senão eu cairia no chão.
US1:E4:41	O meu pai lamentou quando soube que meu marido me batia e disse que se soubesse antes não tinha quem contasse quantas peixeiradas ele teria levado e meu irmão também disse que ninguém ia saber quantas balas ele teria levado.
US1:E4:42	Eu fiquei esse tempo todo calada e conversei com meu pai que meu marido já havia morrido e que eu estava feliz, graças a Deus! E que nossa família não era de ter ninguém que iria para a penitenciária e que estava todo mundo bem.
US1:E4:43	Minha família não fazia ideia e vieram a saber depois. Só uma irmã minha que sabia da situação, mas era segredo nosso.
US1:E4:44	Na minha família são dez filhos, eu tenho nove irmãos.
US1:E4:45	Hoje em dia, não. As mulheres já têm outra atitude.
US1:E4:46	Eu estava ministrando curso em outro bairro e eu encontrei com uma mulher na parada do ônibus. Foi domingo passado que é dia de marcar o bingo. Aí, ela foi conversando comigo e disse que não ia fazer um curso e que não saía de casa porque o marido não deixava. Esta mulher tem 49 anos. Ele não a deixava sair para lugar nenhum. Ela só saía para pagar as contas ou quando havia uma necessidade.
US1:E4:47	Mas ela tem vontade de estudar porque ela só estudou até a quarta série, mas ele não a deixava estudar, não a deixava ir para lugar nenhum. Aí eu pensei “Meu Deus, nessa época ainda existem pessoas assim!”
US1:E4:48	E outra, Pesquisadora, eu aprendi muito em Clube de Mães. Aprendi demais. O Clube de Mães para mim foi uma escola.
US1:E4:49	Eu entrei no Clube de Mães faz muitos anos. Já era casada. Eu entrei quando eu tinha 24 anos. Eu morava em outro bairro. Aí, eu era do Clube de Mães lá do bairro que funcionava em uma igreja de lá. Lá nas reuniões as pessoas nos aconselhavam. Tinha psicóloga, psiquiatra, assistente social, elas davam palestras para nós.
US1:E4:50	Então, através daquelas palestras, a gente aprendia. A gente começava a pensar na nossa vida e isso me ajudou bastante. Eu tinha 24 anos quando eu comecei a frequentar o clube lá neste bairro.
US1:E4:51	Depois, quando eu vim para cá, eu ainda continuei indo lá. Eu ia para lá então uma colega me chamou para ir nesse clube daqui. Isso já faz tantos anos que eu nem me lembro mais. Só quando eu olho no documento eu sei quando foi a data, mas eu estou aqui há tempos.
US1:E4:52	Eu não entrei no clube como presidente de imediato, mas eu entrei no clube quando Garibaldi era prefeito de Natal. Faz muito tempo só que eu era apenas uma sócia. Uma conhecida me convidou para vir para cá que ficava mais perto para mim. Tem outro clube lá embaixo também. Então eu acabei ficando neste daqui.
US1:E4:53	Com o tempo, a presidente se candidatou ao conselho do bairro. Então ela pediu para eu me candidatar para cá. Eu era de outro clube que funcionava no Sesc do Alecrim. Muito bom também lá. Nesta época eu assumi a presidência. Antes eu era vice-presidenta e assumi a presidência por seis meses porque a presidenta viajou e eu fiquei no lugar dela. Para eu me dividir entre os dois clubes ficava ruim, mas eu assumi dois lugares ao mesmo tempo.
US1:E4:54	Lá a gente tinha muita ajuda do Sesc, mas aqui a gente não tinha nenhuma. Quando eu assumi aqui não tínhamos quase nada. Eu não lembro quando foi que me tornei presidenta daqui, só quando eu olho no documento eu sei, mas eu esqueci. Depois eu digo para você por que eu tenho o documento em casa. Então eu fui fazendo rifa,

	bingo, piquenique. Eu fiz de tudo para arrecadar dinheiro para a gente erguer o espaço aqui.
US1:E4:55	Antes de trabalhar aqui na associação eu trabalhei na Guararapes como costureira. Eu quis trabalhar lá até enquanto eu comprasse uma máquina. Uma máquina boa porque a minha máquina era daquelas com o pedal duro. Na fábrica eu fiquei um ano, quase dois anos. Foi o tempo que eu comprei a minha casa aqui.
US1:E4:56	Minha irmã era quem tomava conta das minhas meninas, dos meus filhos. Aí não tinha como, então eu vim morar aqui e transferi minha filha que estudava na escola da Guararapes para estudar aqui no bairro.
US1:E4:57	Aí eu saí do bairro e dos clubes que eu frequentava e fiquei só aqui. E foi quando eu assumi a presidência porque eu vi que o trabalho era dobrado porque eu costurava em casa também.
US1:E4:58	O meu marido trabalhava, mas era “mão fechada”. Ele contribuía muito pouco no sustento da família. Tinha dias que ele acordava de muito mau-humor e que não comprava nada de comida para casa.
US1:E4:59	Meu marido era pedreiro, ele era mestre de obra de primeira [qualidade]! Ele trabalhou muitos anos em uma empresa. E trabalhava muito,
US1:E4:60	mas era eu quem comprava comida para dentro de casa. Eu comprava calçados, roupas, material escolar, tudo quem dava era eu para meus filhos. Comprava remédios. Tudo do meu trabalho.
US1:E4:61	Quando eu não trabalhava passava necessidade e ele se separou de mim muitas vezes.
US1:E4:62	Mas era eu que era cínica, eu voltava para ele porque eu queria, eu era louca por ele. Quando ele se separava ele nem dizia a mim, dizia as pessoas que tinha se separado. Eu sabia por que as pessoas me contavam.
US1:E4:63	Eu estava grávida, já na semana de parir a segunda filha, ele foi embora para o Rio de Janeiro, e comentou na cidade de Georgino Avelino, que estava se separando porque eu gastava muito dinheiro.
US1:E4:64	A minha filha me dizia que se não me conhecesse poderia até acreditar nessa história. Ela diz isso porque eu sou muito econômica, mas eu não sou de passar fome.
US1:E4:65	Ele me acusava de gastar dinheiro. Eu não sei em quê porque eu não pegava nem no dinheiro dele. Eu não gastava nem o meu próprio dinheiro. Tudo o que eu ganhava era para dentro de casa.
US1:E4:66	E quando eu comprava uma coisa para dentro de casa, era uma briga com ele. Eu comprava com o meu dinheiro, mas era uma briga.
US1:E4:67	Eu trabalho com a Economia Solidária desde 2003 quando ela foi fundada.
US1:E4:68	Eu fiz alguns cursos sobre economia solidária e tivemos acompanhamento pela universidade, pela UFRN. Fizemos um curso com o professor Pessoa 2 .
US1:E4:69	E eu fiz um outro curso antes também porque eu fiz parte da Federação dos Clubes de Mães. Até hoje eu faço parte da Federação dos Artesãos e da Federação das Mulheres no Rio Grande do Norte.
US1:E4:70	Eu não percebo dificuldade de trabalhar por ser mulher. A dificuldade que eu vejo é de que a gente vai atrás das coisas e a gente não consegue. Mas as outras presidentas também dizem a mesma coisa.
US1:E4:71	Até que nós conseguimos as máquinas, graças a Deus, mas não temos a instalação de energia adequada. Conseguimos as máquinas pelo Ministério do Trabalho, que foi verba do governo federal através de um projeto.
US1:E4:72	Então alguns empreendimentos ganharam esses equipamentos. Uma associação de um bairro periférico ganhou, esta associação aqui e o EES3 na Zona Norte também ganharam. Além do EES5 que recebeu também e um outro empreendimento também ganhou.
US1:E4:73	O nome do nosso empreendimento daqui foi dado em homenagem a uma professora da UFRN. Ela quem trouxe a pintura de porcelana de Portugal para cá. Ela tinha um irmão que é médico. Minha filha sábado passado encontrou com o sobrinho dela que ficou ansioso para conhecer a nossa associação. Quando ele comprou uma peça que vinha na etiqueta o nome da associação, ele ficou abismado e disse que este era o nome da tia dele. Depois de um tempo ele começou a conversar com minha filha e ele falou do doutor irmão da tia dele. Então ele disse o

	nome da mãe dele e me perguntou se eu só tinha conhecido a tia dele. Minha filha respondeu que eu só conhecia o doutor, irmão dela. Ele já faleceu, este doutor.
US1:E4:74	Eu não percebo diferença de tratamento do IFRN ou da IFSol em relação a mulheres. Em nenhum dos IFs tanto o <i>Campus</i> Natal Central quando outros <i>campi</i> . Nós fazemos atividades lá e vamos montar nossa feira que tinha no passado que acabou. Agora, graças a Deus, vamos continuar. Vai ser nas quartas-feiras.
US1:E4:75	A questão de ser mulher nas atividades que participamos, tanto lá no CECAFES ou nos IFs, todos nos tratam muito bem, graças a Deus!
US1:E4:76	E a gente, assim, através do IF, lá no CECAFES, nos tem ajudado muito.
US1:E4:77	Trabalham 16 mulheres na associação. Só tem mulheres trabalhando aqui.
US1:E4:78	Aqui nós fazemos costura, bordado, estamparia. Nós realizamos vários tipos de serviço. No geral, trabalhamos com artesanato.
US1:E4:79	Eu penso que a economia solidária tem várias formas de trabalhar. A forma da gente trabalhar aqui é junto com as outras, solidariamente. Trabalhamos junto com todas as companheiras. Deve ser assim tanto aqui quanto nas outras associações. Trabalhamos aqui como é para ser.
US1:E4:80	Esta associação tem ajudado muitas pessoas, graças a Deus!
US1:E4:81	Tem aqui uma sócia cuja história é bem interessante. A mãe dela foi sócia daqui também no tempo da professora que te falei. E hoje a filha quem é sócia. Essa mulher se separou do marido com quem ela tinha quatro filhos. Ela nunca foi atrás de seus direitos na época e ela também não recebia nem o Bolsa Família. A mãe dela nunca foi atrás do leite dado pelo governo, de nada.
US1:E4:82	Ela se encontrou comigo e falou da situação que ela estava. Eu a convidei para vir aqui que eu tinha um trabalho para ela. Ela não sabia nem costurar. Eu cortava e ela costurava. Hoje é uma excelente costureira.
US1:E4:83	Aqui eu ministro curso de bolsas, de pintura, de costura. Eu dou curso de tudo.
US1:E4:84	E hoje em dia, ela é uma profissional. Ela construiu a casa dela e construiu casa para os filhos dela. Ela fez tudo isso trabalhando aqui.
US1:E4:85	E tem outras também que depois se mudaram, mas também construíram casa e compraram terreno através do trabalho realizado aqui. Nós temos muitos exemplos aqui de mulheres que melhoraram de vida por causa desse trabalho.
US1:E4:86	Tem um agora que está aposentada. Ela saiu do trabalho, aposentou-se, mas ela vivia em casa só chorando. Então eu a chamei para fazer um curso e ela veio. Depois disso, eu a convidei para ser sócia daí ela aceitou. Quando ela dá seu depoimento, chega a gente se emociona. Ela fala chorando quem era ela antes e quem é hoje em dia. Ela estava com início de depressão. Tem outros casos aqui.
US1:E4:87	Teve um caso aqui que a gente agradece muito a universidade. Foi o professor Pessoa_2 que mandou. Essa moça quis pular da ponte por duas vezes. Chegava aqui chorando. Quando então, um dia eu conversei com um rapaz daqui. Ele a convidou para vir aqui e conversamos com ela. Hoje ela é uma outra pessoa, já está mais velha.
US1:E4:88	Aqui trabalham pessoas a partir dos 40 anos. A mais nova acredito que tenha 40. Dias desses eu tive uma que eu encontrei com ela no posto de saúde. Então eu fiquei curiosa e esperei ela sair. Quando ela foi atendida ela ficou aí eu perguntei umas coisas a ela.
US1:E4:89	O professor Pessoa_2 achou graça quando eu contei a ele e quando eu conto do meu marido ele ficava com ódio dele.
US1:E4:90	Então, em relação a esta mulher, ela estava doente e eu conversei com ela e eu disse que esta doença que ela tinha era porque ela ficava sem ter o que fazer, que ela estava com a mente desocupada. Convidei ela para frequentar a associação e ela foi. Eu a ensinei a fazer flores e acessórios de praia. Depois que ela aprendeu, ela ficou curada.
US1:E4:91	Ela foi para o interior do estado e comentou lá na cidade dela que tinha ficado boa por conta da associação. Ela tinha um problema psicológico, mas ela não disse como foi que ela ficou boa. Ela não sabia dizer, não explicou.
US1:E4:92	Certo dia um vereador de Tibau veio com uma caminhonete cheia de mulheres aqui para eu curar, porque esta mulher disse que se curou aqui, mas ela não disse o tipo da cura porque a cura foi ela aprender a fazer as coisas. A cura foi o trabalho. Então

	eu disse a ela que depressão se cura com arte. Graças a Deus, hoje ela é uma outra pessoa. Até hoje ela está viva, graças a Deus!
US1:E4:93	Aqui tem muitos casos de pessoas que vêm através da própria Prefeitura, do Centro Público. Eles querem mandar pessoas para cá, mas eu não aceito.
US1:E4:94	Certa vez, uma moça que saiu da penitenciária veio para cá e ela me roubava, ela era traficante. Eu fiquei com medo até porque ela me disse que precisava de muito dinheiro e eu respondi que aqui a gente não tinha dinheiro não. Aí ela questionou sobre uma reforma eu tinha feito aqui na parte da frente do prédio que estava caída. À época eu comprei material e mandei fazer a reforma. Esta moça achava que eu tinha dinheiro.
US1:E4:95	Então eu falei para minha neta e ela disse que eu não tinha condição nem psicológicas, nem financeira de ficar com esta moça aqui. Aqui também tinha uma cliente que era psicóloga e ela disse que eu não tinha condição de ficar com essa moça também. Depois disso eu falei que eu não queria mais.
US1:E4:96	Aqui na associação a gente oferta cursos e eles já mandaram moradoras de rua para cá, neste caso, a gente aceita apenas para participar dos cursos, mas para ficar permanente não.
US1:E4:97	Aqui temos 16 trabalhadoras, mas em relação aos cursos não é só quem é sócia que faz. A comunidade inteira pode fazer. Quem quiser pode fazer.
US1:E4:98	Inclusive, eu tenho muitas pessoas que hoje em dia trabalham na Guararapes que aprenderam a costurar aqui. Foram trabalhar, mas aprenderam aqui. Muita gente mesmo. Tem muitos ateliês que me pedem indicações de costureira, bordadeira. O pessoal vem aqui às vezes procurar.
US1:E4:99	A IFSol realizou não um curso porque foi entre elas mesmas. Eu não sei se chama curso porque foram três dias. Teve isso.
US1:E4:100	Esse curso eu não fiz, quem fez foi minha filha. O curso era que ela fez, ela até ficou de me dar uma apostila. Era um curso para aprender como vender. É um curso de empreendimento. É para aprender como vender, como abordar o cliente. Um curso de empreendedorismo que foi até lá no CECAFES mesmo.
US1:E4:101	Eu só tive contato com os alunos que estudam na universidade. Eu tinha contato com um aluno de lá porque minha neta estudava lá. Aí eu tinha contato, assim, só com os meninos que estudavam lá. Alunos da UFRN. São os alunos do professor Pessoa_2 e da Pessoa_3 , os meninos que vão são os que já acompanhavam a gente.
US1:E4:102	Nós ensinamos também para os estudantes. Nós aprendíamos, mas também ensinávamos a eles. Eles não sabiam bem como lidar com as pessoas no início. Com as pessoas que trabalham nas associações e eles perguntavam a gente como fazer e a gente explicava como eles deveriam chegar na associação, como eles deveriam abordar uma conversa.
US1:E4:103	Eu acredito que houve benefício positivo da assessoria da IFSol, principalmente em relação ao mercado. Agora nós temos o mercado para vender a nossa mercadoria. Além de vender a gente consegue ainda pegar algumas encomendas. Após o trabalho da IFSol melhorou 100%.
US1:E4:104	Houve um estudante do IFRN Natal Central que fez um trabalho sobre o empreendimento aqui. Hoje em dia este estudante é advogado.
US1:E4:105	Eu me lembro que teve um trabalho da universidade, da Federal, da UFRN. Eu só me lembro da Pessoa_3 . Esqueci o nome dos meninos, mas eu tenho ainda em casa. Esta Pessoa_3 ficou sendo cliente nosso. De vez em quando ele pedia algum produto. Teve outro, Pessoa_4 que foi uma benção!! Eu sou muito agradecida a Pessoa_4 . Eram alunos da UFRN.
US1:E4:106	Hoje Pessoa_4 é professor de lá. Eu terminei o meu ensino médio e devo agradecer a Deus e a ele por isso. Ele que me ensinava e me orientava. Eu já estava há muitos anos sem estudar.
US1:E4:107	A IFSol nunca nos ajudou a buscar financiamento e nem orientou para buscarmos em nenhum lugar.
US1:E4:108	Agora, quando a gente começou, a gente teve ajuda da universidade para a gente conseguir junto ao Ministério, ao Banco do Brasil, um financiamento. Foi através da UFRN.
US1:E4:109	Tanto que até hoje eu e minha filha trabalhamos com esse dinheiro do empréstimo.

US1:E4:110	Dia desses a coordenadora lá da secretaria, da SENTHAS, falou conosco porque eu pedi o dinheiro emprestado e guardei uma parte e com a outra parte eu comprei o material que precisava e ficamos pagando ao banco o empréstimo. Eu pagava ao banco e já guardava uma parte de dinheiro no próprio banco, depositava uma parte. Sempre eu pagava e depositava e eu terminei de pagar, mas até hoje eu tenho dinheiro guardado que ainda utilizamos.
US1:E4:111	Porque tem gente que pediu e gastou o dinheiro. Eu não.
US1:E4:112	Assim que recebi eu fui logo para João Pessoa, comprei quatro rolos de tecido porque lá o preço é melhor e fiquei trabalhando.
US1:E4:113	Aí quando eu pagava aquele tanto, ainda tinha dinheiro. Depois eu decidi reformar a minha casa. Tudo com esse dinheiro.
US1:E4:114	Nossa associação aqui participa da Rede Xique Xique. Não participamos de nenhuma outra rede. A Rede Xique Xique nos ajuda, principalmente, com palestras.
US1:E4:115	A gente colocava nossos produtos lá para vender. Agora a gente não coloca mais. Tem uma loja bem grande lá e a gente colocava nossos produtos para vender. Eles ajudam também dando orientação e com palestras.
US1:E4:116	Eu acredito que depois que a IFSol nos deu assessoria houve uma melhoria nas atitudes das pessoas. As trabalhadoras passaram a entender mais as outras e a IFSol ajudou a nos orientar também.
US1:E4:117	Muitas vezes aquela mulher que está ali, sem tomar conta de sua própria vida; que não tem uma ideia – como é que eu vou dizer – que não tem atitude; a gente orienta.
US1:E4:118	A IFSol nos dá orientação de como ser mulher, de ter o seu domínio próprio e não viver assim – como é que se diz – viver de baixo de pé, dos pés dos homens. Elas ensinam a gente ter a cabeça erguida, ter mais voz ativa. Houve uma melhoria nesse sentido.
US1:E4:119	Eu não acredito que mude nada o fato de eu ser uma mulher na presidência. Não interfere em nada.
US1:E4:120	Até porque os homens não assumem mesmo nada desse tipo. Aqui no bairro tem um presidente do conselho, mas ele não faz nada não. Por isso eu digo que não interfere em nada.
US1:E4:121	Se fosse um homem presidente aqui seria diferente no sentido de que ele não sabia de nada. Ele não ia entender nada.
US1:E4:122	Ser mulher ajuda nesse sentido porque um homem e uma mulher não vão conversar certas coisas. Uma mulher não conversa com o homem, mas já com a mulher ela conversa. Ela já se abre mais.
US1:E4:123	Ontem mesmo uma ligou para mim chorando. Ela me contou que ela disse algo e o marido a desmentiu na frente de todo mundo e chamou ela de mentirosa. Então ela veio me contar isso chorando. Aí eu disse para ela não ligar porque era por conta da idade dele. Então ela me disse que não era da idade dele não, que era da safadeza.
US1:E4:124	Então é isso. Tudo ela conversa comigo porque se fosse um homem ela nem ia conversar.
US1:E4:125	Eu me considero uma mulher preta, mas no meu registro tem que eu sou parda. Eu tenho raiva dessa palavra.
US1:E4:126	Aqui na associação eu nunca percebi nenhum caso de preconceito de qualquer tipo, mas se houvesse eu ia conversar com a pessoa e explicar que cada um escolhe a vida que quer e se tem a pessoa tem cor escura foi Deus que quis assim. Aqui nós temos várias pessoas negras, eu nunca soube de nada relacionado a isso, graças a Deus não!
US1:E4:127	A IFSol ajuda a nos orientar e trouxe para nós o mercado que foi reformado para a gente trabalhar lá. Sempre fazem reunião e, nas reuniões, as pessoas nos orientam. Eu considero muito bom o trabalho da IFSol. Eu gosto muito.
US1:E4:128	E através desse trabalho e através do que eu passei, hoje em dia, eu sei orientar as mulheres que precisam.
US1:E4:129	Eu não sei se você conhece Pessoa 7 que trabalha com mulheres também, mulheres em situação de vulnerabilidade. Ela também coordena a Arara Azul a gente tem um trabalho muito bom em parceria com ela.
US1:E4:130	A Arara Azul é um projeto social. Eles trabalham arrecadando roupas usadas e doam para cá para a associação trabalhar.

US1:E4:131	Fazemos <i>ecobags</i> de R\$ 10,00, de R\$ 15,00. Todo material deles a gente faz e eles nos pagam, então eles vendem.
US1:E4:132	Eles recebem doação de roupas usadas, sabe? E a gente transforma aquela roupa e você nem percebe que aquela sacola foi de uma roupa usada.
US1:E4:133	A roupa que não tem como fazer algum produto, elas levam para instituição que acolhe mulheres como a Casa Abrigo e
US1:E4:134	levam também para pessoal do balcão para fazer doações das que não servem para gente fazer alguma coisa.
US1:E4:135	Sábado teremos uma oficina de fuxico lá porque a gente aproveita tudo para fazer algum produto. Mesmo roupas que não servem muito dá para fazer fuxico e fazer blusas. Dá para fazer muitas coisas. É um trabalho muito bonito o trabalho delas. Se você quiser conhecer lá.

Entrevista 5 – Aline Mendonça

US1:E5:1	Eu tenho 62 anos e sou casada.
US1:E5:2	Ser mulher, para mim, primeiro lugar, ela tem que ter determinação e responsabilidades. A gente sabe que, nós mulheres, tudo para nós é difícil, não é mesmo? Parece que desde que Deus criou o mundo e a mulher que todas as responsabilidades do cuidado vêm para nós.
US1:E5:3	Muitas vezes, quando a gente está em roda de conversa, e a gente se pergunta por que toda essa questão do cuidado vem para cima da mulher. Então, a gente trabalha, a gente tem jornada tripla de trabalho. A gente se desdobra na maioria das vezes, ou todas as vezes, mas o peso todo está na mulher.
US1:E5:4	Eu trabalho e meu marido trabalha. Eu trabalho muito mais que ele, mas quando chega em casa, ele vai se sentar no sofá, ver televisão e eu que tenho que ir para a cozinha para fazer o jantar, para arrumar a cozinha antes de dormir. Na minha casa, eu acordo primeiro e durmo por último porque eu só durmo depois que eu arrumo a cozinha e tudo mais. Já está todo mundo dormindo, mas eu estou lá e tenho que acordar no dia seguinte às 5h30 da manhã.
US1:E5:5	Então, eu acho que uma mulher tem que ter determinação, principalmente, no seu relacionamento porque a gente sabe que o machismo, ele domina.
US1:E5:6	Por mais que você venha lutando, a gente vem numa luta grande, os movimentos de mulheres, mas é muito difícil. Porque é uma coisa cultural, não é mesmo? E, para que a gente tenha essa vitória, eu acho que muitas gerações ainda vão ter que lutar bastante.
US1:E5:7	E assim, no meu caso, eu me casei com um homem machista. Eu já estou há 42 anos casada com a mesma pessoa. Ele não mudou, isso eu falo em qualquer lugar que eu esteja, ele não mudou. Ele hoje continua a mesma pessoa, mas eu mudei.
US1:E5:8	A gente sempre conversou, a gente sempre dialogou, porque eu gosto muito dessa coisa do diálogo. E eu sempre conversava com ele que ninguém é feliz fazendo o que os outros querem, certo? Quando eu nasci, Deus me deu uma vida para eu viver, certo? Nós somos casados, nós temos um acordo, a gente tem aquele diálogo, a gente quer fazer uma coisa, a gente vai conversar para ver se dá certo, aí tudo bem!
US1:E5:9	Mas eu não aceito nunca que ele diga que eu não vou fazer algo porque eu não quero. Eu nunca aceitei isso. Eu já estou com 62 anos e não vou aceitar.
US1:E5:10	Na maioria das vezes, eu falava para ele, eu tenho certeza de que eu tenho algo a mais para contribuir com a sociedade. Porque essa vida só de dona-de-casa não me faz bem.
US1:E5:11	Para ele, da forma que ele pensa, mulher tem que estar ali para arrumar casa, tem que ser mulher de forno e fogão. Na cabeça dele, mulher não precisa, se o marido trabalha, ela não precisa estar na rua, ela não precisa trabalhar.
US1:E5:12	Ele queria que fosse como ele viveu com os pais dele. Naquela época, aquela geração era isso: a mulher era só para cuidar dos filhos da casa e tudo mais. Eu já sou de uma geração que a mulher já pode ter a sua autonomia.
US1:E5:13	Eu e ele temos exatamente a mesma idade. A mesma idade, mas o pensamento é diferente. Ele costuma dizer que eu sou muito moderninha. Aí eu falo para ele que

	não é questão de modernidade, mas sim que ele precisa acompanhar a evolução dos tempos.
US1:E5:14	São gerações diferentes, se ele não acompanhar, ele vai ficar para trás. Ele não tem celular porque ele diz que isso é coisa de gente besta. Ele fala que hoje em dia está todo mundo abobalhado. Está todo mundo abobalhado porque ficam todos no celular e as pessoas parecem que estão fora da realidade. Ele vê dessa forma.
US1:E5:15	De certa forma ele tem razão, mas hoje é necessário, a gente precisa do celular. A minha vida está no meu celular porque eu uso tudo por celular. Então, acho que muitas pessoas são assim.
US1:E5:16	Eu sempre conversei com ele nesse sentido, de que eu não nasci só para ser dona-de-casa, nem para obedecer a ninguém. Eu nasci para ter uma vida e cuidar da minha vida eu mesma.
US1:E5:17	Comecei a pensar assim quando eu comecei a me envolver com associação. Depois passei a ser presidenta de uma associação.
US1:E5:18	Então comecei a me envolver nos Movimentos Sociais. Foi quando eu acordei mais para a realidade. Quando você está em Movimentos Sociais, você sente a necessidade de querer mais. Mais no sentido de aprender mais.
US1:E5:19	Porque quando eu entrei nos movimentos sociais, eu ouvia as pessoas falando lá e havia palavras que eu pensava “meu Deus, mas o que é isso?” Uma dessas palavras foi a palavra <i>fomento</i> e outras mais que eu não encontrava nem no Google para pesquisar.
US1:E5:20	Eu nunca gostei muito de dicionário, porque a letra é tão pequena que eu ficava agoniada em ler. E aí eu pensava “Meu Deus, eu preciso aprender mais!”
US1:E5:21	Quando eu me casei já tinha terminado o ensino médio e eu pensava que eu não precisava fazer uma graduação porque não precisaria aprender mais.
US1:E5:22	Então foi quando surgiu a oportunidade de fazer a minha graduação pela UFRN, que foi a primeira turma de Gestão de Cooperativas da UFRN. O nome do curso é gestão de cooperativas
US1:E5:23	e, inclusive, tem edital aberto agora, viu? Até dia 12 se você quiser se inscrever. Essa é a terceira turma que vai começar.
US1:E5:24	Eu fiz o curso na primeira turma. E foi muito sofrido, porque você se você é dona-de-casa. Na época eu trabalhava no projeto EcoSol RN e tinha um coordenador maravilhoso que dizia para mim que se dependesse dele, eu não iria sair do curso.
US1:E5:25	Ele era o coordenador do projeto EcoSol RN e a UFRN era que coordenava o curso Gestão de Cooperativas. Este rapaz era o coordenador do projeto que eu trabalhava. Este projeto era pela SETHAS que pertence ao Governo do Estado. O projeto vinha do Governo Federal e era executado pelo Governo Estadual. A responsável pela execução era a Secretaria, a SETHAS.
US1:E5:26	E então, como eu trabalhava, eu não via a possibilidade de fazer esse curso. A gente tinha que passar uma semana – de segunda a sábado – lá. A gente tinha aula manhã e tarde, à noite era fazer trabalho, preparar seminário, essas coisas.
US1:E5:27	E aí eu conversei com a coordenação do projeto aí eles me ajudaram bastante também. As atividades que eu tinha que realizar no projeto eu fazia em uma semana, na outra semana eu estava na faculdade e na outra trabalhando. Então, nessa semana que eu estava no trabalho, eu ia me organizando para realizar as atividades da semana que eu não estava trabalhando.
US1:E5:28	Assim, foi sofrido, mas eu consegui. Eu finalizei em 2016. Faz 23 anos, aliás, 13 anos já, eu acho, não é? 7. Sim, é. faz 7 anos. Tem 7 anos já que eu finalizei. Depois disso, já teve a segunda turma e agora está aberto edital para a terceira turma.
US1:E5:29	Porque, Pesquisadora, esse curso é voltado para as pessoas da Reforma Agrária, da agricultura e para Comunidades Tradicionais. É do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Eu entrei nesse curso porque eu era Educadora Popular. Na verdade, eu ainda sou.
US1:E5:30	Então, como eu estava na assessoria técnica da Comunidade Quilombola de Capoeiras e a Comunidade Indígena de Catu. Assim, eu entrei nessa brecha aí de Educadora Popular em Comunidades Tradicionais. Capoeiras é um quilombo que fica na cidade de Macaíba.
US1:E5:31	Eu passei 3 anos nesse curso. Esse curso não era dentro da UFRN, era através da incubadora Oasis, cuja coordenação era do professor Pessoa_1.

US1:E5:32	Então, eles alugaram o centro de treinamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ¹⁴¹ porque a aula era de segunda a sábado e a maioria dos alunos era de Comunidades Rurais. Então, na segunda, o ônibus pegava esses alunos nos seus municípios e traziam para o centro de treinamento. E aí era uma semana interna estudando e não tinha como ser na UFRN porque não tinha uma estrutura para esses alunos. Assim, a gente ficava lá a semana toda.
US1:E5:33	Eu convidava muito meu marido para ir ver onde era o local onde eu estava, as pessoas com quem eu estava convivendo, mas ele nunca despertou nenhum interesse. Ele nunca foi lá. Ele foi na minha colação de grau porque eu praticamente obriguei.
US1:E5:34	Ele é sempre assim, até hoje ele fala para eu não me meter ele nas minhas coisas. Ele é assim, bem esquisito mesmo, sabe?
US1:E5:35	É uma pessoa maravilhosa, excelente dono-de-casa. Eu o vejo como um anjo da guarda. Eu posso estar lá no Rio Grande do Sul, mas parece que ele está ali com a mente ligada se acontecer qualquer coisa comigo, ele move os céus e terra para me ajudar.
US1:E5:36	Ele é este tipo de pessoa, mas ele não se envolve no meu trabalho, no que eu estou fazendo. Ele não dá atenção ao que eu estou fazendo, nem no meu trabalho, entendeu?
US1:E5:37	Eu dou curso de vassoura de garrafa pela Prefeitura de Natal já faz uns oito anos, mas ele nunca se interessou. Ele fala que não sabe para que eu faço isso e me pergunta se alguém ganha dinheiro com esses cursos que eu dou. Ele não entende que é uma geração de renda.
US1:E5:38	Então eu falei a ele pode sair procurando, principalmente em Natal, pela Prefeitura porque tem muitos bairros que tem grupos trabalhando com produção de vassoura e esses grupos, todos eles foram capacitados por mim. Você pode sair perguntando por aí e alguns do estado também. Quando eu estava no projeto a gente ministrava muito curso de vassoura pet, mas, para ele, é uma coisa que não tem valor nenhum. São essas besteiras dele que eu não gosto.
US1:E5:39	Antes dessa associação eu só trabalhava em casa. Eu trabalho aqui há dezesseis anos. Foi aqui que eu me libertei.
US1:E5:40	Eu era apenas dona-de-casa, daquelas dona-de-casa que não tinham coragem nem de falar com outras pessoas porque eu era muito tímida, sabe?
US1:E5:41	Eu fui entrando em economia solidária, no Movimento Feminista, na Marcha Mundial de Mulheres e foi tudo a partir dessa associação, através do curso de rede.
US1:E5:42	Esse curso de rede era ofertado pela Casa Renascer, que é uma instituição que, na época, cuidava de meninas violentadas e mulheres que sofriam violência doméstica. Então elas estenderam o curso para uma associação que tinha aqui em perto, que era a Associação Reis Magos e eu tinha uma curiosidade de saber como é que se fazia uma rede e como se fazia uma varanda. Aí me despertou essa curiosidade e fui lá e fiz minha inscrição.
US1:E5:43	Eu fiz a inscrição pela Associação Reis Magos, que hoje não existe mais. Este curso foi ofertado pela Casa Renascer. E aí a Associação Reis Magos emprestou o prédio que era cedido. Eu fiz a inscrição, mas já tinha encerrado as vagas para cá. Elas mandaram eu fazer esse curso na Ribeira, na sede da Casa Renascer.
US1:E5:44	Então fomos eu e a minha cunhada e lá eles davam um cartãozinho de passagem porque o curso duraria três meses e era todos os dias. A Casa Renascer era uma Organização Não-governamental. Ela só trabalhava com projetos.
US1:E5:45	E assim eu comecei a fazer essas redes com mais ou menos dois meses e meio, já quase terminando o curso. Então a instrutora me perguntou se eu gostaria de participar de um grupo, porque já existia um grupo lá que trabalhava com redes que eram exportadas para a Holanda.
US1:E5:46	Aí eu fiquei surpresa e perguntei a ela se ela achava que eu tinha capacidade – a gente chamava a professora de Tia Chica, mas o nome dela era outro – então ela disse que sim, que eu tinha capacidade.
US1:E5:47	Já estava terminando o curso, mas eu ainda estava na primeira rede porque as varandas eram de macramê e até então eu não sabia fazer. Aí eu não sabia fazer

¹⁴¹ Hoje se chama Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER

	macramê, então tive que aprender para fazer. E uma rede artesanal é difícil porque você tem que desfiar o tecido. É algo muito demorado.
US1:E5:48	Então eu entrei no grupo, a gente começou a fazer redes para a Holanda e o primeiro pedido foi de 100 redes, depois veio outro pedido de 200, e aí a gente foi se crescendo.
US1:E5:49	Nesse grupo, na época, trabalhavam 8 mulheres. A coordenação da Casa de Renascer nos perguntou se a gente não gostaria de formar um grupo produtivo e todo mundo concordou. Depois do grupo, decidimos formar uma associação.
US1:E5:50	E eles sempre estavam ali na assistência técnica. Na época era lá na Ribeira, na Rio Branco, já lá no final da ladeira. Eles tinham um prédio e cederam ele para a gente. Ficamos lá durante 7 anos, aliás, na verdade era só grupo produtivo.
US1:E5:51	E aí quando a gente pensou na associação, a gente foi pensar no nome. E decidimos pelo nome que temos hoje. A coordenadora disse que nós tínhamos muitos sonhos, que pensávamos em crescer, em criar. E assim a gente decidiu o nome do EES5. Que até hoje é o mesmo. Aqui temos um slogan que diz assim “de pontos e encontros, atando e desatando nós, surgiu uma associação de mulheres”. Porque aí tem dois sentidos, o grupo era composto por mulheres de bairros diferentes, distribuídas por toda a cidade. Como são mulheres todas juntas, são pontos e encontros, atando e desatando nós, surgiu associação de mulheres. Também pensamos no macramê que é feito através de nós. O encontro dos nós. E aí a gente pensou bastante e deu certo isso aí. Nossa associação tem 16 anos de funcionamento.
US1:E5:52	Eu sou sócia fundadora do EES5. Desde 2003, mas a associação só foi formalizada em 2008. Até então a gente não tinha CNPJ.
US1:E5:53	À época houve um projeto da Prefeitura de Natal para aquisição de equipamentos e para a gente entrar nesse projeto, precisávamos estar formalizadas para ganhar máquinas. Estas máquinas estão conosco até hoje. A gente recebeu quatro máquinas. Uma das associações contempladas fechou e a responsável repassou para nós as máquinas. O nome da associação era Rara Beleza. Foram cinco máquinas que ganhamos de lá.
US1:E5:54	Eu conhecia a Economia Solidária quando já estava na associação. Eu acredito que foi em 2005 ou 2006, não tenho certeza. Eu conheci a Economia Solidária através fórum que já existia, mas poucas pessoas participavam.
US1:E5:55	O professor Pessoa_1 de uma incubadora cujo nome eu não lembro. Era a Rede Abelha, parece que era ACC através da Delegacia Regional de Trabalho, esqueci. Era a DRS. A Rede Abelha, a Unitrabalho, que era da UFRN, a ACC, enfim. Era do Prof. Palhano, da UFRN, que hoje está na Paraíba. Eu acho que é isso.
US1:E5:56	Nessa época, uma amiga me convidou a participar do Fórum da Economia Solidária. Ela disse que era bem interessante, tinha reuniões mensais e tal. Quando eu comecei a participar eu não entendia nada daquilo o que aquele povo falava, mas eu achava interessantes aquelas discussões, aquele movimento, as pessoas quererem lutar por algo.
US1:E5:57	Eu pensei que era ali mesmo que eu queria ficar. Então, eu encontrei o meu ponto de equilíbrio. E fui ficando e participando de conferências municipais, estaduais, nacionais.
US1:E5:58	Eu participei da primeira conferência em 2010. Foi muito bacana, foi a minha primeira experiência. Participei da Quarta Plenária, também em Brasília. Muitos Movimentos de Economia Solidária que eu não sei precisar quantos.
US1:E5:59	A Marcha Mundial das Mulheres eu conheci depois da Economia Solidária. A ACC, que estava dentro do fórum, trabalhava junto com o CF8 em Mossoró. Quando o nosso grupo estava começando, aí tinha um rapaz, da ACC, ele sempre fazia intercâmbio. E ele levava muita gente para Apodi, para Mossoró.
US1:E5:60	Eu ficava encantada, Pesquisadora, quando eu via aquelas mulheres rurais em uma reunião com auditório lotado. Elas chegavam lá na frente, falavam do jeito delas, sabe? Na linguagem delas. E ficava pensando “Meu Deus, como essas mulheres são corajosas!” Eu mesmo não tinha coragem de chegar ali para falar, porque eu acho que eu iria falar muita besteira.
US1:E5:61	Na época, meu marido dizia que eu falava besteira. Então, até hoje eu ainda penso assim.
US1:E5:62	Eu ficava encantada com aquelas mulheres, com aquela coragem, aquela determinação delas. E até hoje eu ainda admiro muito. Eu me tornei amiga de muitas delas.

US1:E5:63	Eu acho que quase todos os municípios do Alto Oeste que você perguntar quem sou eu, todo mundo sabe dizer. Todo mundo sabe quem é do movimento, da Marcha da Economia Solidária, me conhece.
US1:E5:64	Foi assim que eu conheci a marcha. Em 2010, eu fui para uma ação no Paraguai. Nós fomos de ônibus porque houve um evento grande da Marcha Mundial lá. Foi um seminário e eu fui. Eu fui corajosa, minha filha, fomos de ônibus, mas foi maravilhoso! Nós fomos através da Marcha Mundial de Mulheres. Foi muito bom e foi a minha primeira experiência com a marcha.
US1:E5:65	Depois, também em 2010 teve uma ação. Foi uma das ações mais lindas que eu já vi na minha vida. Foi em São Paulo, começando lá em Campinas e foi até Osasco. Essas mulheres caminharam dez dias, Pesquisadora. Elas caminhavam pela manhã e quando chegavam em outra cidade, teve dias de caminhávamos 20 quilômetros.
US1:E5:66	Podia estar chovendo, fazendo sol, todo mundo com mochilinha nas costas, com capa de chuva.
US1:E5:67	Aonde as mulheres chegavam os prefeitos já organizavam toda uma estrutura para elas ficarem.
US1:E5:68	Eu fiquei na equipe de cozinha em Cajamar. Então, nessa equipe de cozinha, a gente trabalhou bastante. Eram 300 quilos de feijão, 300 quilos de arroz, 300 quilos de carne. Era essa quantidade porque eu acho que eram 6 mil mulheres nas ruas caminhando. Era muita gente!!!
US1:E5:69	Era a coisa mais linda!!! Se você entrar no site de Marcha Mundial de Mulheres você vai ver lá. A primeira marcha foi em Quebec. Nessa marcha as mulheres estavam lutando por pão e flores. É mais ou menos essa história, entendeu? E aí você vai ver toda a história da marcha. No site você vai ver ação de 2010. A coisa mais linda!!
US1:E5:70	Quando eu estava lá na UFRN, no Curso de Gestão de Cooperativas, houve um seminário que eu apresentei porque eu estava lá, eu vivenciei aquele momento. E tinha muitos homens na turma. Muitos deles machistas, que quase não acreditaram que aquilo era real. Eu disse a eles que eu estava lá, que eu participei e que foram 10 dias de caminhada.
US1:E5:71	Lá no Curso de Gestão de Cooperativas eu acredito que eram 10 mulheres apenas, entre 10 e 11 mulheres. A maioria era homem. Todo dia era um episódio machista. Um deles me disse uma vez que se ele trabalhasse igual a mim já teria morrido de fome. Ele disse isso porque eu falava do artesanato.
US1:E5:72	Às vezes, nas aulas do professor Pessoa_1, ele já falava isso que às vezes, eu ficava a noite toda bordando e que eu não estava ali bordando porque eu estava pensando em ganhar dinheiro desse bordado. Tudo bem, eu iria ganhar um dinheirinho, mas eu não iria sobreviver daquilo ali. Eu estava fazendo aquilo porque gostava, porque era uma terapia para mim.
US1:E5:73	Aí eles me chamavam de coitada. Era desse jeito. Eles diziam que se eu fosse depender desses artesanatos eu iria morrer de fome.
US1:E5:74	Eles não acreditavam que essas mulheres tinham caminhado 10 dias. Então eu fui lá, preparei todo o seminário para apresentar para eles. No site tem as fotos, inclusive da equipe de cozinha. Eu mostrei a todos os alunos, no seminário que eu fiz, inclusive eles me viram lá nas fotos. As fotos da equipe de cozinha.
US1:E5:75	No oitavo dia a equipe de cozinha se juntou à equipe de rua porque a gente tinha que vir direto para Osasco. E de Osasco mesmo para São Paulo, na capital.
US1:E5:76	Então lá em Osasco, a prefeitura mandou fechar o metrô só para as mulheres passarem.
US1:E5:77	Eu ouvi do próprio Comandante da Polícia Militar, e várias outras pessoas também ouviram, que algumas pessoas estavam preocupadas para as mulheres não se machucassem no metrô. Porém, este homem falou que as mulheres estavam caminhando há 9 dias, e ele nunca tinha visto algo assim tão organizado, então ele ficou questionando por que motivo elas iriam se machucar agora, entendeu?
US1:E5:78	Então, eles nos receberam lá em Várzea Paulista e o prefeito nos recebeu com pétalas de flores. Ele solicitou que colocassem as pétalas nas ruas. A coisa mais linda, Pesquisadora, que eu já vi na minha vida! Foi em São Paulo.
US1:E5:79	Inclusive teve até um show para nós e o prefeito ofereceu jantar para todo mundo. Foi a coisa mais linda que eu já vi. Então, essa marcha de 2010 é histórica na Marcha Mundial de Mulheres. Eu acho que quem vivenciou, quem estava lá, vai guardar para

	sempre na memória. Para sempre mesmo, para a vida toda, porque foi um momento lindo, muito lindo mesmo. E quando você puder ver lá no site você vai amar.
US1:E5:80	Eu acredito que ser mulher, líder de um empreendimento, existe uma diferença muito grande, Pesquisadora. Quando você é gestora mulher e você tem um grupo de mulheres é muito bacana, apesar de que em todos os lugares, em qualquer espaço, sempre tem aquelas divergências, não é mesmo? porque eu acho que isso já é natural do ser humano.
US1:E5:81	Aqui existiam 15 sócias, mas atualmente trabalhando nós temos 10 mulheres. Só tem mulheres trabalhando aqui. Nunca tivemos nenhum sócio homem.
US1:E5:82	Até porque o homem, ele sempre quer dominar, certo? Então, quando chega em uma associação de mulheres, ele, na verdade, quer ser maior do que as mulheres para que as mulheres acatem o que ele fala e a gente aqui não quer esses problemas
US1:E5:83	porque aqui, nas nossas reuniões, graças a Deus, as mulheres daqui elas sempre concordam umas com as outras. A gente sempre decide tudo em conjunto. Tudo aqui é combinado. Nós decidimos tudo em reuniões.
US1:E5:84	Jamais como gestora desse espaço, de lugar nenhum eu fiz diferente. Eu acho uma audácia de uma gestora, ela ficar tomando decisões sozinha porque quando eu estou aqui à frente desse espaço existem muitas coisas para fazer e eu não vou ficar com essa responsabilidade só para mim porque não é assim que deve ser.
US1:E5:85	Este aqui é um empreendimento de economia solidária, é coletivo. A gente já entende que quando se fala em economia solidária se pensa no coletivo. Não existe eu, somos nós. Então somos nós.
US1:E5:86	Assim, todas têm que ter essa consciência. Quando alguém vem fazer parte dessa associação é a primeira coisa que eu falo. Na verdade, é difícil, Pesquisadora, uma pessoa que vem da individualidade se adequar. Quando essa pessoa é uma artesã individual aí, de repente, ela chega para trabalhar em um empreendimento de economia solidária.
US1:E5:87	Então, Pesquisadora, eu acredito que quando o empreendimento é composto apenas de mulheres, elas conseguem manter isso direitinho, se organizar melhor. Assim, eu acho que dá tudo certo.
US1:E5:88	Eu conheço outras mulheres gestoras também. Tem a responsável do EES3, não sei se você conhece ela. Esta mulher está à frente daquele empreendimento há muitos anos. Pense numa mulher que eu admiro bastante! Aquela mulher ainda é muito ativa, apesar da idade dela. Ela sabe organizar tudo direitinho.
US1:E5:89	Nós aqui não temos a mesma prática. Não temos esse hábito de comemorar Dia das Mães e outras datas festivas. As mulheres daqui são todas esquisitas, mas lá não. Ela tem a comemoração Dia das Mães, aniversário etc. Tudo isso ela organiza bem, ela planejar antes.
US1:E5:90	Eu sou muito esquecida. Se alguém aqui não me lembrar eu esqueço porque eu realizo muitas atividades ao mesmo tempo e eu acabo esquecendo. Às vezes eu esqueço até mesmo de anotar em um caderno de anotações que tenho aqui.
US1:E5:91	Tem também a responsável pelo EES4 que é outra gestora muito bacana, que também já conduz aquele espaço há bastante tempo com as mulheres. Ela está à frente de lá, mas ela sozinha, eu acredito que ela não faria nada sem as outras sócias.
US1:E5:92	Tem uma associação que eu conheço que a presidente até está se afastando agora porque ela já tem 79 anos e está com muitos problemas de saúde, então ela está se desligando da associação que ela é responsável.
US1:E5:93	Existem muitas outras mulheres que eu admiro bastante. Esta associação é no mesmo bairro do EES2. A responsável deste empreendimento também é gestora há muito tempo.
US1:E5:94	Quando o gestor é homem eu vou te dar um exemplo. Eu estou dando um curso de vassoura de garrafa pet agora em uma associação no Conjunto dos Garis. O gestor lá é um homem, certo? E assim, eu não sei como foi que a Prefeitura liberou aquele espaço, porque antes de um instrutor ir ministrar um curso eles vão lá fazer uma vistoria no espaço. Se o espaço não tiver nas condições adequadas, eles não liberam.
US1:E5:95	Segundo a coordenadora, eles tiveram lá a primeira vez, mas o banheiro não tinha porta, então não liberaram. Este homem prometeu que ia colocar a porta e colocou. Aí eles liberaram, mas a estrutura não é adequada.

US1:E5:96	Quando chove, por exemplo, ontem foi um dia que choveu muito e as nenhuma das janelas fecha, ficam todas abertas. A porta tem um buraco enorme. Eu estou dando curso lá porque eu amo o que faço.
US1:E5:97	Mas eu reclamei porque todo mundo sabe que para dar curso de vassoura tem que ter mesas de madeira e lá não tinha. As que tem são umas mesas muito pequenas de escola. Eu coloquei uma máquina de um lado e outra do outro lado e, dessa forma, as alunas do curso estão apertadas.
US1:E5:98	Eu penso, Pesquisadora, que ele poderia mudar essa situação. Uma das minhas alunas disse que quando ela era a presidente de lá ela trabalhava de outra forma. Nesse espaço funciona uma associação. Esta aluna afirmou que achava que quando ela era a presidente era diferente.
US1:E5:99	Ela me mostrou os depósitos de lixo que ela fazia, as janelas não estavam daquele jeito, as portas não eram daquele jeito e o banheiro era limpo e organizado. Mas hoje a gestão é diferente e ela me disse que fizeram tudo para tirar ela da presidência e finalmente ela foi substituída.
US1:E5:100	A gestão da pessoa que está hoje, que é de um homem, não vai nem lá. É tanto que ele fez a inscrição do pessoal que está no curso e depois nunca mais apareceu.
US1:E5:101	Quando a prefeitura chegou lá – ainda bem que eu tinha visto lá no armário – eu que peguei a lista de inscrição para entregar à prefeitura.
US1:E5:102	Então, é muita irresponsabilidade. Então eu disse ao pessoal de lá que era só ele procurar um político com quem ele esteja envolvido porque tem as emendas parlamentares. Se a associação estiver toda legalizada tem as emendas. Ele pode solicitar a um deputado federal e a emenda vem direto para a instituição. Se for um vereador, para alguma instituição, o vereador vai liberar aquela emenda para qualquer instituição.
US1:E5:103	Se for a prefeitura, ou seja lá quem for, pode fazer esse trabalho aqui. Ele conseguiria pelo menos uma porta, uma janela. Agora, o que está faltando aqui é interesse. E eu acho assim.
US1:E5:104	A prefeitura nem sabe que para as alunas beberem água, elas mesmo comprem, porque se ela soubesse não liberaria o curso nunca mais para lá. Do jeito que está, eu acredito que não é viável liberar nenhum curso naquele espaço.
US1:E5:105	O que me deixa triste é que as mulheres são muito interessadas, Pesquisadora. A gente está finalizando o curso amanhã e elas já fizeram 120 vassouras.
US1:E5:106	Este curso só tem mulheres. São 19 mulheres. Elas já fizeram 120 vassouras. E hoje tem mais uma boa quantidade de vassoura para montar. E aí, você vê, quando tem só mulheres, como a coisa flui bem melhor.
US1:E5:107	Não estou dizendo que todo homem é irresponsável não porque tem homens que são muito organizados também, que vão atrás das coisas, mas parece que quando eles vão atrás de alguma melhoria, eles vão pensando também no bolso deles. Aí, quando isso acontece, a coisa fica difícil, Pesquisadora. Fica um pouco mais difícil.
US1:E5:108	Tem uma outra gestora, que é a pessoa que eu mais admiro na minha vida. Pessoa_5 não sei se você conhece. Aquela menina, eu a conheci bem novinha, sabe. Ela era bem novinha, mas já era casada, só que eu não sabia.
US1:E5:109	E quando eu fui à inauguração da Época – que era uma revista nova que estava surgindo – eu acho que foi em 2005 e o lançamento dessa revista foi no aeroporto do Recife. Foi quando estava iniciando no movimento e me convidaram para este evento e eu fui convidada para representar a Casa Renascer.
US1:E5:110	Aquele povo sempre depositava uma confiança muito grande em mim e me disseram que eu iria estar representando a Casa Renascer e eu pensei “Menina, logo eu!” porque eu sou muito tímida, mas ainda assim eu fui. Eu enfrentava. Igual a dirigir, eu tinha um certo medo, mas eu enfrentava.
US1:E5:111	Então eu conheci esta moça e vi ela falando lá. Lá havia tanta gente importante. E a menina lá no meio delas, falando do jeito dela, as palavras delas, porque na época ela não tinha nem estudado, mas eu pensei assim “Meu Deus, que mulher corajosa!”
US1:E5:112	Então eu pensei comigo mesma – na época eu estava chegando no movimento, eu não sabia como era – eu pensei “Meu Deus, esse povo todo está usando essa menina. Porque tem tanta gente inteligente que fala tão bem para colocar ali na frente, por que colocaram ela?” Eu não entendia nada disso. Eu achava que o pessoal estava querendo se aproveitar dela.

US1:E5:113	Depois que eu comecei a me envolver mais no movimento é que eu fui ter conhecimento do que era. Depois que eu fui entender melhor porque você deve lutar pelos seus direitos, você tem que falar a sua linguagem. Eu percebi que as pessoas que são inteligentes que tem que entender e se fazerem compreender, não é mesmo?
US1:E5:114	Porque ela falava na linguagem dela. Ela falava para todo mundo do jeito dela e todo mundo iria compreender. Porém, ela nãoalaria algo que ela não saberia.
US1:E5:115	As pessoas inventam muitas palavras “bonitas” que, na maioria das vezes, [ninguém entende]. Quando eu vou para uma reunião, Pesquisadora, eu costumo sempre orientar as pessoas que se a gente está numa reunião, numa comunidade rural – apesar de que hoje em dia todo mundo estudou –, mas existem pessoas que não estudaram. Então eu vou chegar lá falando, usando palavras mais difíceis, então eu vou entrar lá, falar o dia inteiro e vou sair e ninguém me compreendeu. Assim, não adianta, eu vou ter que falar a linguagem popular.
US1:E5:116	O meu coordenador dizia isso. Ele afirmava que eu era muito solicitada lá nas comunidades rurais. E sabe por quê? Porque eu falava a linguagem das pessoas e as elas entendiam. E é assim mesmo que deve ser. Eu não vou falar “difícil”. Até porque tem coisas que eu mesma também nem entendo o que as pessoas estão dizendo. Então vamos ser bem claras. Vamos fazer as pessoas me compreenderem. E eu acho que isso é o certo, Pesquisadora.
US1:E5:117	Eu fiz um curso para ser educadora popular, mas foi pela RECID, mas é um curso muito sucinto. Recid é a Rede de Educação Cidadã que é um movimento também. Foi um curso, assim, muito sucinto mesmo, mas, segundo eles, o que a gente faz é educação popular. Eu atuo como educadora popular desde 2010.
US1:E5:118	O meu primeiro projeto foi em 2010. O primeiro projeto que eu trabalhei foi em 2010. No Brasil local, pela ACC. E, assim, foi onde eu fui desenvolvendo mais, Pesquisadora.
US1:E5:119	Continuando a falar sobre a diferença do empreendimento de mulheres e de homens eu já citei o daquele rapaz ou de mulheres daqui e o misto. A rede Xique-Xique, ela é mista. E a Pessoa_5, ela consegue administrar muito bem aquele espaço. Lá é uma associação e uma cooperativa também. Lá tem os dois.
US1:E5:120	A associação é o braço jurídico da cooperativa e, lá, são agricultores familiares apenas. E ela consegue organizar tudo aquilo que eu penso “Meu Deus do céu!” Ela é conhecida internacionalmente para você ter uma ideia do quanto aquela menina é...
US1:E5:121	Eu conheço algumas trabalhadoras da Justa Trama. Elas já estiveram aqui. Não me lembro bem do nome delas. Talvez até conheça, porque é tanta gente. Elas estiveram aqui.
US1:E5:122	A Pessoa_5 é maravilhosa. Quem está com a coordenação da CECAFES hoje é ela. A Pessoa_5, a Pessoa_6. Todo mundo trabalha junto, mas quem está no papel sub-coordenação geral da CECAFES hoje é Pessoa_5. Inclusive, na semana passada, ela estava lá comigo.
US1:E5:123	Quando você a conhecer você vai amar, sabe? Ela domina. Pesquisadora, ela não tem graduação nenhuma, mas ela domina qualquer assunto. Ela pode ir à Brasília e vai para uma mesa onde tem secretário, ministro, quem for, mas ela domina tudo. Eu a admiro demais.
US1:E5:124	E admiro também como ser humano, ela é um ser humano incrível porque ela entende as pessoas. Ela se coloca no lugar das pessoas. É o que mais me admira nela: é o ser humano incrível que ela é. Ela é linda por fora e por dentro, sabe? Porque quando você procura entender as pessoas que vivem ao seu redor. Para mim, não tem dinheiro que pague, sabe?
US1:E5:125	Porque é muito bom você julgar, condenar, “aumentar” uma mentira. Porque às vezes a gente passa por essas situações, mas quando você procura compreender a situação do outro. Nossa, é maravilhoso! E ela é perfeita nesse sentido. Eu gosto demais daquela menina.
US1:E5:126	O pessoal da IFSol até hoje a gente só teve contato com as mulheres e a Pessoa_3 foi até minha professora. Não tivemos contato com nenhum homem de lá.
US1:E5:127	A gente teve contato mais com a incubadora Oasis da UFRN, mas era misto. Porque a coordenação era do professor Pessoa_1 e do professor Pessoa_2. Você conhece este pessoal de lá da Oasis? Tem alguns meninos também, alguns bolsistas, mas a maioria era meninas. Geralmente quem vinha mais para o empreendimento eram as meninas. Eram as alunas.

US1:E5:128	Eu acredito que trabalhamos com a economia solidária como deve ser porque aqui, assim... Eu acho que um dos empreendimentos, talvez, é como eu falo sempre. Esses empreendimentos novos que estão chegando...
US1:E5:129	Porque não sei se você sabe que a gente tem aquele aplicativo do CadeSol? Então no caso do CadeSol eu faço parte da Comissão de Avaliação dos Empreendimentos.
US1:E5:130	E aí, Pesquisadora, a gente observar empreendimentos que não têm nada a ver [com a economia solidária]. É muita gente se inscrevendo e alegando que é empreendimento de economia solidária.
US1:E5:131	Teve um rapaz que abriu uma loja, um restaurante e, não sei por que razão, ele pediu o CadeSol. Ele se inscreveu para ter a declaração como Empreendimento de Economia Solidária. E, assim, não tinha nada a ver. E ele é uma pessoa que questiona, viu? Se for possível, até vai para a justiça.
US1:E5:132	A comissão se reuniu, mas, de cara eu já reprovei e a maioria também reprovou. Então a comissão toda fez uma reunião para avaliar e, no final, elaborar um documento afirmando que o estabelecimento dele não era de economia solidária e justificar o porquê.
US1:E5:133	Então, hoje, existe um... A pessoa não recebe nenhum benefício, apenas pode participar das feiras. É só isso. Não recebe isenção de impostos, nada não. Tem uma lei que é de 2006, do deputado Fernando Mineiro, que na lei diz que todo Empreendimento de Economia Solidária é isento de taxas cartoriais. Até hoje, isso não saiu do papel.
US1:E5:134	A rede Xique Xique conseguiu, porque ela entrou na justiça, o advogado foi lá e mostrou a lei e disse que existia. Então lá ela conseguiu. Até hoje, foi o único empreendimento que eu soube que conseguiu. Porém, os outros não conseguiram porque tem que pagar um advogado. É uma lei que não saiu do papel.
US1:E5:135	Não sei o que ele deve pensar, mas ele sabe por que ele fazia parte do Fórum e até da Coordenação Nacional, mas só faz isso para causar problema. Ele é uma pessoa sem compromisso.
US1:E5:136	Então, não tem benefício nenhum, Pesquisadora. Apenas a participação nas feiras.
US1:E5:137	E hoje, o que a gente vê muito? Pronto, o EES5, o EES2, o EES3 e mais dois que eu conheço que eu acredito que seguem os princípios da economia solidária como deve ser. É o EES5 e o EES3 por quê?
US1:E5:138	Porque nosso trabalho aqui não tem isso do artesanato. Nada impede que eu, artesã, faça as minhas peças em casa e, quando eu for para a feira, eu leve as minhas peças também. Eu acho que tem que levar. Isso aí é fora de questão, mas uma produção da associação é da associação.
US1:E5:139	Aqui, quando a gente recebe uma encomenda de bolsas, essas bolsas passam por todo mundo. Uma vai fazer alça, outra vai marcar, uma vai pregar, outra passa na máquina <i>overloque</i> , uma fecha, outra leva para o corte, outra faz o acabamento, tudo isso. Então, todo mundo trabalha por igual e, quando a gente recebe o dinheiro, Pesquisadora, a gente vai tirar os custos e o restante a gente divide em partes iguais.
US1:E5:140	Se der apenas um real para cada uma, então é um real para cada uma. Se der vinte, cada uma recebe vinte. Então, é dividido em partes iguais mesmo.
US1:E5:141	O que eu vejo hoje, eu estou tendo esse problema sério lá no box porque a gente chega lá e ali fica claro que é economia solidária, que é gestão coletiva, não é isso? Então, até você convencer aquelas pessoas que ali é economia solidária, mas elas não sabem o que é e para elas desenvolverem essa consciência é ser difícil.
US1:E5:142	Eu conversei muito com a coordenadora da SETHAS e perguntei a ela o que faríamos para fazer uma formação. E ela me respondeu que ela faz a formação, mas a formação entra em um ouvido e sai pelo outro.
US1:E5:143	Então, veja bem, quando eu levo os produtos do EES5 para dentro do box, eu posso até levar meu produto, mas eu tenho que ter a etiqueta do EES5 porque quem está ali não sou eu, não é minha outra colega, não é ninguém individualmente, é a associação EES5.
US1:E5:144	O espaço ali é composto por empreendimentos, certo? E o que é que eu vejo, eu olho os produtos de outros empreendimentos que tem etiqueta só o nome do artesão e não tem associação nenhuma. Todas as informações: pix, telefone e é tudo do artesão. E quando eu escuto a pessoa falando que o produto dela vendeu e como é o produto eu digo para, pelo amor de Deus, colocarem a etiqueta da associação, não a deles.

US1:E5:145	Quando for para fazer o repasse do dinheiro, eu vou repassar para a presidente da associação e ela já tem até especificado, por exemplo, se for um conjunto de banheiros, vai ter preço e tal. Neste caso, a presidente da associação vai saber de quem é esse conjunto de banheiro. Ou mesmo que você coloque a etiqueta da associação e coloque entre parênteses o nome da pessoa. A gente vai, na hora do pagamento, saber. É só pensar que a presidente da associação vai saber e dizer de quem é cada produto.
US1:E5:146	Mas se você chegar lá hoje, vai ver que está difícil. Aqui no EES5 até que CNPJ a gente tem, mas a gente está com um problema sério. Estamos com restrição.
US1:E5:147	Para evento a gente sempre faz alguns produtos, mas a nota fiscal a gente retira avulsa.
US1:E5:148	Hoje eu tenho cadastro como Microempreendedora Individual (MEI) porque o projeto que eu estou tinha que fazer o MEI para poder entrar no projeto que se chama <i>Mulheres Construindo a Economia Solidária</i> . E eu tive que fazer esse MEI, mas nunca foi meu interesse de fazer não.
US1:E5:149	Então, agora, no caso, se vier uma encomenda de produção grande aqui a gente pode fazer, mas se for da Economia Solidária não pode tirar uma nota pelo MEI. Eu tiro avulsa.
US1:E5:150	Geralmente, a gente trabalha muito com encomendas, por exemplo, fizemos os lençóis do hospital da Casa da Mulher lá em Mossoró. Lá atualmente existe um local chamado Casa da Mulher que atende mulheres que sofrem violência. E os lençóis de lá foram feitos por nós.
US1:E5:151	Fizemos uma vez até mil e quinhentas <i>ecobags</i> já. Recentemente recebemos uma encomenda de duas mil e quinhentas <i>ecobags</i> para a Feira Nordestina. Quem foi escolhida para produzir fomos nós, mas a gente esbarrou na burocracia porque o CNPJ está com restrição.
US1:E5:152	Então, a gente não tinha conseguido regularizar a tempo e a gente acabou perdendo o edital, mas aí, eu vou precisar fazer agora, porque, Pesquisadora, as sócias não estão sabendo. Ninguém sabe ainda, mas vou dizer para você. Eu ainda não comentei porque é uma coisa que eu quero que dê certo para eu poder falar para elas.
US1:E5:153	Uma vereadora de Natal que sempre vem aqui, assim, o espaço aqui, às vezes tem reuniões, mas é muito pequeno e é difícil para gente fazer reunião aqui.
US1:E5:154	Temos esse espaço grande aqui na frente e até o professor Pessoa_1 mandou uma bolsista fazer um pequeno projeto que ficou bem bonito, mas não tínhamos dinheiro para executar o projeto. Então ele prometeu que iria ver pela UFRN, se havia algum projeto, alguma coisa para realizar o projeto, mas até hoje não deu certo.
US1:E5:155	Então essa vereadora que falei disse semana passada que precisava conversar comigo e segunda-feira, eu fui e conversei com ela. Então falamos sobre isso. Eu falei do banheiro daqui cujo reboco caiu por completo e a gente está com medo até de entrar lá. E eu também falei sobre a questão de construir esse salão aqui. Um salão com cobertura, fazer um piso, porque eu tenho não quero piso sem cerâmica. Então fazer essa cobertura daqui... a verba é pequena.
US1:E5:156	Então, eu conversando com ela e ela disse que ela estava com um projeto e já tinha arquitetos fazendo projetos e ela disse que já incluiu o nosso. Eu acredito que lá para dia 15 de junho, mais ou menos ou antes, eles vêm aqui para dar início ao projeto. Ela disse que já está com um projeto na mão, mas vai adiantar as coisas para dar início.
US1:E5:157	Ela até falou sobre uma deputada federal, mas ela pediu que eu, urgentemente, agilizasse essa documentação do CNPJ. Então eu vou até a Receita Federal e vou ver como é que está a situação porque diz parece que desde 2014 que tem uns anos que estaríamos isentos de pagar. Não teríamos que pagar esse tempo.
US1:E5:158	Então eu vou tentar resolver tudo isso porque se estivermos com o CNPJ em dia, tudo estiver correto, esta deputada tem como conseguir uma verba para cá. Ela vem direto para a associação sem passar por nenhuma outra instituição para coordenar.
US1:E5:159	Aí se não der certo, a gente vai se organizar e ela vai pedir uma emenda para tentar fazer. A vereadora me perguntou quanto seria o serviço e eu respondi que seria entre 15 e 20 mil porque as coisas estão tão caras que eu nem sei ao certo.
US1:E5:160	Às vezes você faz um orçamento... Aí, eu disse a ela para fazermos um orçamento primeiro porque talvez eu dissesse um valor e fosse outro. Porque tem madeira e este

	serviço vai precisar de muita madeira, essas coisas de linha, e as linhas são caras, não é? Aquela madeira que é maior e mais grossa.
US1:E5:161	A verba vem sem nenhuma burocracia.
US1:E5:162	Recebemos a doação dessas telhas, mas eu temo que elas estejam tão velhas que [não vão servir]. Muitas vezes a gente coloca esse tipo de telha em uma nova construção e daqui a pouco elas começam a esfarelar e cair. Não vale a pena. Até uns rapazes daqui pensaram em colocar telhado do tipo Brasilite, mas tem que ter certa qualidade.
US1:E5:163	Porque quando a gente alugou aí, a gente que cobriu. Mas então eu falei que tinha que pintar as telhas, porque eu ouvi dizer que ela causa doença, não é? Câncer e outras coisas. Aí, eu tenho medo. Eu sei que tem as ecológicas, mas são muito caras.
US1:E5:164	Então a vereadora está vendo todas essas possibilidades. Amanhã, eu não vou ter tempo, mas na próxima semana que eu estou de folga, porque eu estou encerrando o curso amanhã.
US1:E5:165	Então, eu vou agilizar a questão do CNPJ. Resolver logo para dar certo de fazer a reforma. Fazer o galpão aqui. Porque essa produção vai toda para lá e vai dar certo para fazer reuniões, encontros, essas coisas.
US1:E5:166	O que a gente está precisando aqui é só isso: a questão da atualização documental.
US1:E5:167	E fazer esse espaço aqui na frente porque quando pegamos as encomendas que vêm em grande quantidade, aí fica uma máquina aqui, máquina de corte, mas, mesmo assim, é meio sufocante porque você vê que não tem um bom espaço. A gente não ministra cursos aqui porque não temos espaço.
US1:E5:168	Se tivesse o galpão daria certo. A prefeitura já veio aqui várias vezes para liberar cursos, mas diz que não temos condição. Porque tem uma mesa grande, mas olha como é pequeno o espaço. Ali não tem como comportar 20 mulheres, porque os cursos são turmas de 20 pessoas e se tivermos o galpão coberto aí seria bem diferente, porque vai beneficiar também a comunidade.
US1:E5:169	A partir do momento que tivermos liberados os cursos, as capacitações, a gente convida a comunidade para vir fazer.
US1:E5:170	E outra coisa, tem outras pessoas que querem muito entrar na associação, mas, por enquanto, a gente está limitado essa entrada e temos poucas sócias atualmente. A partir do momento que a gente ampliar o espaço a gente também pode aumentar o número de pessoas e receber novos sócios. Se Deus quiser!
US1:E5:171	Não me lembro se a IFSol fez cursos conosco.
US1:E5:172	Eu sei que em alguns eventos a gente participou porque tem as feiras lá toda quarta-feira no IFRN Zona Norte e sempre somos convidadas para ir. O EES5 sempre está por lá participando.
US1:E5:173	Já fomos a dois eventos, mas não lembro o nome. Inclusive, teve um que foi nesta quarta, aliás, acho que foi terça-feira e o EES5 estava presente também. Então, são vários eventos que somos convidados e participamos.
US1:E5:174	Curso eu não lembro, mas eu lembro de bolsistas, alunos da professora Pessoa_3, que já vieram muito para cá. Talvez tenha tido algum curso, mas não lembro.
US1:E5:175	Certa vez uma turma da professora Pessoa_3 veio. Foi umas duas ou foi três vezes ela trouxe os alunos dela aqui para fazer entrevistas conosco. Então eu convidei todas as mulheres.
US1:E5:176	Cada estudante entrevistou ficou com uma mulher e entrevistou. Eu acho que era para um trabalho e eles fizeram tudo corretamente e depois ela me deu um retorno dizendo que todo mundo tirou na nota máxima e ficamos muito felizes.
US1:E5:177	A semana passada eu estive com uma moça também e eu conversando com ela, mas não lembrava. Ela me perguntou se eu era do EES5 e eu falei que sim e ela me disse que já tinha estado aqui com a professora Pessoa_3 e que fez um trabalho e ela disse que foi muito bom o desempenho dela. E eu fiquei muito feliz em saber que a gente pôde também contribuir com os alunos. Foi muito gratificante.
US1:E5:178	A trabalhadora mais nova aqui tem cinquenta anos. São meninas. Eu tenho essa intenção, Pesquisadora, de trazer jovens para cá.
US1:E5:179	A minha neta tem quatorze anos e já vou levar ela agora na Marcha das Margaridas porque eu quero que ela se envolva já com o movimento para já ir aprendendo. Eu digo a ela que quando eu partir, eu quero que ela participe dos movimentos também porque é tão bom para o nosso aprendizado.

US1:E5:180	As trabalhadoras daqui, quando tem produção, são mulheres muito envolvidas. São mulheres comprometidas e responsáveis. Na produção de máscara do governo, que fizemos no início da pandemia, nós fizemos 10 mil e 500 máscaras. Então, todo mundo aqui ficou trabalhando, envolvidas.
US1:E5:181	São donas-de-casa, mulheres casadas, avós que cuidam de netos, mas elas sabem conciliar o trabalho doméstico, com a associação.
US1:E5:182	Faz uns dois meses que elas estão mais afastadas. Duas por problemas de saúde e outra por uma reforma que está fazendo na casa dela, outra mudou-se para Extremoz. Mas quando eu ligo vem todo mundo.
US1:E5:183	Atualmente, nós estamos com um desafio grande que a gente está fazendo uma coleção para a feira, a <i>Feira do Projeto Mulheres Construindo a Economia Solidária</i> . Essa feira vai acontecer dia 15 de julho. Vai ser no Julieta Barros, de frente a UERN aqui no Potengi.
US1:E5:184	Nós tivemos umas oficinas com a design para desenvolver alguns produtos e a gente está nessa missão de produzir uma coleção nomeada de <i>Tecendo o RN</i> , então são muitas coisas, todas bordadas. Mas eu ainda não tive tempo de pegar os tecidos e fazer o corte. Eu corto e a outra a menina risca.
US1:E5:185	Aqui nós temos uma associada que é igualzinho a uma <i>Design</i> , só não estudou, então ela risca tudo para a gente passar para as outras trabalhadoras.
US1:E5:186	Então eu estou precisando fazer uma reunião urgente porque a característica maior delas aqui é a religião, certo? Elas são muito católicas. Tem até ministra da Eucaristia, então elas têm um envolvimento muito grande com a igreja. É tanto que quinta, sexta, sábado e domingo, ninguém conta com elas, porque elas estão na igreja.
US1:E5:187	Eu acredito, Pesquisadora, que depois que elas vieram para a associação, elas aprenderam muito. As que não aprenderam bastante foi porque não quiseram porque oportunidades elas tiveram.
US1:E5:188	Por exemplo, elas têm oportunidade aqui de viajar, já viajaram bastante. A maioria daqui conhece Rio, São Paulo, Brasília, vários outros estados. Elas têm conhecimento de outros movimentos sociais, com outras culturas também. Eu acredito que elas aprenderam muitas coisas e as que não aprenderam foi porque não se interessaram mesmo, porque oportunidades tiveram e ainda têm.
US1:E5:189	Algumas tiveram mudança em sua vida pessoa depois da associação. Acho que todas elas.
US1:E5:190	Uma das que trabalha aqui tem um problema de saúde muito sério. Depois que ela veio para a associação, eu acredito que ela melhorou. Nesses momentos que ela está aqui, essas tardes que a gente passa junto, de interação, é muito bom para nós mulheres.
US1:E5:191	Ela tem diabetes, diabetes tipo 2 muito avançada. Tem momentos que ela desmaia. Ela precisa comer de 3 em 3 horas. Se ela não comer, ela desmaia e quando ela está aqui a gente percebe a preocupação de uma outra sócia com ela. Ela fica perguntando se ela já comeu avisando que já está na hora, fica monitorando-a, sabe? Ela tem esse cuidado. Eu acho isso muito bacana.
US1:E5:192	Teve uma sócia que ela passou por um momento muito difícil, foi quando ela descobriu que o filho estava envolvido com drogas. Então, quando ela descobre e chamou o menino para conversar e ele confirmou que já usava drogas desde os 12 anos. Aí ela enlouqueceu, porque ele morava vizinho dela, mas morava com a avó. Ela quase enlouquece.
US1:E5:193	Aqui na associação era muita conversa, a gente conversava muito com ela e levávamos ela para conversar com pessoas. Ela levou o menino para fazer tratamento e, graças a Deus, eu acho que – como ele não era de rua, ele comprava e usava em casa mesmo – ele conseguiu se libertar e ela hoje está bem, graças a Deus, mas foi difícil, viu? Não tivemos mais problemas desse tipo até hoje não, graças a Deus.
US1:E5:194	A mudança que ocorreu aqui por conta da IFSol é que tanto a professora Pessoa_3 quanto a Pessoa_4 – que até então não conhecia porque o nosso contato era só com a professora Pessoa_3 –, elas sempre nos deram muita atenção.
US1:E5:195	A Pessoa_3 sempre vinha aqui e comprava vários produtos. Ela sempre nos ajudou muito comprando produtos.
US1:E5:196	Ela trouxe um rapaz para fazer uma coleção para a gente. Inclusive, ainda está até guardada, porque a gente não conseguiu [fazer igual]. Este rapaz desenhava no tecido

	abacaxi, caju, isso a gente tem que fazer em sublimação e tem que ser tecido branco e máquina de sublimação e a gente não tem.
US1:E5:197	Dentre outras coisas que a gente precisou e ela conseguia para nós. O IFRN nos ajudou bastante.
US1:E5:198	Eu não tenho certeza se alguém já apresentou ou fez trabalho aqui sobre a associação, mas que já fizeram trabalho aqui. Aquele dos meninos que eu falei para você. Alunos do IFRN. Agora eu não sei se apresentou, mas que já fizeram já. Eu não apresentei trabalho no IFRN, mas já em outros lugares a gente faz apresentação sobre a associação.
US1:E5:199	A gente não possui nenhuma parceria formalizada com outros empreendimentos, mas temos aquela relação de amizade mesmo, de estarmos sempre juntas em feiras, em formações, em capacitações, congressos, seminários. Todos os empreendimentos estão sempre juntos.
US1:E5:200	A gente faz até hoje da Rede Xique Xique. Eu penso que a rede hoje está mais afastada, digamos, porque, na verdade, eles são mais voltados para a agricultura familiar e nós somos do artesanato. Teve uma época que a Rede Xique Xique recebia nossos produtos e hoje não temos mais esse espaço.
US1:E5:201	Eles trabalham apenas com a agricultura familiar, mas nada disso impede de sermos convidadas. Participamos de qualquer evento e da reunião do conselho gestor, do conselho diretor. Nós somos sempre convidadas para estarmos presentes lá.
US1:E5:202	A IFSol nunca nos ajudou a conseguir nenhum financiamento.
US1:E5:203	A gente participa da Rede Xique Xique e da Rede de Confeção Solidária.
US1:E5:204	Eu acredito que mudei minha forma de agir por conta do trabalho com a IFSol. Eu estou como coordenação geral da FEIRARTE. E é uma dor de cabeça, mas eu tomo muito como exemplo a Pessoa_4 porque ela sempre conduziu as reuniões.
US1:E5:205	Antes era Pessoa_3, que era um exemplo de comportamento, ela era incomparável! Então veio a Pessoa_4 sempre nos ajudando, conduzindo aquelas reuniões.
US1:E5:206	Na verdade, ela se envolvia diretamente no dia-dia lá do box. Certa vez a gente teve uma reunião e ela me aconselhou dizendo que a gente precisava caminhar, tomar para si a responsabilidade do box.
US1:E5:207	E eu falo isso para todas as mulheres, mas parece que elas não acreditam. Qualquer problema, elas ligam para a Pessoa_4. Ligam por qualquer motivo. Elas não entendem que nós somos um coletivo. Elas não entendem que a gestão é nossa. Por mais que eu diga, todos os dias. Eu fico repetindo que a gestão é nossa, que somos nós que decidimos, que somos nós que vamos decidir o que a gente tem que fazer ou não. Somos nós, certo?
US1:E5:208	A Pessoa_4 é assessoria técnica. O IFSol nos assessoria em tudo que a gente precisa e só temos a agradecer. Não pode estar sobrecarregando a Pessoa_4 com todos os problemas da gestão do box, problemas do dia a dia. Não tem como, certo? Essa coisa operacional não tem como.
US1:E5:209	A Pessoa_4 tem outras atividades para realizar e ela ainda não teve tempo para isso, porque numa reunião o pessoal vai lá e não resolve as coisas. Sem contar com as conversas paralelas.
US1:E5:210	Eu, Pesquisadora, eu aprendi isso desde que eu entrei em movimento que se você tem um problema então o grupo tem uma reunião interna mensal. É interna, é do grupo. Se eu estou com algum problema, algo não está certo, ou não está me satisfazendo para isso nós temos uma reunião interna. A reunião é para a gente discutir as questões internas do grupo. Ali a gente discute, resolve ou tira encaminhamentos para resolver.
US1:E5:211	E a gente discute e quando termina a reunião, acabou o assunto porque a gente teve aquele momento para colocar. Mas, o que acontece? O pessoal está lá na reunião, a gente pergunta, todo mundo fica calado. Quando termina a reunião, as pessoas descem aquelas escadas, aí ficam fofocando, reclamando, falando das outras. Eu não aceito isso.
US1:E5:212	A Pessoa_3 já chamou pessoas a atenção por conta disso. Termina a reunião as pessoas vão fofocar e ela fala que a reunião terminou e que ninguém falou nada porque não quis.
US1:E5:213	Esse é o problema porque tem momentos que você precisa ser rígida. Isso eu aprendi com a IFSol.

US1:E5:214	Tem coisas que eu acho que são tão absurdas, que eu tenho vontade de explodir mais quando a gente está conduzindo aquilo ali, você tem que se conter. Você tem que saber o que você vai dizer. Aprendi muito isso com a Pessoa_4 e com Pessoa_3. Mas, não é fácil.
US1:E5:215	A gente tem um estatuto interno lá, um regimento, que diz o que é artesanato e o que não é artesanato. A gente selou uns acordos lá no início e combinamos de o que não fosse artesanato, a gente pediu para retirar. Certa vez uma senhora com vários objetos que não era artesanato estava lá.
US1:E5:216	E ainda tem mais, Pesquisadora, eu tenho certeza de que ela era atravessadora, ou seja, longe dos princípios da economia solitária.
US1:E5:217	Eu sei disso porque já conversei com a gestão da associação lá do interior do estado, mas eu gosto de ter provas concretas. Se me dizem algo eu investigo para saber, se ela estava lá vendendo eu quero saber, mas ainda não tive tempo porque é longe, mas eu vou investigar.
US1:E5:218	Eu ainda vou lá porque eu preciso ter argumentos e eu tenho que estar documentada. Eu não posso acusar ainda porque eu não tenho provas concretas. Mas eu aprendi muito com as duas professoras. E ainda estou aprendendo e vou aprender ainda muito mais.
US1:E5:219	Eu me considero uma mulher negra, bem neguinha. O meu neto diz que eu sou marrom.
US1:E5:220	Eu penso que não existe nenhum preconceito aqui dentro da associação e na IFSol até hoje não vi nenhum problema desse, graças a Deus. Na minha comunidade nunca sofri esse preconceito.
US1:E5:221	Eu vejo preconceito principalmente em ser mulher, mulher dirigindo. Geralmente a gente ouve “tinha que ser mulher!” Se você faz uma manobra que não está no gosto deles só pode ser mulher. Eu já vi muito isso.
US1:E5:222	Certa vez que um senhor – isso foi no Conjunto Parque dos Coqueiros – ele atravessou na minha frente, então eu freei o carro. Não sei se ele estava brigando com a mulher no carro, não sei o que foi, e aí ele disse “Tinha que ser mulher!” Então, eu saí do carro e disse, “Pô, tinha que ser um homem, jumento desse jeito! Que tirou a carteira pelo telefone!” aí ele pediu para eu o respeitar e eu retruquei que ele me respeitasse primeiro. Aí começou aquela confusão.
US1:E5:223	E eu disse a ele que se ele não tirasse o carro do meio, eu iria passar por cima. O meu carro tem uma barra de ferro e meu irmão que estava comigo disse para eu não fazer aquilo pelo amor de Deus, mas eu ia passar por cima. Então, a mulher saiu do carro – o carro dele era um Fusca – com um bebê nos braços dizendo para eu não fazer aquilo, mas eu ia passar por cima dele e eu ia sair arrastando o carro dele.
US1:E5:224	Aí eu falei para ele que ele colocasse na mente dele que muitas mulheres dirigiam muito melhor do que eles, os homens, porque o que tinha de jumento – eu disse desse jeito – o que tinha de jumento dirigindo não estava escrito no gíbi. Então eu fui embora e deixei ele para lá. A gente sofre muito preconceito em relação a isso.
US1:E5:225	E com relação a pessoas LGBT, o preconceito é maior. O meu marido é preconceituoso. Aí eu disse a ele que eu ia fazer uma festa na minha casa e não ia vir ninguém da família, eu só queria pessoas LGBT na minha casa.
US1:E5:226	Eu fiz isso porque eu faço parte da Marcha Mundial de Mulheres, onde eu tenho muitas amigas que eu amo que são pessoas decentes, trabalhadoras, honestas. Isso é que tem que ser.
US1:E5:227	Eu poderia ser uma pessoa infeliz se eu tivesse amizades com bandido, com pessoas cruéis, que tiram vidas, que vendem drogas para acabar com a vida do filho dos outros, mas LGBT são pessoas que eu amo porque são muito maravilhosos, Pesquisadora.
US1:E5:228	Tem meninos que eu conheci hoje já se transformaram, são pessoas muito bacanas. São pessoas responsáveis, que trabalham.
US1:E5:229	Tem muitos que são depravados mesmo. Isso a gente pode dizer. Esses, assim – porque eu já vi muito, assim, esses mais de periferia, não só de periferia, não, que também tem de classe alta aqui também –, mas aqueles que não sabem se comportar direito, porque eu vejo uns meninos do corpinho de homem mesmo, que botam uma saínda bem ligada e a gente vê aquela protuberância na frente e eu acho feio. Colocam uma saínda mais folgada que ninguém veja, não é mesmo? Mas colocar um vestidinho de <i>piriguete</i> ligado com aquela coisa na frente, eu acho isso feio. Coloque

	uma saia, mas que ninguém veja, não é? Mas, colocar um vestidinho de <i>piriguete</i> com aquela coisa na frente eu acho feio!
US1:E5:230	E outra coisa também que eu não concordo porque fomos para a conferência de mulheres em Brasília e lá foram muitos rapazes. Então quando chegamos lá nos quartos, estávamos eu, duas senhoras idosas e mais três meninos. Veja que não dá certo, Pesquisadora. Aí eu conversei lá com o pessoal da administração e pedi para colocar os meninos no quarto deles. Eles são mulheres, entre aspas, mas vai tirar a nossa privacidade, por quê?
US1:E5:231	Eu, toda cheia de banha, eu não iria ficar à vontade para tirar minha roupa na frente de um rapaz desse. Aí as mulheres, as senhoras também não iriam. Você está entendendo? Vai que o menino saia pelado de lá, a gente vai ficar constrangida, não vai? Aí eu não concordei. Olha, eu acho que não está certo nesse sentido, não é? Então o pessoal foi lá, organizou o quarto da gente só com as meninas, as idosas, e o quarto deles deram outro até porque eram jovens, eles iam sair para beber, chegar de madrugada. E, assim, nesse ponto aí eu não concordei, mas que eu amo.
US1:E5:232	Não sei se você conhece a Janaína que ela hoje está em uma das secretarias. Ela não esquece de dizer que é mulher. Aquela menina quando vinha para aqui em casa era um menino. A gente o chamava pelo nome masculino.
US1:E5:233	Ele, na época, prestou muita assessoria, porque ele era da incubadora Oásis. Eu me dizia que um dia ele iria se transformar e que eu ia ver e eu respondia que queria ver mesmo. Hoje em dia você não diz nunca que era um menino. E ele era bem gordão. E hoje ela está linda e maravilhosa. O cabelo cacheado, a coisa mais linda!
US1:E5:234	Eu não tenho nada contra. Eu gosto demais! Tem duas jornalistas em Mossoró que elas me adotaram como mãe. Elas são casadas. Elas têm o maior respeito por mim. Eu amo aquelas meninas. Amo.
US1:E5:235	Eu achei a experiência com a IFSol uma experiência maravilhosa. E espero que a nossa parceria continue.
US1:E5:236	Eu espero que o EES5 continue com essa parceria com a IFSol porque nós só temos a aprender.
US1:E5:237	Pesquisadora, eu acho que aprendizado nunca é demais. A nossa vida é um eterno aprendizado. Todos os dias a gente está aprendendo, aprendendo cada vez mais.
US1:E5:238	E quando a gente sabe que tem uma instituição, que tem um olhar voltado para a economia solidária, para as associações, isso só nos traz muita alegria.
US1:E5:239	E eu espero que essa parceria permaneça por muito tempo.
US1:E5:240	E sempre que a gente precisar, eu vou estar lá entrando em contato com vocês. E se vocês precisarem só ligar para mim se precisarem de alguma coisa.
US1:E5:241	Se vocês quiserem trazer os alunos para conversar conosco. Estamos sempre de portas abertas, Pesquisadora. É isso!